TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2696 • Manaus, sexta-feira, 13 de setembro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0003301-06.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Mouhamad Mourad - Recorrida: Concretec - Tecnologia de Concreto Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Deborah Nascimento Souza (6847/AM), Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho (3113/AM), Flávio Queiroz de Paula (2388/AM), Nelson Jose de Oliveira da Silva (5103/AM), Patricia Gomes de Abreu (4447/AM), Paulo Lindembeck Belchior (10617/AM) e Shirley Jane de Oliveira Cintrão (4451/AM), advogado (a,s) de Concretec - Tecnologia de Concreto Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB: 5445/AM) - José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB: 1891/AM) - Glaucio Castelo Branco Mauês (OAB: 5666/AM) - Flávio Queiroz de Paula (OAB: 2388/AM) - Nelson Jose de Oliveira da Silva (OAB: 5103/AM) - Deborah Nascimento Souza (OAB: 6847/AM) - Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB: 4451/AM) - Patricia Gomes de Abreu (OAB: 4447/AM) - Edgar Altino de Mauro Teixeira Filho (OAB: 3113/AM) - Paulo Lindembeck Belchior (OAB: 10617/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003405-95.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios - Fidic Multisetorial Empresarial Lp - Recorrido: Importadora Tvlar Ltda - Recorrido: M. B. Proetti - ME - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). José Alberto Maciel Dantas (3311/AM), Rayane Cristina Carvalho Lins (4544/AM) e Renato Pereira Pessuto (71116/SP), advogado (a,s) de Importadora Tvlar Ltda e M. B. Proetti - ME, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Maria Fernanda Ladeira (OAB: 237365/SP) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - Renato Pereira Pessuto (OAB: 71116/SP) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003555-76.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Adidas Ag - Recorrente: Adidas International Marketing BV - Recorrido: Bm Importação e Exportação Ltda - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Todos os representantes das partes passivas Não informado, advogado (a,s) de Bm Importação e Exportação Ltda, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Igor Donato de Araújo (OAB: 242346/SP) - David Fernando Rodrigues (OAB: 260972/SP) - Michelle Nascimento da Silva Tachy (OAB: 9918/AM) - Beatriz Fernandes Genaro (OAB: 247172/SP) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0003754-98.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Direcional Engenharia Ltda - Recorrente: Jonasa Emprendimentos Imobiliários LTDA. - Recorrido: William Sandes de Brito - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Aldenor de Souza Rabelo (8030/AM), advogado (a,s) de William Sandes de Brito, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB: 14300/AM) - Rodrigo Banayon Pontes Serudo (OAB: 11132/AM) - Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Aldenor de Souza Rabelo (OAB: 8030/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004028-62.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Visam Vigilância e Segurança da Amazônia - Recorrida: Alzenira Alves Lobato - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Maria Lenir Rodrigues Pinheiro (2405/AM), advogado (a,s) de Alzenira Alves Lobato, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB: 4563/AM) - Rosângela Frota Magalhães (OAB: 254979/SP) - Liege Cunha Araujo (OAB: 10453/AM) - Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB: 4040/AM) - Andrea Cardoso Salgado (OAB: 4743/AM) - Maria Lenir Rodrigues Pinheiro (OAB: 2405/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004042-46.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Maria Josiete Lopes Rodrigues - Recorrido: Uniasselvi Sociedade de Pós-graduação Ltda. - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). HENRIQUE KLOCH (9684/SC), advogado (a,s) de Uniasselvi Sociedade de Pós-graduação Ltda., intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB: 9265/AM) - Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB: 7187/AM) - HENRIQUE KLOCH (OAB: 9684/SC) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004096-12.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: O Estado do Amazonas - Recorrida: Ines Castro Segadilha - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Kal El Bessa Nascimento Salem (6389/AM), Nancy Castro Segadilha (8575/AM) e Rodrigo da Silva Couto (8351/AM), advogado (a,s) de Ines Castro Segadilha, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Tatianne Vieira Assayag Toledo (OAB: 3653/AM) - Dra. Noeme Tobias de Souza - Kal El Bessa Nascimento Salem (OAB: 6389/AM) - Rodrigo da Silva Couto (OAB: 8351/AM) - Nancy Castro Segadilha (OAB: 8575/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004268-51.2019.8.04.0000 - Recurso Especial - Manaus - Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Carlos Alberto Feitoza Gaia - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), advogado (a,s) de Carlos Alberto Feitoza Gaia, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004271-06.2019.8.04.0000 - Recurso Extraordinário - Manaus - Recorrente: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Recorrido: Carlos Alberto Feitoza Gaia - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Elcinete Cardoso de Almeida (6946/AM), advogado (a,s) de Carlos Alberto Feitoza Gaia, intimado(a,s)

para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM) - Elcinete Cardoso de Almeida (OAB: 6946/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005476-70.2019.8.04.0000 - Agravo em Recurso Especial Cível - Manaus - Agravante: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Agravada: Maria Auxiliadora Amazonas Barbosa - Fica (am) o(a,s) Dr(a,s). Bernardo Silva de Seixas (7910/AM), advogado (a,s) de Maria Auxiliadora Amazonas Barbosa, intimado(a,s) para apresentar(em) CONTRARRAZÕES, no prazo legal. 12 de setembro de 2019 - Advs: Caroline Retto Frota (OAB: 4411/AM) - Bernardo Silva de Seixas (OAB: 7910/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0620815-17.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Alfredo da Silva Fernandes
Advogado: Débora Araújo de Queiroz (OAB: 10157/AM)
Advogado: Deize da Silva Vasconcelos (OAB: 3058/AM)
Advogado: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Impetrado: Comandante Geral da Polícia Militar do Amazonas
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Revisor do processo Não informado
EMENTA DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAL MILITAR. AGREGADO. PROMOÇÃO. EXCLUSÃO DO QUADRO ESPECIAL DE ACESSO À PROMOÇÃO AO GRAU HIERÁRQUICO SUPERIOR. POLICIAL AGREGADO QUE SE EQUIPARA, A TODOS OS EFEITOS, A POLICIAL NO SERVIÇO ATIVO. AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO LEGAL PARA A PROMOÇÃO. APARENTE CONFLITO DE NORMAS ENTRE LEIS ESTADUAIS E PORTARIA. SOLUÇÃO PELO GRAU HIERÁRQUICO. ATO LEGISLATIVO SE SOBREPÕE A ATO ORDINATÓRIO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 1.Em síntese, o impetrante requer a sua promoção por antiguidade ao cargo de 1º Sargento da Policia Militar, alegando preencher os pressupostos previstos no artigo 7º, §1º, inciso I, e artigo 15, incisos I a IV, ambos da Lei Estadual n.º 4.044/14.2. No caso sob comento, analisando os documentos juntados pelo Causídico do impetrante, constata-se que este preenche todos mencionados requisitos, existindo uma celeuma jurídica tão somente no que diz respeito ao exercício das funções de policial militar. 3. o ponto crucial da análise da demanda, é conhecer se o policial, na condição de agregado, exerce suas funções, isto é, se continuam na ativa e quais seus efeitos sobre a promoção militar. Neste contexto, sobre o tema, o artigo 75, §2º, da Lei Estadual n.º 1.154/75 (Estatuto da Policia Militar do Amazonas) e o artigo 7º, §5º, da Lei Estadual n.º 4.044/14, os quais dispõe sobre a reestruturação da Carreira de Praças Militares do Estado do Amazonas, expõem que o agregado continua a ser considerado para todos efeitos em serviço ativo. Adverso, a portaria n.º 001/2019- PMAM que dispõe sobre o processamento da reserva remunerada, declara continuar em serviço ativo apenas para efeitos administrativo e não funcionais.4. Como bem ser observa nos aludidos atos normativos estaduais, existe um aparente conflito de normas referente à condição do agregado no período do trâmite da reserva remunerada. De inteligível resolução, para tal antinomia utiliza-se como critério solucionador a aplicação do critério hierárquico, qual seja, “a norma que representa o fundamento de validade de uma outra norma é, em face desta, uma norma superior”. In casu isso fica bem evidenciado ao observar que a portaria n.º 001/19/PMAM é regulamentada e apresenta como sustentáculo normativo a Lei Estadual n.º 1154/75, devendo obediência ainda à Lei Estadual n.º 4.044/14. Portanto, claramente tais atos legislativos devem impor sua gerência sobre referido ato ordinatório.5. Deste modo, resta evidente que o agregado, por estar na ativa, isto é, exercendo sua atividade policial, terá direito a todos efeitos da função, inclusive à ascensão na carreira militar.6. Ante o exposto, em dissonância com o parecer do Ministério Público, concedo a segurança vindicada, garantindo ao impetrante Alfredo da Silva Fernandes o direito líquido e certo à promoção por antiguidade, à graduação de 1º Sargento da Policia Militar do Amazonas, a contar do dia 21 de abril de 2019, na forma artigo 7º, §3º, IV, da Lei n.º 4044/14, com a devida correção dos interstícios, e com efeitos patrimoniais a contar da data da impetração.. DECISÃO: “Por unanimidade de votos, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu conceder a segurança, nos termos do voto da Relatora.”. Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 4002878-75.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível, Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Sebastião Cruz da Silva
Impetrante: Geraldo Brígido de Almeida
Impetrante: José Lima de Assunção
Impetrante: Eliel Nunes Batista
Impetrante: José Dimas Barbosa
Impetrante: Ambrósio Nogueira da Silva
Impetrante: José Lourenço da Silva
Impetrante: João Teixeira Cruz
Impetrante: José Antonio Oliveira da Silva
Impetrante: Miguel da Silva Xavier
Impetrante: Luiz Barbosa de Oliveira
Impetrante: Mario Jorge Lopes da Costa
Impetrante: Claudionor de Souza Ferreira
Impetrante: Geraldo Faria e Souza Filho
Impetrante: Ozair Pereira Ramos
Impetrante: Antonio de Castro Gama
Impetrante: Marcio Holanda Ferreira
Impetrante: Raimundo Nonato Santos Pereira
Impetrante: Waldir Alves da Costa
Advogado: Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA)
Advogado: Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB: 7291/AM)
Advogada: Wirleny Benezar Falcão (OAB: 13837/AM)
Advogado: Wirley Benezar Falcao (OAB: 12792/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Impetrado: O Estado do Amazonas
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Carla Maria Santos dos Reis. Revisor: Revisor do processo Não informado
DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. MANDADO DE SEGURANÇA. POLICIAIS MILITARES INATIVOS. QUINQUÊNIO. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. VANTAGEM EXTINTA. ATUALIZAÇÃO. REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA. I Na situação vertente, a hipótese é de aplicação da teoria da encampação, que consiste numa pacífica, ainda que restrita, construção jurisprudencial. Considera legítima ao polo passivo a autoridade hierarquicamente superior que, ao prestar as informações de estilo, além de suscitar sua ilegitimidade passiva, enfrenta o mérito e defende o ato tido como ilegal. Ou seja, não obstante a alegação de ilegitimidade, entende-se que a autoridade coatora acaba por defender a juridicidade do ato. II Em síntese, presente mandamus diz respeito à forma de cálculo do adicional por tempo de serviço recebido pelos impetrantes, ora militares inativos, os quais sustentam que a base de reajuste deve ser o soldo atual.III A Lei Estadual n.° 2.531/99, ao estabelecer novas

regras referente ao regime estatutário dos servidores públicos do Estado do Amazonas, em seu art. 4.°, extinguiu o Adicional por Tempo de Serviço. Neste contexto, ressalta-se que tal regra não se concentrou apenas na Lei Estadual n.º 1.762/86 (o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Amazonas), estendendo a sua incidência às demais norma similares do ordenamento jurídico estadual, via de efeito, à Lei Estadual n.º 1.502/81 (Regime de Remuneração dos Policiais Militares). Ademais, determinou o resguardo das situações constituídas.IV- Não obstante, constata-se que a base de cálculo desse adicional por tempo de serviço não coaduna com o acolhimento do direito adquirido, sendo assegurado ao servidor o recebimento do valor nominal até então pago, consoante posicionamento do Supremo Tribunal Federal. Portanto, o quantum de recebimento da gratificação corresponde ao valor que percebia no momento da extinção da vantagem, garantindo lhes tão somente a revisão geral da quantia em decorrência do processo inflacionário.V- Deste modo, aos policiais militares, incluindo os inativos, deve-se aplicar o teor do artigo 4º, da Lei Estadual n. 2.531/99, e, consequentemente, do § 6º, do artigo 3º, da Lei Estadual n. 3.510/2010, de modo que o adicional por tempo de serviço deve ser desvinculado da remuneração ou soldo, estando sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos. Precedentes STF e TJAM.VI- Por derradeiro, referente ao questionamento dos impetrantes quanto à aplicação, ao caso sob exame, da Súmula n.º 26 do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, destaca-se que tal decisão não vincula os órgãos do Poder Judiciário, visto possuírem natureza administrativa. Neste contexto, o artigo 927 do Código de Processo Civil, pontua de maneira taxativa quais precedentes judiciais possuem vinculação obrigatória, devendo ser contemplados por Juízes e Tribunais.VII Denegação da ordem.. DECISÃO: "Por unanimidade de votos, em dissonância com o Graduado Ministério Público, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu denegar a segurança vindicada, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Processo: 4003560-30.2019.8.04.0000 - Direta de Inconstitucionalidade, Vara de Origem do Processo Não informado

Requerente: Partido Popular Socialista

Advogado: Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM)

Requerido: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Requerido: O Estado do Amazonas

Terceiro I: Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas

Amicus Curiae: Assossiação dos Notários e Registradores do Estado do Amazonas - ANOREG/AM

Advogada: SILVYA NASCIMENTO DAS NEVES (OAB: 13126/AM)

Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Délcio Luís Santos. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: REFERENDO EM MEDIDA CAUTELAR EM REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL. LEI Nº 4.882/2019. REVOGAÇÃO DAS EMENDAS FEITAS AO PROJETO DE LEI Nº 134/2018, QUE CULMINOU NA EDIÇÃO DA LEI Nº 4.662/2018. RESTAURAÇÃO DA REDAÇÃO DA RESOLUÇÃO Nº 07/2018 – TJ/AM. POSSIBILIDADE DE JUÍZO MONOCRÁTICO COM CONTRADITÓRIO DEFERIDO EM MEDIDA CAUTELAR DE REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. REQUISITOS PARA A MEDIDA CAUTELAR. PROBABILIDADE DO DIREITO E PERIGO DE DANO OU RISCO AO RESULTADO ÚTIL. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIA. LEI DE INICIATIVA DO PODER JUDICIÁRIO. ATRIBUIÇÃO PRIVATIVA PARA DEFLAGRAR O PROCESSO LEGISLATIVO. PROJETO DE LEI Nº 443/2019, TRANSFORMADO NA LEI Nº 4.882/2019, APRESENTADO POR INICIATIVA PARLAMENTAR. DISTINÇÃO ENTRE A PROVOCAÇÃO INICIAL DO PROCESSO LEGISLATIVO E A APRESENTAÇÃO DE EMENDAS, ASSEGURADA AO PODER LEGISLATIVO PELA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. TEORIA DOS PODERES IMPLÍCITOS. RE Nº 593.727/MG. TEXTO LEGAL QUE NÃO ESPECIFICA AS CIRCUNSCRIÇÕES CARTORIAIS DE CADA UM DOS OFÍCIOS DE IMÓVEIS. TEXTO DA LEI Nº 4.882/2019 NÃO CONTÉM O TEOR DA RESOLUÇÃO Nº 07/2018 – TJ/AM, SENDO APENAS REFERENCIADO. ART. 166, DO REGIMENTO INTERNO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS. PREJUDICIALIDADE DO PROJETO APROVADO COM EMENDAS. MEDIDA CAUTELAR REFERENDADA PARA CONCEDER A LIMINAR NOS EXATOS TERMOS DA REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4004789-59.2018.8.04.0000, DETERMINANDO A INCIDÊNCIA DO ART. 419, §2º, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 17/1997. 1. Regra geral, a concessão de medida cautelar em sede de Representação de Inconstitucionalidade requer observância à cláusula de reserva de plenário, insculpida no art. 97, da Constituição da República e art. 10, da Lei nº 9.868/99, e ao princípio do contraditório. Excepciona-se a regra nos casos de recesso forense ou em hipótese de extrema urgência, a qual restou constatada dada a relevância da matéria tratada pela Lei nº 4.882/2018. Precedentes; 2. Organização e divisão judiciárias são previstas como matéria cuja iniciativa legal é privativa do Poder Judiciário, motivo pelo qual o processo legislativo não poderia ser deflagrado por provação de parlamentar, sob pena de tornar inócua a previsão; 3. Distinção entre a atribuição privativa do Poder Judiciário deflagrar o processo legislativo e a possibilidade de o Poder Legislativo efetuar emendas parlamentares ao longo da fase de discussão e deliberação do projeto, havendo mitigação do protagonismo do Poder Legislativo apenas no tocante àquele primeiro momento; 4. De acordo com o entendimento do STF, pela Teoria do Poderes Implícitos, se a Constituição outorga determinada atividade-fim a um órgão, significa dizer que também concede todos os meios necessários para a realização dessa atribuição. Precedentes; 5. O texto da Lei nº 4.882/2019 não traz em seu bojo o teor da Resolução nº 07/2018 – TJ/AM, que pretende restabelecer, apenas a ela fazendo referência, disso se depreendendo que seu conteúdo jamais foi levado à votação quando das discussões do projeto de lei nº 443/2019; 6. O projeto de lei nº 134/2018, cujo texto correspondia ao da Resolução nº 07/2018 – TJ/AM, restou prejudicado por expressa previsão do art. 166, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas, motivo pelo qual não poderia ser reavivado; 7. Medida cautelar referendada para suspender a eficácia da Lei nº 4.822/2018, para determinar a incidência do art. 419, §2º, da Lei Complementar Estadual nº 17/1997 nos exatos moldes deferidos em sede da Representação de Inconstitucionalidade nº 4004789-59.2018.8.04.0000.. DECISÃO: "Por maioria, o Egrégio Tribunal Pleno decidiu referendar a medida cautelar concedida, consoante relatório e voto que acompanham a presente decisão.". Sessão: 03 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno , em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0005693-16.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: O Estado do Amazonas - Agravado: Edvan Lima da Silva - EDITAL 0005693-16.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Agravante : Estado do AmazonasProcurador : Luciana Barroso de Freitas (5144/AM)Agravado : Edvan Lima da SilvaAdvogado : Adnilso Gomes Nery (4124/AM)Advogado : Kelso Wesley Souza da Silva (6200/AM) FICA INTIMADO o Agravado, por meios de seus representes legais Adnilso Gomes Nery (4124/AM) e Kelso Wesley Souza da Silva (6200/AM) para apresentar CONTRARRAZÕES, nos termos do Despacho de fl. 6, cujo teor final é o seguinte: "Do exposto, intime-se a parte agravada, para, querendo, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o recurso interposto". Manaus, 12 de setembro de 2019. Conceição Liane Pinheiro Secretária do Tribunal Pleno - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Adnilso Gomes Nery (OAB: 4124/AM) - Kelso Wesley Souza da Silva (OAB: 6200/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO: exarada pelo Exmo. Sr. Desdor. **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO**- Relator do **(PROCESSO DIGITAL) EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 0005397-28.2018.8.04.0000**. Embargante: **COMPANHIA DE GÁS DO AMAZONAS-CIGÁS**. Advogados: Drs. Mariana Serejo Cabral dos Anjos Bessa (OAB/AM nº 5.985), Francisco Tulio da Silva Marinho (OAB/AM nº A901) e Flávia de Paiva Brandi (OAB/AM nº 9.300). . Impetrados: **PETROBRAS-PETRÓLEO BRASILEIRO S/A**. Advogados Drs. Andrea Almeida Soares (OAB/SP nº 213.367), Angelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB/AM nº A-1.192) e Gustavo Monteiro Rodrigues (OAB/AM nº 5.150). **BANCO DO BRASIL S.A** Advogada: Dra. Andrea Gonçalves Oliveira Itacarambi (OAB/GO nº 25.246). **AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A.** Advogados: Drs. Décio Freire (OAB/MG nº 56.543) e (OAB/AM nº A-697), Gustavo De Marchi (OAB/MG nº 84.288), Danilo Carvalho Freire (OAB/MG nº 162.033) e Isabella Jacob Nogueira (OAB/AM nº 8.800), Andreia Sabino Correia (OAB/AM nº 7.074), Jenifer Cibely Maciel Gomes (OAB/AM nº 11.046) e Dessana Betisa Vieira Silva (OAB/AM nº 9.283).**CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S/A-ELETROBRAS.** Advogado: Dr. Antonio Vieira Sias (OAB/RJ nº 52.317). **Decisão** (..) Ante as razões e fundamentos expostos, rejeito os presentes Embargos de Declaração, em razão da ausência dos presupostos legais de cabimento traçados no artigo 1.02 do CPC, eis que não remanesce na Decisão omisão que enseje a sua retifcação. Por fim, não conheço dos Embargos de Declaração nº 00653-06.2018.8.04.00, haja vista a sua posterior oposição em face da mesma Decisão objeto destes aclaratórios. Manaus, 12 de setembro de 2019.

DECISÃO: exarada pelo Exmo. Sr. Desdor. **ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA -** Relator. **(PROCESSO DIGITAL) APELAÇÃO CÍVEL Nº 0630420-94.2013.8.04.0001. PRIMEIRA APELAÇÃO** Apelantes: **ESTHEFISON SOUZA D,ALMEIDA e RITA PRISCILA MACIEL DE MENEZES FURTADO.** Advogados**:** Drs. Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB/AM nº 5.373), Tarcíso Ramos do Vale (OAB/AM nº 8.534) e Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB/AM nº 13.500). Apelada: **CONSTRUTORA CAPITAL S/A.** Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB/AM nº 3.467), Luis Felipe Avelino Medina (OAB/AM nº 6.100), Pedro de Araújo Ribeiro (OAB/AM nº 6.935) e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB/AM nº 11.441). **SEGUNDA APELAÇÃO** Apelante: **CONSTRUTORA CAPITAL S/A.** Advogados: Keyth Yara Pontes Pina (OAB/AM nº 3.467), Luis Felipe Avelino Medina (OAB/AM nº 6.100), Pedro de Araújo Ribeiro (OAB/AM nº 6.935) e Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB/AM nº 11.441). Apelados: **ESTHEFISON SOUZA D,ALMEIDA e RITA PRISCILA MACIEL DE MENEZES FURTADO.** Advogados**:** Drs. Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB/AM nº 5.373), Tarcíso Ramos do Vale (OAB/AM nº 8.534) e Valdir Alves de Vasconcelos Junior (OAB/AM nº 13.500). **Decisão**. (..) Restou prejudicada a diligência determinada pelo despacho à fl. 197. Lado outro, inexistindo óbice, defiro o desentranhamento da petição atualmente encartada à fl. 196, adotando-se as providências necessárias. Intimem-se. Manaus, 12 de setembro de 2019

Pauta de Julgamento Designado

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Segurança Cível nº 4000782-87.2019.8.04.0000, de Vara de Origem do Processo Não informado
Impetrante: Jorgeney Costa da Silva
Advogado: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM)
Impetrado: Presidente da Comissão de Promoção de Oficiais da Policia Militar do Amazonas
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
Intssado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Revisor: Revisor do processo Não informado

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

De ordem do Presidente da Egrégia Tribunal Pleno, Exmo(a). Des(a) Yedo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Mandado de Injunção nº 4003604-83.2018.8.04.0000,
Impetrante: Sindicato dos Médicos do Amazonas - Simeam
Advogado: Adovaldo Dias de Medeiros Filho (OAB: 385560/SP)
Advogado: Marcos Aurélio de Menezes Alves (OAB: 5136/RO)
Impetrado: Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Terceiro I: Assembléia Legislativa do Estado do Amazonas
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Airton Luís Corrêa Gentil.

Mandado de Segurança Cível nº 4000709-34.2019.8.04.0900,
Impetrante: Paulo Fonseca da Silva
Advogado: Jussara da Silva Pontes (OAB: 7062/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas
Impetrado: Ilmo. Sr. Secretario de Estado de Administração de Gestão -Sead
Impetrado: Ilmo. Sr. Diretor Presidente do Fundo Previdenciário do Amazonas- Amazonprev
Impetrado: Ilmo Sr. Comandante Geral da Policia Militar do Estado do Amazonas
LitsPassiv: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Onilza Abreu Gerth.

Secretaria do(a) Tribunal Pleno, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Pauta de Julgamento Designado

CÂMARAS REUNIDAS
PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO

De ordem do Presidente da Egrégia Câmaras Reunidas, Exmo Sr. Des. Wellinton José de Araújo faço público que, de acordo com o artigo **934 do Código do Processo Civil/2015 e Portaria n.º 001/2016-VPTJAM**, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

Agravo de Instrumento nº 4000063-08.2019.8.04.0000, de 5ª Vara da Fazenda Pública
Agravante: Dantas Transportes e Instalações Ltda. Advogadas: Dra. Ana Cecília Ortiz e Silva (OAB: 8387/AM) e Dra. Ana Carolina Costa Ortiz (OAB: 12390/AM). **Agravado: Presidente da Comissão Geral de Licitação CGL/AM.** Procurador do Estado: Dr. Luis Eduardo Mendes Dantas(OAB/AM n.º 12.897) **Presidente**:

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Onilza Abreu Gerth**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Silvana Maria Mendonça Pinto dos Santos.

Agravo de Instrumento nº 4002782-60.2019.8.04.0000, de 4ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Estado do Amazonas. Procuradora do Estado: Dra. Glícia Pereira Braga e Silva (OAB: 2269/AM). **Agravada: Sara Raquel Negreiros Franca de Melo.** Advogadas: Dra. Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB: 6358/AM) e Dra. Silvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB: 6664/AM). **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relatora: Exma. Sra. Desa. Carla Maria Santos dos Reis.** Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Apelação Cível nº 0641723-66.2017.8.04.0001, de 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Águas do Amazonas S.A. Advogado: Dr. Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM) e Dr. Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM). **Apelado: Condomínio Fórum Business Center.** Advogados: Dr. Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB: 11935/AM) e Dr. Guilherme da Costa Lins (OAB: 10685/AM). **Presidente/ Relator: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo.** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Públio Caio Bessa Cyrino.

Reclamação nº 4002778-91.2017.8.04.0000

Reclamante: Banco Toyota do Brasil S.A. Advogado: Dr. Fabio Rivelli (OAB: 297608/SP). **Reclamada: Juízo de Direito da 1º Turma Recursal do Juizado Especiais da Comarca de Manaus/AM**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro.** Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle.

Reclamação nº 4003704-38.2018.8.04.0000

Reclamante: James Ferreira dos Santos. Advogado: Dr. Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB: 6502/AM). **Reclamado: 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis. Ineteressado: Banco Bradesco S/A**. **Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Dr. Airton Luís Corrêa Gentil**. Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Noeme Tobias de Souza.

Revisão Criminal nº 4001384-78.2019.8.04.0000,

Requerente: Calisto Moriz Cerdeira. Advogada: Dra. Fabiane Batista França (OAB: 12077/AM). **Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. Presidente**: Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo. **Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes**. Revisor: Exmo. Sr. Des. Airton Luis Correa Gentil. Procurador de Justiça: Exmo. Sr. Dr. Carlos Fábio Braga Monteiro.

Secretaria das Câmaras Reunidas em Manaus/AM, 12 de setembro de 2019, Dra. Maria Goreth de Souza Ruiz, Secretária.

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0001726-58.2013.8.04.6600 - Rio Preto da Eva em que é Apelante: Serviço Autonomo de Agua e Esgoto - SAAE (Advogada: Dra. Eliane Andrade Martins 12118/AM) e Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Luís Phillip de Lana Foureaux 1011A/AM, Filipe de Filippo 73668/MG, Gustavo Henrique Wykrota Tostes 1065A/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seus Advogados Dr. Eliane Andrade Martins 12118/AM, Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Luís Phillip de Lana Foureaux 1011A/AM, Filipe de Filippo 73668/MG, Gustavo Henrique Wykrota Tostes 1065A/AM. “De início, assevero que o presente recurso é tempestivo, eis que a Recorrente é Autarquia Municipal, gozando, por conseguinte, do direito a ser intimada pessoalmente de todos os atos (art. 183, caput, do CPC), de forma que o prazo recursal não poderia se iniciar com a simples publicação do ato em Diário Oficial de Justiça (art. 4º, caput e §2º, da Lei nº 11.419/06). Em seguida, considerando que o mérito do recurso parece girar em torno unicamente do cabimento de Ação Monitória contra entidade integrante da Administração Pública, determino a intimação de ambas as partes para que, em cinco dias, se manifestem acerca: (i) da possibilidade de desprovimento monocrático do recurso por ser contrário ao enunciado sumular nº 339 do STJ; (ii) da possibilidade de, em razão da pacificação do tema há bastante tempo dois anos antes do ajuizamento da demanda, que se deu em 2009 , sancionar o recorrente pela interposição de recurso protelatório (art. 80, VII, do CPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0201252-49.2012.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Ronicle Silva de Souza (Advogado: Dr. Eunice Valente Lima Ribeiro 5315/AM) e Apelado: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado: Dr. Guilherme Vilela de Paula 1010A/AM, Luis Phillip de Lana Foureaux 1011A/AM, Gustavo Henrique Wykrota Tostes A1065/AM, Isabela Montuori Bougleux de Araujo 118303/MG) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Eunice Valente Lima Ribeiro 5315/AM. “Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do Recorrente, por intermédio de sua advogada constituída, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de aparente intempestividade do Recurso de Apelação alegada em Contrarrazões (fls. 213/215). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0614493-15.2018.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S/A (Advogada: Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho 3696/AM) e Apelado: Christiane Siqueira da Silva fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dra. Thatiane Tupinambá de Carvalho 3696/AM. “Observei que, embora a advogada do Apelante, já cadastrada e responsável pela assinatura do Recurso de Apelação, possua substabelecimento em fls. 23/24, este se encontra vencido desde o dia 02 de janeiro de 2019. Ante o exposto, determino a intimação do Apelante para que, em 5 (cinco) dias úteis, regularize sua representação processual, sob pena de não conhecimento do recurso (art. 76, §2º, I, do CPC). Após regulada a representação processual, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação da parte Apelante, por meio de seus advogados constituídos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), para que se manifeste acerca de possível violação à regra da dialeticidade recursal. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.”. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0622404-20.2014.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Banco Bradesco S.a. (Advogada: Dra. Ana Carolina Sousa Cei 8349/AM, Mauro Paulo Galera Mari 3056/MT) e Apelado: Meta Serviços de Vigilância Ltda (Advogado: Dr. Francisco Charles Cunha Garcia Júnior 4563/AM, Juliana Chaves Coimbra Garcia 4040/AM), fica INTIMADO o APELADO, por meio de seu advogado Dr. Francisco Charles Cunha Garcia Júnior 4563/AM, Juliana Chaves Coimbra Garcia 4040/AM, para apresentação de contrarrazões ao recurso em epígrafe, no prazo da lei, contados da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do portal de serviços e-saj. AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0718496-31.2012.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A (Advogado: Dr. Rodolfo Meira Roessing 12719/PA, Simone de Sá Araújo Jardim 1650/AM, Juliana Chaves Moura 8901/AM, Hilcia Regina Lima de Aquino 5648/AM, Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante 4339/AM, Elba Kátia Corrêa 5934/AM, Aline Ferreira Pereira 6741/AM, Allan Marcelo serrão Braule Pinto 9133/AM, Daniella Rodrigues de Araújo 8199/AM, Juscelino Rosa Gomes Júnior 9278/AM, Daniel Coutinho da Silva 9122/AM, Ronaldo Sperry Júnior 9308/AM, Elaine Navegante do Amaral 9092/AM, Larissa Bezerra Maciel 9423/AM, Luana Silva Santos 16292/PA) e Apelado: Antonio Raimundo Nonato Pereira de Almeida (Advogado: Dr. Elio Francisco de Carvalho 493A/AM, Silvana Castro Muniz 648A/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seus Advogados Dr. Rodolfo Meira Roessing 12719/PA, Simone de Sá Araújo Jardim 1650/AM, Juliana Chaves Moura 8901/AM, Hilcia Regina Lima de Aquino 5648/AM, Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante 4339/AM, Elba Kátia Corrêa 5934/AM, Aline Ferreira Pereira 6741/AM, Allan Marcelo serrão Braule Pinto 9133/AM, Daniella Rodrigues de Araújo 8199/AM, Juscelino Rosa Gomes Júnior 9278/AM, Daniel Coutinho da Silva 9122/AM, Ronaldo Sperry Júnior 9308/AM, Elaine Navegante do Amaral 9092/AM, Larissa Bezerra Maciel 9423/AM, Luana Silva Santos 16292/PA. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação do Recorrente, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), a respeito de possível violação à regra da dialeticidade recursal alegada no tópico "Impossibilidade do Andamento do Recurso" das Contrarrazões de Apelação (fls. 206/207). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0629105-60.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Celio Mauro Paula de Castro (Advogado: Dr. Edmilson Lucena dos Santos Júnior 6030/AM) e Apelado: O Estado do Amazonas (Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior 13184/AM) fica INTIMADO o APELANTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Edmilson Lucena dos Santos Júnior 6030/AM. "Nesse contexto, em observância ao disposto no §4º do art. 1.007, CPC/15, determino a intimação do recorrente, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento do preparo em dobro, sob pena de deserção, dispondo de 5 (cinco) dias úteis, na forma do art. 218, §1º c/c 219, do CPC/15. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0002057-13.2017.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Advogado: Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire 56543/MG, Gustavo de Marchi 84288/MG, Carla Severo Batista Simões A778/AM, Luiz Antônio Simões 777A/AM, Rodrigo Freire 129725/MG, Juliana Passos dos Santos 7815/AM) e Embargado: Eletro Instalações Ltda. (Advogado: Dr. Almério Augusto C. dos Anjos de Castro e Costa 5171/AM) ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES, na pessoa de seu Advogado Dr. Décio Flávio Gonçalves Torres Freire 56543/MG, Gustavo de Marchi 84288/MG, Carla Severo Batista Simões A778/AM, Luiz Antônio Simões 777A/AM, Rodrigo Freire 129725/MG, Juliana Passos dos Santos 7815/AM, Almério Augusto C. dos Anjos de Castro e Costa 5171/AM. "Portanto, antes de se proceder ao julgamento do recurso, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da possível perda do objeto recursal, tendo em vista a existência de sentença extintiva da execução. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

De ordem do Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, Relator dos autos dos autos eletrônico Remessa Necessária Cível nº 0637010-19.2015.8.04.0001 - Manaus em que é Remetente: Juízo de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública do Estado do Amazonas e Sofia Costa Tenório (Advogado: Dr. Samuel Soares de Miranda 10370/AM, Thays de Souza Batista 10440/AM) e Requerido: Secretaria de Segurança Pública do Estado do Amazonas e O Estado do Amazonas, fica INTIMADO o REQUERENTE, na pessoa de seu Advogado Dr. Samuel Soares de Miranda 10370/AM, Thays de Souza Batista 10440/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 02 (dois) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), considerando o prazo em dobro do Estado, art. 183 do CPC, a respeito de possível ausência de cabimento da presente remessa necessária, em virtude de que o valor da condenação não alcançaria o limite legal exigido pelo art. 496, §3°, II, do CPC, conforme opinado pelo Órgão Ministerial às fls. 109/114. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0628487-86.2013.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Banco Volkswagen S/A. (Advogado: Dr. Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei 21678/PE). Apelado: Renato Oliveira Barbosa. (Advogado(a): Dr.Christiano Pinheiro da Costa 3542/AM). DECISÃO: "Ante a desistência manifestada às fls. 345, com fundamento nos arts. 932, III, e 998, caput, do CPC, não conheço do presente recurso. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0635679-02.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: H Brandão ME. (Advogado: Dr. Heliandro Brandão de Lima 4894/AM). Apelado: Banco Bradesco S.a.. (Advogado: Dr. Ana Carolina Sousa Cei 8349/AM, Mauro Paulo Galera Mari 877A/AM, Mauro Paulo Galera Mari 3056/MT). DECISÃO: "Ante a desistência manifestada às fls. 218, com fundamento nos arts. 932, III, e 998, caput, do CPC, não conheço do presente recurso. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.". AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004148-37.2019.8.04.0000 - Rio Preto da Eva/Am, em que é Agravante: Estado do Amazonas. (Advogado: Dr. Renan Taketomi de Magalhães (8739/AM)). Agravado: Mateus Gonçalves dos Santos. (Advogado: Dr. Antonio Ramos de Carvalho (9503/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, indefiro o pedido de efeito suspensivo, por entender não demonstrado o preenchimento dos requisitos para tal.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. **Antonio Ramos de Carvalho (9503/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004434-15.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Maria Niete Cavalcante Seixas. (Advogado: Dr. Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM)). Agravado: Marcio Roberto Soares do Nascimento. (Advogado: Dr. Helder Soares de Lima (7536/AM)). DECISÃO: "Diante do exposto, confiro efeito suspensivo ao presente recurso para suspender a substituição de penhora determinada na decisão recorrida.".

Fica **INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. **Helder Soares de Lima (7536/AM)**, para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal.

Ficam **INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seus advogados Dr. **Ronaldo Lázaro Tiradentes (4113/AM), Helder Soares de Lima (7536/AM)**, com fundamento no art. 10 do CPC, para que, em 15 (quinze) dias, se manifestem acerca da (im) possibilidade de aplicação ao caso em análise da teoria da causa madura na hipótese do o Colegiado anular a decisão por ausência de fundamentação (art. 1.013, §3º, IV, do CPC), observados os parâmetros estabelecidos pela Corte Especial do STJ no julgamento do REsp nº 1.215.368/ES. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0253877-94.2011.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: O Município de Manaus. (Advogado: Dr. Margaux Guerreiro de Castro 3917/AM). Apelado: Isac Picanço Costa. (Advogado: Dr. Juarez Camelo Rosa 2695/AM). DECISÃO: "Com isso, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), considerado o prazo em dobro para Município de Manaus, art. 183 do CPC, sobre os seguintes tópicos: (i) Prejudicialidade do julgamento do proceso n. 0255870-83.2011.04.0001 e a possibilidade de não mais julgá-lo, por ocasião de seu arquivamento determinado pelo Ilustre Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil, cabendo notar, inclusive, já ter havido remessa para uma das contadorias do fórum para ultimar a baixa processual, conforme termo de fls 262, em consulta ao SAJ no primeiro grau. (ii) Necessidade de julgamento uniforme de cada um dos recursos não encerrados a todos litigantes (processos n. 0254389-7.2011.8.04.0001 e n. 0253877-94.2011.8.04.0001), de maneira que, à vista do cenário dos autos, um único recurso tem o condão de abranger a situação dos demais.".

Fica **INTIMADO o APELADO**, na pessoa de seu Advogado **Dr. Juarez Camelo Rosa 2695/AM**. AE

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Paulo César Caminha e Lima, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0254389-77.2011.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: O Município de Manaus. (Advogado: Dr. Margaux Guerreiro de Castro 3917/AM). Apelado: Jonathas da Silva Coelho. (Advogado: Dr. Juarez Camelo Rosa 2695/AM). DECISÃO: "Com isso, em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), considerado o prazo em dobro para Município de Manaus, art. 183 do CPC, sobre os seguintes tópicos: (i) Prejudicialidade do julgamento do processo n. 0255870-83.2011.04.0001 e a possibilidade de não mais julgá-lo, por ocasião de seu arquivamento determinado pelo Ilustre Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil , cabendo notar, inclusive, já ter havido remessa para uma das contadorias do fórum para ultimar a baixa processual, conforme termo de fls 262, em consulta ao SAJ no primeiro grau. (ii) Necessidade de julgamento uniforme de cada um dos recursos não encerrados a todos litigantes (processos n. 0254389-77.2011.8.04.0001 e n. 0253877-94.2011.8.04.0001), de maneira que, à vista do cenário dos autos, um único recurso tem o condão de abranger a situação dos demais. ".

Fica **INTIMADO o APELADO**, na pessoa do seu Advogado **Dr. Juarez Camelo Rosa 2695/AM**. AE

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0601493-50.2015.8.04.0001**, em que **são Apelantes/Apelados: Daniel Silva Barroso, Terezinha Silva Barroso.** (Advogado: Dr. Daniel Silva Barroso OAB: 2.965/AM). **Apelante/Apelado: Direcional Engenharia Ltda.** (Advogados: Escritório Andrade Gc Advogados OAB: 5.797/AM, Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB: 3.467/AM e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO MONOCRÁTICA de fls. 564/565,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Estando as partes regularmente representadas, à míngua de qualquer óbice ao deferimento do pedido e, ainda, não sendo causa cuja manifestação do Órgão Ministerial seja obrigatória, **HOMOLOGO** o acordo firmado entre as partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Como consequência, extingo o feito, com resolução de mérito, com supedâneo no art. 487, I1 , do CPC". Decoridos os prazos para eventuais recursos, adote a Secretaria as providências de estilo ao arquivamento dos autos. P.R.IC. Manaus, 29 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0646540-42.2018.8.04.0001,** em que é **Apelante: Raimundo José Peixoto da Silva.** (Advogado: Dr. Adson Pinho Pinto OAB: 5.850/AM). **Apelados: Banco Bonsucesso Consignado S.A., Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A.** (Advogado: Dr. Cássio Chaves Cunha OAB: 12.268/PA). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 174,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator".**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

intimada a parte agravada, para apresentar contrarrazões, no prazo de Lei (CPC, art. 1.019, I)". Cumpra-se. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004032-31.2019.8.04.0000,** em que é **Agravante: Natanilde Joaquinos de Oliveira.** (Defensor: Dr. José Ivan Benaion Cardoso OAB: 1.657/AM). **Agravado: Jeferson Castro Silva.** (Advogados: Dra. Laura Poliana de Oliveira Fragata OAB: 13.528/AM, Dr. Railnilson de Oliveira Fragata OAB: 13.923/AM). **Fica o Agravado intimado,** na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentar contrarrazões** ao presente recurso no prazo da Lei". Manaus/AM, 11 de setembro de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0003206-95.2014.8.04.3800,** em que é **Apelante: Municipio de Coari/AM.** (Procuradora: Dra. Laura Macedo Coelho OAB: 11.723/AM). **Apelada: Miriam Oliveira de Paula.** (Advogado: Dr. Leandro Castilho OAB: 6.082/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 107,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos".** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

De ordem do Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo - Relator nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0644737-58.2017.8.04.0001**, em que é **Apelante: Maria Iranete Leite.** (Advogados: Dr. Ricardo Nunes Lopes OAB: 13.034/AM, Dr. Risonaldo de Melo Lima Júnior OAB: 6.997/AM). **Apelado: Banco Industrial do Brasil. S/A.** (Advogado: Dr. Wilson Sales Belchior OAB: A1.037/AM - 17.314/CE e outros). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fl. 481,** exarado nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "...Tendo em vista que o caso dos autos não se amolda a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, **recebo o presente apelo em ambos efeitos". Dê-se vista dos autos ao Graduado Órgão Ministerial.** Publique-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 30 de agosto de 2019. (as) Des. **Wellington José de Araújo - Relator.**

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::

Manaus, 11 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos - Secretária.

(Lnsc).

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL
INTIMAÇÃO

De ordem da **Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0601779-57.2017.8.04.0001, em que é Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)** (Advogados: Dr. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Dra. Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e outros. **Apelada: Maria Auxiliadora Motta de Souza** (Defensor: Dr. Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM). **Fica o Apelante intimado da DECISÃO de fl. 224,** exarada nos autos acima referidos na qual "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria para as providências subsequentes. Manaus/AM, 12 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

De ordem da **Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura -** Relatora nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0631605-94.2018.8.04.0001, em que é Apelante: Pdg Realty S/A Empreendimentos e Participações e Api Spe 15 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliarios Ltda** (Advogados: Dra. Carla Daniele Visoto (275366/SP) e Dr. Jundival Adalberto Pierobom Silveira (55160/SP). **Apelado: R.N. de Oliveira** (Advogado: Dr. Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (6721/AM). **Ficam as partes intimadas da DECISÃO de fls. 3185,** exarada nos autos acima cujo teor final é o seguinte: "Tendo em vista que o caso dos autos se amolda à hipótese do inciso V, do prefalado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. À Secretaria para as providências subsequentes. Manaus/AM, 12 de agosto de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

Manaus, 12 de setembro de 2019 (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Secretária.

RPCR

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos
Processos Julgados Virtualmente

Processo: 0005120-75.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Petroleo Brasileiro S/A. - Petrobras
Advogado: César Augusto de Pinho Pereira (OAB: 17712/BA)
Advogado: Arthur Miguel Ferreira Lawand (OAB: 212895/SP)
Advogado: César Augusto de Pinho Pereira (OAB: 12893/AM)
Advogado: Andrea Almeida Soares (OAB: 213367/SP)
Advogado: Taisa Oliveira Maciel (OAB: 118488/RJ)
Advogado: Helio Siqueira Junior (OAB: 62929/RJ)
Advogada: Viviane do Nascimento Pereira Sá (OAB: 130645/RJ)
Advogado: Marco Aurélio Ferreira Martins (OAB: 194793/SP)
Advogado: Danielle Nunes Valle (OAB: 11542/AM)
Embargado: Autcom Engenharia Ltda
Advogado: Carolina Augusta Martins (OAB: 9989/AM)
Advogado: Hugo Fernandes Levy Neto (OAB: 4366/AM)
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EQUÍVOCO NA EMENTA. MENÇÃO DE APELAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE INÁBIL PARA ALTERAR AS RAZÕES DE CONVENCIMENTO NO ACÓRDÃO. OMISSÃO. MERO INCONFORMISMO COM O PROVIMENTO JUDICIAL. REDISCUSSÃO DO MÉRITO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

-Havendo erro material quanto ao equívoco de consignar na decisão haver julgamento de Apelação ainda pendente, não é capaz de afastar as razões de convencimento da decisão. Correção do erro que se verifica.-O inconformismo da parte evidenciado pela pretensão na revisitação do mérito recursal é incabível em sede de embargos de declaração nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil.-EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE. . DECISÃO: "EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ERRO MATERIAL. EQUÍVOCO NA EMENTA. MENÇÃO DE APELAÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE INÁBIL PARA ALTERAR AS RAZÕES DE CONVENCIMENTO NO ACÓRDÃO. OMISSÃO. MERO INCONFORMISMO COM O PROVIMENTO JUDICIAL. REDISCUSSÃO DO MÉRITO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE EM SEDE DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. -Havendo erro material quanto ao equívoco de consignar na decisão haver julgamento de Apelação ainda pendente, não é capaz de afastar as razões de convencimento da decisão. Correção do erro que se verifica. -O inconformismo da parte evidenciado pela pretensão na revisitação do mérito recursal é incabível em sede de embargos de declaração nos termos do artigo 1.022, do Código de Processo Civil. -EMBARGOS ACOLHIDOS PARCIALMENTE. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005120-75.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer os embargos de declaração para acolhê-los em parte, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0005137-14.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Embargante: Santa Cordelia Empreendimentos Imobiliarios Ltda

Embargante: Santo Anatolio Empreendimentos Imobiliarios Ltda

Embargante: Capital Rossi Empreendimentos S/A

Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP)

Embargado: José Martins de Farias Filho

Embargada: Suely Inez Cardoso Farias

Advogada: Inácia Maria Caldas Trindade (OAB: 6656/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Des. Airton Luís Corrêa Gentil

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS. - Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito. - Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado. - Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada. - Embargos de Declaração Rejeitados. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005137-14.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0012671-94.2005.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S/A

Advogado: Edson Rosas Junior (OAB: 1910/AM)

Apelada: Rosimeire de S.P. Dias

Apelado: Cláudio Gomes Dias

Apelada: Rosimeire de Salles Pupo Dias

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - ART. 267, IV, CPC/73 - SENTENÇA MANTIDA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 267, IV, do CPC/73;- RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - PROCESSO CIVIL - EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO - PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E VALIDADE PROCESSUAL - AUSÊNCIA DE CITAÇÃO - ART. 267, IV, CPC/73 - SENTENÇA MANTIDA - APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 267, IV, do CPC/73; - RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0012671-94.2005.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.".

Processo: 0619379-28.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco S.A.

Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: A921/AM)

Advogada: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB: 205961/SP)

Apelado: Hilton da Silva Rodrigues

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA – NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA.- Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC;- O que se consta dos autos é que o juiz intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação. Todavia, em observância ao disposto no art. 9º e 10º do NCPC e do próprio parágrafo, 1º do art. 485 também do NCPC, o juiz deveria ter realizado novo despacho, intimando pessoalmente o autor a se manifestar sobre seu interesse no prosseguimento do feito;- Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada.- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - EXTINÇÃO DO PROCESSO POR INÉRCIA DO AUTOR ANTE COMANDO JUDICIAL - ABANDONO DE CAUSA - NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - 485, § 1º DO CPC - PRECEDENTES DESTA CÂMARA CÍVEL - SENTENÇA ANULADA. - Note-se que caso o autor não impulsione o processo por mais de 30 dias, fica caracterizada a sua desídia, falta de zelo, a ausência de esforço da parte em dar andamento ao

feito. O processo não tem impulso e, nesses casos, deve ocorrer a prévia intimação pessoal da parte para promover o andamento do feito, nos termos do art. 485, III c/c §1º do mesmo artigo do CPC; - O que se consta dos autos é que o juiz intimou o autor apenas pelo meio eletrônico para que desse prosseguimento e, como não fora apresentada manifestação no prazo estabelecido, este julgou extinta a ação. Todavia, em observância ao disposto no art. 9º e 10º do NCPC e do próprio parágrafo, 1º do art. 485 também do NCPC, o juiz deveria ter realizado novo despacho, intimando pessoalmente o autor a se manifestar sobre seu interesse no prosseguimento do feito; - Com isso, ao compulsar os autos, constata-se que não foram atendidas todas as medidas necessárias para que o processo fosse extinto com base no abandono da causa, uma vez que a intimação pessoal da parte não foi efetuada. - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0619379-28.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.”.

Processo: 0629302-44.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Honda S/A

Advogado: Hiran Leão Duarte (OAB: 10422/CE)

Advogado: Eliete Santana Matos (OAB: 10423/CE)

Apelada: Clara Danielle da Costa

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – DIREITO PROCESSUAL CIVIL – SENTENÇA EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO – ART. 485, IV, CPC – INEXIGIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL – PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. - O fundamento do magistrado de primeira instância se deu no inciso IV do art. 485, e não no II ou III do mesmo artigo, como alegado pela apelante. - A citação (válida) antecede a formação válida e regular do processo, sem ela, não há se falar em extinção por abandono, pois, sob a perspectiva processual, não se abandona o que não é válido. - Recurso desprovido.. DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO PROCESSUAL CIVIL - SENTENÇA EXTINGUIU O FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO - ART. 485, IV, CPC - INEXIGIBILIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL - PRECEDENTES - RECURSO DESPROVIDO. - A inércia do autor em promover as diligências necessárias para a citação enseja a extinção do processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto de constituição e validade deste, nos termos do art. 485, IV, do CPC. - O fundamento do magistrado de primeira instância se deu no inciso IV do art. 485, e não no II ou III do mesmo artigo, como alegado pela apelante. - A citação (válida) antecede a formação válida e regular do processo, sem ela, não há se falar em extinção por abandono, pois, sob a perspectiva processual, não se abandona o que não é válido. - Recurso desprovido. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0629302-44.2017.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.”.

Processo: 0635319-67.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Ana Maria Silva Carneiro

Advogado: Abrahim Jezini Júnior (OAB: 8073/AM)

Advogado: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM)

Apelada: Eucatur Empresa Uniao Cascavel de Transporte Turismo Ltda.

Advogada: Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (OAB: 4083/AM)

Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM)

Apelada: Rondônia Transportes Ltda

Advogada: Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (OAB: 4083/AM)

Advogado: Talvani Franco Leite Brito (OAB: 680A/AM)

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. João de Jesus Abdala Simões e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DANO MORAL E ESTÉTICO. ACORDO EXTRAJUDICIAL COM COBERTURA PARA TRATAMENTO DE LESÕES ADVINDAS DO ACIDENTE. RENÚNCIA À FUTURAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS. NEGÓCIO JURÍDICO VÁLIDO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE LESÕES CONSOLIDADAS QUE CAUSEM REPULSA. NÃO OCORRÊNCIA DE DANOS. -O Acordo Extrajudicial firmado pelas partes é explícito ao prever a reparação dos danos à vítima que aceitou e renunciou futuras ações indenizatórias, não havendo elementos para que se infira a ocorrência de qualquer vício no negócio jurídico.-Não demonstradas lesões de caráter definitivo e consolidado que cause repulsa, incabível os danos estéticos.-RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. DANO MORAL E ESTÉTICO. ACORDO EXTRAJUDICIAL COM COBERTURA PARA TRATAMENTO DE LESÕES ADVINDAS DO ACIDENTE. RENÚNCIA À FUTURAS AÇÕES INDENIZATÓRIAS. NEGÓCIO JURÍDICO VÁLIDO. AUSÊNCIA DE VÍCIOS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE LESÕES CONSOLIDADAS QUE CAUSEM REPULSA. NÃO OCORRÊNCIA DE DANOS. -O Acordo Extrajudicial firmado pelas partes é explícito ao prever a reparação dos danos à vítima que aceitou e renunciou futuras ações indenizatórias, não havendo elementos para que se infira a ocorrência de qualquer vício no negócio jurídico. -Não demonstradas lesões de caráter definitivo e consolidado que cause repulsa, incabível os danos estéticos. -RECURSO NÃO PROVIDO. ACÓRDÃO. Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0635319-67.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer o recurso para negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.”.

Processo: 0606177-86.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Chibatão Navegação e Comércio Ltda

Advogado: Erisvanha Ramos de Souza (OAB: 3857/AM)

Apelado: Britamazon Indústria Comércio e Mineração Ltda

Advogado: Germano Costa Andrade (OAB: 2835/AM)

Relatora: Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO. APLICAÇÃO DO § 2º DO ARTIGO 86 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1) Sentença proferida em 2017 deve aplicar o Código de Processo Civil vigente;2) O § 2º do artigo 85 do CPC permite a fixação dos honorários tendo por base de cálculo o valor do proveito econômico efetivamente auferido;3) Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: “EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. SUCUMBÊNCIA. FIXAÇÃO SOBRE O PROVEITO ECONÔMICO. APLICAÇÃO DO § 2º DO ARTIGO 86 DO CPC. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1) Sentença proferida em 2017 deve aplicar o Código de Processo Civil vigente; 2) O § 2º do artigo 85 do CPC permite a fixação dos honorários tendo por base de cálculo o valor do proveito econômico efetivamente auferido; 3) Recurso conhecido e provido.”.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0002003-76.2019.8.04.0000 - Apelação Cível, Vara Única de Anori
Apelante: Ernesto Gomes da Rocha
Advogado: Antonio das Chagas Ferreira Batista (OAB: 4177/AM)
Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau
Promotor: Kleyson Nascimento Barroso (OAB: 6879/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO QUE INDEFERE IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. NATUREZA INTERLOCUTÓRIA. PROSSEGUIMENTO DA FASE EXECUTÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. ERRO GROSSEIRO. DECISÃO QUE DESAFIA AGRAVO DE INSTRUMENTO.-A decisão que indefere impugnação ao cumprimento de sentença desafia interposição de Agravo de Instrumento, posto que interlocutória não pondo fim a fase executória.-Disposição expressa nos artigos 203 e parágrafo único do 1.015, do CPC, impossibilitando a aplicação da fungibilidade recursal.-RECURSO NÃO CONHECIDO . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0002003-76.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0002156-12.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Superintendência de Habitação do Amazonas - SUHAB
Advogado: Fernando Costa Alves (OAB: 10859/AM)
Embargada: Maria Palmira Soriano de Mello Antonaccio
Advogado: Apoena Moreira Costa (OAB: 4055/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito;- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado;- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada;- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002156-12.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0002260-04.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 3ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Raimunda Gomes Alves
Embargante: Maria da Silva Lima
Embargante: Maria Jose Alves da Silva
Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM)
Embargante: Maria Jose Narciso de Almeida
Embargante: Perpétua de Souza Araujo
Embargado: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev
Advogada: Luciane Barros de Souza (OAB: 4789/AM)
Embargado: O Estado do Amazonas
Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002260-04.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0002264-41.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: Mauro Cesar da Silva Costa
Embargante: Julcinei Martins Vargas
Embargante: Luís Carlos Peres Macedo
Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM)
Embargante: Michael Sampaio Cardoso
Embargante: Nezoneide Saldanha Ribeiro
Embargante: Nibson de Souza Rodrigues
Embargante: Raimundo Gomes dos Reis
Embargante: Reginaldo Tananta Macedo
Embargante: Rusbel Del Aguila Pua
Embargante: Sadraque Barbosa do Vale
Embargado: O Estado do Amazonas
Procurador: Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada;- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002264-41.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0002265-26.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: José da Silva Carvalho
Embargante: Samarone da Silva Noé
Embargante: Rougles Pereira Braga
Embargante: Max Lopes da Silva
Embargante: Maria Jessé Pereira Maciel
Embargante: Marcelo Lopes de Matos
Embargante: José Luiz da Silva
Embargante: José Guilherme da Silva de Souza
Embargante: Bartolomeu Freitas da Rocha
Embargante: Jose Adizon Damascena Souza

Embargante: Jorge Matias Duarte
Embargante: João de Souza Pereira
Embargante: Francisco Chagas dos Santos Oliveira
Embargante: Enivaldo Monteiro Holanda
Embargante: Danizio Valente Gonçalves Neto
Embargante: Antônio Sérgio da Silva Ribeiro
Advogada: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM)
Embargante: Amarildo da Conceição Alves de Souza
Embargado: O Estado do Amazonas
Procurador: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada.- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0002265-26.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0003752-31.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Lucas Pereira da Silva
Advogada: Michelle Pereira Cruz. (OAB: 7072/AM)
Embargado: Dpvat - Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S/A
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB: 831A/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE - REJEIÇÃO.- A contradição apta a ensejar a oposição dos Embargos de Declaração é aquela presente no próprio corpo da decisão e não desta em relação a atos externos. Por conseguinte, não encontra amparo a alegação do Recorrente de que o Acórdão fora contraditório com relação às provas contidas nos autos; - Acerca da suposta omissão, não se verifica tal mácula, tendo sido claramente abordadas as questões postas nos autos, valendo ressaltar que restou clara a fundamentação no tocante à redução do percentual de perda auferido por perícia médica;- Na verdade, o que pretende o embargante é rediscutir a matéria já examinada, o que não é cabível em sede de embargos de declaração, por não ser o meio processual próprio, porquanto limitados às hipóteses contidas legalmente previstas;- EMBARGOS REJEITADOS.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0003752-31.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer dos Embargos de Declaração para lhes rejeitar, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0004389-79.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante: Mauricio Benedito Gomes
Advogado: Michel Monteiro Gioia (OAB: 5288/AM)
Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM)
Embargado: Alberto Augusto Ribeiro Paiva
Advogada: Roberta de Souza Cicuto (OAB: 53781/PR)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE – EMBARGOS CONHECIDOS E REJEITADOS.- Em sede de embargos declaratórios somente se verifica a omissão de acórdão quando este deixa de tratar de matéria relevante para a resolução do mérito.- Não se nota a presença de qualquer omissão no acórdão embargado.- Pedido de pronunciamento acerca de assunto que já foi objeto de manifestação desta Corte, configura má utilização dos embargos, considerando que estes não se prestam a rediscussão de matéria já analisada;- Embargos de Declaração Rejeitados.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0004389-79.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a colenda Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso e rejeitá-lo, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005025-45.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública
Embargante: J. A. V. de A.
Advogada: Fabiane Batista França (OAB: 12077/AM)
Advogado: Priscila de Aquino Gomes (OAB: 394519/SP)
Embargado: o E. do A.
Procurador: Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL – OMISSÃO EVIDENCIADA – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS – MAJORAÇÃO PARA 15% (QUINZE POR CENTO) SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO – TRABALHO ADICIONAL EM SEDE RECURSAL – INTELIGÊNCIA DO ART. 85, §11, DO CPC – ACOLHIMENTO PARCIAL DOS ACLARATÓRIOS.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Embargos de Declaração Cível nº 0005025-45.2019.8.04.0000, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer dos aclaratórios para acolhê-lo em parte, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0005226-37.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível, 3ª Vara de Família
Agravante: M. de J. G. de L.
Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Agravado: M. A. de L.
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Des. Aristóteles Lima Thury
EMENTA – DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO FEITO. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.I – A sentença de 1.º grau extinguiu o feito na forma do artigo 485, III, da Lei Processual Civil/2015, tendo em conta que a autora, mesmo intimada pessoalmente, não compareceu aos autos e abandonou a causa. II – a Defensoria Pública foi devidamente intimada para promover o andamento do processo, e foi ela mesma quem pugnou pela intimação pessoal da autora, conforme petição às fls. 13. No mais, é desnecessário que a intimação pessoal seja assinada pelo próprio autor, bastando que seja recebida no endereço indicado na inicial. III – Agravo desprovido. . DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do(as) Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0205858-91.2010.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Locavel Serviços Ltda
Advogado: Milcyete Braga Assayag (OAB: 5006/AM)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Margaux Guerreiro de Castro (OAB: 3917/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. ANTONINA MARIA DE CASTRO DO COUTO VALLE
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – ÔNUS DA PROVA – AUTOR – ART. 373, I, CPC – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- A Apelante não logrou êxito em demonstrar o fato constituitivo do seu direito, conforme disciplina do art. 373, I, do Código de Processo Civil, qual seja a mora da municipalidade em efetivar os pagamentos devidos em razão de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, donde exsurgiria o direito vindicado à percepção de diferenças ante o atraso no adimplemento do valores devidos;- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível de nº 0205858-91.2010.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0231579-11.2011.8.04.0001 - Apelação Cível, 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Apelante: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda
Advogado: Nelson Bruno Valença (OAB: 15783/CE)
Advogado: Marcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE)
Advogado: Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE)
Apelante/apelado: Jackson Veloso de Freitas
Advogado: Antonio Carlos de C. Paiva Filho (OAB: 3401/AM)
Apelado: Auto Viação Maranhão Ltda - EPP
Advogado: Adriano Cezar Ribeiro (OAB: 4848/AM)
Advogado: Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB: 11063/AM)
Apelado: Leão Transportes Rodoviários de Passageiros Ltda.
Advogado: José da Rocha Freire (OAB: 3768/AM)
Apelada: Rádio e Televisão Bandeirantes Ltda
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS E MATERIAIS – PRELIMINAR CERCEAMENTO DE DEFESA NEGADA – PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE NÃO RECONHECIDA – SUCUMBÊNCIA DO ÔNUS PROBATÓRIO RECÍPROCO – APLICABILIDADE DA TEORIA DA CAUSA MADURA - RESPONSABILIDADE CIVIL SOLIDÁRIA - DANOS MATÉRIAS E MORAIS CARACTERIZADOS - HONORÁRIOS À LITISDENUNCIADA DESPROPORCIONAL E DESARRAZOADO – SENTENÇA REFORMADA – RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. - constato ter havido aquiescência tácita por parte do apelante, uma vez que praticou ato incompatível com sua irresignação, aceitando o teor da decisão de fls. 285/286, vez que requereu o julgamento antecipado da lide.- É cediço que estão suspensos durante a Semana Nacional da Conciliação, os prazos processuais judicias dos processos físicos e eletrônicos, em 1º e 2º Graus.- O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito (art. 373, I, CPC).- Caberia ao requerido, ora apelado, provar fato impeditivo, extintivo ou modificativo do direito do autor, nos termos do art. 373, do NCPC. Porém, este não logrou êxito, visto que não fora constatada nenhuma prova, juntada pelo réu, contrária ao direito demonstrado do autor. Tratando-se de meras alegações infundadas sobre uma outra versão do fato em litígio.- Quando o processo que estiver em plenas condições para ser resolvido, ou seja, passada toda a fase cognitiva/instrutória e, não sendo necessária a produção de provas (fls. 280), o tribunal não poderá se furtar da tarefa imposta pela legislação processual civil.deverá julgar o mérito.-Cinge-se a controvérsia, no caso em tela, a respeito da culpabilidade da empresa ré no acidente. No entanto, não há substância probatória nos autos, apta a confirmar que a vítima deu causa ao evento danoso.- Os danos materiais não se presumem, visto que devem ser comprovados, ônus da prova que incumbe ao autor-recorrente. No caso, indenização arbitrada em R$ 3.881,06. Não há como falar que o sofrimento de um acidente, que lhe causa ferimentos, possa ser visto como mero dissabor do cotidiano, logo, atendendo a uma finalidade punitiva-pedagógica, considero que o valor arbitrado em R$ 10.000,00 (dez mil reais) proporcional e razoável.- A condenação ao pagamento de honorários para a litisdenunciada de 10% do valor da causa (R$ 24.348,89), causaria enriquecimento ilícito da empresa Auto Viação Vitória Régia, que apenas manifestou-se em uma ocasião no complexo caso em tela. Desta forma, entendo que os honorários à litidenunciada arbitrados em 15% sobre o valor da condenação, configura-se como sendo mais adequado ao pleito.- Recurso parcialmente provido.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação nº 0231579-11.2011.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para lhe dar parcial provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0264000-25.2009.8.04.0001 - Apelação Cível, 4ª Vara da Fazenda Pública
Apelante: Locavel Serviços Ltda
Advogado: Milcyete Braga Assayag (OAB: 5006/AM)
Apelado: O Município de Manaus
Procurador: Ladyane Serafim Pereira (OAB: 4990/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL – APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE COBRANÇA – ÔNUS DA PROVA – AUTOR – ART. 373, I, CPC – AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO – RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.- A Apelante não logrou êxito em demonstrar o fato constituitivo do seu direito, conforme disciplina do art. 373, I, do Código de Processo Civil, qual seja a mora da municipalidade em efetivar os pagamentos devidos em razão de contrato de prestação de serviços firmado entre as partes, donde exsurgiria o direito vindicado à percepção de diferenças ante o atraso no adimplemento do valores devidos;- Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível de nº 0264000-25.2009.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0604477-36.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, Vara da Auditoria Militar
Apelante: O Estado do Amazonas
Procurador: Isabela Peres Russo (OAB: 3198/AM)
Apelado: Dilsoney Chapiama da Silva
Advogado: Frederico Gustavo Távora (OAB: 6462/AM)
Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle
Presidente/Relatora: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha
EMENTA – DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. LITISPENDÊNCIA. NÃO CONFIGURADA. POLICIAL MILITAR. LICENCIAMENTO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO. DECISÃO DO COMANDANTE GERAL DA PMAM. INEXISTÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. NULIDADE. APELAÇÃO DESPROVIDA.I - Não restou configurada a litispendência, pois é de notória sabença que esse instituto apenas ocorre quando há um litígio pendente de julgamento por um juiz e outra ação é proposta com as mesmas partes e sobre o mesmo fato, nos termos do art. 37, inciso VI,

§§1° ao 3°, do CPC.II – A decisão do Comandante Geral que licenciou a bem da disciplina policial militar não apontou fatos ou fundamentos jurídicos específicos, motivo pelo qual é nula por violação ao dever constitucional de fundamentação.III – Diante da nulidade do ato de licenciamento a bem do serviço, deve o policial militar ser reintegrado com o recebimento de todas as vantagens e direitos inerentes à reintegração.IV - Recurso conhecido e desprovido.. DECISÃO: "ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0604477-36.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos e em dissonância com o parecer ministerial, em conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto da desembargadora relatora.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0608988-69.2016.8.04.0015 - Remessa Necessária Cível, 5ª Vara da Fazenda Pública

Requerente: Antonio Claudio Bezerra

Advogada: Rosangela Galvão Oliveira (OAB: 5630/AM)

Advogado: Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB: 6030/AM)

Advogado: Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB: 9637/AM)

Advogado: Marcio Clebson da Silva Costa (OAB: 10116/AM)

Advogada: Suelen Guedes Barbosa (OAB: 6533/AM)

Advogado: Paulo Sérgio de Oliveira (OAB: 8478/AM)

Advogada: Cléa Lusia Ribeiro Braga Monteiro (OAB: 7019/AM)

Requerido: Instituto Municipal de Engenharia e Fiscalização do Trânsito - Manaustrans

Procurador: Júlio César Lima (OAB: 6182/AM)

Procurador: Natalia Malta Diniz (OAB: 9592/AM)

Advogado: Mauricio Miranda Reis (OAB: 8678/AM)

Advogado: Tatiana Lameira da Costa(OAB: 10259/AM)

Procuradora de Justiça: Exma. Sra. Dra. Antonina Maria de Castro do Couto Valle

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO. DIREITO ADMINISTRATIVO. AUTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO. TRANSFERÊNCIA EFETIVADA PELO COMPRADOR. NOTIFICAÇÃO ENVIADA PARA ENDEREÇO INSUFICIENTE. OBRIGAÇÃO DO PROPRIETÁRIO NA ATUALIZAÇÃO DOS DADOS QUANTO AO ENDEREÇO. NOTIFICAÇÃO EFETIVADA. INFRAÇÃO OCORRIDA SOB PROPRIEDADE DO ANTIGO PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO. FALHA NA INFORMAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO NO MOMENTO DA TRANSFERÊNCIA. ANULAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO, MULTA E PONTUAÇÃO NA CNH. PROCEDÊNCIA. DANOS MORAIS. MERO DISSABOR. NÃO OCORRÊNCIA. -Cabe aos órgãos de trânsito a efetivação da notificação, sem, contudo afastar-se o dever do proprietário em manter os dados de endereço atualizados. Inteligência do artigo 282, § 1º, da Lei 9.503/97.-Notificação enviada dentro do prazo de trinta dias previsto no artigo 281,inciso II, da Lei 9.503/97.-O equívoco do órgão de trânsito em não comunicar pendência de infração de trânsito quando da transferência, não é capaz por si só de causar dano relevante na esfera íntima, incidindo em mero dissabor da vida cotidiana.-REEXAME NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Remessa Necessária Cível nº 0608988-69.2016.8.04.0015, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do reexame necessário para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0611857-81.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Apelado: Adhemar da Paixão e Silva Filho

Advogado: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM)

Advogado: Wiston Feitosa de Sousa (OAB: 6596/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PREVIDÊNCIÁRIO. JUROS. ÍNDICE DA POUPANÇA. CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇO AO CONSUMIDOR - INPC. STJ JULGAMENTO DO RESP. Nº1.492.221/PR.- O mérito da questão recai sobre os índices de correção monetária e juros para cálculo de atualização dos valores referente às parcelas vencidas. Em sentença o juízo e origem estabeleceu a incidência de juros na base de 1% ao mês e atualização monetária observado os índices do IGP-DI;-No que tange aos juros e correção monetária, assiste razão o apelo ante a observância do artigo 1-F, da Lei nº 9.494/1997 (com redação dada pela Lei nº 11.960/2009), porém devendo ser observado o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça STJ no julgamento do REsp. nº 1.492.221/PR, que em condenações previdenciária posteriores a lei n.º 11.960/2009, deverá ser utilizado para cálculo dos juros moratórios o índice de remuneração da caderneta de poupança, e para fins da correção monetária o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). -RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0611857-81.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0616404-62.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 1ª Vara da Fazenda Pública

Apelante: Aristeu Teixeira da Silva Júnior

Advogado: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 583A/AM)

Apelado: O Estado do Amazonas

Procurador: Laércio de Castro Dourado Júnior (OAB: 13184/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDOS ALTERNATIVOS. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA. NÃO OCORRÊNCIA. CORREÇÃO DO VALOR DA CAUSA DE OFÍCIO. MAJORAÇÃO. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS COM BASE EM VALOR ÍNFIMO DA CAUSA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO PROVIDO.-Formulados pedidos alternativos pelo autor cuja natureza do petitório pressupõe a satisfação de sua pretensão de uma ou outra forma. E, concedendo-se um dos pedidos formulados, não há que sustentar-se a ocorrência de sucumbência recíproca. Inteligência do artigo 325, do CPC que faculta ao credor formular mais de um pedido quando da possibilidade do devedor em satisfazer quaisquer deles. Precedentes. AgRg no AgRg no REsp n. 646.383/RS, Relatora Ministra ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/PE), SEXTA TURMA, julgado em 07/05/2013, DJe 14/05/2013; EDcl no REsp 400.065/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 2.9.2002) 3. Agravo regimental parcialmente provido (STJ - AgRg no REsp: 643364 MG 2004/0038339-8, Relator: Ministra DENISE ARRUDA, Data de Julgamento: 06/12/2005, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 06.02.2006 p. 202.-A correção do valor da causa de ofício deve ser observada quando da fixação dos honorários sucumbenciais. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0616404-62.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0631110-55.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Mecnil da Amazônia Indústria e Comércio de Componentes Metálicos Ltda.

Advogado: Bruno Salvatori Paletta (OAB: 252515/SP)

Advogado: Henrique França Silva (OAB: 7307/AM)

Apelado: Moreno Indústria e Comércio de Equipamentos Rodoviários Ltda

Advogado: Bruno Sena Pereira (OAB: 9555/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. CONTRATO DE PERMUTA. DISTRITO INDUSTRIAL. IMÓVEL SITUADO NA ÁREA ABRANGIDA PELA INGERÊNCIA DA SUFRAMA. DIREITO DE PRELEÇÃO DA SUFRAMA. ACORDO FIRMADO NA VIGÊNCIA DE REGULARIZAÇÃO DA POSSE DE APRESENTAÇÃO DE PROJETO DE ENGENHARIA. CONTRATO NULO. -O imóvel objeto de contrato de permuta localizado na área do Distrito Industrial de Manaus, cuja ingerência para posse se dá pela SUFRAMA, deve atender aos requisitos para sua negociação.-No caso, o apelante firmou contrato de permuta na vigência de regularização do projeto de engenharia e arquitetura junto à SUFRAMA, bem como não informou a Autarquia sobre a permuta, inobservando, desse modo, o direito de preleção previsto nos artigos 72 e 76 da Resolução 100 de 28/02/2013. -RECURSO NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0631110-55.2015.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado. Proferiu sustentação oral, Dr. Henrique Silva França, OAB/AM 7307, Advogado do Apelante.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0631263-54.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante/apelado: Jo Caetano Nascimento

Advogado: Reginaldo Souza de Oliveira (OAB: 8310/AM)

Advogado: Lenylce Souza Reis (OAB: 9488/AM)

Advogado: Alfrania Balbino de Oliveira (OAB: 9319/AM)

Apelante/apelado: Geraldo Gomes Barroso Filho Renata Carvalho e Silva Barroso

Advogado: Michel Monteiro Gioia (OAB: 5288/AM)

Advogado: Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB: 7432/AM)

Advogado: Mauricio Benedito Gomes Bissoli (OAB: 13845/AM)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. CONTRATO DE PERMUTA ENTRE IMÓVEIS. CONCESSÃO DE DIREITO DE USO REAL CONFERIDO PELO MUNICÍPIO DE MANAUS POSTERIOR AO CONTRATO DE PERMUTA. IMPOSSIBILIDADE DE CONTRATAR. AUSÊNCIA DE TÍTULO DE PROPRIEDADE E DE LIVRE DISPOSIÇÃO DO IMÓVEL. AUSÊNCIA DE ENTREGA DE PROCURAÇÃO E MEIOS PARA TRANSFERÊNCIA DO IMÓVEL. CULPA RECÍPROCA DOS CONTRATANTES. EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS. OCORRÊNCIA. DANOS MORAIS. DESCABIMENTO POR CULPA RECÍPROCA DOS CONTRATANTES. RESCISÃO DO CONTRATO DE PERMUTA. IMISSÃO NA POSSE. REFLEXO DA DECISÃO. -A propriedade dependente de título definitivo a ser emitido pelo Poder Público não se confunde com a concessão de direito de uso real. Extrai-se que o Apelante obteve a concessão de uso em data posterior à avença, não havendo à época a disposição do imóvel oferecido em permuta. Ademais, a ausência de procuração e meios para transferência de imóvel configura culpa recíproca entre os contratantes, razão pela qual a rescisão contratual se impõe com o retorno do status quo ante.-Não cabem danos morais quando a parte que os invoca cooperou para o insucesso do contrato. -No caso, a sentença que analisando o pedido de rescisão contratual determina a imissão na posse se traduz em reflexo da decisão para retorno das partes ao estado original com a posse sobre os imóveis oferecidos à permuta, não se traduzindo em decisão extra petita, posto que analisa a causa de pedir e pedido sistematicamente. Precedente STJ - AgInt no REsp: 1088528 ES 2008/0209913-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Julgamento: 28/06/2016, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 03/08/2016 -RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS. . DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0631263-54.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer dos recursos para lhes negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0634481-22.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Andréa Ramos da Silva

Advogado: José Estevao Xavier (OAB: 8824/AM)

Advogada: Stelisy Silva da Rocha (OAB: 7989/AM)

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador: Luiz Gustavo Isoldi (OAB: 203340/SP)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. PEDIDO DE AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO. INCAPACIDADE LABORATIVA DECORRENTE DE ACIDENTE DE TRABALHO NÃO DEMONSTRADA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL. - laudo pericial é afirmativo quanto à inexistência de elementos que comprovam que a lesão sofrida pela segurada ser em decorrência do trabalho exercido. Com isso, tal assertiva afasta a competência da Justiça Comum Estadual.- ante a ausência da natureza acidentaria na ação e de acordo com o disposto no art. 109, I da Constituição Federal, a competência para julgar a presente causa é da justiça federal.- RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0634481-22.2018.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a/o (s) Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 0634688-89.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Humberto Ribeiro Xavier Filho

Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)

Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Procurador: Wilson Molina Porto (OAB: 12790A/MT)

Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.

Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.

Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: DIREITO PREVIDÊNCIÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ASPECTOS RELEVANTES. POSSIBILIDADE DE REABILITAÇÃO E REINSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO. RECURSO NÃO PROVIDO.- para a concessão da Aposentadoria por Invalidez o segurado deve que atender o disposto no Art. 42 da Lei n.º 8.213/91, ou seja, ser considerado inapto para qualquer atividade laboral e insuscetível de reabilitação profissional. Situação diversa da apresentada pelo apelante, uma vez que o perito concluiu pela incapacidade parcial e permanente, com possibilidade de reabilitação pra o exercicio de atividade diversa da habitual.- Sentença mantida- RECURSO CONHECIDO NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Apelação Cível nº 0634688-89.2016.8.04.0001, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe negar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Processo: 4000711-04.2019.8.04.0900 - Agravo de Instrumento, 1ª Vara da Fazenda Pública

Agravante: Carlos Alberto de Souza Britto

Advogado: Mario Vitor M Aufiero (OAB: 8787/AM)
Advogado: Aniello Miranda Aufiero (OAB: 1579/AM)
Advogado: Aldenize Magalhães Aufiero (OAB:1874/AM)
Agravado: O Estado do Amazonas
Procurador: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM)
Presidente: Desa. Nélia Caminha Jorge.
Relator: Des. Aristóteles Lima Thury.
Membros: Des. Airton Luís Corrêa Gentil e Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. BLOQUEIO DE SOLDO. VALOR BLOQUEADO QUE ALCANÇA MONTANTE SUBSTANCIAL DA TOTALIDADE DO SOLDO. VEDAÇÃO À PENHORA DE VERBAS REMUNERATÓRIAS COMO SOLDO. INTELIGÊNCIA DO INCISO IV, DO ARTIGO 833, DO CPC.-O Código de Processo Civil inadmite o bloqueio de verbas de natureza remuneratória, como o soldo, em atos executórios, especialmente quando o montante do bloqueio alcança quase que a totalidade do vencimento mensal.-RECURSO PROVIDO.. DECISÃO: "Vistos, discutidos e relatados estes autos de Agravo de Instrumento nº 4000711-04.2019.8.04.0900, ACORDAM os Desembargadores que integram a Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos em, conhecer do recurso para lhe dar provimento, nos termos do voto do Relator, que passa a integrar o julgado.". Sessão: 09 de setembro de 2019.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível , em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005502-68.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, O Estado do Amazonas**, advogado, Kerinne Maria Freitas Pinheiro (10105/PI) e como **Embargado, Flávia Cristina Siqueira Silveira**, advogado, Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (91114/RJ). **Despacho: "(...)** Tendo em vista que os embargos de declaração podem ter efeitos modificativos, determino a intimação da parte adversa para apresentação de manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, nos termos do artigo 1023, §2.º, do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Cristiane Vasconcelos Ribeiro Bastos (91114/RJ)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005783-24.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Argo Seguros Brasil S/A**, advogado, Raphael Saydi Macedo Mussi (155686/RJ), Sérgio Ruy Barroso de Mello (63377/RJ) e Tainah Olímpio Galaxe (7927/AM) e como **Embargado, Digitron da Amazônia Indústria e Comércio S/A**, advogado, Daina Silva Barbosa Costa (269857/SP) e Paulo Henrique Cam Pilongo (130054/SP). **Despacho: "(...)** Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury Relator

Fica intimada a parte embargada, por meio de seu advogado, **Daina Silva Barbosa Costa (269857/SP) e Paulo Henrique Cam Pilongo (130054/SP)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005756-41.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, O Município de Manaus**, advogado, Andrea Regina Vianez de Castro e Cavalcanti (2413/AM) e Evellyn Priscilla Omena Garcia (8254/AM) e como **Embargado, Sebastião Lima da Silva**, advogado, Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necesárias. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-
Relator

Ficam as partes intimadas, Ademario do Rosario Azevedo (2926/AM) e Wiston Feitosa de Sousa (6596/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005765-03.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev**, advogado, Luciane Barros de Souza (4789/AM) e como **Embargado, Hediane Naiade Silva Monteiro**, advogado, Francisco Ruiz de Freitas Filho (002.597/AM), Hediane Naiade Silva Monteiro (5839/AM), Marcelo Augusto Correa de Oliveira (2568/AM) e Zulmira Paulino Cavalcante (4144/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Francisco Ruiz de Freitas Filho (002.597/AM), Hediane Naiade Silva Monteiro (5839/AM), Marcelo Augusto Correa de Oliveira (2568/AM) e Zulmira Paulino Cavalcante (4144/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005697-53.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Banco Pan S/A**, advogados, Drs. Felipe Andres Acevedo Ibanez (1290A/AM), Felipe Andres Acevedo Ibanez (206339/SP) e Tarcisio Almeida Corrêa (19377/ES) e como **Embargado, Arlene Queiroz Pelegrino**. **Despacho:**

"(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004427-23.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Maria Ana da Silva Lima**, advogada, Dra. Dayana de Menezes Azevedo (10500/AM) e como **Agravado, O Município de Manaus**, advogados, Drs. Janary Yoshizo Kato Yokokura (6324/AM) e Rodrigo Monteiro Custódio (6452/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 30 (trinta) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005380-55.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, O Município de Manaus**, advogado, Dr. Ariel Shalom Benchimol de Resende (6095/AM) e como **Embargado, Odalea Heitor da Silva**, advogado, Dr. Leandro de Oliveira Violin (4857/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o embargado para, querendo, oferecer contrarrazões ao recurso no prazo da lei. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 10 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora, Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0005687-09.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Embargante, Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo Ltda**, advogados, Drs. Suerda Carla Campos de Moraes Araujo (4083/AM) e Talvani Franco Leite Brito (680A/AM) e como **Embargada, Maria Nobre de Souza**, advogada, Dra. Maria Tereza Nobre de Souza Silva (5371/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se o Embargado, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À secretaria para providência. Manaus, 10 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0607466-78.2018.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, J. P. da R. L.** , advogado, Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP) e como **Apelado, S. L. de A. B.** , advogado, Olivia Maria Assis Campos Couto (4212/AM). **Despacho:** Em atenção à promoção ministerial, designo audiência de conciliação entre as partes para o dia 24/09/2019, às 11:30h, a ser realizada no gabinete desta relatora, no Edifício Arnoldo Péres, sem número, Av. André Araújo, Aleixo, 4.º Andar. Intimem-se as partes, com urgência, pessoalmente e por intermédio de seus advogados. Intime-se o Ministério Público pessoalmente. À Secretaria para as providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora**.**

Ficam as partes intimadas, bem como seus advogados, **Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (189340/SP)**, **Olivia Maria Assis Campos Couto (4212/AM)**, para **audiência de conciliação** a ser realizada no dia **//2017** (-feira) às **h**, no Gabinete do Exmo. Sr. **Des. Nélia Caminha Jorge**, no **º andar** do Edifício Arnoldo Péres, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, situado na Avenida André Araújo S/N, bairro Aleixo.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.
Tania Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha** Relator dos Autos Virtuais de **Oposição nº. 0005670-70.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Rebelo & Cia Ltda.**, advogado, Sydney Sousa Silva (21573/PA) e como **Agravado, Petróleo Sabbá S/A**, advogado, Geraldo Fonseca de Barros Neto (206438/SP) e João Victor Carvalho de Barros (368430/SP). **Despacho:** "(...) Dito isso, DEFIRO o pedido tornando sem efeito a segunda parte do despacho de fls. 660, bem como ordeno a inclusão do feito na próxima pauta presencial de julgamento deste r. Colegiado. À Secretaria para as providências cabíveis. CUMPRA-SE. Manaus, 10 de setembro de 2019. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha-Relatora. Juíza de Direito Convocada - Portaria nº 1762/2019-PTJ

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4004419-46.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social**, advogado, Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e como **Agravado, Alberto Vagner da Cruz Neto**, advogado, Roseloane Souza da Costa (11287/AM). **Despacho:** "(...) Acautelo-me para apreciar, posteriormente, o pedido de efeito suspensivo (CPC, art. 1.019); Intime-se o agravado para responder na forma do art. 1.019, I do CPC; À Secretaria, para providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator

Ficam as partes intimadas, Roseloane Souza da Costa (11287/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4002636-53.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Carlos Roberto Freitas Barbosa**, advogado, Jorge do Nascimento Gomes (8962/AM), Joyce Marques de Almeida (13087/AM) e Robson Almeida de Oliveira (6457/AM) e como **Agravado, O Município de Manaus**, advogado, Aldenaira Paula de Freitas (2191/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de tutela antecipada recursal, sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado para, querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004315-54.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, O Estado do Amazonas**, advogado, Thiago Araújo Rezende Mendes (9416/AM) e como **Agravado, Francisco de Jesus Penha**, advogado, Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, indefiro, por ora, o pedido de efeito suspensivo sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se o agravado, para querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados,Valdeci Laurentino da Silva (178A/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004327-68.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Elenir da Conceição Lima Nicácio, Helen de Lima Nicácio, Lêda Cristina Gonçalves Nicácio, Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos e Ricardo Marlos Lima Nicácio**, advogado, Fernando José Garcia (134719/SP) e como **Agravado, Alcinéia Costa Rocha, André Ricardo de Lima Nicácio, Gabriel da Rocha Nicácio, Julio da Rocha Nicácio e Ministério Público do Estado do Amazonas**, advogado, Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (3066/AM) e Rôsangela Lemos Mello Guimarães (2747/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em cognição sumária, indefiro o pedido de efeito suspensivo neste momento processual, em face da inércia do recorrente em informar o Juízo quando instada, sem prejuízo de reanálise posterior. Intimem-se os agravados para, querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (3066/AM) e Rôsangela Lemos Mello Guimarães (2747/AM) do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005642-68.2018.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, Aliança Navegação e Logística Ltda**, advogado, Joao Guilherme Monteiro Petroni (48429/BA) e como **Agravado, Proa - Praticagem dos Rios Ocidentais da Amazônia Ltda**, advogado, Claudionor Claudio Dias Júnior (2654/AM). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Diante do exposto, com fundamento no art. 932, inciso I, do NCPC, não conheço do presente recurso, julgando-o prejudicado, em razão da perda superveniente do objeto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Joao Guilherme Monteiro Petroni (48429/BA) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004339-82.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravante, A S C Batista Cia Ltda**, advogado, Hector Daniel Lobo Ferreira (12717/AM), José Fabiano Affonso Sobrinho (14325/AM) e Sidney Coelho (9664/AM) e como **Agravado, Mercedes-benz do Brasil S/A**, advogado, Hélio Luiz Vitorino Barcelos (30445/PR) e Julio Cesar V. Meneguci (44412/PR). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, em decorrência de a decisão agravada encontrar-se em consonância com entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, desprovejo monocraticamente do recurso. A Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, Hector Daniel Lobo Ferreira (12717/AM), José Fabiano Affonso Sobrinho (14325/AM) e Sidney Coelho (9664/AM) do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4003989-94.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Edno Tadeu Cavalcante Monteiro**, advogado, Dr. Alexandre Miranda Lima (596A/AM) e como **Agravados, Cristyane Pricila França Braga, Fernanda Prestes de Lima, Orlando Diego Nahmias Melo e Telemar Noste Leste S/A**, advogados, Drs. Alexandre Miranda Lima (596A/AM), Dyogo Rodrigues de Oliveira (11920/AM), Leandro Rebelo de Paula (11851/AM), Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM), Mariana Pimentel Peres (178341/RJ), Pablo Hertz Bruzzone Leal (159485/RJ) e Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (4339/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, em princípio, defiro o pedido de efeito suspensivo sem prejuízo de reanálise posterior. Intimem-se os agravados para, querendo, ofereçam contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem resposta, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004366-65.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Mapa da Amazônia Industria e Comércio de Saneantes Ltda**, advogado, Dr. Rodolfo Paulo Cabral (3548/AM) e como **Agravado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (1065A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luís Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM). **DECISÃO: "(...)** Pelo exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo sem prejuízo de reanálise posterior. Intime-se a agravada para, querendo, ofereça contrarrazões recursais no prazo legal. Após, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos para voto. À Secretaria para as providências legais subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo Interno Cível nº. 0005364-04.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figuram como **Agravantes, Cristiane D'Avida da Rocha e Katiane D'Avila da Rocha**, advogado, Dr. Ednilson Pimentel Matos (1799/AM) e como **Agravados, Francisco Milton de Lucena e Odete D´Avila Lucena**, advogados, Drs.Odemilton D´Ávila Lucena (2240/AC), Gabriel Braga de Oliveira Claros (4387/AC) e George Calos Barros Claros (2018/AC). **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Ante o exposto, ausente, por causa superveniente, o interesse recursal, não conheço o recurso. Intimem-se as partes, e transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquivem-se. À secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Aristóteles Lima Thury**, Relator do Processo Eletrônico de **Apelação Cível nº. 0641828-77.2016.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, BB Leasing S.A. - Arredamento Mercantil**, advogados, Drs. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e como **Apelados, Dilson Moreira Gurgel e Soft Comercial LTDA. - ME (Gurgel Veículos)**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Portanto, tendo o Juízo de piso se firmado em premissa equivocada, é imperioso o provimento do recurso. Ante o exposto, forte nas razões expendidas, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao apelo, anulando a r. Sentença vergastada e determinando o regular prosseguimento do feito na origem. Cumpra-se. À Secretaria, para providências. Manaus, 11/09/2019. Desembargador Aristóteles Lima Thury-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pela Exma. Sra. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004425-53.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Andrei Jose Dolzany Andrade**, advogados, Drs. Jose Estevão Xavier (8824/AM) e Stelisy Silva da Rocha (7989/AM) e como **Agravado, Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, advogado, Rodrigo Medeiros Lócio (39972/PE). **DECISÃO: "(...)** Com base nos argumentos acima postos, concedo o efeito suspensivo ao presente Agravo de Instrumento, para que a decisão recorrida permaneça com seus efeitos suspensos até o julgamento final do recurso. Cientifique-se o juízo prolator da decisão agravada e intime-se o agravado para apresentar contrarrazões no prazo de 30 dias úteis. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 11 de setembro de 2019. Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE-Relatora." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **Mirza Telma de Oliveira Cunha**, Relator do Processo Eletrônico de Apelação Cível nº. **0628272-71.2017.8.04.0001**/Manaus - AM, em que figura como **Apelante, Jair Jose Ferreira dos Santos**, advogados, Drs. Félix de Melo Ferreira (3032/AM) e Kardinallenn dos Santos Ferreira e como **Apelado, Governador do Estado do Amazonas**, advogado, Altiza Pereira de Souza (6881/AM). **DECISÃO: "(...)** A tese estabelecida em repetitivo também terá importante reflexo na admissibilidade de recursos para o STJ e em outras situações processuais, como a tutela da evidência (artigo 31, II, do CPC) e a improcedência liminar do pedido (artigo 332 do CPC). Portanto, sobrestejam-se os autos até o julgamento do Tema 986. Encaminhe-se ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes desta Corte, nos termos do art. 3º, inc. III, da Resolução nº 1/2017-TJAM. À Secretaria para providências. CUMPRA-SE. Manaus, 04 de setembro de 2019. Mirza Telma de Oliveira Cunha, Juíza Convocada." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 11 de setembro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Deborah Moreira da Costa (4956/AM), Lídia Maura Lopes da Costa (6399/AM) e Tude Moutinho da Costa (564/AM) e Antônio Hilton Gomes Pinheiro (7592/AM) - Processo 0005425-59.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Regularidade Formal - Embargante : Maria de Nazare Silva de Souza

Embargante : Sebastião Torres de Souza - Embargado : Marco Antonio Flores - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Rafael Sganzerla Durand (737/AM) - Processo 0614357-86.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Regularidade Formal - Apelante : T. S. da Costa e CIA Ltda.

Apelante : Tatiana Salvatierra da Costa

Apelante : Sebastiao Freire da Costa

Apelante : Deuze Maria Salvatierra da Costa

Apelante : Saymon Ovidio Salvatierra da Costa - Apelado : Banco do Brasil S/A - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am) e Sandro Abreu Torres (4078/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0618696-25.2015.8.04.0001 - Apelação Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem Despejo - Apelante : Sb Comércio Ltda. - Apelado : Vandir Cabral de Aldemar - Relator: Aristóteles Lima Thury

ADV/REP.: Marli Inácio Portinho da Silva (47500/DF), Marli Inacio Portinho da Silva (150793/SP), Marli Inácio Portinho da Silva (106724/MG), Marli Inácio Portinho da Silva (13612A/MS), Marli Inácio Portinho da Silva (20100A/MT), Marli Inácio Portinho da Silva (201381/RJ), Marli Inácio Portinho da Silva (26611/ES), Marli Inácio Portinho da Silva (41466/SC), Marli Inácio Portinho da Silva (55900/PR) e Marli Inácio Portinho da Silva (79443A/RS) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0638431-05.2019.8.04.0001 - Apelação Cível - Efeitos - Apelante : Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - Apelado : Benedito Dorivaldo da Silva Machado - Relator: Aristóteles Lima Thury

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

Embargos de Declaração Cível nº 0006638-71.2017.8.04.0000, de 1ª Vara de Manacapuru. Embargante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A., advogado: Décio Flávio Goçalves Torres Freire (OAB: 697A/AM). Embargado: Friman Frigorífico Manacapuru Ltda, advogado: Jair de Almeida Ricci (OAB: 4634/MA). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing.

Apelação Cível nº 0615322-64.2016.8.04.0001, de 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Fernando Nakazawa, advogado: Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB: 799A/AM)(OAB: 189340/SP). Apelada: Sawem Usinagem da Amazônia Ltda., advogado: Alexandre Gaiofato de Souza (OAB: 163549/SP). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

De ordem da Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge, faço público que, de acordo com o artigo 931 e 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes autos digitais:

Apelação Cível nº 0622494-62.2013.8.04.0001, de 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Apelante: Construtora Capital S.A., advogados: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM), Flavia de Paiva Brandi (OAB: 9300/AM), Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) e Carlos Murilo Laredo Souza (OAB: 7356/AM). Apelada: Sâmea Lorena de Paula Escossio. Apelado: Carlos Rafael Botelho de Moraes, advogados: Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM), Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM), Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB: 5373/AM) e Tarcísio Ramos do Vale (OAB: 8534/AM). Presidente: Exma. Sra. Desa. Nélia Caminha Jorge. Relator: Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing. Membros: Exmo. Sr. Des. João de Jesus Abdala Simões. Exmo. Sr. Des. Airton Luís Corrêa Gentil. Exmo. Sr. Des. Aristóteles Lima Thury. Exma. Sra. Dra. Mirza Telma de Oliveira Cunha.

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0623940-90.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Albert Oliveira de Lima - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Criminal - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0623940-90.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Albert Oliveira de Lima e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Albert Oliveira de Lima, na pessoa de seu Advogado Dr. Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB nº 5432/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB: 5436/AM) - Alberto Pedrini Júnior (OAB: 2313/AM) - Jorge Alberto Gomes Damasceno - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0625375-70.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Flavio Oliveira Barbosa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0625375-70.2017.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Flavio Oliveira Barbosa e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Flávio Oliveira Barbosa, para, no prazo de 8 (oito) dias, constituir novo causídio, com o escopo de oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB: 12374/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0626396-47.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: J. H. C. F. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Carla Maria Santos dos Reis, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0626396-47.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante J. H. C. F. e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante J. H. C. F. , na pessoa de seus Advogados Drs. Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM) e Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecerem as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro

de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Manoel Dias Barbosa (OAB: 6736/AM) - Anderson de Souza Lima (OAB: 10190/AM) - Simone Martins Lima - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0629879-51.2019.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Vinícius Souza da Silva - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0629879-51.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Vinícius Souza da Silva e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Vinicius Souza da Silva, na pessoa de seu Advogada Dra. Fernanda da Silva Pereira (OAB nº 14317/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fernanda da Silva Pereira (OAB: 14317/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0650289-67.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Anderson da Costa Araujo - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0650289-67.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante Anderson da Costa Araujo e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Anderson da Costa Araújo, na pessoa de seu Advogado Dr.Charles Ribeiro da Silva, (OAB nº 5694/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Charles Ribeiro da Silva (OAB: 5694/AM) - Laís Rejane de Carvalho Freitas (OAB: M/PE) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0662348-87.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: E. S. G. - Apelado: M. P. do E. do A. - P. G. - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0662348-87.2018.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Apelante E. S. G. e Apelado Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, fica INTIMADO o Apelante E. S. G. , na pessoa de seus Advogados Dr. Rafael de Queiroz Gervazoni, (OAB/AM nº 10331), Dr. Ademásio do Rosário Azevedo, (OAB/AM nº 2926) e Dr. Wiston Feitosa de Souza (OAB/AM nº 6596), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as Razões do recurso nos termos do art. 600 § 4.º do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Ademario do Rosario Azevedo (OAB: 2926/AM) - Rafael de Queiroz Gervazoni (OAB: 10331/AM) - Wiston Feitosa de Souza (OAB: 6596/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (001.09.250255-6) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Carlos Alberto Cavalcante de Souza - Apelante: Elizeu de Souza Gomes - Apelante: Allan Rego da Mata - Apelante: Luiz Maia de Oliveira - Apelante: Fausto de Souza Neto - Apelante: Wathila Silva da Costa - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Whatila da Silva Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, Processo Originário nº 0250255-75.2009.8.04.0001/2ª V.E.C.U.T.E., em que são Apelantes Allan Rego da Mata, Carlos Alberto Cavalcante de Souza, Elizeu de Souza Gomes, Fausto de Souza Neto, Luiz Maia de Oliveira, Ministério Público do Estado do Amazonas e Wathila Silva da Costa e Apelados Whatila da Silva Costa e Ministério Público do Estado do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Apelante Carlos Alberto Cavalcante de Souza, na pessoa de seus Advogados Drs. Antônio Carlos de Almeida Castro (OAB 4107/DF), Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz (OAB 11305/DF), Marcelo Turbay Freiria (OAB 22956/DF), Liliane de Carvalho Gabriel (OAB 31335/DF), Álvaro Guilherme de Oliveira Chaves (OAB 44588/DF) e Ananda França de Almeida (OAB 59102/DF), para tomarem conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, defiro o petiório de fls. 7072/7075 e concedo ao Apelante Carlos Alberto Cavalcante de Souza o prazo de 16 (dezesseis) dias para a apresentação das razões de Apelação, a contar da publicação desta Decisão, a fim de assegurar o exercício do contraditório e da ampla .” Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Antonio Carlos de Almeida Castro (OAB: 4107/DF) - Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz (OAB: 11305/DF) - Hortensia M. V. Medina (OAB: 40353/DF) - Marcelo Turbay Freiria (OAB: 22956/DF) - Liliane de Carvalho Gabriel (OAB: 31335/DF) - Evander Elias de Queiroz (OAB: 7015/AM) - Carlos Henrique Costa de Souza (OAB: 5712/AM) - Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - André Alecrim Marinho - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0648721-79.2019.8.04.0001 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Leonardo da Penha Alves - Paciente: Michel da Silva Bezerra - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 0648721-79.2019.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Leonardo da Penha Alves OAB 13649/AM, Paciente Michel da Silva Bezerra e Impetrado Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Michel da Silva Bezerra, na pessoa de seu Advogado(a) Dr. Leonardo da Penha Alves OAB 13649/AM , para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: “Ante o exposto, indefere-se a liminar ‘’. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Leonardo da Penha Alves (OAB: 13649/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003513-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Paciente: Ramirez Rodrigues de Melo - Impetrado: Juízo de Direito Plantonista Criminal das Audiência de Custódia da Comarca de Manaus/AM - O Excelentíssimo Senhor Desembargador José

Hamilton Saraiva dos Santos, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003513-56.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Defensor Público Dra. Priscila Ferreira de Lima, Paciente Ramirez Rodrigues de Melo e Impetrado Juízo de Direito Plantonista Criminal das Audiência de Custódia da Comarca de Manaus/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Ramirez Rodrigues de Melo, na pessoa de sua Defensora Pública Dra. Priscila Ferreira de Lima, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Sob o pálio das razões esposadas ao norte, INDEFIRO, in limine, a petição inicial e EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, conforme o disposto no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia, de acordo com a norma prevista no art. 3.º do Código de Processo Penal, bem como, no art. 61, inciso X, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. José Hamilton Saraiva dos Santos, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Priscila Ferreira de Lima (OAB: 9477/RN) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003695-42.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Beruri - Impetrante: Roger Marques Mendes - Paciente: Tarclei Lima Macedo - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003695-42.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Beruri/AM, em que são Impetrantes e Advogados Drs. Roger Marques Mendes, OAB/AM nº 9.518, Fred Figueiredo César, OAB/AM 9.508, Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola, OAB/AM 10.044, Paciente Tarclei Lima Macedo e Impetrado Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Tarclei Lima Macedo, na pessoa de seus Advogados Drs. Roger Marques Mendes, OAB/AM nº 9.518, Fred Figueiredo César, OAB/AM 9.508, Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola, OAB/AM 10.044, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Liminar indeferida. Pedido de desistência formulado. Nos termos do art. 61, inc. V, do regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, homologa-se o pedido de desistência formulado." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fred Figueiredo Cesar (OAB: 9508/AM) - Roger Marques Mendes (OAB: 9516/AM) - Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola (OAB: 10044/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4003900-71.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Beruri - Impetrante: Fred Figueiredo Cesar - Impetrante: Roger Marques Mendes - Impetrante: Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4003900-71.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Beruri/AM, em que são Impetrantes e Advogados Dr. Fred Figueiredo Cesar OAB/AM 9508, Roger Marques Mendes OAB 9516/AM e Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola OAB 10044/AM, Paciente Harlesson Soares Aires e Impetrado Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Beruri/am, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Harlesson Soares Aires , na pessoa de seus Advogados Dr. Fred Figueiredo Cesar OAB/AM 9508, Roger Marques Mendes OAB 9516/AM e Jorge Luis Enrique Gallardo Ordinola OAB 10044/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Nos termos do art. 61, inc. V, do regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, homologa-se o pedido de desistência formulado. ". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exma. Sra. Desdora. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004347-59.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manacapuru - Impetrante: Carlos Alberto Barros Ferreira - Paciente: Arlison do Nascimento Nunes - Impetrado: Juízo de Direito da Comarca da 1ª Vara ca Comarca de Manacapuru/AM - O Excelentíssimo Senhor Desembargador João Mauro Bessa, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004347-59.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manacapuru/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Carlos Alberto Barros Ferreira OAB 12374/AM, Paciente Alison do Nascimento Nuves e Impetrado Juízo de Direito da Comarca da 1ª Vara ca Comarca de Manacapuru/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Alison do Nascimento Nuves, na pessoa de seu Advogado Dr. Carlos Alberto Barros Ferreira OAB 12374/AM, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: " Ao exposto, indefiro, in limine, a presente ordem de Habeas Corpus, extinguindo o processo sem resolução do mérito, nos termos dos artigos 354, caput, e 485, inciso V, ambos do Código de Processo Civil vigente, aplicado por analogia, conforme disposto no artigo 3.º do Código de Processo Penal". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. João Mauro Bessa, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB: 12374/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4004469-72.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manaus - Impetrante: Daniel Silva Barroso - Paciente: Eva Maria Silva Nascimento - Impetrada: Juízo de Direito da 7a. Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4004469-72.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Daniel Silva Barroso OAB 2965/AM, Paciente Eva Maria Silva Nascimento e Impetrado Juízo de Direito da 7ª. Vara Criminal da Comarca de Manaus/AM, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Eva Maria Silva Nascimento, na pessoa de seu Advogado Dr. Daniel Silva Barroso OAB 2965/AM , para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, indefere-se a liminar". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Desdor. Carla Maria Santos dos Reis, Relatora, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Daniel Silva Barroso (OAB: 2965/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Raimundo do Nascimento Oliveira (458637/AM) e Danilo Germano Ribeiro Penha (6077/AM) - Processo 0207320-55.2012.8.04.0020 - Recurso Em Sentido Estrito - Violência Doméstica Contra A Mulher - Recorrente : M. P. do E. do A. - P. G. - Recorrido : D. S. da S. - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Felipe Figueiredo Serejo Mestrinho (7981/AM) e Elis Helena de Souza Nobile - Processo 0622246-23.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : S. S. S. dos A. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Guilherme Scherakman Sigueira Blano (10385/AM) e Rui Guilherme Modesto Borges (11829/AM) e Elizandra Leite Guedes de Lira - Processo 0635215-36.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Crimes Hediondos - Agravante : Adeilton Gonçalves da Silva - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Drª Christiane Corrêa e Andre Ricardo Antonovicz Munhoz (60000/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Processo 0649515-37.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Livramento Condicional - Agravante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Agravado : Raimundo Nonato Sousa Ferreira - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Harbem Gomes Avelar (9795/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4002234-69.2018.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Homicídio Simples - Impetrante : Harbem Gomes Avelar
Paciente : Rallys Moura Pereira - Impetrado : Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Jeronimo Pereira da Silva Neto (9509/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003768-14.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Roubo - Impetrante : Jerônimo Pereira da Silva Neto
Paciente : Fabiana Souza dos Santos - Impetrado : Juízo de Direito da 2ª Vara da Comarca de Iranduba/am. - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Rafael Basílio de Souza (8892/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003934-46.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Estupro de Vulnerável - Impetrante : Rafael Basílio de Souza
Paciente : Ednei Castro Cardoso - Impetrada : Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Carlos Eduardo dos Anjos Silva (6192/PI) e José Joaquim Lima Nogueira (6192/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4003977-80.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Prisão Preventiva - Impetrante : Carlos Eduardo dos Anjos Silva
Paciente : Francisco Hermes Carlos - Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Relator: João Mauro Bessa

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2CCRIM.

1. Processo: 0004681-64.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Embargante: Ricardo Brito Ramos. Advogado: Jeberson Fernandes dos Santos (OAB: 12432/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Edinaldo Aquino Medeiros (OAB: 2898/AM). Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS. 1- Os Embargos de Declaração têm como escopo completar ou aclarar as decisões judiciais que tenham pontos ambíguos, omissos, obscuros ou contraditórios, sendo a presença destes vícios o pressuposto de admissibilidade dessa espécie recursal.2- Ao analisar detidamente os autos, verifico que o juízo a quo, fundamentou a dosimetria da pena atribuída ao réu, em elementos concretos, demonstrando como chegou à pena definitiva, cominada dentro dos limites legais, pois considerou como necessária e suficiente a reprovação e prevenção do crime praticado para o acusado3- A presença de circunstâncias judiciais negativas, na primeira fase da dosimetria, impede a fixação da pena no mínimo-legal.4- A Magistrada, ao sentenciar, seria contraditória se fixasse a pena-base no mínimo, visto estar presente uma circunstância judicial desfavorável, no caso, a conduta social do recorrente, assim, não deve prosperar o pedido da defesa do acusado para a fixação da pena-base no mínimo legal.5- Embargos declaratórios conhecidos e acolhidos, tão somente para sanar a omissão apontada.. DECISÃO: "EMENTA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. EMBARGOS DECLARATÓRIOS CONHECIDOS E ACOLHIDOS. 1- Os Embargos de Declaração têm como escopo completar ou aclarar as decisões judiciais que tenham pontos ambíguos, omissos, obscuros ou contraditórios, sendo a presença destes vícios o pressuposto de admissibilidade dessa espécie recursal. 2- Ao analisar detidamente os autos, verifico que o juízo a quo, fundamentou a dosimetria da pena atribuída ao réu, em elementos concretos, demonstrando como chegou à pena definitiva, cominada dentro dos limites legais, pois considerou como necessária e suficiente a reprovação e prevenção do crime praticado para o acusado 3- A presença de circunstâncias judiciais negativas, na primeira fase da dosimetria, impede a fixação da pena no mínimo-legal. 4- A Magistrada, ao sentenciar, seria contraditória se fixasse a pena-base no mínimo, visto estar presente uma circunstância judicial desfavorável, no caso, a conduta social do recorrente, assim, não deve prosperar o pedido da defesa do acusado para a fixação da pena-base no mínimo legal. 5- Embargos declaratórios conhecidos e acolhidos, tão somente para sanar a omissão apontada. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Embargos de Declaração em Apelação Criminal, em que são partes as acima nominadas. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer e acolher os presentes Embargos de Declaração, a fim de sanar a omissão existente no acórdão, nos termos do voto da Relatora.".

2. Processo: 0608685-92.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Joelson Miranda de Castro. Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensor: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Elizandra Leite Guedes de Lira. Procurador: Francisco Cruz. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. "EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADE. AFRONTA À LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA 533 DO STJ. AGRAVO PROVIDO. 1. Conforme preconizam o art. 59 da Lei 7.210/1984 e a Súmula 533 do STJ, a instauração de procedimento administrativo é imprescindível para a apuração de falta disciplinar cometida pelo apenado durante a execução da pena. 2. A inexistência do PAD afronta norma expresa e viola os princípios do devido proceso legal, contraditório e ampla defesa, sendo vedada a sua dispensa em razão da realização de audiência de justifcação. 3. Agravo provido, para declarar nula a decisão que reconheceu a prática de falta disciplinar grave. Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo de Execução Penal nº 0608685-92.2019.8.04.0001, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentísimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o

parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO AGRAVO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

3. Processo: 0608801-98.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Walderley Mesquita Vieira. Defensor: André Ricardo Antonovicz Munhoz (OAB: 600000/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Agravado: Vara de Execução Penal de Manaus - AM. Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Elizandra Leite Guedes de Lira. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes. "EMENTA: AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APURAÇÃO DE FALTA DISCIPLINAR GRAVE. AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. NULIDADE. AFRONTA À LEI DE EXECUÇÃO PENAL. SÚMULA 533 DO STJ. AGRAVO PROVIDO. 1. Conforme preconizam o art. 59 da Lei 7.210/1984 e a Súmula 533 do STJ, a instauração de procedimento administrativo é imprescindível para a apuração de falta disciplinar cometida pelo condenado durante a execução da pena. 2. A inexistência do PAD afronta norma expresa e viola os princípios do devido proceso legal, contraditório e ampla defesa, sendo vedada a sua dispensa em razão da realização de audiência de justifcação. 3. Agravo provido, para declarar nula a decisão que reconheceu a prática de falta disciplinar grave. Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo de Execução Penal nº 0608801-98.2019.8.04.0001, no qual são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentísimos Desembargadores que compõem a Segunda Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, e em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial, em CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos do voto do relator, que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

4. Processo: 0622534-34.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal, Vara de Execuções Penais (VEP). Agravante: Jonas Oliveira Guimarães. Defensor: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (OAB: 9054/AM). Defensora: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotora: Cristianne Corrêa. Relator: Onilza Abreu Gerth. EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APENADO COM ALTO GRAU DE PERICULOSIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DO EXAME CRIMINOLÓGICO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.1- O exame criminológico não é obrigatório durante a execução da pena, mas pode ser determinado pelo magistrado se existirem fundamentos concretos da necessidade da medida.2- As peculiaridades do caso recomendam prudência na concessão do benefício, ante a perspectiva dos efeitos nefastos de uma decisão equivocada, sendo justificada a cautela do Juiz ao exigir o exame criminológico para avaliar os requisitos subjetivos para a progressão de regime.3- Na espécie, antes de agraciar o apenado com os benefícios da execução penal, mister que sejam aferidos maiores elementos de ordem subjetiva. 4- Agravo em Execução Penal conhecido e não provido, em consonância com o graduado Órgão Ministerial.. DECISÃO: "EMENTA: PENAL. PROCESSO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO PENAL. APENADO COM ALTO GRAU DE PERICULOSIDADE. IMPRESCINDIBILIDADE DO EXAME CRIMINOLÓGICO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1- O exame criminológico não é obrigatório durante a execução da pena, mas pode ser determinado pelo magistrado se existirem fundamentos concretos da necessidade da medida. 2- As peculiaridades do caso recomendam prudência na concessão do benefício, ante a perspectiva dos efeitos nefastos de uma decisão equivocada, sendo justificada a cautela do Juiz ao exigir o exame criminológico para avaliar os requisitos subjetivos para a progressão de regime. 3- Na espécie, antes de agraciar o apenado com os benefícios da execução penal, mister que sejam aferidos maiores elementos de ordem subjetiva. 4- Agravo em Execução Penal conhecido e não provido, em consonância com o graduado Órgão Ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes Autos de Agravo em Execução Penal, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a colenda Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em consonância com o graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e não prover o incluso recurso, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Despachos

Segunda Câmara Criminal
DESPACHO DE RELATORES

4003880-80.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal. Impetrante: Bruna Maria Soares Kopp. Paciente: Sidney Moreira Sarmento Júnior,. Advogada: Bruna Maria Soares Kopp (OAB: 57894/DF). Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Canutama/am. Despacho: - Fica INTIMADO o Paciente Sidney Moreira Sarmento Júnior, na pessoa de sua Advogada Bruna Maria Soares Kopp (57894/DF), para tomar conhecimento do seguinte DESPACHO, da lavra do Des. Jorge Manoel Lopes Lins, com seguinte teor: "Ante o exposto, indefiro o pedido liminar ".

Total de feitos: 1

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DESPACHO

O Excelentíssimo Senhor Desembargador Djalma Martins da Costa, Relator dos autos de **Apelação Criminal nº 0232516-79.2015.8.04.0001 Manaus/AM**, em que é Apelante **Sergio Matos Siqueira,** Advogado **Sarah Lima Toledano (10106/AM)** e Apelado **Ministério Público do Estado do Amazonas,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Apelante **Sergio Matos Siqueira** na pessoa de sua Advogada **Sarah Lima Toledano (10106/AM)** para tomar conhecimento do seguinte **DESPACHO** da lavra do **Des. Djalma Martins da Costa,** cujo teor final é o seguinte: "*Intime-se a Dr.ª Sarah Lima Toledano, para oferecer razões ao recurso de Apelação, no prazo de 8 (oito) dias, tal como requerido pela própria causídica às fls. 284, sob a inequívoca aplicação das penas do art. 265, do CPP, o qual dispõe que o advogado não pode abandonar a causa, incorrendo em pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários-mínimos.*".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 11 de setembro de 2019.

(Assinatura digital)
Carmax Oliveira do Carmo
Secretário em exercício
M16993

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0005713-07.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tapauá - Impetrante: Mario Ferreira Ramos - Paciente: Cleuton Ponciano da Silva - Impetrado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Tapauá/am - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus representantes para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra da Doutora Onilza Abreu Gerth, cujo teor final é

o seguinte: "Ex positis, NEGO SEGUIMENTO ao pedido formulado, indeferindo in limine a presente ordem, nos termos do artigo 663 do Código de Processo Penal c/c o art. 65, inciso III, da Lei Complementar Estadual n.° 17/1997 ". - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0605468-12.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Fenix Maciel de Mendonça - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Ficam INTIMADAS AS PARTES na pessoa de seus Advogados para tomarem conhecimento da seguinte DECISÃO MONOCRÁTICA, da lavra do Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes, cujo teor final é o seguinte: " Dessa forma, inexistindo óbices legais, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA REQUERIDA, de forma monocrática, consoante permite o art. 61, V, do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça. Em consequência, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução de mérito, nos moldes do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. ". - Advs: Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB: 7790/AM) - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e **prazo para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Dejalma Santos Dias (13024/AM) e Carlos Firmino Dantas - Processo 0000302-25.2014.8.04.2500 - Apelação Criminal - Apelante: Waldeno Coelho de Figueiredo - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

02. ADV/REP.: Raimundo Mário Belchior de Andrade (1775/AM) e Mário Ypiranga Monteiro Neto - Processo 0004333-46.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: E. G. da S. - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Daniel Ferreira Magalhães (8958/AM), Renan Rufino Rocha da Silva (9692/AM) e Vito Eduardo de Amorim Andrelino (9463/AM) e Igor Starling Peixoto - Processo 0005744-27.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante: Dorval Junio Carneiro de Mattos - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

04. ADV/REP.: Janai de Souza Almeida (13996/AM) e Reinaldo Alberto Nery de Lima (2583/AM) - Processo 0206667-76.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Guilber Lima de Oliveira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

05. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Karleno José Pereira (9059/AM) e Alberto Rodrigues do Nascimento Júnior - Processo 0211730-48.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Renato Couteiro Sales - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

06. ADV/REP.: Camila Guimarães de Lima (13098/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0214161-55.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Gumercindo Mendes Gomes - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

07. ADV/REP.: Alexander Simonette Pereira (6139/AM) e Darlan Benevides de Queiroz - Processo 0241445-67.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Rodrigo Alves Pereira - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jorge Manoel Lopes Lins

08. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Everton Sarraff Nascimento (6538/AM) e Dr. Adriano Alecrim Marinho - Processo 0634023-05.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: C. T. V. - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

09. ADV/REP.: Jamil Ribeiro da Silva (7167/AM) - Processo 4003426-03.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Injúria - Impetrante: Jamil Ribeiro da Silva - Paciente: Jamil Ribeiro da Silva - Impetrado: Juizo da 9 Vara Criminal de Manaus - Relator: Djalma Martins da Costa

10. ADV/REP.: Renato de Souza Pinto (8794/AM) - Processo 4003746-53.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Renato de Souza Pinto - Paciente: Sandro Assunção Vieira - Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital/am - Relatora: Onilza Abreu Gerth

11. ADV/REP.: Cleuvis Costa dos Santos (13640/AM) - Processo 4003913-70.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Cleuvis Costa dos Santos - Paciente: Jean dos Santos Araujo - Paciente: Willian Vidal da Silva - Impetrado: Juizo de Direito da Vara Unica da Comarca de Anori-am - Relator: Jomar Ricardo Saunders Fernandes

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 12 de setembro de 2019.

SEÇÃO V

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Pauta de Julgamento Designado

PAUTA DE JULGAMENTO DESIGNADO – PROCESSOS VIRTUAIS: De ordem do Excelentíssimo Senhor Desembargador Yedo Simões de Oliveira – Presidente do Egrégio Conselho da Magistratura faço público para conhecimento de todos os interessados, que logo após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas sessões seguintes os processos constantes da pauta.

0008918-15.2017.8.04.0000 - Recurso Administrativo
Origem: Corregedoria Geral de Justiça
Recorrente: João Cotait
Advogado: Dr. Fernando Machado Bianchi (OAB/SP 177.046)
Recorrido: Corregedoria -Geral de Justiça do Estado do Amazonas/AM
Presidente: Exmo. Sr. Des. Yedo Simões de Oliveira.
Relator: Exmo. Sr. Des. Jomar Ricardo Saunders Fernandes
Membros: Exmos. Srs. Desdores. Wellington José de Araújo, Lafayette Carneiro Vieira Júnior e Joana dos Santos Meirelles.
Procuradora-Geral de Justiça: Exma. Sra. Dra. Leda Mara Nascimento Albuquerque

Secretaria do Egrégio Conselho da Magistratura em Manaus, 12 de setembro de 2019.

Juliana Andrade David
Secretária
M58815

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0289/2019

ADV: FRANCIEL FRANCO DE SOUZA ALMEIDA (OAB 9301/AM), ADV: ADONAI ROCHA DE OLIVEIRA (OAB 9162/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0011698-76.2004.8.04.0001 (001.04.011698-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Améria Silva de Oliveira - Vistos, etc... O feito encontra-se sentenciado e devidamente arquivado desde 18/03/2013, sem que tenha havido interposição de Recurso Adequado a modificar tal situação. A parte Requerida por meio de nova petição, comparece perante este Juízo requerendo o desarquivamento dos autos para fins de desbloqueio dos valores bloqueados junto ao Bacenjud. Defiro o pedido de fls. 90/91 para DETERMINAR o desbloqueio das contas judiciais (fls. 67/68). Após, remetam-se novamente ao arquivo geral.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0203008-64.2010.8.04.0001 (001.10.203008-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Hyssa Abrahim & Cia Ltda - EXECUTADO: Ailton Aparecido Brantes de Carvalho - Vistos. Primeiramente, quanto à intimação frustrada do executado (fls. 194), o CPC, em seu art. 77, V, aduz que é de sua responsabilidade manter seu endereço atualizado no processo. O último endereço declinado pelo réu, quando intimado por Oficial de Justiça às fls. 125, foi a rua Emílio Moreira 1577 - Praça 14, local para o qual foi enviado a intimação via AR acima referida. Nessa senda, a ausência de informações nos autos do domicílio do executado é de sua responsabilidade, motivo pelo que resta prescindível que o Juízo tente localiza-lo para intima-lo para regularizar a sua capacidade postulatória. Dessarte, aplico os efeitos processuais da revelia ao executado, tendo em vista a ausência de capacidade postulatória de sua parte, com fulcro no art. 76, §1º, II, do NCPC. Assim, a intimação dos atos processuais correrão em cartório quanto a tal parte. Ainda, determino a RETOMADA da marcha processual. Noutro giro, CHAMO A ORDEM para tornar sem efeito a decisão de fls. 186 que deferiu a consulta ao INFOJUD nos autos. Isso porque tal sistema não detém o condão de localizar bens ou valores em nome do executado, motivo pelo que não há utilidade à esta execução a consulta a tal sistema. Com efeito, INDEFIRO tal pedido. No mais, INDEFIRO o pedido de consulta ao Bacenjud e Renajud. Eis que já houve consulta a tais sistemas nos autos, de modo que entendo não haver necessidade de repetição de tal diligência. Outrossim, consigno que é ônus do exequente diligenciar para localizar bens e valores passíveis de penhora, ou recorrer aos demais mecanismos legais para ver seu direito de crédito atendido. Nessa senda, determino que o exequente dê andamento a esta execução, no prazo de 15 dias, sob pena de suspensão do processo por 01 ano, nos moldes do art. 921, §1º, do NCPC, com posterior arquivamento administrativo dos autos, momento em que começará a correr a prescrição intercorrente, segundo art. 921, §4º, do NCPC.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0215194-56.2009.8.04.0001 (001.09.215194-0) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Carioca Serpa Vidal - REQUERIDO: Credicard Citi - Nos termos do § 4º do artigo 203 do N.C.P.C., c/c Provimento nº 063/2002 da C.G.J., abro vista dos autos à parte interessada para que se manifeste acerca do Ofício Respostado, no prazo de 05 (cinco) dias. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0602307-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - REQUERIDO: Elizabeth Ramos Marques Eireli - ME - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: IX - Remessa dos autos à Contadoria, quando necessário; Conforme Ato Ordinatório de fls.83.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604874-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Erbene Rodrigues Martins da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0607299-66.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: E F BANDEIRA SERVIÇOS - ME - Ivanailda Rodrigues de França - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0611262-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Pedro Marinho Filho - REQUERIDO: Ace Seguradora S.a - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 08:00 horas para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0612860-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Jose Claudio Lopes de Oliveir - Vistos, etc... Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 50 / 52. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0612991-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Amélia Ramos Omena - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais movida por ANA AMÉLIA RAMOS DE OMENA contra BRADESCO SEGUROS AUTOR/RÉ e COMPANHIA DE SEGUROS. Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0613074-28.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0632954-98.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADO: Fábio Junio Caetano da Silva - Vistos. Às fls. 114/115 foi juntado aos autos resposta positiva de bloqueio judicial via Bacenjud nas contas do Executado. Contudo, noto que este não foi intimado para se manifestar quanto a tal bloqueio, dado que a Defensoria Pública, que assiste referida parte, não foi intimada sobre tal ato ordinatório de fls. 116, conforme se extrai da certidão de fls. 117, em que consta apenas o nome do advogado do exequente. Nessa senda,

determino à Secretaria que intime a Defensoria Pública por portal eletrônico, para se manifestar em 05 dias sobre a resposta do Bacenjud de fls. 114/115, consoante art. 854, §3º, do NCPC. No mais, em razão da ausência de intimação do executado, deixo de apreciar por ora o pedido de conversão em penhora (fls. 120). À Secretaria para: Publicar esta decisão;e, Intimar a Defensoria Pública por portal eletrônico, para se manifestar em 05 dias sobre a resposta do Bacenjud de fls. 114/115.

ADV: GIULO ALVARENGA REALE (OAB 1006/AM) - Processo 0614436-02.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Inestimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDA: Andreia Cidade de Souza - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0614654-25.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0643459-22.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rosilene Melo Pereira - REQUERIDO: Transamazonia Transporte da Amazonia Ltda. (Eucatur Encomendas) - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Manifestem-se às partes acerca da proposta de honorários apresentada pela Expert. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO REYNALDO CAMPOS SAMPAIO (OAB 7372/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0616754-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Matos Alho - Factoring Fomento Mercantil Ltda - REQUERIDO: Construtora Triunfo da Amazonia Ltda - Pelo exposto, determino a redistribuição dos presentes autos e a dos autos de nº 0629833-62.2019.8.04.0001, que correspondem aos embargos à execução à presente demanda que, pela regra do art. 914 §1º, do CPC, devem ser distribuídos por dependência. Redistribua-se. Cumprindo na totalidade a decisão.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0617040-62.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José Sousa dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0618335-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Euridice dos Santos Farias - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, no que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM) - Processo 0619479-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Roso da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do NCPC. Prazo de (15) quinze dias. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0620022-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Edilson Ribeiro Correa - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0622099-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Djalma de Souza Castelo Branco - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM), ADV: JANESSA FARIAS SANTA LUZIA (OAB 13509/AM) - Processo 0627279-57.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - REQUERIDO: B da C Batista Eireli (Nome Fantasia J H Frios) - Vistos, etc... HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a transação celebrada nestes autos da Ação Monitória movida por L S M COMÉRCIO DE ALIMENTOS E NAVEGAÇÃO LTDA - ME contra B DA C BATISTA EIRELI (nome fantasia J H FRIOS). Em caso de descumprimento, valerá a presente sentença como título executivo judicial, cuja execução seguirá o rito do art. 523 e seguintes do NCPC e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” e 927, III, ambos do CPC). Honorários advocatícios já distribuídos pelas partes. Transitada em julgado, arquivem-se e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628068-56.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Josivaldo Costa Rodrigues - Ante o exposto, indefiro o pedido de consulta ao Infojud, Renajud e Siel por entender que a parte demandante não esgotou os meios que lhe são acessíveis para obter o endereço correto da parte requerida. Oportunamente, fica intimado a parte autora para indicar o endereço da parte ré no prazo de 10 dias, sob pena de não se interromper a prescrição, na forma do art. 240, §2º do NCPC. Decorrido 30 dias da intimação deste despacho sem manifestação do autor em que promova diligências aqui determinadas, entendo que ficará caracterizado abandono da causa, motivo pelo que determino a intimação pessoal do autor para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, na forma do art. 485, §1º, do NCPC.

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0629550-15.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: DARCINEI DA SILVA PINHEIRO - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - Vistos, etc... Processo ultimado e transitado em julgado. Comparece o autor informando o trânsito em julgado da referida sentença dos Embargos de Declaração, requerendo o levantamento dos valores depositado em prol do Executado. Por esta razão, defiro o pedido de transferência do valor depositado (fls. 104/106). Após, arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0630238-69.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Reginaldo Santana da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0632465-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Humberto Carlos Obando - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0636431-66.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Formapack Embalagens Plásticas Ltda. - CONSIGNADO: Ingram Micro Brasil Ltda - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM), ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) - Processo 0636638-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Kazuzan da Frota Vieira - REQUERIDO: Jurupari Empreendimentos Imobiliários Ltda - Kwang Un Song - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 06 (seis) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial.

ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0637489-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Magno Lira - REQUERIDO: Jockey Club Consórcio - Financial Barbosa - Assim sendo, ausente um dos requisitos concessão da tutela antecipada, INDEFIRO-O. Superada a análise do pedido de antecipação de tutela, passo à análise dos pedidos processuais. No que se refere à gratuidade de justiça, após determinação para juntada de comprovantes de insuficiência de recursos para arcar com as despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento, colacionaram-se os documentos de fls. 27/31. De atenta análise dos referidos documentos, vislumbro que o autor demonstrou não poder arcar com as custas processuais sem prejuízo próprio, assim, DEFIRO parcialmente o pedido, com fulcro no art. 98, § 5º, do CPC, isentando a parte autora apenas das custas judiciais iniciais, de modo a excluir das benesses as despesas postais e demais encargos processuais que se fizerem necessários no decorrer da lide. Outrossim, quanto à incidência das normas consumeristas ao caso em comento, necessário assentar que a relação que envolve a parte autora e a parte ré é submetida ao direito do consumidor, vez que as partes enquadram-se no conceito legal de consumidor e fornecedor, nos termos dos arts. 2.º e 3.º, ambos do CDC. Não obstante, também se aplica ao caso, entre outras, as regras de direito comum, em homenagem ao chamado diálogo das fontes, nos termos do art. 7.º do CDC. No mais, quanto à inversão do ônus da prova, segundo as regras ordinárias de experiência, tem-se que são verossímeis as alegações da parte requerente e essa é hipossuficiente no plano técnico e probatório para comprovar as condições em que se deu o contrato de compra e venda e seu cancelamento, motivos pelos quais DETERMINO que o ônus da prova seja invertido em prol da parte requerente, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC. Em termos de prosseguimento, pautando-me no princípio da celeridade processual e, considerando que a composição poderá ocorrer em qualquer momento durante o processo, mesmo extrajudicialmente, com fulcro no art. 139, II e V, deixo de pautar audiência de conciliação neste momento processual. Assim, após o depósito dos áudios em cartório na modalidade pen drive, cite-se e intime-se a parte ré para contestar o feito no prazo de 15 (quinze) dias úteis, nos moldes do art. 335, III, e 231, III, do CPC, devendo a parte autora proceder ao recolhimento prévio das custas de postagem da carta, por meio de guia emitida pelo site do TJAM, nos termos do Provimento nº 273/2016 - CGJ/AM. Na carta de citação deve constar que os áudios mencionados na inicial encontram-se em cartório, devendo o requerido diligenciar nesta vara o respectivo conteúdo. A ausência de contestação implicará

revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. À secretaria para: Publicar esta decisão para que o autor deposite em cartório o pen drive contendo os áudios mencionados na inicial no prazo de cinco dias. Caso já o tenha feito, certifique nos autos. Cumprida a determinação acima, citar e intimar a parte Ré para que apresente contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis; Em havendo interesse na conciliação, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do art. 334, do CPC. Em não havendo interesse, decorrido o prazo concedido à parte Ré, vistas à parte autora no mesmo prazo de 15 (quinze) dias úteis; Após, retornem os autos conclusos para decisão interlocutória. Int. Manaus, 04 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0637814-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Frank Alberto Alves Franco - REQUERIDO: Manoel de Jesus Fernandes de Souza - LITSPASSIV: Gaudencio Rodrigues Ramos - DISPOSITIVO Assim sendo, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda e EXTINGO o processo com resolução do mérito nos termos do art. 487, I do CPC/15, para: A) Reconhecer a existência do contrato de promessa e venda firmado verbalmente entre o requerente e o requerido, Sr. Manoel de Jesus Fernandes de Souza, para então, declarar a nulidade do referido contrato, conforme fundamentação supra; B) Declarar válido o contrato firmado em fls. 38/42, entre Manoel de Jesus Fernandes de Souza e Gaudencio Rodrigues Ramos, porquanto reveste-se da forma prescrita em lei (art. 104, III, do CC); C) Condenar o requerido, Sr. Manoel de Jesus Fernandes de Souza, a restituição ao requerente do montante de R$ 14.000,00 (quatorze mil reais), acrescidos de juros a partir da citação válida, no caso em comento, o comparecimento espontâneo dos requeridos em audiência de conciliação, com fulcro no art. 405, do CC , 239, §1º e 240, do CPC, pela Taxa Selic, e correção monetária também pela taxa Selic, que, na ausência de data certa do desembolso, contar-se-à a partir da data do ajuizamento da ação, com fulcro no art. 1º, §2º, da Lei nº 6.899/81. D) Declarar improcedente o pedido de indenização por danos morais, conforme fundamentação supra. No mais, REVOGO a tutela provisória ora deferida, conforme fundamentação supra. Condeno ainda o requerido, Sr. Manoel de Jesus Fernandes de Souza, ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios ao patrono do autor em 10% do valor total da condenação. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. P.R.I.C. Manaus, 19 de agosto de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0638953-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Leila Gomes Santiago - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - No prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM), ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM) - Processo 0639421-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marcelo Silva Andrade - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares a a condenação de astreintes por ocasião da sentença. Caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: THAIZA FABIANNE CARRIÇO CORRÊA (OAB 4745/AM), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM), ADV: HERALDO ANTONIO CORREA JUNIOR (OAB 13798/AM) - Processo 0641012-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: L.o Chagas e Cia Ltda - REQUERIDO: Aquarela Tintas Ltda. - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: JUNDIVAL ADALBERTO PIEROBOM SILVEIRA (OAB 55160/SP), ADV: DOUGLAS AUGUSTO CECILIA (OAB 300279/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: TATYANE PRAIA EVANGELISTA (OAB 13374/AM), ADV: CLEOMAR DE SOUZA RODRIGUES (OAB 10745/AM), ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0641102-69.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0608480-63.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Tatyane Praia Evangelista - REQUERIDO: São Raimundo Empreendimentos Imobiliários Ltda - Santa Cassilda Empreendimentos Imobiliários Ltda - Banco Máxima S/A - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos. Manaus, 11 de setembro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: DOUGLAS WILLIAM CAMPOS DOS SANTOS (OAB 31138/DF), ADV: RICARDO SILVEIRA DE PAULA (OAB 196843/RJ), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0641655-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Ana Kezia da Silva - REQUERIDO: Jacira Reis Empreendimentos Imobiliários Ltda - Tecnisa Consultoria Imobiliária - Residence Negocios Imobiliarios Ltda. - Primeiramente, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. No que pertine ao ônus da prova, verifico que a autora é consumidora nos moldes do art. 2º, do CDC e a ré, por seu turno, enquadra-se no conceito de fornecedor, nos moldes do art. 3º, do CDC. Vislumbro, ainda, que a requerente é hipossuficiente no plano técnico e fático. Por tais razões, defiro em favor da demandante a inversão do ônus probatório, nos moldes do art. 6º, VIII, do CDC e art. 373, § 1º, do CPC. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no

mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DOLORES GARCIA RODRIGUES (OAB 1027/AM), ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BRAZ SIQUEIRA (OAB 37996/DF), ADV: ADRIANA ROTHER (OAB 319A/AM) - Processo 0641854-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contribuições para o SEBRAE, SESC, SENAC, SENAI e outros - REQUERENTE: Senai - Servico Nacional de Aprend. Ind. - Depart. Nacional - REQUERIDO: Microsoft Mobile Tecnologia Ltda. - Primeiramente, passo a analisar a preliminar de denunciação da lide para Receita Federal. Consigno que deixo para analisar as demais questões preliminares por ocasião da sentença, visto que tais questões não detêm o condão de mudar o curso da marcha processual. Pois bem, a ré entende que a lide deve ser denunciada para a Receita Federal, com fundamento no art. 125, II, do NCPC. Contudo, não é possível o acolhimento de tal pedido, a uma, porque a Receita Federal não detém capacidade processual para figurar no polo passivo da lide por ser órgão da administração direta da União, de modo que não tem personalidade jurídica; a duas, porque não há previsão legal que conceda direito automático de regresso à ré por interpretação de norma tributária. Dessarte, INDEFIRO o pedido de denunciação da lide. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença. Por fim, DEFIRO a juntada dos documentos carreados junto à réplica. Vista à parte requerida para se manifestar quanto a tais documentos, no mesmo prazo de 05 dias acima assinalado.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM) - Processo 0643481-12.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Miracy Almeida e Silva de Azevedo - REQUERIDO: Provisa Corretora de Seguros Ltda. - Amil Assistencia Médica Internacional S/A - Diante do exposto, verifico que a requerida Provisa Corretora de Seguros Ltda. é parte ilegítima na presente demanda, razão pela qual DETERMINO sua exclusão do polo passivo da ação. Ante a emenda à inicial de fl. 49, deve ser alterado no Sistema SAJ o polo ativo de Miracy Almeida e Silva de Azevedo para Hyperion Peixoto de Azevedo. Cite-se e intime-se a requerida para contestar no prazo legal, sob pena de revelia. Apresentada contestação, vista à parte autora. À secretaria para: Alterar o polo ativo da demanda de Miracy Almeida e Silva de Azevedo para Hyperion Peixoto de Azevedo no Sistema SAJ; Excluir do polo passivo a empresa Provisa Corretora de Seguros Ltda; Citar a requerida.Após a contestação, vista para fins de réplica. Int. Manaus, 11 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0643941-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amazongás Distribuidora de Gás Liquefeito de Petróleo Ltda. - Jose Anselmo Garcia Rodrigues Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0647416-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marli Costa Fortes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Primeiramente, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648763-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Walter dos Santos Pereira - Trata-se de ação de cobrança movida por Banco Bradesco Cartões S/A em face de Walter dos Santos Pereira. É o relatório. DECIDO. Inicialmente, diante da manifestação da parte autora de possuir interesse em conciliar, determino a viabilização de audiência de conciliação ou mediação, nos moldes do art. 334, do CPC, a qual será realizada pelo CEJUSC - Cível, localizado no 3º andar deste Fórum, devendo os autos serem encaminhados ao referido setor. Cite-se e intime-se a parte Ré. O prazo para contestação de 15 (quinze) dias úteis será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Tratando-se de processo eletrônico, em prestígio às regras fundamentais dos artigos 4º e 6º do CPC fica vedado o exercício da faculdade prevista no artigo 340 do CPC. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II havendo contestação, deverá se

manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Por fim, saliento que, conforme documentos de fl. 65, as custas foram devidamente colhidas. À secretaria para: Publicar a presente decisão para conhecimento das partes; Remeter os autos ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC CÍVEL), a fim de que este designe audiência de conciliação ou mediação, nos termos do artigo 334 do Código de Processo Civil. Int. Manaus, 10 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0648918-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDA: Camila Viana Vieira de Sousa - Como é cediço, a alienação fiduciária é uma garantia atípica. O domínio se transfere desde logo para o credor, embora de caráter resolúvel. O devedor permanece na posse direta, transferindo para o credor, a instituição financeira, a posse indireta. Continua como depositário. Advindo o vencimento da obrigação, não sendo paga, o domínio resolúvel se torna definitivo. Assim, provado o inadimplemento e a mora do(a) devedor(a), conforme demonstra a notificação extrajudicial coligida aos autos, assiste ao credor perseguir a coisa através de ação de busca e apreensão, com fundamento no art. 3º, do Decreto-lei nº. 911/69. Em consequência, DEFIRO o pedido de liminar de busca e apreensão formulado pelo autor. Contudo, antes de proceder à expedição do mandado, em observância ao que dispõe a Portaria nº 116/2017, determino que a parte interessada proceda ao recolhimento das custas de diligências atribuídas aos Oficiais de Justiça, cujo valores estão previstos no Provimento nº 250/2015/CGJ/AM. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se mandado, consignando nele que, uma vez executada a liminar e efetuada a citação, o devedor terá o prazo de 5 (cinco) dias para efetuar o pagamento integral da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial. Não o fazendo neste prazo, ficará automaticamente consolidada a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor, conforme a nova redação dada pela Lei nº 10.931/04, sendo certo que o prazo para contestar é de 15 (quinze) dias da execução da liminar, sob pena de revelia. Desde logo, faculto ao meirinho encarregado da diligência, proceder na conformidade do disposto no § 2º, do art. 212, do NCPC, se necessário. Em não havendo o recolhimento das custas, voltem-me os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0648987-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rozangela Vieira de Carvalho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”. Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). No caso em tela, verifico que a Requerente possui uma renda significativamente alta, conforme contracheques de fls. 102/104. Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; b) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; c) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; d) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0648990-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Pneus Forte Ltda - REQUERIDO: Marcionei Abreu Maranhao Me - Vistos, etc... À luz dos arts. 82 e 290 do CPC/2015, salvo as hipóteses em que a parte está amparada pelos benefícios da justiça gratuita, cumpre a ela antecipar o pagamento das despesas processuais, e o não pagamento das custas no prazo de 15 (QUINZE) dias ensejará no cancelamento da distribuição. No caso destes autos, verifico que a parte promovente não providenciou o recolhimento das custas do processo, razão pela qual determino seja intimado o Autor para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, adotar a providência indicada, sob pena de extinção do feito.

ADV: DEBORA ALESSANDRA DO NASCIMENTO AZEVEDO (OAB 99717/MG) - Processo 0648991-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Seculus da Amazônia Indústria e Comércio S.a - Seculus Accessories Comércio Atacadista Ltda. - REQUERIDO: Vanessa Oliveira Nascimento - Me - Trata-se de Ação Monitória, cujo prova escrita, sem eficácia de título executivo que afirma, ter direito de exigir do devedor capaz o pagamento da quantia em dinheiro (NCPC, art. 700, I) ou a entrega de coisa fungível ou infungível de bem móvel ou imóvel (NCPC, art. 700, II); ou o adimplemento de obrigação de fazer ou de não fazer (NCPC, art. 700, III). A inicial, está devidamente instruída e de acordo com os §§ 2º a 5º do art. 700 do NCPC, sendo, ainda, evidente o direito da parte autora, DEFIRO, de plano, a expedição do mandado de pagamento, de entrega de coisa ou para execução da obrigação de fazer ou de não fazer, CONCEDENDO o prazo de quinze (15) dias para o cumprimento e o pagamento dos honorários advocatícios de cinco (05) por cento do valor atribuído à causa (NCPC, art. 701, caput), ficando isento das custas processuais se cumprir o mandado no prazo (NCPC, art. 701, § 1º). Caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (NCPC, art. 701, § 2º). A parte requerida deverá ser intimada, ainda, da faculdade do art. 916 do NCPC. Contudo, a citação, dar-se-á por meio de carta, modalidade preferencial contida no art. 246, inciso I, do NCPC, tendo à parte Requerente, no prazo de dez (10) dias, arcar com a despesa prévia, conforme determina a Portaria deste Egrégio Poder, com a comprovação do pagamento da diligência que, deverá ser juntada aos autos. Em não havendo o recolhimento, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0649104-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Monteiro da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De atenta análise dos autos, observo que há um equívoco quanto ao valor da causa, uma vez que para sua

estipulação deveria ser considerado a indenização por danos morais pretendida somada ao valor total dos débitos indevidos, conforme o art. 292, II, V e VI, do CPC . Assim, determino que seja intimada a parte autora para emendar a inicial no prazo de 15 (quinze) dias e dar o valor correto à ação, sob pena de extinção do feito. No que se refere à concessão de gratuidade de justiça, o art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. Neste sentido, é oportuno destacar a jurisprudência pátria: APELAÇÃO CÍVEL - JUSTIÇA GRATUITA - INCIDENTE DE IMPUGNAÇÃO - POSSIBILIDADE DE CONDICIONAR A GRATUIDADE JUDICIÁRIA A COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - ART. 4º DA LEI 1.060/1950-PROVAS INSUFICIENTES - Há presunção juris tantum da declaração de hipossuficiência para fins de concessão da assistência judiciária (IUJ TJ MG nº 1.0024.08.093413-6/002). A insuficiência financeira deve ser comprovada por documentos hábeis; na inexistência de qualquer atestado desta natureza, impõe-se o indeferimento da justiça gratuita. (TJ-MG - AC: 10000170436398001 MG, Relator: Alice Birchal, Data de Julgamento: 29/10/0017, Câmaras Cíveis / 7º Câmara Cível, Data de Publicação: 06/11/2017). Portanto, para apreciação do pedido de concessão de gratuidade de justiça, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá, em igual prazo de 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira de trabalho, contracheques, dos últimos três meses, ou comprovante de renda mensal; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal; e) comprovantes de despesas mensais que demonstrem o comprometimento da renda apontada no contracheque e forma a inviabilizar o pagamento das custas. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais já do valor corrigido, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Ou, ainda, se assim lhe convier, faculto à parte demandante requerer o parcelamento das custas iniciais, em até 04 (quatro) parcelas, o que desde já DEFIRO, no mesmo prazo acima assinalado, com fulcro nas disposições constantes no art. 98, § 6º, do NCPC, no art. 1º da Portaria 490/2017-PTJ e no art. 10 da Portaria nº 116/2017. À secretaria para: Caso solicitado o parcelamento das custas processuais, o que desde já DEFIRO, remetam-se os autos ao Setor da Contadoria para que proceda o cálculo das custas, sem nova conclusão; Caso transcorrido o prazo para o pagamento da primeira parcela, não sendo efetivado o mesmo, determino o cancelamento da distribuição do feito, sem nova conclusão; Caso haja o recolhimento integral, ou pagamento da primeira parcela, retornem-me os autos conclusos na fila de despacho inicial. Int. Manaus, 11 de setembro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM) - Processo 0656962-76.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jemilson Lima Oliveira - REQUERIDO: Rodrigo Otávio dos Santos - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; Encaminhe-se os presentes autos ao CEJUSC-CÍVEL para ser pautada nova data para realização da conciliação, após retornem os autos ao cartório para expedição do mandado requerido.

Adonai Rocha de Oliveira (OAB 9162/AM)
Adriana Rother (OAB 319A/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Reynaldo Campos Sampaio (OAB 7372/AM)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cleomar de Souza Rodrigues (OAB 10745/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Debora Alessandra do Nascimento Azevedo (OAB 99717/MG)
DENILZA MARIA BEZERRA PESSOA (OAB 613A/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Dolores Garcia Rodrigues (OAB 1027/AM)
Douglas Augusto Cecilia (OAB 300279/SP)
Douglas William Campos dos Santos (OAB 31138/DF)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Franciel Franco de Souza Almeida (OAB 9301/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Giulo Alvarenga Reale (OAB 1006/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Heraldo Antonio Correa Junior (OAB 13798/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
JACOB & NOGUEIRA ADVOGADOS (OAB 192/AM)
Janessa Farias Santa Luzia (OAB 13509/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Jundival Adalberto Pierobom Silveira (OAB 55160/SP)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pedro Henrique Braz Siqueira (OAB 37996/DF)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Ricardo Silveira de Paula (OAB 196843/RJ)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Serafim Pereira D'alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Tatyane Praia Evangelista (OAB 13374/AM)
Thaiza Fabianne Carriço Corrêa (OAB 4745/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0290/2019

ADV: JACIRA VANZIN (OAB 3316/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM), ADV: YURI CAMINHA JORGE (OAB 7606/AM) - Processo 0213355-25.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Altair Jose Vanzin - REQUERIDO: Jovelino Antônio Vanzin - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0220528-03.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Verde Figueiredo - REQUERIDA: Renildes Maria Veras Bezerra Abreu - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
JACIRA VANZIN (OAB 3316/AM)
Joaquim Donato Lopes Filho (OAB 1539/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Yuri Caminha Jorge (OAB 7606/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0354/2019

ADV: IVANA CARLA PARDINI (OAB 15891PR), ADV: ALESSANDRA DOS SANTOS VIEIRA (OAB 5264/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: JOSÉ ALFREDO FERREIRA DE ANDRADE (OAB A-29/AM) - Processo 0000415-85.2006.8.04.0001 (001.06.000415-1) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bradesco Seguros S/A. - EXEQUENTE: Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A - REQUERIDA: Air Tiger Express Inc. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud e Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 000.819/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ), ADV: NIRVANA MARYAN QUEIROZ DA FONSECA (OAB 001.889/AM) - Processo 0049542-60.2004.8.04.0001 (001.04.049542-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Petróleo Sabbá S/A - REQUERIDO: Auto Posto Maia Ltda. - Juarez Baldoíno da Costa e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da devolução de Carta Precatória de fls. 580/582, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0211547-09.2016.8.04.0001 (processo principal 0621742-22.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0221477-80.2018.8.04.0001 (processo principal 0635494-90.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Patrícia Cabral Portilho - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0239270-37.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0614709-78.2015.8.04.0001) (processo principal 0614709-78.2015.8.04.0001) - Cumprimento de sentença

- Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: OLIVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0258553-22.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Macodiesel Importação e Exportação LTDA - Sentença às fls. 108. É a presente para fins de estatística.

ADV: OLIVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM), ADV: OLÍVIA MARIA ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0258553-22.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Macodiesel Importação e Exportação LTDA - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos; ou por publicação oficial, no caso de réu revel citado na forma do art. 256, a fim de, no prazo de 15 (quinze) dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários advocatícios também de 10% (dez por cento).

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 13904A/PA), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE) - Processo 0603296-97.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO NORONHA DE OLIVEIRA (OAB 12534/AM) - Processo 0603835-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabrício de Oliveira Barbosa - Indefiro por ora, a citação por edital, porquanto ainda não esgotados todos os meios para localização de endereço do requerido. Assim, manifeste-se o requerente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, requerendo o que de direito.

ADV: ANAILE CRISTINE DA COSTA MEDEIROS (OAB 8551/AM), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM) - Processo 0606606-77.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Saulo Araújo Feitosa - De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor. Assim, não preenchido tal requisito, não há de se admitir a citação via editalícia, portanto assino um prazo de 10 dias para que o autor promova diligências úteis nesse sentido, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 267, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0606791-52.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - REQUERIDO: Romário do Carmo da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0609452-72.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Maria Eduarda Moraes - REQUERIDO: Prodimagem - Clínica de Procução por Imagem de Manaus Ltda. - Prontocord - Pronto Socorro Cárdio Respiratório e Hospital do Coração Ltda - Intimo o perito Sr. FLAVIANO BIVÁQUA DE ARAÚJO JÚNIOR, para que apresente o laudo pericial, a fim das partes manifestarem-se acerca do mesmo, tendo decorrido o prazo estabelecido em juízo.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0610197-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOÃO PAULO REIS GARZON (OAB 9542/AM) - Processo 0610408-49.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Aline de Menezes Cavalcante - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: DERMEVAL DE OLIVEIRA NASCIMENTO (OAB 7475/AM), ADV: ANDREA CRISTINA DE MELO BARBOSA CAMPOS (OAB 11788/MT) - Processo 0611951-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Francisco Feitosa de Castro - REQUERIDO: Lucas Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0616226-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0618517-52.2019.8.04.0001 - Tutela Cautelar Antecedente - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Magali Vilela Fernandes - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620560-64.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Leonice Bastos de Lima - De ordem, defere-se o pedido de suspensão pelo prazo de um ano, nos termos do artigo 921, inciso III, do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4º, da mesma norma processual.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0621585-10.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - REQUERENTE: S. Tomaz Avelino Filho-me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar nas cartas, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: KARLA DANIELLE LOIOLA PICANÇO (OAB 10086/AM) - Processo 0621727-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Maria da Conceição Pereira Khattab - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providências necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MICHELLE PEREIRA CRUZ (OAB 7072/AM), ADV: IONE MONTEIRO DA SILVA (OAB 4426/AM) - Processo 0624084-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Diamantino Mendonça - REQUERIDO: Alivan Barroncas Rogério - Defiro o pedido de fls. 335. Expeça-se a certidão requerida.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0626018-28.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Fernandes da Costa - REQUERIDO: R. N. Comércio Varejista Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0628828-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associação dos Magistrados do Amazonas - AMAZON - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0631293-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Domingos Sávio Silva Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que apresente instrumento de procuração/substabelecimento com poderes para levantamento de valores, especificamente em nome da Drª Raquel Isadora Leite Vieira - que peticiona em fl. 392, no prazo de 05 (cinco) dias, para posterior expedição de alvará.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632334-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: VALÉRIA FREIRE LITAIFF (OAB 8009/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0635765-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: Rodione das Graças Pavon Silva Ereli - ME e outro - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: WILLIANE WANESSA QUEIROZ CAVALCANTE (OAB 8489/AM) - Processo 0636029-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Lira Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - REQUERIDO: P. R. Construções e Terraplanagem Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM) - Processo 0637670-42.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josenildo Gonçalves da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do Ofício de fls. 74, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: VITOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0637706-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Helen Cristina Moraes Libório - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUSTAVO SILVEIRA OLIVEIRA (OAB 10629/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0638207-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Wesley Nogueira da Silva - REQUERIDA: Aurilene de Castilho Bussons - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0638422-82.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0639107-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Batista Navegação e Comércio Ltda. - Assim, assino um prazo de 10 dias para que o autor

promova as diligências necessárias visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM), ADV: ANDRÉ JUNIO MENDES DE OLIVEIRA (OAB 7836/AM) - Processo 0640543-44.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0619294-37.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Adecy Bastos Rios - EMBARGADO: Ambrosio Cohen Assayag - Compulsando os autos, verifico que a parte Embargada não foi intimada do Ato Ordinatório de fls. 46, tendo em vista que o patrono desta, não consta na certidão de publicação de fls. 48. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) seu conteúdo, cujo teor segue abaixo: "De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 920, I do NCPC."

ADV: AUGUSTO COSTA JÚNIOR (OAB 4337/AM), ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0642987-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - REQUERIDO: Francis Eduardo Sgarbi - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, "b" do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: HANS CHRISTIAN VON BLUCHER (OAB 211224/RJ) - Processo 0643137-65.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Novação - REQUERENTE: Export Development Canada - Edc - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO PROCEDENTE a presente impugnação, no sentido de reclassificar o crédito do impugnante para a classe II, com garantia real, devendo ser assegurada a variação cambial da moeda estrangeira, nos termos do art. 50, § 2º, da Lei 11.101/05, bem assim observado que a conversão para fins de votação na Assembleia Geral deverá considerar o câmbio da véspera, conforme art. 38, parágrafo único, Lei 11.101/05. Intime-se o Administrador Judicial, para imediato cumprimento desta decisão, bem assim, as recuperandas e o Ministério Público.

ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: HANS CHRISTIAN VON BLUCHER (OAB 211224/RJ), ADV: ALEXANDRE EPPINGHAUS VARELLA (OAB 100865/RJ) - Processo 0643692-82.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. e outro - REQUERIDO: Export Development Canada - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação ao quadro de credores. Intime-se, inclusive o Ministério Público.

ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP) - Processo 0643693-67.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. e outro - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação ao quadro de credores. Intime-se, inclusive o Ministério Público.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP) - Processo 0643695-37.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. e outro - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação ao quadro de credores. Intime-se, inclusive o Ministério Público.

ADV: PABLO ALVES DE CASTRO (OAB 349427/SP), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP) - Processo 0643697-07.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. e outro - REQUERIDO: Banco da Amazonia S/A - Ante o exposto e nos termos da fundamentação acima, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação ao quadro de credores. Intime-se, inclusive o Ministério Público.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0643932-71.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0655820-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradise River - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0656229-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: L.G.C. e outro - Indefiro por ora, a citação por edital, porquanto ainda não esgotados todos os meios para localização de endereço do requerido. Assim, manifeste-se o requerente em termos de prosseguimento, no prazo de 5 dias, requerendo o que de direito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0657858-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carlos Costa Souza e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 13904A/PA)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alessandra dos Santos Vieira (OAB 5264/AM)
Alexandre Eppinghaus Varella (OAB 100865/RJ)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Anaile Cristine da Costa Medeiros (OAB 8551/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Junio Mendes de Oliveira (OAB 7836/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andrea Cristina de Melo Barbosa Campos (OAB 11788/MT)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Augusto Costa Júnior (OAB 4337/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Dermeval de Oliveira Nascimento (OAB 7475/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)

Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 000.819/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Silveira Oliveira (OAB 10629/AM)
Hans Christian Von Blucher (OAB 211224/RJ)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ione Monteiro da Silva (OAB 4426/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana Carla Pardini (OAB 15891PR)
João Paulo Reis Garzon (OAB 9542/AM)
José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB A-29/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Danielle Loiola Picanço (OAB 10086/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Pozzebon Tacco (OAB 304775/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Michelle Pereira Cruz (OAB 7072/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nirvana Maryan Queiroz da Fonseca (OAB 001.889/AM)
Olivia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Pablo Alves de Castro (OAB 349427/SP)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Thiago Noronha de Oliveira (OAB 12534/AM)
Valéria Freire Litaiff (OAB 8009/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Williane Wanessa Queiroz Cavalcante (OAB 8489/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0355/2019

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0213233-31.2019.8.04.0001 (processo principal 0614761-06.2017.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Eldo de Oliveira Silva - Vistos, etc. Acolho os Embargos de Declaração de fls. 129/130, no sentido de corrigir o erro material apontado na sentença de fls. 126/127, consignando-se em substituição o seguinte texto: “Portanto, inexiste óbice para que a penhora recaia sobre os bens da pessoa física VIVIANE VIANA DE ALMEIDA, representante da firma individual de mesmo nome.” Traslade-se cópia para os autos principais.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP) - Processo 0608787-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Cecimara da Cruz Pereira - REQUERIDO: V. D. B. de Oliveira - ME - Casa da Carne Diniz - Antônio de Paula Pereira Cavalcante Júnior - BRF - Brasil Foods S/A - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Instrução e Julgamento prevista para o presente processo teve de ser redesignada, em razão do Juiz de Direito responsável por este Juízo encontrar-se em viagem oficial para a comarca de Lábrea/AM na data anteriormente pautada. De ordem, portanto, a presente audiência foi redesignada para o dia 09/10/2019, às 10hs.

ADV: SANDRO ROMERO PINTO BARBOSA (OAB 13001/AM), ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0612352-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benfeitorias - REQUERENTE: Aurélio Ferreira de Freitas - Gheisa Mayara Maciel Gonçalves de Freitas - REQUERIDA: Milza Maria Alves Bentes - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Instrução e Julgamento prevista para o presente processo teve de ser redesignada, em razão do Juiz de Direito responsável por este Juízo encontrar-se em viagem oficial para a comarca de Lábrea/AM na data anteriormente pautada. De ordem, portanto, a presente audiência foi redesignada para o dia 08/10/2019 às 09:00h.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0614761-06.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Eldo de Oliveira Silva - REQUERIDO: Viviane Viana de Almeida - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0621457-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Ricardo Lopes Fontes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: WILSON THIAGO CORREIA (OAB 11055/AM) - Processo 0636323-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Maria Dalvaci Pereira da Cunha - REQUERIDO: Osmar Antônio Zanetti - José Danilo Rosa de Lima - Procedam-se consultas eletrônicas por endereço dos requeridos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0637383-16.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: José Aparecido Vieira de Carvalho - Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARIA ALTAMIRA DE SOUZA (OAB 6959/AM) - Processo 0640222-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Júlio César da Silva Alves - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Murano Veículos Ltda. - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Tipo da Audiência Instrução e Julgamento prevista para o presente processo teve de ser redesignada, em razão do Juiz de Direito responsável por este Juízo encontrar-se em viagem oficial para a comarca de Lábrea/AM na data anteriormente pautada. De ordem, portanto, a presente audiência foi redesignada para o dia 09/10/2019, às 09hs.

ADV: LUANDERSON LUIZ RAMOS PEREIRA (OAB 12499/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0641570-62.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Rejane Pinho - REQUERIDA: Danúbia Joyce Souza de Almeida - De ordem, intimo a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, emende a inicial, tendo em vista a ausência de base documental ao que tange o alegado endereço, na folha 26.

ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP) - Processo 0641952-89.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP) - Processo 0643684-08.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Opção Máster Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP) - Processo 0643686-75.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Genotec Comércio de Peças e Equipamentos Ltda. - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: CÉSAR RODRIGO NUNES (OAB 260942/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0643687-60.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP) - Processo 0643688-45.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Ineos Sales (Uk) Limited - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: JULIANO GOMES GARCIA (OAB 17252/SC), ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: RICARDO ANTÔNIO ERN (OAB 9324/SC) - Processo 0643690-15.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Allog Transportes Internacionais Ltda. - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: MARCO ANTÔNIO POZZEBON TACCO (OAB 304775/SP), ADV: FILIPE LEITE DA SILVA BOTELHO (OAB 263618/SP) - Processo 0643696-22.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0238192-71.2016.8.04.0001) - Petição Cível - Pagamento - REQUERENTE: Ravibras Embalagens Ltda. - Ravibras Embalagens da Amazônia Ltda. - REQUERIDO: Cromex S/A - Manifeste-se o Administrador Judicial acerca da presente impugnação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 12, parágrafo único, da Lei 11.101/05.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM) - Processo 0645355-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Supermercado Baratão da Carne) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, CONCEDO a tutela de urgência, no sentido de: A) SUSPENDER a cobrança de quaisquer valores referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2015, atrelados à Unidade Consumidora n° 0367823-7/ Medidor nº 10303168; B) determinar que a requerida se abstenha de incluir ou exclua, caso já tenha incluído, o nome da Requerente de rol de inadimplentes ou cartório de registro de protestos com base em débito relacionado ou decorrente do período de agosto a outubro de 2015, referentes à UC mencionada na alínea “a”; C) manter a tutela urgência concedida à fl. 76. Prazo para cumprimento é de 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária, em qualquer dos casos acima, no importe de R$ 1.000,00 (hum mil reais), até o limite de 20 (vinte) dias-multa, revogada nesta parte a disposição em contrário contida na decisão anterior. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0657858-22.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carlos Costa Souza e outro - Proceda-se a substituição requerida às fls. 68. Cite-se.

Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
César Rodrigo Nunes (OAB 260942/SP)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Filipe Leite da Silva Botelho (OAB 263618/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Juliano Gomes Garcia (OAB 17252/SC)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luanderson Luiz Ramos Pereira (OAB 12499/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Antônio Pozzebon Tacco (OAB 304775/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Maria Altamira de Souza (OAB 6959/AM)
Ricardo Antônio Ern (OAB 9324/SC)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Sandro Romero Pinto Barbosa (OAB 13001/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Thiago Correia (OAB 11055/AM)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0316/2019

ADV: NAIRO AGUIAR CORDEIRO (OAB 7058/AM), ADV: ALINE VASCONCELOS TÔRRES (OAB 27175/DF), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0253893-43.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Juvenal Miguel da Silva - REQUERIDO: GEAP - Gerência Regional do Amazonas - Fundação de Seguridade Social - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600272-32.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel dos Santos Melo - De ordem, defiro o pedido de fl. 172 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Ademais, o requerente deverá informar nos autos a data de nascimento e o nome da genitora do requerido para efetivação da pesquisa eletrônica via sistema SIEL, no mesmo prazo supracitado. Após, proceda-se a consulta via sistemas RENAJUD, INFOJUD e SIEL para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM) - Processo 0605477-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial - ME - REQUERIDO: Marlene Eduardo Pereira - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 161, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 149/150: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 11 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0611642-71.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - REQUERIDO: LUIZ CARLOS SOUZA DE NAZARÉ - De ordem, defiro o pedido de fl. 127 dos autos. Intime-se a parte Requerente para efetuar o pagamento da despesa de consulta eletrônica, esta cobrada POR CADA ATO (R$ 14,98 - valor da consulta e mais R$ 1,50 pela emissão do boleto, totalizando R$ 16,48), no prazo de 5 (cinco) dias, conforme Portaria 116/2017 - PTJ, tabela III, item 9. Após, proceda-se a consulta via sistemas BACENJUD, para localizar o endereço da parte requerida.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0617042-32.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Ivo Aluizio Stinghen - Maria da Conceição da Silva Vieira - REQUERIDO: Ivo Aluizio Stinghen - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie a complementação das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: ARMANDO CLÁUDIO DIAS DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3194/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: DANIELLE RAMALHO RODRIGUES DE SOUSA GROSSO (OAB 3982/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: THIRSO DEL CORSO NETO (OAB 8359/AM), ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RENATA CRISTINA MAGALHÃES DA SILVA (OAB 7817/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: SENDER JACAÚNA DE LIMA (OAB 6292/AM), ADV: MAURO COUTO DA CUNHA (OAB 4200/AM), ADV: JANAÍNA GOMES FIGUEIREDO (OAB 5552/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: MARCILENE DE SOUSA NUNES (OAB 7687/AM), ADV: MÁRCIA LÚCIA TURIEL HAGGE (OAB 7681/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: LUÍS HENRIQUE MEDEIROS DA SILVA (OAB 5953/AM), ADV: LUCIANNA DE SOUZA SILVA (OAB 3624/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JULIANA NARJARA LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 6889/AM), ADV: DEBORAH NASCIMENTO SOUZA (OAB 6847/AM), ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: EDUARDA ROSA CAVALCANTE DE OLIVEIRA (OAB 8846/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GLÁUCIO BENTES GONÇALVES NETO (OAB 7158/AM), ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: FÁBIO LOUREIRO GUERREIRO (OAB 7505/AM) - Processo 0620723-15.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0640315-69.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hernan Batalha Gonçales - REQUERIDO: Urbis Empreendimentos Imobiliários S.A - ATO ORDINATÓRIO De ordem, republique-se a Decisão Interlocutória de fls. 538/539 para todos os patronos da lide.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0621668-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elaine dos Santos Franco - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: ANDRÉ DE SANTA MARIA BINDÁ (OAB 3707/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: SARA REGINA OLÍMPIO MAMEDE (OAB 4504/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV:

GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0622808-08.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Raimunda Carvalho Torres - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - INTIME-SE a parte Requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da pesquisa realizada através do sistema ERIDFT, conforme f. retro, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625169-27.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ana Julia Silva de Andrade - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 157/158, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626832-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Adail de Souza Nascimento - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - ATO ORDINATÓRIO De ordem, intime-se o requerente para se manifestar sobre o ofício de fls. 201/204. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0629680-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Salvare Serviços Médicos Ltda. - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 64, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: FABRÍCIO BURGIN DA CUNHA (OAB 9845/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM) - Processo 0630943-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Rzd Distribuidora de Derivados de Petroleo Ltda - REQUERIDO: A D Comércio de Combustíveis Ltda - Alcione de Souza Peixoto - Danielle dos Santos Peixoto - ATO ORDINATÓRIO Compulsando os autos, verifico que nas fls. 68/69 o Requerente formulou pedido de transferência bancária dos valores depositados pelo Requerido. No Despacho de fl. 86 fora autorizado o levantamento dos referidos valores por meio de alvará. Desta forma, de ordem, uma vez que consta tal autorização para levantamento, defiro o pedido de transferência bancária. Expeçam-se ofícios à CEF para tal finalidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0634257-89.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Adamor Printes Cancio - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos nas fls. 147/148, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637006-40.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Janderlan de Souza Pessoa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 59, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0637118-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Sergio Moreira de Souza Junior - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 112, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0637161-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Supermercados DB Ltda. - EXECUTADO: Taiwan Bom Pão Lanchonete Ltda Me (Loja Taiwanesa) - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fls. 165, de ordem, intimo o autor para que cumpra o estabelecido no Despacho de fl. 150: "(...) imprima a carta e os documentos pertinentes, bem assim remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado (...) a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 6 (seis) meses, sob pena de extinção." Manaus, 11 de setembro de 2019. Micaelle Tamara Sa Ribeiro Schwab Assistente Judiciário

ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0639445-63.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: RAIMUNDA MIRIAN DA SILVA - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Instituto Médico Legal - IML - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 140, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0703049-03.2012.8.04.0001 -

Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Sacoplast - Indústria e Comércio de Artefatos Plásticos S/A - Natham Salim Tayah - Lucinda Pereira Tayah - Certifico para os devidos fins que os Embargos à Monitória foram opostos dentro do prazo legal. De ordem, intimo o Embargado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os embargos à monitória opostos de fls. 477/478, nos termos do art. 702 §5º do CPC.

Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Aline Vasconcelos Tôrres (OAB 27175/DF)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
André de Santa Maria Bindá (OAB 3707/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Armando Cláudio Dias dos Santos Júnior (OAB 3194/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Danielle Ramalho Rodrigues de Sousa Grosso (OAB 3982/AM)
Deborah Nascimento Souza (OAB 6847/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Eduarda Rosa Cavalcante de Oliveira (OAB 8846/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Loureiro Guerreiro (OAB 7505/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício Burgin da Cunha (OAB 9845/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Gláucio Bentes Gonçalves Neto (OAB 7158/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Janaína Gomes Figueiredo (OAB 5552/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Juliana Narjara Libório dos Santos (OAB 6889/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Lucianna de Souza Silva (OAB 3624/AM)
Luís Henrique Medeiros da Silva (OAB 5953/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Márcia Lúcia Turiel Hagge (OAB 7681/AM)
Marcilene de Sousa Nunes (OAB 7687/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Mauro Couto da Cunha (OAB 4200/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Nairo Aguiar Cordeiro (OAB 7058/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata Cristina Magalhães da Silva (OAB 7817/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Sara Regina Olímpio Mamede (OAB 4504/AM)
Sender Jacaúna de Lima (OAB 6292/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)
Thirso Del Corso Neto (OAB 8359/AM)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO NAIRA NEILA BATISTA DE OLIVEIRA NORTE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0294/2019

ADV: DANIEL IBIAPINA ALVES (OAB 5980/AM), ADV: FABÍOLA GUERREIRO VILAR DE MELO OLIVEIRA (OAB 152710/SP), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: BRUNO JÚNIOR BISINOTO (OAB 002.780/AM) - Processo 0031280-19.2010.8.04.0012 (012.10.031280-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Maria Aquino Xavier de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Mauricio Alexandre de Meneses Pereira - DESPACHO Compulsando os autos, verifico que a parte autora faleceu durante o processo, conforme informado pelo patrono e certidão de óbito, ocorrido em 25/04/2009 às fls. 146/148, não havendo até o presente momento a regular habilitação do espólio nos autos, uma vez que às fls. 146, a petição consta em nome do inventário da Sra. Maria Aquino Xavier de Oliveira, mas há indicação do inventariante. Assim, intime-se o patrono da parte autora, para que no prazo de 02 (dois) meses regularizar a representação processual do espólio ou herdeiros, para devida habilitação na presente demanda, conforme preconiza o art. 313, §2º, I, CPC, indicando o inventariante ou, caso não haja, a existência de herdeiros e cônjuge meerio, carreando certidão de casamento atualizada. Determino a suspensão do processo, pelo prazo de 02 (dois) meses, cientificando-se a parte autora, que após o escoamento do prazo, deverá impulsionar o processo, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento do processo. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ÂNGELA MARIA BRANDÃO (OAB 3556/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo

0051722-20.2002.8.04.0001 (001.02.051722-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDA: Maria de Fátima Melo - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes às diligências requeridas (BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD), nos termos do item 9 da tabela III alusivo às despesas de processamento eletrônico, nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiaria da justiça gratuita total. No mesmo prazo, deverá a parte interessada juntar planilha atualizada de débitos. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas e da planilha de débitos atualizada, requisitem-se à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio do Sistema Informatizado do Bacenjud, os caracteres necessários sobre a existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854, caput, do Digesto Processual Civil. Na hipótese de pesquisa positiva, no Bacenjud, intime-se a parte executada, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do bloqueio, nos termos do art. 854, § 3º, CPC. Caso frustrado o bloqueio de valores, proceda-se a restrição no Renajud. Entretanto, caso positiva a pesquisa do Renajud, intime-se o executado, para manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca da restrição, nos termos do art. 841, CPC. Infrutíferas tais pesquisas, pesquise-se no Infojud, intimando-se o exequente para requerer o que entender de direito, com as observações do art. 921, III, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MIKAEL MARTINS DE LIMA (OAB 308440/SP), ADV: RODRIGO SOUZA MENDES DE ARAUJO (OAB 207620/SP), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM), ADV: ALESSANDRA NASCIMENTO S. F. MOURÃO (OAB 97953/SP), ADV: JOAO REIS DO AMARAL (OAB 002.744/AM), ADV: PEDRO CAMARA JUNIOR (OAB 002.834/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: PEDRO MIRANDA ROQUIM (OAB 173481/SP), ADV: MARCELO GUEDES NUNES (OAB 185797/SP) - Processo 0058389-08.2010.8.04.0012 (012.10.058389-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: LIBRO COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS - REQUERIDO: Showpla Brasil Ltda - Massimo Martigli - Severino Luiz Carniel - Sumitomo Corporation do Brasil S/a - INTSSADO: Showpla Internacional Pte Ltda - Sumitomo Corporation - Sumitomo Corporation Of America - Hidenobu Yano - Rosilene Araújo Sodre - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Executado, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos às fls. 3965/3970, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ROSINALVA GOMES BARROS (OAB 8183/AM) - Processo 0210196-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ivanizes Azevedo Ribeiro - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM) - Processo 0211461-48.2010.8.04.0001 (001.10.211461-8) - Monitória - REQUERENTE: Agnaldo José Amaral - REQUERIDA: Nayra de Azevedo Aguiar - Indefiro o pedido de fls.77 eis que não compete a este Juízo diligenciar no intuito de localizar o atual e correto endereço do réu. Contudo, em análise aos presentes autos, verifico que foi encontrado via Infojud endereço diverso do encontrado via Bacenjud, e constante do mandado expedido nos presentes autos, portanto, expeça-se novo mandado para o endereço localizado às fls.63. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISANA SILVA GUEDES (OAB 12679/PA), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ADIB ALEXANDRE PENEIRAS (OAB 177152/SP), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 18335A/PA) - Processo 0220444-02.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Agem - Comercio de Derivados de Petroleo Ltda - Às fls. 167/168, manifestação da Defensoria Pública suscitando a nulidade da citação editalícia, ante o não esgotamento dos meios de buscas de endereço. Compulsando os autos, constata-se que não foram procedidas buscas junto aos sistemas disponíveis para localização de endereço do executado. Diante disto, chamo o feito à ordem, momento em que determino de ofício a realização de buscas do endereço do executado via BACENJUD e INFOJUD. Intime-se a exequente para recolher as custas e despesas processuais referentes à consulta aos sistemas BACENJUD e INFOJUD, no prazo de 15 (quinze) dias, segundo os termos da Portaria 116/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito. Recolhidas as custas, procedam-se as pesquisas. Caso a pesquisa seja positiva, localizando endereço diverso dos já diligenciados nos autos, expeça-se o respectivo Mandado de Citação, devendo a parte autora ser intimada para recolher as custas devidas. Caso a pesquisa seja negativa ou seja localizado endereço já diligenciado nos autos, mantenho a citação por edital já realizada, em atenção aos princípios da economia e celeridade processual, devendo parte autora ser intimada para requerer o que entender de direito.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: JORGE ALEXANDRE MOTTA DE VASCONCELLOS (OAB 2790/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0226927-48.2011.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Reparação do Dano - REQUERENTE: Carlos França de Oliveira - REQUERIDO: EMPRESA AUTO VIAÇÃO VITORIA RÉGIA LTDA - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 87/89, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JEAN PLÁCIDO TELES DA FONSECA (OAB 6447/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0246857-23.2009.8.04.0001 (001.09.246857-9) - Procedimento Sumário - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Jerônimo Simão Severino da Rocha - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - RECLAMADO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que seja designada nova perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de intimação, atentando-se para o endereço indicado pelo autor às fls. 151/152. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: JÚLIO FEITOZA PEREIRA (OAB 6745/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0248195-95.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - EXECUTADO: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO, ENSINO, PESQUISA E INCLUSÃO SOCIAL - EDEPIS - Patcom Comercio e Servicos Ltda - Mozart Santos Salles de Aguiar Junior - Intime-se a parte interessada para, no prazo legal, carrear aos autos o comprovante de pagamento das custas atinente à diligência a ser realizada por Oficial de Justiça. Saliento, contudo, que restará suspenso o pagamento de custas caso a parte seja beneficiária de gratuidade de justiça. Após comprovado nos autos o pagamento, expeçam-se os mandados para o endereço indicado no petitório de fls.127. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: WILSON SANCHES MARCONI (OAB 85657/SP) - Processo 0261556-48.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Luciano Andrade Lago - Defiro o pedido de fls.89/90 e defiro de ofício consulta aos Sistemas Infojud e Renajud. Intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes às diligências requeridas (INFOJUD e RENAJUD), nos termos do item 9 da tabela III alusivo às despesas de processamento eletrônico, nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiaria da justiça gratuita total. Comprovado nos autos o recolhimento de custas, proceda-se a consulta nos sistemas deferidos. Após o resultado da consulta, intime-se a parte autora para manifestar-se no prazo de 05 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1.456/AM) - Processo 0335013-55.2007.8.04.0001 (001.07.335013-4) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cairo Bordoni da Silva - REQUERIDA: Maria das Gracas Mendes do Couto - Intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca dos Embargos de fls.309/311. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos para a fila Conclusos - Embargos de Declaração. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 869A/AM) - Processo 0600135-16.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: ESTEVÃO LIMA DA SILVA - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15(quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600284-46.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Iracy Gomes de Araújo - Intime-se a parte interessada, para no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas referentes às diligências requeridas (BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD), nos termos do item 9 da tabela III alusivo às despesas de processamento eletrônico, nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiaria da justiça gratuita total. Após a juntada do comprovante de recolhimento de custas, proceda-se as consultas requeridas. Caso seja localizado o endereço da requerida, intime-se a parte autora para que comprove o pagamento das custas referentes à postagem da Carta de Citação com Aviso de Recebimento. Comprovado nos autos tal pagamento, expeça-se a competente Carta. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: RENATA MALHEIRO ABRANCHES (OAB 101248/RJ) - Processo 0600603-14.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: NUTRI COMPANY COMÉRCIO VAREJISTA DE SUPLEMENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME - REQUERIDO: CORPOPERFEITO - GALGRIN GROUP S.A - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 176/179, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: HÉLVIA SOCORRO FERNANDES DE CASTRO PEREIRA (OAB 6597/AM) - Processo 0602859-22.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Jaciara Rodrigues da Silva Cunha - Diego Carvalho Cunha - REQUERIDO: Paulo Afonso Tavares da Silva - Samyr Abinader Ribeiro da Silva - Defiro o pedido de fls.121, expeça-se o competente mandado de citação para o endereço localizado através do sistema SIEL. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0605951-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gabriela Rocha Said Brasil - REQUERIDO: Colméia Residencial do Bosque Empreendimentos Imobiliários Llda-spe - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607310-90.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Lilian Bastos de Menezes - Elton Marques Menezes - Considerando que já consta dos autos o preparo das custas do Oficial de Justiça, expeça-se o competente mandado conforme requerido às fls.127. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0609859-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimunda Aldenira Lima Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta

n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; (x) Requerido/Executado, para: Manifestarem-se no prazo de 15 dias acerca do laudo pericial de fls.112/122. Intime-se também, a parte requerida para apresentar Contestação no prazo legal, nos termos do artigo 335 do NCPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM) - Processo 0610531-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marinez Teixeira de Melo - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: MARCELLO HENRIQUE GARCIA LIMA (OAB 10461/AM), ADV: JOÃO FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 6953/AM), ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM) - Processo 0613050-63.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ponto Com Serviços Combinados para Apoio à Edficios Eireli - Epp - EXECUTADO: Companhia Tropical de Hoteis da Amazonia - Isto posto, determino a suspensão do processo, provisoriamente, ressalvando que uma vez o exequente localizando bens passíveis de constrição, deverá requerer a movimentação do feito. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 1299A/AM), ADV: DEBORA CARLA ALMEIDA ATEM DE OLIVEIRA (OAB 8516/AM), ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0613317-40.2014.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: COMERCIAL RISADINHA LTDA - REQUERIDO: Pasur Comercial Ltda. - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0614848-93.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S.A. - REQUERIDO: WASHINGTON LUIZ LIMA FIGUEIREDO M.E. (RESTAURANTE FRANGO NO VINHO) - WASHINGTON LUIZ LIMA FIGUEIREDO - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, devolvidos e juntados aos autos, às fls. 66/68, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: JÉSSICA DE VERÇOSA MELLO (OAB 10240/AM), ADV: MÁRIO FERNANDO VALENTE COLOMBO (OAB 89949/RJ), ADV: MICHELLE GONÇALVES DOS SANTOS (OAB 157404/RJ) - Processo 0615404-27.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635408-85.2018.8.04.0001) - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Lojas Americanas S.A. - CONSIGNADO: J J Construcao e Comercio de Material de Construcao Ltda-me - INTSSADO: Cartório do 6º Ofício de Protesto de Letras - A parte requerida pleiteou às fls. 390/391, a liberação do valor de R$ 150.395,03 (cento e cinquenta mil, trezentos e noventa e cinco reais e três centavos), qual resta incontroverso, razão pela qual defiro o pedido de expedição de alvará, conforme dispõe o art. 545, § 1º, CPC, in verbis: Art. 545. Alegada a insuficiência do depósito, é lícito ao autor completá-lo, em 10 (dez) dias, salvo se corresponder a prestação cujo inadimplemento acarrete a rescisão do contrato. § 1oNo caso docaput, poderá o réu levantar, desde logo, a quantia ou a coisa depositada, com a consequente liberação parcial do autor, prosseguindo o processo quanto à parcela controvertida. Determino a intimação das partes, via de seus patronos habilitados nos autos, para no prazo de 05 (cinco) dias, informarem se têm provas a produzir. No caso de silêncio ou manifestação negativa de uma das partes, devolvam-me os autos conclusos para sentença, eis que a questão de mérito é de direito e de fato, assim, não havendo produção de provas, o processo encontra-se apto para julgamento de mérito, nos moldes do art. 355, I, CPC. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0616768-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Roseane dos Santos Rocha - ATO ORDINATÓRIO De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório, não relacionados na citada Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal, procedo também o seguinte ato: Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD e INFOJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 115/119, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0617215-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Sa - EXECUTADO: S. F. Manutenção e Tornearia Ltda - Defiro o pedido de fls.85. Intime-se a parte autora para que e comprove nos autos o pagamento das custas referentes à diligência requerida. Após comprovado nos autos, proceda-se a consulta via sistema Renajud. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0618266-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Francisco Nogueira da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0619147-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Maria Marli de Jesus Colares - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro

Social - INSS - (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; para: Manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º do NCPC), sobre laudo pericial apresentado às fls. 58/66, conforme art. 1º, inciso XVII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0620675-17.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Jose Sebastião da Costa Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0621242-87.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A. - EXECUTADO: NATIVA VIAGENS E TURISMO LTDA - Diego de Vasconcelos Marzzitelli Pereira - Josiane Graziela Silva de Vasconcelos - DIANE MARZZITELLI PEREIRA - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD, INFOJUD e SIEL devolvidos e juntados aos autos, às fls. 98/113, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0624786-10.2019.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: Foto Nascimento (Antônio Rodrigues & Cia Ltda) - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: VICENTE DE PAULO SOARES COELHO (OAB 1144/AM), ADV: MANOEL ROMÃO DA SILVA (OAB 1432/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM) - Processo 0626974-78.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Pedro Martins de Menezes Filho & Cia Ltda. - REQUERIDO: WAKU SESE AMAZÔNIA RESTAURANTE LTDA.-ME - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado (X), para: Apresentar contrarrazões à Apelação de fls.104/108 e aos Embargos de Declaração de fls.116/126, no prazo legal.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0627960-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Lemos Egas e Maria Clara Guedes Egas - REQUERIDA: Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Embargada, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0629473-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio Parque Residencial Maron - EXECUTADO: Raifran Almeida Gomes - Intimação de: (X) Requerente/Exequente, ( ) Requerido/Executado, ( ) Outros _____, para: Manifestar-se sobre as respostas das pesquisas junto ao BACENJUD devolvidos e juntados aos autos, às fls. 86/88, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0629697-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Hamilton Souza da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: AMISA CRÍSFANY MARTINS SILVA E SILVA (OAB 12659/AM), ADV: BIANCA LOPES FERRAZ (OAB 14291/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM) - Processo 0636654-19.2018.8.04.0001 - Monitória - Comodato - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora - REQUERIDO: Leidiane Almeida do Nascimento - Me - Defiro o pedido de fls.92/93. Intime-se a parte autora para que proceda a juntada do comprovante de pagamento das custas da diligência requerida, bem como, informe a data de nascimento do réu, e o nome de sua genitora, requisitos básicos para a consulta via sistema SIEL. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NOÊMIA MARIA DE LACERDA SCHUTZ (OAB 4606/GO) - Processo 0637132-27.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fundação Cásper Líbero - Tv Gazeta - EXECUTADO: Norte Editora Ltda - Amazonas Em Tempo - Considerando a data do Mandado constante dos presentes autos, determino o cancelamento do mandado de fls.75 e considerando que já consta dos autos o comprovante de pagamento das custas do Oficial de Justiça, determino a expedição de novo mandado de execução para o endereço constante da exordial. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 1300A/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM) - Processo 0637548-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Lauri da Silva Guerreiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, suspenda os descontos realizados no contracheque do requerente referente ao código de nº 5887 (BMG Cartão) e que se abstenha de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: YURI ANDRADE CZOVNY (OAB 12174/AM) - Processo 0638021-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raphaela Cristina Paixão Alencar - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM) - Processo 0638296-90.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Wilison Silva Costa - REQUERIDO: Vinicius Leyendecker de Paula Menezes - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 04 de novembro de 2019, às 9 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0640918-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Clotilde Alencar de Souza - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que inicie de imediato o protocolo médico conta a sidrome de GuillainBarré, com total custeio de tratamento e procedimentos, exames, e consulta, a modo de evitar que a doença evolua, relativamente ao discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 2.000,00 (Dois mil reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Da gratuidade da justiça. Defiro a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO SIMONETTI (OAB 5174/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO FRANCISCO SOARES (OAB 4926/AM) - Processo 0641509-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE:

Sociedade dos Pediatras do Estado do Amazonas S/s Ltda. - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 21 de outubro de 2019, às 11 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC).

ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0641699-67.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: R. M. Comércio e Importação de Vestuário e Acessórios Eirelli (Asya Fashion) - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - No caso sub examen, entendo presentes os requisitos para a concessão da medida e, a fim de evitar grave prejuízo ou de difícil reparação, DECIDO antecipar PARCIALMENTE os efeitos da tutela, e DETERMINO que seja intimada a parte requerida para que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento desta determinação, que se abstenha de interromper o fornecimento de energia no imóvel do requerente, bem como não insira a o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes, relativamente ao débito discutido nestes autos, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos e, tudo de conformidade com o artigo 294 e ss. da Lei do Rito Civil. Faço-o com arrimo na existência de prova inequívoca e diante da induvidosa verossimilhança da alegação. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (Quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa, a serem suportados pela parte ré. Da inversão do ônus da prova. Por entender como verossímil a alegação da parte autora, DETERMINO a inversão do ônus da prova em seu favor, estabelecendo-se incontinenti a paridade no tratamento processual, consoante permissivo que exsurge do artigo 6°, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Dos procedimentos de praxe. 1- Após a citação/intimação da parte a acerca da liminar concedida, paute-se audiência de conciliação, nos termo do artigo 334 e ss. do CPC e intime-se as partes. Ressalvo que o prazo de contestação fluirá após a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC. E a não apresentação de contestação implicará na aplicação das medidas contidas nos artigos 344 e ss., do Código de Processo Civil, salvo se a demanda versar sobre direito indisponível. Outrossim, no mesmo prazo, a parte ré deverá informar, motivadamente, quais provas pretende produzir ou, do contrário, requerer o julgamento antecipado da lide. 2- Apresentada contestação e havendo alegação de preliminares, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação, nos termos do art. 351, do Código de Processo Civil, indicando, motivadamente, as provas que pretende produzir ou requerendo o julgamento antecipado da lide. Destaco às partes que requerimento genérico de prova, sem a devida fundamentação, fica desde logo indeferido. 3- Havendo juntada de documentos por ocasião da réplica, determino, à parte requerida que se manifeste acerca da referida documentação. 4- Caso seja ou não necessária a réplica, já tenha sido apresentada ou já tenha decorrido o prazo para sua apresentação, voltem-me os autos conclusos para designação de audiência ou deliberação sobre o pedido de julgamento antecipado da lide, se for o caso. O impulso necessário ao cumprimento do presente despacho deverá ser dado pelos próprios servidores, na forma do art. 206 e ss. do Código de Processo Civil. Observe-se que a ré insere-se no rol das grandes demandadas, o que implica em intimação/citação eletrônica. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0642097-82.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Pss - Seguridade Social - CONSIGNADA: Valeria Junia Oliveira da Silva, - REQUERIDO: Osni Bruno da Silva - Rosimar Medina Oliveira da Silva - Defiro o pedido de fls.73/74. Proceda-se a retificação do polo passivo da presente demanda. Após a atualização no Sistema SAJ-PG5, considerando que já consta dos autos o comprovante de pagamento da diligência do Oficial de Justiça, expeça-se o competente mandado de citação, com as advertências legais, para o endereço constante no referido petitório. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0642820-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Franciely Simone Cardoso da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - Inss - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Isto posto, homologo a desistência, para os fins do artigo 200, parágrafo único, do NCPC, e extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Pendendo de pagamento as custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Estando as custas processuais devidamente pagas, determino a imediata baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e o arquivamento dos autos. P. R. I. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0645824-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Carlos Alberto de Resende - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista os documentos carreados para comprovação de renda, estes demonstraram que o autor não se enquadra no conceito de hipossuficiente, razão por qual INDEFIRO o pedido de justiça gratuita. Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO FÉLIX BOTELHO DA CRUZ (OAB 13990/AM) - Processo 0646078-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kr Comércio de Resíduos Ltda. - REQUERIDO: Francisco Nonato da Silva - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 04 de novembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: JOÃO CARLOS BEZERRA DA SILVA (OAB 6262/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0646317-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Antônio Fábio Barros de Mendonça - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Embargada, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0646696-93.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDA: Karina Tatiana da Câmara Elias - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: SHARON MORAES DE PINHO (OAB 14310/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM) - Processo 0647270-19.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Alessandra Giselle Nascimento de Souza - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, INTIME-SE a parte autora, por seu patrono, para no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, carreando a declaração de Imposto de Renda, cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, comprovação de gastos e rendimentos, sob pena deste Juízo reconhecer a ausência dos requisitos básicos do artigo 320, do Código de Processo Civil, e, via de consequência, indeferir a petição inicial, na forma do artigo 321, caput e parágrafo único, do CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647281-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jander Junio David Rodrigues - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Considerando os Termos da Portaria nº 2183/2016 e o Termo de Cooperação 012/2017- TJ, encaminhem-se os autos para o CEJUSC, para que nomeie perito conveniado para realização de perícia, bem como, expeçam-se as comunicações necessárias de citação e intimação. Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0647381-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Mota Brandão - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Assim, por conta do Princípio da Promoção pelo Estado da Solução de Conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia 04 de novembro de 2019, às 10 horas, nos termos do Art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). DEFIRO a gratuidade da justiça pleiteada, nos termos do art. 98 e ss do Código de Processo Civil. CITE-SE o réu, por via postal com A.R., para no prazo de 15 (quinze) dias responder os termos dos pedidos formulados pelo Autor.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0647462-49.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Braga Veiculos Ltda - REQUERIDO: Ps Comércio de Produtos e Suprimentos de Informatica Eireli - Intime-se o autor, via de seu advogado habilitado nos autos para efetuar o preparo das custas processuais devidas, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento na distribuição do feito, consonante o art. 290, CPC. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0647551-72.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Luciana Morais Avelar - REQUERIDO: Condomínio Residencial Ilhas Gregas I - Diante disto,defiro o parcelamento das custas inicias em 06 (seis) parcelas mensais sucessivas. Recolha-se a primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (art. 290 do NCPC). Fica desde já cientificado que as parcelas subsequentes deverão ser feitas mês a mês a partir do pagamento da primeira parcela, devendo o autor comprovar nos autos o pagamento. O inadimplemento de qualquer uma delas acarretará automaticamente na extinção do processo e no cancelamento junto a distribuição, independentemente de nova intimação. Certifique o cartório sobre o cumprimento da obrigação. Caso seja constatado a falta do cumprimento das custas, remetam-se conclusos para sentença extintiva (art. 485, IV do NCPC). À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC) - Processo 0652308-46.2018.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Aquisição - REQUERENTE: Isana Dulcira Pantoja Machado - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Os embargos opostos por terceiros devem tramitar em apenso (art. 676, CPC). Apensado os presentes autos ao processo de Execução de nº 0643244-46.2017.4.04.0001 Cite-se o embargado BANCO SANTANDER BRASIL S. A., para, querendo, contestá-los, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 679 do CPC, com ulterior conclusão. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adib Alexandre Peneiras (OAB 177152/SP)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alessandra Nascimento S. F. Mourão (OAB 97953/SP)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amisa Crísfany Martins Silva e Silva (OAB 12659/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Ângela Maria Brandão (OAB 3556/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB 1300A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Bianca Lopes Ferraz (OAB 14291/AM)
Bruno Júnior Bisinoto (OAB 002.780/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Simonetti (OAB 5174/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 18335A/PA)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 1299A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Ibiapina Alves (OAB 5980/AM)
DEBORA CARLA ALMEIDA ATEM DE OLIVEIRA (OAB 8516/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fabíola Guerreiro Vilar de Melo Oliveira (OAB 152710/SP)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)

Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hélvia Socorro Fernandes de Castro Pereira (OAB 6597/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isana Silva Guedes (OAB 12679/PA)
Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jean Plácido Teles da Fonseca (OAB 6447/AM)
Jéssica de Verçosa Mello (OAB 10240/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1.456/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Carlos Bezerra da Silva (OAB 6262/AM)
João Fernandes de Azevedo (OAB 6953/AM)
Joao Reis do Amaral (OAB 002.744/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alexandre Motta de Vasconcellos (OAB 2790/AM)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Júlio Feitoza Pereira (OAB 6745/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Félix Botelho da Cruz (OAB 13990/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (OAB 4926/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Romão da Silva (OAB 1432/AM)
Marcello Henrique Garcia Lima (OAB 10461/AM)
Marcelo Guedes Nunes (OAB 185797/SP)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 869A/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mário Fernando Valente Colombo (OAB 89949/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Michelle Gonçalves dos Santos (OAB 157404/RJ)
Mikael Martins de Lima (OAB 308440/SP)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Noêmia Maria de Lacerda Schutz (OAB 4606/GO)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Pedro Camara Junior (OAB 002.834/AM)
Pedro Miranda Roquim (OAB 173481/SP)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
RENATA MALHEIRO ABRANCHES (OAB 101248/RJ)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Souza Mendes de Araujo (OAB 207620/SP)
Rosinalva Gomes Barros (OAB 8183/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sharon Moraes de Pinho (OAB 14310/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vicente de Paulo Soares Coelho (OAB 1144/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sanches Marconi (OAB 85657/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)
Yuri Andrade Czovny (OAB 12174/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0236/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM) - Processo 0246312-84.2008.8.04.0001 (001.08.246312-4) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: ROBERTO FISCHER ESTIVALET (OAB 644A/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0257625-08.2009.8.04.0001 (001.09.257625-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Petrobras Distribuidora S.A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o

tipo de diligência (arresto), bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600016-26.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas de ofícios e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602831-93.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Necessário o esgotamento de todos os meios de busca ao réu, para, só então, este ser considerado em local ignorado ou incerto, nos termos do CPC, art. 256, § 3º. Desse modo, indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar o requerido. Intime-se o autor para promover nova citação. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel. Fica o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicita. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM) - Processo 0609252-60.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609258-67.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0609817-92.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM), ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM) - Processo 0611090-72.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a - Basa - EXECUTADO: Alberto Carlos da Silva - Me e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0617692-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Franciney Lima da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (OAB 732A/AM) - Processo 0619892-64.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos etc. Embargos de declaração tempestivos (51/53), que são rejeitados porque inexistem os vícios previstos no art. 1.022 do CPC na sentença questionada, uma vez que a ação foi extinta, sem resolução do mérito por pura desídia da parte. O inconformismo da parte embargante deve ser manifestado pela via recursal própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO VIANA ORTIZ (OAB 13165/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620636-20.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rita Barbosa Costa - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte contrária para que se manifeste sobre os documentos juntados, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0622379-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0623659-13.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-

se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM) - Processo 0623695-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Moises Selestino Regis - De ordem, abro prazo para que o réu apresente contestação no prazo de 30(trinta) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ e do Termo de Cooperação nº 012/2017, oportunidade em que o autor(a) também poderá se manifestar acerca do laudo pericial.

ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0631042-71.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: CONDOMINIO RESIDENCIAL MARINA RIO BELLO - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0631267-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exclusão de associado - REQUERENTE: NUBIA CRISTINA ALMEIDA COSTA - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos ARs juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0631427-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0632161-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivo Henrique Moreira Martins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Sem custas, diante do CPC, art. 90, §3º. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632270-52.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633139-49.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0633512-80.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0634424-72.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ROBERTA BEATRIZ NASCIMENTO (OAB 192694/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0634724-34.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos etc. Embargos de declaração tempestivos (85/89), que são rejeitados porque inexistem os vícios previstos no art. 1.022 do CPC na sentença questionada, uma vez que a ação foi extinta, sem resolução do mérito por pura desídia da parte. O inconformismo da parte embargante deve ser manifestado pela via recursal própria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0637024-32.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0640771-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pedro Henrique Monteiro de Sousa - REQUERIDO: Hapvida Assitência Médica Ltda - Ante o exposto, declaro extinto por sentença o presente feito, nos termos do art. 485, VIII, CPC. Custas pelo requerente, das quais está isento diante da gratuidade da justiça que agora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Diante do pedido de desistência, que fulmina o interesse recursal, a presente sentença transita em julgado nesta data. Baixem-se e arquivem-se imediatamente. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0644592-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem

cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARLA BIANCA ALBUQUERQUE LOPES (OAB 13143/AM) - Processo 0646333-43.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: R.A.R.F. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP) - Processo 0647728-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Karita Alves de Araújo - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0648790-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Leyla Brasil da Silva - Defiro a justiça gratuita, declarada a hipossuficiência nos termos do art. 99, §3º, do CPC. Acautelo-me na análise do pedido liminar, considerando indispensável antes a ouvida do requerido. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a realização de audiência de conciliação/mediação, nos moldes do CPC, art. 334. Cite-se, pois bem, com as advertências dos arts. 334, 335 e 344 do CPC. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0653847-47.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Celia Maria Ferreira Garcia e outros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM) - Processo 0659662-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da diligência do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0718758-78.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Álvaro Viana Ortiz (OAB 13165/AM)
Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB 732A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karla Bianca Albuquerque Lopes (OAB 13143/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Beatriz Nascimento (OAB 192694/SP)
Roberto Fischer Estivalet (OAB 644A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0348/2019

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0011190-44.1997.8.04.0012 (012.97.011190-4) - Busca e Apreensão - REQUERENTE: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos ofícios de fls. 189/192, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DE VASCONCELLOS DIAS (OAB 1490/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0020765-31.2005.8.04.0001 (001.05.020765-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Itautinga Agro Industrial S/A - REQUERIDO: Reginaldo Mateus Serrão - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0601936-59.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM) - Processo 0613128-23.2018.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Emam - Emulsões e Transportes Ltda. - REQUERIDO: MRP Excelso Serviços e Construções Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: DOUGLAS GOMES DA SILVA (OAB 6980/AM), ADV: JOYCE SOUZA ABREU DE MACEDO (OAB 7905/AM) - Processo 0614134-07.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcilda Maria Ferreira Mota - REQUERIDO: Recofarma Indústria do Amazonas Ltda. - LITSPASSIV: Brasil Norte Bebidas Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre o laudo pericial, em conformidade com o art. 477, § 1º do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA CAROLINA MOURA DE SÁ CAVALCANTE (OAB 12083/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM) - Processo 0617218-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Alfredo Gomes de Sales - REQUERIDA: Joyce de Souza Sales - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0617792-34.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco Veículos Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0619160-78.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: FÁBIO VINÍCIUS LESSA CARVALHO (OAB 5614/AM) - Processo 0622692-94.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da informação da Carta Precatória de fls. 153/155, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: LUIZA HOLANDA DOS REIS TEIXEIRA (OAB 8908/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0623148-39.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0603883-51.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EMBARGADO: Navegação Ana Carolina Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0626503-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Dorcila de Souza Alves - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCO ANTÔNIO DA SILVA KISIOLAR (OAB A357/AM), ADV: FERNADO EDUARDO ORLANDO (OAB 97883/SP) - Processo 0632940-22.2016.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Dellafrutta Comércio Atacadista de Frutas Ltda. - REQUERIDO: Francisco Teógenes Maia Teobaldo - ME (TMT Hortifruti) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da Devolução de Carta Precatória fls. 572/574, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0633576-22.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar

no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP) - Processo 0642111-66.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: PSS - Seguridade Social - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca dos ofício de fls. 113/114, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: UBALDO MACHADO FEITOSA (OAB 29547/CE) - Processo 0642537-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Américo Gorayeb Neto - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0646326-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: João de Deus Gomes dos Anjos - REQUERIDA: Maria Euni Taveira de Almeida Costa - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351, do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: ARIANE DE MATTOS BRAGA PONTES (OAB 4946/AM) - Processo 0661472-21.2007.8.04.0001 (001.07.661472-7) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Jaime Dias da Silva e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerida para que se manifeste acerca da Petição de fls. 258, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0712574-09.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante (OAB 12083/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Ariane de Mattos Braga Pontes (OAB 4946/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Douglas Gomes da Silva (OAB 6980/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB 5614/AM)
Fernado Eduardo Orlando (OAB 97883/SP)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Joyce Souza Abreu de Macedo (OAB 7905/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Antônio de Vasconcellos Dias (OAB 1490/AM)
Luiza Holanda dos Reis Teixeira (OAB 8908/AM)
Marco Antônio da Silva Kisiolar (OAB A357/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Ubaldo Machado Feitosa (OAB 29547/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0349/2019

ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM), ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0005751-07.2005.8.04.0001 (001.05.005751-1) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Graci Santos de Souza - REQUERIDO: Viman - Viação Manauense Ltda. - DENUNCIADO: Sul América Cia. Nacional de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º, do NCPC.

ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0012609-54.2005.8.04.0001 (001.05.012609-2) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Posto São Francisco Ltda. - REQUERIDA: Best Transportes Especiais Ltda. - Jonas Mota Lopes - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca dos AR's juntados aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MIKAÉLE KLOPPEL SILVA (OAB 35961/SC), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: JOÃO GILSON PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (OAB 7675/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: CÁSSIO HUMBERTO ALVES SANTOS (OAB 3076/PA), ADV: MARIZETE NEVES GOMES (OAB 3038/AM) - Processo 0030762-09.2003.8.04.0001 (001.03.030762-8) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Carlos de Carvalho - REQUERIDA: Vivo - Norte Brasil Telecon S/A - Tendo em vista o pedido de fl. 200, determino a remessa dos autos a conta única, para informar se há saldo na referida conta judicial deste Juízo.

ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: HÉLCIO RODRIGUES MOTTA (OAB 1994/AM), ADV: MAURÍCIO ALEXANDRE DE MENESES

PEREIRA, ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 1731/RO), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM) - Processo 0046414-03.2002.8.04.0001 (001.02.046414-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Aquiles Pereira Moura - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Eucatur Empresa União Cascavel de Transporte Turismo Ltda. - PERITO: Ítalo Valle Cortez - Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Maurício Alexandre de Meneses Pereira - Defiro o pedido de levantamento de alvará, referente aos honorários do Sr. Perito depositados à fl. 517 dos autos. Expeça-se o competente alvará em favor do perito, consoante solicitado.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 116A/AM), ADV: SHEILA COSTA (OAB 4225/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: CARLOS RICARDO DE ARAÚJO MELO (OAB 4239/AM) - Processo 0209087-30.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0202589-78.2009.8.04.0001) (001.08.209087-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Condomínio do Edifício Jardim Adrianopólis - REQUERIDO: Sérgio Roberto Santoro Frota - Tendo em vista os dias da semana nacional da Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, que se realizará entre os dias 04 a 08 de novembro do corrente ano, designo audiência de conciliação, na forma do art. 165, do CPC, para o dia 08/11/2019, às 12:10hs, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0214024-44.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itautinga Agro Industrial S/A - REQUERIDO: Vilarim e Menezes Comércio de Materiais de Construção Ltda. - ME - EXECUTADO: C. A. L. Comércio de Alimentos Ltda. - ME - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 92/93, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0235215-38.2018.8.04.0001 (processo principal 0616693-92.2018.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDO: V. V. Moreira Ltda. - ME (Nome de Fantasia S. M. Montagens Ltda.) - Vanderlan Pessoa Moreira - Valdivino Carvalho Moreira - Homologo por sentença a desistência manifestada pela parte autora, às fls. 43/44, para que produza os efeitos legais. Em conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0238405-87.2010.8.04.0001 (001.10.238405-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ephigênio Salles Empreendimento Imobiliário SPE - REQUERIDA: Frette Logística e Multimodal Ltda. - INTSSADO: Super Terminais Comércio e Indústria Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 821 dos autos, determino a intimação do autor para dar prosseguimento no feito, no prazo de 05 dias.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM) - Processo 0240469-60.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0621619-87.2016.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: José Maurício Gomes de Lima - REQUERIDO: Agroflora Importação, Exportação, Representações e Comércio Ltda. - Intime-se a parte Autora para comprovar o recolhimento das custas iniciais, bem como, as custas do incidente processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290, CPC. Determino ainda que a parte Autora apresente o endereço de citação dos Requeridos/Sócios FRANCISCO GERALDO LOPES e FRANCISCO EVANDRO LOPES, devendo ainda juntar o comprovante de recolhimento das custas de citação por Carta Registrada com aviso de Recebimento, tudo isto também no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ALDO RAPHAEL MOTA DE OLIVEIRA (OAB 11865/AM), ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: PAULO JOSÉ PEREIRA TRINDADE JÚNIOR (OAB 4992/AM) - Processo 0243699-42.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0712439-94.2012.8.04.0001) - Embargos à Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: Janderson Barreto de Souza - EMBARGADO: Banco da Amazônia S/A - Aldo R. M. de Oliveira - ME - PERITO: Ricardo Marcelo Gomes de Oliveira - Trata-se de Ação de Embargos À Execução ajuizada por Janderson Barreto de Souza, devidamente qualificada contra Banco da Amazônia S/A, igualmente qualificada. O(a) Requerente foi intimado(a) pessoalmente para dar o regular andamento ao feito, sob pena de extinção. Todavia, deixou transcorrer o prazo legal sem qualquer manifestação, consoante certidão de fl. 44. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Amazonas, firmou entendimento no sentido de que: "Deixar de realizar os atos que lhe competiam, indispensáveis ao regular andamento do feito, acarreta a extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. A extinção de processo por abandono de causa só é possível se precedida de intimação pessoal do autor para, em 5 dias, promover o andamento do processo, na forma do § 1º, do Art. 485, do CPC, sendo insuficiente a intimação somente do advogado". (Apelação nº. 0621247-41.2016. Relatora Desembargadora Maria das Graças Pessoa Figueiredo. Órgão julgador: Primeira Câmara Cível. Data do julgamento: 17/12/2017. Data de registro: 18/12/2017). Assim, estando o processo abandonado pelo(a) Requerente por mais de 30 (trinta) dias, e tendo esta sido intimada pessoalmente à promover o regular prosseguimento do feito, não o faz, imperioso a extinção, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0255627-05.2009.8.04.0001 (001.09.255627-3) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Indústrias Alimentícias S/A - REQUERIDA: J. O. Torres & Cia. Ltda. - Izis Maria Balbi de Lima - Paulo Juarez de Oliveira Torres - Defiro em parte o pedido de fl. 269 dos autos. À Secretaria para expedir certidão de teor da Decisão, consoante solicitado. Após, determino a suspensão do feito, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme solicitado no item c.

ADV: ALONSO OLIVEIRA DE SOUZA (OAB 1976/AM), ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0324450-02.2007.8.04.0001 (001.07.324450-4) - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Rosana Fernandes de Oliveira Aoshima - Raimundo Ezequiel Carmo de Oliveira - REQUERIDA: Práxis Engenharia Ltda. - INTSSADO: Condomínio Bosque Residencial Kopenhagen - Em cumprimento ao despacho de fls. 396.

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA LUIZA GARCIA AVELINO (OAB 8119/AM), ADV: DORISMAR MARTINS MASIERO (OAB A1083/AM) - Processo 0600786-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Florisa Flores e Plantas Ltda. - REQUERIDA: Josi Jota Santos Damião - Jamil Damião Filho - Classic Festas e Eventos Ltda. - J. J. S. Damião - ME - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 206/207 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: ADRIANO CEZAR RIBEIRO (OAB 4848/AM) - Processo 0602004-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Juliana da Silva Torres - REQUERIDA: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia Ltda. - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 300/304, e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Após o cumprimento da avença, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0605142-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ionete Mendes - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro

DPVAT S/A - Instituto Médico Legal - IML - De ordem, abro prazo para que as partes se manifestem acerca do laudo pericial, e o réu apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos da Portaria 2183/2016 - PTJ.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0605668-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria do Perpétuo Socorro Serrão - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Banco Bradesco S/A - I- Defiro o pedido de perícia grafotécnica de fls. 97/99, nomeio o Sr. HÉLIO DO CARMO MAGALHÃES NETO, perito grafotécnico, com escritório nesta cidade, a Rua C, nº 28, Conjunto Ipase, Compensa I, telefone 98415-9162, para realizar perícia grafotécnica, consoante solicitado pela autora no item b, o laudo deverá ser apresentado, no prazo de (20) dias. II- No entanto, como a parte interessada no objeto da perícia é beneficiária da justiça gratuita e, ainda, considerando os termos da Portaria n. 123/2012, que dispõe sobre o estipêndio dos peritos nestes casos, fixo, desde já, os honorários periciais em R$ 1.000,0 (um mil reais), ressaltando que, conforme dispõe a Portaria, os honorários somente serão pagos após o trânsito em julgado da demanda. III- Intimem-se as partes na forma do art. 465, parágrafo 1º, inciso II e III, do NCPC.

ADV: WALLACE ELLER MIRANDA (OAB 868A/AM) - Processo 0607836-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BRB Crédito, Financiamento e Investimento S/A - EXECUTADO: Gilvânio da Silva Paiva - Em cumprimento ao despacho de fls. 98.

ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS), ADV: ALINE DA SILVA TEIXEIRA (OAB 102427/RS) - Processo 0608295-35.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Mercedes-Benz do Brasil S/A - EXECUTADO: A. N. T. Engenharia e Empreendimentos Ltda. - Antônio José de Oliveira Gonçalves - Defiro o pedido de arquivamento provisório do processo, com fulcro no art. 791/921, III, consoante solicitado a fl. 155. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM) - Processo 0609115-83.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A - EXECUTADA: Maria Francisca Carvalho de Miranda - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 99/100 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM), ADV: ITALLO GUSTAVO DE ALMEIDA LEITE (OAB 7413/MT) - Processo 0612490-24.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kelp Serviços Médicos Ltda. - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Ex positis, e por tudo mais que constam dos autos, com fundamento no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Kelp Serviços Médicos Ltda, em face de Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A, no sentido de: Condenar a Requerida a restituição do valor de R$ 112,16 relativo ao pagamento do serviço o qual foi prestado de maneira defeituosa, conforme art. 20, CDC, acrescido de juros desde a citação e correção monetária desde a data do desembolso; Indeferir o pedido de condenação da Requerida a restituir o valor pago com a compra de um novo Eletrocardiógrafo Wincard USG, por entender que configura enriquecimento sem causa, consoante fundamentação já disposta. Condenar a Requerida a cumprir com a obrigação de fazer no sentido de proceder com a entrega da mercadoria objeto do transporte narrado nos autos (Eletrocardiógrafo Wincard USG), no prazo de 15 (quinze) dias úteis, na forma dos artigos 497 e 498, ambos do CC. Caso seja impossível a entrega da mercadoria, desde já, converto a obrigação de fazer em perdas e danos, condenando a Requerida ao pagamento do valor do Eletrocardiógrafo Wincard USG e seus respectivos acessórios, conforme Nota Fiscal de fl. 36, no valor de R$ 4.980,00, o que faço com fundamento no art. 499, CC, a ser acrescido de juros desde a citação, e correção monetária desde a data do prejuízo, ou seja, o dia em que o equipamento deveria ter sido entregue (21/10/2016). Indeferir o pedido de condenação da Requerida ao pagamento de lucros cessantes, ante a ausência de comprovação de efetiva perda de ganhos, bem como, por entender que havia apenas expectativa de lucro. Condenar o Requerido ao pagamento de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a título de danos morais, acrescido de juros de % desde a citação e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Em virtude do parcial acolhimento dos pedidos, com fundamento nos artigos 85, §2º, e 86 do Código de Processo Civil, arcará a Ré com o pagamento de 2/3 (dois terços) das custas e despesas processuais, além de honorários de advogado de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Pela mesma razão, arcará a Autora com o pagamento de 1/3 (um terço) das custas e despesas processuais, além de honorários de advogado de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0613535-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elielson da Silva Vieira - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Ex positis e por tudo mais que dos autos constam, ACOLHO PARCIALMENTE os pedidos formulados na Ação, DECLARO rescindido o Contrato de Promessa de Compra e Venda, dando-se baixa nos registros internos do Requerido, condenando a Requerida Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda, à devolução de 80% (oitenta por cento) dos valores pagos pelo Requerente, os quais deverão ser pagos atualizados pela Taxa Selic, com incidência de juros de 1% ao mês, desde o pagamento de cada parcela até a data do efetivo cumprimento da presente sentença. Condeno a Requerida ao pagamento de honorários em favor do Advogado do Requerente no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da causa, observando o disposto na Súmula 14, do STJ. Considerando a sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das custas processuais, devendo a Contadoria Judicial para emitir as guias de pagamento. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0613542-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Bravvatech Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda. - EXECUTADO: Instituto Valor de Ensino Ltda. - ME - Tendo em vista o pedido de fls. 212/213, determino a suspensão do feito até o julgamento da Desconsideração da Personalidade Jurídica, consoante solicitado.

ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM) - Processo 0615561-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fortunato Ferreira de Azevedo e Cia. Ltda. - EPP - REQUERIDO: Serviço de Proteção Ao Crédito - SPC - Serasa Experian - Diante a nova disposição contida no art. 357, I, e II, do NCPC, determino a intimação das partes, para que se manifestem no prazo de 05 (cinco) dias se pretendem produzir provas em de audiência de instrução, ou requeiram o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do CPC.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0617214-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Gran Vista Ponta Negra - EXECUTADO: Jonasa Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Tendo em vista a petição de fl. 189, determino a remessa dos autos à contadoria para incluir as custas processuais, consoante solicitado.

ADV: LEONARDO COIMBRA NUNES (OAB 122535S/RJ), ADV: GENESSY GOUVÊA DE MATTOS (OAB 37378/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 865A/AM) - Processo 0617578-82.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - REQUERIDA: J. V. da Silva Serviços - ME - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 147/148 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: DANIEL DO NASCIMENTO SILVA (OAB 7472/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0618700-62.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Duplicata - REQUERENTE: Italux Pneus e Acumuladores Ltda. - REQUERIDO: Erin - Estaleiro Rio Negro Ltda. - INTIMADO: Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental (CFAOC) - INTSSADO: Juiz Federal da 5ª Vara Federal/Seção Judiciária do Estado do Amazonas - Intime-se a autora para dar prosseguimento do feito, no prazo de 05 dias.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0624443-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Arinaldo Souza Santos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - I- Designo o dia 06 de Maio de 2020, às 11:30hs, para realização da audiência de instrução neste juízo. II - Especifiquem as partes sobre as provas que pretendem produzir na respectiva audiência. III - Intimem-se as partes e seus advogados para comparecerem à audiência. Cumpra-se.

ADV: CRISTINA HELENA MAIA DE OLIVEIRA (OAB 10841/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA SIMONETTI (OAB 6533/AM) - Processo 0625040-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Karina Pacheco Maia - ME - REQUERIDA: Arlete Rabelo Coelho - Tendo em vista a juntada da Revogação dos Poderes do Patrono Dr. José Ricardo Gomes de Oliveira, determino à Secretaria para excluir este Patrono, mantendo as Patronas Dras. Cristina Helena Maia de Oliveira, inscrita na OAB/AM 10.841 e Suelen Guedes Barbosa Simonetti, inscrita na OAB/AM 6.533, conforme Procuração de fl. 358. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: DANIELLE PEREIRA SILVA (OAB 11102/AM) - Processo 0625187-19.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Laurendina Batalha Pereira - REQUERIDO: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Direcional Engenharia S/A - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por ONIX EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, contra a sentença proferida às fls.358/365, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus (AM), 11 de setembro de 2019.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0625267-12.2015.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Eliomar Azevedo dos Santos - REQUERIDO: D. dos Santos Pacha Refeições - ME - I. Tendo em vista a certidão de fl. 95, intime-se o Autor, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: JULIANA INOUE MARIANO ARAÚJO (OAB 261052/SP), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: BRUNO SILVA NAVEGA (OAB 118948/RJ), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0626922-48.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Emília Maria Avelar Pinto - REQUERIDO: Rondônia Transportes Ltda. - DENUNCIADO: Companhia Mutual Seguradora - Em Liquidação Extrajudicial - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - PERITO: Francisco Batista de Almeida, CRM/AM: 3009 - Tendo em vista a petição de fls. 354/355, determino a intimação do Sr. Perito para se manifestar acerca da proposta de redução dos honorários, no prazo de 05 dias.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM) - Processo 0627091-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elza Gonçalves Souza - REQUERIDO: Banco Banrisul S/A - I. Tendo em vista a certidão de fl. 172, intime-se a Autora, pessoalmente, mediante carta, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, nos termos do art. 485, III, §1º, CPC. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MOUTINHO MAGALHÃES IANNUZZI (OAB 8065/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0629476-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Lucinei Vales de Lima - João Marcos Lima dos Santos - Ana Célia Vales de Lima - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - Ex positis, e por tudo mais que consta dos autos, com fundamento no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por LUCINEI VALES DE LIMA, JOÃO MARCOS LIMA DOS SANTOS, e ANDRÉ LIMA SOARES, menor, representado por sua genitora, Sra. ANA CÉLIA VALES DE LIMA, em face de BRADESCO SEGUROS S/A, ante a ausência de comprovação de que a morte da segurada foi decorrente de acidente pessoal (fator externo). Condeno os Autores ao pagamento das custas e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da causa, ficando sua exigibilidade sob condição suspensiva, ante a gratuidade judiciária concedida aos Autores (fls. 41), consoante a dicção do art. 98, § 3º, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0630550-79.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Paulo Souza da Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 215, intime-se o Autor, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0631155-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Leve Castanheiras Residencial Park - REQUERIDO: Douglas Vale dos Santos - Diego Vale dos Santos - R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Diante do exposto, HOMOLOGO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre as partes às fls. 196/197 e JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no Art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de exclusão da parte Requerida R. D. Engenharia e Comércio Ltda do polo passivo da presente ação. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Honorários e custas, nos termos do acordo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0632068-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Campos Martes - REQUERIDO: HBM Assessoria de Crédito Ltda. - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - ME - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 63, determino a intimação do autor, na pessoa de seu patrono, para efetuar o pagamento das custas inicias, no prazo de 15 dias, na forma do art. 290, do CPC, sob pena de cancelamento da ação na distribuição.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0632247-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ruy Alves da Silva - Intime-se o Executado, na forma do art. 513, §2º, do CPC, para efetuar o pagamento voluntário da dívida nos termos da sentença exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Não ocorrendo pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa no equivalente a 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, §1º. Fixo os honorários de advogado, pelo cumprimento de sentença, no equivalente a 20% (vinte por cento), da dívida atualizada, nos termos do art. 85, §1º, c/c art. 523, §1º, do CPC. Autorizo a realização de penhora via Bacenjud, nos termos do art. 523, §3º, do CPC, desde que o credor apresente o demonstrativo de débito atualizado, bem como o comprovante de pagamento das custas com a consulta, nos termos da Tabela III, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Advirto ao Executado que, optando por apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, deverá juntar o comprovante de pagamento das custas do incidente, nos termos da Tabela II, da Portaria Nº 116/2017 - PTJ (DJe 24/01/2017). Após, dê-se vista ao Exequente. Cumpra-se.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0634479-57.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antônio Ignácio Moreira da Silva - REQUERIDO: Brasil Norte Bebidas Ltda. (Coca-Cola) - PERITO: Jamal da Silva Chaar - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RINALDO CUNHA COSTA (OAB 4854/AM) - Processo 0634981-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Apuração de haveres - REQUERENTE: Ediney Nascimento Barbosa - REQUERIDA: Renata Meirelles dos Santos - R. E. A. Imóveis Ltda. - Analisando os pedidos dos presentes autos, em que o Autor oferece em garantia para pagamento das custas judiciais um terreno no Bosque das palmeiras, o qual será vendido e depositado o valor em juízo. Verifica-se que este pedido não existe no nosso ordenamento jurídico, motivo pelo qual, indefiro o mesmo. Portanto, intime-se a parte Autora para comprovar o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias ou requer o parcelamento das custas, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290, CPC. Cumpra-se.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0637372-84.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - REQUERIDO: Walzenir Grangeiro Pinheiro - INTSSADO: Vara Única da Comarca de Boca do Acre/AM - Tendo em vista a certidão de fl. 165, intime-se o Autor, para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias, Cumpra-se.

ADV: PATRICK MERHEB DIAS (OAB 236151SP), ADV: LILIANE DA SILVA SANTOS (OAB 410863/SP), ADV: MARIA LÚCIA DE ANDRADE RAMON (OAB 70645/SP), ADV: MARÍLIA MENDES CHIARADIA (OAB 383571/SP), ADV: MATHEUS DE OLIVEIRA (OAB 383576/SP) - Processo 0638693-23.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Movida Locação de Veículos S/A - REQUERIDO: Indústria e Comércio de Confecções Manauara Ltda. - INTSSADO: Marcelo dos Santos Marinho - Oi/Telemar Norte-Leste S/A - Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Claro S/A - Tim Celular S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM) - Processo 0639376-94.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Eletro do Nordeste S/A - EXECUTADO: AAA Reis Import Comércio de Equipamentos e Informática Eireli - Tendo em vista o pedido de fl. 158, determino a intimação da autora para, no prazo de 05 dias, juntar aos autos planilha atualizada do débito.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0640122-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Marly Almeida dos Santos - REQUERIDO: Manoel Aldo do Carmo Júnior - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0640241-83.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Belota Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME (Kina Pira) - Mauro Belota Saunier - Manifeste-se a autora acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 119/120 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: THIAGO OLIVEIRA FARIAS (OAB 13285/AM) - Processo 0642457-46.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Aryane Evelyn Passos da Rocha - EXECUTADO: Paradise Turismo e Passagens Ltda. - Tendo em vista que a presente ação encontra-se com sua classe errada, determino a Secretaria que proceda a devida correção da mesma no Sistema Saj. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM) - Processo 0642639-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Construção Civil - REQUERENTE: Skill Serviço de Construção Ltda. - ME - REQUERIDO: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. III. Determino a remessa dos autos ao Centro Judiciário de Soluções de Conflitos - CEJUSC Cível, nos termos do art. 334, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0642763-15.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Daniel Linderson Moura dos Santos - REQUERIDO: Aroldo Gonçalves Reis - Luciano da Silva Reis - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Tendo em vista que a presente encontra-se com sua classe errada, determino à Secretaria da 2ª UPJ, que proceda a devida correção da mesma no Sistema SAJ.

ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0646039-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - REQUERIDO: Gabriel Nascimento de Souza - Remetam-se os autos ao contador para informar a este juízo se a guia de custas de fl. 45 foi devidamente paga. Após, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEX JÚNIO SILVA DOS SANTOS (OAB 12430/AM) - Processo 0646280-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Ellen Albuquerque Cauper - REQUERIDA: Maria do Perpétuo Socorro Vasconcelos Pereira da Silva - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646399-86.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Francisco Carlos Brito de Oliveira - AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra FRANCISCO CARLOS BRITO DE OLIVEIRA, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 37.444,80, para ser pago em 48 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 01, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 16.05.2019, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 13/15), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO

liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: JOÃO ALVES BARBOSA FILHO (OAB 4246/PE) - Processo 0646449-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDA: Asmahan Ghaleb Hasan Zureiq - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Acautelo-me na concessão da liminar requerida. II - Tendo em vista o Provimento nº 273/2016 - CGJ, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, por meio de Guia de Recolhimento propria a ser disponibilizada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (http:/www.Tjam.jus.br). III. Após o pagamento, Cite-se a Requerida, via Correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: THEMÍSTOCLES ARTHEMIS RODRIGUES BRANDÃO (OAB 10681/AM) - Processo 0647163-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão - REQUERIDO: Luís Ricardo - I. Analisando detidamente os autos verifico que o Autor cumpriu os requisitos dos arts. 319 e 320, do NCPC. II. Defiro o pedido de Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, do CPC, bem como a inversão do ônus da prova. III. Cite-se o Requerido, via correio, para responder aos termos da presente ação, no prazo de lei, devendo constar na carta as advertências de praxe. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0649023-11.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Fiscal ou Fatura - EXEQUENTE: Rio Solimões Distribuidora de Bebidas Ltda. - EXECUTADO: Williams Jorge Oliveira dos Santos - I. Cite-se a Devedora para, no prazo de 03 (três) dias, efetue o pagamento da dívida acrescida das cominações legais e dos honorários de advogado, fixando este último em 10% (dez por cento) sob o valor da causa. (CPC, arts. 829, 841 e 827). II. No caso de integral pagamento, no prazo acima estipulado, a verba honorária será reduzida pela metade (CPC, art. 841, § 1°). III. Caso não seja efetuado o pagamento da dívida e demais encargos, determino, desde já, que o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, devendo, ainda, na mesma oportunidade, realizar a intimação do devedor de tais atos, e a citação deste, para que ofereça, querendo, embargos no prazo de 15 (quinze) dias. (CPC, arts. 829, § 1º e 915). IV. Intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, providenciar o recolhimento das custas de diligências, conforme Portaria Nº 116/2017 PTJ. V. Após a comprovação do pagamento, expeça-se competente mandado. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0649056-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Handryo Reinaldo Amora - BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, qualificado à fl. 01 dos autos, requereu Ação de Busca e Apreensão contra HANDRYO REINALDO AMORA, qualificado na mesma peça, alegando em síntese, que celebrou com o requerido contrato de financiamento, com garantia de alienação fiduciária no valor de R$ 43.000,00, para ser pago em 48 prestações iguais, cujo financiamento foi destinado ao bem descrito a fl. 02, que o requerido não pagou as prestações vencidas em 08.05.19, e subsequentes; que esgotou todos os meios para obter o seu crédito, inclusive notificando através de notificação do Cartório de Títulos e Documentos (fls. 31/34), não restando outra opção senão a presente medida. Requereu finalmente a concessão da medida, a citação do requerido, a procedência da ação e a condenação das custas e honorários de advogado. Examinando os autos, constata-se que o receio do Autor é legitimo em tentar manter o patrimônio representado pelo bem descrito na inicial. Isto Posto, estando devidamente comprovada a mora do Requerido, DEFIRO liminarmente a medida, com espeque no art. 3º, do Dec-Lei 911/69, com nova redação dada pelo art. 56, da Lei 10.931, de 03.08.2004, para determinar a busca e apreensão do bem acima descrito, na residência do requerido ou no local onde for encontrado, devendo para tanto, ser entregue ao autor, mediante termo de apreensão, até decisão final. Após o cumprimento da medida, cite-se o requerido para, no prazo de 05 dias, pagar o valor da dívida pendente, conforme os valores apresentados pelo autor na inicial, acrescidos de honorários e custas processuais (nova redação do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei 911/69), sob pena de lhe ser aplicado o que está estabelecido no parágrafo 1º, do art. 3º, do referido Dec-Lei ou, no prazo de 15 dias, apresentar resposta, conforme está estabelecido nos parágrafos 3º e 4º, do Dec-Lei 911/69 (nova redação). Intime-se o autor para efetuar o pagamento da diligência do oficial de justiça, no prazo de 10 (dez) dias, após expeça o competente mandado. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0703118-35.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Rocha de Oliveira - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Requisição de Informações de fls. 255/256, dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0704676-42.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula Hipotecária - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - EXECUTADO: Francisco Xavier de Castro Costa - Manifeste-se o autor acerca do Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores de fls. 115/116 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0709444-11.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Rafael de Souza Batista - REQUERIDO: Banco Votorantim S/A - À Secretaria para certificar nos autos, se houve recurso da decisão de fls. 301/302.

ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GESTA CARUSO (OAB 4662/AM), ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0709800-06.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sebastião Brito Ramos - EXECUTADO: Bradesco Seguro S/A - Tendo em vista a lavra Decisão do Desembargador, Paulo César Caminha e Lima de fls. 226/230, proferida no Agravo de Instrumento nº 4003195-73.2019.8.04.0000, qual seja: “diante o exposto, atribuo efeito suspensivo ao presente recurso para determinar o desbloqueio do valor de R$ 321.935.75 (trezentos e vinte e um mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos)”, defiro o item 23 do pedido de fls. 183/191, bem como o pedido de fls. 232/233, determinando a secretaria que expeça ofício ao Gerente da Caixa Econômica Federal para proceder a transferência do valor bloqueado à fl. 176, para a conta da Requerida mencionada à fl. 191.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ) - Processo 0714044-75.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADO: M. Leôncio Pereira - Marcleide Leôncio Pereira - I- Defiro o pedido de fls. 100/102 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB 8065/AM)
Adriano Cezar Ribeiro (OAB 4848/AM)
Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Aldo Raphael Mota de Oliveira (OAB 11865/AM)
Alex Júnio Silva dos Santos (OAB 12430/AM)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Aline da Silva Teixeira (OAB 102427/RS)
Alonso Oliveira de Souza (OAB 1976/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Luiza Garcia Avelino (OAB 8119/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Silva Navega (OAB 118948/RJ)
Carlos Ricardo de Araújo Melo (OAB 4239/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Cássio Humberto Alves Santos (OAB 3076/PA)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristina Helena Maia de Oliveira (OAB 10841/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel do Nascimento Silva (OAB 7472/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Pereira Silva (OAB 11102/AM)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dorismar Martins Masiero (OAB A1083/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Fabíola da Silva Gesta Caruso (OAB 4662/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 1731/RO)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Genessy Gouvêa de Mattos (OAB 37378/RJ)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hélcio Rodrigues Motta (OAB 1994/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB 7413/MT)
João Alves Barbosa Filho (OAB 4246/PE)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Gilson Pereira da Silva Júnior (OAB 7675/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Juliana Inoue Mariano Araújo (OAB 261052/SP)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 116A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leonardo Coimbra Nunes (OAB 122535S/RJ)
Liliane da Silva Santos (OAB 410863/SP)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcia Maria da Silva (OAB 22104/RS)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Lúcia de Andrade Ramon (OAB 70645/SP)
Marília Mendes Chiaradia (OAB 383571/SP)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete Neves Gomes (OAB 3038/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus de Oliveira (OAB 383576/SP)
Maurício Alexandre de Meneses Pereira
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 865A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mikaéle Kloppel Silva (OAB 35961/SC)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Patrick Merheb Dias (OAB 236151SP)
Paulo José Pereira Trindade Júnior (OAB 4992/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Rinaldo Cunha Costa (OAB 4854/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sheila Costa (OAB 4225/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Suelen Guedes Barbosa Simonetti (OAB 6533/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Themístocles Arthemis Rodrigues Brandão (OAB 10681/AM)
Thiago Oliveira Farias (OAB 13285/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wallace Eller Miranda (OAB 868A/AM)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0018851-34.2002.8.04.0001 (001.02.018851-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro ERIDFT como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: RICARDO SIQUEIRA GONÇALVES (OAB 107192/RJ) - Processo 0201663-92.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Rosane do Nascimento Portela - REQUERIDO: Sul America Seguros e outro - Dessa forma, DEFIRO, o pedido de revogação à ordem de restrição referente a unidade n. 1203, do Edifício Fellini Residenziale, de matrícula nº 1203. Oficie-se ao 2º CRI, para que proceda-se a baixa da restrição. Eventuais custas e emolumentos ficaram sob a responsabilidade da parte interessada, ou seja, os terceiros postulantes. Após, intime-se o Exequente para indicar outra unidade para penhora ou requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0232038-32.2019.8.04.0001 (processo principal 0621940-25.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Real Bebidas da Amazônia Ltda - R.H. SUSPENDA-SE o feito principal e certifique-se a respeito da instauração do presente incidente, conforme o disposto no artigo 134, §3º do CPC. Afim de prestigiar o principio do contraditório e ampla defesa, acautelo-me quanto a concessão da Antecipação de Tutela, que será apreciado após o prazo de defesa. CITEM-SE os requeridos para, em querendo, apresentarem defesa, no prazo de 15 dias, nos termos do art. 135 do CPC.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0600601-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, A demanda envolve nítida relação de consumo e deve ser interpretada à luz do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a requerida é pessoa jurídica direcionada ao fornecimento de água. Por sua vez, o art. 2º do citado Codex estabelece que consumidor é "toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatária final". Assim, vislumbrada a hipossuficiência técnica, jurídica ou econômica daquele que adquiriu produto ou serviço, enquadrar-se-á no conceito de consumidor, fazendo jus à proteção das normas consumeristas. É o caso dos autos. Resta evidente a vulnerabilidade técnica, econômica e probatória da autora frente à empresa Requerida. Com isso, opera-se a inversão do ônus da prova, a teor do art. 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, na medida em que as alegações da parte autora mostram-se verossímeis. Assevero, no entanto, que mesmo na condição de consumidora, a autora não está desonerada da obrigação de provar minimamente suas alegações. Dito isto, designe-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 16/10/2019 às 09:00h. Defiro prazo comum de 10 dias para as partes apresentarem o rol de testemunhas, contendo no máximo três (03) testemunhas por parte, as quais devem comparecer independente de intimação, nos termos do art. 357, §§4º, 6º e 7º do CPC. Intimem-se as partes por intermédio de seus patronos.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0600905-04.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: M.V.L.J. - REQUERIDO: U.M.C.T.M. - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Depois de pagas as custas finais, se existirem , dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606118-25.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado para o endereço indicado as fls. 205/209. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0608011-85.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jl Chaar Simao Eireli (Amazon Print) - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta para os endereços indicados as fls.342/246 Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0611421-20.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de mandado para o endereço indicado de fls. 128/131. Custas já recolhidas Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612084-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H Defiro expedição de Carta de Citação no endereço indicado nas fls. 75. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento das despesas postais, por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedida a devida carta. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO SANTANA PINHEIRO (OAB 7049/AM) - Processo 0614206-86.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: João Gomes Pires - REQUERIDO: Cedral Serviços de Eletrônica da Amazônia - Ltda Epp - Alexandre de Lima Filho - Cedral Serv. de eletr da Amazonia Ltda-EPP - DECIDO. JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, com relação ao 2º Requerido Alexandre de Lima Filho, nos termos do art. 485, inciso VI, do CPC. Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para: DECLARAR rescindido o contrato de compra e venda de veículo celebrado entre as partes, com condenação da Requerida a devolver o preço recebido, de R$ 62.000,00 (sessenta e dois mil reais), atualizado monetariamente desde o desembolso e acrescido de juros de mora, contados da citação. Condeno a requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620416-85.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro o pedido de expedição de carta para o endereço indicado as fls.72/73. Custas já recolhidas. Expeça-se. Cumpra-se.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM), ADV: NATAN MONTEIRO DA SILVA (OAB 4142/AM) - Processo 0623341-25.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Romano Tavares - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, Expeça-se alvará conforme requerido as fls.154. A contadoria para cálculos de custas finais. Após, intime-se o Requerido para pagamento de acordo com a planilha da contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0630245-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta "Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)", no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/INFOJUD/SIEL (localização de endereços) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Vale ressaltar que para a realização da pesquisa por meio do sistema SIEL, são necessário o nome da genitora e a data de nascimento do Requerido. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0631357-02.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Elisângela Silva Oliveira e outro - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Samel - Plano de Saúde Ltda - DENUNCIADO: SAMEL - ASSISTENCIA MÉDICA HOSPITALAR LTDA - Vistos, etc Cuida-se de pedido realizado pela SAMEL, as fls. 483/490 e 495/497, para que seja realizada nova perícia, em razão da sua falta de intimação. In casu, a intimação quanto a hora e data da perícia foi dirigida apenas para os patronos dos autores, conforme certidão de fls. 459/460. Sendo assim, entendo que o pedido é procedente. Isso porque, nos termos do art. 474 do CPC, as partes deverão ser intimadas quanto a data e o local onde será realizada à perícia, para em querendo, participar. Prosseguir no processo dessa forma, seria tolher a parte de sua garantia constitucional ao contraditório e ampla defesa. Por isso, afim de evitar nulidade por cerceamento de defesa, hei por bem, deferir o pedido de nova realização de perícia. Intimem-se a perita para promover a realização de nova perícia, devendo informar local, data e hora. Após, intimem-se todas as partes, para, em querendo, participar. Intimem-se as partes referente a presente decisão.

ADV: REBECA VITÓRIA BRUNO MACHADO (OAB 12257/AM) - Processo 0633230-32.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0659789-60.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Uala Kiba Armazem Geral e Transportes Ltda - EMBARGADO: Cond. Mundi Resort Residencial - Dessa forma, com fulcro no artigo 290 do CPC, proceda-se o cancelamento da distribuição.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637516-24.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - REQUERIDA: Raimunda Carneiro Cezar - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Intime-se o Sr. Oficial de Justiça para proceder o recolhimento do mandado de fls. 178. Por outro lado, deixo de apreciar o pedido de desbloqueio do veículo, uma vez que não houve ordem de bloqueio do veículo oriundo deste processo. Depois de pagas as custas finais, se existirem, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: GRACIETE DE ABREU CORRÊA (OAB 3412/AM) - Processo 0637583-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Graciete de Abreu Corrêa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 17/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 12 de setembro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0640008-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriano de Souza Vieira e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/11/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0642401-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Ana Luzia de Barros Pacheco - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, VIII do CPC. Deixo de apreciar o pedido de desbloqueio da restrição do veículo, uma vez que não foi feita a restrição por este Juízo. Depois de pagas as custas finais, se existirem, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se.P. R. I. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0644557-71.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - Vistos, Considerando que a parte Autora efetuou o pagamento apenas das custas iniciais e não das custas por ATO da expedição da carta, conforme portaria 116/2017-PTJ, no valor de R$ 20,00 (vinte reais). Ressalta-se que as custas das despesas postais são por ATO. Sendo assim, Intime-se a parte Autora para providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Após a comprovação, expeça-se a carta para o endereço indicado. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645810-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco

S/A - REQUERIDO: Elielson Batista de Lima - Sendo assim, CONVERTO a presente ação de busca e apreensão em execução por quantia certa. Procedam-se as alterações pertinentes no SAJ. Fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor do débito. Cite-se a parte executada,, na forma do art. 829 do CPC, para, no prazo de 03 dias, efetuar o pagamento da dívida, após recolhimento das custas judiciais para o ato. Não efetuado o pagamento no prazo, o Sr. Oficial de Justiça deverá proceder à penhora de bens, avaliando-os e lavrando auto respectivo, do qual o executado deverá ser imediatamente intimado, observando eventuais bens já indicados pelo credor. Cientifique-se a parte executada de que, independentemente da realização da penhora, poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 dias, contados da juntada aos autos do mandado de citação, na forma do artigo 915 do Código de Processo Civil. No prazo para embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, o executado poderá requerer seja admitido a pagar o restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês (Art. 916 do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648776-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC). Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648837-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Thiago dos Santos Gomes - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro a gratuidade de justiça. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0648923-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - AGRAVANTE: Dalvalina Miguel de Azevedo - Vistos etc. Trata-se de Ação Previdenciária decorrente de acidente do trabalho. Defiro pedido de justiça gratuita. Nesse caso, nos termos da Portaria nº 2183/2016-PTJ, REMETAM-SE os autos ao Com o CEJUSC para realização da citação e perícia técnica.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0648941-77.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP) - Processo 0649009-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Marli Carneiro Matos da Silva - Vistos, Trata-se de Ação Revisional de Contrato proposta por Marli Carneiro Matos da Silva em face de Banco Itaucard S.A com a finalidade de revisar cláusulas contratuais de pacto de financiamento bancário para aquisição de um veículo. Neste sentido, o pedido deve, além de especificar as cláusulas contratuais que pretendem ser controvertidas, quantificar o valor incontroverso do débito, sob pena de inépcia da petição inicial, conforme disposição do art. 330, § 2º, do CPC. No caso em tela, a autora não indicou o número das cláusulas alvo de revisão, tão somente mencionando as questões de direito que pretende discutir. Além disso, não quantificou o valor incontroverso do débito, em desacordo com os requisitos do art. 330, § 2º, do CPC. Por tal razão, determino a EMENDA da petição inicial, no prazo de 15 dias, para que sejam corrigidas as irregularidades apontadas, sob pena de indeferimento da petição inicial por inépcia da inicial, segundo art. 330, §2º c/c art. 321 do CPC.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0654433-84.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Seara Alimentos Ltda - R.H. Nos termos da Lei 4.408/2016 que Regulamenta as custas judicias no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a tabela 04- Despesas de Processamento Eletrônico, item 09, onde consta “Requisição de informações por meio eletrônico para efetivação de penhora, arresto e obtenção de dados (POR ATO)”, no valor de R$ 14,98 (quatorze reais e noventa e oito centavos), Defiro BACENJUD/INFOJUD (localização de endereço) como requerido, condicionando a consulta ao pagamento do valor. Intime-se o(a) Autor(a) a providenciar o pagamento por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do Tribunal de Justiça do Amazonas (http://www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO CLEMENTE VILELA (OAB 220907/SP), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0661149-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Esepo Empreendimentos Imobiliários Ltda - REQUERIDO: Construtora F. Lopes Ltda. - vistos, Defiro o parcelamento das custas processuais, em 6 parcelas, cuja primeira parcela deverá ser paga no prazo de 15 (quinze) dias, e as demais na mesma data dos meses subsequentes, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único, cpc. Ressalto que o pagamento deverá ser realizado mediante guias a serem obtidas

junto à contadoria. Após o pagamento da primeira parcela, intime-se o autor/reconvindo para se manifestar sobre a contestação e reconvenção no prazo de 15(quinze) dias, na forma do art.350 c/c art.343, §1º do CPC.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Santana Pinheiro (OAB 7049/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Graciete de Abreu Corrêa (OAB 3412/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Clemente Vilela (OAB 220907/SP)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Natan Monteiro da Silva (OAB 4142/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rebeca Vitória Bruno Machado (OAB 12257/AM)
Ricardo Siqueira Gonçalves (OAB 107192/RJ)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0284/2019

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: MARIA LACI DOS SANTOS (OAB 7601/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM) - Processo 0605711-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda. - REQUERIDA: Aurea Lourdes Figueiredo Bessa - Tendo em vista a petição de fls.192, de ordem, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606338-23.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Tendo em vista que até a presente data não houve retorno do AR (aviso de recebimento), de ordem, expeça-se nova Carta.

ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0653857-91.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda. - De ordem, fica intimado a parte credora para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 15 (quinze) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ALEXMAR DA COSTA MELO (OAB 10133/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Maria Laci dos Santos (OAB 7601/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0298/2019

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0003659-22.2006.8.04.0001/01 (001.06.003659-2/00001) - Execução Definitiva de Sentença - Honorários Advocatícios - EXEQUENTE: Banco Sudameris Brasil S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado INFOJUD , custas pagas. Realizada a consulta, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: BRUNO BIANCHI FILHO (OAB 4912/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM) - Processo 0220632-92.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Japurá Pneus Ltda. - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado INFOJUD após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0234322-62.2009.8.04.0001 (001.09.234322-9) - Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pedido de fls. 375, uma vez que a suspensão processual dada fora de 1 (um) ano, conforme decisão de fls.369. Assim, não havendo provas verossímeis de que a situação econômica da parte executada tenha sido modificada, aguarde-se o decurso de prazo retro. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0602206-54.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença

- Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - EXECUTADO: Jozimar Bruce dos Anjos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes à consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), onforme Lei nº 4.408/2016, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0602401-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Daniel Silva Dutra e outro - Ante o petitório de fls. 57/58, intime-se a requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA DOMESI SILVA LOPES (OAB 238994/SP), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FERNANDO DA CONCEIÇÃO GOMES CLEMENTE (OAB 178171SP), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0602885-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Allianz Seguros S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 179 a 197, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606071-85.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0606122-62.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud,SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607795-90.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0612031-56.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca das consultas de fls. 192/195, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: SELENE BRAGA XAVIER (OAB 6964/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: VÍTOR DE SOUZA VIEIRA (OAB 6843/AM), ADV: WAGNER DE OLIVEIRA VIEIRA (OAB 2786/AM) - Processo 0612160-66.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: Marcos Paulo Ferreira Botelho - EXECUTADO: T. Loureiro Corretora de Imoveis - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Anoto a interposição do agravo interposto pelo executado T LOUREIRO CORRETORA DE IMÓVEIS S.A. contra decisão deste juízo mas a mantenho no estado em que se encontra. Intimem-se os advogados exequentes para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestarem-se sobre o pagamento do executado às fls. 834-836. Havendo concordância de pagamento integral da condenação devida por aquele executado, expeça-se alvará ou efetue a transferência bancária dos valores aos credores. Sobrestem-se os autos até que haja o julgamento do agravo interposto. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM) - Processo 0613923-29.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: JOSE CARLOS RODRIGUES LOBO (OAB 90560/SP) - Processo 0614771-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Agility do Brasil Logística Internacional S.a - REQUERIDO: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls. 132/133, e se manifeste, caso queira.

ADV: ADAM SILVA DE AZEVEDO (OAB 9745/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619954-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Ziguara de Fatima da Silva Leao - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca das consultas de fls. 134/135, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0621781-14.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que se manifeste acerca da consulta de fls. 162/163, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 18298/GO), ADV: JOSÉ MARCELO BRAGA NASCIMENTO (OAB 29120/SP), ADV: JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP), ADV: DENISE DE CÁSSIA ZÍLIO ANTUNES (OAB 90949/SP) - Processo 0622005-83.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Fenix Comércio de Moda Ltda Epp - Filial - Em conformidade com o art. 1º, XXVIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a Defensoria Pública Estadual, na qualidade de curador especial do réu/executado revel, nos termos do art. 72, inciso II, do Código do Processo Civil, do processo acima indicado, o qual deverá formular sua manifestação no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ULRICH SOETHE (OAB 16616/SC) - Processo 0623328-55.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Philips Clinical Informatics Sistemas

de Informação Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0623622-15.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca das consultas de fls. 294/299, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0624189-46.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado RENAJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0629527-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Fabiola Nogueira Ribeiro da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0633540-09.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Condominio Residencial Authentic Recife - EXECUTADO: Santo Idelfonso Empreendimento Imobiliário - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que tome ciência da petição de fls. 144/146, e se manifeste, caso queira.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636919-84.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos recebido por terceiro, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: RICARDO VIEIRA RODRIGUES (OAB 8801/AM) - Processo 0638668-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: A. S. C. Batista & Cia Ltda - Defiro o pedido de retificação do valor da causa para R$ 92.629,64. Proceda-se à alteração. Ademais, para concessão da liminar vindicada, faz-se necessário analisar a "probabilidade do direito", o "perigo na demora" ou o "risco ao resultado útil do processo", requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Novo Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, após análise dos fatos e documentos carreados aos autos, depreende-se que a empresa Requerente estava inativa desde dezembro de 2018 mas continuou a receber faturas de consumo de energia até a presente data como se em atividade estivesse. Acerca do perigo na demora, vislumbro a sua existência na medida em que a cumulação de débitos das faturas controvertidas impedem que a empresa solicite a religação da unidade consumidora para fins de desenvolver suas atividades empresariais, bem como a inserção ou a permanência do nome da parte Requerente no cadastro de inadimplentes, além de afetar a imagem da mesma no comércio em geral, pode ser motivo à obstrução de aquisição de bens. Diante do exposto, CONCEDO a tutela de urgência pleiteada para determinar que a empresa requerida se abstenha de não fornecer energia elétrica ao Requerente com base em dívidas geradas pelas faturas vencidas a partir de janeiro de 2019 até a presente data; se abstenha ainda de efetuar cobranças em relação às faturas de consumo ora controvertidas; bem como se abstenha de inserir o nome da empresa no cadastro de inadimplentes em relação à dívida impugnada, até ulterior deliberação do juízo. O descumprimento da ordem judicial acarretará a aplicação de multa diária no valor de R$ 1.000,00, até o limite de 30 dias-multa. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Ademais, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar, nos termos do art. 334 do NCPC, a ser realizada no CEJUSC-Cível no dia 04/11/2019, às 9 (nove) horas, e, em ato seguinte, providencie-se a intimação das partes e seus respectivos patronos para comparecimento ao ato, o qual se realizará no referido Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VIVIANE LOPES SOARES (OAB 10534/AM) - Processo 0642228-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: M.D.S.L. - Analisando a petição inicial, observo que a parte Requerente pretende a obtenção dos benefícios da gratuidade de justiça. Assim, da juntada do documento de fl. 20, entendo suficientes as evidências do estado de insuficiência financeira, razão pela qual Defiro o beneficio de gratuidade da Justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, Defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Acautelo-me quanto a Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Ademais, Determino que a Requerida apresente os contratos objetos da lide. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos para despacho. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a

parte para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, se positiva a consulta, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite-se e intime-se.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0645934-14.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Yamaha Administradora de Consórcio Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 100) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0646058-60.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646442-23.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.063738-97.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo em vista que o processo paradigma havia sido distribuído por suspeita de repetição à outra ação que tramitava neste juízo, contudo após confrontação de dados verificou-se que não havia conexão motivo pelo qual fora determinada redistribuição do mesmo. Diante disso, tendo os presentes autos vindo vinculados à ação de nº.063738-97.2019.8.04.0001, deve ser feita a redistribuição deste. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646655-29.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.063738-97.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo em vista que o processo paradigma havia sido distribuído por suspeita de repetição à outra ação que tramitava neste juízo, contudo após confrontação de dados verificou-se que não havia conexão motivo pelo qual fora determinada redistribuição do mesmo. Diante disso, tendo os presentes autos vindo vinculados à ação de nº.063738-97.2019.8.04.0001, deve ser feita a redistribuição deste. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0647184-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei

nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648939-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Trata-se de ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária. Da análise da petição inicial de fls. 1-3. antecedentes verifico a ausência de assinatura na carta registrada com aviso de recebimento para efeitos de comprovação da mora do polo passivo desta lide, conforme preconiza o DL n° 911/69 no seu §2° do art. 2: §2° A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. É válido ressaltar que o referido decreto sofreu alterações decorrentes da Lei n° 13.043, de 2014, não sendo mais permitida a comprovação da mora por carta registrada expedida por intermédio de Cartório de Títulos e Documentos ou Protesto. Ainda, verifica-se da juntada de documentos que o contrato de fls. 4-7, não há demonstração de consentimento do Requerido, requisito essencial da validade da obrigação. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial juntando aos autos a Guia de Recolhimento Judicial das custas iniciais do processo com comprovante do pagamento; carta registrada com aviso de recebimento (notificação extrajudicial) munida de assinatura para comprovação da mora do requerido; bem como o contrato com a devida anuência do Requerido, sob pena de extinção Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0649054-31.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0603316-20.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

Adam Silva de Azevedo (OAB 9745/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Bruno Bianchi Filho (OAB 4912/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Débora Domesi Silva Lopes (OAB 238994/SP)
Denise de Cássia Zílio Antunes (OAB 90949/SP)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Fernando da Conceição Gomes Clemente (OAB 178171SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
FLORENCE FLECK (OAB 15586/AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
JOAO AUGUSTO DE C FERREIRA (OAB 325076/SP)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
JOSE CARLOS RODRIGUES LOBO (OAB 90560/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 18298/GO)
José Marcelo Braga Nascimento (OAB 29120/SP)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Vieira Rodrigues (OAB 8801/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Selene Braga Xavier (OAB 6964/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Ulrich Soethe (OAB 16616/SC)
Vítor de Souza Vieira (OAB 6843/AM)
Viviane Lopes Soares (OAB 10534/AM)
Wagner de Oliveira Vieira (OAB 2786/AM)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0303/2019

ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735), ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA) - Processo 0030918-94.2003.8.04.0001 (001.03.030918-3) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Aurora da Amazônia Terminais e Serviços Ltda - EXECUTADO: Banco da Amazônia S/A - Tendo em vista as petições de fls. 1.584 na qual o Executado comprova o cumprimento voluntário da condenação. Defiro o pedido de fls. 1589/1590, expeça-se alvará no valor global.

ADV: PAULO CEZAR DE AMORIM, ADV: MARIANA RIBEIRO DE TOLEDO (OAB 150432/MG), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM) - Processo 0211350-30.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Gonçalo dos Santos Azevedo - REQUERIDA: Construtora Andrade Gutierrez S.A. - PERITO: Paulo Cezar de Amorim - Ademais, a preliminar ventilada pela recorrente foi apreciada por este Juízo por meio de decisão proferida às fls. 135/137. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: ROSILDA DE CARVALHO (OAB 5354/AM) - Processo 0227533-76.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - EXECUTADO: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda - REQUERIDO: Rubens Jose Machado - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOÃO MARCOS POZZETTI (OAB 6160/AM), ADV: JOSÉ ARTUR POZZETTI (OAB 9707/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0235014-85.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0059322-92.2002.8.04.0001) (processo principal 0059322-92.2002.8.04.0001) - Embargos à Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EMBARGANTE: Jose Artur Pozzetti - EMBARGADA: Konkrex Engenharia de Concreto Ltda - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601348-28.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilton Pereira da Silva - REQUERIDO: CAPITAL ROSSI - INCORPORADORA SANTA SILVIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDAc e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 199 a 201, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: LUIZ FELIPE BRANDÃO OZORES (OAB 4000/AM), ADV: FÁBIO SILVA ANDRADE (OAB 9217/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0603696-53.2013.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Pagamento - REQUERENTE: ELETRO INSTALAÇÕES LTDA - REQUERIDO: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603776-41.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ISTO POSTO, REJEITO a defesa apresentada pelo Curador Especial e julgo PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora. Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM), ADV: EDSON DE OLIVEIRA (OAB 480/AM) - Processo 0605182-63.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Lidiane dos Santos Lins e outro - Proceda-se a pesquisa por endereços por meio do Infojud e do Siel. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0605712-04.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - EXECUTADO: José Roberto Gomes de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0607055-11.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Platinum Construções Ltda - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607259-79.2018.8.04.0001 - Execução de Título

Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a - Vistos, etc. Cuida-se de embargos declaratórios opostos por Banco Bradesco S.a, em face de sentença que extinguiu o processo, sem resolução de mérito. É o relato. Decido. Embargos opostos tempestivamente. Efeito interruptivo concedido, pois. Com efeito, assiste razão à embargante, de vez que este juízo não atentou para a petição de fl. 150/152, na qual o exequente pleiteia a consulta por meio do INFOJUD e do ERIDFT. Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes conferir provimento, de modo a anular a sentença e determinar a consulta de endereços por meio do ERIDFT. Indefiro a consulta por meio do INFOJUD pois já realizada à fl. 52. Intimem-se as partes. P. R.C.

ADV: ROBERTA BRAGA PINHEIRO (OAB 5853/AM), ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: KÁTIA ALMEIDA DA SILVA (OAB 8928/AM), ADV: BRUNO DE OLIVEIRA POLONI (OAB 351064/SP), ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM) - Processo 0608387-76.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Omini S/A Crédito Financiamento e Investimento - REQUERIDO: FABIO LUCIO OLIVEIRA PAES - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0608674-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Alcina Raposo Passos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição de fl. 215 , no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0609756-32.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Carrus Serviços Automotivos - Eireli - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611420-35.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 122. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0612004-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ex positis, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, em face de Nazilene Freitas de Souza, com o escopo de condenar a ré ao pagamento do quantum de R$ 59.199,74 (CINQUENTA E NOVE MIL E CENTO E NOVENTA E NOVE REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS) Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. P.R.I.C.

ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0612223-18.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0612751-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios contra a sentença, alegando, contradição por entender ser indispensável a intimação pessoal anterior à prolação de sentença extintiva, nos termos do art. 485, §1º do CPC. É o relatório.Decido. Compulsando os autos verifico que a sentença atacada não foi proferida com base no art. 485, I ou III do CPC, que nos termos do §1º do referido artigo determina a necessidade de intimação pessoal para prosseguimento no feito. A sentença embargada foi proferida com base no art. 485, IV do mesmo Código que dispensa a intimação pessoal, conforme já disposto na própria sentença embargada. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: “Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material.” Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie a ocorrência de nenhuma das hipóteses ensejadoras da presente medida recursal. Na realidade, verifica-se a inadequação do recurso interposto, posto que pretende o embargante obter modificação do julgado, por puro inconformismo. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração, recurso cujo objetivo se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da análise dos temas trazidos à apreciação. Certo é que caberá ao embargante interpor, se entender o caso, o recurso adequado. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ANDRÉ RODRIGO PEDROSA DE AMORIM (OAB 10978/

AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0613117-62.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: RAUNY DOS SANTOS PENA FORTE - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A e outro - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer omissão. Intimem-se as partes.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0613713-80.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de bens no sistema ERIDFT, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0613838-09.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - EXEQUENTE: Sedil de Souza Gato - Em que pese caber ao exequente instruir o requerimento para cumprimento definitivo de sentença, com demonstrativo discriminado e atualizado do débito, infiro que o executado possui melhores condições para elaborar os cálculos, até porque é o detentor dos dados necessários para promover tal liquidação. Nesse contexto, valho-me do disposto no art.524, §4º para requisitar da autarquia previdenciária o demonstrativo discriminado e atualizado do débito que deverá ser apresentado no prazo de 30(trinta) dias. Com a resposta, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 10(dez) dias, sobre os cálculos, bem como se pretender receber por Precatório ou, em caso de renúncia ao excedente, Requisição de Pequeno Valor. Havendo concordância, conforme o caso, expeça-se o respectivo Precatório ou Requisição de Pequeno Valor para pagamento da obrigação, no prazo de 02(dois) meses, nos termos do art.535, §3º, I e II, do NCPC. Desde já autorizo a expedição de alvará caso haja depósito dos valores. Quanto a implantação do benefício de auxílio doença, determino à Secretaria que expeça ofício/mandado à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de implantação do benefício concedido em sentença. Após, arquivem-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0614422-52.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0631372-39.2014.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta deferida às fls.120/121 (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: ISABELA RIBEIRO ALVES (OAB 5270/AM) - Processo 0614890-79.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: RAFAEL REIS SOARES e outro - REQUERIDO: PATRI DEZOITO EMPREEMDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outro - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: JÁDSON ALVES LIMA (OAB 1969/AM), ADV: JOSÉ EDVALDO DE SOUZA FERREIRA (OAB 7086/AM) - Processo 0615626-97.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: CHARLES ANTONIO AMORIM VALE - Compulsando os autos, verifico que o comprovante de recolhimento juntado nas folhas 171/172 refere-se as custas de diligências de oficial de justiça. Dessa forma, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE VIEIRA MARINHO (OAB 337767/SP) - Processo 0617416-77.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Valdemir Eduardo Neves - Em razão da certidão de fl. 22, expeça-se novo mandado sem custas para parte com as alterações necessárias para seu cumprimento.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 100945/RJ), ADV: MARIA AUXILIADORA BICHARRA DA SILVA SANTANA (OAB 3004/AM), ADV: JANNE SALES GOMES (OAB 3045/AM) - Processo 0617434-40.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDA: VERA REGINA SANTOS RIBEIRO - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: RÔMULO JOSÉ DE BARROS LINS (OAB 3919/AM), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP) - Processo 0618350-74.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - REQUERIDO: ROLDÃO GERMANO DE SOUZA GOMES FILHO - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619805-74.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Suprihouse Informatica Comercio e Serviços Ltda e outros - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056/RJ), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG) - Processo 0622069-64.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - R.H. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0622999-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: José Nilton Fonseca de Oliveira - Em razão de a hipótese encartada aos autos cuidar de matéria de fato e de direito, sem necessidade, contudo, de maior dilação probatória, entendo que o feito comporta julgamento antecipado da lide, conforme art. 355, I, do Digesto Processual Civil. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência, in albis, do prazo para recurso, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0623183-72.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: C A H H M de Oliveira (nome fantasia HEBROM) e outro - R.H Em razão do requerimento do exequente, determino o sobrestamento do feito, ex vi do art. 921, III, §1º do CPC, pelo prazo 01 (um) ano, durante o qual ficará suspensa a prescrição. Ressalto que, na forma do art. 921, §3º do CPC, os autos serão retomados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis. Após decorrido o prazo de 01 (um) ano, em não havendo manifestação da parte exequente, o presente deverá ser arquivado provisoriamente, e iniciará a contagem do prazo de prescrição intercorrente, na forma do art. 921, §4º do CPC. Decorrido o prazo prescricional, sem manifestação das partes, intimem-se, na forma do art. 921, §5º do CPC para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: GARDÊNIA DE FÁTIMA FIGUEIREDO PEREIRA (OAB 5939/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: LAYLA GABRIELLE NUNES DA ENCARNAÇÃO (OAB 8546/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0623550-96.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Maria das Graças da Silva Lima - REQUERIDA: CILENA SILVA DOS SANTOS - Diante da informação do perito nomeado Inaldo Pereira dos Santos, fls. 132, de estar provisoriamente fora da cidade, bem como diante da omissão do perito Evandir Martins, determino que seja intimado novamente o perito Inaldo Santos, afim de que informe se aceita proceder a perícia necessária ao desfecho do processo, observando a oferta no valor de R$ 1.00,00 a título de honorários feita pela requerente à fls 140/141.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623823-75.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM), ADV: ROSANA LÉA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM), ADV: CHRISTIAN ANTONY (OAB 5296/AM), ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0626279-61.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARIA NILDA RIBEIRO RAMOS - REQUERIDO: PATRIURBIS ZERO VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Urbis Empreendimentos Imobiliários S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0627512-25.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - EXEQUENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda. (Manaus Refrigerante Coca Cola) - Trata-se de ação Monitória intentada por Brasil Norte Bebidas Ltda. (Manaus Refrigerante Coca Cola) em face de Esmaldo Pena Marinho. Este juízo prorrogou a citação da parte Requerida e diligenciou junto a todos sistemas de consulta disponíveis ao Judiciário. Em que pese tais esforços, as tentativas de citação pessoal da parte Requerida, restaram infrutíferas. Intimado a se manifestar, a parte autora solicitou diligências já realizadas por este juízo e ou requereu suspensão do processo para localização do endereço da parte Ré . Vieram-me conclusos. Decido. Compulsando os autos, verifico que este juízo já esgotou as possibilidades de localização do endereço correto do parte Requerida, consultando todos os sistemas a que tem acesso. Assim, indefiro o pedido de renovação de consulta aos sistemas solicitados, bem como a expedição de ofícios (SERASAJUD/ERIDFT/INFOSEG/CDL/SPC/prestadoras/concessionárias de serviço), vez que é ônus exclusivo da parte autora averiguar e indicar a qualificação e endereço completo do citando. Demais disso, decorre da experiência deste Juízo o ínfimo resultado positivo de tais ofícios, muitos dos quais nem ao menos são respondidos, tudo a revelar que a diligência tem mero efeito procrastinatório. Na oportunidade, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, promova efetivamente a citação da parte ré, mesmo que de forma ficta, nos termos do artigo 256, CPC, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC/2015. Advirto que não serão deferidos pedidos de prazo adicional, suspensão do processo para cumprimento da diligência, sem justificativa plausível, renovação de consulta aos sistemas já anteriormente realizadas, e a expedição de ofícios (SERASAJUD/ERIDF/INFOSEG /CDL/SPC/prestadoras/concessionárias de serviço). Intimem-se. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo

0627797-47.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 61.. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: IGOR MATHEUS WEIL PESSÔA DA SILVA (OAB 5764/AM) - Processo 0627882-09.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Macropeças Comercial Ltda - REQUERIDO: E.T. DE OLIVEIRA JUNIOR - EPP - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: CHRISTIANO DE OLIVEIRA SANTIAGO (OAB 9536/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ARTHUR DE SOUZA REGO TAVARES (OAB 6428/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0628338-90.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0210709-08.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: C.M.S. - REQUERIDO: H.A.M. - INTSSADO: BRADESCO SAÚDE S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes conceder parcial provimento, nos termos da fundamentação. Intimem-se as partes.

ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM) - Processo 0628949-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilson da Silva Gomes - REQUERIDO: Murano Veículos Ltda. - Fiat Automóveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NANCY CASTRO SEGADILHA (OAB 8575/AM) - Processo 0629104-12.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: JONATHAN ALVES GALDINO e outro - REQUERIDO: CITERO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e outros - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls.363/366, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0629535-12.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629967-89.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0630690-11.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ISTO POSTO, REJEITO OS EMBARGOS e JULGO PROCEDENTE a ação monitória para constituir título executivo em favor da parte autora no quantum de R$ 33.182,65 (TRINTA E TRES MIL E CENTO E OITENTA E DOIS REAIS E SESSENTA E CINCO CENTAVOS). Juros e correção monetária, desde o vencimento de cada obrigação, conforme art. 397, caput, do CC, calculados na forma prevista na Portaria n. 1.855/2016, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Condeno, ainda, a parte demandada em custas e honorários advocatícios a parte Requerida, estes arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa atualizado, com suporte no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC, cujo pagamento restará suspenso até que o demandante, beneficiário da assistência judiciária, apresente condições de arcar com as sobreditas despesas, sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, tudo na forma do art. 98, §3º do CPC, salvo o decurso do prazo de 05 (cinco) anos. Após o trânsito em julgado, intime-se a parte interessada no cumprimento da sentença, na pessoa de seu advogado, para requerer o que entender de direito (513, § 1º, CPC). Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou diretamente pelo link (http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. PRIC

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632384-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON RAPHAEL PEREIRA DE ARAUJO (OAB 7359/AM) - Processo 0632872-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: M P dos Santos Ferragem - Indefiro o pedido de fl. 78, considerando que o executado não possui e-mail cadastro no sistema do Tribunal para citação eletrônica. Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: JANAÍNA SANTOS DE LIMA (OAB 10212/AM) - Processo 0634301-74.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marla Ingridh Rocha Guedes - REQUERIDO: Serasa Experian - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento. Intimem-se as partes.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0634313-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das

Gracas Tavares de Aguiar - R. H. Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos. Verifico que a parte autora não procedeu ao preparo da demanda, motivo pelo qual determino a baixa . Sem custas, tendo em vista que não houve prestação jurisdicional. P.R.I.C.

ADV: KELLY RODRIGUES VÉRAS (OAB 10362/AM), ADV: ROSIVALDO PEREIRA DA SILVA (OAB 1619/AM), ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM), ADV: SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM), ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM) - Processo 0635495-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condominio Edificio Cidade de Manaus - REQUERIDO: Jose Valdir Freire Martins - Intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM) - Processo 0636394-10.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Breno Pereira Rodrigues - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM) - Processo 0636632-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Comodato - REQUERENTE: Rio Solimões Distribuidora - Expeça-se o competente mandado, a ser cumprido no mesmo endereço já indicado, devendo ser diligente o oficial a quem for distribuído. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANDSON CUNHA DA SILVA (OAB 7151/AM), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: ANA CAROLINA REMÍGIO DE OLIVEIRA (OAB 86844/MG), ADV: BRUNO MACHADO DE LIMA (OAB 12597/AM), ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0636662-35.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Frank Willan Moraes Nogueira - REQUERIDO: RZD Comércio de Veículos Ltda. - MAVEL - LITSPASSIV: Banco Volkswagen S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para provê-los, nos termos acima abalizados, permanecendo inalterados os demais termos da decisão. Intimem-se as partes.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0637138-05.2016.8.04.0001 - Monitória - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Indefiro o pedido retro, devendo a parte autora observar a decisão de fls. 199, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM), ADV: ALESSANDRA DA SILVA CONTENTE (OAB 7091/AM), ADV: VIVIANE GALDINI DIAS (OAB 312091/SP), ADV: HERIK ALVES DE AZEVEDO (OAB 262233/SP), ADV: LUCIANA PEDROSA DE MORAES REGO FIGUEIREDO (OAB 2819/AM), ADV: RONILDO RAULINO DA SILVA (OAB 555/RR), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: TIRZAH CAUPER GOMES (OAB 10213/AM) - Processo 0637774-34.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Haas - Amazonas Comércio de Piscinas Ltda - CONSIGNADO: Braspress Transportes Urgentes Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Expeça-se alvará dos valores consignados em favor de Haas - Amazonas Comércio de Piscinas Ltda confome acordado. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0637989-10.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc Considerando o teor do ofício retro, expeça-se mandado de citação no endereço indicado à fl. 123 ficando consignado ao senhor oficial de justiça, que o ato deve ser realizado com hora certa, se estiverem presentes as circunstâncias viabilizadoras, previstas no artigo 252 do CPC. Sem custas para a autora. Cumpra-se.

ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0640514-96.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Márcia Almeida Nóbrega Kizem - REQUERIDO: Revenda Rep e Vendas Comercias S/A - Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I, e II, do CPC. Intimem-se as partes.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0641402-02.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas remanescentes na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Arquive-se, independente do trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os autos à contadoria para a baixa nos registros.

ADV: NÁDIA ALMEIDA LIMA (OAB 10786/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0644424-63.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: João Ribeiro Pereira - Na dinâmica processual, é imprescindível a existência e a observação dos prazos peremptórios. Desta forma, não conheço do recurso ante a sua intempestividade. Arquive-se.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0644941-05.2017.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Paulo José Mourão de Carvalho - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 68/69. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal. Atente a Secretaria para a substituição do patrono do requerente, conforme fls. 97/99 dos autos.

ADV: RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM) - Processo 0646245-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sthefanie Cavalcante de Deus - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da

parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0647063-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: RICARDO TAVARES DE ALBUQUERQUE (OAB 5092/AM) - Processo 0648587-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - AGRAVANTE: Leonardo Leao Costa - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA para determinar ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras e ao Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras da capital que procedam ao cancelamento dos protestos em nome do autor, concernentes às duplicatas de prestação de serviços por indicação - Protesto de Protocolo n. 1401465, de 29/08/2019, do 1º Ofício de RI e Protesto de Letras; e Protesto de Protocolo n. 2063161, de 20/08/2019, do 4º Ofício de RI e Protesto de Letras. Expeçam-se, após a prestação de caução, mandados ao Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras e ao Cartório do 4º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras da capital. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 11/11/2019, às 08:30h, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0648832-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carperessita da Silva Oliveira - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA, para determinar que o Requerido suspenda os descontos no contracheque da Requerente, em face, exclusivamente do BMG CARTÃO apresentado nos autos, sob pena de multa de R$ 1.000,00 a cada desconto em contracheque efetuado, limitado à R$ 30.000,00. DEFIRO A JUSTIÇA GRATUITA, com fundamento no § 5º do art. 98 do CPC. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 04 de novembro de 2019, às 11 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0648915-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tamires Costa da Cruz - Assim sendo, no caso concreto, a priori, diante da natureza da demanda, objeto discutidos, a condição pessoal da parte a permitir contratação de advogado particular a patrociná-lo, necessário se faz juntada pela parte requerente sob pena de indeferimento da benesse: a) cópia da declaração de imposto de renda do último ano; b) cópia das ultima folhas da carteira de trabalho ou comprovante de rendimentos mensal, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; c) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade e de eventual cônjuge referentes aos últimos três meses; d) cópia dos extratos de cartão de crédito dos últimos três meses, bem assim daqueles pertencentes a eventual cônjuge; Cumpra-se no prazo de 15 dias. Decorrido o prazo legal, com resposta do(a) requerente, voltem-me, imediatamente, os autos conclusos para análise do pedido de gratuidade processual. Caso a parte requerente não apresente a documentação acima descrita, deverá no prazo assinalado comprovar o pagamento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0648958-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carolina Potyguar de Souza Bizerra - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, recolha as custas iniciais sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do CPC.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0649053-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC, por ausência de preenchimento de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o Requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Finalmente, proceda-se ao bloqueio do bem objeto da lide, para fins de transferência, por meio do sistema RENAJUD, desde que previamente pagos os respectivos emolumentos. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Cumpra-se.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0649815-96.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Helen Pires Cardoso - Diante da purgação da mora, declaro extinta a obrigação da parte Requerida referente aos créditos indicados na petição inicial e ante a perda do objeto do pedido de busca e apreensão, declaro extinto o presente processo sem resolução de seu mérito nos termos do art. 485, VI, do CPC, e sem qualquer efeito a liminar de busca e apreensão inicialmente deferida, cujo bem autorizo ser restituído ao réu, bem como a

liberação da restrição pelo sistema RENAJUD. Mediante alvará, libere-se em favor do autor os valores purgados pela parte ré, caso haja algum depósito em juízo. No que pertine a documentação solicitada à fls.133, determino que a requerida a apresente no prazo de cinco dias e em igual prazo proceda o requerente toda a regularização necessária sob pena de multa que ora arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais) por dia, no limite de trinta dias. Não reconheço a alegada má-fé do requerente. Condeno a parte ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, este fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com fulcro no art. 85, § 2º, do CPC. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão.

ADV: HERMESON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 8245/AM) - Processo 0714408-47.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - EXECUTADO: Declori Peres de Souza e outro - Intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública, ou quando não possuir advogado cadastrado nos autos (art. 513, §2º, I, CPC); ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, IV, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar no prazo de quinze dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Cumpra-se.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Alessandra da Silva Contente (OAB 7091/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Ana Carolina Remígio de Oliveira (OAB 86844/MG)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anderson Raphael Pereira de Araujo (OAB 7359/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Rodrigo Pedrosa de Amorim (OAB 10978/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Andson Cunha da Silva (OAB 7151/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Arthur de Souza Rego Tavares (OAB 6428/AM)
Bruno de Oliveira Poloni (OAB 351064/SP)
Bruno Machado de Lima (OAB 12597/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 100945/RJ)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christian Antony (OAB 5296/AM)
Christiano de Oliveira Santiago (OAB 9536/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Cristiane Vieira Marinho (OAB 337767/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson de Oliveira (OAB 480/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Silva Andrade (OAB 9217/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Gardênia de Fátima Figueiredo Pereira (OAB 5939/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Herik Alves de Azevedo (OAB 262233/SP)
Hermeson dos Santos Rodrigues (OAB 8245/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Igor Matheus Weil Pessôa da Silva (OAB 5764/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)

Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Ribeiro Alves (OAB 5270/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jádson Alves Lima (OAB 1969/AM)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaína Santos de Lima (OAB 10212/AM)
Janne Sales Gomes (OAB 3045/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Marcos Pozzetti (OAB 6160/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Artur Pozzetti (OAB 9707/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Edvaldo de Souza Ferreira (OAB 7086/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kátia Almeida da Silva (OAB 8928/AM)
Kelly Rodrigues Véras (OAB 10362/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layla Gabrielle Nunes da Encarnação (OAB 8546/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo (OAB 2819/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Felipe Brandão Ozores (OAB 4000/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Bicharra da Silva Santana (OAB 3004/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariana Ribeiro de Toledo (OAB 150432/MG)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056/RJ)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nádia Almeida Lima (OAB 10786/AM)
Nancy Castro Segadilha (OAB 8575/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
NORTHON SÉRGIO LACERDA SILVA (OAB 25498/PA)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Paulo Cezar de Amorim
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
RAIMUNDO PAULINO CAVALCANTE (OAB 7576/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Ricardo Tavares de Albuquerque (OAB 5092/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Braga Pinheiro (OAB 5853/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo José de Barros Lins (OAB 3919/AM)
Ronildo Raulino da Silva (OAB 555/RR)
Rosana Léa Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rosilda de Carvalho (OAB 5354/AM)
Rosivaldo Pereira da Silva (OAB 1619/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
SANDRO LUCIANO MARTINS RASZL (OAB 9087/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Tirzah Cauper Gomes (OAB 10213/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
VIVIANE GALDINI DIAS (OAB 312091/SP)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: MARCELO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 146203/SP), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM), ADV: MALBA TÂNIA OLIVEIRA GATO (OAB 6409/AM), ADV: HENRIQUE COELHO DA ROCHA GOBBI (OAB 7361/AM), ADV: DAVID VERAS BEZERRA (OAB 19347/CE), ADV: ROBSON JOSE TESSIMA (OAB 139001/SP), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: RAINER CUNHA OLIVEIRA (OAB 6385/AM), ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DE CARVALHO FRANCISCO SOARES (OAB 4926/AM), ADV: DJALMA ALBUQUERQUE BRAULE PINTO (OAB 5281/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0209967-51.2010.8.04.0001 (001.10.209967-8) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ednelza Bandeira Duarte de Castro - ME - REQUERIDO: Banco Cacique S/A - Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos contidos na exordial, resolvendo no mérito a presente ação, nos moldes do art. 487, I, do CPC, para: a) revogar a decisão de fls. 2.792/2.799, cessando seus efeitos, inclusive aqueles advindos da fixação de astreintes; b) condenar o Réu a pagar à Autora a diferença existente entre as comissões semanais que lhe eram devidas no período de 02/01/2008 a 16/09/2010 e aquelas que lhe foram efetivamente pagas no mesmo interregno. Ressalto ainda que a aludida importância deve ser apurada em fase de liquidação, devendo incidir sobre o referido quantum correção monetária, segundo o INPC, desde o vencimento de cada parcela que a compõe até a data da citação - 26/07/2010 -, tempo em que passará a incidir juros moratórios, segundo a taxa SELIC. Diante da sucumbência recíproca, conforme art. 86, do CPC, as custas processuais devem ser divididas pelas partes e os honorários advocatícios, conforme os arts. 85, §14 e 86, do CPC, devem ser pagos por cada uma delas ao advogado da parte contrária no percentual de 10% sobre o valor da condenação, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, § 16, do CPC. Oportunamente, assevero que diante do disposto no art. 98, §§ 2º e 3º, do CPC, tendo em vista a sucumbência parcial da Autora e sendo ela beneficiária da

justiça gratuita, restará suspensa, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação, a exigibilidade do crédito referente às verbas sucumbenciais as quais foi condenada. Neste mesmo período a cobrança se legitimará se o Exequente demonstrar que a situação de insuficiência de recursos deixou de existir. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0600425-65.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências que se mostram por disponíveis, a fim de que ocorra a citação do Réu. No vertente caso, verifico que a Requerente diligenciou em 7 (sete) endereços obtendo respostas negativas em todos eles, a saber: Beco Pensador, nº 101, Adrianópolis, 69057-810; Rua 188, nº 13, Quadra 344, Nova Cidade, 69097-563; Rua Com. Clementino, nº 357, Centro, 69025-000; Rua Belo Horizonte, nº 477, Aleixo, 69057-060; Rua Comendador Clementino, nº 357, Centro, 669025-000; Beco São Joaquim, nº 2, Aleixo, 69060-053; Rua 188, nº 138 B, Quadra 344, Cidade Nova I, 69098-200. Ocorreram buscas nos cadastros de órgãos públicos InfoJud, BacenJud, RenaJud e SIEL, sendo encontrados os mesmos endereços já diligenciados. Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em caso de revelia, será nomeado curador especial, na forma do art. 257, IV. Registro que a publicação deverá ocorrer na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificando-se nos autos, conforme o disposto no art. 257, II, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0600833-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: MARCELO CANDIOTTO SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 104784/MG) - Processo 0609672-36.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Onix Empreendimentos Imobiliários - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP) - Processo 0611779-19.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM), ADV: ENDREW DOS SANTOS MESQUITA (OAB 14260/AM) - Processo 0615442-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Israel da Silva Ferreira - LITSPASSIV: D P WORLD INDUSTRIA E COMÉRCIO DE VIDROS LTDA - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JHENA CHRISTIANE CUNHA DOS SANTOS (OAB 8805/AM), ADV: JHONES MACÁRIO DA SILVA MUNEYMNE (OAB 7879/AM) - Processo 0617347-84.2015.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Kodó Veículos Ltda - EPP - Vistos, Indefiro o petitório de fl. 188. Determino, em contrapartida, que se requisite por meio do sistema BACENJUD, informações sobre o atual endereço da Requerida. Intime-se o Autor para que proceda ao prévio recolhimento de custas de requisição de informações por meio eletrônico para obtenção de dados, na forma da Tabela III, item 9, da Portaria n.º 116/2017 - PTJ, de 23 de janeiro de 2017. Em caso de resposta negativa, intime-se o Autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Acaso seja encontrado endereço diverso do que consta dos autos, fica, desde logo determinado a expedição de novo mandado, intimando-se o Requerente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme assim dispõe a Portaria n° 116/2017, publicada no DJE no dia 23 de janeiro de 2017. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0617402-35.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0618522-16.2015.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: PETROCARD ADMINISTRADORA DE CRÉDITO LTDA - Vistos, A citação por edital é medida excepcional e só deve ser deferida quando esgotadas todas as diligências que se mostram por disponíveis, a fim de que ocorra a citação dos Executados. No vertente caso, verifico que o Exequente diligenciou em 6 (seis) endereços obtendo respostas negativas em todos eles, a saber: Rua Juruá, nº 22, Distrito Industrial; Rua Letra Chinesa, nº 673-A, Mauazinho, 69075-010; Av. Cosme Ferreira, nº 7457, Gilberto Mestrinho; Av. Tarumã, nº 1841-C, Praça 14 de Janeiro, 69020-000; Rua Cel. Gonzaga, nº 34, Educandos, 69070-038; Rua Miraime, nº 22, São José Operário. Ocorreram buscas nos cadastros de órgãos públicos InfoJud, BacenJud, RenaJud e SIEL, sendo encontrados os mesmos endereços já diligenciados. Ante o exposto, defiro o pedido de citação por edital pelo prazo de 20 (vinte) dias, na forma do art. 256, II e 257, CPC. Advirto que em caso de revelia, será nomeado curador especial, na forma do art. 257, IV. Registro que a publicação deverá ocorrer na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal de justiça e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, de tudo certificando-se nos autos, conforme o disposto no art. 257, II, CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0621855-10.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0627257-72.2014.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Sustação de Protesto - REQUERENTE: TRIUMPH-

FABRICAÇÃO DE MOTOCICLETAS DE MANAUS LTDA - REQUERIDO: AMORIM COMERCIO DE SEIXO E AREIA E TRANSPORTE LTDA - ME - Ante o o exposto, conheço dos embargos de declaração opostos por Triumph Fabricação de Motocicletas de Manaus Ltda e, no mérito, lhes nego provimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0621864-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Claudiomara Marineide de Souza - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da proposta de acordo juntada as fls. 128, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622557-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Edson de Lima Abreu - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, para: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 10 (dez) repetições; b) condenar a autarquia Ré ao pagamento das prestações do benefício de auxílio-doença acidentário, desde o dia seguinte a cessação indevida, ou seja, 01/02/2016, até a data em que restabelecido o benefício por intermédio desta decisão, acrescidas de correção monetária a partir do vencimento, segundo o INPC (art. 41-A da Lei n.º 8.213/1991) e juros de mora aplicados à caderneta de poupança, com incidência a partir da citação válida (art. 1º-F da Lei n.º 9.494/97 e Súmula 204 - STJ); c) consignar que, diante da impossibilidade de percepção simultânea de remunerações e benefícios previdenciários, dado o caráter substitutivo de renda destes últimos, sejam deduzidas do período acima indicado as parcelas de benefício relativas aos meses em que o Autor verteu contribuições ao Regime Geral da Previdência Social - RGPS; e d) condenar a autarquia Ré à concessão do benefício de auxílio-acidente ao Autor, a ser implantado no dia seguinte ao da cessação do benefício de auxílio-doença acidentário, nos moldes do art. 86, §2º, da Lei n.º 8.213/1991. Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, neste quantum compreendidas as parcelas vencidas até a prolação da decisão judicial concessiva do benefício, em consonância com a Súmula n. 111/STJ, correndo juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM) - Processo 0623039-30.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Veículos - REQUERENTE: Tayara Caroline Gomes Nogueira - REQUERIDO: Carlos Cesar Marques da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: ADRIANO GERALDELLI (OAB 99223/MG) - Processo 0631558-86.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa Regional de Cafeicultores Em Guaxupé Ltda - Cooxupé - Vistos, Ressente-se a presente Carta Precatória do despacho judicial e do instrumento de mandato conferido ao advogado do Exequente, nos documentos juntados em fls.01/04, ex vi do art. 260, II do CPC. Nesse contexto, determino que se oficie ao r. Juízo Deprecante, a fim de que sejam encaminhados os documentos acima referidos em prazo de 15 (quinze) dias. Ultimada referida juntada, cumpra-se na forma como deprecado. Providências legais. Cumpra-se.

ADV: JÚNIO LAUREANO DE SOUZA BARBOSA (OAB 12332/AM), ADV: CAMILA ALICE DA COSTA MOTA (OAB 12698/AM), ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0633098-43.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ronilson Cardoso da Mota - REQUERIDO: Suelton Abrahmahnehr de Souza Leite e outro - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: NILTON MENDES PINTO (OAB 7315/AM), ADV: MAGALY MOREIRA DE VASCONCELOS (OAB 8014/AM) - Processo 0633977-79.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Osney Marinho da Costa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DAYANA MÁRCIA EVANGELISTA DE OLIVEIRA (OAB 10892/AM), ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM) - Processo 0634470-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francineide Evangelista de Alcantara - REQUERIDO: Brasil Norte Bebidas Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do laudo pericial de fls. 139/159, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIELLY P. GALVÃO DA C. MARQUES (OAB 4007/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0638384-02.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aline da Silva Costa e outro - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Aline da Silva Costa e Elias Silva da Costa em face de Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda, Capital Rossi Empreendimentos S/A e Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. Intimem-se os Executados, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promovam o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelos Exequentes, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso os Executados efetuem o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor dos Exequentes. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intimem-se os Exequentes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intimem-se os Exequentes para que apresentem no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC. Em seguida, proceda-se à penhora por meio do sistema BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intimem-se os Executados para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora, efetue-se a pesquisa de bens em nome dos Executados, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do sistema RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome dos devedores. Após, intimem-se os Exequentes para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeiram o que entenderem de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intimem-se pessoalmente

os Exequentes, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifestem sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0638976-75.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM) - Processo 0640065-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade e Anulação de Partilha e Adjudicação de Herança - REQUERENTE: Yara Fonseca de Albuquerque Soares - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0641619-45.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0642292-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Nazareno da Conceição Damasceno de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0642397-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Clalbe Bandeira da Costa - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos moldes do art. 487, inc. I, do CPC, para: a) determinar seja mantido o benefício previdenciário de auxílio-doença concedido ao Autor, até que submetido a processo de reabilitação profissional, nos moldes do art. 62, parágrafo único, da Lei n.º 8.213/1991; e b) determinar ocorra a conversão do benefício de auxílio-doença previdenciário (31) concedido ao Autor em acidentário (91) desde 27/06/2014. Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios no importe de 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º do CPC, incidindo juros moratórios do trânsito em julgado desta decisão, ex vi art. 82, §16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0643395-41.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos, Cuidam os presentes autos de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. em face de Carlos Alberto Saldanha Farias. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 43/44) e sumariamente demonstrado o inadimplemento do Requerido (fls. 43/44), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se o Réu para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se o Réu para responder a ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Diante da comprovação de pagamento das custas da diligência (fls. 63/65), expeça-se o competente mandado na forma da Lei. Por fim, caso o Réu não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse do Requerido, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Banco Autor, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0647265-94.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Evidence Ponta Negra - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Condomínio Evidence Ponta Negra em face de Banco Bradesco S/A. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembléia geral, com força executiva atribuída pelo art. 784, X do CPC e demonstrativo de débito atualizado (fls. 11/12). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Portanto, determino que se proceda a citação da empresa Executada, nos termos do art. 829 do CPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do CPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono do Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do CPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se a parte Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 (dez) dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do CPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do CPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 (dez) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648159-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe novamente ao Banco Requerente emendar a exordial, na medida em que não observo esclarecimento quanto as 49 (quarenta e nove) prestações no demonstrativo de débito, pois que pactuado na Cédula de Crédito nº 2905649676 plano de parcelamento de 48 (quarenta e oito) prestações. Isso posto, determino que se intime, derradeiramente, o Banco Requerente para que ultime referida diligência, em prazo de 15 (quinze) dias. Int. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARIA AUXILIADORA DOS SANTOS BENIGNO (OAB 236604/SP), ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM) - Processo 0648162-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudine Nonato de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, acolho os presentes embargos de declaração opostos por Claudine Nonato de Castro e, no mérito, lhes dou provimento, para conceder-lhe o beneplácito da gratuidade de justiça e suspender a exigibilidade das custas processuais pelo prazo de 5 (cinco) anos, contados do trânsito em julgado desta ação. Ao final desse prazo, extinguir-se-á esta obrigação. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0653304-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Francisco de Assis Fernandes da Silva - Ante o exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos contidos na exordial, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inc. I, do CPC, para: a) antecipar os efeitos da tutela, determinando que a autarquia Ré restabeleça, no prazo de 15 (quinze) dias, o benefício previdenciário de auxílio-doença acidentário em favor do Autor, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), no limite de 10 (dez) repetições; e b) condenar a autarquia Ré à concessão do benefício de auxílio-acidente ao Autor, a ser implantado no dia seguinte ao da cessação do benefício de auxílio-doença acidentário, nos moldes do art. 86, §2º, da Lei n.º 8.213/1991. Diante da sucumbência mínima do Autor, condeno a autarquia Ré ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da causa, com incidência de juros moratórios a partir do trânsito em julgado dessa decisão, conforme o disposto no art. 85, caput e § 16, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriano Geraldelli (OAB 99223/MG)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Camila Alice da Costa Mota (OAB 12698/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Danielly P. Galvão da C. Marques (OAB 4007/AM)
David Veras Bezerra (OAB 19347/CE)
Dayana Márcia Evangelista de Oliveira (OAB 10892/AM)
Djalma Albuquerque Braule Pinto (OAB 5281/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Endrew dos Santos Mesquita (OAB 14260/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Henrique Coelho da Rocha Gobbi (OAB 7361/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jhena Christiane Cunha dos Santos (OAB 8805/AM)
Jhones Macário da Silva Muneymne (OAB 7879/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Júnio Laureano de Souza Barbosa (OAB 12332/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Carvalho Francisco Soares (OAB 4926/AM)
Magaly Moreira de Vasconcelos (OAB 8014/AM)
Malba Tânia Oliveira Gato (OAB 6409/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Marcelo Candiotto Sociedade de Advogados (OAB 104784/MG)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Marcelo Rodrigues de Oliveira (OAB 146203/SP)
Maria Auxiliadora dos Santos Benigno (OAB 236604/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nilton Mendes Pinto (OAB 7315/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rainer Cunha Oliveira (OAB 6385/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Robson Jose Tessima (OAB 139001/SP)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
RUBXLEY CASTRO DE OLIVEIRA (OAB 11469/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0205/2019

ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0203304-57.2008.8.04.0001 (001.08.203304-9) - Petição Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas - AFEAM - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Requerente/Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligências de Renajud/Bacenjud/Infojud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, III e IV, do CPC. Após a comprovação, proceda-se o bloqueio de veículos via RENAJUD. Para fins de penhora, proceda o autor com o recolhimento das custas do oficial de justiça.

ADV: FERNANDO AUGUSTO CORREIA CARDOSO FILHO (OAB 1299ARN), ADV: JOSE CARLOS DE MEIRELES E FREITAS (OAB 2790/CE) - Processo 0205149-41.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Atos executórios - REQUERENTE: SP Indústriae Diostribuidora de Petróio Ltda e Outro - Intime-se o Requerente, através dos advogados legalmente constituídos, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, sob pena de devolução e baixa dos autos, com base no art. 485, III, §3, do CPC/2015.

ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: ANDRÉA TATTINI ROSA (OAB 210738/SP), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: TALVANI FRANCO LEITO BRITO (OAB 50918/PR), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 1733E/AM) - Processo 0206949-22.2010.8.04.0001 (001.10.206949-3) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jose

Milton Maia Rabelo - REQUERIDO: EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (EUCATUR) - Companhia Mutual Seguradora - Dessa forma, DEFIRO o pedido, para os fins de DETERMINAR a expedição de MANDADO DE INTIMAÇÃO E PENHORA para que se proceda ao BLOQUEIO na proporção de 30% (trinta por cento) sobre o faturamento da empresa EXECUTADA até o LIMITE DO DÉBITO no valor de R$ 523.609.48 (quinhentos e vinte e três mil seiscentos e nove reais e quarenta e oito centavos). Quanto ao pedido de INCIDÊNCIA da PENHORA sobre PATRIMÔNIO DIVERSO ao da EXECUTADA, este deve observar o RITO previsto ao art. 133 e seguintes c/c 790 - VI, do CPC. Efetivada quaisquer das medidas, providenciem-se o DEPÓSITO em CONTA JUDICIAL vinculada a este feito. I. C.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM) - Processo 0208693-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Rosiane de Farias Torres - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CHARLES PAMPLONA ZIMMERMANN (OAB 8685/SC) - Processo 0216341-44.2014.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Fundação Universidade do Vale do Itajai - Univali - Assim, INDEFIRO o pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Posto isso, intime-se o Requerente, na pessoa seu advogado, para realizar o pagamento dos emolumentos do oficial de justiça necessárias a prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de devolução e baixa dos autos.

ADV: LUIZ GERALDO TAVORA ARAÚJO (OAB 557/RR), ADV: HENRIQUE EDUARDO F. DE FIGUEIREDO (OAB 270B/RR) - Processo 0237606-34.2016.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - AUTOR: Interlocal Serviços Ltda - Intime-se o Requerente, através dos advogados legalmente constituídos, para no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar o seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, sob pena de devolução e baixa dos autos, com base no art. 485, III, §3, do CPC/2015.

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: LEANDRO RIBEIRO GOLDONI (OAB 281682/SP) - Processo 0614770-02.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: CLOVIS BRANDÃO DA SILVA - REQUERIDO: FERNANDO HERMIDA OGANDO e outro - Proposta de acordo frustrada. ESPECIFIQUEM as partes, no prazo de 15 dias, as provas que pretendem produzir. Em não havendo outras provas a produzir, DECIDO pelo julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, inc. I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615874-24.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM), ADV: FRANCISCA NILCE PINHEIRO ROCHA (OAB 9906/AM) - Processo 0617322-32.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0624143-23.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha corretamente as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TIAGO DE SOUZA MELO (OAB 14303/AM) - Processo 0624320-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Vanessa Leal de Queiroz Herminio - Ressalte-se que a gratuidade concedida às fls. 48 isenta a parte autora apenas no tocante a custas processuais iniciais, taxa judiciária e emolumentos do Oficial de Justiça. Nesse sentido, as demais despesas processuais deverão ser suportadas por quem requer o ato a ser praticado, por entender que não afetam sua capacidade de subsistência. Dito isso, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como aquelas referentes à expedição de ofícios (ARs), providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: REBEKAH PESSOA REIS AGUIAR (OAB 18454/MS), ADV: WILLIAMS COSTA DA SILVA (OAB 11376/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0625208-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Raimundo Auzier de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o requerido para que se manifeste quanto aos honorários, depositando o respectivo valor e juntando aos autos o pertinente comprovante, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM) - Processo 0626361-53.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Daniel Gomes Teixeira de Andrade - Vistos. DEFIRO ao Autor o pedido referente a ISENÇÃO da prestação de CAUÇÃO. EXPEÇA-SE MANDADO DE DESOCUPAÇÃO, após a comprovação do recolhimento das custas de diligência do Oficial de Justiça. I. C.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0630794-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Washington Luiz Santos da Silva - Ante os documentos apresentados, concedo os benefícios da Assistência Judiciária gratuita em favor da parte Requerente. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da inicial: a) informar com precisão quando a parte autora celebrou contrato com a requerida e a partir de quando começaram os descontos indevidos e os valores das prestações; Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0630823-53.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito do requerente tal como discriminado na exordial, atualizado monetariamente a partir da propositura da demanda e acrescido de juros moratórios na base de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz de Direito

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0631881-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito do requerente tal como discriminado na exordial, atualizado monetariamente a partir da propositura da demanda e acrescido de juros moratórios na base de 1% ao mês, a partir da citação. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Advindo o trânsito em julgado, arquivem-se estes autos com a devida baixa no SAJ e no setor de Distribuição. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019. Márcio Rothier Pinheiro Torres Juiz de Direito

ADV: ADRIELLY EDUARDA DA SILVA ALMEIDA (OAB 14513/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM) - Processo 0632857-98.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Ercino João da Silva Júnior e outro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633902-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0634109-10.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Considerando os termos da Portaria nº 116/2017, determino a intimação do Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência de Bacenjud, conforme Tabela III, item 9, da referida Portaria. Após a comprovação, proceda-se à consulta e eventual bloqueio de ativos financeiros do Executado via Bacenjud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0635087-84.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Gabriel Soares Alvarenga Silveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0635283-59.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO DO SPACE CENTER VIEIRALVES - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m), no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISAAC TSUNEO FREIRE ISODA (OAB 14529/AM) - Processo 0635531-49.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Isaac Tsuneo Freire Isoda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EMÍLIA CAROLINA MELLO VIEIRA (OAB 3872/AM) - Processo 0642244-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Fato Atípico - REQUERENTE: Lacio Carlo Lopes Garcia - DESPACHO CITE-SE a parte EXECUTADA, mediante CARTA com AVISO DE RECEBIMENTO, para que, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, efetue o PAGAMENTO DO DÉBITO indicado na PETIÇÃO INICIAL, acrescido de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS, os quais fixo de plano em 10% (dez por cento) sobre o valor da dívida. Em caso de o (a) EXECUTADO(a) NÃO EFETUAR o PAGAMENTO no PRAZO assinalado, AUTORIZO de logo a realização de PENHORA on line, via BACENJUD, em conformidade com o art. 854, do CPC. Façam-se presentes na CARTA, os preceitos contidos nos arts. 914 e 915 do CPC, que fixam PRAZO e INSTRUMENTO para que a parte EXECUTADA, querendo, apresente sua OPOSIÇÃO à EXECUÇÃO. Expeça-se a CARTA DE CITAÇÃO. DEFIRO o benefício da Justiça Gratuita em favor do Autor. P.I.C. MÁRCIO R. P. TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0646050-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Solange Wanderley Ribeiro - Diante disso, por ausente prova incontroversa - à primeira vista, do alegado, bem como do perigo de dano irreparável e de difícil reparação, INDEFIRO por ora, o pedido de ANTECIPAÇÃO da TUTELA. Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Cite(m)-se, intime(m)-se e cumpra-se.

ADV: SARAH GOMES GUIMARÃES (OAB 14728/AM), ADV: LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM), ADV: CRISTIANE MORAES DE OLIVEIRA (OAB 9080/AM) - Processo 0646237-28.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Raimundo do Espirito Santo Guimaraes - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD/RENAJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM), ADV: LUÍS ALBERTO CORRÊA (OAB 5117/AM) - Processo 0646325-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Auricelia Pereira Barbosa - DECISÃO Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 487, inciso I, do CPC, resolvendo o MÉRITO da causa, momento em que confirmo a tutela de urgência anteriormente concedida e JULGO PROCEDENTE a presente ação para DECLARAR a INEXISTÊNCIA DO DÉBITO de energia elétrica no valor de R$739,00 (setecentos e trinta e nove reais), CONDENO a REQUERIDA a INDENIZAR a AUTORA, a título de DANOS MORAIS, no valor de R$1.478,00 (um mil quatrocentos e setenta e oito reais) corrigidos monetariamente e com juros de mora desde a citação. CONDENO a requerida ao ônus da SUCUMBÊNCIA,

custas e despesas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 20% sobre o valor que atingir condenação. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019. MÁRCIO ROTHIER PINHEIRO TORRES JUIZ DE DIREITO

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0648064-40.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Tatiana Meirelles de França - Firme no exposto, indefiro o pedido de gratuidade judiciária. Intime-se o demandante para pagamento das custas no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA PEREIRA DE CARVALHO (OAB 13338/AM) - Processo 0648723-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Uzamor Leandro de Souza Pessoa Junior - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO afirmando que não têm condições de arcar com o pagamento das despesas judiciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família; II. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; III. CONTRACHEQUE e/ou carteira de trabalho; IV. DECLARAÇÃO de imposto de renda; V. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: WALTER JUNIO ELESBAO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM) - Processo 0648841-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Souza de Almeida Filho - Ademais, o EE. TJ/AM, por força da PORTARIA 490/2017-PTJ, regulamentou o parcelamento das custas processuais, razão pela qual DEFIRO o PARCELAMENTO das CUSTAS JUDICIAIS INICIAIS em 6 (SEIS) PARCELAS IGUAIS e SUCESSIVAS. NO ENTANTO, tenho por INDEFERIR devido recolhimento somente após a apreciação do pedido liminar, razão pela qual ASSINALO ao AUTOR o prazo de 10 (DEZ) DIAS para promover ao RECOLHIMENTO da primeira parcela, sob pena de cancelamento e baixa na distribuição (CPC, art. 290 c/c 485, inc. IV). Após, com a devida comprovação, voltem os autos conclusos de imediato. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0656940-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Jg Comércio de Produtos Alimentícios Ltda - INTIME-SE o EXECUTADO, por CARTA COM AVISO DE RECEBIMENTO, para PAGAR voluntariamente o MONTANTE DA CONDENAÇÃO, conforme MEMÓRIA DE CÁLCULOS apresentada pela EXEQUENTE, no prazo de 15 (quinze) dias. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo legal, o DÉBITO será acrescido de MULTA de 10 % (dez por cento) e, também, de HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS de 10% (dez por cento), conforme preconiza o §1º, do art. 523 do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica autorizado, acaso necessário, a busca de bens e/ou valores suficientes a satisfação do crédito exequendo pelos meios eletrônicos (BacenJud/RenaJud). Restando infrutíferas as buscas, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Faça-se presente o dispositivo 525 do Código de Processo Civil, que fixa prazo e instrumento para que a parte Executada, querendo, OPONHA-SE à EXECUÇÃO. Expeça-se a CARTA DE CITAÇÃO. Custas pagas a fls. 47/49. I.C.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0704586-34.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
ADRIANA MÁRCIA COSTA CÂNCIO (OAB 6119/AM)
Adrielly Eduarda da Silva Almeida (OAB 14513/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Andréa Tattini Rosa (OAB 210738/SP)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Charles Pamplona Zimmermann (OAB 8685/SC)
Cristiane Moraes de Oliveira (OAB 9080/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Emília Carolina Mello Vieira (OAB 3872/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fernando Augusto Correia Cardoso Filho (OAB 1299ARN)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisca Nilce Pinheiro Rocha (OAB 9906/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Eduardo F. de Figueiredo (OAB 270B/RR)
Isaac Tsuneo Freire Isoda (OAB 14529/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
Jose Carlos de Meireles e Freitas (OAB 2790/CE)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
Leandro Ribeiro Goldoni (OAB 281682/SP)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
LUCIANA CLAUDIA MAIA DE O. GURGEL (OAB 13292/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Alberto Corrêa (OAB 5117/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Geraldo Tavora Araújo (OAB 557/RR)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rebekah Pessoa Reis Aguiar (OAB 18454/MS)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Sarah Gomes Guimarães (OAB 14728/AM)

Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Talvani Franco Leito Brito (OAB 50918/PR)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Tiago de Souza Melo (OAB 14303/AM)
Valéria Pereira de Carvalho (OAB 13338/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 1733E/AM)
Walter Junio Elesbao da Silva (OAB 11427/AM)
Williams Costa da Silva (OAB 11376/AM)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0234/2019

ADV: FRANCISCO NASCIMENTO MARQUES (OAB 1192/AM) - Processo 0025767-84.2002.8.04.0001 (001.02.025767-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERIDO: Waldemar Moss Filho - Intime o Requerido para, no prazo de cinco dias, manifestar-se acerca da proposta de acordo às fls. 284/285. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0046211-41.2002.8.04.0001 (001.02.046211-6) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: KÊNIO MARCOS SANTOS E SILVA (OAB 6406/AM), ADV: ARI AMARANTO MOURA DA SILVA (OAB 2988/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0221683-46.2008.8.04.0001 (001.08.221683-6) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Lycia Betriz Lisbôa da Silva - REQUERIDO: Comercial Rolim Ltda - Intime-se a parte Exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 272-275, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0222510-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Arnaldo Brasil Pereira - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 14:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0222750-94.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ANICE MARIA ALVES MENEZES (OAB 54646/RJ), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM) - Processo 0224322-66.2010.8.04.0001 (001.10.224322-1) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Nayane Gomes da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ELIEZER LEÃO GONZALES (OAB 212A/AM), ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0242116-66.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Maria Virginia Freires dos Santos - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls.253/258 e proceder com as providências necessárias.

ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0250939-97.2009.8.04.0001 (001.09.250939-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - EXECUTADO: Eduardo Monnteiro Melo Serviços EI e outro - Considerando que o Executado não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 253, apesar de devidamente intimado (fl. 231), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud às fls. 228-229 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: DIONÉIA DE SOUZA PINHO (OAB 3040/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM) - Processo 0303204-81.2006.8.04.0001 (001.06.303204-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Murtrans Ltda - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM) - Processo 0600023-18.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: TRADING DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, FLS POMPEU-EPP, CNPJ 07.516.151/0001-46. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0600483-05.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR) - Processo 0601064-83.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a

sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601905-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Carlos Alberto Souza Torres - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Carlos Alberto Souza Torres ajuizou a presente Ação Declaratória contra Banco Bradesco Financiamentos S/A, em fase de cumprimento de sentença. Ocorre que, na forma do art. 924, II, do CPC, tratou o Executado de remir a execução (fl. 77). Ante o exposto, nos termos do 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA a presente execução. Expeça-se Alvará em favor do Exequente, para levantamento dos valores depositados em juízo, conforme requerido à fl. 80. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0602824-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Bancários - REQUERENTE: Patricia Luzia da Silva Nascimento - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 15:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0602951-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERIDO: Clinica de Ultra Som de Olhos Ltda. (Clinica de Olhos Dr. David Tayah) - DAVID TAYAH - Intime-se a perita acerca da juntada do exame complementar às fls. 234/235, bem como o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação do laudo. Cumpra-se.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0604813-11.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: FUNDACAO DE CREDITO EDUCATIVO - FUNDACRED - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: VANESSA FREIRE LITAIFF (OAB 5722/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0604864-51.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - EXECUTADA: Ana Nubia Bichara Farias - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: MICHAELEN DE JESUS HARRAQUIAN CABO VERDE (OAB 5604/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: CABO VERDE ADVOGADOS (OAB 143/AM), ADV: ANDRÉA REGINA DA SILVA PICANÇO (OAB 4557/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0606539-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Elson Hudson Maciel de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SALES DE SOUZA (OAB 8760/AM), ADV: ANDREIA JACOB DE SOUZA (OAB 4870/AM), ADV: KARINA ARAÚJO BLASCH (OAB 4362/AM) - Processo 0606831-97.2018.8.04.0001 - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Comemore Alimentações Ltda. - REQUERIDO: Menta e Araújo Comércio de Alimentos Ltda - Indefiro a produção de prova testemunhal para comprovar o pagamento dos valores questionados na execução, vez que no caso em tela basta analisar a prova documental acostada pelas partes. Ressalto ainda, com fulcro no art. 371 do CPC, sendo o juiz o destinário final das provas, entendo que as testemunhas em nada acrescentariam para elucidar os fatos narrados, diante das provas já colacionadas. Voltem-me os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0607109-69.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pneu Forte Ltda - Tendo em vista a instauração do incidente da desconsideração da personalidade jurídica, registrado sob o nº 0224491-38.2019.8.04.0001, SUSPENDO a presente execução, com supedâneo no art. § 3º, art. 134, do Código de Processo Civil. AGUARDE-SE, portanto, o julgamento do incidente em questão, para então prosseguir com a Execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0607126-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERIDA: Telefônica Brasil S/A (VIVO) - Intime a parte requerida/executada para manifestar-se acerca da proposta de acordo à fl. 385, no prazo de 5 (cinco) dias. Cumpra-se.

ADV: FRANCIMAR MACIEL FERREIRA (OAB 10155/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0607482-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Previdência privada - REQUERENTE: Tiago Queiroz de Oliveira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 26.433,05 (vinte e seis mil, quatrocentos e trinta e três reais e cinco centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 297-298. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0607982-74.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo

a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME RÉGIO PEGORARO (OAB 34897/PR) - Processo 0609665-10.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - EXEQUENTE: Lux Agropecuária S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 841, §2º, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0610011-24.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito referente ao Contrato de Empréstimo Pessoal, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o ajuizamento da ação, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0610675-60.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO TOYOTA DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: GRAF CORREA DA COSTA FILHO - Expeça-se o competente mandado, observando-se o endereço indicado à fl.262. Intime-se a Parte Autora para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas.

ADV: ARTHÊMIO WAGNER DANTAS DE OLIVEIRA (OAB 2026/AM) - Processo 0611027-81.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: ORGANIZAÇÃO CONTÁBIL N&A LTDA - Intime-se o Exequente, pessoalmente, para cumprir a parte final da decisão de fl. 326, no prazo de 05 (cinco) dias, sob de extinção. Cumpra-se.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (OAB A1188/AM) - Processo 0611067-29.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S.a - Basa - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, PAULA FRASSINETTI CORREA LIMA OMENA, CPF 436.381.632-53, PAULA FRASSINETTI CORREA LIMA OMENA - ME, CNPJ 08.574.054/0001-72 e STEPHEN RAFAEL SACHA BRYAN, CPF 347.518.742-68. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0611132-53.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Prossiga o Autor no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0611701-88.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ana Cíntia de Oliveira Melo - O pedido de reconsideração não encontra albergue em nosso ordenamento, salvo nos casos em que há a modificação da situação fática sob a qual se dá a decisão cuja reconsideração se persegue. (Art. 505, NCPC). No mais as irresignações devem ser dirigidas à instância recursal pela via adequada, razão pela qual indefiro o pedido e mantenho a decisão de fls. 46-47. Aguarde-se a audiência de instrução e julgamento.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0611896-15.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MARIA ELIZANDRA NOGUEIRA MONTEIRO - Compulsando os autos verifico que até a presente data não foi gerada a certidão administrativa de envio eletrônico do Ofício RPV expedido. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido nas fls. 186/187 e proceder com as providências necessárias.

ADV: BRUNO VEIGA PASCARELLI LOPES (OAB 7092/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM), ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM) - Processo 0614375-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Paulo Roberto Chaves do Carmo - REQUERIDO: Hebert Teixeira Lamblet - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0615034-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Andre Almeida de Oliveira - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 11 de setembro de 2019.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: NATHALIA GONÇALVES DE MACEDO CARVALHO (OAB 287894/SP) - Processo 0615825-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Chagas do Santos Neto - REQUERIDO: Cooperativa Mista Jockey Club de São Paulo (Jockey Club Consórcio) e outro - Defiro a produção das provas deponencial e reprodução de mídia requeridas pela parte requerida. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 19/05/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes, seus advogados/defensores públicos, que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: KARLA MAIA BARROS (OAB 6757/AM) - Processo 0616998-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - AGRAVANTE: Douglimberg Martins Benaion - AGRAVADO: Banco Industrial do Brasis S.a - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 14:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0619010-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: William Alves Silva - REQUERIDO: Claro S/A. - Intime-se o exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 275-278 e documentos anexos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0619828-88.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM), ADV: ANDRÉA HERTEL MALUCELLI (OAB 388007/SP) - Processo 0620319-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDO: Fenix da Amazonia Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO (OAB 74802/RJ), ADV: DANIELLA RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 8199/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: FLÁVIO EMANOEL DO ESPÍRITO SANTO TERCEIRO (OAB 8515/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: EVELYNE ROSAS DUARTE (OAB 9339/AM), ADV: VIVIAN MENDONÇA MARTINS (OAB 9403/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0620408-21.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0029846-67.2006.8.04.0001) - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Transglobal Serviços Ltda - REQUERIDO: Amazônia Celular S/A - Aguarde-se o julgamento do Agravo de Instrumento.

ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: DANILO ANDRADE MAIA (OAB 1111A/AM) - Processo 0620983-58.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota de Crédito Comercial - REQUERENTE: MVT COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE LIVROS LTDA - REQUERIDO: Saraiva e Siciliano S/A - Oficie-se ao juízo da 2ª Vara de Falência e Recuperações Judiciais do foro central da comarca de São Paulo (SP) para que preste informações sobre a aprovação do plano de recuperação judicial da parte Executada Saraiva e Siciliano S.A., bem como acerca da atual situação do Processo nº 1119642-14.2018.8.26.0100.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: MARIA ELISA MAGALHÃES MARCOLIN (OAB 96862/RS) - Processo 0621953-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: R. L. Comércio, Manuntenção e Representação de Eltro-eletrônicos Ltda Epp - REQUERIDO: Telefônica Brasil S.a. (Vivo S.a) - Torno sem efeito o despacho de fl. 125. Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0622792-54.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD e RENAJUD, dos dados cadastrais da parte requerida, RAIMUNDO NONATO COELHO DE ARAÚJO, inscrito no CPF-MF sob o nº 075.547.022-20. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: INGRID MENDONÇA OSSUOSKY (OAB 7573/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0622857-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bruno Lima Pimentel - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 14:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0623102-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Paulo Pereira Filho - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0623910-55.2019.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: Vianorte Comércio de Calçados e Acessórios Eireli - Epp - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 15:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: ALANA MAGALHÃES SANTANA (OAB 12335/AM) - Processo 0623912-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rosiane Oliveira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - Torno sem efeito o despacho de fl. 223. Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 08:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: SARAH MAIA VIANA (OAB 11440/AM), ADV: MARIANA DE MORAES SCHELLER E SILVA (OAB 405A/RR) - Processo 0624237-05.2016.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Centro Educacional La Salle - REQUERIDA: Thays Coutinho Weber - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da “Semana da Conciliação”, organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência

de conciliação para o 04/11/2019, às 11:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0624724-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 16:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0625592-45.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Wegna Dias Borges da Silva - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0626828-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Max da Costa Campos - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Destituo a Dra. Vania Maria Silva de Carvalho do encargo de perita. Nomeio a Dra PATRICIA CABREJOS MARQUES, médica cadastrada no painel de peritos judiciais do Tribunal de Justiça do Amazonas, para atuar como perita no feito. Intime-se a Sra. Perita para informar se aceita o encargo e, em caso positivo, apresentar proposta de honorários. Desde já, as partes ficam intimadas para, no prazo de 15 (quinze) dias, arguir impedimento ou suspeição do perito, indicar assistente técnico e apresentar quesitos, nos termos do art. 465, § 1º, do NCPC.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0627298-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Francisco Antônio dos Santos Araújo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 10:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUANN ARAUJO DE PAULA MENDES (OAB 13592/AM), ADV: PEDRO HUMBERTO DE CARVALHO FIGUEIREDO (OAB 13318/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0628141-28.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Regina Lúcia de Paula Mendes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intime-se o Requerido para se manifestar sobre a proposta de acordo apresentada à fl. 112, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM) - Processo 0629377-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilberto Oliveira da Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0630467-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Joel Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 11:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0631937-27.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0600184-52.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento em Consignação - EMBARGANTE: Adriane Cristine Cabral Magalhães - EMBARGADO: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Torno sem efeito o despacho de fl. 33. Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 09:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0632012-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Domiciano Souza Bacelar - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 10:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM), ADV: LAÉCIO PEREIRA MINEIRO (OAB 7551/AM), ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 41273/PR) - Processo 0632395-83.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARCELO EVANGELISTA DA SILVA e outros - REQUERIDO: LOURENÇO & MARQUES LTDA - EPP (C V TRANSPORTE) e outros - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 08:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ODEMILTON PINHEIRO MACENA JÚNIOR (OAB 7155/AM), ADV: JOÃO RICARDO CHAMMA DAS NEVES FILHO (OAB 5889/AM), ADV: ORLANDO BRASIL DE MORAES (OAB 5636/AM) - Processo 0632572-18.2013.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: DOUGLAS LOPES ALVARENGA e outro - REQUERIDO: RAUL ALFREDO LUCENA MARTINS - NICOLE SALDANHA ANTONY LUCENA MARTINS - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 220.368,69 (duzentos e vinte mil, trezentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove reais), conforme cálculos apresentados às fls. 258-266. Conste no expediente a advertência de que, caso não

haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0632722-86.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas BACENJUD, dos dados cadastrais das partes executadas, CALDAS BUFFET LTDA-EPP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 30.469.361.0001/42, e, CARLOS BENEDITO CALDAS (Fiador), inscrito no CPF-MF sob o nº 407.506.552-91. Verifico que foi efetuado o pagamento de apenas uma consulta, razão pela qual, INTIME-SE a parte exequente, para promover o recolhimento das custas relativas à segunda diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RENATA LOPEZ ALANIS (OAB 8706/AM), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0632825-98.2016.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Maria Felícia de Nazaré Cardoso Paulain - REQUERIDO: MARIO JORGE VIANA DA SILVA - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 38.812,57 (trinta e oito mil, oitocentos e doze reais e cinquenta e sete centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 208/214. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0632848-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Thereza Janara Sarmanho da Costa Lima - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 14:00h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0635059-19.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0635102-19.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0635245-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelo Randerson Leal Cruz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 05/11/2019, às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0635625-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DANIELLE CRISTHINA DEDA FERREIRA (OAB 46165/PR), ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0635713-40.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Rafael Machado Soares - REQUERIDO: Viação São Pedro Ltda - À Secretaria, para dar cumprimento ao despacho de fl. 225.

ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM) - Processo 0635731-27.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Norte Sul Industria de Reciclagem Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP) - Processo 0637047-46.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Disal Adminiatradora de Consórcios Ltda - DEFIRO o pedido de penhora, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, KLEYRE MAISA DA SILVA CARDOSO, CPF 905.318.682-49. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0637194-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Altevir Silva de Oliveira - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Haja vista a realização, no período de 04/11/2019 à 08/11/2019 da "Semana da Conciliação", organizada em conjunto com o Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de conciliação para o 04/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência deste Juízo, localizada no Fórum Henoch Reis, Avenida Humberto Calderaro, sem número, Bairro São Francisco, 3º andar, Setor 4, ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: GILBERTO BORGES DA SILVA (OAB 58647/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638087-97.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0639811-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640976-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Banco Nossa Caixa S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VALSUI CLÁUDIO MARTINS (OAB 2905/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0642281-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE:

Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Valsui Cláudio Martins - Assim, pelo exposto, com espeque no art. 487, inciso III, a do CPC, HOMOLOGO O RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO, em razão da purga da mora das parcelas referentes ao contrato nº 338140999 e EXTINGO o processo com resolução do mérito. REVOGO a liminar anteriormente concedida. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição processual.

ADV: CICERO GEHLEN DAPPER (OAB 62564/RS) - Processo 0642628-03.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602690-98.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGADO: Prodromus Comércio de Equipamentos para Automação Ltda. - Em consonância com o artigo 919, § 1º do CPC, deixo de atribuir o efeito suspensivo aos presentes embargos. Intime-se o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do § 2º do art. 1.023 do CPC.;

ADV: PAULA OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 287652/SP), ADV: CICERO GEHLEN DAPPER (OAB 62564/RS) - Processo 0642628-03.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0602690-98.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Procter e Gamble do Brasil S/A - EMBARGADO: Prodromus Comércio de Equipamentos para Automação Ltda. - I Chamo o processo à ordem. II Torno sem efeito a decisão de fl. 69. III - Atribuo o efeito suspensivo aos presentes embargos, nos termos do artigo 919, § 1º do CPC, tendo em vista a Execução (Proc. N. 0602690-98.2019.8.04.0001) está garantida (fls. 73-86). À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: CRISTIANE DAS CHAGAS BOTELHO (OAB 4215/AM) - Processo 0642864-52.2019.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Erica Duarte da Costa - Defiro os Benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98, caput do Novo Código de Processo Civil. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Designo Audiência de Conciliação, nos termos do art. 334 do NCPC, para o dia 07/10/2019 às 09:30h. Cite-se o requerido (a) por Carta, com Aviso de Recebimento, dando-lhe ciência da data aprazada. Intime-se, por nota , o autor (a) e seu advogado (a) para que compareça à audiência. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: MÁRCIA REGINA CASTRO ALBUQUERQUE (OAB 8769/AM), ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0646717-06.2018.8.04.0001 - Renovatória de Locação - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Melo e Macedo Comércio de Calçados e Acessórios Ltda - Me (capodarte) - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 549/550, firmado entre as partes nos autos da Renovatória de Locação ajuizada por Melo e Macedo Comércio de Calçados e Acessórios Ltda - Me (capodarte) e em desfavor de Pátio Sertório Shopping Ltda - Manauara Shopping. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647228-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Cleidineia Barbosa Esquerdo - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647286-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: João Cardoso Vieira de Melo Filho - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647881-69.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0649617-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Suprir Comércio e representações Ltda - REQUERIDO: Samsung Medison Brasil Com Imp.exp. Equip Medicos Ltda - Diante da certidão de fl. 119, intime-se a parte autora para comprovar o pagamento das custas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0655406-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Francisco Justino de Abreu - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 243-244, firmado entre as partes nos autos da Procedimento Comum Cível ajuizada por Francisco Justino de Abreu e em desfavor de Banco Bradesco S/A e Sabemi Seguradora S/A. Após o cumprimento integral da avença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0656925-49.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Jozelia Faustino Fonseca - REQUERIDO: Luis Carlos Silva dos Santos - Defiro a produção da prova testemunhal requerida pela parte autora. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 31/03/2020, às 10:30h, na Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM), ADV: ANA PAULA DE OLIVEIRA PINHEIRO (OAB 9893/AM), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES (OAB 107088/RJ), ADV: PAULO DÓRON REHDER DE ARAÚJO (OAB 246516/SP), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0700494-47.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Karim Tabhata Chagas Lopez - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda - Construtora Aliança - Defiro a produção das prova testemunhal requeridas pelas partes. Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 04/02/2020, às 10:30h, na

Sala 1 de Audiências da 3ª Unidade de Processamento Judicial (UPJ) devendo as partes, no prazo comum e 15 (quinze) dias, apresentarem rol de testemunhas (CPC, art. 357, §4º) O número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato (CPC, art. 357, § 6º). Intimações necessárias, dispensando a intimação por este juízo das testemunhas arroladas (CPC, art. 455). Advirto as partes e seus advogados/defensores públicos que o não comparecimento poderá levar à dispensa da produção das provas requeridas. Depois, deliberarei sobre a necessidade de produção de outras provas; se for o caso (CPC, art. 370, caput, e parágrafo único).

ADV: IRENE CRISTINA M. L. PESTANA (OAB 257395/SP), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CRISTIANE HRISTOV (OAB 193336/SP), ADV: LUIS GUSTAVO CIGANA CRIVELLARO (OAB 250156/SP) - Processo 0716680-14.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda, Agente de CMA CGM Societè Anonyme - REQUERIDO: Ever Eletric Apliances Ind. e Com. de Veículos Ltda - Remetam-se os autos à Contadoria, para que seja apurado o valor atualizado da condenação, nos moldes da sentença de fls. 170-171.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0719932-25.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA VASQUEZ, inscrita no CPF-MF sob o nº 806.191.502-20. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alana Magalhães Santana (OAB 12335/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Paula de Oliveira Pinheiro (OAB 9893/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Ana Tereza Palhares Basílio (OAB 74802/RJ)
Anderson Sales de Souza (OAB 8760/AM)
Andréa Hertel Malucelli (OAB 388007/SP)
Andréa Regina da Silva Picanço (OAB 4557/AM)
Andreia Jacob de Souza (OAB 4870/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Anice Maria Alves Menezes (OAB 54646/RJ)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Ari Amaranto Moura da Silva (OAB 2988/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Arthêmio Wagner Dantas de Oliveira (OAB 2026/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Veiga Pascarelli Lopes (OAB 7092/AM)
Cabo Verde Advogados (OAB 143/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cicero Gehlen Dapper (OAB 62564/RS)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
cláudia de santana (OAB 41273/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane das Chagas Botelho (OAB 4215/AM)
CRISTIANE HRISTOV (OAB 193336/SP)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniella Rodrigues de Araújo (OAB 8199/AM)
Danielle Cristhina Deda Ferreira (OAB 46165/PR)
Danilo Andrade Maia (OAB 1111A/AM)
DEIVESON WUANDERSON DE SENA LIMA (OAB 14258/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dionéia de Souza Pinho (OAB 3040/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eliezer Leão Gonzales (OAB 212A/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Evelyne Rosas Duarte (OAB 9339/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flávio Emanoel do Espírito Santo Terceiro (OAB 8515/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francimar Maciel Ferreira (OAB 10155/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Francisco Nascimento Marques (OAB 1192/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Gilberto Borges da Silva (OAB 58647/PR)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Guilherme Régio Pegoraro (OAB 34897/PR)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Moura Azevedo Nunes (OAB 107088/RJ)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingrid Mendonça Ossuosky (OAB 7573/AM)
Irene cristina M. L. Pestana (OAB 257395/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Ricardo Chamma das Neves Filho (OAB 5889/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)

José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina Araújo Blasch (OAB 4362/AM)
Karla Maia Barros (OAB 6757/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Kênio Marcos Santos e Silva (OAB 6406/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laécio Pereira Mineiro (OAB 7551/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luann Araujo de Paula Mendes (OAB 13592/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luis Gustavo Cigana Crivellaro (OAB 250156/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Ronaldo Alves Cunha (OAB A1188/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Márcia Regina Castro Albuquerque (OAB 8769/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Elisa Magalhães Marcolin (OAB 96862/RS)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Mariana de Moraes Scheller e Silva (OAB 405A/RR)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michaelen de Jesus Harraquian Cabo Verde (OAB 5604/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nathalia Gonçalves de Macedo Carvalho (OAB 287894/SP)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Odemilton Pinheiro Macena Júnior (OAB 7155/AM)
Orlando Brasil de Moraes (OAB 5636/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Paula Oliveira Pinheiro (OAB 287652/SP)
Paulo Dóron Rehder de Araújo (OAB 246516/SP)
Pedro Humberto de Carvalho Figueiredo (OAB 13318/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Renata Lopez Alanis (OAB 8706/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sarah Maia Viana (OAB 11440/AM)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)
Valsui Cláudio Martins (OAB 2905/AM)
Vanessa Freire Litaiff (OAB 5722/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
Vivian Mendonça Martins (OAB 9403/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0232794-22.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Cma - Cgm Societé Anonyme - REQUERIDO: Fort Indústria e Comércio de Cimento e Argamassa Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0233628-83.2015.8.04.0001 (processo principal 0622883-47.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Tendo em vista o resultado negativo da consulta via BACENJUD (fls. 79/80), em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do executado, defiro em parte o pedido no sentido de determinar a consulta via ERIDFT para localização de bens imóveis em nome da parte passiva, desde que juntados pela exequente as despesas de processamento eletrônico, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida quanto à existência de bens, juntando-se aos autos os respectivos recibos, podendo a exequente pleitear o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: MÁRCIO ARDUÍNO (OAB 3364/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0244102-50.2014.8.04.0001 (processo principal 0020280-94.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: JOUSANETE LIMA DIAS - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - defiro o pedido de fls. 262/263, para fins de autorizar o levantamento pela exequente do valor de R$ 60.093,86 (sessenta mil, noventa e três reais e oitenta e seis centavos), decorrente da obrigação imposta na sentença, tendo em vista a atualização de R$ 53.140,02 (cinquenta e três mil, cento e quarenta reais e dois centavos) até 20/06/2016 (planilha, fl. 257), liberando-se o excedente à devedora Telemar Norte Leste S/A. À Secretaria para consultar o saldo atualizado dos valores depositados; em caso positivo, expeçam-se dois alvarás: um em nome da exequente, por seu advogado habilitado, no valor de R$ 60.093,86 (sessenta mil, noventa e três reais e oitenta e seis

centavos), e o outro, em nome do advogado da executada com poderes nos autos, no valor do saldo remanescente. De fecho, expeça-se ofício ao Juízo 7ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro (Recuperação Judicial - Processo n.º 0203711-65.2016.8.19.0001) para ciência desta decisão. Inexistindo irresignação das partes, certifique-se e baixe-se em definitivo esta demanda. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0244207-27.2014.8.04.0001 (processo principal 0251703-20.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - defiro o pedido de consulta pelo sistema E-RIDFT acerca da relação de bens imóveis da parte passiva. Por oportuno, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico, conforme Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ. Após a comprovação, proceda-se à consulta acima aludida, juntando-se aos autos os respectivos recibos. Com a resposta, dê-se vista à parte exequente para requerer o que de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600797-14.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO RURAL S/A EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0602037-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Jovanio Reis de Matos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0604458-35.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0605979-73.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0607038-96.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Wanderley Sousa Chaves - REQUERIDO: Vision Clínica de Olhos Ltda - entendo preclusa a oportunidade da produção da prova pericial. No processo em epígrafe, a questão de mérito consiste em matéria de direito e de fato, não necessitando de dilação probatória em audiência. Desta feita, decido pelo julgamento antecipado do mérito da demanda, nos termos do art. 355, I, do CPC, determinando que os autos sejam conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608056-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - determino o desbloqueio dos valores constritos às fls. 66/68. No que se refere ao pedido de RENAJUD, defiro o pleito, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando, ainda, a displicência da executada. Proceda-se à consulta acima aludida, devendo ser realizado registro da penhora relativa ao débito exequendo em caso de serem localizados veículos livres e desembraçados. Retornando resposta positiva (bens livres), intime-se o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ; e, após a juntada do respectivo comprovante, expeça-se o mandado de penhora, avaliação e intimação. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento dos autos pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual iniciará o prazo prescricional, conforme art. 921, III e §§1° e 4° do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0608443-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vera Lucia de Oliveira Freitas - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia - Do cotejo dos autos, verifico que a demanda possui os seguintes pontos controvertidos: I. a existência ou não do débito questionado; II. a ocorrência ou não do dano moral e os requisitos da responsabilidade civil. Defiro a inversão do ônus da prova, vez que se trata de relação de consumo e a requerente é a parte hipossuficiente no caso concreto. Tendo em vista que na contestação há noticia que foi realizada inspeção na unidade consumidora e abertura de procedimento de irregularidade, determino a intimação da ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos toda a documentação relativa à aludida inspeção bem como a integralidade do procedimento administrativo que apurou o valor cobrado que é objeto do presente litígio. Apresentados os documentos, dê-se vista à requerente para manifestação em igual prazo. Cumpridas as diligências acima determinadas, façam-se os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611042-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Waldiza Josefa Torres Monteiro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0611795-75.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ALDENORA DE SOUZA LIMA - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte Requerida para que se manifeste acerca dos cálculos apresentados de fls. 289/291, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0612600-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: JESSICA DO NASCIMENTO OLIVEIRA - Em conformidade com o art. 1º, III,

da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP) - Processo 0613665-53.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0622544-83.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Concurso de Credores - EMBARGANTE: Alberto Simonetti de Melo - EMBARGADO: Itaú Unibanco S/A - defiro a sucessão processual, promovendo a substituição do pólo passivo dos embargos à execução por MONTBLANC SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A, fazendo-se as devidas anotações, inclusive dos seus advogados nos autos, conforme petição e procuração de fls. 279/286. Quanto ao pedido de suspensão do feito, defiro-o, com fundamento no art. 313, II, do CPC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. À Secretaria para as diligências cabíveis acima determinadas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR) - Processo 0613867-30.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Raimundo Barbosa Izaias - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0616781-04.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Polimix Concreto Ltda - REQUERIDO: Itautinga Agro Industrial S/A - defiro o pedido de fls. 298/301. De arremate, expeça-se o respectivo ofício ao Núcleo de Apoio à Execução e Coordenação Judiciário (NAE-CJ) do Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região para arrestar o valor de R$ 954,42 (novecentos e cinquenta e quatro reais e quarenta e dois centavos), a fim de que eventual produto favorável à executada Itautinga Agro Industrial S/A (C.N.P.J./MF nº 04.265.872/0001-32) seja reservado para quitação e/ou abatimento do débito pleiteado nesta demanda (Processo n.º 0616781-04.2016.8.04.0001), referente a honorários advocatícios sucumbenciais (art. 860 do CPC) Por oportuno, determino a intimação da embargante para, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o pagamento das despesas postais (Lei n. 4.4/08/2016 e Portaria n. 116/2017-PTJ). À Secretaria para os expedientes necessários ao cumprimento desta decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM), ADV: ISAEL FRANKLIN GONÇALVES (OAB 12054/AM) - Processo 0618007-73.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Clomara Amazonense de Melo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO VINÍCIUS RODRIGUES DE ALBUQUERQUE (OAB 9782/AM) - Processo 0619815-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: A.S.C.M. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que recolha as custas pendentes às fls. 63 , no prazo de 15 (quinze) dias, sob as penas da lei.

ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: ALEXANDRE GERETO DE MELLO FARO (OAB 299365/SP), ADV: GABRIEL ANTÔNIO SOARES FREIRE JÚNIOR (OAB 167198/SP), ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 217017/SP), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0622544-83.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERENTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS NÃO-PATRONIZADOS ALTERNATIVE ASSETYS I - EXECUTADO: Alberto Simonetti de Melo - defiro a sucessão processual, promovendo a substituição do pólo ativo por MONTBLANC SECURITIZADORA DE CRÉDITOS S.A, fazendo-se as devidas anotações, inclusive dos seus advogados nos autos, conforme petição e procuração de fls. 266/273. Quanto ao pedido de suspensão do feito, defiro-o, com fundamento no art. 313, inciso II do CPC, pelo prazo de 60 (sessenta) dias. À Secretaria para as diligências cabíveis acima determinadas. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINE APARECIDA DE OLIVEIRA DIAS VITORY (OAB 19187/GO), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623891-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Potência Construções Elétricas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0624268-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Ozanias Teixeira Sicsu - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JEFERSON ALEX SALVIATO (OAB 236655/SP), ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0629371-08.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Banco Rodobens S/A - REQUERIDO: Amore Transportes LTDA - fiquem os autos sobrestados pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido prazo sem notícia de acordo firmado, fica o Requerente intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a contestação e documentos de fls. 127/134. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0629918-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VINÍCIUS MARTINS DUTRA (OAB 69677/RS) - Processo 0629932-71.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: FUNDAÇÃO DE CRÉDITO EDUCATIVO - FUNDACRED - defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação da exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Retornando positiva quanto à ordem de bloqueio via BACENJUD, havendo constrição de montante superior ao da ordem, proceda-

se a liberação do excedente na forma do art. 854, §1°, do CPC; e, no que pertine ao bloqueio do valor total ou parcial do débito exequendo, intimem-se as partes, observado o disposto nos §§ 2° e 3° do citado dispositivo legal quanto ao(s) executado(s), voltando-me os autos conclusos para decisão. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, intime-se a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento dos autos pelo prazo de 01 (um) ano, após o qual iniciará o prazo prescricional, conforme art. 921, III e §§1° e 4° do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JAMILLE PRISCILA CONCEIÇÃO DA SILVA (OAB 13785/AM), ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM), ADV: MARÍLIA CARLA SOUZA LIMA (OAB 13734/AM), ADV: LUIZ FERNANDO GENEROSO MAURA MOREIRA (OAB 13077/AM), ADV: GEORGE AUGUSTO RIBEIRO LAPA (OAB 13732/AM) - Processo 0640819-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: K.S.T. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 30/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0641066-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641662-79.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FELIPPE GUSTAVO CABRAL KUMMEL (OAB 32707/DF), ADV: ERIK FRANKLIN BEZERRA (OAB 15978/DF), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0642785-10.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Antonio Jorge Montenegro Cerqueira (Toinho Veículos) e outro - REQUERIDO: Associacao de Poupanca e Emprestimo - Poupex - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MARCUS VINÍCIUS CAVALCANTI ALBANO DE SOUZA (OAB 2520/AM) - Processo 0646423-17.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza - Retorna aos autos a parte autora para pleitear a realização de penhora via BACENJUD. Compulsando os autos, verifico que, conquanto devidamente intimado, o requerido deixou transcorrer in albis o prazo legal, consoante certificado no caderno processual. Diante disso, em estrito atendimento ao art. 5º, LXXVIII, da CF/88, à garantia da eficácia jurisdicional e considerando ainda a displicência do requerido, defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Custas pagas, proceda-se à consulta e bloqueio de valores acima aludida. Retornando positiva quanto à ordem de bloqueio via BACENJUD, havendo constrição de montante superior ao da ordem, proceda-se a liberação do excedente na forma do art. 854, §1°, do CPC; e, no que pertine ao bloqueio do valor total ou parcial do débito exequendo, intimem-se as partes, observado o disposto nos §§ 2° e 3° do citado dispositivo legal quanto ao(s) executado(s). Reversamente, havendo resposta negativa da diligência, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar bens passíveis de penhora, sob as penas da lei. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0648227-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Zulene Mendes de Menezes - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que abstenha-se de suspender o fornecimento de energia elétrica para a unidade consumidora da requerente, com relação ao débito impugnado, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), por dia inativo, até o limite de 10 (dez) dias-multa; bem como abstenha-se de exigir parcelas vincendas decorrentes do débito em discussão na presente demanda, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora , inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo à ré a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII do CDC Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o requerido não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas postais, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 PTJ; e, após a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a

pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM) - Processo 0648637-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria de Lourdes Morais de Souza - Desta feita, com fundamento no art. 300 do CPC, DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA no sentido de determinar à requerida que, no prazo máximo de 48h (quarenta e oito horas), autorize e realize o procedimento cirúrgico que a requerente necessita, com todos os materiais prescritos pelo médico especialista, bem como assuma todas as despesas relativas ao mencionado procedimento cirúrgico, de acordo com as especificações do profissional de saúde encarregado do tratamento, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de 10 (dez) dias/multa. Paute-se a audiência de conciliação, realize-se a citação e a intimação para cumprimento da tutela antecipada no prazo acima assinalado bem como para apresentação de defesa no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial observará o previsto nos incisos do art.335 do CPC. Se o réu não possuir cadastro para fins de citação eletrônica, intime-se o requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, conforme a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n°116/2017 - PTJ; e, com a comprovação, adote a Secretaria as diligências acima determinadas. Na hipótese do réu não ser encontrado no endereço declinado na peça de ingresso, fica autorizada a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa requerida, renove-se a citação. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do CPC; b) cada litigante deve se fazer acompanhar de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. Caso requerente e requerido manifestem o desinteresse na audiência de composição, proceda-se ao cancelamento da audiência em questão, nos termos do art. 334, §4°, I, do CPC. Expeçam-se os expedientes necessários. Remetam-se os autos ao CEJUSC para os fins acima determinados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0703068-09.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - defiro o pedido de bloqueio pelo sistema BACENJUD do débito exequendo, salientando-se, desde já, a impossibilidade de imediato levantamento da quantia que vier a ser bloqueada. Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, efetuar o recolhimento das despesas de processamento eletrônico. Após a comprovação será procedida a consulta e bloqueio de valores acima aludida. Retornando positiva quanto à ordem de bloqueio via BACENJUD, havendo constrição de montante superior ao da ordem, proceda-se a liberação do excedente na forma do art. 854, §1°, do CPC; e, no que pertine ao bloqueio do valor total ou parcial do débito exequendo, intimem-se as partes, observado o disposto nos §§ 2° e 3° do citado dispositivo legal quanto ao(s) executado(s), voltando-me os autos conclusos para decisão. Reversamente, havendo resposta negativa da diligência ou insuficiência de valores, intime-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão do feito, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte com indicação de bens passíveis de penhora. Intimem-se. Cumpra-se.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Gereto de Mello Faro (OAB 299365/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
Antônio Vinícius Rodrigues de Albuquerque (OAB 9782/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erik Franklin Bezerra (OAB 15978/DF)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Navega Medeiros (OAB 217017/SP)
Felippe Gustavo Cabral Kummel (OAB 32707/DF)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Gabriel Antônio Soares Freire Júnior (OAB 167198/SP)
George Augusto Ribeiro Lapa (OAB 13732/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael Franklin Gonçalves (OAB 12054/AM)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Jamille Priscila Conceição da Silva (OAB 13785/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jeferson Alex Salviato (OAB 236655/SP)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Karine Aparecida de Oliveira Dias Vitory (OAB 19187/GO)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Generoso Maura Moreira (OAB 13077/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Márcio Arduíno (OAB 3364/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
Marcus Vinícius Cavalcanti Albano de Souza (OAB 2520/AM)
Marília Carla Souza Lima (OAB 13734/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vinícius Martins Dutra (OAB 69677/RS)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611162-25.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0613231-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rita Celeste Alves da Cunha - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/10/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANA CLÁUDIA DA COSTA BRANDÃO (OAB 13471/AM) - Processo 0633693-71.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Neuler Andre Soares de Almeida - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 05/11/2019 às 09:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ALAN KELSON DE LIMA FONSECA (OAB 10160/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0635353-71.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Kleber Willians Noronha Maciel e outro - REQUERIDO: Eridano Empreendimentos Imobiliário Spe Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUSTAVO LINHARES RODRIGUES (OAB 31361/BA), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0640735-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Adilson de Souza Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0645451-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0660189-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: JABSON DA SILVA CÉO (OAB 5803/AM), ADV: GIZA HELENA COELHO (OAB 166349/SP) - Processo 0708443-88.2012.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - LITSATIVO: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema II - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB 10160/AM)
Ana Cláudia da Costa Brandão (OAB 13471/AM)
Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Giza Helena Coelho (OAB 166349/AM)
Giza Helena Coelho (OAB 166349/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Linhares Rodrigues (OAB 31361/BA)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jabson da Silva Céo (OAB 5803/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO LIA MARIA GUEDES DE FREITAS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0365/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0638530-72.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: CBAA - Asfaltos Ltda. - REQUERIDO: Embrac Construções e Comércio Ltda. - ME - José Carlos Matoso de Lima - Raimundo Felipe Viana - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019, às 11:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644777-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ariane de Jesus Lima - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019, às 15:30h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0644823-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Lopes da Costa - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Semana Nacional de Conciliação, designada para o dia 06/11/2019 às 15:00h, a ser realizada na sala de audiência do Cartório da 2ª UPJ, Av. Paraíba, S/N, Fórum Ministro Henoch da Silva Reis, 3º Andar, Setor 6, Adrianópolis - CEP 69079-265, Manaus-AM.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS
RELAÇÃO Nº 0348/2019

ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: MAURÍLIO CÉSAR NUNES BRASIL (OAB 4201/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: EMIVAL LEMES DE ABREU (OAB 3848/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0088482-94.2004.8.04.0001 (001.04.088482-2) - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Metalúrgica Marlin S/A Indústria, Comércio, Importação e Exportação - REQUERIDA: Construtora Tena Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXVII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ c/c art. 485, § 4º do CPC, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do pedido de desistência formulado nas fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM) - Processo 0600889-55.2016.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - R.H. Defiro os pedidos de pesquisas através dos sistemas INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602012-88.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604022-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0605151-82.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Lourenço Mateus Rossetti - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - R. H. Expeça-se alvará referente ao valor incontroverso, como requer às fls. 197/198. Condiciono tal expedição à apresentação de procuração/substalecimento com competentes poderes. Indefiro o pedido de parcelamento postulado pela Executada, uma vez que não houve anuência da parte Exequente, vide-se fls. 197/198. Defiro o pedido de BACENJUD em relação ao valor remanescente pleiteado pela Exequente à fl. 198. Proceda-se à pesquisa via sistema automatizado Bacen-jud para eventual bloqueio de valores. Intime-se a parte Autora, caso não seja beneficiária da justiça gratuita, para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: CAMILA BARBOSA ROSAS (OAB 4406/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0607435-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Erroflin da Silva Lima - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por tais razões, concedo a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar à Requerida que se abstenha de interromper a prestação dos serviços de abastecimento e fornecimento de água ao Autor apenas em relação às faturas vencidas até a presente data, bem com a abstenção de inclusão/exclusão do nome da parte autora dos cadastros de proteção de crédito e Cartórios de Protestos de Manaus de no prazo de 5 (cinco) dias sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 10 (cinco) dias-multa. Ainda, exsurge dos autos, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia nos hidrômetros relacionados às faturas objeto da lide, ao fito de que se possa aferir a existência

e a extensão da lesão alegada pela parte demandante. Sendo assim, determino a produção da prova pericial. À Secretaria, para que indique os expertos cadastrados no Banco de Peritos do TJAM habilitados para a realização do exame pericial em comento. Por fim, tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0608809-46.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Izabel Cristina Alexandria Luna - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM), ADV: PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM) - Processo 0611578-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Calebe Ramos da Motta - REQUERIDO: Hapvida Assistencia Médica - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0613708-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Crinstian Edigelson Batista Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR Negativo juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MÁRCIO FERREIRA JUCÁ (OAB 2172/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM), ADV: GABRIEL PINHEIRO CAMPOS (OAB 8414/AM) - Processo 0615223-26.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Arthur Jonas Fróes Valente Cruz - REQUERIDO: Via Marconi Veículos Ltda. - Fiat Automóveis S/A - R. H. Manifestem-se as partes acerca do aceite e da proposta de honorários às folhas 161-175 do perito nomeado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WANDERLEY ROMANO DANADEL (OAB 78870/MG) - Processo 0615491-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615494-06.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Defiro o pedido de citação por edital postulado às fls. 146. Expeça-se o edital, observando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para os fins do art. 257, III, do NCPC. À Secretaria para tomar as devidas providências.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617003-64.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte vencida, na pessoa de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, pagar o montante da condenação, sob pena de incidir multa e honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento), bem como ser expedido mandado de penhora e avaliação sobre seus bens, seguindo-se os atos de expropriação, nos termos do art. 523 do NCPC, in verbis: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO LOPES DE AGUIAR JÚNIOR (OAB 70378/PR), ADV: ÁLVARO SELL CAJUEIRO (OAB 71643/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ANNA PAULA GONÇALVES COLARES (OAB 10295/AM) - Processo 0617801-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edimar Martins dos Santos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619124-02.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Funcef - Fundação dos Economiários Federais - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 134. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM), ADV: LÍGIA CRISTINA MARCELINO (OAB 8722/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 19613A/MA), ADV: LUÍS FELIPE DE SOUZA REBÊLO (OAB 17593/PE) - Processo 0620619-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Clemisilvo Moreira Lima - REQUERIDO: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Mardisa Automóveis Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: JOSÉ LUIZ FRANCO DE MOURA MATTOS JÚNIOR (OAB 5517/AM), ADV: JULIANO LUÍS CERQUEIRA MENDES (OAB 3940/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0622103-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: U.M.C.T.M. - REQUERIDO: C.N.U.C.C. - Diante do cenário e do curso

processual que ocorreu nos autos, aplico a partir do dia 04/09/2019 a multa pela falta de cumprimento da liminar concedida, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) por dia até a efetividade da tutela concedida. É patente que a demanda trata de um bem de extrema importância, "a saúde", e consequentemente do nosso bem maior, "a vida", assim, vislumbro ser necessária para o deslinde do feito, em consonância com o princípio da celeridade processual, razoabilidade e da dignidade da pessoa humana, a determinação de bloqueio judicial pelo sistema BACENJUD de valores pertencente a parte requerida, no montante de R$ 19.536.052,65, conforme fls. 2.475. Todavia, faz-se necessário que a parte autora preste caução equivalente ao montante a ser bloqueado, sendo condicionado o referido bloqueio "on line" após o cumprimento desta exigência. Atribuo a presente decisão força de ofício, a qual deverá ser remetida ao administrador destituído e ao nomeado, por meio eletrônico (e-mail) e via telefone, para tomar ciência, com a devida certificação nos presentes autos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0623435-12.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Casa do Controle - Evandro Pereira da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0626568-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ineildo Pereira Vieira - Por tais razões, concedo liminarmente a tutela vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, para determinar ao requerido que se suspenda os descontos consignados a título "BANCO CRUZ.SUL-EMP01" em folha de pagamento diante do órgão público em que o autor exerce atividade. Faça-o no prazo de 3 (três) dias, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) meses-multa. Vislumbro, por fim, que a ré tem melhores condições técnicas de demonstrar o tipo de relação jurídica com a parte demandante e quais as suas condições. Desta feita, inverto o ônus da prova para que a instituição financeira colacione ao caderno processual até a audiência de conciliação, o contrato de empréstimo cartão de crédito consignado, em virtude da hipossufiência informacional e técnica do autor, na qualidade de consumidor, nos termos do artigo 6º, VIII do CPC. Neste sentido, o STJ determina que: RECURSO ESPECIAL REPETITIVO (ART. 543-C DO CPC) - AÇÃO DECOBRANÇA - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS EM CADERNETA DEPOUPANÇA - PLANOS BRESSER E VERÃO - PRELIMINAR -PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA - NÃO-OCORRÊNCIA - EXIBIÇÃO DOSEXTRATOS BANCÁRIOS - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVORDA CORRENTISTA - POSSIBILIDADE - OBRIGAÇÃO DECORRENTE DELEI - CONDICIONAMENTO OU RECUSA - INADMISSIBILIDADE -RESSALVA - DEMONSTRAÇÃO DE INDÍCIOS MÍNIMOS DA EXISTÊNCIADA CONTRATAÇÃO - INCUMBÊNCIA DO AUTOR (ART. 333, I, DO CPC)- ART. 6º DA LEI DE INTRODUÇÃO AO CÓDIGO CIVIL - AUSÊNCIA DEPREQUESTIONAMENTO - INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 211/STJ - NOCASO CONCRETO, RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - Preliminar: nas ações em que se discutem os critérios deremuneração de caderneta de poupança e são postuladas asrespectivas diferenças de correção monetária e dos jurosremuneratórios, o prazo prescricional é de vinte anos, não transcorrido,na espécie; II - A obrigação da instituição financeira de exibir os extratos bancáriosnecessários à comprovação das alegações do correntista decorre delei, já que se trata de relação jurídica tutelada pelas normas do Códigodo Consumidor, de integração contratual compulsória, não podendo serobjeto de recusa nem de condicionantes, em face do princípio daboa-fé objetiva; III - A questão relativa ao art. 6º da LICC não foi objeto de debate no v.acórdão recorrido, ressentindo-se o especial, portanto, doindispensável prequestionamento, incindindo, na espécie, o Enunciadon. 211/STJ; IV - Para fins do disposto no art. 543-C, do Código de Processo Civil, écabível a inversão do ônus da prova em favor do consumidor para o fimde determinar às instituições financeiras a exibição de extratosbancários, enquanto não estiver prescrita a eventual ação sobre eles,tratando-se de obrigação decorrente de lei e de integração contratualcompulsória, não sujeita à recusa ou condicionantes, tais como oadiantamento dos custos da operação pelo correntista e a prévia recusa administrativa da instituição financeira em exibir osdocumentos, com a ressalva de que ao correntista, autor da ação,incumbe a demonstração da plausibilidade da relação jurídica alegada,com indícios mínimos capazes de comprovar a existência dacontratação, devendo, ainda, especificar, de modo preciso, os períodosem que pretenda ver exibidos os extratos; V - Recurso especial improvido, no caso concreto. (RECURSO ESPECIAL Nº 1.133.872 - PB (2009/0130944-4), Rel. Ministro Massami Uyeda, Segunda Seção, julgado em 14.12.2011, DJe 28.03.2012, Tema 411. Prosseguindo, remetam-se os autos para o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Conflitos-CEJUSC, para que procedam a designação de audiência de conciliação/mediação, bem como realizem a citação da parte Requerida e a intimação das partes para comparecerem à audiência agendada, nos moldes do art. 334, do NCPC. Não havendo audiência ou autocomposição, a parte Requerida poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. Ressalto que o não comparecimento injustificado da parte Autora ou da parte Requerida à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominado com multa de 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, nos termos do art. 334, § 8º, do NCPC. Em caso de AR Negativo devolvido em razão de ausência ou recusa do Requerido, defiro, desde logo, a expedição de competente mandado de citação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: STEFFANI DE SOUZA (OAB 412564/SP), ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP) - Processo 0628703-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Elias Souza Alves - R. H. Considerando o teor da petição de fls. 141 e a urgência que o caso requer, atribuo à decisão interlocutória de fls. 116/119, complementada pela sentença de fls. 138/139, força de ofício, condicionando à patrona do autor a comunicação do recebimento pela parte requerida de ambas decisões nestes autos para fins de cômputo de prazo. Atente-se a secretaria para que certifique os atos devidos. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0631113-68.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Eunice Silva de Abreu - Por tais razões, concedo a liminar vindicada, amparado pelo art. 300, § 2º, do NCPC, no sentido de determinar à ÁGUAS DE MANAUS que proceda no prazo de 10 (dez) dias, a instalação do hidrômetro da autora, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de 30 (trinta) dias-multa. Quanto aos demais pedidos liminares, indefiro-osuma vez que não estão presentes o fumus boni juris e periculum in mora, visto que, a pretensão do pedido de liminar tange matéria de mérito. Expeça-se o necessário para o cumprimento desta decisão. Concedo os benefícios da justiça gratuita, com fundamento no art. 98 e ss., do NCPC. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial,

autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Concedo a gratuidade judicial pleiteada. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM), ADV: MAGDA LUIZA RIGODANZO EGGER DE OLIVEIRA (OAB A1271/AM) - Processo 0631540-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Toyota do Brasil S/A - REQUERIDO: Thiago Figueredo de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0634649-29.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Serviço Social da Indústria - SESI - REQUERIDA: Luciana Lyra de Freitas - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0637956-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Henry Mendes Liang - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0638651-08.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Expeça-se novo mandado para o endereço indicado em fls. 125. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0641651-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Máximo Martins da Silva - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0642139-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda. - EPP - EXECUTADA: Luciane Barros de Castro - INTSSADO: Juízo de Direito da Comarca de Cuiabá - MT - Juízo de Direito da Comarca de Rondonópolis - MT - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da devolução de carta precatória às fls antecedentes por falta de recolhimento das custas no juízo deprecado, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 231747/SP), ADV: EDEMILSON KOJI MOTODA (OAB 1054A/AM) - Processo 0642390-86.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Disal Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: SIDNEY COELHO (OAB 9664/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644924-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Karem Lidyane Ketzinge Rodrigues - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DIEGO HENRIQUE SANTOS DOS ANJOS (OAB 8583/AM), ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM), ADV: FLORA DE OLIVEIRA SOUZA (OAB 8579/AM) - Processo 0647787-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Panamerican Eletric do Brasil Ltda. - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens

em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648768-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013). Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM) - Processo 0649011-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Ivaniza Teles da Mota - Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente deixou de cumprir os requisitos da inicial indicados no art. 319, inciso II e VI, do NCPC, senão vejamos: Art. 319. A petição inicial indicará: I - o juízo a que é dirigida; II - os nomes, os prenomes, o estado civil, a existência de união estável, a profissão, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, o endereço eletrônico, o domicílio e a residência do autor e do réu; III - o fato e os fundamentos jurídicos do pedido; IV - o pedido com as suas especificações; V - o valor da causa; VI - as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados; VII - a opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação. Ademais, verifico que a autora formula pedido de ressarcimento material dos valores debitados em seu contracheque, no entanto, deixa de elencar tópicos importantes para análise do pleito: valor do empréstimo contratado e número de parcelas contratadas. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias, para que a parte Autora complete a inicial atentando para os pressupostos supramencionados, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do parágrafo único do artigo 321 do NCPC. Ressalto que deve ser considerando o teor da Portaria n° 2073/2016 - TJAM que obriga a citação/intimação eletrônica das pessoas jurídicas, faz-se imprescindível que a parte autora informe o endereço eletrônico (email) da empresa Requerida. A parte Autora deve pesquisar junto aos sítios eletrônicos dos órgãos públicos, tais como a da Receita Federal nos casos de se tratar de pessoa jurídica, ou ainda, no próprio Tribunal de Justiça, especificamente no cadastro de intimação eletrônica, na lista de instituições conveniadas, se a parte Requerida ou seu representante legal está ou não cadastrado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM) - Processo 0651447-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Armanda da Silva Araújo - Expeça-se competente carta para o endereço indicado à fl. 55. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, condiciono tal expedição ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Tabela VII, da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: DELIAS TUPINAMBÁ VIEIRALVES (OAB 2268/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0658478-34.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Delias Tupinambá Vieiralves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)
Álvaro Sell Cajueiro (OAB 71643/PR)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Anna Paula Gonçalves Colares (OAB 10295/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Camila Barbosa Rosas (OAB 4406/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Delias Tupinambá Vieiralves (OAB 2268/AM)
Diego Henrique Santos dos Anjos (OAB 8583/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 1054A/AM)
Edemilson Koji Motoda (OAB 231747/SP)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emival Lemes de Abreu (OAB 3848/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flora de Oliveira Souza (OAB 8579/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
Gabriel Pinheiro Campos (OAB 8414/AM)

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Luiz Franco de Moura Mattos Júnior (OAB 5517/AM)
Juliano Luís Cerqueira Mendes (OAB 3940/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lígia Cristina Marcelino (OAB 8722/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Felipe de Souza Rebêlo (OAB 17593/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Magda Luiza Rigodanzo Egger de Oliveira (OAB A1271/AM)
Márcio Ferreira Jucá (OAB 2172/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 19613A/MA)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Maurílio César Nunes Brasil (OAB 4201/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Lopes de Aguiar Júnior (OAB 70378/PR)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sidney Coelho (OAB 9664/AM)
Steffani de Souza (OAB 412564/SP)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wanderley Romano Danadel (OAB 78870/MG)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN RODRIGUES GUIMARÃES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0349/2019

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0223626-93.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Dorivaldo Barbosa de Araújo - R. H. Defiro o pedido de consulta realizado às fls. 197/198. Proceda-se o bloqueio do veículo objeto da presente ação via sistema automatizado Renajud.

ADV: MAYRA DE CASTRO MAIA FLORÊNCIO (OAB 11740/PB) - Processo 0608369-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Amazon Combustíveis para Veículos e Construções Ltda. - REQUERIDO: J. D. Transportes de Cargas Ltda. - ME - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0618531-07.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Tokio Marine Seguradora S/A - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da Petição de fls. 247/249, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0621338-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: WSA - Serviços Comércio e Indústria Ltda. (Birogra) - Whaglas da Silva Almeida - Whaglas da Silva Almeida Júnior - Expeça-se competente carta de citação, observando-se o endereço indicado às fls. 175/176. Não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, condiciono a expedição da carta ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0624526-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Yolanda Mesia de Araújo - Expeça-se competente carta de citação, observando-se o endereço indicado às fls. 117. Não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, condiciono a expedição da carta ao recolhimento das custas da diligência, nos moldes da Portaria nº 116/2017-PTJ.

ADV: WILLIAM ROGER VIEIRA GRINSTEIN (OAB 73244/RS), ADV: FILIPE OURIQUE KLAFKE (OAB 74084/RS), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0624840-49.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: HSBC Finance (Brasil) S/A - Banco Múltiplo - EXECUTADA: Ana Paula Pinheiro Fávero - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0627106-09.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Valdomiro Esquerdo de Souza - R. H. Defiro o pedido de fls. 87. Proceda-se à pesquisa via Renajud.

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0629330-80.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Condomínio Vivenda Verde - REQUERIDO: Aragô de Oliveira Azevedo - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do acordo de fls. 132/133, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0633633-40.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Fernando de Souza Lima - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud e Renajud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637302-33.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Bezerra e Castro Comércio de Artigos do Vestuário Ltda. - ME - Iuri Bezerra de Castro - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0638349-13.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: A. N. T. Barroso Calçados - EPP - Ana Cláudia Tavares Barroso - Luiz Roberto Cerqueira Bonfim - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0648942-62.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDA: Alcinei Rosária Lima Borges - Compulsando os autos, verifica-se que a parte Requerente procedeu à juntada de comprovante de recolhimento de custas, às fls. 40/41, contudo referido preparo não se encontra indicado no sistema SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para que informe sobre o recolhimento das custas iniciais. Em seguida, voltem-me. Cumpra-se.

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Filipe Ourique Klafke (OAB 74084/RS)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra de Castro Maia Florêncio (OAB 11740/PB)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
William Roger Vieira Grinstein (OAB 73244/RS)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: MARCONDE MARTINS RODRIGUES (OAB 4695/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0213260-58.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Francisca dos Santos Castro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 16/10/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: LUIS EDUARDO PESSOA PINTO (OAB 922A/AM) - Processo 0222950-04.2018.8.04.0001 (processo principal 0618058-21.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Espécies de Títulos de Crédito - REQUERENTE: Norbom Comércio Ltda -epp - REQUERIDO: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Custas já pagas.

ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 1100/AM), ADV: EVERTON BERNARDO CLEMENTE (OAB 26506/GO) - Processo 0223481-27.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Osmar Lima da Silva - Suspenda-se o presente feito, aguardando o processamento do precatório.

ADV: PAULO MATHEUS DE SOUZA HOLANDA (OAB 9732/AM), ADV: JOSÉ GOMES DE SOUZA (OAB 1143/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0239301-52.2018.8.04.0001 (processo principal

0608443-75.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: GUILHERME ANTÔNIO BARREIRO SARDINHA - EXECUTADO: ANTÔNIO DARLEI DE ALMEIDA RIOS JÚNIOR - Mauro Guimarães Ferreira - Desta forma, antes de decidir acerca do cabimento ou não da penhora sobre salário, e se for o caso estabelecer o percentual cabível, oficie-se a fonte pagadora (Suframa) para que apresente os 3 (três) últimos contracheques do Executado. Após a resposta façam-me novamente conclusos. Intime-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0242954-62.2018.8.04.0001 (processo principal 0629297-56.2016.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: Dilma Leão de Carvalho - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0248991-52.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0260988-03.2009.8.04.0001 (001.09.260988-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Orlando Saldanha de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL ANTONIO HENKE NEIVA DE LIMA FILHO (OAB 23378/PR) - Processo 0601006-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Jasmine Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - Reitere-se o Ofício.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARINA LACERDA CUNHA LIMA (OAB 15769/PB), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CAMILLA KAROLLINA RESENDE DE ALMEIDA VIEIRA DA CUNHA (OAB 18973/PB), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0604010-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilson Fernando Silva de Sousa - REQUERIDO: Control Construções Ltda - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0604596-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria de Lourdes Cunha Cajuhy - Proceda-se à consulta de bens via Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0605592-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ana Gomes da S. - REQUERIDO: Agiplan Financeira S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que se manifeste acerca de comprovação de pagamento juntada aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606421-39.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0606423-09.2018.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato do Amaral - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Satisfeita a Execução, mediante depósito integral do débito, não tendo o Exequente se oposto. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0606423-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Nonato do Amaral - REQUERIDO: Banco Bmc S/A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Oficie-se à Caixa Econômica para que proceda a transferência à conta indicada. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0606879-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Anturio - HOMOLOGO o Acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Após, arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0606899-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ricardo Teixeira Mena - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO, para DECLARAR a inexistência dos débitos de setembro, outubro, novembro, dezembro/2017 e janeiro/2018 - relativos ao Termo de Ocorrência de Inspeção, referentes ao serviço prestado à unidade consumidora objeto da presente ação, devendo a concessionária Ré recalcular aquelas faturas, fazendo-o de acordo com a média de consumo de kWh registrada nos 12 meses anteriores às questionadas, encaminhando as faturas recalculadas ao Autor. Improcedente o pedido de danos morais. Condeno a Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais). P.I. Cumpra-se.

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM), ADV: DOMINGOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 13940/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0606981-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Jonathan de Azevedo Brandão - REQUERIDO: Joao Evangelista Coelho de Lima - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0607203-46.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S A - Vistos, Declaro extinta a execução, nos termos do art. 924, III, do CPC. Dê-se baixa. Arquivem-se os autos.

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0607625-55.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - EXEQUENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - Vistos, Ante o exposto na Certidão de fls. 268, intime-se a parte Autora para recolher as custas devidas (consulta ao Sistema Renajud), nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, a fim de que sejam verificados os endereços vinculados aos veículos bloqueados às fls. 249/252. Cumpra-se.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LEONARDO BRAZ DE CARVALHO (OAB 76653/MG), ADV: MARCELO DE CARVALHO SARMENTO (OAB 4316/AM) - Processo 0607696-28.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Rafael de Oliveira Pereira - REQUERIDO: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda e outro - Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente ação ajuizada por RAFAEL DE OLIVEIRA PEREIRA em face de DIRECIONAL RUBI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. E DIRECIONAL ENGENHARIA S/A., para condenar as Rés a pagarem ao Autor, lucros cessantes pelo período de 6 meses, março à setembro/2013, os quais fixo em 0,5% sobre o valor do imóvel constante no contrato (R$ 163.382,14), devidamente acrescido com juros e correção monetária a partir da citação. Condeno as Rés ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, devidamente corrigido, nos termos do art. 85, do CPC. P.I. Cumpra-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 50945/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0609619-60.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM), ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM), ADV: LORENNA PAULA SARUBBI (OAB 8772/AM) - Processo 0609756-97.2013.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: KELY SUSY DO ROSARIO MACAMBIRA - REQUERIDA: Danielle Sobreira Shiga - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0610145-85.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Jcm Revendedora de Petróleo - EXECUTADO: Karine Januário Nascimento - Considerando que até o presente momento não foram concedidos efeitos suspensivos aos Embargos opostos, intime-se a Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: MAURO CELI MARTINS (OAB 2907/AM) - Processo 0610402-76.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazon Clipper Cruises Turismo Ltda - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, Vista ao Executado dos cálculos de fls. 398/399, referente ao reembolso das custas. Expeça-se ainda Alvará em favor do Autor do valor já autorizado pela Decisão de fls. 379/380

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0611321-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Alves de Souza - REQUERIDO: Banco Agibank S/A (Banco Agiplan S/a) - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0611329-47.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP), ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0611375-31.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - EXECUTADO: Olivaldo Patrício de Macedo da Costa - Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0611965-81.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - ACOLHO os Embargos de Declaração, esclarecendo que a atualização de juros e correção monetária dar-se-ão dos respectivos vencimentos de cada fatura, considerando se tratar de obrigação com termo certo.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: RENZZO FONSECA ROMANO (OAB 6242/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0612031-27.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: UNICREF (COOPERATIVA DE ECONOMIA MISTA E CRÉDITO MÚTUO DOS FUNCIONÁRIOS DA UNIMED MANAUS) - REQUERIDA: Samantha Oliveira Gomes da Silva - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: THIAGO VINÍCIUS MENDONÇA MOREIRA (OAB A1087AM) - Processo 0612371-97.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: RUBENS SÁ PASSOS - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Oficie-se à Caixa Econômica para que proceda a transferência à conta indicada às fls. 192/193. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: CARLA DA PRATO CAMPOS (OAB 156844/SP) - Processo 0612521-15.2015.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0613309-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Graciete Pereira da Silva - REQUERIDO: Olé Banco Bonsucesso S/A - Pelo exposto, REJEITO os presentes Embargos Declaratórios para manter a decisão Embargada na sua íntegra. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: GUSTAVO AMATO PISSINI (OAB 261030/SP), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0614100-66.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Isto posto, com amparo dos dispositivos citados e argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação de Busca e Apreensão proposta por Banco do Brasil S/A em face de J G Souza Comercial (GLM Materiais de Construções), Alex Gomes Fernandes e José Geordoni Souza, condenando os Requeridos ao pagamento do valor indicado à Inicial, com juros e correção monetária nos termos contratuais. Condeno ainda os Requeridos, ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor do débito, nos termos do art. 85 do CPC. Publique-se ainda a presente via Portal Eletrônico, considerando a presença da DPE/AM no pólo passivo. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0614449-64.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608669-41.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - REQUERIDO: Palácio de Material de Segurança Ltda e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: NAZIRA MARQUES DE OLIVEIRA (OAB 8707/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM) - Processo 0614642-79.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S.A. - REQUERIDA: Maria Auxiliadora Alves Ferreira - Julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM) - Processo 0615548-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Daiana Hellen Pereira - REQUERIDO: James Dean Nascimento Lima - Vista à Manaus Ambiental da Petição de fl. 228, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615682-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616077-59.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: ALOISIO ASSUNÇÃO DE SOUZA - Satisfeita a Execução, mediante depósito integral do débito. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos, sem prejuízo de sua reativação no caso de eventual acolhimento do Agravo de Instrumento interposto. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0617354-42.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - ACOLHO os Embargos de Declaração, sanando o erro material, de forma que onde se lê na Sentença Embargada “Ação Monitória”, leia-se “Ação de Cobrança”. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico da Defensoria Pública. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0619831-43.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Monitória ajuizada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Carlos Pereira de Souza , condenando a Requerida ao pagamento do valor histórico indicado à Inicial, atualizado nos respectivos vencimentos. Condeno ainda a Requerida a reembolsar o valor das custas iniciais pagas pela Autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico da DPE/AM. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: NEYDIANNE BATISTA GONÇALVES (OAB 37352/SC) - Processo 0620669-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Vanderson Gomes dos Santos - Pelo expendido, julgo PROCEDENTES os pedidos contidos na presente Ação Acidentária ajuizada por Vanderson Gomes dos Santos, a fim de condenar o INSS - Instituto Nacional do Seguro Social, a conceder à Autora o benefício de auxílio-acidente, desde a data da cessação do auxílio-doença (06/11/.2017), incidindo sobre as parcelas vencidas juros de 0,5% am, nos termos do art. 1º-F da Lei 9.494/97, e correção monetária pelo IPCA-E, a partir dos respectivos vencimentos. Defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a imediata implantação do benefício de auxílio-acidente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação da presente, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (reais), até o limite de 10 (dez) dias-multa. Condeno o réu ao pagamento de honorários fixados em 15% das parcelas vencidas até a sentença, conforme Súmula 111 do STJ. Isento de custas. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: MARIO JORGE CARDOSO MELO (OAB 10894/AM), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0621254-28.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Manoel Nelton Freitas Meireles - Defiro pedido de fl. 156. Expeça-se Alvará em favor do Requerido.

ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0621264-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631285-10.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Laboratório Nobel Ltda - Epp - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. e outro - Quanto aos argumentos de fls. 472/478, já analisados e rejeitados nos presentes Autos, conforme fls. 272/273 e 453. Diante disto, cumpra-se o Despacho de fl. 470.

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0621501-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - Do exposto, indefiro o pedido de fls. 201/202. Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0622519-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Raimunda da Silva Siqueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por RAIMUNDA DA SILVA SIQUEIRA em face de BANCO BMG S/A., resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: 1) Reconhecer e declarar a nulidade da contratação, com retorno das partes ao status quo, devendo a parte Autora restituir ao Réu os valores mutuados, acrescido tão somente de correção monetária desde as datas em que as quantias foram disponibilizadas, e a instituição financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente e com juros a partir da citação, ressalta-se a possibilidade de compensação entre os montantes; 2) Após a compensação, o valor em excesso pago pela Autora deverá ser restituído, em dobro, pelo Réu; 3) Condenar o Réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com correção monetária a partir do arbitramento e juros da citação. Ressalta-se que os índices a serem aplicados devem ser aqueles constantes no artigo 12, parágrafo único, da Portaria 1855/2016-PTJ. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados junto ao salário da parte Autora. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente ofício ao órgão pagador. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no art. 85 do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: DIEGO VALENTE DE LIMA (OAB 10999/AM), ADV: ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM), ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0622719-77.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alessandro Moraes de Lima - REQUERIDA: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - SPEBEL - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE A AÇÃO, nos termos do 487, I, CPC, para: A) RESCINDIR o Contrato de Compra e Venda objeto da lide; B) CONDENAR a Ré a efetuar a devolução de 100% do valor efetivamente pago pelo Autor, devendo a restituição ser em parcela única, com correção monetária do desembolso e juros de mora da citação; C) CONDENAR a Ré ao pagamento de danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a serem corrigidos

monetariamente do arbitramento e com juros da citação e D) CONDENAR a Ré, ainda, ao pagamento das custas processuais, bem como nos honorários advocatícios do patrono adverso, ora arbitrados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação. P. I. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: ROBÉRIO RODRIGUES DE CASTRO (OAB 348669SP) - Processo 0623841-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abatimento proporcional do preço - REQUERENTE: Francisco José Aquino de Andrade - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que se manifeste acerca da petição da parte autora de fl. 96, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0624032-44.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Carvalho Caldas - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Monitória ajuizada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Manoel Carvalho Caldas, condenando o Requerido ao pagamento do valor histórico indicado à Inicial, com atualização a partir dos respectivos vencimentos. Condeno ainda a Requerida a reembolsar o valor das custas iniciais pagas pela Autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico da DPE/AM. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: SAMUEL DE CARVALHO FERREIRA (OAB 23000/CE) - Processo 0624524-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: J. M. Engenheiros Consultores Ltda. - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0624543-66.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Infojud às fls. 115/116, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MAYRAN OLIVEIRA DE AGUIAR (OAB 122910/MG), ADV: RAQUEL PINTO VALENTE (OAB 6771/AM) - Processo 0625210-52.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Lago Serviços de Consultoria Empresarial Ltda - REQUERIDO: Igreja Mundial do Poder de Deus - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM) - Processo 0625764-55.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Monitória ajuizada por Pneu Forte Ltda em face de E Neves de Lima, condenando a Requerida ao pagamento da dívida indicada à Inicial, atualizada nos respectivos vencimentos. Condeno ainda a Requerida a reembolsar o valor das custas iniciais pagas pela Autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenção. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico da DPE/AM. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0626183-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Ildeane Araújo da Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0626206-26.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MONICA SIMAS DE LIMA - Satisfeita a Execução, mediante depósito integral do débito. Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeçam-se os Alvarás e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0628712-96.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o feito sem resolução do mérito, a teor do art. 485, VIII, do CPC. Menciono que não foi realizado bloqueio do veículo nos presentes Autos. Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0628875-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria Celia Ferreira Machado - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0629065-39.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda - Concedo a dilação de prazo por 10 (dez) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0629258-54.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Gisele de Souza Barroso - Vistos e etc., Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0629494-06.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud. Custas já recolhidas.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0631179-19.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindaestes e Cointeinetes Ltda - Suspenda-se o feito até o julgamento do Incidente.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0631430-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wanisdeth de Souza Cajueiro Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante disto, REJEITO os Embargos de Declaração., mantendo hígido o decisum Embargado. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0631465-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alzenilda Martins da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por ALZENIRA MARTINS DA COSTA em face de BANCO BMG S/A., resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: 1) Reconhecer e declarar a nulidade da contratação, com retorno das partes ao status quo, devendo a parte Autora restituir ao Réu os valores mutuados, acrescido tão somente de correção monetária desde as datas em que as quantias foram disponibilizadas, e a instituição financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente e com juros a partir da citação, ressalta-se a possibilidade de compensação entre os montantes; 2) Após a compensação, o valor em excesso pago pela Autora deverá ser restituído, em dobro, pelo Réu; 3) Condenar o Réu ao pagamento

de danos morais no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), com correção monetária a partir do arbitramento e juros da citação. Ressalta-se que os índices a serem aplicados devem ser aqueles constantes no artigo 12, parágrafo único, da Portaria 1855/2016-PTJ. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados junto ao salário da parte Autora. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente ofício ao órgão pagador. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, atento ao disposto no art. 85 do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0631873-17.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) Renajud e Infojud às fls. 73/74, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM) - Processo 0632083-78.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: SILVANARA PAULIANNE BARROSO DE SOUSA - Ante o exposto, indefiro a petição inicial e declaro o feito extinto sem resolução de mérito, na forma do art. 485, I, IV c/c 290 do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0632122-36.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Executada citada (fl. 145). Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud e Renajud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0632146-30.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0633178-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Maria Feitosa da Fonseca - REQUERIDO: Sindicato dos Despachantes Documentalistas do Estado do Amazonas - Sindesdam - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633901-94.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0634251-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Empire Center - Do exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 485, IV, do CPC. Com o trânsito, arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634335-83.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos deduzidos na presente Ação Monitória ajuizada por Amazonas Distribuidora de Energia S/A em face de Edilson Lira Silva, condenando o Requerido ao pagamento do valor histórico indicado à Inicial, com atualização a partir dos respectivos vencimentos. Condeno ainda a Requerida a reembolsar o valor das custas iniciais pagas pela Autora, bem como ao pagamento de honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico da DPE/AM. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM) - Processo 0635960-84.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Cma Cgm do Brasil Agência Marítima Ltda, Agente de Cma Cgm Societé Anonyme - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas de expedição da Carta, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636036-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ariovaldo Francischini de Souza - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: ANDERSON LINCOLN VITAL DA SILVA (OAB 8525/AM), ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0636237-03.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Cond. Residencial The Club Residence - EXECUTADO: Sofios Construções Ltda - Vista ao Exequente da Petição de fls 144/154, em 15 (quinze) dias

ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ROGÉRIO MORAES DE SOUZA (OAB 7409/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0636248-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria de Lourdes Morais de Souza - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MÁRCIO ALEXANDRE MALFATTI (OAB 139482/SP), ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM) - Processo 0636840-08.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Fabrício dos Santos Queiroz da Silva - REQUERIDO: Yamaha Administradora de Consórcios Ltda e outro - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: MÁRIO EURICO AMARAL PINTO (OAB 4680/AM) - Processo 0639158-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Tema Transportes de Manaus Ltda - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639306-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Cite-se no endereço indicado à fl. 129. Custas pagas.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0639485-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leonidas Alves da Silva Junior - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0643872-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Elissandro de Vasconcelos Holanda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, Aguarde-se decurso do prazo para comprovação da hipossuficiência do Autor, fl. 21.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0645979-81.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631179-19.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda. - Intime-se a Exequente para emendar a Inicial do presente Incidente, devendo constar a titular/sócia da empresa desconsideranda, devidamente qualificada, e não a própria empresa. Prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646191-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restabelecimento - REQUERENTE: Rosilda Vitorino da Silva Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Do exposto, REJEITO os Embargos de Declaração. Observe-se a intimação via Portal Eletrônico do INSS. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO) - Processo 0646228-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERENTE: Rondobrás do Amazonas Comércio de Peças para Veículos Ltda - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0646715-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: J. Nasser Engenharia Ltda. - Deve ser retificado erro material na Decisão de fls. 103/104, em que foram indicados números equivocados dos processos que tramitam junto à 8ª Vara Cível. Assim, esclareço que se oficie à 8ª Vara Cível solicitando que sejam reservados valores nos Autos n° 0641501-35.2016.8.04.0001, Cumprimento de Sentença oriundo dos Autos originários nº 0616820-47.2008.8.04.0001, até o limite de R$100.000,00 (cem mil reais), a fim de que fiquem retidos nos Autos à disposição deste Juízo. Fica desde já autorizada a expedição do Ofício, considerando que as custas já foram recolhidas. Intime-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM) - Processo 0647694-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Graziela Ferreira Garcia - REQUERIDO: Cartório do 6º Tabelionato de Notas de Manaus-amazonas - Inicialmente, retifico o polo passivo para constar a Tabeliã, ELINE BENFICA ALVES, uma vez que o cartório não possui personalidade jurídica.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0647923-21.2019.8.04.0001 - Habilitação - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Lucineide de Oliveira - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647939-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Carlos Eduardo Martins dos Santos - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se o caso, designação de Audiência de Conciliação.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0648065-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Milca de Melo Viamonte - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita pleiteado. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0648121-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL.

EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0648121-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Vistos, Cite-se o Executado para pagar o crédito em execução, indicado na petição inicial, no prazo legal de 3 (três) dias, da citação (art. 829 do CPC), sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quanto bastem para garantia da dívida e acréscimos legais decorrentes (art. 831 do CPC). Fixo, de plano os honorários do patrono do Exequente, a serem pagos pelo Executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput). No caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, referida verba honorária será reduzida pela metade (§1º do art. 827 do CPC).

ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM) - Processo 0648407-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Gleice da Silva Marinho e outro - Vistos, Defiro o parcelamento das custas iniciais em 2 parcelas. À Contadoria para emissão dos boletos para pagamento, devendo o Autor comprovar o recolhimento, independente de intimação. Após, à conclusão.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648553-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Marcia Aquino de Oliveira - Defiro a Gratuidade de Justiça em favor da Autora. Ao Cejusc para realização de perícia e demais providências cabíveis, nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de 15 de dezembro de 2015, e da Portaria 2183/2016-PTJ. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0648596-14.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: SANDRO ROMERO PINTO BARBOSA (OAB 13.001/AM), ADV: SANDRO ROMERO PINTO BARBOSA (OAB 13001/AM) - Processo 0648708-80.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Maria das Graças Rodrigues de Souza - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0648786-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Vistos, Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se o Requerido, por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0648899-28.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Entec Máquinas e Equipamentos Ltda - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado,

proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLA CEUSINA DE ALBUQUERQUE TAVARES (OAB 11005/AM), ADV: HAYTHAM BADER (OAB 11435/AM) - Processo 0650755-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Adriana Caroline Medeiros Tavares - REQUERIDO: Alexandre Ale dos Santos e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0652019-16.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - É o relatório breve. Decido. Verifico que a Parte Autora, a despeito do esforço em intimá-la a fim de promover os atos que lhe competem, na esteira do art. 485, § 1º, do CPC, efetivamente abandonou a causa. Diante do exposto julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se o processo. P.R.I. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. (assinado digitalmente) Simone Laurent de Figueiredo Juíza de Direito

ADV: RODRIGO CEZAR NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 12017/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM) - Processo 0652136-07.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Raimunda Maria Barbosa Maquiné - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: DANIEL REIS WANDERLEY (OAB 4546/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM) - Processo 0656213-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Adonilson Albuquerque de Oliveira - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Residencial Eliza Miranda 2ª ETAPA - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação para declarar inexigível em face do Autor a cobrança, pelas Requeridas, de taxas condominiais antes de sua imissão na posse do imóvel descrito nos autos, reconhecida como da responsabilidade da Direcional Engenharia S/A.. Condenar as Rés, solidariamente, ao pagamento de danos morais ao Autor no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), a serem corrigidos do arbitramento e com juros da citação. Condeno as Rés ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% do valor atualizado da causa, a ser revertido em favor do FUNDEP. P.I. Cumpra-se.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0657179-22.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Pátio Sertório Shopping Ltda - HOMOLOGO a rerratificação de fl. 155/158 do acordo firmado, para que surta seus efeitos legais, e suspendo a Execução, nos termos do art. 922 do CPC. Arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0660332-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Do exposto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, e o faço nos termos do art. 485, IV c/c 76,§1º, I, do CPC. Condeno o Autor ao pagamento de honorários advocatícios que fixo equitativamente em R$1.000,00 (mil reais), nos termos do a rt. 85, §8º do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: FUED CAVALCANTE SÊMEN NETO (OAB 10435/AM) - Processo 0660652-16.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Diego Simões da Silva Eireli - Me (Vip Automotive Service) - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUCIANA DE SOUZA BREVES (OAB 11270/AM), ADV: LUCIVALDO BREVES DA SILVA (OAB 10226/AM) - Processo 0661472-35.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Sonia Maria do Vale Cidade - REQUERIDO: Eletrobrás Amazonas Energia Sa - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0662084-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Paulo Mendes do Nascimento - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - ACOLHO os Embargos de Declaração, de forma que no parágrafo do dispositivo sentencial em que se lê: Condeno ainda o INSS a providenciar para o Autor a reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da LBP, devendo manter a concessão do auxílio-doença até esta ser efetivada, ou até que eventualmente seja concedida a aposentadoria por invalidez, a teor do parágrafo único do mesmo dispositivo. Leia-se: Condeno ainda o INSS a providenciar para o Autor a reabilitação profissional, nos termos do art. 62 da LBP, devendo manter a concessão do auxílio-doença até esta ser efetivada, ou até que eventualmente seja concedida a aposentadoria por invalidez, a teor do parágrafo único do mesmo dispositivo, ou até sua cessação em decorrência de outro motivo previsto em lei. Fica a Sentença Embargada inalterada em seus demais termos, passando a presente Decisão a lhe fazer parte integrante. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: OCIMAR LOPES DE SOUZA (OAB 1717/AM) - Processo 0718552-64.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0709593-07.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Ocimar Lopes de Souza - CONSIGNADA: Patri Quatro - Patrimônio Empreendimentos Imobiliários Ltda - Com relação ao pedido de fl. 277, os extratos já foram juntados aos Autos, às fls. 267/271.

Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
ALESSANDRO MORAES DE LIMA (OAB 13413/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Anderson Lincoln Vital da Silva (OAB 8525/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)

Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camilla Karollina Resende de Almeida Vieira da Cunha (OAB 18973/PB)
Carla Ceusina de Albuquerque Tavares (OAB 11005/AM)
Carla da Prato Campos (OAB 156844/SP)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Reis Wanderley (OAB 4546/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diego Valente de Lima (OAB 10999/AM)
Domingos Nunes de Oliveira (OAB 13940/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 1100/AM)
Everton Bernardo Clemente (OAB 26506/GO)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Fued Cavalcante Sêmen Neto (OAB 10435/AM)
GABRIEL ANTONIO HENKE NEIVA DE LIMA FILHO (OAB 23378/PR)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amato Pissini (OAB 261030/SP)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haytham Bader (OAB 11435/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
José Gomes de Souza (OAB 1143/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Braz de Carvalho (OAB 76653/MG)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lorenna Paula Sarubbi (OAB 8772/AM)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Luciana de Souza Breves (OAB 11270/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivaldo Breves da Silva (OAB 10226/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Eduardo Pessoa Pinto (OAB 922A/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marcelo de Carvalho Sarmento (OAB 4316/AM)
Márcio Alexandre Malfatti (OAB 139482/SP)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marconde Martins Rodrigues (OAB 4695/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Marina Lacerda Cunha Lima (OAB 15769/PB)
Mário Eurico Amaral Pinto (OAB 4680/AM)
Mario Jorge Cardoso Melo (OAB 10894/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Mauro Celi Martins (OAB 2907/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayran Oliveira de Aguiar (OAB 122910/MG)
MONIQUE BARBOSA MAQUINÉ (OAB 9043/AM)
Nazira Marques de Oliveira (OAB 8707/AM)
Neydianne Batista Gonçalves (OAB 37352/SC)
Ocimar Lopes de Souza (OAB 1717/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paulo Matheus de Souza Holanda (OAB 9732/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB 50945/PR)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Raquel Pinto Valente (OAB 6771/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Renzzo Fonseca Romano (OAB 6242/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Robério Rodrigues de Castro (OAB 348669SP)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Cezar Nascimento Ribeiro (OAB 12017/AM)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rogério Moraes de Souza (OAB 7409/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Samuel de Carvalho Ferreira (OAB 23000/CE)
Sandro Romero Pinto Barbosa (OAB 13.001/AM)
Sandro Romero Pinto Barbosa (OAB 13001/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)

Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Vinícius Mendonça Moreira (OAB A1087AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0217/2019

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 163613/SP), ADV: BAIRON A. DO NASCIMENTO JUNIOR (OAB 003.795/AM), ADV: JOSÉ GUILHERME CARNEIRO QUEIROZ (OAB 42527/BA), ADV: ELIANA DOS SANTOS QUEIROZ GARCIA (OAB 89.641/SP), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: HELOISA HELENA MOREIRA SANTIAGO (OAB 3709/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM) - Processo 0041464-43.2005.8.04.0001 (001.05.041464-0) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jacques Machado Portela - REQUERIDA: Agência de Viagens CVC Turismo Ltda - LITSPASSIV: Espaco Verde Turismo Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para que se manifestem acerca do resultado dos cálculos elaborados pela contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS AMAZONAS (OAB 888888/AM), ADV: MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 3181/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: FLÁVIO DA CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM), ADV: ANTONIO MILEO GOMES (OAB 1366/PA), ADV: EDUARDO SILVA DE CARVALHO (OAB 8123/PA), ADV: MARCOS MILÉO BRASIL (OAB 15121/PA), ADV: PAULO BOSCO MILÉO GOMES VILAR (OAB 9348/PA), ADV: BERNARDO HAGE UCHOA (OAB 015659/PA) - Processo 0242839-90.2008.8.04.0001 (001.08.242839-6) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Flavio da Conceição Ferreira Oliveira - EXECUTADO: Unirios Rodofluvial Comercial Ltda - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada na Ação Substitutiva de Declaração de Vontade cumulada com Reparação Civil por Ato Ilícito, proposta por Flavio da Conceição Ferreira Oliveira, por meio de seu patrono(a), em face de Unirios Rodofluvial Comercial Ltda, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 429/430, as partes apresentam acordo que, em suma, informa que as partes ajustam prazo para que a Ré entregue a Escritura da embarcação objeto da Lide até o dia 22/04/2029 e que, em havendo turbação de posse ou restrição de uso ou exploração da balsa suso mencionada, a Requerida se compromete em disponibilizar, em 15 (quinze) dias, outra embarcação com as mesmas características, capacidade e estado de conservação e que, em não sendo disponibilizada outra embarcação no prazo e nas condições mencionadas, automaticamente implica em conversão em perdas e danos, a ser pago pela Requerida ao Autor mensalmente o valor da locação da mencionada embarcação até que a posse em favor do Autor volte à normalidade. Às fls. 431/432, o Autor informa que o terceiro locador da balsa Aline II, Mário Jorge Barroso França - ME poderá ser prejudicado em caso de restrição da embarcação mencionada, pugnando por fim, pela homologação do acordo acima. Às fls. 433, o Requerente reitera o pedido de homologação do acordo. Às fls. 436/439, petitório da Requerida informando que em 21/01/2014, este Juízo determinara a expedição de Ofício à Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental e para a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, para que informassem acerca da existência de embarcações registradas em nome da Ré, contudo, aduz que os Ofícios expedidos pela Secretaria determinaram que fosse procedida também a indisponibilidade dos bens em nome da UNIRIOS (fls. 165/167). É o relatório. Decido Ao compulsar os autos, denoto que o Acordo entabulado entre as partes, contém vícios, quais sejam a ausência de conhecimento do terceiro que será atingido pelos termos do pacto firmado entre as partes e a inexistência de termo ad quem, uma vez que é sabido que não se pode convencionar sem termo final. Pelo exposto, INDEFIRO por ora, o pedido de homologação do acordo de fls. 429/430. Conquanto, nada obsta de as partes adequarem o pacto a fim de preencher os requisitos legais para posterior apreciação do Juízo e, sendo o caso, a homologação pretendida. Ato contínuo, REVOGO as indisponibilidades determinadas nos Ofícios de fls. 165/167, tendo em vista que a ordem extrapolou o conteúdo do Decisum deste Juízo. Oficie-se a Capitania Fluvial da Amazônia Ocidental, Capitania Fluvial de Santarém e a Capitania dos Portos da Amazônia Oriental acerca da revogação anterior. Ato contínuo, determino a intimação da Ré para informar sobre o andamento do processo que tramita junto à Justiça Federal, como determinado em Audiência de Conciliação (fls. 427). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0245118-49.2008.8.04.0001 (001.08.245118-5) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Claudio Amazonas - REQUERIDO: Luiz Carlos Pucu Araújo - H Brandão - Vistos. Trata-se de Pedido de Providências da parte Autora, juntada às folhas 459, onde requer seja nomeado como Assistente Auxiliar de Perícia o Topógrafo Erasmo Prestes Amazonas Neto. Vieram-me conclusos. Da detida análise dos autos, verifico que às folhas 450/451 foi prolatada Decisão nomeando dois Peritos Arbitradores, cujos valores periciais serão custeados pelo Egrégio Tribunal de Justiça, em razão da parte Autora ser beneficiária da Justiça Gratuita. A referida Decisão foi disponibilizada no DJE em 02/04/2019 (folhas 453), tendo se manifestado somente a parte Autora, através do Petitório juntado às folhas 459. Ocorre que dos Peritos nomeados, através dos e-mails disponibilizados, somente um informou que não aceita o encargo, conforme se vê na Certidão lavrada às folhas 457. Desta feita, determino seja expedido Mandado de Intimação para o Perito Braulio Ramos Sobrinho, pois não há nos autos comprovação de leitura do susomencionado e-mail. Oficie-se ao CREA-AM Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Amazonas para, no prazo de 10 (dez) dias, encaminhar relação de Arbitradores aptos para realização de Perícia Judicial. Quanto ao pedido de nomeação do Topógrafo Erasmo Prestes Amazonas Neto, como Assistente Auxiliar de Perícia da parte Autora, INDEFIRO, pois este deve ser contratado e pago pela parte para representa-la na perícia. Saliento que apesar de ser estar sob o pálio da Justiça Gratuita, não há previsão de pagamento de Assistente Técnico na Portaria n. 1.233/2012, de 22/05/2012, disponibilizada no DJE de 24/05/2012, que em seu art. 1º dispõe: Art. 1.º Estabelecer que, nos processos de natureza cível, quando a parte sucumbente no objeto da perícia for beneficiária da justiça gratuita, o pagamento de honorários de perito, de tradutor ou de intérprete será efetuado pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, o qual destinará parcela de seu orçamento para essa finalidade. Parágrafo único. O pagamento previsto no caput deste artigo será enquadrado em rubrica específi ca, denominada “Serviços Especializados nos processos da Justiça Gratuita”, Ação 2329. (grifo nosso) Sobre o tema, colaciono as seguintes jurisprudências: Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROVA PERICIAL. DECISÃO QUE NOMEIA PERITO JUDICIAL. DECISÃO QUE DETERMINA PAGAMENTO DE HONORÁRIOS PERICIAIS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DA

PARTE. VIOLAÇÃO DA AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. NULIDADE. ÔNUS PELO PAGAMENTO PARTE QUE REQUER A PROVA. BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. 1. A ausência de intimação da parte agravante quanto à nomeação da perita indicada pela parte adversa configura cerceamento de defesa por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, ocasionando, via de consequência, a nulidade da decisão. 2. Quando o autor requer produção de prova pericial, ele deve arcar com o ônus da produção, salvo quando beneficiário da Justiça Gratuita, hipótese em que cabe ao Estado a responsabilidade pelo pagamento dos honorários da parte hipossuficiente. 3. Agravo de Instrumento conhecido e provido.(TJAM - Agravo de Instrumento n. 4001032-91.2017.8.04.0000 Relator (a): Airton Luís Corrêa Gentil; Comarca: Manaus/AM; Órgão julgador: Terceira Câmara Cível; Data do julgamento: 08/10/2017; Data de registro: 09/10/2017) (grifo nosso) Ementa:AGRAVO DE INSTRUMENTO. BRASIL TELECOM. CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REMUNERAÇÃO. ASSISTENTE TÉCNICO. De acordo com o preconizado nos artigos 84 e 95, ambos do CPC/2016, a remuneração do assistente técnico é de responsabilidade da parte que o houver indicado, sendo ressarcida, ao final, pelo litigante vencido. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO.(Agravo de Instrumento, Nº70076797471,Vigésima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Fernando Flores Cabral Junior, Julgado em: 25-04-2018) O art. 95, § 3º, do CPC diz respeito ao pagamento da perícia quando esta for de responsabilidade de beneficiário de gratuidade da justiça, não estabelecendo nenhuma regra de pagamento quanto aos Assistentes Técnicos. Cumpre ressaltar que somente o Perito nomeado, na condição de agente auxiliar do Juízo, está sujeito a impedimento e suspeição nos mesmos casos em que o Juiz se submete a essas interdições no processo (art. 148, II). O mesmo não ocorre com o Assistente Técnico, que é considerado apenas elemento de confiança da parte, e por isso não se sujeita a impedimento ou suspeição, tal como previsto no art. 466, § 1º, do CPC. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM) - Processo 0248771-88.2010.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Safra S/A - Vistos. Ao compulsar os autos, denoto que a Sentença de fls. 136/137 transitou em julgado sem que nada requeressem as partes. Desta feita, deem baixa e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS EVALDO TERRINHA ALMEIDA DE SOUZA (OAB 1520/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0254222-65.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0637138-73.2014.8.04.0001) (001.08.254222-9) - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: R. J. Engenharia e Comércio Ltda - EXECUTADO: Manaus EnergiaS/A - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada na Ação de Cobrança, proposta por R. J. Engenharia e Comércio Ltda, por meio de seu patrono(a), em face de Manaus EnergiaS/A, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 600, pedido de providências junto ao Bacenjud, Renajud e Infojud em face à Executada. Pelo exposto, DEFIRO o petitório retro. Intime-se a Exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento relativos às diligências pugnadas, nos moldes da portaria 116/2017 - PTJ. Após, cumprida a diligência acima, providências junto ao Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: BRUNO BRAZ CORDEIRO (OAB 6849/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0601466-67.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM) - Processo 0601730-45.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Pemaza Distribuidora S/A - Vistos. Intime-se o Sr. Oficial de Justiça, Gerson Luiz dos Santos Souza (69), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o documento de alteração contratual, conforme certificado às fls. 57, visto que, após a certidão do referido Oficial, não consta, em anexo, nenhum tipo de documentação. À Secretaria para oficiar à Central de Mandados, afim de que se faça as diligências necessárias. Após a juntada do aludido documento, tendo em vista a certidão da Secretaria às folhas 59, onde certifica o decurso do prazo sem que a parte Executada tenha realizado o pagamento do débito, nem apresentado impugnação, intime-se a parte Exequente para manifestar-se acerca do documento juntado, pelo Oficial de Justiça, bem como para que requeira o que entender de direito, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento da execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM) - Processo 0602386-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Empreitada - REQUERENTE: Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp - REQUERIDO: R. D. Engenharia e Comércio Ltda. - Vistos. Trata-se de Ação Monitória, proposta por Gesso Forte Indústria e Comércio e Serviços de Gesso Eireli - Epp, por meio de seu patrono(a), em face de R. D. Engenharia e Comércio Ltda., todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que as partes entabularam acordo (fls. 92/96 e 101, homologado às fls. 104. Às fls. 106/108, a Autora pugna pelo levantamento de Alvará relativo às montas depositadas às fls. 96 e 103 e da parcela a ser depositada em 26/09/2019. É o relatório. Decido. Tendo em vista os depósitos efetuados espontaneamente pela parte Ré, DEFIRO o pedido de levantamento das montas depositadas. E independente de novo despacho, defiro, desde logo, caso requerido o valor da monta a ser depositada em 26/09/2019. Após, cumpridas as diligências de praxe e nada mais havendo, arquivem-se e deem baixa nos presentes autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0603169-96.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM) - Processo 0603816-57.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Condomínio Amazonas - Vistos. Defiro petitório de fls. 99, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Executado. Providências junto ao INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL. Custas recolhidas às fls. 104. Intime-se a parte exequente, para que junte aos autos documento de identidade ou título de eleitor do Executado, a fim de tornar-se possível a utilização de um dos sistemas judiciais, ora pleiteados, SIEL, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0604355-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Vistos. Defiro petitório de fls. 65. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte requerente junte aos autos novo endereço da parte requerida para fins de concretização dos atos citatórios, bem como, para que, no mesmo prazo, recolha as custas de Oficial(a) de Justiça, conforme Provimento 116/2017 - PTJ, Tabela VII, Atos dos Auxiliares do Juízo, item I. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA BEATRIZ DA SILVA OLIVEIRA (OAB 9372/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DENIZOM MOREIRA DE OLIVEIRA (OAB 9040/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: PEDRO HENRIQUE BARROS DE SENA (OAB 13600/AM) - Processo 0604406-05.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daswanny Araujo dos Reis e outro - REQUERIDO: PATRI DEZOITO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - Vistos. Defiro a prova pericial pleiteada pela Requerente às folhas 416/417. Deferida a gratuidade da justiça, em favor da parte Exequente, conforme se vê no Despacho de folhas 111. Nomeio como Perita do Juízo Kerolayne Mafra de Morais, na área de contabilidade, com endereço na Rua Misushiro, 154 - Cd. Acqua - Torre 3, apto 74, Parque Dez de Novembro, CEP 69058-448, Manaus/AM, e-mail: mafra.Negreiros@gmail.Com ou maframoraiscontabil@gmail.com, que deverá ser intimado para informar se aceita o encargo. Arbitro os honorários periciais no valor de R$1.000,00 (hum mil reais) que serão custeados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, nos termos da Portaria nº 1.233/2012, tendo em vista que a parte Autora é beneficiária da Justiça Gratuita. Intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicarem Assistente Técnico e apresentar quesitos (Art. 465, § 1º, II e III do CPC). Cumpridas às determinações, intime-se o Perito para dar início aos trabalhos, fixando prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo em Juízo. Em respeito ao princípio do contraditório, faz-se necessária a intimação das partes, na pessoa de seus Patronos, acerca da data e local designados para o início dos trabalhos periciais, devendo também constar da intimação a hora em que os trabalhos se iniciarão. Após o protocolo do laudo pericial, intimem-se às partes para manifestarem-se, no prazo comum de 15 (quinze) dias, mesmo tempo que os Assistentes Técnicos disporão para apresentar seus pareceres técnicos. Após, expeça-se requisição de pagamento dos honorários periciais, devendo ser observado o disposto no § 1º, do art. 10, da Portaria nº 1.233/2012, disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico em 24/05/2012. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0606160-74.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Maria Andrea da Silva Brito - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0606568-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0607231-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Gladson Saltao Maues - Vistos. Trata-se de Cumprimento de Sentença prolatada em Ação de Busca e Apreensão, proposta por Banco Bradesco S/A, por meio de seu patrono(a), em face de Gladson Saltao Maues, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Às fls. 85/86, resposta positiva do Bacenjud. Às fls. 91, petitório do Autor pugnando pelo levantamento da monta bloqueada por meio da diligência anterior. É o relatório. Decido. Tendo em vista a resposta positiva e bloqueio de valores via Bacenjud, DEFIRO o petitório de fls. 91, acerca do levantamento da monta bloqueada. À Secretaria para que expeça o competente Alvará na forma pugnada. Após, nada mais havendo, deem baixa e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610109-14.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos. Trata-se de Ação Monitória, proposta por Amazonas Distribuidora de Energia S/A, por meio de seu patrono(a), em face de Sebastião Mangabeira da Silva, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. Ao compulsar os autos, denoto que às fls. 70, a Requerente pugna pela consulta ao sistema BACENJUD a fim de localizar o endereço do Requerido. DEFIRO o petitório retro. Pelo exposto, intime-se a Autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste aos autos comprovante de pagamento referente à diligência pugnada, conforme a portaria 116/2017 - PTJAM, sob pena de extinção do feito nos moldes do artigo 485, III, do CPC. Cumprida a diligência acima, providências junto ao BACENJUD. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0610375-93.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Trata-se de petitório juntado às fls. 114, na qual ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.717.110/0001-71, "informando" a substituição do polo ativo da ação, por tratar-se de cessão de crédito conforme documentos apresentados às fls. 84/87. Da análise dos autos, verifico a falta de comprovação da ciência do devedor quanto à suposta cessão. O Art. 290. preceitua que: "A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita". Desta feita, determino a intimação da Cessionária, para que no prazo de 10 (dez) dias comprove a aludida notificação ao réu, sob pena de indeferimento de sua substituição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LARISSA VIANEZ SANT' ANNA FIGUEIRA MACEDO (OAB 9047/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0610531-23.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: CARLOS CESAR NICACIO COSTA - REQUERIDO: INSS-Intituto Nacional de Seguro Social - Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALEANDRO LIMA DE QUEIROZ (OAB 23008A/PB), ADV: GISELA ARAÚJO NICOLAU (OAB 10759/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0610750-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Amadeu de Oliveira Abreu - REQUERIDO: Centrape Central Nacional dos Aposentados e Pensionista do Brasil - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0612071-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - R.H. no estado em que se encontra. Dispõe o Decreto-Lei 911/69, em seu art. 4º, que nos casos onde o bem objeto da busca e apreensão não for localizado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá pedir a conversão do pedido em ação executiva. Essa é a praxe que envolve os litígios relacionados à alienação fiduciária. É o que se extrai do art. 5º, caput, do DecretoLei 911/69: "Se o credor preferir recorrer a ação executiva, (...), serão penhorados, a critério do autor da ação, bens do devedor quantos bastem para assegurar a execução." Desta feita, defiro o pedido de fls. 46/47, convertendo o presente feito em Execução de Título Extrajudicial, nos termos do art. 5º do Decreto-Lei nº 911/67. Proceda-se à correção de classe e do valor da causa no SAJ-PG5. Remetam-se os autos à Contadoria para verificar eventual pendência de custas processuais. Após, cite-se a parte executada, para que, no prazo de 03 (três) dias,

seja efetuado o pagamento da dívida, devidamente corrigida, cujo valor está indicado às 47, sob pena de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para garantia do principal atualizado, dos juros, das custas processuais antecipadas e dos honorários advocatícios. Fixo, de plano, os honorários do patrono do exequente, a serem pagos pelo executado, no equivalente a 10% (dez por cento) do valor da execução (art. 827, caput, CPC). No caso de integral pagamento no prazo acima indicado, referida verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1°, CPC). Tendo em vista a Lei Estadual n° 4.408/2016 e a Portaria n° 116/2017 - PTJ, determino a intimação do exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, proceder ao recolhimento das custas de diligência do oficial de justiça, devendo colacionar aos autos o respectivo comprovante. Com a comprovação de recolhimento, expeça-se o respectivo mandado, consignando o prazo de 15 (quinze) dias para o executado, querendo, opor-se à execução por meio de embargos. Opostos os Embargos à Execução, certifique-se sua tempestividade, intimando-se o Exequente para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, após o qual, voltem-me conclusos, independente de resposta, para decisão. De outra sorte, precluindo o prazo dos Embargos, em sendo positiva a penhora, intime-se o Exequente para se manifestar acerca dos bens indicados. Em sendo negativa, dê-se vista ao Exequente, para que se manifeste, no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0614264-26.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: SAPHIRA SAMUEL OHANA - REQUERIDO: SAMEL - Serviços de Assistência Médico-Hospitalar Ltda. - Intimo o Ministério Público, conforme deferido às fls. 220/223, através da procuradoria de incapazes, para que se manifeste acerca do processo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0614612-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Trata-se de petitório juntado às fls. 79/81, na qual ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.717.110/0001-71, “informa” substituição do polo ativo da ação, por tratar-se de cessão de crédito conforme documentos apresentados às fls. 82/85. Da análise dos autos, verifico a falta de comprovação da ciência do devedor quanto à suposta cessão. O Art. 290. preceitua que: “A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita”. Desta feita, determino a intimação da Cessionária, para que no prazo de 10 (dez) dias comprove a aludida notificação ao réu, sob pena de indeferimento de sua substituição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATASHA CHAVES AKEL HAUACHE (OAB 9505/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM), ADV: RODRIGO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 8943/AM) - Processo 0615204-59.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Turismo - REQUERENTE: MICHAEL SANTOS SIDI - REQUERIDO: THL - AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA. - Vistos Da análise dos autos percebo que a audiência de instrução faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar decisão posterior, uma vez que as provas têm como destinatário o Magistrado. Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 20/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se.Cumpra-se.

ADV: ANNIE MARA ARRUDA DE SÁ E BRITO (OAB 6286/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: MARCELO BRASIL SALIBA (OAB 11546A/MT) - Processo 0615339-37.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Canopus Administradora de Consórcios S/A - Vistos. Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Requerente quanto ao cumprimento do ato diligenciado em ato ordinatório de fls. 183, apesar de devidamente intimada, por intermédio de seu(ua) Patrono(a), conforme certificado em certidão de fls. 188. Ante o exposto, intime-se a parte Requerente pessoalmente, por carta com aviso, bem como seu(ua) Patrono(a) por publicação, para que se manifestem acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, quais sejam, manifestar-se acerca do ato ordinatório de fls. 183, bem como indicar novo endereço da parte requerida para fins de citação, dentro do prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do §1º do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0615492-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dalzenir Ribeiro de Freitas - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 08:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: DAINIUSEN PEDROSA CASTRO E SILVA (OAB 953/RR), ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0615656-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Janete Maria de Lourdes Batista Vieira - REQUERIDO: Lojas Marisa S/A - Vistos. No que diz respeito ao pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte Requerente, não vislumbro haver nos autos elementos que evidenciem os pressupostos legais para sua concessão, até porque o valor da causa atribuído fora de R$54.976,08 (Cinquenta e quatro mil, novecentos e setenta e seis reais e oito centavos), podendo a parte se valer do parcelamento das custas, conforme preconiza o art. 98, §6º, do CPC. Pelo exposto, com fulcro no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o qual disciplina que o juiz, antes de indeferir o pedido de gratuidade judiciária, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, concedo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias, ou que realize o parcelamento. Insta salientar que, conforme artigo 3º da mencionada Portaria, “compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais”. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0616111-92.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - Sucessor de Banco Losango S/A - Banco Multiplo - Vistos. Defiro petitório de fls. 128, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do devedor solidário Alcir Theodoro da Silva. Providências junto ao sistema SIEL. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta ao sistema judicial mencionado, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0616395-03.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos. Do compulsar dos autos, verifico que a parte requerida não foi citada, conforme certidão de Oficial(a) de Justiça de fls. 90. O requerente foi intimado para se manifestar acerca de mandado cumprido parcialmente, sem efetivação da citação da parte requerida, conforme fls. 91. Diante disso, em observância ao disposto no art. 317 do CPC, indefiro o petitório de fls. 95 e determino a intimação da aludida parte, por seus patronos habilitados nos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, informar o endereço do requerido para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0619592-97.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 121/122, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do requerido e para proceder com a restrição do bem objeto da lide via sistama RENAJUD. Intime-se a parte requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pelo sistema judicial, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 5 (cinco) dias. Com o recolhimentos das custas, providências junto ao RENAJUD. Após, intime-se a parte requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP) - Processo 0624508-43.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: S.B.S. - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: LILIAN ANTONIA FERREIRA DE AQUINO (OAB 10336/AM) - Processo 0624586-37.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: P W Engenharia Ltda - Vistos. Tendo em vista a certidão da Secretaria às folhas 68, onde certifica o decurso do prazo sem que a parte Executada tenha realizado o pagamento do débito, nem apresentado impugnação, determino a intimação da parte Exequente, para requerer o que entender de direito, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento da execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR) - Processo 0624623-98.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: V.F.C.F.I. - Vistos. Defiro petitório de fls. 92, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Executado. Intime-se a parte Exequente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta aos sistemas judiciais, ora pleiteados, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Com a comprovação do recolhimento de custas, providências junto ao RENAJUD e BACENJUD. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0625830-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0626129-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 134. Expeça-se novo mandado para o endereço declinado às fls. 130, devendo o Sr. Meirinho utilizar-se das prerrogativas que lhe são inerentes, em especial, a citação por hora certa, caso julgue necessário, de acordo com as normas do Art. 252 do NCPC. Custas recolhidas às fls. 143. Cumpra-se.

ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0628354-34.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612601-76.2015.8.04.0001) - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - REQUERIDO: Francisco Garcia Rodrigues Filho e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: RODRIGO TOSTA GIROLDO (OAB 4503/RO), ADV: YURI DA SILVA LADISLAU (OAB 10857/AM) - Processo 0628611-93.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Rondobras da Amazonia Distribuidora de Auto Pecas Ltda - Vistos. Tendo em vista a certidão da Secretaria às folhas 54, onde certifica o decurso do prazo sem que a parte Executada tenha realizado o pagamento do débito, nem apresentado impugnação, determino a intimação da parte Exequente, para requerer o que entender de direito, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento da execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 8927/SC), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 33416/SC), ADV: GUSTAVO RODRIGO GÓES NICOLADELLI (OAB 1044A/AM), ADV: RODRIGO FRASSETTO GÓES (OAB 1084A/AM) - Processo 0628706-65.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Vistos. Indefiro petitório de fls. 103, visto que não fora apresentado acordo nos autos. Desta feita, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte requerente junte aos autos o referido acordo, sob pena de extinção da ação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DE PINHO PEREIRA (OAB 17712/BA), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM) - Processo 0629233-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Transglobal Serviços Ltda - REQUERIDO: Petróleo Brasileiro S/A - Vistos. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito o ato ordinatório de fls. 428, bem como a certidão de fls. 429. Após, remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso das partes Requeridas não serem encontradas no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for

apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para realizar o apensamento dos autos ao Processo n° 0623627-32.2019.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629929-77.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTE O PEDIDO da parte Requerente para converter o comando inicial de pagamento em mandado executivo, com fundamento no artigo 701, § 2°, do Código de Processo Civil, reconhecendo-lhe o direito ao crédito representado pelo valor de R$ 10.271,79 (dez mil, duzentos e setenta e um reais e setenta e nove centavos), referente às faturas de energia elétrica da unidade consumidora n. 0536207-5, no período de fevereiro/2017 a fevereiro/2019, incidindo-se correção monetária oficial e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação válida, nos termos do que apregoa o artigo 240, do Código de Processo Civil. CONDENO a parte Requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (princípio da causalidade), que fixo em 10% sobre o valor da condenação, com sustentáculo no que dita o artigo 85, § 2°, incisos I, II, III e IV da Lei do Rito Civil, atendendo ao grau de zelo do profissional, o lugar da prestação do serviço, a natureza e relevância da causa. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. Proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, expeça-se o mandado executivo em desfavor da parte Requerida para que satisfaça o crédito líquido, certo exigível, desde que a parte Requerente, agora na qualidade de Exequente da demanda monitória em fase de cumprimento, realize, em 5 dias, o pagamento das diligências do oficial de justiça, de conformidade com o Provimento n. 250 - CGJ/AM, de 26/06/15. Observe-se à parte Requerida, quando da expedição do mandado intimatório de execução do título judicial que, em 15 (quinze) dias deverá ultimar o pagamento voluntário do valor supramencionado sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) sobre a dívida líquida, certa e exigível que lhe foi reconhecida em desfavor, na forma como estatuído no artigo 523, §1º do Código de Processo Civil. Fixo, desde já os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução para a fase de cumprimento da sentença que se dá com o transcurso do prazo de cumprimento voluntário da obrigação. É a dicção da Súmula 517, do STJ. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0632717-35.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Vistos etc. Condomínio Residencial Paradiso Anturio, devidamente qualificado ajuizou a presente Ação de Execução de Título Extrajudicial em face de Marilyse Evelyn da Crus Pinheiro, igualmente qualificado, pelos fatos e fundamentos da exordial. Custas iniciais pagas, conforme Certidão de folhas 105/110. Durante o trâmite do processo, a parte Exequente juntou minuta de acordo celebrado com a parte Executada, assinada por duas testemunhas, conforme consta às fls.120/125. Às fls. 127/128, decisão determinando a suspensão do feito até o dia 15.06.2019, sendo as partes advertidas que decorrido o termo final do acordo, sem manifestação, persumir-se-ia integralmente cumprido o acordo. Vieram-me os autos conclusos, após a Secretaria certificar que transcorreu o prazo de suspensão sem manifestação das partes. Ante o exposto, JULGO EXTINTO o processo de execução, pelo pagamento, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil. Custas pela parte executada. Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0633267-30.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilvan Celio Vieira Machado - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Tendo em vista o depósito dos honorários periciais, e em consonância com o art.33, parágrafo único do CPC, expeça-se o competente Alvará em favor do Perito HERMANN SAUNDERS FERNANDES correspondente ao remanescente da monta depositada. Ato contínuo, intimem-se as partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se sobre o laudo pericial de fls. 207/227. À Secretaria para as providências de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0633305-47.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 173/174, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Requerido. Intime-se a parte Requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pela consulta aos sistemas judiciais, ora pleiteados, consoante Portaria 116/2017 - PTJ, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Providências junto ao INFOJUD, RENAJUD e BACENJUD. Após, intime-se a parte Requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0634674-42.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S A - Vistos. Defiro petitório de fls. 126 e 128, com intuito único e puro de localizar o atual endereço da parte Executada. Providências junto ao INFOJUD e BACENJUD. Custas recolhidas às fls. 132. Após as providências, intime-se a parte

ADV: JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO (OAB 1529/RO), ADV: LUDMILLA MIGLIO CONDE RODRIGUES COSTA (OAB 12298/AM) - Processo 0639355-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Thayron Bezerra de Araujo - REQUERIDO: Centro Universitário - Ceulm/ulbra Manaus -am - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG) - Processo 0639603-50.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos. Trata-se de petitório juntado às fls. 114, na qual ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS, inscrita no CNPJ sob o nº 17.717.110/0001-71, requer substituição do polo ativo da ação, por tratar-se de cessão de crédito conforme documentos apresentados às fls. 115/119. Da análise dos autos, verifico a falta de comprovação da ciência do devedor quanto à suposta cessão. O Art. 290. preceitua que: “A cessão do crédito não tem eficácia em relação ao devedor, senão quando a este notificada; mas por notificado se tem o devedor que, em escrito público ou particular, se declarou ciente da cessão feita”. Desta feita, determino a intimação da Cessionária, para que no prazo de 10 (dez) dias comprove a aludida notificação ao réu, sob pena de indeferimento de sua substituição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0639910-33.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Compra e Venda - REQUERENTE: Maria Rosimar F. da Silva Eireli Epp - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, § 8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0639910-72.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0642270-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antônia Marques de Castro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 17/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM) - Processo 0642420-19.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Portal Indústria de Embalagens Plásticas Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: DANIELLE RUFINO ALVES RICARDO (OAB 3643/AM) - Processo 0642771-89.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Dissolução - REQUERENTE: Luis Henrique Navegante Barros - Vistos. Trata-se de Ação de Dissolução Parcial de Sociedade com Apuração de Haveres proposta por LuiZ Henrique Navegante Barros, sócio da Empresa Norte Serviços de Apoio a Edifícios Ltda -ME, em desfavor de Anirlane Romênia Ointo Barroso, pelos fatos e fundamento expendidos na inicial. Verifico que a petição inicial não preenche alguns dos requisitos dos arts. 303 e 319. O Autor deixou de informar na sua vestibular o correto valor da causa, que deverá levar em consideração o pedido de tutela final (art. 303, § 4º, do CPC). Deixou, ainda, de realizar o pagamento das custas e despesas processuais, conforme dispõe o art. 82, do Código de Processo Civil. Desta feita, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Determino, ainda, a intimação do Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do art. 290, do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0643325-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Edilene Oliveira da Cruz - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0643762-02.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Francisco Souza de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos. Do compulsar dos autos, verifico erro material no Despacho de fls. 239, no que tange a data da audiência de Instrução e Julgamento. Desta feita, ONDE SE LÊ: "Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/05/2019 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas

partes, independentemente de intimação." LEIA-SE: "Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 14/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação." No mais, mantenho os outros termos do Despacho incólumes. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLON TAVARES DANTAS (OAB A1261/AM) - Processo 0643858-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcos Jose Gomes Peso - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0644254-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Centro do Alumínio Ltda. - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC, relativo a prova de quitação integral da compra e venda do imóvel, devendo ser apresentado o recibo para a comprovação dos pagamento realizado, documento essencial para a propositura da ação. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAELA CRISTINA DE SOUZA SALES (OAB 10924/AM) - Processo 0645735-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ariana Araújo de Souza - Vistos. Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0646755-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Vanilza da Silva Nunes - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0647638-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suzete Almeida Ramos - Vistos. Defiro a inversão do ônus da prova, conforme art. 6°, VIII, CDC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0647934-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: André Luiz Rocha Rodrigues - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de

gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime-se e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648147-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tulio Teodoro da Cunha Montano - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648190-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Jarley Guimarães da Costa - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: HELY DE SOUZA PINHEIRO (OAB 5720/AM) - Processo 0648260-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Carlos de Souza Pinheiro - Vistos. No que diz respeito ao pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte Requerente, não vislumbro haver nos autos elementos que evidenciem os pressupostos legais para sua concessão, até porque o valor da causa atribuído fora de R$42.869,00 (Quarenta e dois mil, oitocentos e sessenta e nove reais), podendo a parte se valer do parcelamento das custas, conforme preconiza o art. 98, §6º, do CPC. Pelo exposto, com fulcro no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o qual disciplina que o juiz, antes de indeferir o pedido de gratuidade judiciária, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, concedo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias, ou que realize o parcelamento. Insta salientar que, conforme artigo 3º da mencionada Portaria, "compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais". Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0648347-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: M.D.B. - Vistos. Defiro a inversão do ônus prova conforme art. 6º, VIII, CDC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM) - Processo 0648399-59.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: A C Guimarães - Ereli - Vistos. Trata-se de Ação Monitória, proposta por A C Guimarães - Ereli, por meio de seu patrono(a), em face de Prefeitura Municipal de Manacapuru, todos devidamente qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos descritos na exordial. O presente feito fora distribuído originalmente para este Juízo que, todavia, não tem competência para processá-lo e julgá-lo, em conformidade com o artigo 430 da Lei Complementar nº 17/97, in verbis, o Município de Manacapuru está compreendido dentre as Comarcas de Primeira Entrância com duas varas: "Art. 430 - As Comarcas de primeira Entrância são compostas das seguintes Varas, numeradas ordinalmente: (...) b) Comarcas com duas Varas: 3ª. Manacapuru" Pelo exposto, em homenagem à

primazia do princípio do Juiz natural previsto no artigo 5º, inciso LIII da Constituição Federal, e frente à inequívoca incompetência deste Juízo, DECLINO A COMPETÊNCIA para presidir o presente feito, em favor de umas das varas de Manacapuru. Remetam-se os autos ao Setor de Distribuição, para que seja distribuídos ao Juízo competente. Intime-se. Cumpra-se. P.R.I.C.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648513-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Antonia Eliene da Silva Rodrigues - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0648547-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Hudson Lima da Costa - Vistos. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Conforme artigo 1º da Portaria nº 2.183/2016-PTJ - que disciplina sobre os procedimentos iniciais nos processos relativos às ações previdenciárias e ao seguro DPVAT, bem como prevê a realização de mutirões processuais pertinentes a tais demandas -, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC para emissão de todos os expedientes necessários à realização de perícia. Intime(m)-se e Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0648852-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Márcia Maristela Reis Moraes - Vistos. Defiro a inversão do ônus da prova, conforme art. 6º, VIII, CDC. Defiro o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. Por conta do princípio de promoção pelo Estado da solução dos conflitos por autocomposição, e tendo em vista que a inicial preenche os requisitos essenciais, determino que os presentes autos sejam encaminhados ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para designação de data, citação e emissão de todos os expedientes necessários à realização da Audiência de Conciliação, nos termos do caput do artigo 334 do Código de Processo Civil. Dê-se ciência que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado", conforme artigo 334, §8º, do referido Código. Em caso da parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo, quando requerido, a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, exceto se beneficiário da justiça gratuita, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de nova audiência conforme necessário e renove-se a citação. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, com a devida atribuição ao valor da causa e recolhimento das custas iniciais, intime-se a parte Requerente/Reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0648873-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Maria Gracineide da Silva Alencar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Maria Gracineide da Silva Alencar propôs Ação Revisional c/c Consignação em Pagamento com Pedido de Tutela Antecipada, em face de Banco Bradesco S/A, pelos fatos e fundamentos expendidos na inicial. Juntou documentos às folhas 32/66. Através da Decisão de folhas 67/69, foi deferido parcialmente o pedido de tutela e, ainda, deferidos os pedidos de inversão do ônus da prova e gratuidade da justiça. Realizada remessa dos autos ao CEJUSC. Contestação e demais documentos apresentados às folhas 87/151. Audiência de Conciliação realizada pelo CEJUSC, sem acordo. A Patrona do Banco Requerido pugnou pela realização de audiência de Instrução e Julgamento. O Patrono da Requerente pugnou pelo julgamento antecipado da lide. Praticado Ato Ordinatório às folhas 155. Réplica apresentada às folhas 158/160. Praticado Ato Ordinatório às folhas 162 (apresentação eventual de propostas de acordo e especificação de provas). Juntada de comprovante de depósito pela Autora, às folhas 165/166. Manifestação do Requerido, juntada às folhas 167, onde requereu a realização de perícia contábil. Juntada de comprovante de depósito pela Autora, às folhas 169/173. Petitório da Requerente, juntado às folhas 174/175, onde informa que o veículo objeto da lide foi apreendido por determinação constante nos autos de nº 0645735-89.2018.8.04.0001, em razão de haver sido considerada revel, tendo sido reconhecido o domínio e a posse plena do bem em favor do Banco Requerido. Vistos em Correição em 30/08/2019. Vieram-me conclusos. Decido. Em consulta realizada junto ao sistema, verifico que a Requerente propôs a presente Ação Revisional em 18/10/2018. Ocorre, que o Banco Requerido ingressou com Ação de Busca e Apreensão em desfavor da Requerente, tendo esta sido registrada sob o n. 0645735-89.2018.8.04.0001 e distribuída em 01/10/2018 para a 10ª Vara Cível. Em detida análise do presente caderno digital e dos autos da Busca e Apreensão, verifico que a parte Autora naqueles autos, apesar de devidamente citada por Oficial de Justiça, não

apresentou defesa, motivo pelo qual foi reconhecida a revelia e julgado procedente o pedido, reconhecendo na pessoa do Banco o direito ao domínio e a posse plena do bem, conforme Sentença prolatada às folhas 135/136, naqueles autos. O conflito foi definitivamente solucionado, quando da prolação da Sentença nos autos da Busca e Apreensão em trâmite na 10ª Vara Cível. Antes de determinar o sobrestamento do feito até Decisão da Instância Superior, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar os comprovantes referente aos depósitos mensais no valor de R$ 781,57 (setecentos e oitenta e um reais e cinquenta e sete centavos), conforme autorizado na Decisão de folhas 67/69, prolatada em 7 de novembro de 2018. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0648950-39.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC relativo ao contrato apresentado às fls. 04/07, pois não está devidamente assinado pelas partes contratantes, documento essencial para à propositura da ação. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Intime-se ainda a parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, proceder ao recolhimento das custas processuais iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição, nos termos do artigo 290 do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial.

ADV: JORGE ALBERTO DA SILVA TEIXEIRA (OAB 14473/AM) - Processo 0649059-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Leonardo Amorim Ferraz - Vistos. No que diz respeito ao pedido de gratuidade da justiça formulado pela parte Requerente, não vislumbro haver nos autos elementos que evidenciem os pressupostos legais para sua concessão, até porque o valor da causa atribuído fora de R$38.840,19 (Trinta e oito mil, oitocentos e quarenta reais e dezenove centavos), podendo a parte se valer do parcelamento das custas, conforme preconiza o art. 98, §6º, do CPC. Pelo exposto, com fulcro no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, o qual disciplina que o juiz, antes de indeferir o pedido de gratuidade judiciária, deverá determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos, concedo à Requerente o prazo de 10 (dez) dias, ou que realize o parcelamento. Insta salientar que, conforme artigo 3º da mencionada Portaria, "compete ao interessado a emissão dos boletos bancários no sítio do Tribunal de Justiça do Amazonas (www.tjam.jus.br), no portal de serviços @-SAJ - custas processuais". Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0649347-35.2018.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERIDO: Fredson Barbosa - Nada a questionar, homologo, por sentença, o acordo celebrado para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do CPC. As partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme art. 90, § 3º, CPC. Honorários de advogado pro rata. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquivem-se.

ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0651168-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM), ADV: VICTOR HUGO TRINDADE SIMÕES (OAB 9286/AM) - Processo 0651261-37.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kaele Ltda. - Kl Rent A Car - Tendo em vista renúncia ao mandato com a devida comunicação ao respectivo mandante, na forma do artigo 112 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do presente feito, bem como a intimação da Empresa Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono, sob pena de extinção do feito, com fulcro no art. 76, §1º, I c/c art. 485, IV, ambos do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0651868-50.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Tendo em vista renúncia ao mandato com a devida comunicação ao respectivo mandante, na forma do artigo 112 do Código de Processo Civil, determino a suspensão do presente feito, bem como a intimação da Empresa Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, constituir novo patrono, sob pena de extinção do feito, com fulcro no art. 76, §1º, I c/c art. 485, IV, ambos do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JARBAS MOURA DE SOUZA (OAB 1246/RO) - Processo 0658030-61.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Prevenção Ao Risco Sistema Sicoob Norte - Sicoob Frs - Vistos. Defiro petitório de fls. 81, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Executado. Custas recolhias às fls. 84 Providências junto ao BACENJUD. Após, intime-se a parte Exequente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0659501-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria das Gracas Negreiros - REQUERIDO: Sky Brasil Serviços Ltda - Fundamento e decido. Decreto a revelia, com fulcro no art. 344, do Código de Processo Civil, vez que se denota dos autos que houve a sua citação válida (fls.210) e, entretanto, não houve a apresentação de Contestação, conforme certidão de fls.212. O Código de Processo Civil preconiza que, como efeito da revelia, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Ressalta-se, primeiramente, que a presunção se refere aos fatos e não ao direito, motivo pelo qual converto o julgamento em diligência para determinar a intimação das partes para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares, indicando, com objetividade, os fatos que pretendem produzir, bem como sua necessidade. Ressalto que o prazo para o revel fluirá da data de publicação do ato decisório no órgão oficial. Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para Decisão. Cumpra-se.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM), ADV: GISELE SAMPAIO FERNANDES (OAB 4621/AM) - Processo 0713587-43.2012.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDA: Dirleide Silva da Costa - Assim, pauto a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 26/05/2020 às 9h30, momento em que serão tomados os depoimentos das partes, sob pena de confesso, e inquiridas as testemunhas, se arroladas pelas partes, independentemente de intimação. Ainda, defiro o prazo de 10 dias para que as partes requererem antecipadamente as provas que eventualmente pretendam produzir na audiência de instrução e julgamento, justificando sua pertinência. Ato contínuo, DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerida/Reconvinte, à luz das informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Destaco que o benefício é temporário, uma vez que, nos termos do artigo 98, parágrafos 2º e 3º, do referido Diploma legal, a gratuidade não afasta a responsabilidade do beneficiário pelas despesas processuais e pelos honorários advocatícios decorrentes de sua sucumbência, cujas obrigações poderão ser executadas se, nos 05 (cinco)

anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade. À secretaria para todas as diligências necessárias para intimação pessoal das partes, bem como de seus patronos, por publicação. Intimem-se. Cumpra-se

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleandro Lima de Queiroz (OAB 23008A/PB)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Beatriz da Silva Oliveira (OAB 9372/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Annie Mara Arruda de Sá e Brito (OAB 6286/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
ANTONIO MILEO GOMES (OAB 1366/PA)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon A. do Nascimento Junior (OAB 003.795/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bernardo Hage Uchoa (OAB 015659/PA)
Bruno Braz Cordeiro (OAB 6849/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Carlos Evaldo Terrinha Almeida de Souza (OAB 1520/AM)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
César Augusto de Pinho Pereira (OAB 17712/BA)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Dainiusen Pedrosa Castro e Silva (OAB 953/RR)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Danielle Rufino Alves Ricardo (OAB 3643/AM)
Denizom Moreira de Oliveira (OAB 9040/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
EDUARDO SILVA DE CARVALHO (OAB 8123/PA)
ELIANA DOS SANTOS QUEIROZ GARCIA (OAB 89.641/SP)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Flávio da Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gisela Araújo Nicolau (OAB 10759/AM)
Gisele Sampaio Fernandes (OAB 4621/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 1044A/AM)
Gustavo Rodrigo Góes Nicoladelli (OAB 8927/SC)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Heloisa Helena Moreira Santiago (OAB 3709/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Hely de Souza Pinheiro (OAB 5720/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Alberto da Silva Teixeira (OAB 14473/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Cristiano Pinheiro (OAB 1529/RO)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 163613/SP)
José Guilherme Carneiro Queiroz (OAB 42527/BA)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Vianez Sant' Anna Figueira Macedo (OAB 9047/AM)
Lilian Antonia Ferreira de Aquino (OAB 10336/AM)
Ludmilla Miglio Conde Rodrigues Costa (OAB 12298/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Brasil Saliba (OAB 11546A/MT)
Marcelo Rodrigues dos Santos (OAB 3181/AM)
MARCELO RODRIGUES DOS SANTOS AMAZONAS (OAB 888888/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
MARCOS MILÉO BRASIL (OAB 15121/PA)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marlon Tavares Dantas (OAB A1261/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Natasha Chaves Akel Hauache (OAB 9505/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
PAULO BOSCO MILÉO GOMES VILAR (OAB 9348/PA)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Pedro Henrique Barros de Sena (OAB 13600/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Cristina de Souza Sales (OAB 10924/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB 1246/RO)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Cavalcante dos Santos (OAB 8943/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 1084A/AM)
Rodrigo Frassetto Góes (OAB 33416/SC)
Rodrigo Tosta Giroldo (OAB 4503/RO)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Victor Hugo Trindade Simões (OAB 9286/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri da Silva Ladislau (OAB 10857/AM)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0270/2019

ADV: JOSÉ DE ARAÚJO NOVAES NETO (OAB 70772/SP), ADV: CRISTIANE ROSEIRO PEREZ (OAB 4151/AM), ADV: MAX AGUIAR JARDIM (OAB 10812/PA), ADV: JOSÉ CARLOS MARINHO DA SILVA (OAB 1273/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: LUIZ ROSELLI NETO (OAB 122478/SP) - Processo 0206703-94.2008.8.04.0001 (001.08.206703-2) - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais - EXECUTADO: Ricardo dos Santos - Interbrazil Seguradora S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento ao despacho de fls. 278, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM) - Processo 0223078-68.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamento S/A - Defiro o pedido de fl. 141 para determinar a localização do endereço da parte executada, através de consultas pelas vias do BACENJUD e RENAJUD, sucessivamente, consoante dados abaixo: Exequente: Banco Bradesco Financiamento S/A Executado: Reley Manso de Oliveira CPF/CNPJ do executado: 524.718.372-04 Para tanto, INTIME-SE o exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, recolher as custas devidas às consultas, nos termos da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Realizadas as pesquisas, intime-se novamente o exequente para, também no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito ao prosseguimento do feito. Havendo ou não manifestação, ao fim do prazo, retornem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0605682-08.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de fls. 87/88. Nesse espeque, promovam-se consultas aos sistemas de informações ao Judiciário, BACENJUD e RENAJUD, sucessivamente, a fim de localizar bens passíveis de penhora. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Para tanto, deverá a parte interessada pagar, no prazo de 05(cinco) dias, as custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Efetuada a penhora dos ativos financeiros, intime-se o executado, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 (cinco) dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Após, intime-se a parte exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Por fim, não sendo localizados bens penhoráveis, deverão os presentes autos serem arquivados, aguardando cômputo do prazo da prescrição intercorrente, salvo expressa manifestação contrária do exequente, a demonstrar a existência de patrimônio executável, com supedâneo no art. 921, §§ 2º e 3º, do CPC e ante a previsão do art. 206, § 5º, inc. I, do CC/02. Assim, consistindo a pretensão em tela em cobrança de dívida líquida constante de instrumento particular, se, no lapso temporal de 05 (cinco) anos após o primeiro ano de suspensão dos autos, não houver medidas efetivas de exequibilidade da dívida sub judice, intimem-se as partes para se manifestarem, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a eventual ocorrência da prescrição intercorrente e, após, retornem-me os autos imediatamente conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PAULO VICTOR BIANCO CRESPO (OAB 8418/AM) - Processo 0614000-43.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andre Cyrino da Silva - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - Da análise detida do feito, verifico ser despiciendo o pedido de fl. 232, porquanto o INDEFIRO de plano pelas razões que passo a expor. Primeiramente, convém pontuar que o IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0001 ainda não obteve julgamento definitivo, restando pendente o julgamento de Recurso Especial n° 1805815/AM (2019/0094573-7) contra o acórdão proferido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, detendo aquele recurso, por força da previsão normativa do art. 987, §1º, do CPC, efeito suspensivo. Dessa forma, determino que reste o presente feito suspenso até decisão definitiva acerca da matéria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DA SILVA (OAB 88492/SP) - Processo 0618711-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: CAIXA CONSÓRCIOS S/A ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS - Em deferimento ao pedido da autora, realizado por patrono com procuração nos autos (fls. 120/121), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Custas pagas, deixo de condenar em honorários uma vez insatisfeitas as condições de lei para tal fim. Não tendo este Juízo levado a efeito qualquer restrição sobre bens da requerida, deixo de conhecer os outros pedidos. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, face à ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM) - Processo 0621394-72.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: UNICRED MANAUS - COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS MÉDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE SAÚDE DE NÍVEL SUPERIOR - Defiro, parcialmente, o petitório de fl. 207, para determinar o bloqueio do valor de R$ 176.976,55 (cento e setenta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), via BACEN JUD, em desfavor da executada: NAIARA GARCIA MOREIRA - ME, CNPJ n° 12.813.399/0001-09. Efetuada a penhora, intime-se o réu, na pessoa de seu advogado ou, não tendo, pessoalmente para se manifestar em 05 dias, nos termos do art. 854, § 2° do CPC. Em caso negativo, intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ISABEL DA SILVA MEDEIROS (OAB 7178/AM), ADV: THAMIRES LEÃO CORRÊA MARTINS (OAB 13891/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: THAIS SARAIVA LIMA (OAB 14701/AM) - Processo 0622583-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dulcilene dos Santos Palheta - REQUERIDO: Banco Itauleasing S/A - J R Produtos Equipament0s e Utilidades Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações e documentos de fls. 38/96 e fls. 103/123.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0624060-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Indevido - REQUERENTE: Antonio Agno Rocha Seixas - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 21/10/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas

por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: AURIANA RAMOS PEREIRA DE GOUVEIA (OAB 2955/AM), ADV: PAULO CÉSAR ESPÍRITO SANTO DE GOUVÊA (OAB 4119/AM) - Processo 0624157-12.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: ATACADÃO DISTRIBUIÇÃO COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 113) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM) - Processo 0624990-93.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Áurio Nogueira da Cruz Júnior e outro - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Em virtude deste Juízo encontrar-se em correição nas comarcas de Jutaí e Fonte Boa na data aprazada para audiência, REDESIGNO a mesma para o dia 28 de novembro de 2019 às 09:00hs. Intimem-se as partes e seus representantes legais. Cumpra-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA) - Processo 0625215-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Joel de Paula Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: MICHAEL QUEIROZ LEITÃO (OAB 9714/AM), ADV: RODRIGO SILVA RIBEIRO (OAB 5204/AM) - Processo 0625479-96.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Promessa de Compra e Venda - EXEQUENTE: PDF DA AMAZÔNIA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Exequente para que se manifeste acerca das consultas de fls. 303/305, requerendo o que entender de direito no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM), ADV: PAOLA SANTA RITA BARATA (OAB 12384/AM), ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM) - Processo 0626309-96.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: José Carlos Pereira Campos e outro - REQUERIDA: PDG Reality S.A Empreendimentos e Participações - API SPE15 - Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Diante das razões expostas, REJEITO OS PRESENTES EMBARGOS DECLARATÓRIOS, considerando que não se constituem no recurso adequado para satisfazer a pretensão ora deduzida e constatando inexistentes quaisquer das situações previstas pelo art. 1.022, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Dando prosseguimento ao feito, diante da apelação de fls. 249/265, dê-se vista ao apelado para responder em 15 dias, nos moldes do art. 1.010, §1º, do CPC. Ao pronunciamento, observadas as cautelas devidas, remetam-se os autos à Superior Instância, conforme art. 1.010, §3º, CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: ANGELLO RIBEIRO ANGELO (OAB 39592/BA) - Processo 0630550-11.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Novo Mundo Amazonia Moveis e Utilidades Ltda - EXECUTADO: Liopoldo Marques Junior - Me e outro - Tendo em vista a manifestação de fl. 122, INTIME-SE o executado para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das parcelas firmadas no acordo de fls. 113/114, já homologado pelo Juízo. No decurso do prazo, intime-se o exequente para, também no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se, requerendo o que entender de direito ao prosseguimento do feito. Cumpra-se.

ADV: LAYANA CABRAL MARQUES MOREIRA (OAB 7838/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP), ADV: REGINA APARECIDA SEVILHA SERAPHICO (OAB 147738/SP) - Processo 0631287-53.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Divanilson Cavalcanti Junior - REQUERIDO: PDG REALTY S.A. EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES - API SPE 22 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Da análise detida do feito, verifico ser despiciendo o pedido de fl. 908, porquanto o INDEFIRO de plano pelas razões que passo a expor. Primeiramente, convém pontuar que o IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0001 ainda não obteve julgamento definitivo, restando pendente o julgamento de Recurso Especial n° 1805815/AM (2019/0094573-7) contra o acórdão proferido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, detendo aquele recurso, por força da previsão normativa do art. 987, §1º, do CPC, efeito suspensivo. Dessa forma, determino que reste o presente feito suspenso até decisão definitiva acerca da matéria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WALESKA DOS PAULA E SOUSA (OAB 9008/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0631552-21.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Leonardo de Sousa Moreira e outro - REQUERIDO: Santo Anatólio Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Da análise detida do feito, verifico ser despiciendo o pedido de fls. 388/391, porquanto o INDEFIRO de plano pelas razões que passo a explanar. Primeiramente, convém pontuar que o IRDR nº 0005477-60.2016.8.04.0001 ainda não obteve julgamento definitivo, restando pendente o julgamento de Recurso Especial n° 1805815/AM (2019/0094573-7) contra o acórdão proferido pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Amazonas, detendo aquele, por força da previsão normativa do art. 987, §1º, do CPC, efeito suspensivo. Dessarte, em que pese o brilhantismo dos argumentos do requerente, a fundamentação jurídica do seu pedido não guarda similitude fática à casuística enfrentada nesses autos, em razão da admissibilidade do recurso mencionado e seus efeitos, os quais impedem a aplicação imediata da tese firmada no IRDR em tela por expresso impedimento legal. Ante o exposto, determino que reste o presente feito suspenso até decisão definitiva acerca da matéria. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634781-86.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto e tudo mais que dos autos constam, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e JULGO PROCEDENTE o pedido feito pela parte autora, reconhecendo-a credora face à ré da importância de R$18.636,91 (dezoito mil, seiscentos e trinta e seis reais e noventa e um centavos), relativa às faturas vencidas e não pagas nos períodos de 10/10 a 07/15, razão pela qual, com fulcro no art. 701, § 2° do CPC, declaro constituída, de pleno direito, a prova escrita da existência da dívida como título executivo judicial. Consigne-se que o referido crédito deverá ser monetariamente corrigido desde a data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), o que corresponde no caso à data de vencimento de cada obrigação, com juros de mora de 1% ao mês incidentes sobre o mesmo período (art. 397, do CC), Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigos 523 e ss. do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0639563-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em deferimento ao pedido do autor, realizado por patrono com procuração nos autos (fl. 11), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo imposto qualquer restrição ao nome da parte ré, restam prejudicados os requerimentos alternativos do autor. Custas pagas. Transitada esta em julgado e, observadas as cautelas devidas, dê-se baixa e arquivem-se os presentes. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0640888-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641898-26.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 101) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0642817-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Pedrosa Distribuidora Ltda. - No que concerne ao mérito, após cuidadosa análise dos autos em questão e por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para DECLARAR a INEXIGIBILIDADE DOS DÉBITOS constantes às fls. 37 e 57, no valor de R$ 21.245,14 (vinte e um mil, duzentos e quarenta e cinco reis e quatorze centavos) e R$ 28.852,42 (vinte e oito mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e quarenta e dois centavos) objeto do pedido, para com a ré, Amazonas Energia, por decorrência lógica da medida e para assegurar a efetividade da tutela jurisdicional, DETERMINO ao réu que se abstenha de inscrever os dados da requerente em cadastro de inadimplentes nesse talante, convalescendo em definitiva a liminar deferida às fls.88/89 e EXTINGO O PROCESSO COM JULGAMENTO DO MÉRITO, conforme art. 487, I, do CPC. Por fim, tendo havido sucumbência recíproca, condeno ambas as partes ao pagamento de custas, na forma pro rata, e honorários advocatícios, os quais estabeleço em 15% sobre o valor atualizado da causa, sendo 7,5% devidos à parte autora e 7,5% devidos à parte ré. Transitado em julgado este decisório, intime-se o autor para requerer o que lhe é de direito. P.R.I.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0643157-90.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0645868-97.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em deferimento ao pedido do autor, realizado por patrono com procuração nos autos (fls. 06/15), homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (ex vi art. 200, parágrafo único, do CPC) e, em consequência, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Não tendo este Juízo levado a efeito qualquer restrição sobre o veículo litigioso, deixo de conhecer os demais pedidos. Determino o imediato recolhimento e cancelamento do mandado nº 001.2019/127074-2 (fl. 42). Custas pagas, deixo de condenar em honorários, uma vez insatisfeitas as condições legais para tanto. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, face à ausência de interesse recursal. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM) - Processo 0649082-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Maria Zulmira Barros Goes - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que “não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT

686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: CARLOS ALBERTO MIRO DA SILVA FILHO (OAB 108504/MG) - Processo 0649086-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Desta forma, determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Determino, ainda, que seja dado expressa ciência às partes, nos atos respectivamente de citação e intimação, para informar que: a) eventual desinteresse da parte ré quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, CPC/15). b) ocorrendo a audiência, o não comparecimento injustificado de qualquer das partes, autor ou réu, será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sendo a parte sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado do Amazonas. Ressalta-se que tal medida se dá com presunção juris tantum, não exigindo a lei prova de culpa para a imposição de multa e sendo ônus da parte demonstrar impedimento que afaste a presunção relativa em tela (art. 334, §8º, CPC). c) as partes devem estar, na audiência, acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10). d) a contestação deverá ser oferecida, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição (art. 335, inc. I, do CPC/15); II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual - o autor, em sua inicial, e o réu, por petição simples, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 335, inc. II, do CPC/15); III - no caso de litisconsórcio passivo e havendo o desinteresse na realização da audiência manifestado por todos os litisconsortes, o termo inicial previsto no item II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência (art. 335, §1º, do CPC/15). Por fim, obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, CPC/15. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: IASMIN DA SILVA OLIVEIRA (OAB 12342/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0708820-59.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: MIGUEL DE OLIVEIRA NETO - Ante o exposto e tudo mais que dos autos constam, NÃO CONHEÇO DOS EMBARGOS MONITÓRIOS/RECONVENÇÃO e JULGO PROCEDENTE o pedido feito pela parte autora, reconhecendo-a credora face à ré da importância de R$ 14.297,08 (quatorze mil, duzentos e noventa e sete reais e oito centavos), relativa às faturas vencidas e não pagas nos períodos de 12/2002 a 04/2012, razão pela qual, com fulcro no art. 701, § 2° do CPC, declaro constituída, de pleno direito, a prova escrita da existência da dívida como título executivo judicial. Consigne-se que o referido crédito deverá ser monetariamente corrigido desde a data do efetivo prejuízo (Súmula 43 do STJ), o que corresponde no caso à data de vencimento de cada obrigação, com juros de mora de 1% ao mês incidentes sobre o mesmo período (art. 397, do CC), Pela sucumbência, condeno a ré ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, §2° do CPC. Transitada esta em julgado e, independentemente de nova intimação, deverá a parte autora apresentar pedido de cumprimento de sentença (artigos 523 e ss. do CPC), acompanhado de memória de cálculo devidamente atualizada. P.R.I.C.

Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
Angello Ribeiro Angelo (OAB 39592/BA)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Auriana Ramos Pereira de Gouveia (OAB 2955/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Alberto Miro da Silva Filho (OAB 108504/MG)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Roseiro Perez (OAB 4151/Am)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Iasmin da Silva Oliveira (OAB 12342/AM)
Isabel da Silva Medeiros (OAB 7178/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
José Carlos Marinho da Silva (OAB 1273/AM)
José de Araújo Novaes Neto (OAB 70772/SP)
José Francisco da Silva (OAB 88492/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Layana Cabral Marques Moreira (OAB 7838/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)

Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
LUIZ ROSELLI NETO (OAB 122478/SP)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Max Aguiar Jardim (OAB 10812/PA)
Michael Queiroz Leitão (OAB 9714/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Paola Santa Rita Barata (OAB 12384/AM)
Paulo César Espírito Santo de Gouvêa (OAB 4119/AM)
Paulo Victor Bianco Crespo (OAB 8418/AM)
Regina Aparecida Sevilha Seraphico (OAB 147738/SP)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Silva Ribeiro (OAB 5204/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Thais Saraiva Lima (OAB 14701/AM)
Thamires Leão Corrêa Martins (OAB 13891/AM)
Waleska dos Paula e Sousa (OAB 9008/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0622393-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: K. R. V. Pacheco - Me - Alessandro Viriato Pacheco - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644764-70.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR (fl. 41) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO HERMIDAS DE ARAGÃO FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0216018-39.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0335035-16.2007.8.04.0001) (processo principal 0335035-16.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Luiz Ribeiro Sampaio - EXECUTADA: Emília Cristina P. D. Peres - Vistos, etc. Compulsando os autos, verifico que a parte Requerente/Exequente foi devidamente intimada do Despacho/Ato Ordinatório de Pág.(s) (240 e 249) retro..., deixando se esvair “in albis” e NÃO apresentando qualquer manifestação, conforme certidão de pág.(s) (252). Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no Artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de “processos encerrados”, ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: WELLINGTON FILGUEIRA SAMPAIO (OAB 5308/AM) - Processo 0216018-39.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0335035-16.2007.8.04.0001) (processo principal 0335035-16.2007.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Luiz Ribeiro Sampaio - EXECUTADA: Emília Cristina P. D. Peres - Conforme decisao de fls 253

ADV: MAXIMILIANO CARLOS DA SILVA BARBOZA (OAB 8547/AM), ADV: GUTEMBERGUE LOPES DANTAS (OAB 8984/AM) - Processo 0216717-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Estenio Junior Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM) - Processo 0235901-93.2019.8.04.0001 (processo principal 0619174-04.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: José Marcos M. Esteves Filho - Maria Regina Rocha Esteves - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, etc. Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos ou por carta com aviso de recebimento se acompanhado da Defensoria Pública e no caso de réu revel, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, no valor de R$ 807.762.01, sob pena de ver acrescido multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Ressalte-se que em se tratando de réu revel, o exequente deve previamente realizar o pagamento das custas para emissão do expediente, no prazo de 05(cinco) dias. Efetuado o pagamento parcial, a multa e honorários incidirão sobre o restante. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15(quinze) dias para o oferecimento de impugnação nos próprios autos, independentemente de penhora. Transcorrido o prazo de pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, recolhendo em igual prazo, as custas processuais pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art.854, do

CPC/15. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executada para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a constrição dos valores, nos termos do art.854, §3º, do CPC. Após o transcurso do prazo, com ou sem manifestação, intime-se o exequente para se manifestar, no prazo de 05(cinco) dias. Em caso de penhora negativa ou insuficiente, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD, ERIDFT e RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde logo, a constrição judicial apenas dos veículos desembaraçados mediante o sistema RENAJUD, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, das custas processuais pertinentes às consultas aos sistemas mencionados, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Após, intimem-se a parte exequente, para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC/2015, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução. Caso a parte exequente seja beneficiária da gratuidade de justiça fica dispensada do pagamento das custas para realização dos atos acima elencados. Na hipótese de manejo de impugnação ao cumprimento de sentença, deverá o impugnante desde logo pagar as respectivas custas. Determino ainda que após o devido recolhimento, a secretaria deverá intimar o impugnado para se manifestar em quinze dias. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0248112-98.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: Elizangela Gonçalves Guimarães - EXECUTADO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Vistos, etc. O presente cumprimento de sentença amolda-se ao disposto no artigo 535 do CPC, uma vez que, em caso de cumprimento de sentença, necessária a intimação do instituto devedor para a oposição de impugnação, vez que trata-se de órgão da fazenda pública federal, a quem o Diploma de ritos estabelece procedimento específico. Ademais, o exequente não concordou com os cálculos apresentados pelo INSS. Assim, intime-se eletronicamente o INSS para, no prazo de 30 (trinta) dias, opor impugnação ao cumprimento de sentença, sob pena de requerimento de pagamento por intermédio de precatórios, conforme inteligência dos artigos 535 § 3odo CPC e 130 da lei 8.213/91. Cumpre ressaltar que não havendo irresignação ou transitada em julgado a decisão que os rejeitar, expedir-se-á precatório ou requisição de pequeno valor em favor do exequente, observando-se o disposto no art. 100 da Constituição Federal, inteligência do artigo 535 § 3odo CPC). Cumpra-se.

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: GABRIELLA GOMES BOTELHO (OAB 11205/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM), ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM), ADV: ALMÉRIO FERREIRA BOTELHO (OAB 271/AM) - Processo 0249191-59.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Anulação - EXEQUENTE: Cometais Indústria e Comércio de Metais Ltda. - Valter Ribeiro - EXECUTADA: W. S. Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - Indefiro o pedido de fls. Retro sob o mesmo fundamento do despacho de fls. 588. A prescrição intercorrente decorre diretamente da lei, desde que preenchidos os requisitos para tanto. Outrossim, a intimação do executado para a indicação de bens é medida protelatória e ineficaz. Se mesmo com as medidas expropriatórias, a parte executada não apresentou bens, de certo que não o fará de forma voluntária. Noutro giro, com fulcro no art. 782, § 3º do nosso digesto processual civil, determino ao Ilmo.(a) Sr.(a) Diretor(a) do SERASA/AM que providencie, no prazo de 05 (cinco) dias, a inclusão da empresa W. S. Industria Comercio e Representação de Produtos Químicos Ltda, devedora da quantia de R$ 2.496,23 (dois mil quatrocentos e noventa e seis reais e vinte e três centavos), em seu cadastro, devendo enviar comunicado a este juízo do efetivo cumprimento deste decisum. Nessa esteira, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão/despacho que serve como ofício, conforme dispõe, §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Após, mantenham-se estes autos suspensos, nos termos do artigo 921 e seguintes do CPC, conforme decisões de fls. 564 e 588. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM) - Processo 0600921-94.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: HELDER JOSÉ CARNEIRO MOURA - REQUERIDA: Cabea - Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Estado do Amazonas - BANCO DO ESTADO DO AMAZONAS S.A (BANCO BEA S.A) - Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar/corrigir o endereço dos requeridos, que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc. Havendo manifestação no sentido de se expedir mandado/carta para mais de um endereço ou de realizar consultas via sistemas judiciais, e não sendo o caso de benefício da justiça gratuita integral, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências.

ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: GUSTAVO MOURA AZEVEDO NUNES (OAB 107088/RJ), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0603919-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condominio Unique - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela ré Gonder Incorporada Ltda apontando erro material na decisão que fixou as quantias a serem pagas a título de honorários periciais. O valor devido a título de honorários periciais por cada parte corresponde ao montante de R$6.120,00, sendo que com relação às rés autorizou-se o pagamento em três parcelas mensais iguais. Dessa forma, denota-se evidente equívoco na indicação do valor de R$4.080,00 contido na decisão de fls.2.482, quando na verdade deveria constar a quantia de R$2.040,00, valor atinente ao parcelamento. Assim, acolho os embargos declaratórios para corrigir o erro material na forma acima exposta. Após o término dos depósitos, intime-se o expert para iniciar os trabalhos periciais, ficando autorizando o levantamento de 50% dos honorários periciais arbitrados e o restante ao final por ocasião da entrega do laudo pericial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM), ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0605467-61.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: JJ Eventos Ltda. - EPP (NOME FANTASIA: AMAZON POKER) - A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada para, nos termos do artigo 702, §8º, do CPC, constituir o título executivo judicial no valor de R$ 12.080,00 (doze mil e oitenta reais). Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária na forma da tese firmada pelo STJ, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art.543-C do CPC/1973), qual seja: "Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação".2. No caso concreto, recurso especial não provido.(REsp 1556834/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 10/08/2016). Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º do NCPC. JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a ação reconvencional. Condeno o reconvinte/embargante às custas e honorários, estes fixados em dez por cento sobre o valor da causa (R$ 38.160,00), consoante o artigo 85, § 2º do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: KAISER CORRÊA RIBEIRO (OAB 4904/AM) - Processo 0605481-45.2016.8.04.0001 - Monitória - Cheque - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - REQUERIDO: JJ Eventos Ltda. - EPP - A teor do exposto, REJEITO OS EMBARGOS MONITÓRIOS e JULGO PROCEDENTE o pedido formulado no bojo da ação monitória intentada para, nos termos do artigo 702, §8º, do CPC, constituir o título executivo judicial no valor de R$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais). Aplique-se juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária na forma da tese firmada pelo STJ, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art.543-C do CPC/1973), qual seja: "Em qualquer ação utilizada pelo portador para cobrança de cheque, a correção monetária incide a partir da data de emissão estampada na cártula, e os juros de mora a contar da primeira apresentação à instituição financeira sacada ou câmara de compensação".2. No caso concreto, recurso especial não provido.(REsp 1556834/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/06/2016, DJe 10/08/2016). Custas e honorários advocatícios pelo réu, estes à proporção de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com suporte no art. 85, §2º do NCPC. JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a ação reconvencional. Condeno o reconvinte/embargante às custas e honorários, estes fixados em dez por cento sobre o valor da causa (R$ 38.160,00), consoante o artigo 85, § 2º do CPC. Havendo apelação, intime-se a parte adversa para contrarrazoar. Após, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros, sem prejuízo de eventual pedido de cumprimento de sentença. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605512-36.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: Deborah Sabbá Galvão - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte impugnante para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, recolha o preparo referente à impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607922-91.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Luiz Eduardo Natividade de Freitas - Celiane de Jesus Coelho Mendonça Freitas - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Decido. O pedido de homologação do acordo extrajudicial celebrado entre as partes deve ser acolhido por este juízo. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo de fls., para que surta seus efeitos legais e, via de consequência, DECLARO A SUSPENSÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO durante o prazo concedido ao devedor para cumprimento voluntário da obrigação, na forma do art.922 do CPC. Proceda-se ao desbloqueio dos valores constritos às fls. 140/142. Após o cumprimento integral da obrigação arquivem-se os autos. À Secretaria para as providências de estilo. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: MIGUEL BARRELLA FILHO (OAB 1622/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0610991-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Miguel Barrella Filho - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de parcelamento das custas iniciais em 04 (quatro) prestações mensais. Comprove a parte autora o recolhimento da primeira parcela, no prazo de 15 (quinze) dias, advertido de que a falta de comprovação do recolhimento de cada prestação a tempo e a modo poderá acarretar o cancelamento do processo na distribuição.

ADV: JOSÉ MAURÍCIO CARPES (OAB 75748/RS), ADV: JACQUES ANTUNES SOARES (OAB 75751/RS), ADV: CRISTINA STRINGARI PASQUAL (OAB 40766RS) - Processo 0612709-37.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: ICH Administração de Hoteis S/A - EXECUTADO: C R Pereira dos Santos Publicidade e Comunicação Me - INTSSADO: 6º Ofício de Protesto de Letras de Manaus - Intime-se a parte exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, indique medida executiva pertinente para o desenvolvimento válido e regular do processo, sob pena de suspensão da execução, na forma do art.921, III, §1º, do CPC. Advirto, desde logo, que não serão deferidas diligências protelatórias ou já realizadas por este juízo. Transcorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação do credor, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM), ADV: THAÍS LOUREIRO GUERREIRO (OAB 12923/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0613285-30.2017.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Provas - REQUERENTE: Tuboaços da Amazônia Ltda - REQUERIDO: L R Brasil -me - Vistos, etc. Cuidam-se de embargos declaratórios contra a sentença, opostos pela parte autora, insurgindo-se em relação à fixação dos honorários de sucumbência. É o relatório. Decido. Os Embargos de Declaração, que têm o desiderato de esclarecer ou integrar certa decisão, constitui-se em recurso de fundamentação vinculada, razão pela qual, nos termos do art. 1022 do CPC/2015, devem apontar contradição, obscuridade, omissão ou erro material no julgado, verbis: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I -esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Da detida análise do reclamo interposto, infiro não incidir na espécie a ocorrência de nenhuma das hipóteses ensejadoras da presente medida recursal. Na realidade, verifica-se a inadequação do recurso interposto, posto que pretende a embargante obter modificação do julgado, por puro inconformismo. Ressalte-se que a mera insatisfação com o conteúdo da decisão não enseja Embargos de Declaração, recurso cujo objetivo se presta tão somente a sanar contradições ou omissões decorrentes da análise dos temas trazidos à apreciação. Ante o exposto, conheço dos aclaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão, obscuridade ou erro material, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença vergastada. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0614302-67.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente ou não encontrado o executado, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0615493-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mucuripe Comercio de Combustiveis Ltda - Vistos, etc. Cuida-se de pedido formulado pela parte autora, no qual pretende a execução da multa fixada em decorrência do não cumprimento da tutela provisória concedida. Da análise dos autos, verifico que até a presente data a ré não deu cumprimento ao decisum proferido por este Juízo, vez que deixou de suspender as cobranças referentes ao hidrômetro

de nº6285026-1. Nesse comenos, entrevejo que tal atitude denota evidente desafio para com as determinações judicialmente fixadas e nítido desprezo ao próprio Poder Judiciário, motivo pelo qual, com esteio no §1º do artigo 537 do Código de Processo Civil, deverá a multa diária ser majorada por este Juízo diante de sua manifesta insuficiência coativa. Sobre o tema, segue jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO ORDINÁRIA - LIMINAR - OBRIGAÇÃO DE FAZER - DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL - MULTA DIÁRIA - MAJORAÇÃO - POSSIBILIDADE. 1 - A fixação de multa diária tem por objetivo assegurar o cumprimento da obrigação imposta. 2 - O descumprimento de ordem judicial consubstanciada em obrigação de fazer justifica a majoração da multa diária a patamares que inibam a reiteração da conduta. 3 - O novo valor da multa diária fixada será aplicável somente em relação aos fatos eventualmente ocorridos após a publicação da decisão que a majorou.(TJ-MG - AI: 10024121969703001 MG, Relator: Claret de Moraes (JD Convocado), Data de Julgamento: 01/12/2016, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/12/2016) A teor do exposto, a fim de conferir efetividade à decisão judicial, determino que ré providencie o imediato cumprimento da decisão interlocutória proferida (fls.59/60) sob pena de incorrer em multa que agora majoro para R$ 3.000,00 (três mil reais) por cada cobrança indevida até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais). Outrossim, intime-se pessoalmente a ré para que proceda ao depósito em juízo, no prazo de 15(quinze) dias, do valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), referente à multa anteriormente fixada, em conformidade com o § 3 º do art. 537 do CPC/2015. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0616273-87.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Sindomar Ricardo da Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 4562A/TO), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR (OAB 8194A/MT) - Processo 0616851-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel Raimundo da Costa Ramos - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - A teor do exposto, ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na exordial, com fulcro no artigo 487, I do CPC, ao fito de revisar o contrato objeto desta lide, nos seguintes termos: I) juros remuneratórios de 114,67 % a.a. e 6,57 % a.m. JULGO PROCEDENTE a devolução do montante pago a mais de forma simples, com juros e correção a contar do desembolso de cada parcela, segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de repetição de indébito. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano moral, para condenar o requerido ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros a contar do evento danoso (artigo 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e correção monetária desde a presente data (Súmula 362 do STJ), segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. Custas e honorários pela parte sucumbente, estes fixados em dez por cento sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, § 2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617013-45.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Revisão do Saldo Devedor - EXEQUENTE: Hosannah Nazaré Benarros Lucena - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.160, determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará, em favor da parte exequente, dos valores depositados judicialmente (R$ 15.005,70). Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0617212-67.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Cosme Caetano da Silva - EXECUTADO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. Tendo em vista a satisfação integral do débito exequendo, julgo extinto o processo, ex vi dos arts. 924, II, c/c 925, ambos do Código de Processo Civil. Acerca do pedido de expedição de alvará de fls.247 determino à secretaria que certifique-se da existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se alvará eletrônico dos valores depositados judicialmente (R$ 5.916,71). Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. Após, arquivem-se os presentes autos, independentemente de trânsito em julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento das custas, solicito a devolução dos autos a esta serventia para que procedamos a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Transcorrido o prazo, sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº 116/2017-PTJ c/c Provimento nº 228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0617511-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Aparecida Castro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LAZARO JOSE GOMES JUNIOR (OAB 8194A/MT), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0617667-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Evandro Lima de Azevedo - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - A teor do exposto, ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos contidos na exordial, com fulcro no artigo 487, I do CPC, ao fito de revisar o contrato objeto desta lide, nos seguintes termos: I) juros remuneratórios de 132,64 % a.a. e 7,29 % a.m. JULGO PROCEDENTE a devolução do montante pago a mais de forma

simples, com juros e correção a contar do desembolso de cada parcela, segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de repetição de indébito. Outrossim, JULGO PROCEDENTE o pedido de dano moral, para condenar o requerido ao pagamento de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com juros a contar do evento danoso (artigo 398 do CC e Súmula 54 do STJ) e correção monetária desde a presente data (Súmula 362 do STJ), segundo índices constantes na Portaria nº 1.855/2016-PTJ. Custas e honorários pela parte sucumbente, estes fixados em dez por cento sobre o valor da condenação, na forma do artigo 85, § 2º do CPC. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0618302-86.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S/A - EXECUTADO: ARTHUR DE CARVALHO CRUZ NETO - ME - Arthur de Carvalho Cruz Neto, Diretor e Proprietário da Empresa Porto Seguro Consultoria de Imóveis - Relação: 0273/2019 Teor do ato: Vistos, etc. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do NCPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se. Advogados(s): Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM), Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)

ADV: GEOVANE ARAÚJO GALVÃO (OAB 636A/AM), ADV: TATYANE DE ARAÚJO CAMPOS (OAB 10201/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0619306-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ronaldo Braga da Silva - REQUERIDO: Joel Luiz da Silva - Defiro pedido de fls. 39. Expeça-se mandado de citação no endereço informado pelo autor, observando as especificidades de seu pedido, qual seja a presença de seu patrono. Custas às fls. 40/42. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM) - Processo 0620338-96.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, intimo a parte interessada para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL), ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 25845A/PA), ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 6047/AL), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 1182A/AM), ADV: ELÓI CONTINI (OAB 51764/BA) - Processo 0622063-52.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - Ativos S/A Cia. Securatizadora de Créditos Financeiros - Defiro o pedido de fls. 165. Nesse espeque, à Secretaria que retifique o polo ativo para Banco RCI Brasil S/A (CNPJ 61.784.278/0001-91), devendo ser incluídos no cadastro os seguintes procuradores: Carlo André de Mello Queiroz (OAB/CE 26501-A) e Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB/CE 30766-A). Mantenham-se os autos suspensos, conforme decisão interlocutória de fls. 118. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0622393-49.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: K. R. V. Pacheco - Me - Alessandro Viriato Pacheco - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: GERALDO UCHÔA DE AMORIM JÚNIOR (OAB 12975/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: FELIPE CARNEIRO CHAVES (OAB 9179/AM) - Processo 0623753-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Hipoteca - REQUERENTE: Rosangela de Fatima Colmanetti - Carlos Eduardo Colmanetti - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Gonder Incorporadora Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 303-312, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0623896-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Hercules Viana Correa - Relação: 0273/2019 Teor do ato: Defiro o pedido de fls. 186/187. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se. Advogados(s): Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT), Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0624582-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Modalidade / Limite / Dispensa / Inexigibilidade - REQUERENTE: João Batista Ferreira Lima - REQUERIDO: Amazonas Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0624813-61.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Globarium Comercio e Servicos de Manutencao Predial Ltda Epp - Mayara da Costa Lira - Diante da extinção sem resolução de mérito dos embargos à execução opostos, determino o prosseguimento do presente feito. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se requerendo as medidas que entender pertinente ao prosseguimento da ação, sob pena de suspensão do processo nos moldes do art. 921, CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ROSÂNGELA FROTA MAGALHÃES (OAB 4963/AM), ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM) - Processo 0625554-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Zuleika Ozorio Nunes - REQUERIDO: Santa Cordélia Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi Empreendimentos S/A - EXECUTADO: Rossi Residencial S.A. - Construtora Capital S/A - Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda. - SPE - Santo Amadeu Empreendimentos Imobiliários Ltda. - IMBRASCO EMPREEMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Capital Realty Participações Ltda - Morar Mais Empreendimentos Imobiliários Ltda - Brumalia Empreendimentos Imobiliários Ltda - Vistos, etc. Face decisão proferida em agravo de instrumento que anulou a desconsideração da personalidade jurídica, determino o prosseguimento do feito. Sobre o incidente de desconsideração da personalidade, algumas ponderações se mostram necessárias. O incidente tem curso nos próprios autos e já está devidamente instruído, inclusive há provas documentais. A autora apresentou suas fundamentações às fls. 457/463 e a ré suas contrarrazões às fls. 561/577. No entanto, visando o princípio da não surpresa e do contraditório, sem esquecer da celeridade, oportunizo o aditamento das fundamentações tanto pelo autor quanto pelo réu, no prazo de quinze dias. Após, voltem-me conclusos para julgamento. Caso sejam apresentados novos documentos ou novos argumentos, intime-se a parte adversa em quinze dias. Quanto as outras empresas elencadas no pedido de fls. 457/463, deixo para iniciar o incidente contra elas após a análise do pedido contra a Morar Mais, visto que a citação de tais pessoas jurídicas acarretará delonga processual desnecessária, haja vista a existência de bens suficientes para satisfazer a execução apenas em nome de uma executada. De outro lado, entendo preenchido ainda os requisitos da tutela de urgência, sendo possível a antecipação dos efeitos da desconsideração da personalidade jurídica, conforme Enunciado 42 da I Jornada de Direito Processual Civil: "É cabível a concessão de tutela provisória de urgência em incidente de desconsideração da personalidade jurídica.". Na hipótese há probabilidade do direito alegado no tocante à aplicação do disposto no art.28,§5º, do CDC, bem como o perigo de dano e ao resultado útil do processo, tendo em vista as frustradas tentativas de penhora de bens da executada principal. Assim, concedo a tutela provisória de urgência para manter a constrição de valores da executada Morar Mais às fls. 515/524. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM), ADV: DEUZINA DE FÁTIMA FERREIRA TUPINAMBÁ (OAB 2307/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: FÁBIO CÉSAR SILVA DE SOUZA (OAB 6518/AM), ADV: ADRIANO BELEM PONTES (OAB 6514/AM), ADV: ADSON JOSÉ MESSIAS RIBEIRO (OAB 6534/AM), ADV: RONALDO SANTANA MACEDO (OAB 6536/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0627274-11.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0704718-91.2012.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: LUIZ LOBATO TEIXEIRA - REQUERIDO: LUCELIA MARIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA - ARMANDA DE OLIVEIRA TEIXEIRA - PAULO HENRIQUE TEIXEIRA FONTOURA - P.H.T. FOUTOURA - EPP - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO AMAZONAS - A teor do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos contidos na exordial para declarar nula a constituição da sociedade limitada, mas mantenho os atos produzidos durante o período que funcionou a sociedade, nos termos da fundamentação transata. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de danos materiais e perdas e danos. Custas e honorários a serem rateados entre as partes de forma igualitária, estes fixados em R$ 1.000,00 (mil reais) para o representante do autor e de cada uma das requeridas, segundo artigo 85, § 8º do Código de Processo Civil. Havendo irresignações, intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões. Após, remetam-se ao Tribunal. Transitada em julgado a presente decisão, encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0628775-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - REQUERIDO: Francisco Togo Soares Junior - Intime-se a parte requerida para, no prazo de 5 (cinco) dias, comprovar o cumprimento do acordo realizado em audiência de conciliação, sob pena de incidência da multa estabelecida. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0629701-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Márcio Lopes Souza - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Condominio Residencial Jardim Paradiso Alpinia - Eliana Costa Pereira - Vistos, etc. Cuida-se de ação de obrigação de fazer cumulada com indenização por danos matérias e morais intentada por Márcio Lopes Souza em face de Construtora Capital S/A, Condomínio Residencial Jardim Paradiso Alpinia e Eliana Costa Pereira com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando o reparo imediato dos danos ocasionados ao seu apartamento, com a sua consequente alocação e da família em um hotel. Decido. A concessão de tutela de urgência exige a presença da probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300 , do NCPC). Consistente a tutela de urgência na imediata realização pela rés dos reparos necessários para solução de infiltração de água que atinge o imóvel do autor. Embora evidenciado pelo autor a existência de infiltrações no seu imóvel, a proveniência de tais problemas não pode ser, de plano, vinculada a eventuais defeitos construtivos do imóvel do autor ou mesmo do imóvel da ré do qual supostamente originam-se as infiltrações. Assim, entendo pela imprescindível dilação probatória, sendo impossível a formação de convicção deste magistrado em mero juízo hipotético das causas da infiltração e dos danos causados no imóvel do autor. A esse respeito, colaciono o seguinte julgado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. VIZINHANÇA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COMBINADA COM INDENIZATÓRIA POR DANO MORAL. RECURSO CONTRA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. PRETENSÃO DE REALIZAÇÃO DE OBRAS DE REPARO EM VIRTUDE DA EXISTÊNCIA DE INFILTRAÇÕES E VAZAMENTOS NO APARTAMENTO DO AGRAVANTE PROVOCADOS PELA UNIDADE DE CIMA. DECISÃO MANTIDA. Na hipótese, o autor/agravante argumenta que seu apartamento vem sofrendo com infiltrações que seriam oriundas do apartamento de cima, de propriedade do réu/agravado. Assevera ter efetuado tentativas frustradas de contato com o agravado, e que vem sendo impossibilitado de oferecer o imóvel para locação em virtude desse fato. Aduz haver risco de deterioração progressiva do imóvel, de modo a comprometer a estrutura do prédio, pelo que requer a concessão de antecipação de tutela, para ver o agravado compelido a realizar imediatamente o reparo necessário para sanar a infiltração, conforme laudo técnico formulado por engenheiro de sua confiança. Subsidiariamente, pugna pela permissão para entrada imediata no imóvel do réu/agravado, a fim de se apurar a origem do vazamento. NÃO MERECE PROSPERAR O RECURSO. Sabe-se que o direito de vizinhança encontra-se regulamentado pelo Código Civil que, em seu art. 1.366, IV, impõe como dever do condômino a utilização de suas partes de modo a não prejudicar a segurança, a salubridade e o sossego dos demais moradores. No caso, pelo referido laudo técnico extrajudicial, formulado por ordem do autor/agravante, não restou clara a origem da infiltração, afirmando-se apenas que tanto pode ser proveniente do apartamento do banheiro do réu, quanto

do telhado ou de tubulação do condomínio. Seria prematuro, portanto, deferir a realização de obra, pois ensejaria a perda de eventual prova pericial a ser deferida pelo Juízo a quo. Eventual impedimento de acesso à unidade do réu poderá ser apurado no curso da ação, eis que o laudo não menciona risco à estrutura do prédio, como sustenta o agravante. Em suma, a decisão guerreada está em consonância com as provas apresentadas nos autos, já que o parecer técnico não indica a urgência na realização da obra, impondo-se, pois, a aplicação do Enunciado nº 59 da Súmula de Jurisprudência deste E. Tribunal de Justiça: somente se reforma a decisão concessiva ou não da antecipação de tutela, se teratológica, contrária à Lei ou à evidente prova dos autos. NEGATIVA DE PROVIMENTO AO RECURSO. (TJ-RJ - AI: 00217072920178190000 RIO DE JANEIRO CAPITAL 37 VARA CIVEL, Relator: JUAREZ FERNANDES FOLHES, Data de Julgamento: 15/08/2017, DÉCIMA NONA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/08/2017). Ademais, embora o fato de a tutela de urgência se confundir com o mérito, por si só, não inviabilizar sua concessão, fato é que, na presente hipótese, a prova pericial se mostra indispensável para se perquirir a eventual responsabilidade, ainda que concorrente, das rés pelos danos amargados pelo autor. Ante o exposto, INDEFIRO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC. Aguarde-se o prazo de contestação, uma vez que houve a realização de audiência de conciliação no CEJUSC.

ADV: CARLO ANDRÉ DE MELLO QUEIROZ (OAB 25845A/PA), ADV: TOMÉ RODRIGUES LEÃO DE CARVALHO GAMA (OAB 7312/AL) - Processo 0629922-22.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Cia de Credito Financiamento e Investimento Rci Brasil - EXECUTADO: Antonio Gilmar da Silva Lobo - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 97. Nessa esteira, intime-se novamente o exequente para que, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, suprindo sua falta mediante a promoção do(s) ato(s) e/ou diligência(s) útil(eis) pertinente(s), sob pena de suspensão da execução, na forma do art. 921, III, §1º, do CPC. Decorrido o prazo, sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0630477-39.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Exact Comércio e Serviços Técnicos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para indicar o endereço que deverá constar no mandado, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0630995-92.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Valmir Fernandes Ramos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 11 de setembro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM) - Processo 0632671-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Elias Ferreira Bindá - REQUERIDO: Agiplan Financeira S.a - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0632970-86.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Afonso Machado Rodrigues - Em razão de a parte requerida ter realizado pagamento parcial do débito, acolho a nova planilha atualizada no valor de R$ 4.036,33. A outro turno, aguarde-se o cumprimento do mandado de nº 001.2019/118948-1, expedido às fls. 169. Cumpra-se.

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM) - Processo 0634610-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Aluysio Alves Grecia Junior - REQUERIDO: Denis Lobato Menezes - Intime-se o(a) autor(a) para que se manifeste, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, sobre o teor da contestação e documentos encartados ao autos, bem como ofereça contestação à reconvenção nos termos do art.350, 351 e 343, §1º, todos do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos para designar inspeção judicial. Cumpra-se.

ADV: JACKSON WILLIAM DE LIMA (OAB 408472/SP) - Processo 0635361-77.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - REQUERIDO: Cleber Cohen Ferreira - Diante da sentença que extinguiu sem resolução de mérito os embargos à execução, determino o prosseguimento da presente ação. Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se requerendo a medida que entender pertinente. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 24129/GO), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG) - Processo 0636730-14.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial -

Duplicata - EXEQUENTE: Brf - Brasil Foods S.a - EXECUTADO: R N da Silva Oliveira (Comercial São Lucas) - Defiro o petitório de fls. 187. Nesse espeque, consulte-se o sistema BACENJUD, a fim de localizar valores passíveis de penhora. Em caso positivo, proceda-se à imediata constrição. Para tanto, deverá a parte interessada pagar, no prazo de 05(cinco) dias, as custas dos atos a serem realizados, conforme Lei nº 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, sob pena de suspensão do processo. Após, intime-se a parte requerente/ exequente, através de seu patrono, para se manifestar, no prazo de 05 dias, acerca dos atos realizados, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0636793-34.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - REQUERIDO: Silionelia Cardoso de Queiroz - Na ação de busca e apreensão, regida pelo decreto-lei n. 911/69 revela-se desnecessária acitaçãodoréu para responder à apelação interposta em face de sentença deindeferimentoda petiçãoinicial, providência do art. 331 , § 1º , do CPC, porquanto a eventual prolação de acórdão capaz de reformar esse provimento jurisdicional não poderia atingi-lo, uma vez que, no caso de devolução dos autos à origem (art. 331 , § 2º , do CPC), após a promoção da apreensão do bem, proceder-se-á acitaçãoe, em resposta, oréupoderá alegar todas as defesas cabíveis. Assim, entendo despicienda as tentativas de citação do réu nesta fase processual. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0637023-13.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Compulsando os autos, verifico que o endereço indicado para cumprimento da diligência do oficial de justiça pertence à comarca diversa. Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para informar se há interesse na expedição de Carta Precatória ou indicar novo endereço pertencente a esta comarca, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ELIEZER ALVES DE OLIVEIRA (OAB 10900/AM) - Processo 0637232-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Educanorte Instituto de Apoio Superior do Norte - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 151) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GEFERSON BATISTA PINHEIRO (OAB 11931/AM) - Processo 0637482-78.2019.8.04.0001 - Despejo - Locação / Permissão / Concessão / Autorização / Cessão de Uso - REQUERENTE: Paulo Otero de Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl.29) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/ carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0638964-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Gerly Lopes da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0640226-80.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Condominio Residencial Eliza Miranda - Rio Grande do Norte - Compulsando os autos, verifico que este juízo procedeu com as consultas aos sistemas eletrônicos, sob a forma de arresto executivo, uma vez que as tentativas de citar o executado restaram-se frustradas. Nesse espeque, a fim de dar prosseguimento à presente ação, à Secretaria que expeça cartas de citação para os endereços que ainda não foram diligenciados, quais sejam: I- Rua 1, Nº 112, Conj, João Bosco, Qd. K, Casa 2, São José Operário, CEP 69085-000, Manaus-AM; II- Coronel Teixeira, N° 7155, Ponta Negra, CEP 69037-000, Manaus-AM; III- Rua Rio Marauja, Nº 112, São José Operário, CEP 69085-620, Manaus-AM. Gratuidade de justiça deferida às fls. 17. Cumpra-se.

ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 17869/DF), ADV: AMILCAR AUGUSTO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 1450/AM), ADV: DÉBORA SALGUEIRO DE MENEZES (OAB 12200/AM) - Processo 0641838-53.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Condominio do Residencial Via Veneto - EXECUTADA: Maria Justina Lebre da Silva - Vistos, etc. Cuida-se de embargos de declaração opostos pela executada, sob o fundamento da existência de omissão na decisão que determinou o prosseguimento do feito, sem manifestação sobre a tese de nulidade da citação e necessidade de citação de litisconsorte necessário. Decido. Com razão a executada, a decisão combatida padece de omissão. Entretanto, não merece prosperar a tese de nulidade da citação, uma vez que a executada, embora doente, não demonstrou que se encontrava em estado grave à época do ato citatório, circunstância que afasta a vedação de citação contida no art. 244, IV do CPC. Ademais, não há qualquer laudo médico que aponte ser a citanda mentalmente incapaz ou está impossibilitada de receber a citação. Certo é que a citanda encontra-se no pleno gozo das suas faculdades mentais, prova disso é que outorgou poderes ao advogado que lhe assiste no processo. Assim, descabe falar em nulidade da citação. Sobre a citação do cônjuge da executada, muito embora os cônjuges coproprietários de imóvel respondam solidariamente pelas despesas de condomínio, isso não implica em litisconsórcio necessário. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ: AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL -AÇÃO DE COBRANÇA - COTAS CONDOMINIAIS - DECISÃO AGRAVADA MANTIDA - IMPROVIMENTO. 1.- “Os cônjuges, coproprietários de imóvel, respondem solidariamente pelas despesas de condomínio, mas esta responsabilidade não implica litisconsórcio necessário em razão da natureza pessoal da ação de cobrança de cotas condominiais” (AgRg no AREsp 213.060/RJ, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/10/2012, DJe 06/11/2012). 2.- “Quando se tratar de obrigação positiva e líquida, os juros moratórios são devidos desde o inadimplemento, mesmo nas hipóteses de responsabilidade contratual” (REsp 1257846/RS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, DJe 30/04/2012). 3.- O Agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar a conclusão do julgado, a qual se mantém por seus próprios fundamentos. 4.- Agravo Regimental improvido.” (STJ, AgRg no AREsp 524.135/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, 3ª T., j. 05/08/2014). Com base nisso, reconheço a omissão da decisão impugnada, mas rejeito os pedidos formulados pela executada, nos termos da fundamentação exposta. Expeça-se mandado de penhora, avaliação e depósito do veículo de Placa JXN-1027. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0642757-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Nila Costa de Oliveira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o(a) autor(a) para que se manifeste, querendo, no prazo de 15(quinze) dias, sobre o teor da contestação e documentos encartados ao autos, nos termos do art.350 e 351, ambos do CPC. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO

MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0645476-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elissandro de Vasconcelos Holanda - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: JÉSSICA MIKAELLE LOPES MARINHO (OAB 12428/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0646051-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudiomar Riker Vieira - REQUERIDO: Mso Empresa Prestadora de Serviços para Taxista Ltda - Me (Tucuxi Rádio Táxi) - De antemão não vejo como ato ilegal ou abusivo o fato de a prestadora exigir de seus motoristas a aquisição e uso de celular com internet, maquineta de pagamento e fardamento. Parece que o requerente é refratário à modernidade ou não está devidamente atento à realidade circundante e talvez por isso, assim como ele, a classe dos taxistas, tem perdido muito terreno para os motoristas de aplicativos, que oferecem um serviço muito mais dinâmico e barato. A sociedade contemporânea já impôs esta nova realidade cujo viés é inexorável. Com efeito, não se pode negar que o mundo está conectado pela internet e os motoristas de aplicativo largaram na frente dessa odisséia. Daí a razão pela qual os taxistas tem corrido atrás do prejuízo com a readequação de tarifas, uma vez que é melhor oferecer redução de preços e descontos a não ter quem pague pelo serviço. O mesmo se diga quanto ao uso de maquineta, que é meio não só facilitador de pagamento como também confere mais segurança ao usuário que passa a transitar com menos dinheiro, estando menos sujeito a assaltos. Dessarte, não coaduno com a assertiva de que o requerente foi preterido pela requerida, sobretudo quando ele mesmo diz que isso se deve a constante oscilação da internet de seu celular ou porque tem resiliência às promoções levadas a cabo pela empresa. Alem do que, a ordem de atracação não é absoluta, posto que é cediço que a determinação muita vez emana do cliente - que pode preferir um ou outro motorista ou determinado tipo de veículo - ou mesmo a ordem estabelecida pelo aplicativo, que segue parâmetros do logarítimo instalado. Quanto à punições e expulsão do requerente, tenho que ele tenha parcial razão. Assim o digo porque ele tem parcela de culpa quando não se apresentou para o procedimento de vistoria do veículo. Entrementes, inegável que a requerida pratica ato arbitrário quando a seu critério pune e afasta o motorista sem propiciar-lhe o contraditório e a ampla defesa. Também ressai evidente que a ré agiu com fins de retaliação diante da postura contestadora do requerente, que chegou mesmo a apresentar reclamações na SMTU e junto ao Ministério Público, a solicitar providencias contra a empresa. Conquanto o requerente tenha se mostrado refratário às determinações da Tucuxi, ela não pode pura e simplesmente mandá-lo embora sem um procedimento levado a efeito pelo seu conselho deliberativo ou outro órgão equivalente, propiciando-lhe a apresentação de sua defesa. Certo que a expulsão foi sumária e sem qualquer fundamento, é medida de justiça que o autor seja recompensado pelos meses em que deixou de trabalhar. Dito isto, colijo que, em razão da culpa recíproca do autor, deva a ré indenizá-lo a título de lucros cessantes, com o valor de 50% sobre a média de faturamento dos taxistas que integram a empresa, multiplicados por 11 (meses), que corresponde ao período restante para o término do contrato (tese afirmada na inicial e não contestada na defesa). Quanto aos danos de ordem moral também os verifico, decorrentes que são do ato unilateral e de império da requerida, que se valeu de seu porte de grande corporação para infligir penalidades contra quem desafia seus interesses. Óbvio que a dispensa desmotivada causou ao postulante toda sorte de frustração e sentimento de impotência que merece ser recompensada. Por tal, arbitro em dez mil o valor da indenização moral, monta que reputo suficiente para imprimir efeito pedagógico contra o infrator e ao mesmo tempo servirá para recrudescer a psique do lesado. Quanto ao pedido de restituição de luvas, este não prospera, haja vista que o requerente não carreou aos autos prova que tenha integralizado o valor. DISPOSITIVO Diante do exposto, Julgo procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar a requerida ao pagamento de dez mil reais, com fulcro no artigo 186 e 927 do CCB. Sobre o valor da condenação deve incidir correção monetária a partir da data de prolação desta sentença e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a contar da data do evento danoso (data do afastamento do autor da empresa). Julgo procedente o pedido de lucros cessantes, com vistas a que a requerida indenize o requerente com o valor de 50% sobre a média mensal do faturamento de cada um dos taxistas que integram a empresa, multiplicados por 11 (meses), que corresponde ao período restante para o término do contrato (tese afirmada na inicial e não contestada na defesa). Sobre esta verba apliquem-se correção monetária e juros de 1% ao mês a partir da data da citação. Julgo improcedente o pedido de indenização material. Em razão de o requerente ter decaído de parte minima dos pedidos, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em de 10% (dez por cento) sobre o valor global condenação. Após o trânsito em julgado, com as formalidades de estilo arquivem-se os autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: RODRIGO SANTOS DA SILVA (OAB 10696/AM) - Processo 0647451-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Rodrigo de Paula e Silva - REQUERIDO: Unimed Fama - Federação das Unimeds da Amazônia - Analisando-se os autos denota-se que o pedido restringiu-se à concessão da tutela provisória de urgência e confirmação da tutela final. Entretanto, tal tutela não foi requerida em caráter antecedente, o que impõe o prosseguimento do feito. O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Cite-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se. Defiro a gratuidade de justiça. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0647811-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcus Aurélio Macedo Pinage - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais intentada por Marcus Aurélio Macedo Pinage em face de Banco BMG S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos indevidos. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá “quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo”. Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. A suspensão de descontos em folha de pagamento quando postulada sob a alegação de inexistência de contratação demanda que a parte comprove a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisitos exigidos pelo art.300 do CPC. Na hipótese, estando em discussão a existência ou não do negócio jurídico firmado entre as partes, a simples afirmação de desconhecimento da avença revela a probabilidade do direito do autor, em virtude da impossibilidade da produção de prova de algo que não existiu. Embora o Código de Processo Civil atribua ao autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, entende-se que, nas ações em que o pedido inicial se funda em uma declaração negativa de existência de negócio jurídico, o ônus de comprovar a relação negocial transfere-se para o réu, diante da dificuldade ou

mesmo da impossibilidade de se provar a inocorrência de algum fato. Nesse sentido, são as lições de Alexandre de Freitas Câmara: "(...) se o autor se limitar a negar a existência do fato constitutivo, (por exemplo, o autor pede a declaração da inexistência de uma obrigação que, segundo ele, jamais existiu, embora sua existência venha sendo alardeada pelo demandado) haverá, aí sim, uma inversão do ônus, cabendo ao réu demonstrar a existência do fato constitutivo do seu direito." (CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil, Vol. 1, 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 401-402). Se referida inversão do ônus probatório é realizada no curso regular do processo, também poderá ocorrer no momento de apreciação do pedido de tutela de urgência, no qual o requisito da probabilidade do direito deve ser analisado com menos rigor, diante da citada impossibilidade de comprovação do alegado. Destarte, negada a existência da relação jurídica, mostra-se presente a verossimilhança das alegações da parte autora, a evidenciar a probabilidade do direito alegado. Do mesmo modo, evidente o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, vez que os descontos de parcelas de empréstimo no contracheque do autor no caso de ausência de comprovação de contratação entre as partes poderão lhe causar prejuízos, uma vez que se trata de verba de caráter alimentar. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente à suspensão dos descontos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a demandada suspenda os descontos efetuados no contracheque do autor, referente ao contrato, no valor de R$79,29, BMG EMP02 (código 5898). Assim, determino que seja oficiado o respectivo órgão pagador, qual seja, a SEAD, para que proceda com a determinação. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, no prazo de 10(dez) dias, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.". O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM), ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM) - Processo 0647978-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Walam Silvestre da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos, etc. Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais intentada por Walam Silvestre da Silva em face de Banco do Brasil S/A, com o pedido de tutela provisória de urgência, objetivando a suspensão dos descontos indevidos. Decido. Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". Ademais, no §3° do mesmo artigo, a tutela de urgência de natureza antecipada não será deferida quando houver perigo de irreversibilidade. A suspensão de descontos em folha de pagamento quando postulada sob a alegação de inexistência de contratação demanda que a parte comprove a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisitos exigidos pelo art.300 do CPC. Na hipótese, estando em discussão a existência ou não do negócio jurídico firmado entre as partes, a simples afirmação de desconhecimento da avença revela a probabilidade do direito do autor, em virtude da impossibilidade da produção de prova de algo que não existiu. Embora o Código de Processo Civil atribua ao autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito, entende-se que, nas ações em que o pedido inicial se funda em uma declaração negativa de existência de negócio jurídico, o ônus de comprovar a relação negocial transfere-se para o réu, diante da dificuldade ou mesmo da impossibilidade de se provar a inocorrência de algum fato. Nesse sentido, são as lições de Alexandre de Freitas Câmara: "(...) se o autor se limitar a negar a existência do fato constitutivo, (por exemplo, o autor pede a declaração da inexistência de uma obrigação que, segundo ele, jamais existiu, embora sua existência venha sendo alardeada pelo demandado) haverá, aí sim, uma inversão do ônus, cabendo ao réu demonstrar a existência do fato constitutivo do seu direito." (CÂMARA, Alexandre Freitas. Lições de Direito Processual Civil, Vol. 1, 9ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 401-402). Se referida inversão do ônus probatório é realizada no curso regular do processo, também poderá ocorrer no momento de apreciação do pedido de tutela de urgência, no qual o requisito da probabilidade do direito deve ser analisado com menos rigor, diante da citada impossibilidade de comprovação do alegado. Destarte, negada a existência da relação jurídica, mostra-se presente a verossimilhança das alegações da parte autora, a evidenciar a probabilidade do direito alegado. Do mesmo modo, evidente o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, vez que os descontos de parcelas de empréstimo no contracheque do autor no caso de ausência de comprovação de contratação entre as partes poderão lhe causar prejuízos, uma vez que se trata de verba de caráter alimentar. Ademais, no que concerne a tutela de urgência, verifico que possível a reversibilidade da medida, sendo pleito que se refere somente à suspensão dos descontos. Ante o exposto, CONCEDO a tutela provisória de urgência, nos termos do Art. 300 do NCPC, a fim de determinar que a demandada suspenda os descontos efetuados no contracheque do autor, com a descrição: B Brasil Emp no valor de R$790,48. Assim, determino que seja oficiado o respectivo órgão pagador, qual seja, a Marinha do Brasil, através do órgão de Pagadoria de Pessoal (PAPEM), para que proceda com a determinação. Para tanto, fica a parte interessada responsável por imprimir, enviar e protocolar esta decisão que serve como ofício, no prazo de 10(dez) dias, conforme dispõe , §2º, art. 1º, Portaria nº2072/2016-PTJ: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos Assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas.". O art.4ºe o art.139, incisoII,CPC, preveem o direito das partes à celeridade processual e o dever do Magistrado de velar por esta celeridade. Tendo em vista as especificidades deste litígio, deixo de designar a audiência de conciliação do art.334doCPC, reservando a momento oportuno a análise da conveniência da audiência de conciliação e do mútuo interesse das partes (C.P.C., art. 139, VI, e Enunciado nº 35 da ENFAM). Não há prejuízo às partes tendo em vista que a conciliação pode ser realizada em qualquer fase do processo (art.3º § 3º CPC). O prazo para resposta observará o disposto no art.335, III,Código de Processo Civil. Citem-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0647978-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Walam Silvestre da Silva - Vistos, etc. Com fulcro nos artigos 320 e 321 do Código de Processo Civil, determino a intimação do requerente para que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, emende a exordial no sentido de que: 1) junte extrato bancário da conta corrente e de outras contas que possuir a comprovar que na data do suposto empréstimo até no máximo 2 (dois) meses a frente houve (ou não) o depósito/crédito/transferência do valor mutuado; Saliente-se que a inércia ensejará o indeferimento da petição inicial, consoante art. 321, § único do Digesto Processual Civil. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor. Ultrapassado o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me imediatamente conclusos para despacho inicial. Cumpra-se. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM) - Processo 0648035-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Derzi da Costa Cruz - Cuida-se de Alvará Judicial intentado por Maria Derzi da Costa Cruz, objetivando o levantamento de quantia em dinheiro proveniente de saldo bancário deixado pelo de cujus. Analiso questão de ordem pública que diz respeito à competência interna de juízo. Com efeito, predispõe o artigo 154, V, c/c § único, art.154-A da LC nº 178, de 13/07/2017, que trata da Divisão e a Organização Judiciária do Estado do Amazonas, que a competência para o processo e julgamento destas demandas cabe às Varas de Família, verbis: Art. 154 - Aos Juízes de Direito das Varas de Família compete por distribuição: V- Processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento no Decreto nº84.845, de 26 de março de 1981. Art.154-A. Ao juiz de Vara de Órfãos e Sucessões compete. (...) Parágrafo único. Fica preservada a competência das Varas de Família para processar os pedidos de alvarás requeridos com fundamento na lei n. 6.858/80, regulamentada pelo Decreto n. 85.845/81. Nesse soar, com arrimo no artigo 154, inciso V, c/c artigo 154-A, § único da LC nº 178, de 13/07/2017 e no art.64,§1º, do CPC, reconheço a incompetência absoluta deste Juízo para o julgamento da causa e determino, via de consequência, a remessa dos presentes autos a uma das Varas de Família. À Distribuição para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JEFFERSON SABON VAZ (OAB 340731/SP) - Processo 0648068-77.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Compra e Venda - REQUERENTE: J.B.P. - REQUERIDO: L.P.P.I.C.P.F.E. - Vistos, etc. Trata-se de Alvará Judicial para Aquisição da Substância Fosfoetanolomina Sintética, em que o autor sustenta ser portador de NEOPLASIA MALIGNA CEREBRAL DE ALTO GRAU - CID C.71.9 - RECIDIVADO (vide laudo às fls. 39/42). Diante do grave quadro de saúde que apresenta, pretende fazer uso do tratamento com fosfoetanolamina sintética, substância ainda em fase de pesquisa, visando controlar os sintomas nefastos do câncer, neutralizar sua evolução e, com isso, alcançar melhor qualidade de vida, evolução do quadro clínico e/ou cura da doença.Com a exordial, juntam os exames de diagnóstico das doenças, que apresentam o atual estado clínico, bem como o termo de responsabilidade do uso da substância.Relatado. Decido.Nos termos do Novo Código de Processo Civil, em seu Artigo 294, a concessão da tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência. E, da análise dos autos, verifico a possibilidade de adequar o pedido nos novos parâmetros processuais, fundamentada na tutela de urgência. Isso porque, nos termos do Art. 300, caput do NCPC, referente a tutela de urgência, o juiz a concederá "quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo". A questão central discutida na lide diz respeito ao fornecimento da substância fosfoetanolamina sintética a paciente acometido de câncer em avançado estágio de desenvolvimento, como terapêutica alternativa à superação da doença.A controvérsia instalada em torno da questão, e que motivou a provocação da atuação do Poder Judiciário, reside na indisponibilidade da droga, para distribuição regular, junto à rede pública ou privada de saúde do País, por se tratar de substância que ainda não concluiu as etapas de pesquisa e aprovação, para uso em seres humanos, sem o que não se admite a caracterização como fármaco ou medicamento sujeito a registro legal. A par dessas circunstâncias, não vejo óbice à prestação da tutela de urgência. Não há, com efeito, obstáculo que não se possa vencer em prol da preservação e elastecimento da vida, bem maior do ordenamento vigente. Não se cuida, com efeito, de raciocínio fundado em mera retórica. Explico: A comercialização de medicamentos, drogas, insumos farmacêuticos e correlatos depende de registro junto à ANVISA, nos termos do art. 12 da Lei n° 6.360/76, senão vejamos: Art. 12. Nenhum dos produtos de que trata esta Lei, inclusive os importados, poderá ser industrializado, exposto à venda ou entregue ao consumo antes de registrado no Ministério da Saúde. No caso da fosfoetanolamina sintética, não foram vencidas, contudo, as etapas inerentes à pesquisa médica que prece o registro exigido pela norma supracitada. Nesse contexto, as substâncias voltadas à produção de novos medicamentos não estão sujeitos a registro prévio, quando se destinem exclusivamente ao uso experimental, na esteira do art. 24 da Lei n° 6.360/76, conforme expressamente declarado pela autora às fls. 16/20, in verbis: Art. 24. Estão isentos de registro os medicamentos novos, destinados exclusivamente a uso experimental, sob controle médico, podendo, inclusive, ser importados mediante expressa autorização do Ministério da Saúde. Uma vez demonstrada a superação de eventual entrave relacionado ao regramento da vigilância sanitária exercida a substância experimental, cabe ao Poder Poder Público, por força de cânone constitucional, envidar todos os esforços para a garantir ao cidadão o acesso universal e igualitário a todas as ações destinadas à promoção, proteção e recuperação da saúde, podendo delegar sua execução a particulares: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado. No vertente caso, o autor pretende receber o tratamento da "fosfoetanolamina sintética", que se trata de substância experimental, desprovida de registro na Anvisa e sem estudo conclusivo quanto a comprovação e eficácia efetiva em seres humanos. Todavia, segundo informações de público e notório conhecimento, há casos de pessoas que já fazem uso do medicamento com resultados positivos para combater a doença.Completamente compreensível a atitude do demandante em buscar tratamentos complementares, que possam auxiliar no combate a doença, ante a sua gravidade e o grande comprometimento de sua saúde, com risco concreto de morte. Ademais, não se tem notícia que a substância pode ser encontrada em qualquer outro laboratório, sendo certo, por enquanto, que somente o Instituto de Química da USP de São Carlos produz a pílula, para possível consumo humano.Não há, por outro lado, decisão judicial de efeito vinculante que obste a concessão da medida em apreço. A repercussão geral reconhecida no bojo do RE n° 657718, quanto à aplicação da isenção de registro fármaco prevista no art. 24 da Lei n° 6.360/76, ainda encontra-se pendente de apreciação pelo C. STF.Desta feita, estando o autor acometido de doença grave, que lhe causa grande sofrimento físico e emocional, com risco acentuado de morte, mostra-se viável e coerente, ainda que nesse juízo de cognição sumária, a concessão da tutela de urgência, ante a presença, mesmo que mínima, da chance efetiva de cura.Ante o exposto, defiro o alvará em caráter de tutela perseguida, para determinar ao réu que, no prazo improrrogável de 5 (cinco) dias, disponibilize a substância fosfoetanolamina sintética, em quantidade suficiente para garantir o seu tratamento contínuo, na quantidade de 1.095 cápsulas para o tratamento por 1 ano e, em caso de prorrogação, esclareço que novo pedido terá de ser solicitado ao juízo com as novas provas e fatos que surgirem e que demonstrem ser necessárias para análise. Quanto ao preço informado pelo autor de R$3,00 por cada 500mg e R$3,50 se esse total de peso for encapsulado, informo que não cabe a este juízo, em cognição sumária, determinar valor de compra sem ter base dos custos de produção. Portanto, indefiro o referido pedido nesse parágrafo. A fim de assegurar a eficácia da medida, dada a distância entre este juízo e a comarca onde deverá ser cumprida a providência, autorizo o patrono da parte autora ou patrono por este substabelecido, valendo esta decisão como ofício, a intimar a requerida PDT Pharma Indústria e Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda EPP para o cumprimento da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, reproduzindo cópia fidedigna desta decisão, com a assinatura digital deste julgador e a instruindo com cópias de documentos pertinentes, devendo comprovar a realização do ato, por meio de juntada aos autos do protocolo de recebimento pelo requerido. Defiro a gratuidade de justiça. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR DEMETRIUS CARVALHO BARBOSA (OAB 22476/PA) - Processo 0648716-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Genivaldo Abreu de Oliveira - REQUERIDO: Eletro Ferro Construções S/A - Vistos, etc. Cite-se o requerido para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente contestação, como orienta o Art. 335 com ressalvas do Art. 344, CPC/2015. Expeça-se AR ao requerido. Defiro a gratuidade de justiça em favor do autor. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0649462-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Emerson Lins de Lima - Relação: 0273/2019 Teor do ato: Defiro o pedido de fls. 104/105. Na falta de bens penhoráveis para fazer frente à pretensão do(a) exequente, determino a suspensão do processo pelo prazo de 01 (um) ano, conforme o disposto no artigo 921, § 1º do CPC, ficando suspensa a prescrição, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada do processo. Ultrapassado o prazo mencionado, sem que haja qualquer manifestação das partes, arquivem-se os autos, com a remessa destes à fila de "processos encerrados", ocasião na qual terá inicio o prazo de prescrição intercorrente, sem prejuízo da retomada do processo, caso existam bens penhoráveis, conforme o § 2º do referido artigo. Intimem-se. Cumpra-se. Advogados(s): Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM), Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)

ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM) - Processo 0661784-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilzalene Silva de Souza - Vistos, etc. Defiro o pedido de Pág.(s) (102), concedendo-lhe o prazo de 10 dias para que ultime a providencia requestada. Após fornecido o endereço, cite-se, preferencialmente por meio eletrônico. Intimem-se. Cumpra-se. Vistos, etc.

Adriano Belem Pontes (OAB 6514/AM)
Adson José Messias Ribeiro (OAB 6534/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Almério Ferreira Botelho (OAB 271/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 1450/AM)
Amilcar Augusto César de Carvalho (OAB 17869/DF)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Arthur Demetrius Carvalho Barbosa (OAB 22476/PA)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 25845A/PA)
Carlo André de Mello Queiroz (OAB 6047/AL)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Cristina Stringari Pasqual (OAB 40766RS)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Débora Salgueiro de Menezes (OAB 12200/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Deuzina de Fátima Ferreira Tupinambá (OAB 2307/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliezer Alves de Oliveira (OAB 10900/AM)
Elói Contini (OAB 1182A/AM)
Elói Contini (OAB 51764/BA)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Fábio César Silva de Souza (OAB 6518/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Carneiro Chaves (OAB 9179/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
GABRIELLA GOMES BOTELHO (OAB 11205/AM)
Geferson Batista Pinheiro (OAB 11931/AM)
Geovane Araújo Galvão (OAB 636A/AM)
Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB 12975/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Gustavo Moura Azevedo Nunes (OAB 107088/RJ)
GUTEMBERGUE LOPES DANTAS (OAB 8984/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Jackson William de Lima (OAB 408472/SP)
Jacques Antunes Soares (OAB 75751/RS)
Jefferson Sabon Vaz (OAB 340731/SP)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jéssica Mikaelle Lopes Marinho (OAB 12428/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSÉ MAURÍCIO CARPES (OAB 75748/RS)
Kaiser Corrêa Ribeiro (OAB 4904/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 4562A/TO)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
lazaro jose gomes junior (OAB 8194A/MT)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 24129/GO)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maximiliano Carlos da Silva Barboza (OAB 8547/AM)
Miguel Barrella Filho (OAB 1622/AM)
NÁJELA NOARA DIAS TOMÉ (OAB 159666/MG)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)

Rodrigo Santos da Silva (OAB 10696/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Ronaldo Santana Macedo (OAB 6536/AM)
Rosângela Frota Magalhães (OAB 4963/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tatyane de Araújo Campos (OAB 10201/AM)
Thaís Loureiro Guerreiro (OAB 12923/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tomé Rodrigues Leão de Carvalho Gama (OAB 7312/AL)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wellington Filgueira Sampaio (OAB 5308/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0171/2019

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138), ADV: ANA CLÁUDIA CASTRO DE HOLANDA (OAB 4405/AM), ADV: CARLOS ANTÔNIO DE CARVALHO MOTA (OAB 2155/AM), ADV: MICHELLE CRISTINE LIMA DE CASTRO (OAB 3997AM) - Processo 0015505-18.1997.8.04.0012 (012.97.015505-7) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Eliezer Nunes da Luz - Bernaldo Braga dos Santos e outro - Inicialmente, deixo de conhecer a arguição de excesso formulada pelo Estado do Amazonas às fls. 416/417, pois a sentença dos embargos do devedor - Proc. N.º 0604252-55.2013.8.04.0001 - foi expressa ao definir como termo inicial dos juros de mora a data de fixação da indenização (data da sentença). Registre-se que a referida sentença transitou em julgado, descabendo sua rediscussão. Ademais, diante do teor da petição de fls. 419/423 encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para desmembrar os créditos do Patrono da causa, incluindo nos cálculos dos créditos dos Exequentes os honorários contratuais (como amortização) pactuados em 15% sobre o montante da condenação. A Contadoria deverá elaborar cálculos em separado para cada exequente, segundo os parâmetros definidos no Despacho de fl. 406. Solicita-se ainda, seja elaborado cálculo em separado para os honorários, incluindo os sucumbenciais e os contratuais. Apresentados os novos cálculos, intime-se as partes por Ato Ordinatório para, querendo, manifestarem-se sobre eles. Caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0018852-14.2005.8.04.0001 (001.05.018852-7) - Cumprimento de sentença - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - AMAZONPREV e outro - Em que pese a respeitabilidade dos argumentos desenvolvidos pela Agravante, mantenho íntegra a decisão agravada. Diante da ausência de ordem atribuindo efeito suspensivo, a tramitação processual seguirá seu curso normal, aguardando-se o pagamento da RPV de fls. 303/304 pelo prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS DE SENA DANTAS (OAB 6295/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: MARA LÚCIA ANTONY (OAB 598/AM), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM) - Processo 0029491-57.2006.8.04.0001 (001.06.029491-5) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Salomão Barroso Benacon - O laudo pericial foi apresentado e assegurada às partes a oportunidade para manifestações sobre o pronunciamento do perito judicial. Não há requerimento das partes para a produção de outras provas, motivo pelo qual dou por encerrada a instrução processual. À parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar suas alegações finais. Apresentadas as alegações pela parte requerente ou decorrido o prazo legal, intime-se a parte requerida para apresentar suas razões, conforme preceitua o art. 364, §2º, CPC. Após, venham-me os autos conclusos para sentença, por não se tratar de caso ou de procedimento de manifestação obrigatória do Ministério Público na condição de custos legis (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MAYZA MORAES ANTONY (OAB 2315/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: CABO VERDE ADVOGADOS (OAB 143/AM) - Processo 0202730-97.2009.8.04.0001 (001.09.202730-0) - Cumprimento de sentença - Requisição de Pequeno Valor - RPV - IMPETRANTE: Maria Helena Galvão de Lima - Em que pesem os argumentos expendidos à fl. 912, os cálculos apresentados pela Contadoria Judicial às fls. 893/900 foram elaborados em estrita obediência ao que foi decidido às fls. 790/791 e 889. Assim, indefiro o pedido de fls. 912/916 e mantenho íntegro o cálculo de fls. 893/900. Por conseguinte, determino a expedição do competente precatório, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTY SANDRO FIGUEIRA PEREIRA (OAB 13514/PA), ADV: SANDRO SANTOS SILVA (OAB 3550/AM) - Processo 0208227-87.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Everty Sandro Figueira Pereira - Rafael Augusto Tolentino da Silva - Diante da inércia das partes acerca do ato ordinatório de fl. 388, proceda-se à baixa e ao arquivamento dos autos, com as cautelas de estilo, assegurando-se aos interessados que possam requerer o seu desarquivamento em caso de necessidade. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0249260-28.2010.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Unidade de Conservação da Natureza - REQUERIDA: BLR Logística do Transportes Rodoviário de Cargas Ltda e outros - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA OLIVEIRA FRANCO DE SÁ (OAB 5951/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: FRANCISCO DE OLIVEIRA LACERDA (OAB 6115/AM) - Processo 0250893-45.2008.8.04.0001 (apensado ao processo 0211582-13.2009.8.04.0001) (001.08.250893-4) - Restauração de Autos - REQUERENTE: Elson Jose Bentes Farias - REQUERIDA: CLÁUDIA TEREZA ARAÚJO AVELINO e outros - TERCEIRO I: Anselmo Seffair Guedes de Araújo - Diante do teor da Promoção de fls. 2377/2379, determino seja expedido ofício à Digníssima Procuradora Geral de Justiça solicitando a designação de Promotor de Justiça para atuar no presente feito. Ademais, diante do pedido de fls. 2384/2385, concedo ao Estado do Amazonas o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação quanto ao teor da Decisão de fls. 2368/2370. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA) - Processo 0600903-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Araci Barros Ramada - Decisão. Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pela Requerente, fixados em 10% do valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa pelo prazo legal, por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pela Requerente, das quais fica isenta, na forma da lei. P.R.I.

ADV: LEANDRA DE FÁTIMA LIMA GÓES (OAB 19708/PA) - Processo 0603297-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Sherly Maria Lopes Motta - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de

indenização referente à conversão em pecúnia de 18 (dezoito) meses de licença especial não gozada, adquiridas no decênio de 14.03.1984 a 14.03.1994 (06 meses) e nos quinquênios de 14.03.1994 a 14.03.1999 (03 meses), 14.03.1999 a 14.03.2004 (03 meses), 14.03.2004 a 14.03.2009 (03 meses) e 14.03.2009 a 14.03.2014 (03 meses), quando a Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 09 (doze) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1986, 1989, 1990, 1991, 1997, 1999, 2003, 2010 e 2012. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do decreto de inatividade, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado Requerido a serem fixados quando da liquidação - art. 85, §4º, II, do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: MARIA FÁTIMA SILVA OLIVEIRA (OAB 6356/AM) - Processo 0603598-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sãmya Rebolças de Oliveira e outro - Decisão. Diante do exposto, CONFIRMO A MEDIDA ANTECIPATÓRIA E JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, a fim de garantir à Requerente a realização de provas do supletivo do 3º Ano do Ensino Médio e a emissão do certificado respectivo. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, ex vi art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerido, arbitrados em 1.000,00 (mil reais). Custas pelo Estado Requerido, das quais fica isento, nos termos da lei. Deixo de submeter o presente decisum ao reexame necessário, a teor do disposto no 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0608497-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Gercino Rocha Lopes - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 09 (nove) meses de licença especial não gozada, adquiridas quinquênios de 15.03.2000 a 15.03.2005 (03 meses), 15.03.2005 a 15.03.2010 (03 meses) e 15.03.2010 a 15.03.2015 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 12 (doze) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1988, 1989, 1900, 2001, 2003, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do decreto de inatividade, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado, fixados em percentual sobre o valor da condenação, a serem fixados quando da liquidação - art. 84, §4º, II, do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: ANTONIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0608575-93.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Responsabilidade do Comandante ou Capitão - REQUERENTE: Flaudizio da Fonseca Batalha - Decisão. Diante do exposto, RECONHEÇO A PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO, e, por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, ex vi do art. 487, II do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerente, fixados em 8% (oito por cento) sobre o valor da causa, cuja exigibilidade fica suspensa, por conta da gratuidade judicial deferida. Custas pelo Requerente, das quais fica isento, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: NEI DE PAULA MARTINS FALCÃO (OAB 11167/AM) - Processo 0609093-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: José Wanderson da Silva das Neves - Decido. Despiciendas maiores digressões sobre o feito, uma vez que a parte autora expressamente anuiu com os termos da proposta formulada pelo Estado do Amazonas na manifestação de fls. 54/58, qual seja, o pagamento de 19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais), mediante requisitório de pequeno valor - RPV. Pelo exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO JUDICIAL consubstanciada na proposta de fls. 55 e na concordância de fls. 59, a fim de condenar o Estado do Amazonas ao pagamento de R$ 19.960,00 (dezenove mil novecentos e sessenta reais) mediante requisitório de pequeno valor - RPV, pelas diferenças remuneratórias decorrentes do Decreto de Progressão Funcional de 13 de julho de 2017. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b” do CPC. As partes serão responsáveis pelos honorários advocatícios de seus respectivos patronos, à luz do art. 90, §2º do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, nos termos da lei. P.R.I.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM), ADV: ANDREZA SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9241/AM) - Processo 0609425-21.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Piso Salarial - EXEQUENTE: Devanildo de Lima Freire - Diga o Exequente sobre o teor da petição de fls. 367/368 e cálculo de fls. 369/370, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VITOR GODINHO DAS CHAGAS (OAB 14192/AM) - Processo 0614050-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Instituto Metropolitano de Ensino - IME - Trata-se de Ação de Procedimento Comum proposta pelo Instituto Metropolitano de Ensino - IME contra a Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, na qual se pretende a condenação do requerido na obrigação de não compelir a requerente a aceitar pagamento em dinheiro direto na instituição. Em sede de contestação, o PROCON arguiu sua ilegitimidade, apontando o Município de Manaus como parte legítima para figurar no polo passivo da ação. Intimada, a Requerente aceitou a indicação e pugnou pela substituição do requerido. É o sucinto relato. Decido. Sem maiores digressões, acolho o pedido de substituição do réu para excluir da lide o PROCON e declarar, apenas em relação ele, extinto o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, CPC. Honorários advocatícios pela Requerente, arbitrados em R$ 500,00, nos moldes do art. 338, parágrafo único, CPC. Cite-se o Município de Manaus para, no prazo legal, apresentar contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0615093-41.2015.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: ESPÓLIO DE PLAUTÍLIO ALVES DE LIMA - Diante do pedido de fls. 109/110, concedo ao Exequente o prazo de 10 (dez) dias para que apresente o demonstrativo atualizado do crédito executado. Apresentado o cálculo atualizado, proceda-se a nova tentativa de bloqueio, via Bacenjud, de ativos financeiros em nome do executado, até o limite do valor informado pelo Exequente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLAVIO MENDES BENINCASA (OAB 166766/SP) - Processo 0615284-47.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Inspeção Fitossanitária - REQUERENTE: Artesã Farmácia de Manipulação Ltda - Baixa e arquivamento, com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0616944-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Afrânio Cezar Maia da Fonsêca - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 09 (nove) meses de licença especial não gozada, adquiridas quinquênios de 03.02.1999 a 03.02.2004 (03 meses), 03.02.2004 a 03.02.2009 (03 meses) e 03.02.2009 a 03.02.2014 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 12 (doze) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1986, 1988, 1990, 1991, 1993, 1996 e 2013. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada,

e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do decreto de inatividade, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado, fixados em percentual sobre o valor da condenação, a serem fixados quando da liquidação - art. 84, §4º, II, do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0617390-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - RMI pela equivalência entre Salário-de-Benefício e Salário-de-Contribuição - REQUERENTE: Angela Duarte Lopes - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Ademais, determino que as intimações destinadas à entidade estadual passem a ser encaminhadas também à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, em razão da decisão da Suprema Corte quanto à unicidade da representação judicial dos estados da federação (ADI 4449, 5245 e 5262). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM), ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM) - Processo 0617807-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Rosana Administradora Ltda - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CIRLEY KURY GIMACH DA SILVA (OAB 5833/AM) - Processo 0618461-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Evandro Marinho de Carvalho - Decisão. Pelo exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido indenizatório, uma vez que o contexto probatório existente nos autos do processo não apontou para qualquer ação ou omissão, por parte do Requerido, que pudesse autorizar o reconhecimento de dano indenizável de qualquer natureza, nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante dispõe o art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pela Requerente, fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), cuja exigibilidade fica suspensa, em razão da gratuidade judiciária concedida (fl.36). Custas processuais pela parte Requerente, das quais fica isenta na forma da lei. P.R.I.

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0618490-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andréa Faba Souza - Decisão. Pelo exposto, reconheço o dano de natureza indenizável sofrido pela Requerente e JULGO PROCEDENTE o pedido, para condenar o Requerido ao pagamento da indenização no valor de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), a título de indenização por dano moral, devidamente corrigido nos termos da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução de mérito, consoante dispõe o art. 487, I, do CPC. Honorários advocatícios pelo Requerido, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §3º, I, do CPC). Custas processuais pelo Requerido, isenção na forma da lei. Deixo de submeter esta sentença ao reexame necessário, nos termos do art. 496, §3.º, II, do CPC. P.R.I.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM) - Processo 0620472-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Eraldo Campos de Souza - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ARLINDO GONÇALVES DOS SANTOS NETO (OAB 4368/AM) - Processo 0620854-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Hospitalares - REQUERENTE: Daniel Vilhena Carvalho e outro - Ao Requerente para comprovar nos autos a efetiva aquisição do medicamento objeto da lide, acostando a respectiva nota fiscal de compra, no prazo de 20 (vinte) dias, sob as penas da lei. Ademais, por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0621249-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Joao Leno Domingos Paz da Silva - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0624528-97.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação Indireta - REQUERENTE: Julio Ernesto C. Cuadros - A avaliação do imóvel, acaso acolhido o pedido autoral, deverá ser feita na fase de liquidação do julgado. Assim, por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM), ADV: GÉRSON DA SILVA PAULINO (OAB 8445/AM), ADV: JORGE FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 8054/AM) - Processo 0625492-95.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Ajurimar Silva Amorim - A Lei n.º 2.748/2002 e a Resolução n.º 03/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, em conformidade com o art. 100, §3º, CF, estabelecem que o prazo para pagamento das obrigações de pequeno valor da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, lato sensu, é de 60 (sessenta) dias. Escoado o prazo legal sem que o ente devedor deposite o montante requisitado, impõe-se a intervenção deste Juízo para que o crédito do Exequente seja satisfeito. Pelo exposto, determino o bloqueio, via Bacenjud, de ativos financeiros em nome do Estado do Amazonas,

até o limite do crédito exequendo, especificado à fl. 296, com imediata transferência para conta judicial. Após, expeça-se alvará eletrônico para levantamento em nome do(s) titular(es) do crédito, atentando, se for o caso, para o domicílio bancário informado pelo(s) respectivo(s) credor(es). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0625679-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Jovane Marques Magalhães - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: CAROLINA GOMES MAR (OAB 8627/AM) - Processo 0626569-08.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Licença-Prêmio - REQUERENTE: José Carlos Amaral do Nascimento - DECISÃO. Diante do exposto, ACOLHO a IMPUGNAÇÃO apresentada pelo Estado do Amazonas, para reconhecer excesso de execução decorrente da aplicação de critérios equivocados de atualização do crédito executado, DETERMINANDO seja tomado como balizador da presente execução o cálculo de fl. 95, nos moldes da fundamentação. Honorários de sucumbência fixados no percentual de 10% (dez por cento) sobre o proveito econômico obtido com a Impugnação (art. 85, §§1º e 2º, do CPC), cuja exigibilidade fica suspensa por conta da gratuidade judicial deferida à fl. 24 (art. 98, §3º, do CPC). Custas pelo Impugnado, isento, nos termos da lei. Decorrido in albis o prazo recursal, encaminhe-se os autos à Contadoria Judicial para mera atualização do cálculo de fl. 95 (deixando expresso que o termo inicial da correção monetária é 13/01/2013 - data da passagem para a reserva remunerada), segundo os mesmos critérios adotados pelo Estado do Amazonas. Após, intime-se as partes para, querendo, manifestarem-se sobre os cálculos e, caso não haja objeções, requisite-se o pagamento na forma da lei e com as cautelas de estilo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0627380-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Edição - REQUERENTE: Ana Paula Elias Bastista - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0627634-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Manaus Ambiental S/A - Retifique-se a classe processual. Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO D'ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: RODRIGO ARAÚJO REBELO ALBUQUERQUE (OAB 12324/AM), ADV: DAVIS D'ALBUQUERQUE BRAGA (OAB 5081/AM), ADV: LEÔNIDAS MAGALHÃES NETO (OAB 6085/AM) - Processo 0630005-72.2017.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDA: Joésia Moreira Julião Pacheco e outros - Decisão. Por conseguinte, REJEITO O LITISCONSÓRCIO PASSIVO FACULTATIVO na forma posta na peça inicial, posto que ausentes as hipóteses autorizadoras previstas no art. 113, I a III do CPC, e, nestes termos, ASSEGURO ao Ministério Público que, no prazo de 15 (quinze) dias, ajuste a petição inicial para que limite as partes passivas, neste processo, apenas à Requerida Joésia Moreira Julião Pacheco e uma das construtoras requeridas, ajustando-se os fatos já descritos na peça inicial e o pedido final. Apenas a título de esclarecimento, considerando que este Juízo não reconhece conexão entre as lides, a distribuição das ações de improbidade contra as demais empresas deverá obedecer a distribuição aleatória por sorteio, em observância ao princípio do juiz natural. Após, retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA LIMA TAVARES (OAB 11834AM) - Processo 0632482-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Arlete Ruiz de Lima - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0632608-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Virginia Paula Batista Aleixo - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0634163-73.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Estado do Amazonas - O laudo pericial foi apresentado e assegurada às partes a oportunidade para manifestações sobre o pronunciamento do perito judicial. Não há requerimento das partes para a produção de outras provas, motivo pelo qual dou por encerrada a instrução processual. À parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar suas alegações finais. Apresentadas as alegações pela parte requerente ou decorrido o prazo legal, intime-se a parte requerida para apresentar suas razões, conforme preceitua o art. 364, §2º, CPC. Após, venham-me os autos conclusos para sentença, por não se tratar de caso ou de procedimento de manifestação obrigatória do Ministério Público na condição de custos legis. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0634778-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Moisés Vasconcelos Maciel - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 15 (quinze) meses de licença especial não gozada, adquiridas no decênio de 25.02.1985 a 25.02.1995 (06 meses); e nos quinquênios de 25.02.1995 a 25.02.2000 (03 meses), 25.02.2000 a 25.02.2005 (03 meses), 25.02.2005 a 25.02.2010 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 8 (oito) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1989, 2002, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do decreto de inatividade, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado, fixados em percentual sobre o valor da condenação, a serem fixados quando da liquidação - art. 84, §4º, II, do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: ALYSSON SILVA FALCÃO (OAB 6158/AM) - Processo 0634957-26.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: C e C Serviços de Construções Ltda - Em que pese a respeitabilidade dos argumentos desenvolvidos pela Agravante, mantenho íntegra a decisão agravada. Aguarde-se o decurso do prazo para réplica, aberto pelo ato ordinatório de fl. 258. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198/AM) - Processo 0638101-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Jesus dos Santos - O laudo pericial foi apresentado e assegurada às partes a oportunidade para manifestações sobre o pronunciamento do perito judicial. Não há requerimento das partes para a produção de outras provas, motivo pelo qual dou por encerrada a instrução processual. À parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar suas alegações finais. Apresentadas as alegações pela parte requerente ou decorrido o prazo legal, intime-se a parte requerida para apresentar suas razões, conforme preceitua o art. 364, §2º, CPC. Dada a natureza do pedido, descabida a intervenção do Ministério Público, conforme prescreve a lei processual e os precedentes jurisprudenciais (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17), motivo pelo qual, após o decurso do prazo para as alegações finais, devem os autos do processo ser encaminhados para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0640045-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: José Ronaldo Tavares da Silva - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC e STJ, 2ª Turma. REsp 1676131/MG. Min. Herman Benjamin. DJe de 14.09.17) Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0645509-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Andrea Reis de Souza Sevalho - Corrija-se a classe processual para "procedimento comum". Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0645603-95.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - IMPETRANTE: Carlos Farias Lima - Decisão. Diante do exposto, DENEGO o pedido liminar, nos termos da fundamentação. Aguarde-se o decurso de prazo para a apresentação de informações pela autoridade coatora e para a manifestação do ente público a que ela pertence. Após, encaminhe-se os autos ao Ministério Público para manifestação e, por fim, retornem conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM) - Processo 0646010-72.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Trata-se de cumprimento de título judicial no qual o Estado do Amazonas foi condenado a assegurar a realização de tratamento quimioterápico em favor do Requerente. No entanto, sobreveio o óbito do Requerente, como se vê à fl. 82. Assim, considerando que a morte põe fim à capacidade processual da parte e sendo que, no caso concreto, o direito assegurado na sentença transitada em julgado é intransmissível, impõe-se a extinção do feito. Mediante o exposto, determino a baixa e o arquivamento dos autos, com suporte no art. 485, IX, c/c art. 771, Parágrafo Único, ambos do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0646441-38.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Ricardo de Oliveira Brandao e outro - Defiro o pedido de gratuidade judicial. Deixo de realizar a audiência prescrita pelo art. 334, do CPC, uma vez que o direito objeto da lide não admite autocomposição, conforme autoriza o inciso II, §4°, do mencionado dispositivo. Cite(m)-se o(s) Requerido(s) para, no prazo legal, apresentar(em) contestação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0648032-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Itamar Brito Gonçalves - O pedido de gratuidade judicial deve ser apreciado com critério. No caso concreto, e diante dos documentos e informações existentes aos autos - Declaração de Imposto de Renda -, concluo que a parte Requerente pode suportar algumas despesas processuais, motivo pelo qual, nos termos do art. 98, §5°, do CPC DEFIRO parcialmente o pedido para que a parte Requerente não se submeta ao ônus de sucumbência, pelo prazo legal, caso não vença a demanda. No entanto, deverá arcar com as demais despesas necessárias para tramitação processual, tais como diligências, perícias e despesas postais, etc. Ademais, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas e taxas judiciárias iniciais, calculadas sobre o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), de acordo com as Tabelas anexas à Portaria 116/2017 PTJ. Recolhidas as custas processuais e a taxa judiciária ou decorrido o prazo estabelecido sem o cumprimento desta decisão, retornem os autos do processo conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FERREIRA CALAZANS (OAB 93234/MG) - Processo 0655318-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria Especial (Art. 57/8) - RECLAMANTE: Luciano Augusto de Avelar Francisco - Diga o Requerente, no prazo legal, sobre a contestação de fls. 34/39. Após, retornem conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0658781-48.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Agenaldo Dutra do Nascimento - Decisão. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido condenatório, determinando ao Estado do Amazonas o pagamento de indenização referente à conversão em pecúnia de 06 (seis) meses de licença especial não gozada, adquiridas nos quinquênios de 18.06.2004 a 18.06.2009 (03 meses) e 18.06.2009 a 18.06.2014 (03 meses), quando o Requerente encontrava-se na ativa da Polícia Militar do Estado do Amazonas. JULGO PROCEDENTE o pedido de indenização por 8 (oito) meses de férias não gozadas, referente aos exercícios de 1989, 2002, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. As parcelas indenizatórias terão como base de cálculo a remuneração percebida pelo mesmo à época da transferência para a reserva remunerada, e serão acrescidos de juros de mora e correção monetária a contar do decreto de inatividade, e segundo os parâmetros da Portaria n.º 1.588/2016-TJAM. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I do CPC. Honorários advocatícios pelo Estado, fixados em percentual sobre o valor da condenação, a serem fixados quando da liquidação - art. 84, §4º, II, do CPC. Custas pelo Requerido, das quais fica isento, na forma da lei. Deixo de submeter a presente sentença ao reexame necessário, conforme autoriza o art. 496, §3º, II do CPC. P.R.I.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0715333-43.2012.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Dívida Ativa - IMPETRANTE: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda - Verifica-se que o Estado do Amazonas peticionou em junho do corrente ano informando que estaria adotando as providências necessárias para o cumprimento do julgado (fls. 543). Decorridos quase três meses, nenhuma informação adicional veio aos autos do processo. Assim, diante do teor da petição de fl. 548, concedo ao Estado do Amazonas novo prazo de 15 (quinze) dias para que dê cumprimento ao determinado na Decisão de fl. 534, sob pena de bloqueio de valores, via Bacenjud, na ordem de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), como medida coercitiva para assegurar a efetividade do julgado. Escoado o prazo assinado sem que haja comprovação nos autos do cumprimento da obrigação, proceda-se ao bloqueio determinado. Intime-se. Cumpra-se.

Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)

Alysson Silva Falcão (OAB 6158/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Ana Cláudia Castro de Holanda (OAB 4405/AM)
Andreza Silva de Oliveira (OAB 9241/AM)
Antonia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Arlindo Gonçalves dos Santos Neto (OAB 4368/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Cabo Verde Advogados (OAB 143/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Antônio de Carvalho Mota (OAB 2155/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Carolina Gomes Mar (OAB 8627/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cirley Kury Gimach da Silva (OAB 5833/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 016696PA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
Davis D'Albuquerque Braga (OAB 5081/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Everty Sandro Figueira Pereira (OAB 13514/PA)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fernanda Lima Tavares (OAB 11834AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Fernando Ferreira Calazans (OAB 93234/MG)
Flavio Mendes Benincasa (OAB 166766/SP)
Francisco de Oliveira Lacerda (OAB 6115/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gérson da Silva Paulino (OAB 8445/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
JORGE FERNANDES DE OLIVEIRA (OAB 8054/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Carlos de Sena Dantas (OAB 6295/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Leandra de Fátima Lima Góes (OAB 19708/PA)
Leônidas Magalhães Neto (OAB 6085/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Mara Lúcia Antony (OAB 598/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138)
Maria Fátima Silva Oliveira (OAB 6356/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mayza Moraes Antony (OAB 2315/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Michelle Cristine Lima de Castro (OAB 3997AM)
Mônica Oliveira Franco de Sá (OAB 5951/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nei de Paula Martins Falcão (OAB 11167/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
PRISCILA DENIZE DO NASCIMENTO CARNEIRO FERREIRA (OAB 11815/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo Araújo Rebelo Albuquerque (OAB 12324/AM)
Rodrigo Araújo Rebelo D'albuquerque (OAB 12324/AM)
Sandro Santos Silva (OAB 3550/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Vitor Godinho das Chagas (OAB 14192/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0156/2019

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0003675-73.2006.8.04.0001 (001.06.003675-4) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Maria Noeme Passoa Martins - EXEQUENTE: Maria das Graças Pessoa Martins - Francisco Neto Pessoa Martins - Ana Cristina Pessoa Martins - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar os nomes dos credores, seus respectivos números e CÓPIA do CPF da senhora Maria das Graças Pessoa martins e do senhor Francisco Neto Pessoa Martins, bem assim o número e CÓPIA do respectivo registro da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: LUIZ CARLOS DA SILVA SAMPAIO (OAB 000.983/AM), ADV: ROBERTA FERREIRA DE ANDRADE (OAB 2334/AM), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: GIORDANO BRUNO DA COSTA CRUZ (OAB 761A/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: MARIA DA GLÓRIA AMAZONAS CAVALCANTI (OAB 615/AM) - Processo 0016171-42.2003.8.04.0001 (001.03.016171-2) - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: Arlindo de Jesus Sá - Maria de Fátima Lopes de Sá - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - CONFINTE: Igreja Nossa Senhora de Fátima - Bezerra Veículos - Raimunda de Tal - NÃO INFORM: 1° Registro de Imóveis e Protesto de Manaus - Proceda-se a nova tentativa de bloqueio do valor executado via BacenJud.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0212966-40.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Andre Resende Said - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: ELIANA LEITE GUEDES (OAB 4313/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397/RN), ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0234769-84.2008.8.04.0001 (001.08.234769-8) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Narciso Miguel Vieira da Rocha - REQUERIDO: Estado do Amazonas (Polícia Militar do Estado do Amazonas) na pessoa do Procurador Geral do Estado - Estado do Amazonas - Por motivo de foro intimo superveniente, averbo-me suspeito, inteligência do art. 145, § 1º, CPC. Ao substituto legal.

ADV: ANA PAULA DOS REIS FERRAZ TEIXEIRA (OAB 6728/AM), ADV: PAULO ROBERTO DOS REIS FERRAZ (OAB 2141/AM), ADV: REGINA APARECIDA DOS REIS FERRAZ (OAB 2205/AM), ADV: INGRID KHAMYLLA MONTEIRO XIMENES DE SOUSA (OAB 3629/AM), ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM) - Processo 0238454-65.2009.8.04.0001 (001.09.238454-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jussara Freitas Gomes - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Diogo Burgos Felix - Estado do Amazonas - Assim, TORNO SEM EFEITO as decisões de fls. 681 e 690, cancelando a audiência instrutória pautada para a data de 10/09/2019. Conclusos os autos para sentença.

ADV: VIVIEN MEDINA NORONHA (OAB 1931/AM), ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM) - Processo 0239348-41.2009.8.04.0001 (001.09.239348-0) - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francilene Rufino Mendonça - REQUERIDO: O Estado Amazonas - Estado do Amazonas - Remetam-se os autos à contadoria para a elaboração dos cálculos do valor devido, conforme determinada na decisão de fls. 304-305 e 322-323. Após, intimem-se as partes sobre os cálculos. Sem discordâncias, expeça-se o respectivo requisitório. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALBERTO BEZERRA DE MELO (OAB 2015/AM), ADV: JOSÉ CARLOS VALIM (OAB 2095/AM), ADV: MÁRCIA DE SOUZA MARTINS (OAB 7714/AM), ADV: SÁLVIA DE SOUZA HADDAD (OAB 3529/AM) - Processo 0607141-45.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Francisco Castro da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0607251-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Propriedade - REQUERENTE: Marcos Cirino Serra - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Politica Fundiaria Spf - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, consoante dicção do inciso II, do art. 345, do CPC. Sendo assim, diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir. No mesmo prazo, de acordo com o art. 349 do CPC, poderá o revel apresentar provas contrapostas às alegações do autor. Decorrido o prazo sem requerimentos de provas, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Intimem-se.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM) - Processo 0609296-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Thais Ilka de Deus Lima - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - À vista de todo exposto, JULGO A AÇÃO PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR o Estado do Amazonas a nomear a autora no cargo de enfermeira.

ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0610529-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remuneração - REQUERENTE: Carmo Ferreira da Cruz - Rosilene Ramires da Cruz - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Polícia Militar do Amazonas - Estado do Amazonas - Cite-se o requerido para, no prazo de 05 (cinco) dias, pronunciar-se acerca do pedido de habilitação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HELOM CÉSAR DA SILVA NUNES (OAB 6174/AM), ADV: JOAO LIRA TAVARES (OAB 8799/AM) - Processo 0611971-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARICÉLIA MAGALHÃES ARAÚJO - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o número do CPNJ da Defensoria publica do Estado do Amazonas.

ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: CAROLINE MONDEGO MARTINS FERREIRRA (OAB 10663/AM) - Processo 0612429-66.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Paula Chagas de Aquino - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista que, embora regularmente intimado, o Estado do Amazonas deixou de apresentar impugnação ao cumprimento de sentença, expeça-se a requisição de pequeno valor, nos termos do inciso II, do § 3º, do art. 535, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUCELINNO ARAÚJO LIMA (OAB 8039/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0613297-83.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0060542-14.2010.8.04.0012) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Estado do Amazonas - EMBARGADA: Luzenir de Belém Memória - Sandra Maria Cerquinho Martins - Intimem-se os executados, Karoline de Belém Memória, Luciana Belém Memória, Thayane Cerquinho Memória e Tiago Cerquinho Memória para pagamento do valor exequendo, conforme constante às fls. 130-132, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. Não ocorrendo o pagamento voluntário no prazo estipulado, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento), bem como de honorários de advogado no percentual 10%. Outrossim, intime-se o Estado do Amazonas para proceder ao cumprimento da obrigação de fazer que lhe fora imposta na sentença, qual seja, ao pagamento de pensão mensal, exclusivamente para as autoras: Karoline de Belém Memória e Lucina de Belém Memória, dado que são as únicas requerentes que ainda não atingiram a idade limite de 25 (vinte e cinco) anos de idade, conforme determinado no título judicial. Ato contínuo, intime-se o Estado do Amazonas para, querendo, apresentar impugnação ao cumprimento de sentença apresentado às fls. 211-2013.

ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: AMARILDO PEREIRA DA SILVA (OAB 9812/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: ANTONIO ACACIO DO NACIMENTO NETO (OAB 10383/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: DENISE MORGADO DE OLIVEIRA JUNQUEIRA (OAB 6999/AM), ADV: DIOGO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (OAB 1273A/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ITAMAR BRITO GONÇALVES (OAB 9684/AM), ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0613336-12.2015.8.04.0001 - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Violação aos Princípios Administrativos - REQUERENTE: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Promotoria - Direitos do Cidadão PRODEDIC - 57.ª Promotoria de Justiça - Defesa do Direito do Cidadão - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Adenys Manuel Vieira Rocha - Adilmara Raposo Moura - Aldenei Vieira dos Santos - Antônio Fernandes de Jesus - Antônio Viana Barbosa Neto - Auzimar Socorro da Silva Oliveira - Claudenir Silva Félix - Cláudia Maria Saraiva da Silva - Cláudia Regina Almino da Silva - Cleidimar Barreto da Silva - Conceição Mercedes da Silva Barroncas - Cremilson Pereira Nunes - Dilma Marien Araújo dos Santos - Eder Melgueiro de Menezes - Edson Falcão Brito - Eliana Alves de Freitas - Elsineiva Rodrigues Martins - Francisco Amazonas Araújo - Francisco César Guimarães Filho - Francisco Medeiros Basílio - Galdêncio Arancive A. Costa - Giselle Andrade de Oliveira - Glaucia Abreu da Costa - Iracema Morais da Silva - Ivan Ribeiro Viana Filho - Ivaneide Ramos da Silva - Ivanilde Silva de Abreu -

Izaurina Chaves Ferreira - Jailson Marinho Pereira - Joaciana de Oliveira da Silva - Joaquim José Gama Leandro - Joelson Moura Dutra - Jorgeney Costa da Silva - José de Alencar Matos Neto - José Maria Nunes Filho - José Pereira de Lima - Josemar Souza de Melo - Karen Fabiane Lopes Lima - Lindinalva Maria dos Santos Lucena - Luciana Santos da Silva - Manoel José Braga de Souza - Márcia Marques Pires - Márcia Regina Mendonça Pinto - Maria da Conceição Lima da Cunha - Maria do Socorro Faustino de Paiva - Maria Marcilene Monteiro da Costa - Maria Socorro Areosa da Cunha - Mário Jorge Nascimento de Souza - Marlon Vergino Cruz - Mauro Cleber da Silva Leitão - Minéya Maria Barbosa Belém - Neila de Fátima de Carvalho Silva - Omar Santos de Oliveira - Paulo Afonso da Silva Reis - Raimundo Nonato de Souza Moraes - Raquel Cândido da Silva - Reginaldo de Araújo Silva - Renato Araújo Mota - Resonildo Souza Gomes - Rossildes da Silva Santiago - Sandra Maria Neves da Silva - Sérgio Diniz Cardoso - Simone Barbosa Assam - Suliane Barroso Silva - Tito Eber da Costa Silva - Vanderlan Pereira Mendes - Waldemarina Mesquita - Estado do Amazonas - Comando Geral da Polícia Militar do Estado do Amazonas - PMAM - NÃO INFORM: Comandante Geral da Polícia Militar do Estado - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTES os embargos de declaração.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0614696-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Provas em geral - REQUERENTE: Simone Maria Garcia de Carvalho - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 10 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0615092-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Parcelas de benefício não pagas - REQUERENTE: Luciney Marinho Castelo Branco - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 11 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0615320-31.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: JOEDSON DA SILVA ADRIÃO - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Nos termos do Provimento nº 63/02 CGJ-TJAM, fica intimada a parte autora para apresentar o número e CÓPIA do respectivo registro da OAB e Número de Inscrição do Trabalhador-NIT, no caso de pessoa física contribuinte ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, de acordo com o art. 18 da Resolução nº 003/2014-DVEXPED-TJ/AM.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ALDENOR DE SOUZA RABELO (OAB 8030/AM), ADV: ALTIZA PEREIRA DE SOUZA (OAB 6881/AM) - Processo 0617640-20.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Rescisão - REQUERENTE: GILSON CORREA DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Diante da concordância entre as partes acerca dos cálculos realizados pela contadoria às fls. 203-205, HOMOLOGO-OS como representativos do crédito devido. Assim, expeça-se a requisição de pequeno valor.

ADV: MARTHA MAFRA GONZALES (OAB 4103/AM), ADV: ERNANDO SIMIÃO DA SILVA FILHO (OAB 9069/AM), ADV: ÉLIDA DE LIMA REIS CORRÊA (OAB 7458/AM) - Processo 0618276-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Irredutibilidade de Vencimentos - REQUERENTE: ANA MARIA SILVA DE SOUZA - Antonia Silva de Lima - Francisco Assis Roberto dos Santos - Geni Laranjeira Alcântara - Maria da Glória Mendes Pereira - Mário Fernando Fragata da Cunha - Stenio José da Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Aos Credores para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar o seu pedido às exigências do art. 534 do NCPC. Intime-se.

ADV: PAULA ÂNGELA VALÉRIO DE OLIVEIRA (OAB 1024/AM), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0619228-33.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Multas e demais Sanções - REQUERENTE: MARILENE CORRÊA DA SILVA FREITAS - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Assim, por todo acima exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, na forma do art. 487, I do CPC, mantendo em todo o seu teor a Decisão proferida e a Multa aplicada pelo TCE-AM à Requerente.

ADV: ADRIANA CARLA SOUZA CROMWELL (OAB 3030/AM), ADV: RAFAEL DA CRUZ LAURIA (OAB 5716/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0619307-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Joao Carlos dos Anjos - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDA: Município de Manaus - Manaus Previdencia - Manaus Previdência - MANAUSPREV - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0620863-44.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Iran Barros de Castro - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a apelada intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar Contrarrazões ao recurso de Apelação. Decorrido o prazo com ou sem manifestação, o processo será remetido ao Tribunal de Justiça (art. 1.010, §§ 1º. 2º e 3º). Manaus, 11 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0620914-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eronaldo Dantas Chunha - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0621237-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Izadora Cristiane de Negreiros Alvares da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, nos moldes da fundamentação. Por conseguinte, declaro encerrada a fase de conhecimento processual, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, I, do CPC/2015.

ADV: LUIZ OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 1287/AM), ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0621550-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emmily Letícia Souza Araújo - Leonardo Henrique de Souza Araújo - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Embora regularmente citado o réu não apresentou contestação, motivo pelo qual decreto a sua revelia, deixando, no entanto, de produzir os efeitos dela decorrentes, dado que a ação versa sobre direito indisponível, na forma do inciso I, do art. 345, do CPC. Sendo assim, diga o autor, no prazo de 10 (dez) dias, as provas que pretende produzir. No mesmo prazo, de acordo com o art. 349 do CPC, poderá o revel apresentar provas contrapostas às alegações do autor. Decorrido o prazo sem requerimento de provas, remetam-se os autos ao Ministério Público. Intimem-se.

ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM) - Processo 0621925-22.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - LITSATIVO: Estado do Amazonas - REQUERIDA: Leide Cely da Silva Monteiro - INTSSADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Manaus Ambiental S/A - Cite-se a requerida nos endereços indicados às fls. 172 e 177. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CONSUELO PINHEIRO DE FARIAS (OAB 8181/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO DE CARVALHO BRASIL (OAB 9165/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: SALOMÃO GUEDES BRANDÃO DE FARIAS (OAB 3036/AM), ADV: ANTÔNIA PEREIRA DA SILVA (OAB 5841/AM) - Processo 0622388-61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Adriano Rodrigues Seixas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0622786-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Augusto Ferreira Gomes - REQUERIDO: Municipio de Manaus - Município de Manaus - Defiro a gratuidade de justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Em homenagem a celeridade processual, tendo em vista a experiência deste juízo no sentido de que o Município de Manaus não mostra disposição para a resolução dos litígios por autocomposição, deixo de pautar a audiência do art. 334 do Código de Processo Civil, sendo permitido ao requerido, todavia, apresentar, querendo, proposta de acordo. Cite-se o Município de Manaus para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0622790-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jorge Andre Batista Gomes - REQUERIDO: PROCURADOR GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS - Município de Manaus - Defiro a gratuidade de justiça, na forma do art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil. Em homenagem a celeridade processual, tendo em vista a experiência deste juízo no sentido de que Município de Manaus não mostra disposição para a resolução dos litígios por autocomposição, deixo de pautar a audiência do art. 334 do Código de Processo Civil, sendo permitido ao requerido, todavia, apresentar, querendo, proposta de acordo. Cite-se o Município de Manaus para, querendo, apresentar contestação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0624206-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Eder Socorro de Freitas Monteiro - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUÍS CARLOS DE PAULA E SOUSA (OAB 1667/AM), ADV: JANILSON DA COSTA BARROS (OAB 13152/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0624938-63.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Acirley Alves de Souza - REQUERIDA: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM) - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: JORGE LAURI FAZIONI (OAB 5914/AM), ADV: EDUARDO ALVES MARINHO (OAB 7413/AM) - Processo 0624999-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Alberto Souza Barros - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o autor intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 11 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0625063-26.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - REQUERENTE: Geraldo Freire da Silva Junior - Fabio França de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625696-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jones Marques Melo Barros - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 10 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0625699-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria Sonia da Paz Mota - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a autora intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 11 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0625907-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Nonato Menezes - REQUERIDO: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - Pge - Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0628782-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandra Regina dos Santos Moreira - REQUERIDO: Secretaria de Estado de Saude do Amazonas (susam). - Estado do Amazonas - Às partes para em 10 (dez) dias indicarem se pretendem produzir outras provas no processo. Decorrido o prazo sem manifestação, retornem os autos conclusos para sentença. Intimem-se.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: MOISÉS DA SILVA MENEZES (OAB 4648/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: LEILA MARIA RAPOSO XAVIER LEITE (OAB 3726/AM) - Processo 0630928-35.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Remuneração - REQUERENTE: Sérgio Batista Barroncas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Sendo assim, com base no exposto acima, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente demanda, com a consequente resolução de mérito, com base no artigo 487, I, do CPC, c/c arts. 93; 94; 96; 97 e 98 da Lei 1.154/75; e art. 98, da lei 1.502/81 bem como no Decreto de reforma do requerente, para CONDENAR os Requeridos a revisarem o benefício previdenciário do autor para acrescer o soldo correspondente ao posto de 3º Sargento bem como o auxílio invalidez de 5%; ainda, CONDENO os requerido a pagarem as diferenças salariais desde a publicação do decreto que o reformou, a ser apurada em liquidação de Sentença, acrescida de juros e correção monetária na forma da lei, ambos contados da citação.

ADV: LETÍCIA DE MIRANDA LEÃO PORTELLA (OAB 3280/AM), ADV: LUÍS FELIPE DE ARAÚJO FLÔR (OAB 8748/AM), ADV: JORGE LUIZ PEIXOTO DO NASCIMENTO (OAB 2305/AM), ADV: MÁRCIO PINHEIRO AZÊDO (OAB 7539/AM), ADV: ISMAEL DE MELO SILVA (OAB 4921/AM), ADV: ELISÂNGELA PEREIRA DANIEL (OAB 5725/AM), ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 2953/TO), ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: ANNA CLÁUDIA FERRAZ ROCHA (OAB 8874/AM), ADV: NYTON PAES DE OLIVEIRA (OAB 8448/AM), ADV: VIVIANE DE OLIVEIRA FROTA (OAB 5867/AM), ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM), ADV: MARCO AURÉLIO DOS REIS FERNANDES (OAB 7371/AM), ADV: HUGO FÁBIO SAMPAIO TELLES DE SOUZA (OAB 7153/AM), ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM), ADV: OLÍVIA MARIA

ASSIS CAMPOS COUTO (OAB 4212/AM) - Processo 0631001-41.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: MARCONDES BALIEIRO GONÇALVES - REQUERIDO: Superintendência Estadual de Habitação - SUHAB - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0632238-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Alcilene Maria A. de Alencar - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Fundação Hospital Adriano Jorge - FHAJ - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso VI, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica os autores intimados para, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresentar réplica à contestação. Manaus, 11 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM), ADV: CAMILA UIARA VIEIRALVES ALMEIDA (OAB 12160/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM), ADV: LAILA BEATRIZ ANDRADE DA SILVA (OAB 12621/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO ALBUQUERQUE DA CUNHA (OAB 2538/AM) - Processo 0632457-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Livros / Jornais / Periódicos - REQUERENTE: Camila Uiara Vieiralves Almeida - REQUERIDO: Umanizzare Gestão Prisional e Serviços Ltda. - Estado do Amazonas - Encerrada a instrução processual, deverão as partes, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, na forma do § 2º, do art. 364, do Código de Processo Civil, apresentar suas razões finais. Após, com ou sem manifestações, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: SIMONE BARBOSA GUERRA (OAB 12055/AM), ADV: SIMONE BARBOSA GUERRA (OAB 115914/SP) - Processo 0632582-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: TICIANE DA SILVA SOUZA - LIAM VITOR SILVA DA COSTA - REQUERIDO: INSTITUTO DA MULHER DONA LINDU - DR. Carlos Luiz Nogueira de Farias - DR. Luiz Ricardo Braga Ferreira - Dra. Andrea Souza de Araújo - Estado do Amazonas - Defiro a produção da prova testemunhal. Designo audiência de instrução e julgamento o dia 29/10/2019, às 10:00 horas. Desde logo, alerto ao advogado que arrolou a testemunha que lhe cabe o ônus de informá-la ou intimá-la acerca do dia, hora e local da audiência, dispensando a intimação do juízo, observando, ainda, as demais disposições constantes dos parágrafos 1º e 2º, do art. 455, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA ISA LOPES DA SILVA (OAB 2585/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: JOCINEIDE MARIA DE SOUSA (OAB 4152/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM) - Processo 0632898-07.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0013954-55.2005.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - EMBARGADA: Maria Ferreira da Rocha - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: JÚLIO CEZAR LIMA BRANDÃO (OAB 2258/AM), ADV: CARMEM VALÉRYA ROMERO SALVIONI (OAB 6328/AM) - Processo 0632900-06.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajustes de Remuneração, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Márcio André de Almeida Campos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Não há necessidade de produção de outras provas. Assim, sem manifestações em contrário no prazo de 10 (dez) dias, retornem os autos conclusos para julgamento antecipado, na forma do inciso I, do art. 355, do Código de Processo Civil.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0634693-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Keilany Calixto Barboza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Policia Militar do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o embargado intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 10 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

ADV: GEILSON TEIXEIRA DOS SANTOS (OAB 10312/AM) - Processo 0647070-12.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Reginaldo Luiz Fernandes de Souza - REQUERIDO: Reitor da Universidade do Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - À vista do exposto, ante a expressa vedação legal, INDEFIRO A LIMINAR, com fulcro nos arts. 1º e 2º-B, da Lei nº 9.494/97; e art. 1º, § 3º, da Lei nº 8.437/92. Notifique-se a autoridade coatora e cientifique-se a pessoa juridica de direito público para, querendo, intervir no Mandamus. Após, ao Parquet para parecer final, querendo. Ato contínuo retorne-me para sentença. Intimem-se e Cumpra-se.

ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0647681-62.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Domingas dos Santos Melos - Remetam-se os autos ao Ministério Público para emitir parecer, querendo. Após, voltem-me para nova decisão.

ADV: FERNANDA MIRANDA FERREIRA DE MATTOS (OAB 5003/AM) - Processo 0647952-71.2019.8.04.0001 - Desapropriação - Desapropriação por Utilidade Pública / DL 3.365/1941 - REQUERENTE: Município de Manaus - REQUERIDA: Maria Emília Rodrigues de Souza Oliveira - Remetam-se os autos ao Ministério Público para emitir parecer, querendo. Após, voltem-me para nova decisão.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0648984-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Subsídios - REQUERENTE: Maria Amelia de Arruda Vieira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Defiro o pedido de gratuidade da justiça, nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/2015, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a Procuradoria Geral do Estado a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, do CPC/2015). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Assinatura digital LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0649015-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação/Cômputo do tempo de serviço militar - REQUERENTE: Wesllem de Araújo Nogueira - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista a alteração da Lei de Organização Judiciária do Estado do Amazonas promovida pela LC nº 178/17, que transformou a 1ª VEDAE em Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal (art. 14) e, estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal.

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0704211-33.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nomeação - REQUERENTE: Francisco Antonio Rodrigues Paula - Adriano Robert Lopes Marciao - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIX, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica a exequente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de sentença.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: ANA MARCELA GRANA DE ALMEIDA (OAB 7513/AM) - Processo 0705935-72.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Iranilde Rocha Bentes - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso XIII, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, ficam as partes intimadas para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Nada sendo requerido, os autos serão baixados e arquivados nos termos do inciso XXXII do mesmo ato.

ADV: VANESSA LIMA DO NASCIMENTO (OAB 9007/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: IVÂNIA LÚCIA SILVA COSTA (OAB 7530/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0708478-48.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário - REQUERENTE: Joelson Auzier da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - ATO ORDINATÓRIO Nos termos do inciso X, do art. 1º, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFP, fica o embargado intimado para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca dos Embargos de Declaração interpostos. Manaus, 10 de setembro de 2019. Antônio Pereira da Silva Filho Diretor de Secretaria

Adriana Carla Souza Cromwell (OAB 3030/AM)
Alberto Bezerra de Melo (OAB 2015/AM)
Aldenor de Souza Rabelo (OAB 8030/AM)
Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Altiza Pereira de Souza (OAB 6881/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Amarildo Pereira da Silva (OAB 9812/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Marcela Grana de Almeida (OAB 7513/AM)
Ana Paula dos Reis Ferraz Teixeira (OAB 6728/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Anna Cláudia Ferraz Rocha (OAB 8874/AM)
Antônia Pereira da Silva (OAB 5841/AM)
Antonio Acacio do Nacimento Neto (OAB 10383/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Camila Uiara Vieiralves Almeida (OAB 12160/AM)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carmem Valérya Romero Salvioni (OAB 6328/AM)
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Caroline Mondego Martins Ferreirra (OAB 10663/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Consuelo Pinheiro de Farias (OAB 8181/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Denise Morgado de Oliveira Junqueira (OAB 6999/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Diogo Diniz Ferreira de Carvalho (OAB 1273A/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 2953/TO)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Alves Marinho (OAB 7413/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eliana Leite Guedes (OAB 4313/AM)
Élida de Lima Reis Corrêa (OAB 7458/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisângela Pereira Daniel (OAB 5725/AM)
Ernando Simião da Silva Filho (OAB 9069/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Fernanda Miranda Ferreira de Mattos (OAB 5003/AM)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Geilson Teixeira dos Santos (OAB 10312/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Giordano Bruno da Costa Cruz (OAB 761A/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Helom César da Silva Nunes (OAB 6174/AM)
Hugo Fábio Sampaio Telles de Souza (OAB 7153/AM)
Ingrid Khamylla Monteiro Ximenes de Sousa (OAB 3629/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Ismael de Melo Silva (OAB 4921/AM)
Itamar Brito Gonçalves (OAB 9684/AM)
Ivânia Lúcia Silva Costa (OAB 7530/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janilson da Costa Barros (OAB 13152/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
Joao Lira Tavares (OAB 8799/AM)
Jocineide Maria de Sousa (OAB 4152/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Lauri Fazioni (OAB 5914/AM)
Jorge Luiz Peixoto do Nascimento (OAB 2305/AM)
José Carlos Valim (OAB 2095/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Jucelinno Araújo Lima (OAB 8039/AM)
Júlio Cezar Lima Brandão (OAB 2258/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laila Beatriz Andrade da Silva (OAB 12621/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB 3726/AM)
Letícia de Miranda Leão Portella (OAB 3280/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB 1667/AM)
Luís Felipe de Araújo Flôr (OAB 8748/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Luiz Carlos da Silva Sampaio (OAB 000.983/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Otávio de Araújo Silva (OAB 1287/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Albuquerque da Cunha (OAB 2538/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Márcia de Souza Martins (OAB 7714/AM)
Márcio Pinheiro Azêdo (OAB 7539/AM)
Marco Antônio de Carvalho Brasil (OAB 9165/AM)
Marco Aurélio dos Reis Fernandes (OAB 7371/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria da Glória Amazonas Cavalcanti (OAB 615/AM)

Maria Isa Lopes da Silva (OAB 2585/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Martha Mafra Gonzales (OAB 4103/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Moisés da Silva Menezes (OAB 4648/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397/RN)
Nyton Paes de Oliveira (OAB 8448/AM)
Olívia Maria Assis Campos Couto (OAB 4212/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paula Ângela Valério de Oliveira (OAB 1024/AM)
Paulo Roberto dos Reis Ferraz (OAB 2141/AM)
Rafael da Cruz Lauria (OAB 5716/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Regina Aparecida dos Reis Ferraz (OAB 2205/AM)
Roberta Ferreira de Andrade (OAB 2334/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Salomão Guedes Brandão de Farias (OAB 3036/AM)
Sálvia de Souza Haddad (OAB 3529/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simone Barbosa Guerra (OAB 115914/SP)
Simone Barbosa Guerra (OAB 12055/AM)
Vanessa Lima do Nascimento (OAB 9007/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)
Viviane de Oliveira Frota (OAB 5867/AM)
Vivien Medina Noronha (OAB 1931/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO ETELVINA LOBO BRAGA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DARCLEIDE FERREIRA DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0061/2019

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM), ADV: LILIAN DA FROTA MOREIRA (OAB 002.343/AM) - Processo 0013197-09.1997.8.04.0012 (012.97.013197-2) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: Francisca Diva da Frota Souza - Francisco Moreira de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - R. Hoje. Em atenção ao disposto no art. 10 do CPC, intime-se o Estado do Amazonas para, no prazo de 15 dias, manifestar-se quanto ao pleito autoral, a fls. 245/248, instruído com documentos a fls. 249/336. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ESAÚ MATIAS DE LIMA (OAB 5019/AM) - Processo 0210988-81.2018.8.04.0001 (processo principal 0632832-95.2013.8.04.0001) - Cumprimento de Sentença contra a Fazenda Pública - Pensão por Morte (Art. 74/9) - EXEQUENTE: ODETHE DELMIRA LOPES BINDÁ - EXECUTADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. A fl. 78, consta decisão informando que, em razão do pedido de cumprimento provisório, foi determinado o desmembramento do procedimento dos autos do processo principal e redistribuído para uma das Varas da Fazenda Pública da Capital. Restou determinado ainda que o processo principal, após o trânsito em julgado, seguirá o mesmo destino dado ao pedido de execução provisória. Isto posto, cumpre esclarecer que consta certidão a fl. 81 informando que foi criado novo número de processo 0231228-91.2018.8.04.0001, referente ao cumprimento provisório de sentença, o qual foi redistribuído à 5ª Vara da Fazenda, em observância ao r. Despacho de fl. 78. Ante o exposto, em cumprimento ao despacho a fl. 78, determino a remessa do feito ao juízo da 5ª vara da fazenda pública. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0600617-56.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Edinis Meireles da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0607670-88.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Carlinelson Pinheiro Tavares - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: LIDIANE DA SILVA ROQUE (OAB 161799/MG), ADV: ALEXANDRE COELHO DA SILVA (OAB 5846/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0611563-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yago Gonçalves dos Santos - REQUERIDO: Estado do Amazonas - LITSPASSIV: Instituto Médico Legal - IML - 60 .ª Promotoria de Justiça - R. Hoje. Initmem-se as partes para, no prazo de 05 dias, manifestarem-se sobre os documentos acostados a fls. 89/91. Após, abra-se vista ao Ministério Público para, querendo, emitir parecer conclusivo. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0613854-31.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Elieth Marinho de Oliveira Coutinho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, julgo procedente a impugnação ao cumprimento de sentença. Quanto aos valores corrigidos, encaminhe-se o processo à Contadoria deste Fórum, depois do trânsito em julgado, a fim de que seja efetuada a atualização dos valores contidos na planilha de fls. 217/220, instruída com documentos de fls. 160/216, com aplicação: a) em relação ao principal: correção monetária - TR até 25.03.2015 e, depois, será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e juros aplicados à caderneta de poupança, a contar da citação (05/05/2017 - fl. 33); b) em relação aos honorários: correção monetária será o Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) e sem juros de mora devidos. Condeno o impugnado nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico obtido pelo impugnante - diferença entre o valor pleiteado na execução e o correto, tendo em conta o art. 85, §1º e § 3º, II, do CPC. Para esta condenação, os juros de mora devem ser contados do trânsito em julgado desta decisão (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º CPC/2015, visto que a autora teve pedido de benefício de justiça gratuita deferido, à fl. 27. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM) - Processo 0615274-03.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Instrumental Tecnico Ltda - REQUERIDO: Município de Manaus - Município de Manaus - PELO EXPOSTO,

julgo PROCEDENTES os pedidos da Exordial na Monitória e, por - corolário lógico - improcedentes os pedidos deduzidos nos embargos à monitória, ambos com resolução de mérito (art. 487, inc. I, do CPC), de modo que fica constituído, de pleno direito, o título executivo judicial em favor da parte requerente Instrumental Técnico Ltda., cujo valor deverá ser corrigido nos termos do art. 8º e art. 18 da Portaria n.º 1855/2016-PTJ. Condeno o município de Manaus a pagar à empresa requerente o valor da nota fiscal NF-e n. 60095, no valor total de de R$ 7.560,00 - data 19/09/2015. Os juros e correção monetária da correspondente data de expedição da nota fiscal. Aplicar Correção monetária pelo IPCA-e. Juros da caderneta de poupança, observando-se o disposto no art. 18 da PORTARIA N.º 1855/2016-PTJ. Condeno a parte ré nos honorários de sucumbência em 10% sobre o valor da condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos precatórios ou RPV's (STJ,REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração os juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Processo não sujeito ao reexame necessário, conforme art. 496 do CPC. P.R.I.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM) - Processo 0616223-95.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Valdivia Benarroh da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0620869-85.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Benildes Samia Ribeiro - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (Susam) - Estado do Amazonas - HOMOLOGO os cálculos efetuados pela 3ª Contadoria, a fls. 300/303, fixando o valor da presente execução em R$ 13.082,93 (treze mil, oitenta e dois reais e noventa e três centavos), sendo que deste valor o montante de R$ 11.893,57 (onze mil, oitocentos e noventa e três reais e cinquenta e sete reais) corresponde ao valor da demanda principal e a quantia de R$ 1.189,36 (um mil, cento e oitenta e nove reais e trinta e seis centavos) é inerente à honorários de sucumbência devidos ao patrono da parte autora. Após o trânsito em julgado desta, expeça-se : a) requisição de pagamento, via RPV, do valor da parte principal da demanda, em favor do autor; b) requisição de pagamento, via RPV, do valor dos honorários, em favor do patrono da parte autora, intimando o Procurador Geral do Estado, nos termos da Resolução nº 003/2014-TJAM. Pago os valores supracitados pelo ente público, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0621572-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosimarília Leite da Silva - R.Hoje. Analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifica-se que o autor pretende executar título judicial contra o Estado do Amazonas. Contudo, apresenta execução sem a devida planilha de cálculo. Ocorre que a execução de quantia certa contra o Estado do Amazonas segue o trâmite previsto nos arts. 534 e 535 do CPC, assim, faz-se necessário que a parte emende inicial a fim de ajustar os pedidos e elaborar planilha de cálculos que embase o que for requerido. Assim, ordeno a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC/2015, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, também do CPC/2015. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0621572-21.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosimarília Leite da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Defiro o pedido feito a fl. 219/220; Remetam-se os autos à contadoria, observando-se os parâmetros apontados pela parte Exequente; Após o retorno, intime-se a parte Executada para apresentar impugnação, querendo; Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0623847-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Jose Roberto Guedes Vasconcelos - REQUERIDA: Município de Manaus - R. Hoje. Intime-se a parte autora para, querendo, apresentar réplica à contestação. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ERIKA EVANGELISTA DANTAS (OAB 40249BS/C), ADV: ERIKA EVANGELISTA DANTAS (OAB 40249/SC), ADV: JORGE LUIZ DE CARVALHO DANTAS JÚNIOR (OAB 27635/PE), ADV: RODRIGO DOS SANTOS PIRES (OAB 10113/AM) - Processo 0624387-54.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: CRISTIANE DERANI - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - FUNDAÇÃO DE APOIO INSTITUCIONAL MURAKI - ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Fundação Muraki - Ante ao exposto, REJEITO a preliminar arguida pela FUNDAÇÃO MURAKI.

ADV: FERNANDO CARLOS LUZ MOREIRA (OAB 102385/SP), ADV: VASCO MACEDO VASQUES (OAB 5305/AM) - Processo 0625059-57.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equilíbrio Financeiro - REQUERENTE: Consórcio Sanches Tripolono - Erin e outro - REQUERIDO: Estado do Amazonas e outro - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação do Estado do Amazonas, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para se manifestar acerca do embargos de declaração. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA), ADV: BRUNO LOURENCO BARBOSA (OAB 201480/RJ), ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0625596-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Anildo Marinho da Rocha - REQUERIDO: Labet Exames Toxicológicos Ltda - Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Ante o exposto, DECLINO DA COMPETÊNCIA EM PROL DA JUSTIÇA FEDERAL, para onde deverão ser os autos remetidos. Tomem-se as medidas que se fizerem necessárias, notadamente a intimação das partes. Anote-se onde couber, dando-se a devida baixa. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 27 de agosto de 2019. Etelvina Lobo Braga Juíza de Direito

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0629830-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Danielza Alexandra de Araújo Costa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje. Compulsando os autos, verifico que faz-se mister chamar o processo à ordem, pois a publicação a fls. 125/127, por um problema no sistema SAJ, ocorreu com conteúdo diverso da decisão a fls. 123/124. Assim, determino a republicação da referida decisão. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ LUIZ MOUCO FERNANDES (OAB 5017/AM), ADV: ADRIANO FERNANDES FERREIRA (OAB 5940/AM) - Processo 0633231-27.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDA: FLOR DE MARIA MENDONÇA JINKINGS e outro - R.Hoje.Defiro o pedido de fls. 152/153.Determino a penhora "on line", notadamente por se tratar da medida executiva prevalente (conforme STJ, EREsp 200802824339, 1ª Seção, Min. Hamilton Carvalho), DJ 26/05/2010). Cumpra-se, com as cautelas de praxe.

ADV: ADRIANO FERNANDES FERREIRA (OAB 5940/AM) - Processo 0633231-27.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Enriquecimento sem Causa - REQUERENTE: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - REQUERIDA:

FLOR DE MARIA MENDONÇA JINKINGS - Estado do Amazonas - Ante o exposto, indefiro o pedido a fl. 278. Determino a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, conforme art. 921, §1º do CPC. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0635206-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença Prêmio - REQUERENTE: Itamar Brito Gonçalves - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Procuradoria Geral do Estado - Pge - Estado do Amazonas - Ao exposto, INDEFIRO o pedido de justiça gratuita, pelos motivos acima expostos, e determino à autora que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (dez) dias, sob pena de extinção do feito, com direito ao parcelamento do valor devido em seis parcelas (§6º do art. 98 do CPC/2015) . Determino as providências legais para o devido recolhimento das custas judiciais. P.R.I.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0635609-19.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: CELINA JESUS DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - FCECON - FUNDAÇÃO CENTRO DE CONTROLE DE ONCOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS e outro - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos da requerente, nos termos do art. 487,I, do CPC, para determinar ao ente publico fundacional o pagamento dos valores dos tíquetes alimentação correspondentes aos meses de novembro/2009 até junho/2011, no valor mensal de R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais), com juros contados da citação, aplicados à caderneta de poupança, conforme art. 1º - F da Lei n.º 9.494/1997 (STF - RE 870.947-SE), observando-se o art. 18 da Portaria n. 1855/2016. Correção monetária desde quando devido o pagamento (cada mês) aplicando-se a TR até 25/03/2015 e, após, IPCA-e, em diante. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos de dano moral e recebimento de Gratificação de Curso com efeitos efeitos retroativos a 2010. Condeno a parte ré (FCECON) nos honorários de sucumbência em 10% sobre a condenação, tendo em conta o art. 85, §3º, I - NCPC, com juros de mora contados somente depois do prazo para o pagamento dos RPVs (STJ, REsp 1249228/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/06/2011, DJe 03/08/2011) tendo como índice os oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança e a correção monetária pela TR contada desta sentença (Revista Jurídica n. 152/31-STJ e STJ, EDcl no AgRg no REsp 1095367/SP, Rel. Ministro HAMILTON CARVALHIDO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/09/2009, DJe 25/09/2009). Sem custas. Condeno a parte autora nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor do proveito econômico (valor dos danos materiais que a requerente sucumbiu) obtido pelo requerido, tendo em conta o art. 85, § 3º, I - NCPC, com juros de mora contados do trânsito em julgado desta sentença (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009), sendo suspensas suas cobranças na forma do art. 98, §3º, do NCPC. Sentenção não sujeita ao reexame necessário, conforme art. 496, §3º, II do CPC. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Sentença não sujeita ao reexame necessário, vide art. 496, §3º, II, NCPC. P.R.I.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0636071-39.2015.8.04.0001 - Execução Contra a Fazenda Pública - Juros - REQUERENTE: GLAUCO PRIMUS BRASIL PAIVA - GLAUCIA BRASIL PAIVA PORTO - Luís Roberto Paiva Filho - REQUERIDO: ESTADO DO AMAZONAS - SECRETARIA DO ESTADO E ADMINISTRAÇÃO - Estado do Amazonas - R.Hoje. Trata-se de cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública Estadual, nos termos do art. 534 do NCPC. Deve a parte exequente apresentar planilha de cálculos do valor executado, atualizada, atendendo os parâmetros da Portaria nº 1.855/2016/TJ-AM (26/09/2016), além de fazê-lo nos termos do artigo supracitado, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM) - Processo 0641803-64.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Artur Jose dos Anjos Vieira - REQUERIDO: Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Amazonprev - Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Ante o exposto, julgo procedente a impugnação ao cumprimento de sentença. Condeno o impugnado nas custas processuais e honorários advocatícios arbitrados em 10%, sobre o valor da causa, tendo em conta o art. 85, §3º. Para esta condenação, os juros de mora devem ser contados do trânsito em julgado desta decisão (STJ, AgRg no AgRg no AREsp 360.741/AL, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 12/08/2014, DJe 10/10/2014) tendo como índice a taxa selic (Informativo do STJ nº 367/08-Corte Especial) que abrange, em um só cálculo, tanto os juros de mora quanto a correção monetária (STJ, REsp 1102552/CE, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe 06.04.2009). Após o trânsito em julgado desta, dê-se baixa na distribuição e arquive-se o processo.

ADV: BRUNO INFANTE FONSECA (OAB 1945E/AM), ADV: ROSEANE LIMA DOS ANJOS (OAB 10862/AM) - Processo 0642038-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Brumed Representações Médicas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Hospital Pronto Socorro João Lúcio Pereira Machado - Estado do Amazonas - R.hoje; Cuida-se de Ação Monitória, de procedimento especial, previsto nos arts. 700 à 702 do CPC/2015, objetivando a constituição de título executivo, caso o devedor (Estado do Amazonas) não cumpra espontaneamente a ordem de pagamento fundada em prova escrita, sem caráter executivo; Recebo a inicial, devidamente instruída com prova documental, sem eficácia de título executivo, a teor do art. 700, I do CPC/2015, sendo que, o cabimento da presente demanda em face da Fazenda Pública Pública Estadual é possível, conforme Súmula 339 do STJ e art. 700, §6º do CPC/2015. DEFIRO, de plano a expedição do mandado monitório, no valor do crédito informado, para que o Estado do Amazonas, no prazo e 15 (quinze) dias, efetue o pagamento, como satisfação voluntária da obrigação, ficando, neste caso, isento de honorários advocatícios, ou, caso queira, oponha embargos no mesmo prazo, conforme preceituam o art. 701, caput e §1º do mesmo artigo e art. 702, caput e §§ 4º e 8º do mesmo artigo. No caso de não cumprimento do mandado monitório, fixo os honorários advocatícios no valor de 10 % sobre o valor do crédito, considerando a regra do art. 85, §3º, I do CPC/2015. Se os embargos não forem opostos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em mandado executivo, conforme art. 701, §2º do CPC/2015, observado, no entanto, o disposto no §4º do mesmo artigo. Expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NEI FRANCISCO MACHADO VARGAS (OAB 99206/RS) - Processo 0644798-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Marilda de Fátima Gonsalves - Ante o exposto, em homenagem à primazia do princípio do juiz natural, encravado no art. 5º, LIII da CRFB, e frente a incompetência inequívoca deste Juízo, os autos deverão ser redistribuídos em favor do juizado especial da fazenda pública estadual e municipal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0644963-92.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Artur Santos da Rocha - Jose Elias Barbosa de Oliveira - Hudson Stanley Damasceno de Oliveira - Hélio Monteiro Mota - Elbster Viana Ferreira - Dickson Dalton de Araújo Mendonça - Antonio Maia de Almeida - Amanda Fabiola Pereira Pequeno - Altevir Silva de Oliveira - Adriana Karla Lima da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Pelo exposto determina-se o retorno dos autos à distribuição para que proceda ao sorteio entre uma das varas da Fazenda Publica Estadual. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0645212-43.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moises Pimentel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Considerando que a assistência judiciária gratuita visa assegurar o acesso à justiça às pessoas, físicas ou jurídicas, que comprovarem real estado de miserabilidade econômica, e não mera dificuldade financeira, deve

restar comprovado com prova cabal a miserabilidade econômica. Assim, conforme disposto no art. 99, §2º do CPC, intime-se o autor para que junte, no prazo de 05 dias, documentos, tais como imposto de renda, contracheques, etc, que comprovem efetivamente a necessidade da justiça gratuita, sob pena de indeferimento do referido benefício. Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: DAIANA KELLY BANDEIRA SPENER (OAB 13366/AM) - Processo 0645357-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hugo Rabelo da Silva - REQUERIDO: Estado do Amazonas - R. Hoje; Considerando que a assistência judiciária gratuita visa assegurar o acesso à justiça às pessoas, físicas ou jurídicas, que comprovarem real estado de miserabilidade econômica, e não mera dificuldade financeira, deve restar comprovado com prova cabal a miserabilidade econômica. Ademais, a ação que pleiteia promoção e exige a diferença devida, portanto, o valor atribuído à causa deve ser o valor do proveito econômico, conforme se verifica no art. 292, IV do CPC/2015. Neste sentido: DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DISTRATO. VALOR DA CAUSA. PROVEITO ECONOMICO. 1 ? Preliminar de incompetência. O valor da causa, para fins de determinação da competência, de que trata o art. 3º., inciso I da Lei 9.099/1995, orienta-se pelo proveito econômico buscado pelo autor. Precedentes na Turma (ACJ 20140910192499, Relator: ARNALDO CORRÊA SILVA) e no STJ (REsp 1364429/RS 2013/0018318-0 Ministro HERMAN BENJAMIN). Preliminar afastada. 2 ? Recurso conhecido e provido. Sentença anulada. Sem custas e sem honorários advocatícios. (TJ-DF - RI: 07077819020158070016, Relator: AISTON HENRIQUE DE SOUSA, Data de Julgamento: 01/03/2016, SEGUNDA TURMA RECURSAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 30/03/2016 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) AGRAVO DE INSTRUMENTO - IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA - AÇÃO PETITÓRIA - CORRESPONDÊNCIA AO PROVEITO ECONÔMICO - INDICAÇÃO DE VALOR SIMBÓLICO - IMPOSSIBILIDADE - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1.Quando a causa tiver conteúdo econômico, o seu valor deverá guardar relação de correspondência com ele, ou seja, o valor da causa deve ser proporcional ao proveito econômico pretendido com a demanda, entendimento que comporta aplicação nas hipóteses em que ressai evidenciado no momento do ajuizamento da ação o valor pretendido pelo autor. 2.O Superior Tribunal de Justiça tem entendido que, conquanto não haja critério legal específico do valor da causa nas ações possessórias, deve o mesmo corresponder ao benefício econômico pretendido pela parte. 3.Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 4.Recurso conhecido e improvido. (TJAM - AI: 40029154420158040000 AM 4002915-44.2015.8.04.0000, Relator: Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura, Data do julgamento: 25/07/2016, Segunda Câmara Cível, data da publicação: 27/07/2016) Assim, ordeno a intimação do patrono da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC/2015, para adequar o valor da causa nos moldes do previsto no art. 292 do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, também do CPC/2015. Ainda, conforme disposto no art. 99, §2º do CPC, intime-se o autor para que junte, no mesmo prazo supracitado, documentos, tais como imposto de renda, contracheques, etc, que comprovem efetivamente a necessidade da justiça gratuita, sob pena de indeferimento do referido benefício. Cumpra-se, com as cautelas devidas.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0646150-09.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Kethlem Sabrina Broni Pires - José Augusto Ferreira Pires Júnior - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Edson Oliveira da Silva Filho - Abraão de Morais Silva - Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - INTSSADO: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP - Ante o exposto, com base na fundamentação acima, declaro nula a citação editalícia de EDSON OLIVEIRA DA SILVA FILHO, da mesma forma, a de ABRAÃO DE MORAIS SILVA, nos termos do art. 256, §3º, e 337, §5º, todos do CPC. Citem-se os réus, através de oficial de justiça, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim -COMPAJ, Rodovia BR 174 Km 8 s/nº Manaus, para defesa, no prazo legal. P.R.I.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0717459-66.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: IVAN ALEXANDRE DE AGUIAR - REQUERIDO: Estado do Amazonas - AMAZONPREV - Estado do Amazonas - Maria Cerisa Reis da Costa - INTSSADO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Certifico, nesta data, que expeço o competente Ato Ordinatório, com fulcro na Portaria n. 002/19-3ªVFP, de 18.02.2019, disponibilizada no DJE do dia 25.02.2019, para fins de intimação das partes, via Portal Eletrônico (Portaria nº 2073/2016, art. 2º) e DJE, no prazo de 10 dias, para manifestarem-se sobre os cálculos apresentados pela Contadoria. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, dou fé.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Adriano Fernandes Ferreira (OAB 5940/AM)
Alexandre Coelho da Silva (OAB 5846/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
André Luiz Mouco Fernandes (OAB 5017/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Infante Fonseca (OAB 1945E/AM)
Bruno Lourenco Barbosa (OAB 201480/RJ)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Daiana Kelly Bandeira Spener (OAB 13366/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erika Evangelista Dantas (OAB 40249/SC)
Erika Evangelista Dantas (OAB 40249BS/C)
Esaú Matias de Lima (OAB 5019/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Carlos Luz Moreira (OAB 102385/SP)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Jorge Luiz de Carvalho Dantas Júnior (OAB 27635/PE)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
Lidiane da Silva Roque (OAB 161799/MG)
Lilian da Frota Moreira (OAB 002.343/AM)
LUCIANA LOPES XAVIER (OAB 8022/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Nei Francisco Machado Vargas (OAB 99206/RS)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rodrigo dos Santos Pires (OAB 10113/AM)
Roseane Lima dos Anjos (OAB 10862/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Vasco Macedo Vasques (OAB 5305/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM) - Processo 0201006-48.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0622948-42.2013.8.04.0001) (processo principal 0622948-42.2013.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Desapropriação Indireta - IMPUGNADO: Djalma de Souza Castelo Branco - DESPACHO Autos nº:0201006-48.2015.8.04.0001 Classe:Impugnação Ao Valor da Causa Cível Impugnante:Município de Manaus Impugnado:Djalma de Souza Castelo Branco Vistos etc. Intime-se o impugnado, para que indique o valor da causa, a fim de dar cumprimento à decisão às fls. 22/25, no prazo de cinco dias. Após, devolvam-me os autos conclusos, para análise da petição às fls. 34. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0221407-78.2009.8.04.0001 (001.09.221407-0) - Cumprimento de sentença - Contribuições Previdenciárias - REQUERENTE: Paulo César Mangabeira de Freitas - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - DESPACHO Autos nº:0221407-78.2009.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Autor:Paulo César Mangabeira de Freitas Réu:Manaus Previdência - MANAUSPREV Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos em, razão da petição de fls. 359. Ademais, defere-se o pedido formulado pela parte autora e concede-se assim a dilação do prazo pelo período de 60 (sessenta) dias. Manaus, 22 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0253946-24.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0253549-72.2008.8.04.0001) (processo principal 0253549-72.2008.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Francisco Ritta Bernardino - DESPACHO Autos nº:0253946-24.2014.8.04.0001 Classe:Cumprimento de Sentença Exequente:Município de Manaus Executado:Francisco Ritta Bernardino Vistos etc. Intime-se o patrono da parte executada, no prazo de 10 (dez) dias, para juntar aos autos a certidão de óbito do Sr. Francisco Ritta Bernadino, bem como se manifestar sobre a possibilidade de pagamento da dívida. Não havendo manifestação, initme-se o Município de Manaus para requerer o que de direito, sob pena de arquivamento. Manaus, 14 de agosto de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0261847-82.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Mucuripe II - REQUERIDA: Município de Manaus - Autos nº:0261847-82.2010.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Autor:Condomínio Residencial Mucuripe II Réu:Município de Manaus DESPACHO Verifica-se que o ponto central da controvérsia está demonstrado nos autos e o feito se faz pronto para recepcionar final outorga jurisdicional. Desta forma, identifica-se, na espécie, a possibilidade de proferir julgamento antecipado da lide de acordo com o atual estado do processo, segundo dicção que se extrai do artigo 355 do CPC. Aplica-se à causa a regra do art. 357 do CPC, para ordenar a intimação das partes e de seus procuradores para, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da publicação deste despacho, manifestarem-se: I. Se desejam firmar algum acordo; II. Se concordam com o julgamento antecipado, pois a questão é unicamente de direito e prova documental; III. Caso contrário, indicarem as provas que pretendem produzir, explicitando a sua necessidade. Destarte, ficam as partes intimadas para se manifestarem acerca deste pronunciamento, entendendo-se o silêncio como aceitação ao julgamento antecipado previsto no art. 355, inciso I do CPC. Após a manifestação nos autos, voltem-me os autos conclusos. Manaus, 22 de julho de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0609027-79.2014.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Classificação e/ou Preterição - IMPETRANTE: Ana Cristina Ribeiro dos Santos - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Autos nº:0609027-79.2014.8.04.0001 ClasseMandado de Segurança Cível Assunto: Exequente: Executado: Classificação e/ou Preterição Ana Cristina Ribeiro dos Santos Universidade do Estado do Amazonas - UEA Vistos etc. Constata-se dos autos, pelas petições de fls. 203 e 205, que não houve o cumprimento voluntário da obrigação de fazer determinada no acórdão de fls. 179/190. Outrossim, verifica-se que já houve o transcurso de quase 30 dias da intimação deste juízo, direcionada à parte executada, para o cumprimento da obrigação, não havendo até a presente data o seu cumprimento. Desse modo, acolhe-se o pedido de fls. 203, determinando-se que a executada promova a nomeação da parte exequente no prazo máximo de 10 dias, sob pena de aplicação da multa diária fixada em R$5.000,00 (cinco mil reais), no limite de 15 dias multa. Outrossim, fica alertada a autoridade coatora, bem como os demais agentes públicos responsáveis pela nomeação, com a possibilidade de responderem por crime de desobediência, bem como por ato de improbidade administrativa. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB 28837/SP), ADV: PATRÍCIA HELENA MARTA MARTINS (OAB 164253/SP), ADV: LUIZ VIRGÍLIO PIMENTA PENTEADO MANENTE (OAB 104160/SP), ADV: ISADORA LAINETI DE CERQUEIRA DIAS MUNHOZ (OAB 146416/SP) - Processo 0632261-90.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: B2W COMPANHIA DIGITAL - RN COMERCIO VAREJISTA LTDA - CNOVA BRASIL COMERCIO ELETRONICO S/A - Ponto Frio.Com S/A e outros - EXECUTADA: Município de Manaus - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS Juízo de Direito da 4ª Vara da Fazenda Pública Manaus 0632261-90.2014.8.04.0001 Cumprimento de Sentença Obrigação de Fazer / Não Fazer Exequente:HASBRO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE BRINQUEDOS E JOGOS LTDA, e outros. Executado: Município de Manaus CERTIDÃO Certifico que no dia 22/08/2019, foi juntado aos autos, pela Contadoria Judicial, o relatório de Cálculos de Atualização do valor condenatório, fls. 615. É o que me cumpre certificar. Manaus, 26 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria ATO ORDINATÓRIO De ordem do MM Juiz de Direito, conforme previsto no art. 3º do Provimento nº 63/02-CGJ, fica a parte exequente intimada para se manifestar, expressamente, quanto aos cálculos de atualização de fls. 615, no prazo de 05 (cinco) dias, sendo em dobro para o ente público, nos termos do art. 183 do CPC. Manaus, 26 de agosto de 2019 Odílio Mendonça da Silva Neto Diretor de Secretaria

Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
ISADORA LAINETI DE CERQUEIRA DIAS MUNHOZ (OAB 146416/SP)
Luiz Virgílio Pimenta Penteado Manente (OAB 104160/SP)
Patrícia Helena Marta Martins (OAB 164253/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB 28837/SP)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0160/2019

ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0003973-81.1996.8.04.0012 (apensado ao processo 0244037-60.2011.8.04.0001) (012.96.003973-8) - Cumprimento de sentença - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Santa Jezini Neto e outros - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Precatório, como determinado no decisão de fls. 899/900, em razão de não constar nos autos cópia da OAB do advogado credor dos honorários, além do número do NIT/PIS/PASEP, documentos indispensáveis à instrução da Requisição. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM), ADV: LINO JOSÉ DE SOUZA CHÍXARO (OAB 1567/AM), ADV: MARCOS RICARDO HERSZON CAVALCANTI (OAB 2324/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM), ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM), ADV: VICTORIA DUTRA DE ALENCAR ARANTES (OAB 10316/AM), ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM), ADV: PAULO ROGÉRIO ARANTES (OAB 1509/AM), ADV: RODRIGO CASTRO VAZ (OAB 6719/AM) - Processo 0205984-44.2010.8.04.0001 (001.10.205984-6) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Comercio e Industria Equilibrio Ltda - De ordem do MM. Juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública, intimo o Estado do Amazonas, via portal eletrônico de intimação, para pagar o valor descrito da Requisição de Pequeno Valor de fl. 649, no prazo de 60 (sessenta) dias, através de depósito a ser efetuado em conta judicial vinculada ao processo (Caixa Econômica Federal, Agência nº 3205), nos termos do §3º do art. 100 da Constituição Federal, da Lei Estadual nº 2.748, de 04 de setembro de 2002, que define as obrigações de pequeno valor, e da Resolução nº 003/2014 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: VALDEIR DA ROCHA FALCÃO (OAB 5429/AM), ADV: QUELEN FABIANA BENTES DA SILVA (OAB 7144/AM), ADV: WLADIMIR DA CUNHA ALELI (OAB 7084/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM), ADV: DAMIÃO FERREIRA LISBOA (OAB 3067/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0237947-36.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Samara Duarte Rodrigues e outros - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Hortência Souza Guimarães, Pamela Cristina da Silva e Samara Duarte Rodrigues, às fls. 327/369. Intimo o Requerido, Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: SAULO GABRIEL RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 9908/AM), ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM), ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0604806-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Pedro Jose da Fonseca Soares - REQUERIDO: Município de Maués - CERTIFICO que deixei de expedir a Requisição de Precatório, como determinado na decisão de fls. 261, em razão de não constar nos autos cópia da OAB e NIT/PIS/PASEP do advogado credor dos honorários, documentos indispensáveis à instrução da Requisição. Manaus, 11 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria em exercício

ADV: PHELIPE ERNESTO SILVA PINTO (OAB 7725/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0609702-42.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: JUBAL DE SOUZA AGUIAR - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 314/336. Intimo o Requerente, JUBAL DE SOUZA AGUIAR, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0611974-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habitação - REQUERENTE: Maria de Fatima Profiro Palheta - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Município de Manaus, às fls. 169/189. Intimo o Requerente, Maria de Fatima Profiro Palheta, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0616197-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Lenise Vieira de Almeida - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Município de Manaus, de fls. 188/202. Intimo o Requerente, Lenise Vieira de Almeida , para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0624481-60.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Militar - REQUERENTE: Francisco de Assis Oliveira Amorim e outros - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, Agenaldo Silva de Assis, Francisco de Assis Oliveira Amorim, Manoel Ferreira da Silva e Marinilzo Lopes dos Santos (fls. 159/174) . Intimo o Requerido, Estado do Amazonas, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0630209-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Ambiental - REQUERENTE: Karen dos Santos Ferreira - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 04 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: RAIMUNDO ALFREDO BRITO DA SILVA (OAB 9709/AM) - Processo 0633154-18.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: LUIZ NILO DE SOUZA e outro - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, LUIZ NILO DE SOUZA e NILCEIA LUIZA LIMA DE SOUZA, às fls. 174/180. Intimo o Requerido, Fundação de Medicina Tropical Doutor Heitor Vieira Dourado - FMT, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: GILMAR CESAR DA SILVA SANTOS (OAB 10770/AM) - Processo 0635318-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Marisete de Oliveira Soares - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 09 de setembro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653145-04.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Anniele de Souza Gato - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 225/240. Intimo o Requerente, Anniele de Souza Gato, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0653565-09.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Raimunda Maria de Souza Simplicio - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 223/238.

Intimo o Requerente, Raimunda Maria de Souza Simplicio, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 04 de setembro de 2019.

Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Damião Ferreira Lisboa (OAB 3067/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gilmar Cesar da Silva Santos (OAB 10770/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
Lino José de Souza Chíxaro (OAB 1567/AM)
Marcos Ricardo Herszon Cavalcanti (OAB 2324/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Paulo Rogério Arantes (OAB 1509/AM)
Phelipe Ernesto Silva Pinto (OAB 7725/AM)
Quelen Fabiana Bentes da Silva (OAB 7144/AM)
Raimundo Alfredo Brito da Silva (OAB 9709/AM)
Rodrigo Castro Vaz (OAB 6719/AM)
Saulo Gabriel Rodrigues dos Santos (OAB 9908/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Valdeir da Rocha Falcão (OAB 5429/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Victoria Dutra de Alencar Arantes (OAB 10316/AM)
Wladimir da Cunha Aleli (OAB 7084/AM)

VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO
JUIZ(A) DE DIREITO DINAH CÂMARA FERNANDES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JORGE GLAUBER LIRA BARROS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0101/2019

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM), ADV: SÉRGIO RICARDO PEREIRA DE SALES (OAB 8927/AM), ADV: RAIMUNDO AZEVEDO PEREIRA (OAB 2186/AM), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM) - Processo 0249720-15.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0249687-59.2009.8.04.0001) - Usucapião - Imissão - REQUERENTE: Francisco Bandeira Morais - REQUERIDO: João Edson Gonçalves - INTIMADA: CLARICE NASCIMENTO GONÇALVES - SENTENÇA Embargos de Declaração opostos tanto pelo autor quanto pelo réu contra a sentença resolutória de mérito que julgou, simultaneamente, as demandas de imissão de posse e usucapião. Francisco Bandeira de Morais, autor nos autos de imissão de posse, argumenta que o decisório se entremostra omisso, na medida em que deixou de se manifestar sobre a decisão da lavra do Juízo de Direito da 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho, que, às fls. 328 do caderno processual, chamou o processo à ordem para o fim de tornar sem efeito a liminar deferida às fls. 325. Requer seja acolhido o recurso para suprir dita omissão, a fim de que seja anulada a indigitada decisão interlocutória (fls. 650/651). João Edson Gonçalves, autor nos autos de usucapião, sustenta que a sentença de mérito se faz maculada por vício de omissão, o qual estaria presente na parte que rejeitou a impugnação à gratuidade de justiça formulada em contestação à demanda de imissão de posse intentada por Francisco Bandeira de Morais, razão pela qual requer a este Juízo que indique de forma a esclarecer a omissão, os dispositivos legais, que motivaram este Juízo a rejeitar a preliminar de impugnação a justiça gratuita, nos termos do artigo 489, incisos, I, III e IV, do Código de Processo Civil . Também atribui obscuridade ao decisório, relativamente ao entendimento judicial de que o imóvel, objeto da lide, não pode ser adquirido por usucapião, porquanto se trate de bem público (fls. 652/658). É o relatório. DECIDO. Porque tempestivos, conheço dos recursos. O Código de Processo Civil, em seu art. 1022 prevê expressamente: "Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, §1º" Inicialmente, não reconheço a omissão apontada pelo embargante Francisco Bandeira de Morais, haja vista que a parte dispositiva da sentença prolatada às fls. 631 usque 643 ficou devidamente esclarecida: "Pelo exposto, e tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado nos autos da ação de usucapião especial urbana (Processo nº 0249687-59.2009.8.04.0001), eis que não foram atendidos os requisitos estatuídos em lei para o manejo da demanda de usucapião especial urbana. No que tange aos pedidos deduzidos na demanda de Imissão de Posse (Processo nº 0249720-15.2010.8.04.0001), JULGO-OS PROCEDENTES, determinando a expedição de mandado judicial para os fim de imitir o requerente na posse do imóvel localizado na Avenida Noel Nutels, nº 172, Condomínio Tambaú, Bloco 01-C, apartamento nº 304, Cidade Nova I, bem como o pagamento de valores a título de ocupação do imóvel e de consumo dos serviços de água e energia elétrica. Em consequência, EXTINGO os processos com resolução de mérito, fazendo-o com arrimo no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil...." Desta forma, entendo que este Juízo se manifestou expressamente acerca de todos os pontos ventilados pelas partes na causa em questão, inexistindo a omissão apontada pela petição de fls. 650/651 . Ressalte-se, que quando da análise do mérito na Sentença proferida, às fls. 631-643, cujo teor reconhece o direito pleiteado pelo requerente, e determina a expedição de mandado de imissão na posse em seu favor, quaisquer decisões prolatadas no curso do processo deixam de ter eficácia, motivo pelo qual JULGO IMPROCEDENTES os embargos de declaração aviados por FRANCISCO BANDEIRA DE MORAIS, às fls. 650/651. No que concerne aos aclaratórios manejados por João Edson Gonçalves, fls. 652/658, também assimilo-os impróprios para os fins almejados, motivo pelo qual os tenho por rejeitados. Analisando a tese recursal, vislumbro que o embargante supra, nada mais pretende do que rediscutir questão de mérito, o que se sabe vedado em sede de embargos de declaração, razão pela qual irresignado com a decisão, deverá interpor recurso cabível. Neste sentido: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL. REDISCUSSÃO DE MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE. DESNECESSIDADE DE PRONUNCIAMENTO EXPRESSO ACERCA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS RELACIONADOS À MATÉRIA ENFRENTADA. RECURSO REJEITADO. I - Não há que se falar em omissão, ou quaisquer dos demais vícios ensejadores dos embargos de declaração, no julgado recorrido. Sobre a tese de perda superveniente do interesse recursal sustentada no acórdão questionado, verifica-se que a matéria foi expressamente explanada, estando devidamente fundamentado o pronunciamento judicial. II - Os embargos declaratórios não se prestam à rediscussão da matéria decidida, devendo esta ser impugnada mediante espécie recursal própria. III - Outrossim, registre-se que é entendimento desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça que não há necessidade de pronunciamento expresso acerca dos dispositivos legais relacionados à matéria enfrentada a fim de que se viabilize o acesso às instâncias extraordinárias. IV - Embargos de Declaração rejeitados. (TJ-PE - ED: 4229672 PE, Relator: Bartolomeu Bueno, Data de Julgamento: 25/04/2019, 3ª Câmara Cível, Data de Publicação: 13/05/2019). Intimem-se.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0610739-65.2018.8.04.0001 - Regularização de Registro Civil - Seção Cível - REQUERENTE: Sidney Pinheiro Campos - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 17/10/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0626510-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Izabel da Silveira Pacheco - CERTIDÃO DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO CERTIFICO para os devidos fins que, nesta data, pautei a audiência de Instrução e Julgamento dos autos em epígrafe para 14/10/2019 às 09:00h, a ser realizada na sala padrão de audiências deste juízo. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade e dou fé.

ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM), ADV: SÔNIA D'ARC OLIVEIRA BARROS DE CARVALHO (OAB 4071/AM), ADV: MARIA AMÁVIA DE SOUZA CAMPOS (OAB 2693/AM), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM) - Processo 0626600-57.2019.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Registro de nascimento após prazo legal - REQUERENTE: Marivalda Silva de Oliveira - Vistos etc... Retificação de registro civil proposta pela requerente, em epígrafe, para fins de correção do seu prenome no registro de nascimento, vez que consta grafado "Mariavalda" quando o correto seria "Marivalda". Requerimento instruído com os documentos necessários. Instada a manifestar-se, a nobre representante ministerial opinou pelo deferimento do pedido, nos termos formulados. É o breve relatório. DECIDO. Sem mais delongas, assiste razão à requerente. De fato, há nos autos, elementos probatórios que demonstram o equívoco existente no registro público, haja vista que há muitos anos a autora se identifica como Marivalda, consoante documentos acostados às fls. 7 e 11, sendo necessária sua retificação. Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 109 da Lei 6.015/73, a fim de que seja retificado o registro público mencionado, para que no assento de nascimento da requerente passe a constar seu prenome como Marivalda, na forma constante da inicial. Sem custas, nos termos do art. 30 § 1º e §2º, da Lei 6.015/73. Determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento. Após, arquive-se. P.R.I

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0629367-73.2016.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: Elaine Oliveira Venâncio - Nos termos da Portaria nº 02/2019 - VRPU, cumpra-se a Promoção do Ministério Público de fls. 43/44. Intime-se a parte autora para que junte novamente as duas carteiras de identificação civil que constam à fl. 08, frente e verso, os dois cartões de CPF, e as CTPS nos nomes da autora, se houver, assim como a certidão de nascimento de fl. 04, todos em condições legíveis; Oficie-se o Cartório do 2º Distrito de Flexal, Comarca de Óbidos-PA, para que aquela Serventia encaminhe a este Juízo certidão circunstanciada, acompanhada de fotocópia (s) do (s) livro (s), acerca do que consta do Termo de Nascimento nº 1.738, assim como do que está assentado às fls. 486, livro 04, conforme consta da Certidão à fl. 07 dos autos. Cumpra-se. Intime-se

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0635511-63.2016.8.04.0001 - Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil - Retificação de Nome - REQUERENTE: J.M.S. - Atenda-se a promoção ministerial retro, intimando-se a Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, apresente certidões negativas relativas a ações cíveis (exceto e exclusivamente família), criminais e fiscais (execução fiscal estadual e municipal) da Justiça Estadual e certidões criminais da Justiça Eleitoral em seu nome. Após o fiel cumprimento, dê-se nova vista ao Ministério Público e v. conclusos.

ADV: ROBERTA FERRAZ DOS SANTOS (OAB 10607/AM) - Processo 0636177-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joao Gomes Henriques - Vistos etc. Ação desconstitutiva proposta por João Gomes Henriques. O Requerente, por meio de petição, manifestou-se expressamente pela desistência da ação. Vieram-me os autos em conclusão. Passo a decidir: A desistência da ação está prevista no art. 485, §5º, CPC, sendo disponibilidade do autor quando a parte diversa ainda não tenha sido citada. É o caso dos autos, uma vez que a citação do requerido não ocorreu. Assim, ante a falta do interesse processual em prosseguir com o feito, homologo a desistência e determino a extinção do processo, sem julgamento do mérito, com base no art. 485 VIII, do CPC. Sem custas. Intimem-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM), ADV: CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM) - Processo 0646439-05.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Retificação de Nome - REQUERENTE: Raimunda Giane dos Santos Oliveira - Nos termos da Portaria nº 02/2019 - VRPU, intme-se a Requerente para que atenda a Promoção do Ministério Público de fls. 16/17, juntando os documentos ali solicitados. Paute-se audiência de Instrução e Julgamento para oitiva da Requerente e das testemunhas a serem relacionadas pela Requerente a fim de ratificarem os termos da inicial.

André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
CAROLINE SOARES MARTINS (OAB 8861/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
Laura Cid Vieira Belem (OAB 11987/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Maria Amávia de Souza Campos (OAB 2693/AM)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Raimundo Azevedo Pereira (OAB 2186/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Ferraz dos Santos (OAB 10607/AM)
Sérgio Ricardo Pereira de sales (OAB 8927/AM)
Sônia D'Arc Oliveira Barros de Carvalho (OAB 4071/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

1ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELDINÉIA SENA DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0025/2019

ADV: HENRIQUE SIMCH DE MORAIS (OAB 11030/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0005237-48.2010.8.04.0011 (011.10.005237-2) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - INDICIADO: Salomão Sae Hwan Chin e outros - Diante de tal constatação, declaro, em consonância com a promoção da nobre agente ministerial, extinta a punibilidade de Sae Hwan Chin no presente processo, ex vi do princípio mors omnia solvit, consagrado no art. 5º, XLV, 1ª parte, da CF c/c os arts. 107, I, do CP e 62 do CPP.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0037785-98.2006.8.04.0001 (001.06.037785-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Manoel Magno Pinto da Silva - Ante o exposto, declaro, em atinência ao requerimento ministerial, extinta a punibilidade do indigitado acusado, relativamente à acusação que lhe foi atribuída neste procedimento, ex vi do art. 107, IV, c/c o artigo 109, III e IV, ambos do CP, determinando, por conseguinte, o arquivamento dos autos.

ADV: CLAUDIA SANTOS PINTO (OAB 13193/AM) - Processo 0044638-60.2005.8.04.0001 (001.05.044638-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - INDICIADO: Antonio Siqueira Pinto - Com efeito, a preliminar do réu, na verdade deve ser analisada

como uma diligência a ser cumprida dentro do procedimento de restauração de autos, sendo certo, ainda, que as demais matérias aduzidas pela Defesa não são pertinentes nessa fase processual, uma vez que tratam de matéria a ser aduzida em resposta escrita após a restauração dos autos - a matéria defensiva será analisada na fase adequada, após citação do réu para apresentação de sua resposta escrita. Diante dessa certeza, RENOVE-SE vista ao Ministério Público para que se manifeste acerca da inexistência de cópia da denúncia no presente procedimento de restauração de autos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de agosto de 2019 RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: KARINA AUXILIADORA PINTO (OAB 2496/AM) - Processo 0045276-30.2004.8.04.0001 (001.04.045276-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - AUTOR: A Justica Publica - DENUNCIADA: Karina Auxiliadora Pinto - REVOGO, pois, em total consonância com o representante do Ministério Público, o benefício da Suspensão Condicional do Processo, devendo a demanda seguir a sua regular tramitação para fins de instrução e julgamento.

ADV: RAIMUNDO NONATO DE MORAES BRANDÃO (OAB 8253/AM) - Processo 0200255-08.2008.8.04.0001 (001.08.200255-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Adulteração de Sinal Identificador de Veículo Automotor - INDICIADO: Moisés Martins Cardoso - CERTIFICO que, em cumprimento à determinação deste Juízo, designei o dia 26/09/2019, às 12:00h, para a audiência de restauração.

ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM) - Processo 0201191-52.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato - REPTANTE: D.P.C.S.N. - RÉU: R.G.P.J. - A.L.S. e outros - Tendo em vista que os advogados constituídos pelo réu Rubem Gato Pantoja Junior, devidamente intimados (fl. 1714), não se manifestaram para apresentar resposta à acusação e que, por outro lado, essa é uma peça processual essencial à validade do processo criminal, com reconhecimento jurisprudencial de nulidade em caso de ausência dessa manifestação defensiva, resolvo determinar a notificação dos Drs. Ricardo Mendes Lasmar OAB 5933/AM e Denise Moura Macedo da Silva - OAB 4464/AM (fl. 359), para, em 10 (dez) dias, apresentarem resposta à acusação, sob pena de adoção de providências cabíveis (CPP e EOAB, art. 34, XI). Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: JOSÉ DAVID NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6180/AM) - Processo 0201334-96.2016.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Peculato mediante erro de outrem - RÉ: Helen Cristina Silva Sobrinho - CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do MM. Juiz, pautei audiência de suspensão condicional do processo para o dia 05/11/2019, às 14:15h.

ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM) - Processo 0202461-92.2014.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - DENUNCIADA: G.V.B. - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Gizelly Vieira Braga, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0203314-78.2016.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - VÍTIMAFATO: Elson Luiz de Sousa Ferreira - RÉU: Daniel Jorge Mendonça Lima - Considerando-se que o réu faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, designo desde já o dia 05/11/2019, às 14:30h, para realização da audiência de Suspensão Condicional do Processo. Destaque-se que a audiência retroaprazada foi designada por questão de economia processual e sem análise de resposta a acusação, sem prejuízo, no entanto, de que ela seja, posteriormente, analisada quando da sua apresentação - em data anterior a realização da audiência de proposta de suspensão condicional do processo, sendo certo, ainda, que nada inviabiliza eventual hipótese de absolvição sumária após a regular análise daquela, caso em que a audiência restará prejudicada. No mais, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação do denunciado, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços do referido denunciado. Notifique-se. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM) - Processo 0207109-63.2014.8.04.0015 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - VÍTIMAFATO: Raimundo França de Azevedo - RÉ: Luciete Paes Guimarães - Nenhuma diligência requerida pelas partes na fase do art. 402 do CPP, face à complexidade do processo, determinou o MM. Juiz, fosse aberto vista às partes para apresentação de Memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, voltem os autos conclusos para sentença. Rivaldo Matos Norões Filho Juiz de Direito

ADV: MARCOS JOSÉ DANTAS (OAB 151886/RJ) - Processo 0211352-29.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Moacir Barra - Face às certidões de fls. 468 e 470, dê-se à defesa do réu Moacir Barra, para manifestação acerca da testemunha Maria Dalva Pereira Lima.

ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0212490-89.2017.8.04.0001 - Inquérito Policial - Calúnia - QUERELANTE: Omar José Abdel Aziz - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, DECLARO extinto o presente procedimento criminal, nos termos do art. 107, V, do Código Penal.

ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 1167/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0212755-96.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Extorsão - DENUNCIADO: Eber Mello Batista e outros - Intimem-se os advogados do réu Eber Mello Batista, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0215813-78.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADA: Ana Cristina Gomes dos Santos - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, incisos III e VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE a ação penal, para, em consequência, ABSOLVER a acusada ANA CRISTINA GOMES DOS SANTOS, já qualificada nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0219480-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Sebastião Raulinson Ribeiro da Silva - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Sebastião Raulinson Ribeiro da Silva, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0221932-16.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: José Alexandre Guerra Barreto - Foi designada uma nova data para a realização da audiência, qual seja, 14/11/2019, às 8:00h.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0222541-77.2008.8.04.0001 (001.08.222541-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉ: Carmem Angela Martins Fonseca e outros - Defiro como requerido pela Defensoria Pública na petição de fls. 1043/1044.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM) - Processo 0225426-78.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Denunciação caluniosa - RÉ: A.P.C.P. - Designo o dia 10/10/2019, às 12:15h, para realização da audiência. Oficie-se ao Juízo deprecante acerca da presente determinação. Notifique-se. Manaus (AM), 28 de agosto de 2019.

ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741/AM) - Processo 0226739-50.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉ: P.S.L. - Indefiro requerimento do patrono da Ré Pamela da Silva Lemos (fl. 162) de notificação do réu sobre renúncia unilateral, haja vista (i) que o patrono não cumpriu prévia comunicação de seu cliente ao qual está legalmente obrigado (CPC, art. 112, caput); que (ii) não cabe ao Poder Judiciário interferir na relação entre advogado/réu, tampouco ignorar forma solene legalmente prevista à resilição de mandato advocatício; e (iii) o advogado, Dr. JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA OAB 741/AM, foi constituído voluntária e regularmente pela ré (fl. 105), sendo destino de confiança daquela para exercer sua defesa. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MARCOS ANDRADE DE ALMEIDA XAVIER (OAB 5747/AM), ADV: ANTÔNIO SAMPAIO NUNES (OAB 3912/AM) - Processo 0228114-23.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Mozaniel Atem de Oliveira - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu MOZANIEL ATEM DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 155, §3º, do Código Penal, e, ainda, ABSOLVER o acusado ADONIAS COLARES DA SILVA da imputação que lhe foi feita na denúncia, nos termos do art. 386, VII, do CPP. Manaus, 11 de setembro de 2018 Roseane do Vale Cavalcante Jacinto Juíza de Direito.

ADV: EDIERI MARIA MOUSINHO ABITBOL (OAB 7862/AM), ADV: LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM) - Processo 0229230-30.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: José Adauto Melo Costa - Face às certidões fls. 172 e 192, DECLARO a ausência do réu José Adauto Melo Costa, nos termos do art. 367 do CPP, uma vez que não reside no endereço dos autos e não forneceu o endereço onde possa ser localizado. No mais, intimem-se as partes para os fins do art. 402 do CPP, pugnando, caso entendam necessárias, as diligências cabíveis. Não havendo diligências a serem requeridas, certifique-se a Secretaria e, após, abra-se prazo sucessivo às partes para fins de apresentação de memoriais escritos. Ato contínuo, autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Manaus (AM), 09 de julho de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0230842-76.2009.8.04.0001 (001.09.230842-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADA: Egon Henrique Leal de Souza - Dielton Souza da Costa e outro - Ante o exposto, declaro, de ofício (art. 61, do CPP), extinta a punibilidade dos indigitados acusados, relativamente às acusações que lhe foram atribuídas neste procedimento, ex vi do art. 107, IV, c/c o art. 109, I e III, e art. 115, todos do CP, determinando, por conseguinte, o prosseguimento do processo em relação aos outros réus.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0237078-05.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - DENUNCIADO: Roberto Ribeiro Novaes - Defiro como requerido pelo Ministério Público na promoção de fl. 153.

ADV: AUGUSTO VINICIUS FERNANDES MARTINS (OAB 12802/AM) - Processo 0249692-08.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: José Antônio Gomes de Melo - À vista do exposto, por haver ocorrido a prescrição da pretensão punitiva retroativa, com amparo no art. 110, § 1º, c/c os arts. 107, IV e 109, V, todos da Lei Substantiva Penal, declaro, ex offício (art. 61 do CPP), extinta a punibilidade do sentenciado. Decorrido o prazo para a interposição de eventual recurso, sem inconformismo das partes, arquivem-se os autos, dando-se baixa, em seguida, mediante as cautelas de estilo, nos competentes registros, inclusive a exclusão (ou não inclusão) do nome do sentenciado do rol dos culpados. P.R.I. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0253075-62.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - DENUNCIADO: Herian Epifanio Curintima - Face à certidão de fl. 181, dê-se vista à defesa, para manifestação acerca das Testemunhas Thompson Rodrigues da Silva e Erisvaldo Figueiredo.

ADV: NÚRIA SCHULZE E SILVA (OAB 12760/AM) - Processo 0268482-45.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Falsificação de documento particular - RÉU: Robson Lima e Silva - Considerando-se que o réu faz jus ao benefício da suspensão condicional do processo, designo desde já o dia 08/11/2019, às 14:15h, para realização da audiência de Suspensão Condicional do Processo. Destaque-se que a audiência retroaprazada foi designada por questão de economia processual e sem análise de resposta a acusação, sem prejuízo, no entanto, de que ela seja, posteriormente, analisada quando da sua apresentação - em data anterior a realização da audiência de proposta de suspensão condicional do processo, sendo certo, ainda, que nada inviabiliza eventual hipótese de absolvição sumária após a regular análise daquela, caso em que a audiência restará prejudicada. No mais, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação do denunciado, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços do referido denunciado. Notifique-se. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: EVELY PAULA NOGUEIRA CZUBATY (OAB 7140/AM) - Processo 0352095-02.2007.8.04.0001 (001.07.352095-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - DENUNCIADO: Wallace Hathie Melo da Silva - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos e com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, para, em consequência, ABSOLVER o acusado WALLACE HATHIE MELO DA SILVA, já qualificado nos autos, da imputação que lhe foi feita nos presentes autos.

ADV: ELSON MARCELO LIMA DE SOUZA (OAB 9903/AM) - Processo 0600673-89.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Lucivaldo do Amaral Pereira Júnior e outro - Intime-se o advogado do réu Lucivaldo do Amaral Pereira Júnior, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: BRUNO DE SOUZA CAVALCANTE, ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0600927-51.2018.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Difamação - VÍTIMAFATO: G.P.C. - No mais, considerando-se que os vídeos indicados na letra “h” da Queixa-Crime oferecida nos autos são fundamentais para que se possa analisar a justa causa da aludida Queixa, DETERMINO a apresentação dos vídeos pelo Querelante no cartório deste Órgão Julgador a fim de melhor instruir o feito, resguardando-me acerca da análise do mérito do recebimento da Queixa até o cumprimento dessa diligência. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 No mais, considerando-se que os vídeos indicados na letra “h” da Queixa-Crime oferecida nos autos são fundamentais para que se possa analisar a justa causa da aludida Queixa, DETERMINO a apresentação dos vídeos pelo Querelante no cartório deste Órgão Julgador a fim de melhor instruir o feito, resguardando-me acerca da análise do mérito do recebimento da Queixa até o cumprimento dessa diligência. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019 RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: AMADEU JARDIM MAUÉS FILHO (OAB 6059/AM) - Processo 0600938-46.2019.8.04.0016 - Petição Criminal - Calúnia - VÍTIMAFATO: Gladiston Castelo Branco Maués - Designo o dia 07/11/2019, às 14:15h para realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 520 do CPP.

ADV: GEOZADAK ALMEIDA CARDOSO (OAB 17185/GO) - Processo 0609078-85.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - VÍTIMAFATO: J.O.F.C. - RÉU: L.C. e outro - Posto isso, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei n. 9.099/95, declaro, em consonância com a promoção ministerial, extinta a punibilidade de Sebastião Nunes de Freitas, pelo decurso do prazo da suspensão condicional do processo sem revogação.

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0612934-23.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: José Valdeci Batista da Silva - Intime-se o advogado do réu José Valdeci Batista da Silva, a fim de que junte procuração, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento da peça de fl. 55. Manaus (AM), 10 de setembro de 2019.

ADV: JOSÉ DE ANDRADE AZEDO NETTO (OAB 10394/AM) - Processo 0625503-56.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: A.F.S.F. - Considerando-se, contudo, a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo ao denunciado, designo o dia 04/11/2019, às 13:00h, para realização da referida audiência. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Notifiquem-se. Manaus (AM), 31 de julho de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMOES (OAB 12940/AM) - Processo 0625734-49.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Denilson Araújo Pontes - RÉU: Guilherme Bispo Magalhães Araújo e outro - Intime-se a advogada do réu Guilherme Bispo Magalhães Araújo, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 28 de agosto de 2019.

ADV: ANTÔNIO CARLOS DE CASTRO PAIVA FILHO (OAB 3401/AM) - Processo 0629196-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - RÉU: Thainey Silva e Silva - Tendo em vista que o advogado constituído pelo réu Thainey Silva e Silva, devidamente intimado (fl. 116), não se manifestou para apresentar resposta à acusação e que, por outro lado, essa é uma peça processual essencial à validade do processo criminal, com reconhecimento jurisprudencial de nulidade em caso de ausência dessa manifestação defensiva, resolvo determinar a notificação do Dr. Antonio Carlos de Castro Paiva Filho - OAB 3401/AM(fl. 104), para, em 10 (dez) dias, apresentar resposta à acusação, sob pena de aplicação de providências cabíveis (CPP e EOAB, art. 34, XI). Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0631137-96.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Oi/telemar Norte Leste S/A e outro - RÉU: José Veloso dos Santos - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu JOSÉ VELOSO DOS SANTOS, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 155, caput, do Código Penal. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena do acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudescer a pena. O réu é reincidente, uma vez que condenado por sentenças transitada em julgado antes do fato ora analisado, o que não será analisado nessa fase preliminar da dosimetria. Quanto à sua conduta social e sua personalidade à época do fato, não há nada nos autos que me permita traçá-las. Os motivos são incertos. As circunstâncias foram as típicas desse tipo de crime. As consequências não foram graves. A vítima não contribuiu para o resultado. E, finalmente, verifico que não há indicativo da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 01 (um) ano de reclusão, mantendo-a no patamar mínimo em face da compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante contida no inciso I, do art. 61, do CP circunstâncias preponderantes - já que o réu foi condenado na 3ª VECUTE por sentença transitada em julgado em 09/04/2019 (processo n. 0203082-11.2016), tudo nos termos do art. 67, do CP, razão pela qual torno a pena de 01 (um) ano de reclusão definitiva face a ausência de causas de diminuição ou aumento de pena. Sobre o assunto: STJ - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). PENAL. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.1. É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. 2. Recurso especial provido. (REsp 1341370/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 17/04/2013) Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "b", do CP, uma vez que o apenado é reincidente. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. Por outro lado, entendo que a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos não é socialmente recomendável no caso ora analisado, uma vez que o acusado é reincidente e já responde por outros procedimentos criminais por crime contra o patrimônio idêntico ao crime ora apurado, razão pela qual deixo de proceder a substituição da pena. Ademais, levando-se em conta o regime prisional ora imposto e o fato de que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos de sua custódia cautelar, concedo-lhe o direito de recorrer nos moldes do regime prisional ora imposto, máxime se considerarmos a gravidade da infração, adicionada ao perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficar, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de evadir-se da Comarca quando ciente da condenação, dando azo assim, à presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312 do CPP. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à VEP desta capital, para as providências cabíveis em relação ao cumprimento da pena. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 10 de setembro de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM), ADV: JÚLIA RAYANE MARINHO CORREIA (OAB 11337/AM) - Processo 0631875-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Diego Rodrigo Cardoso Ferreira - Raimundo Messias Quaresma Abreu e outro - Intime-se os advogados do réu Raimundo Messias Quaresma Abreu, a fim de que apresentem resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 26 de agosto de 2019.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0633086-58.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.F.G. - Intime-se o advogado do réu Jefferson de Freitas Goudinho, a fim de que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Manaus (AM), 10 de setembro de 2019.

ADV: VITO EDUARDO DE AMORIM ANDRELINO (OAB 9463/AM) - Processo 0633853-33.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Sebastião Francisco de Paula - Michel Ferreira de Alencar Monteiro - CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do MM. Juiz, pautei audiência de suspensão condicional do processo para o dia 06/11/2019, às 14:00h.

ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM) - Processo 0634679-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Carlos Alexandre da Silva Zagury - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu CARLOS ALEXANDRE DA SILVA ZAGURY, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 157, caput, do Código Penal. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena do acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudeser a pena. O réu é reincidente, uma vez que condenado por sentença transitada em julgado antes do fato ora analisado, o que não será analisado nessa fase preliminar da dosimetria. Não há nos autos registros seguros para aferir sua conduta social ou sua personalidade. Os motivos, as circunstâncias e as consequências são os comuns do tipo. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que é desfavorável. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 04 (quatro) anos de reclusão, mantendo-a no patamar mínimo em face da compensação entre a atenuante da confissão espontânea e a agravante contida no inciso I, do art. 61, do CP circunstâncias preponderantes - já que o réu foi condenado na 3ª VECUTE por sentença transitada em

julgado no dia 15/03/2013 (processo n. 024607-75.2012), tudo nos termos do art. 67, do CP, razão pela qual torno a pena de 04 (quatro) anos de reclusão definitiva face a ausência de causas de diminuição ou aumento de pena. Sobre o assunto: STJ - RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA (ART. 543-C DO CPC). PENAL. DOSIMETRIA. CONFISSÃO ESPONTÂNEA E REINCIDÊNCIA. COMPENSAÇÃO. POSSIBILIDADE.1. É possível, na segunda fase da dosimetria da pena, a compensação da atenuante da confissão espontânea com a agravante da reincidência. 2. Recurso especial provido. (REsp 1341370/MT, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/04/2013, DJe 17/04/2013) Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, levando-se em consideração a situação econômica do réu que parece não ser boa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser semiaberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, "c", do CP, uma vez que o réu é reincidente, não havendo de se falar, no mais, em substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, a uma, diante do regime ora imposto, a duas, face a própria regra ínsita no inciso I, do art. 44, do Código Penal é taxativa ao prescrever que tal benefício só será concedido quando "...o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa...", o que, evidentemente, não pode ser reconhecido no crime de roubo, ao qual fazem parte do próprio tipo penal as elementares retrotranscritas, não cabendo ao Juiz estabelecer exceção não criada pela lei. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Ademais, levando-se em conta o regime prisional ora imposto, a reincidência do acusado e o fato de que o acusado permaneceu preso durante toda a instrução criminal e que ainda se fazem presentes os requisitos de sua custódia cautelar, concedo-lhe o direito de recorrer nos moldes do regime ora imposto, máxime se considerarmos gravidade da infração, adicionada ao perigo que o condenado representa para a coletividade se solto ficarem, tornando-se ameaça para a ordem pública, sem mencionar a possibilidade de evadir-se da Comarca quando ciente da condenação, dando azo assim, à presença dos fundamentos para a decretação da prisão preventiva, a saber, a garantia da ordem pública e a segurança da aplicação da lei penal, nos termos do art. 311 e 312 do CPP.. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Manaus, 04 de setembro de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0635926-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: André Carlos Carvalho dos Santos - Sendo assim, diante do aspecto fático e dos fundamentos jurídicos anteriormente expostos, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia, para, em consequência, CONDENAR o réu ANDRÉ CARLOS CARVALHO DOS SANTOS, já qualificado nos autos, como incurso nas penas do artigo 14, na modalidade "portar", da Lei n.º 10.826/2003. Passo, em consequência, a analisar a dosimetria da pena em relação ao acusado, atento aos ditames do que dispõem os artigos 59, 60 e 68, todos do CPB. A culpabilidade do acusado está evidenciada, embora o grau de reprovabilidade da sua conduta seja o comum do tipo, e não deva recrudeser a pena. Os elementos que constam nos autos revelam que o nominado acusado é primário e de bons antecedentes. Não há nos autos registros seguros para aferir sua conduta social ou sua personalidade. Os motivos são incertos. As circunstâncias são as comuns do tipo. As consequências não foram graves. E, finalmente, verifico que não existem indicativos da situação financeira do Réu, tudo levando a crer que não é boa. Feita, assim, essa análise primária, fixo a pena-base no mínimo legal, qual seja, 02 (dois) anos de reclusão, razão pela qual deixo de considerar eventual atenuante que milite em favor do réu (confissão espontânea), uma vez que a pena já foi fixada no mínimo legal (Súmula 231 do STJ), pena esta que torno definitiva face a ausência de agravantes ou causas de diminuição ou aumento da pena. Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 10 (dez) dias-multa, estabelecendo que o valor desta corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. O regime inicial para o cumprimento da pena deverá ser o aberto, a teor da regra ínsita no art. 33, §2º, letra "c", do CP. O tempo de prisão preventiva não implica em qualquer reforma do regime prisional ora imposto a titulo de detração penal. Considerando a natureza do delito, a quantidade da pena e os requisitos legais, a pena privativa de liberdade deve ser substituída por pena restritiva de direito, vez que suficiente e proporcional à infração praticada (art. 44, do Código Penal, tendo em vista ser este um direito público subjetivo do acusado, segundo a melhor doutrina de Luiz Flávio Gomes, em sua atualizada obra, "Penas e Medidas Alternativas à Prisão", ed. Revista dos Tribunais, 1999, p. 177 e Damásio E. de Jesus, in Código Penal anotado, ed. Saraiva, 9ª ed., 1999, entendimento este corroborado pelo STJ, rel. Min. Vicente Cernicchiaro, in DJU 06.05.1996, p. 14.479), em razão do que, atendendo a regra do § 2º, segunda parte, do art. 44, substituo a pena privativa de liberdade por uma de multa, no quantum de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), e uma restritiva de direito, qual seja: Prestação de serviço à Comunidade, a ser realizada na forma do art. 46 do Código Penal, à razão de uma hora de tarefa por dia de condenação, sem prejuízo da jornada de trabalho normal do Réu, facultando-lhe cumpri-la em menor tempo, nunca inferior, porém, à metade da pena privativa de liberdade fixada. Poderá apelar em liberdade, ex vi do art. 5º, inciso LVII, da Constituição Federal, e pela própria natureza da pena ora imposta. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Condeno o réu ao pagamento de custas processuais, na forma da lei. Com o trânsito em julgado: 1 Expeça-se guia de recolhimento definitiva, para a execução da pena; 2 Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; 3 Comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF; 4 Remetam-se as peças necessárias destes autos à VEMEPA desta capital, para as providências cabíveis em relação ao cumprimento da pena. Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes, observado o disposto no artigo 392 do CPP. Por fim, encaminhem-se as munições apreendidas, nos termos do art. 25, da Lei nº 10.826/2003. Manaus, 09 de setembro de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0635967-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: A.C.S. - No caso presente, após percuciente análise das aduções defensivas preliminares de fls. 193/195, tenho não ser possível constatar qualquer óbice ao prosseguimento da presente ação penal, notadamente no que concerne as hipóteses descritas nos incisos do art. 397, do CPP, razão pela qual designo o dia 10/10/2019, às 09:30h, para realização da audiência de instrução e julgamento. Notifiquem-se. Registre-se que, na hipótese de restar infrutífera a tentativa de intimação das partes, desde já, fica autorizada a Secretaria deste Juízo a realizar a consulta junto ao Sistema de Informações Eleitorais, a fim de localizar os endereços das partes. Manaus (AM), 27 de agosto de 2019. RIVALDO MATOS NORÕES FILHO Juiz de Direito

ADV: LUCAS OBANDO DE OLIVEIRA (OAB 11198/AM) - Processo 0644017-23.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Felipe de Souza Carvalho - Intime-se o advogado do réu Felipe de Souza Carvalho, a fim de que junte procuração, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de desentranhamento da peça de fl. 68. Manaus (AM), 27 de agosto de 2019.

ADV: LEOCLEIDE SILVA DUARTE HITOTUZI (OAB 11110/AM) - Processo 0654524-77.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Izac Magalhães de Moura e outro - Intime-se o réu Izac Magalhães de Moura para que constitua novo advogado nos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, cientificando-o que, caso não haja manifestação no prazo assinalado, este Juízo nomeará a Dra. Defensora Pública atuante nesta Vara para atuar em sua defesa.

ADV: ANTONIO PLACIDO PINHEIRO MARTINS (OAB 13035/AM) - Processo 0655061-73.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Apropriação indébita - RÉU: Eraldo Pereira da Silva - CERTIFICO que, em cumprimento à determinação do MM. Juiz, pautei audiência de suspensão condicional do processo para o dia 06/11/2019, às 14:15h.

ADV: LUCYLEA THOME DE PAIVA (OAB 13320/AM), ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 14750/AM) - Processo 0655479-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Dailando Maricaua Tavares e outros - O fato é que no processo sub judice, com as provas produzidas até a presente fase processual não se formou um juízo de certeza que constatasse a existência de manifesta causa de absolvição sumária. No mais, considerando-se a possibilidade de proposta de suspensão condicional do processo ao denunciado, determino o prosseguimento do feito e designo o dia 06/11/2019, às 14:00h, para realização da referida audiência.

Amadeu Jardim Maués Filho (OAB 6059/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Carlos de Castro Paiva Filho (OAB 3401/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Antonio Placido Pinheiro Martins (OAB 13035/AM)
Antônio Sampaio Nunes (OAB 3912/AM)
Augusto Vinicius Fernandes Martins (OAB 12802/AM)
Bruno de Souza Cavalcante
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Claudia Santos Pinto (OAB 13193/AM)
Edieri Maria Mousinho Abitbol (OAB 7862/AM)
Elson Marcelo Lima de Souza (OAB 9903/AM)
Evely Paula Nogueira Czubaty (OAB 7140/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
GEOZADAK ALMEIDA CARDOSO (OAB 17185/GO)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Henrique Simch de Morais (OAB 11030/AM)
JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 1167/AM)
José David Nogueira da Silva (OAB 6180/AM)
José de Andrade Azedo Netto (OAB 10394/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Júlia Rayane Marinho Correia (OAB 11337/AM)
Karina Auxiliadora Pinto (OAB 2496/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Leocleide Silva Duarte Hitotuzi (OAB 11110/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lucas Obando de Oliveira (OAB 11198/AM)
Lucylea Thome de Paiva (OAB 13320/AM)
LUIZ SERGIO VIEIRALVES DONATO LOPES FILHO (OAB 5338/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Marcos Andrade de Almeida Xavier (OAB 5747/AM)
Marcos José Dantas (OAB 151886/RJ)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simoes (OAB 12940/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Núria Schulze e Silva (OAB 12760/AM)
Rafael de Oliveira Pereira (OAB 14750/AM)
Raimundo Nonato de Moraes Brandão (OAB 8253/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Vito Eduardo de Amorim Andrelino (OAB 9463/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0379/2019

ADV: VITOR BERENGUER BARBOSA JÚNIOR (OAB 8336/AM) - Processo 0214956-90.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação Qualificada - DENUNCIADO: Marlidio Augusto Cunha Dutra e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARAALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0214956-90.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 8336/AM - Vitor Berenguer Barbosa Júnior, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0214956-90.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Marlidio Augusto Cunha Dutra, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0222860-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Marcos Rogério Ribeiro Fonseca - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0222860-64.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 13640/AM - Cleuvis Costa dos Santos, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 01/10/2019 às 11:00h, concernente ao Processo nº 0222860-64.2016.8.04.0001, onde figura como Réu Marcos Rogério Ribeiro Fonseca, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0223006-18.2010.8.04.0001 (001.10.223006-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - INDICIADO: Márcio da Silva Carneiro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0223006-18.2010.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 2296/AM - Mario Porto de Aguiar, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0223006-18.2010.8.04.0001, onde figura como Réu Márcio da Silva Carneiro, para que chegue

ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 22/08/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: RAIMUNDO MIGUEL TRINDADE DOS SANTOS (OAB 11263/AM) - Processo 0238264-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: NELDISON SOARES JARDIM - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0238264-58.2016.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 11263/AM - Raimundo Miguel Trindade dos Santos, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 08/10/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0238264-58.2016.8.04.0001, onde figura como Réu NELDISON SOARES JARDIM, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM) - Processo 0618103-54.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - REPTANTE: Marilena Rodrigues dos Santos - RÉ: Priscila Maquiné Ferreira - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0618103-54.2019.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 10031/AM - Rodrigo da Frota Mendonça, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0618103-54.2019.8.04.0001, onde figura como Réu Priscila Maquiné Ferreira, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM) - Processo 0621970-26.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: João Douglas Santos da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA ALEGAÇÕES FINAIS Processo: 0621970-26.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 10380/AM - Margide Amaro de Souza, 9106/AM - Gamal Swami de Abreu, para apresentar Alegações Finais, no prazo de 05 (cinco) dias, concernente ao Processo nº 0621970-26.2017.8.04.0001, onde figura como Réu João Douglas Santos da Silva, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 10/09/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em Substituição, o Digitei e assino.

Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)
Raimundo Miguel Trindade dos Santos (OAB 11263/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Vitor Berenguer Barbosa Júnior (OAB 8336/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0380/2019

ADV: CLÁUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA (OAB 8429/AM) - Processo 0643052-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Marcia da Silva Ferreira - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Cláudio Augusto Colares da Costa, OAB 8429/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0643052-45.2019.8.04.0001, referente ao Réu Marcia da Silva Ferreira. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito

ADV: ROMARIO MARCOS NUNES TRINDADE (OAB 13525/AM) - Processo 0643317-47.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Delciney do Nascimento Pinheiro e outro - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA DEFESA PRÉVIA. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Romario Marcos Nunes Trindade OAB 13525/AM, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar a Defesa Escrita, com relação ao Processo nº 0643317-47.2019.8.04.0001, referente ao Réu Delciney do Nascimento Pinheiro. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o(a) patrono(a) do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum "Henoch Reis". DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, em exercício, o digitei e assino. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva - Juiz de Direito

Cláudio Augusto Colares da Costa (OAB 8429/AM)
Romario Marcos Nunes Trindade (OAB 13525/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0068/2019

ADV: LUIZ CARLOS QUEIROZ DE OLIVEIRA (OAB 7773/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO LOBO DA SILVA COSTA (OAB 7106/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM), ADV: BÁRBARA CARVALHO IPIRANGA (OAB 11424/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: JAQUELINE PONCE DE LEÃO LIMA ALMEIDA (OAB 5200/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: JORGE ALBERTO MENDES JÚNIOR (OAB 3000/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0212411-47.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Outras fraudes - VÍTIMAFATO: Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da ausência da Juíza de Direito titular deste Juízo, a qual encontra-se em reunião no Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 11/11/2019, às 12:00h. Pela Secretaria, proceda a expedição dos devidos atos intimatórios. Cumpra-se.

ADV: SHELBY MOREIRA FINICELLI (OAB 5684/AM) - Processo 0235675-93.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Patrimônio - INVESTIGAD: Adriano do Socorro Ferreira e outro - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular da testemunha Dorgival da Silva Souza e do acusado Adriano do Socorro Ferreira, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 02/03/2020, às 10:00h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço da testemunha e do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0612170-71.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: Rillyson Benchaya Loiola e outro - Considerando a posterior localização e citação do réu Djerfreen da Silva Messa REVOGO a suspensão do processo e do prazo prescricional antes aplicada, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal, passando a partir da sua efetiva citação fluir normalmente o prazo prescricional. Por oportuno, não obstante não ter havido nenhuma manifestação judicial anterior, prosseguindo o feito irregularmente com a realização de audiência de instrução e julgamento, na qual fora oitivada a vítima, vê-se que não houve qualquer prejuízo à defesa do referido réu, a qual previamente apresentou resposta escrita e participou do ato, não havendo, assim, que se falar em nulidade. Feitas estas considerações prossiga-se com o feito em seus ulteriores termos, conforme deliberado em termo de fls. 191/192 dos autos.

ADV: VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM) - Processo 0626004-10.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTORFATO: Charlesson Cavalcante Pinto - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 01/10/2019 às 10:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: ANDERSON DE OLIVEIRA MOREIRA (OAB 8025/AM) - Processo 0627526-09.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Concussão - DENUNCIADA: Lidianne Lavor Cruz Tamer - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da MMª. Juíza de Direito titular deste Juízo ter passado mal, tendo que se ausentar, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 03/10/2019, às 11:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço das testemunhas Hanilton dos Santos Oliveira e Klissia de Souza Canto Oliveira, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Cumpra-se.

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM) - Processo 0637343-63.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - AUTORFATO: Bruno da Silva Malta - Inquirição - Audiência Data: 01/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM) - Processo 0637782-40.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: F.R.S. - Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido ínsito na denúncia e, por conseguinte CONDENO Felipe Rosa Santana às sanções penais do art. 157, §2º, II do Código Penal e art. 244-da Lei 8.069/90 (ECA) c/c o art. 70 do Código Penal.

ADV: REGINA CELIA CUNHA FARIAS (OAB 13135/AM) - Processo 0637782-40.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: F.R.S. - Assevera-se que o erro material ora objeto de correção, não obsta o exercício da ampla defesa, uma vez que não influi na dosimetria, tratando-se de mera inexatidão material de caráter ordinatório. Mantenho incólume os demais termos da sentença, não havendo necessidade de reabertura do prazo recursal, uma vez constatado o erro antes que houvesse a intimação das partes. Após, nada mais havendo, prossiga-se, conforme determinado na sentença.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0640780-78.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Eudes da Silva Barbosa - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 08/10/2019 às 12:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM) - Processo 0641348-31.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Maria das Graças da Silva Marques - INDICIADO: Jairo Sousa da Silva - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0641348-31.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é JAIRO SOUSA DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1926459-3, pai GILBERTO PERIERA DA SILVA, mãe MARIA RAIMUNDA SOUSA, Nascido/Nascida

08/09/1986, natural de Altamira - PA, com endereço à Rua 64-A, 30, QD 184, Armando Mendes, CEP 69000-000, Manaus - AM por prática de Furto Qualificadodistribuído a esta Vara em 07/09/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 09 de setembro de 2019. Eu, Beatriz R. Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0641493-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Tarsis da Silva Gonçalves - INDEFIRO o pedido de liberdade provisória, e por conseguinte acolho o parecer de lavra ministerial, para manter a prisão preventiva do réu TARSIS DA SILVA GONÇALVES, subsistindo os requisitos que a autorizam, de acordo com motivação jurígena acima delineada.

ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM) - Processo 0641493-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Tarsis da Silva Gonçalves - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 07/10/2019 às 12:00h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM), ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM) - Processo 0647656-49.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: João Carlos Pinto de Araújo - Rodrigo César Campelo Soares - Einar Valter Cruz Obando - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de rejeição da denúncia e absolvição sumária, eis que presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, não restando configurada nenhuma das hipóteses do art. 395 e 397 do Código de Processo Penal. Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 30/10/2019 às 08:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anderson de Oliveira Moreira (OAB 8025/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Bárbara Carvalho Ipiranga (OAB 11424/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Jaqueline Ponce de Leão Lima Almeida (OAB 5200/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Jorge Alberto Mendes Júnior (OAB 3000/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Luiz Carlos Queiroz de Oliveira (OAB 7773/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Regina Celia Cunha Farias (OAB 13135/AM)
Rodrigo Otávio Lobo da Silva Costa (OAB 7106/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Shelby Moreira Finicelli (OAB 5684/AM)
VALDISON PINTO DE ARAÚJO (OAB 11108/AM)

6ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANAGALI MARCON BERTAZZO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE ROMANO TAVARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0225905-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) - Crimes da Lei de licitações - INVESTIGAD: Frank Luiz da Cunha Garcia - Juarez Frazão Rodrigues Junior - INTSSADO: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Instrução e Julgamento Data: 27/09/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: SALIMA GORETH MENESCAL DE OLIVEIRA (OAB 7720/AM) - Processo 0620171-74.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - VÍTIMAFATO: Sara Santos da Silva - Aldemar Fernandes Praxedes Junior - ACUSADO: Simão Lima de Souza - Instrução e Julgamento Data: 24/09/2019 Hora 09:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0633851-29.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Danrley de Souza Ferreira - Iranildo Pimentel dos Santos - Rogério Vieira da Silva - Instrução e Julgamento Data: 24/09/2019 Hora 10:15 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0656061-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: João Marcelo Perdigão Honorato - Consta no item 3 do termo de audiência de fls. 64 que o acompanhamento das medidas será feito junto a VEMEPA, que é o juízo competente para tal mister, qualquer peticionamento deverá ser encaminhado àquele juízo para onde foi encaminhada a PEC. Desta forma determino

que seja intimado o réu, via DJE, para encaminhar-se a VEMEPA e lá, tomar conhecimento das datas que serão designadas para o seu acompanhamento mensal e cumprimento das demais medidas cautelares, esclarecendo que, quanto mais se der a demora no inicio do cumprimento, maior o prazo para encerrar o processo. Intimem-se. Cumpra-se.

Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Salima Goreth Menescal de Oliveira (OAB 7720/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0883/2019

ADV: ELIETE DE OLIVEIRA (OAB 3523/AM) - Processo 0201907-27.2013.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Leve - RÉU: Leandro Carvalho da Costa - Designo o dia 14/10/2019, às 11:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento. Intime-se a defesa para juntar aos autos, no prazo de 10 dias, comprovante médico que demonstre que o réu estava impossibilitado de comparecer à audiência.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0211252-06.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Leonardo Ramalho Diogo - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Leonardo Ramalho Diogo, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa pelo abandono injustificado.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM), ADV: PAULO BARRETO DE ARAÚJO (OAB 3770/AM) - Processo 0221415-21.2010.8.04.0001 (001.10.221415-9) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Max William Rodrigues Torres - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do(s) acusado(s) Max William Rodrigues Torres, na qualidade de representante deste, para no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais na forma de memoriais.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM), ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0241088-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: João Victor Gonçalves de Souza - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado João Victor Gonçalves de Souza, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0635591-22.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Lute Muniz Barroso e outro - Certifico, para os devidos fins, que a audiência de Suspensão Condicional do Processo pautada para data de 26/09/2019 foi redesignada para o dia 06/11/2019, às 16:00h, na Sala padrão, em razão da Semana de Conciliação.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0635591-22.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - RÉU: Lute Muniz Barroso e outro - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 26/09/2019, às 10:00h, na Sala padrão.

ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0642057-32.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Ameaça - QUERELANTE: Raisa da Silva Bispo - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 06/11/2019, às 15:45h, na Sala padrão, para realização da audiência de Reconciliação.

Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)
Eliete de Oliveira (OAB 3523/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Paulo Barreto de Araújo (OAB 3770/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0885/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: ROBERVAL MENDES DE SOUZA (OAB 4314/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0245909-47.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Investigação Penal - RÉU: Rudson Matos de Oliveira - MARCOS FRANCELEUTO QUINTINO DE SOUZA e outros - Forte nesses argumentos, julgo improcedente o pedido contido na denúncia, para ABSOLVER Rudson Matos de Oliveira e Marcos Franceleuto Quintino de Souza das acusações que lhes foram impostas, à luz do art. 386, V do Código de Processo Penal. Publique-se e intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, terça-feira, 27 de agosto de 2019.

Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Roberval Mendes de Souza (OAB 4314/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0886/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM) - Processo 0215283-74.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto - RÉU: Joel de Santana Pontes - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE o pedido ínsito na Denúncia, de modo que ABSOLVO Joel de Santana Pontes das acusações que lhes foram impostas, à luz do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.

EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0888/2019

ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: JEFERSON NEY VASCONCELOS DAMASCENO (OAB 6792/AM) - Processo 0254868-75.2008.8.04.0001 (001.08.254868-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - RÉU: Cristiano Rodrigues Maia - Júlio Cesar Anselmo da Silva - Jurandi dos Santos Medeiros e outros - Ante o exposto, com fundamento no art. 107, IV, c/c art. 109, IV, ambos do CP, DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA do crime previsto no Art. 288 atribuído aos réus Cristiano Rodrigues Maia, Júlio Cesar Anselmo da Silva, Jurandi dos Santos Medeiros, e Warleson Soares de Souza. Outrossim, prossiga-se com a persecução penal em relação ao crime do Art. 157, §2º, I e II, do CP.

Eguinaldo Gonçalves de Moura (OAB 3761/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
JEFERSON NEY VASCONCELOS DAMASCENO (OAB 6792/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO PATRÍCIA MACÊDO DE CAMPOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GINA OLIVEIRA SPOSINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0889/2019

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0217094-98.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - RÉU: Aldomir Zanella - Forte nesses argumentos, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar Aldomir Zanella, como incurso na pena do artigo 16, da Lei 10.826/03.

Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)

9ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO HENRIQUE VEIGA LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DEBORA MARQUES PEREIRA DIB
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0067/2019

ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: MARINA KLEIMPAUL (OAB 49732/SC) - Processo 0637738-21.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Ronney Lima Coelho - (...) Pelo exposto, julgo procedente a atrial e condeno RONNEY LIMA COELHO nas penas do Art. 157 c/c Art. 14, II, do CPB. Passo a dosar a pena do condenado. Atento aos ditames do Art. 59 do Diploma ventilado ao norte, tenho que sua culpabilidade está evidenciada. O motivo era a intenção de lucro às custas alheias. Realce-se que a vítima em nada contribuiu para a prática, que teve módicas conseqüências, pois que no desdobramento do crime não houve mal maior. Circunstâncias devidamente narradas no corpo da fundamentação, não excedendo ao tipo infringido. A teor, ainda, da certidão de antecedentes colho primariedade, que não desdoura sua personalidade. Assim, com espeque no Art. 68, do CPB, fixo-lhe a pena-base em 04 ANOS DE RECLUSÃO. A segunda fase transcorre in albis, por vedação de aplicação da atenuante da confissão contida na Súmula 231 do STJ Na terceira etapa, retiro-lhe, pela causa da diminuição da tentativa no percentual de ½ (metade), tendo que apesar de não ter conseguido desapossar a vítima de nenhum pertence, o réu traçou seu plano criminoso, causando temor ao vitimado. Desse modo a sanção, fixa e definitivamente é de 02 ANOS DE RECLUSÃO. Impinjo-lhe também 10 (DEZ) dias-multa à base de 1/30 (um trinta avos) do SM vigente. Deixo de substituir a Pena Privativa de Liberdade pela Restritiva de Direitos porque o crime de Roubo encerra violência ou grave ameaça contra a pessoa, que por si só obsta a benesse, nos termos do Art. 44, I, da Lei Substantiva Penal. Entretanto, tenho que ao Estado não interessa tão somente o encarceramento do apenado. Existem outras medidas de profilaxia, as quais visam mormente a reeducação do delinquente. O Código Penal, em seus artigos 77 e 78 estabelecem regras para a suspensão condicional da pena. Visto isso, nos termos do que dispõe o artigo 77, do Código Penal, como acusado é primário e o crime de não teve maiores consequências, concedo a suspensão condicional da pena, pelo prazo de dois anos, mediante as condições do art. 767, e ss. do Código de Processo Penal e, com apoio no artigo 698, § 2º, II, do mesmo Diploma Legal submeto-a à condição de prestar serviços à comunidade, na forma a ser estabelecida pelo juízo da execução. Em caso de cumprimento da pena corporal, o réu deverá fazê-lo em regime aberto, ex vi do artigo 33, § 2º, "c", do Código Penal. Dito isso, o sentenciado poderá apelar em liberdade, pois, diante da pena aplicada, nada mais justifica sua permanência no cárcere, expedindo-se, pois, alvará de soltura clausulado em seu favor Detração no que couber. Custas pelo condenado. Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências: Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados; Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal; Expeça-se a guia de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEMEPA, a fim de que o indigitado cumpra a recriminação no estabelecimento correspondente. Encaminhem-se as facas à destruição. P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico. Manaus (AM), 03 de setembro de 2019. Henrique Veiga Lima. Juiz de Direito.

Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Marina Kleimpaul (OAB 49732/SC)

Autos n°: 0608206-02.2019.8.04.0001
Yuri Vale de Lima
Desse modo, julgo procedente em parte a atrial acusatória e CONDENO Yuri Vale de Lima e Luiz Fernando Sousa dos Santos nas penas do Art. 157, §.º, II, na c/c Art. 14, II, do CPB.
Passo a dosar-lhes as penas.
Atento aos ditames do Art. 59, do Diploma ventilado ao norte, tenho que a culpabilidade dos acusados está evidenciada e, embora sua personalidade possa se revelar deturpadas pela própria prática, com violência gratuitamente empregada contra pessoa indefesa, é de se registrar que detém bons antecedentes. Os motivos não justificam o crime, cuja conseqüência de maior relevo foi o transtorno experimentado pelas vítimas, as quais em nada contribuíram para o fato típico. Nos autos não há nada digno de nota acerca das circunstâncias, além das já exauridas no corpo da fundamentação.
Por não terem condenações na Justiça Criminal , estabeleço como pena-base o assoalho legal de 04 anos de reclusão. A segunda fase transcorre em branco. Por fim, na última etapa do sistema tripartido no Art. 59, do CP, acresço-lhe 1/3 (um terço), em virtude da causa de aumento do inciso II, do §º. do Art. 157 do Estatuto Repressivo, o que torna a pena em 05 ANOS E 04 MESES DE RECLUSÃO. Pela tentativa, dessa quantificação diminuo 1/3 (um terço) porque o iter criminis avançou, perfazendo o total FIXO E DEFINITIVO DE 03 ANOS, 02 MESES E 20 DIAS DE RECLUSÃO, mais 15 (QUINZE) dias-multa à razão de 1/30 (UM TRINTA AVOS) do salário mínimo, de forma individual.
O regime inicial de cumprimento de pena é o aberto. Não poderão apelar em liberdade, pela gravidade dos fatos que afetam a ordem pública, no entanto, a execução provisória e mais benéfica é devida.
Detração no que couber.
Dispensado das custas.
Oportunamente, após o trânsito em julgado desta decisão, tomem-se as seguintes providências:
Lance-se o nome do Réu no rol dos culpados;
Proceda-se o recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, em conformidade com o disposto pelo artigo 686 do Código de Processo Penal;
Expeçam-se as guias de recolhimento, extraindo-se, ainda, as peças imprescindíveis para remessa a VEP, a fim de que cumpram a recriminação no estabelecimento prisional correspondente.
Encaminhem-se o artefato apreendido ao Comando do Exército
Extraiam-se as cópias requeridas pela Defensoria e remetam-se a PROCEAP.
P.R.I.C. Destaque-se o dispositivo para circulação no Diário de Justiça Eletrônico.
Manaus (AM), 09 de setembro de 2019.
Henrique Veiga Lima.
Juiz de Direito.

NOTA DE INTIMAÇÃO PARA AUDIÊNCIA
Processo nº: 0630771-57.2019.8.04.0001
Assunto: Roubo
Réu(s): Lucas Pinheiro de Oliveira
Advogado(s): Lenilson Ferreira Pereira, Paulo Henrique W. de Oliveira Silva e Elielton dos Santos Paulo
Data da audiência: 25/09/2019 às 10:15h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

Processo nº: 0636991-71.2019.8.04.0001
Assunto: Roubo
Réu(s): Leandro Souza da Silva
Advogado(s): Érica Cândida Costa
Data da audiência: 25/09/2019 às 10:30h
Henrique Veiga Lima
Juiz de Direito

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0576/2019

ADV: LARISSA VENANCIO COUTINHO (OAB 13943/AM) - Processo 0644204-65.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Jonatha Leal Maia - JÚIZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL JUIZ (A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES ESCRIVÃ (O) JUDICIAL HENRIQQUE MOTTA MACIEL JUNIOR EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS ADV. DRA. LARISSA VENÂNCIO COUTINHO (OAB/AM 13.943), Processo 0644204-65.2018.8.04.0001 - Ação Penal - RÉU: Jonatha Leal Maia - Assim, consirando a audiêcia realizada no dia 10 de setembro de 2019, o MM. juiz concedeu o prazo de cinco dias, **nos termos do art. 403, § 3°** do Código de Processo Penal, **para apresentação das alegaçoes finais.**

Larissa Venancio Coutinho (OAB 13943/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MANRIQUE MOTTA MACIEL JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0580/2019

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0247841-94.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Leandro da Silva Barbosa e outros - Assim, consirando a audiêcia realizada no dia 10 de setembro de 2019, o MM. juiz concedeu o prazo de cinco dias, **nos termos do art. 403, § 3° do Código de Processo Penal, para apresentação das alegaçoes finais.**

Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0683/2019

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0601056-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADA: R.M.O. e outro - Intime-se o advogado do réu RIKELLEN MARQUES DE OLIVEIRA para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente as alegações finais na forma de memoriais, vez que sua inércia vem obstaculizando sobremaneira o andamento do processo, sob pena de comunicação do fato à OAB por abandono de causa, nos termos do art. 34, XI, do Estatuto do Advogado. Cumpra-se.

Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0682/2019

ADV: ALAN CARLOS AMARAL GOMES DE ALBUQUERQUE (OAB 8344/AM), ADV: LUANNA BARROS DE ALBUQUERQUE GOMES (OAB 13172/AM) - Processo 0637891-54.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Roubo - REQUERIDO: A.P.A. e outro - Em consonância com a Promoção Ministerial de fls. 226 e, considerando que o presente feito encontra-se em duplicidade com processo já em trâmite neste Juízo, sob o n.º 0633545-60.2019.8.04.0001, determino o arquivamento dos presentes autos, bem como o traslado de todas as suas peças para o processo susomencionado. Cumpra-se.

Alan Carlos Amaral Gomes de Albuquerque (OAB 8344/AM)
Luanna Barros de Albuquerque Gomes (OAB 13172/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0684/2019

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0214420-79.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Felipe Pinheiro Nunes - Karolaine Pinheiro da Silva - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 9674/AM - Moacyr Ramos Canuto Filho, 9674/AM - Moacyr Ramos Canuto Filho, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0685/2019

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0601056-67.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADA: R.M.O. e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA,

na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) 7790/AM - Herrazuris Nogueira Duarte Júnior, devidamente constituído(a)(s) nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresente as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias, conforme despacho de fls. 400, vez que sua inércia vem obstaculizando sobremaneira o andamento do processo, sob pena de comunicação do fato à OAB por abandono de causa, nos termos do art. 34, XI, do Estatuto do Advogado.

Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0423/2019

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: JOSÉ AMARILIS CASTELLO BRANCO (OAB 931/AM) - Processo 0045780-02.2005.8.04.0001 (001.05.045780-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - AUTOR: A Justica Publica - INDICIADO: Elizeu da Silva Ferreira - ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0045780-02.2005.8.04.0001 Réu: Elizeu da Silva Ferreira Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 31/10/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 11 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

ADV: ÁUREO GONÇALVES NEVES (OAB 1602/AM), ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM) - Processo 0067808-95.2004.8.04.0001 (001.04.067808-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADA: Poliana Correa Amâncio e outro - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 14/11/2019 às 12:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0210626-55.2013.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Eduardo Feitosa de Souza - Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 11/10/2019 às 12:45h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0230566-11.2010.8.04.0001 (001.10.230566-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Kleber Fonseca Magalhães - PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO AMAZONAS COMARCA DA CAPITAL FÓRUM MINISTRO HENOCH REIS JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO Processo n°0230566-11.2010.8.04.0001 Réu: Kleber Fonseca Magalhães Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 19/11/2019 às 10:15h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 11 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1

Áureo Gonçalves Neves (OAB 1602/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
José Amarilis Castello Branco (OAB 931/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Hilário Antônio Rosales Gonzalez, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri."

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
George Hamilton Lins Barroso
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0205154-15.2009.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuCarlos Andrade Lopes da Silva

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0205154-15.2009.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado CARLOS ANDRADE LOPES DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Agricultor, pai Raimundo Azevedo da Silva, mãe Suely Lopes da Silva, Nascido/Nascida 23/06/1984, natural de Fonte Boa - AM, com endereço à Rua Mossoró, 165, Prox. Escola Municipal Raimunda Nonata, Grande Vitória, Manaus - AM, Fone 9224-3867, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121, caput, do Código Penal. em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia nos seguintes termos "JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso Art. 121, caput, do Código Penal. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal

a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), mantenho-o(s) em liberdade/preso aguardando seu(s) julgamento(s) pelo Tribunal do Povo.". E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 11 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO JULGAMENTO

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1º Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc...FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que por este Júri e Cartório da 1º Vara do Tribunal do Júri tramitam os termos do processo nº 0645555-73.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra JULIANO FARIA DE SOUSA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 31368190, pai Orlando Quintino Sousa, mãe Michelle Faria da Silva, Nascido/Nascida 31/08/1996, natural de Manaus - AM, Outros Dados: 99519-6089/99269-7338, com endereço à Rua Igarapé, Nº 37, Prox. ao Lava Jato do Play Boy, Zumbi, Manaus - AM, por infração ao artigo 121... do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPB, o MMº. Juíz de Direito mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, para INTIMAR O ACUSADO para que compareça neste juízo do 1° Tribunal do Júri, sito na Av. Jornalista Humberto Calderaro Filho, s/n, térreo, setor 3 (Fórum Ministro Henoch Reis), Bairro – Adrianópolis, Manaus-AM, no dia 09/10/2019 às 08:30h, a fim de ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular, pelo cometimento do crime de homicídio. E para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento, mandou expedir o presente edital, considerado publicado no Diário da Justiça Eletrônico em data posterior a esta. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Sidnéia de Oliveira Freitas Fortes, o digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra , Diretora de Secretaria, o conferi.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0421/2019

ADV: ALBERTO PEDRINI JÚNIOR (OAB 2313/AM), ADV: ANTONIO ACACIO DO NACIMENTO NETO (OAB 10383/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: ALDEMAR LUIZ DORNELES (OAB 2075/AM) - Processo 0042931-28.2003.8.04.0001 (001.03.042931-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Renildo Lamongi Moura e outros - ''FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE o(s) patrono(s) do(s) acusado(s) para que compareça na 1ª Vara do Tribunal do Júri, para Audiência de Instrução e Julgamento, pautada para o dia 01/10/2019 às 10h''

ADV: ALACID COÊLHO SILVA (OAB 3878/AM) - Processo 0061996-09.2003.8.04.0001 (001.03.061996-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Josiel Rodrigues Samir - DA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA FICA INTIMADO, via Diário Eletrônico, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, resumido em transcrição com o seguinte teor:"JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO o acusado, já qualificado nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença, entregando-lhe cópia da Impronúncia. Intime-se a Defesa do acusado. "

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM) - Processo 0202562-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Arlisson Andrade da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Sebastião Freitas de Oliveira, Jose Borges da Silva Filho, Arlisson Andrade da Silva e Williams Roger da Rocha Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), c/c art. 14, II, c/c art. 29, do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: ANDRÉ LUIZ SIMONETTI RIBEIRO DE SOUZA (OAB 12350/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0202562-85.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Arlisson Andrade da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor: :"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Sebastião Freitas de Oliveira, Jose Borges da Silva Filho, Arlisson Andrade da Silva e Williams Roger da Rocha Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), c/c art. 14, II, c/c art. 29, do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202900-30.2013.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Crimes contra a vida - VÍTIMAFATO: Alfredo Manguabeira Chamy - INDICIADO: João Bosco de Souza

Garrido Filho - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado João Bosco de Souza Garrido Filho, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM) - Processo 0205052-56.2010.8.04.0001 (001.10.205052-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Edinaldo Pimentel Martins - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Edinaldo Pimentel Martins, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0209117-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Rafael Gomes Leitão - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Rafael Gomes Leitão, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0209117-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Rafael Gomes Leitão - CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA FICA INTIMADO, via Diário Eletrônico, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA DE PRONÚNCIA, resumido em transcrição com o seguinte teor: :"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Rafael Gomes Leitão, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso IV do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0220300-18.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTANTE: D.P.C.D. - REQUERIDO: A.S.C. e outro - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados RAY DOS SANTOS MARTINS e ADENILSON DE SOUZA CARVALHO, já qualificados nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa da vítima), c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. De outro giro, considerando que não houve modificação na situação fática/processual suficiente a ensejar a revogação do constrito cautelar, aliado ao fato de subsistirem os indícios suficientes de autoria, a prova da materialidade delitiva e os requisitos e fundamentos dos arts. 311, 312 e 313, inciso I, todos do CPP, MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA dos acusados, ora Pronunciados, a fim de garantir a Ordem Pública, tendo em vista, entre outros, o modus operandi empregado na conduta criminosa, devendo permanecer na Unidade Prisional onde se encontra até Decisão contrária deste Juízo ou de Instância Superior. Intimem-se os acusados, ora Pronunciados, desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que

não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 26 de junho de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0227548-16.2009.8.04.0001 (001.09.227548-7) - Ação Penal de Competência do Júri - Lesão Corporal - INDICIADA: Cleonice da Silva Cruz - Nesta data, tornou-se pública a decisão proferida pelo(a) Juiz(a) da 1ª Vara do Tribunal do Júri desta Comarca de Manaus, resumida em transcrição com o seguinte teor:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado CLEONICE DA SILVA CRUZ, já qualificada nos autos, a fim de que seja submetida a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursa nas sanções do Art. 121, "Caput", c/c Art. 14, inciso II, ambos do Código Penal."

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0259276-07.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Luciano Castro Aguiar - DESPACHO Recebi hoje. Considerando o teor da Certidão de fl. 598, determino que se paute data para a realização da Audiência de Instrução. Expeçam-se todos os atos necessários. Providências via Secretaria da Vara. Cumpra-se. Manaus, 11 de dezembro de 2018.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0259276-07.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Luciano Castro Aguiar - Relação: 0419/2019 Teor do ato: Processo n°0259276-07.2011.8.04.0001 Réu: Luciano Castro Aguiar Para fins de impulsionar o feito, por ato ordinatório, esta Secretaria DESIGNA A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO para o dia 18/11/2019 às 11:30h, a qual é feita por registro audiovisual, conforme determina o art. 405 CPP. Na oportunidade, intima o(s) advogados(s), caso exista(m) constituídos por meio deste ato. Providenciar-se-ão as intimações devidas e necessárias para a realização do ato pela Secretaria da vara. É que me cumpre certificar. Manaus, 10 de setembro de 2019 . Cintya Luana Gandra Diretora de Secretaria Matrícula 3339-1 Advogados(s): Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)

Alacid Coêlho Silva (OAB 3878/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alberto Pedrini Júnior (OAB 2313/AM)
Aldemar Luiz Dorneles (OAB 2075/AM)
André Luiz Simonetti Ribeiro de Souza (OAB 12350/AM)
Antonio Acacio do Nacimento Neto (OAB 10383/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0424/2019

ADV: MARIA LUIZA CASTELO BARROS (OAB 6904/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: ALINE INHAMUNS PAULO (OAB 6790/AM), ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0011180-23.2003.8.04.0001 (001.03.011180-4) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉ: Wathila Silva da Costa - Clovis Lopes da Silva - Antonio Carlos Ferreira de Aguiar - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor: "Ante o exposto, em consonância com as partes, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia do Órgão Ministerial, e IMPRONUNCIO os acusados CLÓVIS LOPES DA SILVA, ANTÔNIO CARLOS FERREIRA DE AGUIAR e WÁTHILA SILVA DA COSTA, já qualificados nos autos. Faço-o com fundamento no art. 414 do Código de Processo Penal, da imputação que lhe foi feita na exordial acusatória, nada impedindo que, surgidas novas provas, reabra-se a investigação."

ADV: MARCIO THIAGO DOS SANTOS SOUZA (OAB 8808/AM), ADV: CARLOS ALLAN AMORIM DE CARVALHO (OAB 14327/AM), ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0202478-21.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: F.A.T. - RÉU: J.P.F. - FICA INTIMADO, através do presente o (a) patrono(a) do acusado(a) do DESPACHO, resumido em transcrição com o seguinte teor:"O MMº JUÍZ DE DIREITO, NO QUE SEGUE DELIBERA: Defiro o pedido feito pela DEFENSORIA PUBLICA, razão pela qual redesigno a presente audiência para o DIA 12/11/2019, ÀS 12H30M. INTIMEM-SE OS REUS. CUMPRA-SE."

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0202839-38.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Marcos Moraes Viana - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Marcos Moraes Viana, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil), c/c art. 14, II do Código Penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito"

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0212145-70.2010.8.04.0001 (001.10.212145-2) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Jonas Costa de Oliveira Queiroz - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem ROL DE TESTEMUNHAS que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0216821-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Samuel Anderson Costa de Araújo - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Samuel Anderson Costa de Araújo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0216821-51.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Samuel Anderson Costa de Araújo - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Samuel Anderson Costa de Araújo, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II (motivo fútil) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido) do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito."

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0241211-61.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Geremias Ribeiro da Silva - Levy Ribeiro da Silva - O Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. Vem por meio deste tornar pública a SENTENÇA a seguir resumida em transcrição: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO os acusados GEREMIAS RIBEIRO DA SILVA e LEVY RIBEIRO DA SILVA, já qualificado nos autos, a fim de que sejam submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incursos nas sanções constantes do Art. 121, §2ª, incisos I (motivo torpe), III (perigo comum) e IV (recurso que impossibilitou a defesa das vítimas), por duas vezes, c/c Art. 29, "Caput", ambos do Código Penal. Intimem-se os acusados desta Decisão, entregando-lhes cópia. Em caso negativo, intime-os por Edital, nos moldes do Art. 420, parágrafo único, do CPP. Intime-se a Defesa dos réus, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa dos acusados, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento dos réus, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito."

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM), ADV: ITAMAR TEIXEIRA BARCELLOS (OAB 3031/AM) - Processo 0243610-63.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - INDICIADO: Hilário Antônio Rosales Gonzalez - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor: "Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Hilário Antônio Rosales Gonzalez, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso I (motivo torpe) e IV (recurso que impossibilitou a defesa do ofendido), c/c art. 14, II do Código Penal."

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0252107-90.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: Antonio Maximiano da Silva Filho - Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Antonio Maximiano da Silva Filho, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, caput, c/c art. 14, II do Código Penal. Intime-se a Defesa do réu, na forma do artigo 370, §1º, do Código Processo Penal. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Ocorrendo o trânsito em julgado da indigitada Decisão, na forma do artigo 422 do CPP, determino a intimação do Ministério Público, por seu representante, e posteriormente da Defesa do acusado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentarem o rol de testemunhas que irão depor em Plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias. Sem diligências requeridas e com a juntada dos róis de testemunhas, junte-se o relatório do Processo. Após, paute-se data para o julgamento do réu, no Plenário do Tribunal do Júri. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. George Hamilton Lins Barroso Juiz de Direito

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0263257-78.2010.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - INDICIADO: Julio Mendonça da Silva - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a) patrono(a) do acusado(a) DA CIÊNCIA DA SENTENÇA, resumido em transcrição com o seguinte teor:"Ante o exposto, com fundamento no art. 413 do Código de Processo Penal, JULGO PROCEDENTE a Denúncia do Ministério Público e por conseguinte PRONUNCIO o acusado Julio Mendonça da Silva, já qualificado nos autos, a fim de que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri Popular desta Comarca, como incurso nas sanções do Art. 121, §2°, inciso II, c/c, art. 14 ,II do Código Penal."

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM) - Processo 0368257-72.2007.8.04.0001 (001.07.368257-9) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Ronilson de Souza Pedrosa - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem ROL DE TESTEMUNHAS que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal.

Aline Inhamuns Paulo (OAB 6790/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Carlos Allan Amorim de Carvalho (OAB 14327/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Itamar Teixeira Barcellos (OAB 3031/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
Marcio Thiago dos Santos Souza (OAB 8808/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Maria Luiza Castelo Barros (OAB 6904/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM), ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0211406-19.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0200176-14.2017.8.04.0001) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - DENUNCIADO: J.S.S. - J.A.S. - J.F.C. - J.R.F. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0211406-19.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Joel Araújo de Souza, Jonathas Farias Coelho, Jonathan Rodrigues Flores e Jocicleto dos Santos Silva, por infração Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, IArt. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, e Art. 121 § 2º, I (seis vezes) c/c Art. 14, II e Art. 212 (quarenta e seis vezes) c/c Art. 29 “caput” e Art. 121 § 2º, I, III, IV (cinquenta e seis vezes) e Art. 69 “caput” todos do(a) CP e Art. 1-º, I todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR os Drs. Harrington Praia Marques, Christian Araújo de Souza, Ana Maria Albuquerque de Barros, Aldemir da Rocha Silva Júnior, OAB 13291/AM, 12277/AM, 5445/AM e 3199/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 17/10/2019 às 08:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Eu, Lerissa Souza Neves, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: ABRAHÃO LYNCON NUNES DANTAS (OAB 8125/AM) - Processo 0237732-50.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INDICIADO: Valbert Pereira de Lima e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0237732-50.2017.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Valbert Pereira de Lima, por infração Art. 121 “caput” do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Abrahão Lyncon Nunes Dantas, OAB 8125/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 12/09/2019 às 09:00h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM) - Processo 0603682-93.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - DENUNCIADO: João Paulo Rodrigues de Sousa - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0603682-93.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra João Paulo Rodrigues de Sousa, por infração Art. 121 “caput” c/c Art. 14, II ambos do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Yuri Guilherme Cavalcante Ramos, OAB 11017/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/09/2019 às 09:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 11 de setembro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Abrahão Lyncon Nunes Dantas (OAB 8125/AM)
Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0268/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0259311-64.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - ACUSADO: Julio Cesar Rego da Cunha - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0259311-64.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Julio Cesar Rego da Cunha, por infração Art. 121 § 2º, II c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário

Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Julio Cesar Rego da Cunha, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 12/11/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0028171-06.2005.8.04.0001 (001.05.028171-3) - Ação Penal de Competência do Júri - DENUNCIADO: Alberto de Souza Lins - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0028171-06.2005.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Alberto de Souza Lins, por infração Art. 121 § 2º, II do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Alberto de Souza Lins, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 19/11/2019 às 08:00h, no Auditório da Faculdade ESBAM, na Rua Leonor Teles, nº 153, Conjunto Abílio Nery, Adrianópolis, CEP 69057-510 - Manaus/AM, Fone (92) 33051800 , e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 12 de setembro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Sem Patrono (OAB /AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0243/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0225079-45.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: F.F.B.R. - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 02/10/2019 às 11:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: RONÉLIO CARDOSO DE LIMA (OAB 6432/AM) - Processo 0249488-56.2017.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - DIREITO PENAL - RÉU: Jhonathas Souza dos Reis - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 03/10/2019 às 10:00h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0606886-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Devid de Souza Pantoja e outros - RÉU: Leoney Silva de Souza - Para fins de impulsionar o feito, esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 03/10/2019 às 10:30h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Ronélio Cardoso de Lima (OAB 6432/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0244/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0209770-05.2011.8.04.0020 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: D.S.S. - Processo Suspenso ou Sobrestado.

ADV: MARCELO OLIVEIRA LOPES (OAB 6083/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM), ADV: RAFAEL ROCHA DE SÁ PEIXOTO (OAB 5292/AM), ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: JONES DE OLIVEIRA SANTOS (OAB 9616/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM), ADV: ALEXANDRE MARTINS DE MENDONÇA (OAB 9107/AM), ADV: ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (OAB 9704/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE SOARES SANTOS (OAB 10996/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB

9106/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM) - Processo 0213517-78.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: Rodrigo Ordones de Lima - Odilon de Albuquerque Mamede e outro - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para, nos termos do art. 415, IV do CPP, ABSOLVER SUMARIAMENTE os acusados Francisco Bezerra Camurça Neto, Odilon de Albuquerque Mamede e Rodrigo Ordones de Lima, da imputação que lhes era feita pelo Ministério Público, o homicídio simples (art.121 caput do CP) praticado contra a vítima Paulo César Lima dos Santos. Em relação ao encerramento da instrução criminal e pelo fato de os réus encontrarem-se soltos assim devem permanecer até o julgamento de eventual apelação por estarem ausentes os pressupostos da prisão preventiva. Após o transito em julgado da presente decisão, arquivem-se os presentes autos com a devida baixa na distribuição. Em caso de aplicação de medidas diversas da prisão aplicadas ao réu, estas ficam revogadas. As demais partes serão intimadas nos termos legais. Publique-se. Registre-se e Intime-se.

ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM) - Processo 0218286-95.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Renan Lourenço Barbará - Ofício jurisdicional encerrado. Sentença de absolvição imprópria proferida. Guia de internação lançada. Transito em julgado da sentença. Diante desse cenário, a pretensão formulada pela defesa deverá ser endereçada à Vara de Execuções Penais, cuja competência é voltada a executar o título condenatório determinando o modo de seu cumprimento. Isto posto, não conheço do requerimento formulado por ausência de incumbência legal para a sua apreciação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0219707-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: F.B.P. - RÉU: E.S.S. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no Provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria intima as Defesas, por meio do advogados 6355/AM - DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS, 6443/AM - ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR, devidamente constituído nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para oferecer os MEMORIAIS no prazo legal.

ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM), ADV: JOELY LAGES LIRA RIKER (OAB 7614/AM), ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM), ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: LUÍS AUGUSTO PESTANA VIEIRA (OAB 4003/AM), ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: ELCINEY CORRÊA DE SOUZA JÚNIOR (OAB 6443/AM) - Processo 0219707-86.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ASSISTENTE: F.B.P. - RÉU: E.S.S. e outros - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria providenciará a intimação da DEFENSORIA PÚBLICA, na figura do Defensor Público com atuação neste juízo, para apresentar Memoriais, no prazo legal.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0219779-78.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: A.S.E. - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Ariel de Souza Evangelista, pai Asteres Evangelista, mãe Maria de Souza Evangelista, nascido(a) em 10/04/1989, Rua Junco Verde, AP. 38, Quadra 67, Primeiro Bloco, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 18/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0219779-78.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 12 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0219989-95.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: Wlademir da Silva Chota - Pelo exposto, chamo o feito à ordem para reabrir a instrução criminal com fim de proceder ao interrogatório de do réu Wlademir da Silva Chota. Na oportunidade, revogo a revelia outrora decretada e designo nova data de audiência para o dia 13/09/2019 às 11:30h.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0222975-85.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fernando Azevedo dos Reis - DESPACHO Fora juntado pela Defesa do acusado Fernando Azevedo dos Reis, informando novo endereço, da testemunha Luiza Vidal de Brito. Examinado o requerimento, uma vez que se trata de ônus da própria parte colacionar o endereço de suas testemunhas, na forma do §3º do art. 406 do CPP, in verbis: § 3º. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 8 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. (grifo nosso) Posto isso, DETERMINO a expedição do mandado de intimação da testemunha Luiza Vidal de Brito, no endereço Rua Cristais Paulista (antiga Castanho), n. 95, Comunidade Nova Conquista, Tancredo Neves (próximo ao Mercadinho Hilton Frota), em Manaus, para comparecimento na sessão de Julgamento, pautado para o dia 16.10.2019, ás 08:30hrs, conforme fls. 308. À secretaria para providências. Manaus,10 de setembro de 2019

ADV: MOACYR RAMOS CANUTO FILHO (OAB 9674/AM) - Processo 0225402-89.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: H.A.C. - Recebidos e vistos. Fora detectado ausência de captação de áudio na inquirição da testemunha Hiltaciane Almeida Cruz e no interrogatório do réu Henrique Almeida Cruz. A circunstância impede a escorreita apreciação do acervo probatório. Necessária a renovação dos atos mudos. Isto posto, ordeno a expedição de mandado de condução coercitiva a testemunha Hiltaciane Almeida Cruz para ser prontamente apresentada a este juízo. A drástica medida aplica-se de supino para acelerar o procedimento, cujo desfecho já era para ter seu fim, ao menos nesta primeira etapa. Quanto ao réu em consulta a lista de presos verifica-se que o mesmo encontra-se recolhido no sistema prisional do Estado, razão pela qual tão logo designada data de audiência requisite-o, mediante ofício.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0226054-72.2016.8.04.0001 - Inquérito Policial - Crime Tentado - INVESTIGAD: F.M.R. - Ainda que se esteja na fase inquisitorial, o alcance da persecução penal mira apenas o investigado Fernando Luis Simões da Silva Júnior. Não se estende aos seus parentes e familiares. A permissão para terceiros se habilitarem nos autos é apenas na hipótese de assistente de acusação, nas cerradas hipóteses legais. Isto posto, indefiro a habilitação da Sra Gizele Rodrigues Batista, uma vez que alheia ao apuratório criminal. À secretaria para exclui-la do cadastro do SAJ, bem como o advogado por ele habilitado. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0228985-82.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - REPTANTE:

D.P.D.I.P. - Assim sendo, chamo o feito à ordem e RERRATIFCO a decisão Interlocutória Mista Não Terminativa de fls. 490/497, para PRONUNCIAR o acusado MARCOS ANDRÉ DA COSTA TAVARES como incurso nas penas do art. 121, § 2.º, incisos II, III e IV, c/c art. 14, II, do Código Penal brasileiro, conforme o art. 413, do CPP. Intimem-se as partes sem prejuízo da preclusão já certificada nos autos. Corrigido o equívoco, encaminhem-se os autos ao Juiz Presidente para ulteriores deliberações. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0233522-87.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: W.S.B. - Recebo o RECURSO DE APELAÇÃO, tendo em vista sua tempestividade, conforme preceitua o art. 593, do CPP. Vistas ao apelado para oferecimento de contrarrazões, no prazo legal. Após, remetam-se os autos à Instância Superior, observadas as cautelas de praxe (art. 601, caput, CPP). Cumpra-se.

ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0234289-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: G.G.A. - Conforme Provimento 63/2002 - CGJ, esta secretaria expedirá Ofício à Corregedoria da Penitenciária Federal em Mossoró/RN, solicitando a devolução do Mandado de Prisão expedido contra o réu GEOMISON DE LIRA ARANTE, devidamente cumprido.

ADV: KÁTIA CLÉA BARBOSA DE VASCONCELOS (OAB 5634/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0234289-28.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - REPTADO: G.G.A. - Recebidos e vistos. O acusado Geomison de Lira Arante encontra-se recolhido na Penitenciária Federal de Mossoró/RN. O transporte do preso para esta unidade, apenas para o fim de participar do seu interrogatório, geraria um enorme custo aos cofres públicos, bem como demandaria tempo demasiado até o seu cumprimento. As penitenciárias Federais contam com o sistema de videoconferência, cuja tecnologia permite que o réu seja interrogado em tempo real, ainda que em outro Estado. Dessa feita, diante do cenário processual e pelo fato de o réu não encontrar-se recolhido no sistema prisional do Estado do Amazonas, seu interrogatório realizar-se-á por videoconferência como medida necessária para viabilizar a participação do réu no ato processual, uma vez que, como visto, mostra-se relevante a dificuldade para o seu comparecimento em juízo, nos termos do art. 185, §2º, II do CPP. Isto posto, DESIGNO o dia 31 de outubro de 2019, às 10 horas (horário Manaus) para a realização do interrogatório do acusado Geomison de Lira Arante por meio de videoconferência. Para implementar a medida, ENCAMINHE-SE esta decisão/ofício aos seguintes órgãos para conhecimento da data da audiência e para as demais providências necessárias e cabíveis: Corregedoria Judicial da Penitenciária Federal-MS/Penitenciária Federal Mossoró - RN, via malote ou e-mail. (telefone 084 3324-7504, 3324-7501 e 3324-7561) Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção Diretoria do Sistema Penitenciário Federal/Departamento Penitenciário Nacional Ministério da Justiça (endereço eletrônico: cgicr.dispf@mj.gov.br) Tel: (061) 2025-9658/3532 Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Solicita-se ainda que a Penitenciária Federal proceda a gravação do interrogatório em arquivo de mídia audiovisual e imediatamente encaminhado a este juízo para compor o acervo probatório-processual. Cumpra-se.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0234836-63.2019.8.04.0001 (processo principal 0246717-13.2014.8.04.0001) - Recurso em Sentido Estrito - Homicídio Qualificado - APELANTE: Cassio Dourado Batista - RECEBO O RECURSO EM SENTIDO ESTRITO tendo em vista sua tempestividade (art. 593, I, do CPP). Em relação ao juízo de retratação, trata-se da possibilidade de reavaliar a decisão interlocutória proferida diante das alegações apresentadas pelas partes. Ao reexaminar os autos concluo que não deve ser modificada a decisão de PRONÚNCIA recorrida, cujos fundamentos bem resistem às razões do recurso, de forma que, nada tendo a reformar, a mantenho integralmente (art. 589 do CPP). Assim, observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, realizando-se o traslado das seguintes peças processuais que entendo necessárias: denúncia, alegações finais e decisão de pronúncia. Por se tratarem de autos digitais, estes podem ser visualizados pelo sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, mediante simples consulta deste número de processo. As peças processuais estão todas nomeadas e identificadas, sendo de fácil acesso e visualização, o que atende ao art. 589 do CPP. A necessidade de traslado das peças processuais, conforme impõe o art. 589 do CPP, justifica-se em casos em que os autos são físicos. Considerando que estes autos são digitais e de domínio público, cujo acesso integral pode ser facilmente realizado via sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Amazonas, não mais se mostra necessário a realização do traslado de todas as peças do processo. Caso se trate de autos em segredo de justiça, encaminhe-se senha de acesso à secretaria da Câmara Criminal do 2º grau para fins de acesso aos autos desta instância a quo. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0244839-24.2012.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - RÉU: DIOGO OLIVEIRA BITTENCOURT - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado DIOGO OLIVEIRA BITTENCOURT, mãe ALBERTA OLIVEIRA BITTENCOURT, nascido em 20/12/1993, Av. Vivaldo Lima, S/N, Alvorada I, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 15/10/2019, às 14:00h, nos autos do processo-crime nº. 0244839-24.2012.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM), ADV: JOZIEL BARROS DE SOUZA (OAB 11383/AM) - Processo 0606886-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTORFATO: Devid de Souza Pantoja e outros - RÉU: Leoney Silva de Souza - De ordem do Juízo da 3º Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony,esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) LEONEY SILVA DE SOUZA, Brasileiro(a), Solteiro, Autônomo, mãe Leoneide Silva de Souza, Nascido/Nascida 13/04/1990, natural de Manaus - AM, com endereço à Pssagem Avenida Liberdade, 37, Terra Nova, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, para ser cientificado da audiência de instrução e julgamento designada para 03/10/2019 às 10:30h, nos autos do processo-crime nº. 0606886-48.2018.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 11 de setembro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: MARILÂNDIA MARIA ENES RIBEIRO HATTORI (OAB 6358/AM), ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0612278-32.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉU: Edilson Pires Pinto - Recebidos e vistos. Fora detectado ausência de captação de áudio nas inquirições da vítima Frank Tavares Mendonça , testemunha

Sandra Maciel de Oliveira e no interrogatório do réu Edilson Pires Pinto. A circunstância impede a escorreita apreciação do acervo probatório. Necessária a renovação dos atos mudos. Isto posto, ordeno a expedição dos mandados de notificação a vítima Frank Tavares Mendonça, testemunha Sandra Maciel de Oliveira e réu Edilson Pires Pinto para comparecerem no prazo de cinco dias a contar da notificação seguindo as diretrizes constante na Decisão de fls. 143/144. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: VALÉRIA FERREIRA RABELLO (OAB 6287/AM) - Processo 0622190-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - RÉ: M.S.C.P. - Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria inclui o processo na pauta de julgamento, nos moldes do art. 423, II do CPP, DESIGNANDO o dia 15/10/2019 às 08:30h para a realização do julgamento pelo Tribunal do Júri.

ADV: JULIANA SOARES VIGA (OAB 6282/AM), ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM), ADV: SIMONE ALENCAR OMENA (OAB 4327/AM) - Processo 0631011-17.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - VÍTIMAFATO: José Honilson Félix de Abreu - RÉU: Rômulo Brasil da Costa - Recebidos e vistos. O acusado Rômulo Brasil da Costa encontra-se recolhido na Penitenciária Federal de Mossoró/RN. O transporte do preso para esta unidade, apenas para o fim de participar do seu interrogatório, geraria um enorme custo aos cofres públicos, bem como demandaria tempo demasiado até o seu cumprimento. As penitenciárias Federais contam com o sistema de videoconferência, cuja tecnologia permite que o réu seja interrogado em tempo real, ainda que em outro Estado. Dessa feita, diante do cenário processual e pelo fato de o réu não encontrar-se recolhido no sistema prisional do Estado do Amazonas, seu interrogatório realizar-se-á por videoconferência como medida necessária para viabilizar a participação do réu no ato processual, uma vez que, como visto, mostra-se relevante a dificuldade para o seu comparecimento em juízo, nos termos do art. 185, §2º, II do CPP. Isto posto, DESIGNO o dia 31 de outubro de 2019, às 10 horas (horário Manaus) para a realização do interrogatório do acusado Rômulo Brasil da Costa por meio de videoconferência. Para implementar a medida, ENCAMINHE-SE esta decisão/ofício aos seguintes órgãos para conhecimento da data da audiência e para as demais providências necessárias e cabíveis: Corregedoria Judicial da Penitenciária Federal-MS/Penitenciária Federal Mossoró - RN, via malote ou e-mail. (telefone 084 3324-7504, 3324-7501 e 3324-7561) Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção Diretoria do Sistema Penitenciário Federal/Departamento Penitenciário Nacional Ministério da Justiça (endereço eletrônico: cgicr.dispf@mj.gov.br) Tel: (061) 2025-9658/3532 Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Solicita-se ainda que a Penitenciária Federal proceda a gravação do interrogatório em arquivo de mídia audiovisual e imediatamente encaminhado a este juízo para compor o acervo probatório-processual. Cumpra-se.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM), ADV: SHYRLEY CASTELO BRANCO MONTEIRO (OAB 2030/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM) - Processo 0632451-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Allyson Almeida da Costa - Mauro Alves Marinho - Gabriela Mendes de Souza - DIEGO TRAVASSOS PRINTES - Rodrigo de Carvalho de Souza e outro - Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0633585-76.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: C.A.S.R. e outros - Recebidos e vistos. O acusado Bruno Souza Carvalho encontra-se recolhido na Penitenciária Federal de Catanduvas/PR. O transporte do preso para esta unidade, apenas para o fim de participar do seu interrogatório, geraria um enorme custo aos cofres públicos, bem como demandaria tempo demasiado até o seu cumprimento. As penitenciárias Federais contam com o sistema de videoconferência, cuja tecnologia permite que o réu seja interrogado em tempo real, ainda que em outro Estado. Dessa feita, diante do cenário processual e pelo fato de o réu não encontrar-se recolhido no sistema prisional do Estado do Amazonas, seu interrogatório realizar-se-á por videoconferência como medida necessária para viabilizar a participação do réu no ato processual, uma vez que, como visto, mostra-se relevante a dificuldade para o seu comparecimento em juízo, nos termos do art. 185, §2º, II do CPP. Isto posto, DESIGNO o dia 03 de outubro de 2019, às 9 horas e 30 minutos (horário Manaus) para a realização do interrogatório do acusado Bruno Souza Carvalho por meio de videoconferência. Para implementar a medida, ENCAMINHE-SE esta decisão/ofício aos seguintes órgãos para conhecimento da data da audiência e para as demais providências necessárias e cabíveis: Coordenação-Geral de Inclusão, Classificação e Remoção Diretoria do Sistema Penitenciário Federal/Departamento Penitenciário Nacional Ministério da Justiça (endereço eletrônico: cgicr.dispf@mj.gov.br) Tel: (061) 2025-9658/3532 Divisão de Tecnologia da Informação e Comunicação. Solicita-se ainda que a Penitenciária Federal proceda a gravação do interrogatório em arquivo de mídia audiovisual e imediatamente encaminhado a este juízo para compor o acervo probatório-processual. Cumpra-se.

ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0636011-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Luciano Almeida da Fonseca - Keslley Santos Pereira e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA as advogadas 3735/AM - Maria Goreth Terças de Oliveira e 9296/AM - Danielle Queiroz Ribeiro para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM), ADV: RÉGIS FERREIRA MACHADO (OAB 10077/AM) - Processo 0636011-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: Luciano Almeida da Fonseca - Keslley Santos Pereira e outro - Para fins de impulsionar o feito, obedecendo a comando judicial constante da parte final da decisão de pronúncia, esta secretaria INTIMA o(a) advogado(a) 9758/AM - Pedro Celestino da Silva E 8840/AM - JAKSON ALVES DE SOUZA para, em 05 (cinco) dias, apresentar(em) o rol de testemunhas, devidamente qualificadas, que irão depor em Plenário, até o máximo de 05 (cinco) por crime imputado a cada acusado(a)(s) (limite legal e jurisprudencial), oportunidade em que poderão juntar documentos e requererem diligências necessárias, nos termos do art 422, do CPP. Considerando ser impróprio o prazo de 05 (cinco) dias do art. 422 do CPP e valendo-se este Juízo dos poderes ordinatórios e instrutórios inerentes à atividade jurisdicional, fica estabelecido o prazo limite de 02 (dois) MESES antes da data do julgamento em plenário para os requerimentos das partes, fundados no art. 422 do CPP, nos exatos termos e razões expostos na parte final da decisão de pronúncia.

Alexandre Martins de Mendonça (OAB 9107/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Anadir Ribeiro Nogueira (OAB 9704/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)

Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Henrique Soares Santos (OAB 10996/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB 6443/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
JAKSON ALVES DE SOUZA (OAB 8840/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Joely Lages Lira Riker (OAB 7614/AM)
Jones de Oliveira Santos (OAB 9616/AM)
Joziel Barros de Souza (OAB 11383/AM)
Juliana Soares Viga (OAB 6282/AM)
Kátia Cléa Barbosa de Vasconcelos (OAB 5634/AM)
Luís Augusto Pestana Vieira (OAB 4003/AM)
Marcelo Oliveira Lopes (OAB 6083/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Marilândia Maria Enes Ribeiro Hattori (OAB 6358/AM)
Moacyr Ramos Canuto Filho (OAB 9674/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Rafael Rocha de Sá Peixoto (OAB 5292/AM)
Régis Ferreira Machado (OAB 10077/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Shyrley Castelo Branco Monteiro (OAB 2030/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Simone Alencar Omena (OAB 4327/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)
Valéria Ferreira Rabello (OAB 6287/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: ALESSANDRA AMAZONAS DA CUNHA (OAB 5780/AM) - Processo 0097567-07.2004.8.04.0001 (001.04.097567-4) - Execução da Pena - APENADO: Antonio Jackson Branches Gomes - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 18/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Antonio Jackson Branches Gomes se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ - FECHADO, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: JAYME BENCHAYA MARINHO (OAB 4287/AM), ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0201146-48.2016.8.04.0001 (processo principal 0254100-13.2012.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Pena Privativa de Liberdade - AGRAVADO: Joao Batista Gomes da Silva Junior - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: RUI GUILHERME MODESTO BORGES (OAB 11829/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0202536-53.2016.8.04.0001 (processo principal 0220895-56.2013.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Pena Privativa de Liberdade - AGRAVADO: Daniel Moreira Viana - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0205009-75.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Marcelo Bento de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Marcelo Bento de Oliveira.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0207198-60.2016.8.04.0001 (processo principal 0259728-12.2014.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Pena Privativa de Liberdade - AGRAVADO: Francisco David Benício dos Santos - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO FERNANDES CARNEIRO JÚNIOR (OAB 14022/AM) - Processo 0214392-43.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Fernando dos Santos Souza - Ante o exposto, DEFIRO a PRORROGAÇÃO da prisão domiciliar do sentenciado Fernando dos Santos Souza, mediante monitoramento eletrônico, pelo período de 120 dias, durante o qual o apenado deve continuar comparecendo ao setor psicossocial deste juízo e apresentando os comprovantes de tratamento médicos. Encaminhe-se a presente decisão, que vale como ofício, à SEAP. Cientifique-se o MP. Intimem-se.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0217104-74.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADA: ALAN RAMOS DE SOUSA - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de ALAN RAMOS DE SOUSA, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se

ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM) - Processo 0219842-06.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Janderson Garcia Santos - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: ÉRICA OLIVEIRA GOMES (OAB 11392/AM) - Processo 0220137-72.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Alan Araujo de Sousa - Assim, em harmonia com o Parecer Ministerial, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Alan Araujo de Sousa a partir de 09/11/2019, desde que mantido o bom comportamento carcerário, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0222530-33.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Janderson Freire Rodrigues - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: CAMILA LIMA DE SOUZA (OAB 9467/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0222697-50.2017.8.04.0001 (processo principal 0228098-40.2011.8.04.0001) - Agravo Interno Cível - Progressão de Regime - AGRAVANTE: Jaime José de Oliveira Costa Júnior - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que o recurso foi improvido, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0224783-91.2017.8.04.0001 (processo principal 0006973-73.2006.8.04.0001) - Agravo Interno Cível - Progressão de Regime - AGRAVADO: Raimundo Andrade Reis Filho - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0224976-14.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Erik Bruno Seixas de Oliveira - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 18/09/2019, com início às 09:00h, devendo o apenado Erik Bruno Seixas de Oliveira se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, no Complexo Penitenciário Anísio Jobim - COMPAJ - FECHADO, com meia hora de antecedência. Intime-se a Defesa.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0230058-84.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Crimes contra a Dignidade Sexual - APENADO: P.O.P.S. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Pedro Orlando Picanço de Souza.

ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0230127-19.2018.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Isaías Moreira Silva - Assim, CONCEDO PROGRESSÃO do regime fechado para o regime semiaberto em favor de Isaías Moreira Silva, até configurados os requisitos para novo benefício. Contudo, considerando as atuais condições do Complexo Penitenciário Anísio Jobim - Semiaberto, em atenção ao decidido no processo de n.º 0203049-84.2017.8.04.0001, e considerando o Censo Penitenciário

elaborado por este juízo, envolvendo os apenados do regime semiaberto desta capital, DEFIRO a aplicação de monitoramento eletrônico ao reeducando, devendo a SEAP disponibilizar a tornozeleira imediatamente. Após a instalação, deverá o apenado comparecer, em até 30 (trinta) dias, ao Setor Psicossocial da VEP para participar do censo penitenciário, ocasião em que deverá apresentar comprovante de residência e justificar de suas atividades (trabalho e/ou estudo), sob pena de revogação do benefício. DAS CONDIÇÕES DO MONITORAMENTO ELETRÔNICO 1) O reeducando deverá permanecer em sua residência no período de 22h às 06h, durante a semana (segunda a sexta-feira), estando autorizado a locomover-se no perímetro urbano exclusivamente para comparecer ao local de trabalho, estudo ou tratamento de saúde, cujos endereços deverão ser informados a Central de Monitoramento - não podendo o reeducando aproveitar tal período para resolver assuntos particulares em outros endereços. Aos fins de semana, dias de folga e feriados, deve o reeducando recolher-se integralmente em sua residência; 2) Após o horário de recolhimento, é vedada a ausência do reeducando ao endereço cadastrado como sendo de sua residência, exceto em hipóteses devidamente justificadas ou em situação de caso fortuito/força maior, devendo comunicar o fato, imediatamente, à Central de Operação e Controle do Sistema Penitenciário, sob pena de revogação do benefício e configuração de falta grave; 3) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial, bem como não se ausentar da Comarca de Manaus, devendo permanecer nos locais e horários previamente autorizados por este Juízo, sob pena de configuração de falta grave; 4) Atender com rapidez as intimações das autoridades judiciárias e do sistema penitenciário, bem como fornecer todas as informações requisitadas pelos órgãos de fiscalização, além de transitar portando documento de identidade e cópia desta decisão para exibi-los quando solicitado; 5) Não portar qualquer espécie de arma (arma de fogo, arma branca, canivete, estilete etc.); 6) Não ingerir bebida alcoólica ou fazer uso de qualquer espécie de substância entorpecente; 7) Não se envolver em qualquer tipo de infração penal (crime ou contravenção); 8) No caso de dano, perda, violação e/ou inutilização do equipamento de monitoração, ficará obrigado à reparação do prejuízo, bem como poderá ser processado criminalmente pelo crime de dano ao patrimônio público. Fica o Reeducando advertido de que o descumprimento das condições impostas implicará na revogação do benefício, sem prejuízo de caracterizar falta grave, bem como que a concessão da presente autorização não significa que deixou cumprir a reprimenda imposta (atualmente no regime semiaberto, em condições diferenciadas). Noutro giro, determino que, em caso de não haver equipamento de monitoração eletrônica disponível para instalação quando do comparecimento do apenado, deve a SEAP colocá-lo em liberdade, salvo se por outro motivo estiver recluso, e fornecê-lo Termo de Comparecimento, respaldando o apenado acerca do comparecimento e cientificando-o de nova data para instalação do equipamento, devendo a SEAP também comunicar essa situação a esta Vara de Execução Penal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Intimem-se. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO.

ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM) - Processo 0232245-07.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Cleberson da Silva Pereira - Nos termos do art. 112, §1º, da Lei de Execução Penal, DETERMINO vista dos autos ao Ministério Público e à Defesa constituída para que, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se sobre o teor dos documentos de fls. 280/283 e eventual direito de progressão do apenado. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: SULAMITA BRANDÃO DA ROCHA (OAB 4782/AM) - Processo 0241552-14.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0054606-22.2002.8.04.0001) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Paulo Roberto Marcelino de Castro.''vulgo''Paulão'' - Ante o exposto, DEFIRO A PRORROGAÇÃO DA PRISÃO DOMICILIAR do sentenciado PAULO ROBERTO MARCELINO DE CASTRO, mediante monitoramento eletrônico, pelo período de 60 (sessenta) dias, durante o qual o apenado deve realizar os exames e procedimentos médicos necessários, juntando aos autos a documentação médica comprobatória, conforme requerido pelo Ministério Público.

ADV: LEONARDO DA PENHA ALVES (OAB 13649/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES CAMPOS (OAB 12150/AM) - Processo 0243031-52.2010.8.04.0001 (001.10.243031-5) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Antonio Marcos Pereira Capucho - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Antonio Marcos Pereira Capucho.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0245488-47.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Eduardo Matheus Xavier da Silva - Designo o dia 17/09/2019 às 08:30h para realização da audiência de justificação, na forma do art. 118, § 2º da LEP. Oficie-se à SEAP para que encaminhe as Certidões Carcerária, Disciplinar, Mapa Laboral e Síntese Educacional, se houver, referente ao Apenado Eduardo Matheus Xavier da Silva. Intime-se as partes no tocante a audiência designada.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0246445-82.2015.8.04.0001 (processo principal 0241023-97.2013.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Execução Penal - AGRAVADO: Manoel Paulo Sena Guedes Filho - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM) - Processo 0246603-40.2015.8.04.0001 (processo principal 0238780-54.2011.8.04.0001) - Agravo de Execução Penal - Execução Penal - AGRAVADO: Cristiano Cavalcante da Costa - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO DIAS PEDROSA FILHO (OAB 9559/AM) - Processo 0247097-70.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Ismael Lucio Sevalho Cavalcante - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 01/10/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado Ismael Lucio Sevalho Cavalcante se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0249798-38.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: M.S.F. - DESPACHO Considerando a manifestação da Defesa do apenado, determino seja colocado o presente processo sob sigilo. Determino ainda, ao apenado, que compareça ao COC para implantação do dispositivo eletrônico. Paute-se audiência de justificação.

ADV: RAIANY PRISCILA DE SOUZA FEIJO (OAB 12556/AM) - Processo 0249798-38.2012.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: M.S.F. - De ordem deste Juízo de Direito, informo que este juízo realizará audiência de justificação no dia 01/10/2019, com início às 08:30h, devendo o apenado Marcelo dos Santos Farias se apresentar ou ser apresentado, no caso de preso, na sala de audiências desta VEP, setor 04 do 4º andar do Forum Henoch Reis, com meia hora de antecedência. Intime-se Ministério Público e defesa.

ADV: SANDRA REGINA DOS SANTOS (OAB 3455/AM) - Processo 0249918-42.2016.8.04.0001 (processo principal 0221833-56.2010.8.04.0001) - Agravo Interno Cível - Execução Penal - AGRAVADO: José Valmir Silva de Oliveira - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM) - Processo 0252872-61.2016.8.04.0001 (processo principal 0250759-08.2014.8.04.0001) - Agravo Interno Cível - Pena Privativa de Liberdade - AGRAVADA: Maria Missilene de Oliveira - Intimem-se as partes do retorno dos autos ao juízo de origem. Após, considerando que houve a declaração da perda do objeto do recurso, dê-se baixa e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0254679-63.2009.8.04.0001 (001.09.254679-0) - Execução da Pena - APENADO: Silas Anderson Melo Carvalho - Assim, acompanhando o parecer ministerial, INDEFIRO o pedido de prisão domiciliar ao sentenciado

Alessandra Amazonas da Cunha (OAB 5780/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
ANNE CAROLINE DA SILVA MACEDO (OAB 8985/AM)
Camila Lima de Souza (OAB 9467/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Érica Oliveira Gomes (OAB 11392/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
Jayme Benchaya Marinho (OAB 4287/AM)
João Fernandes Carneiro Júnior (OAB 14022/AM)
Leonardo da Penha Alves (OAB 13649/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Otávio Dias Pedrosa Filho (OAB 9559/AM)
Raiany Priscila de Souza Feijo (OAB 12556/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rodrigo Rodrigues Campos (OAB 12150/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Rui Guilherme Modesto Borges (OAB 11829/AM)
Sandra Regina dos Santos (OAB 3455/AM)
Sulamita Brandão da Rocha (OAB 4782/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0318/2019

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAUJO FERNANDES (OAB 397A/RN), ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: ZACARIAS SANTOS DE SOUZA (OAB 7531/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0203526-44.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: José Nélio Trindade Caldas - Arnoldo Fonseca Paes - Inquirição - Audiência Data: 17/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM) - Processo 0214699-70.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: E.S.F. - D.S.M. - Assim, chamo o feito à ordem, o que significa propiciar nova oportunidade de requerimento de diligências e se deferir ou não, em ocasião posterior ao depoimento, o que foi requerido pela defesa dos acusados (fls. 721/729 e 730/737). O chamamento à ordem não significa invalidar qualquer ato praticado, mesmo o interrogatório, sendo possível que os réus sejam reinterrogados logo após o referido depoimento. Quanto às alegações de fls. 738/739, suscitando plágio por parte da outra defesa, também ocorre a necessidade de se ouvir a vítima previamente, ante a possibilidade de novo requerimento pelas partes, inclusive pelo Ministério Público, até porque foram apresentadas fora do prazo e não seriam recebidas ou acatadas por este Juízo, o que agora se torna possível. Portanto, determino a oitiva da vítima Ana Paula Barbosa Teixeira no dia 23 de outubro de 2019, às 11 horas, ato para qual deverão ser feitas as intimações e requisições necessárias. Intimem-se. Manaus-AM, 11 de setembro de 2019. Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM), ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM), ADV: MAURÍCIO FERNANDES DE ALMEIDA (OAB 7783/AM) - Processo 0214699-70.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: E.S.F. - D.S.M. - Inquirição - Audiência Data: 23/10/2019 Hora 11:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0218866-67.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: José Carlos de Oliveira Assunção - Ulissis Brasil Cavalier - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade dos acusados José Carlos de Oliveira Assunção, ora ex-cabo, e Ulisses Brasil Cavalier, soldado, ambos da Polícia Militar do Amazonas, o que faço com base no artigo 123, IV, combinado com o artigo 125, inciso VI, todos do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva. P. R. I. Comunique-se.

ADV: CARLEN KRYISLEN KAWAMURA FELIPE (OAB 7929/AM) - Processo 0226758-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - RÉU: Wilson Martins de Araujo - Existem pendências nos autos, os quais tramitam morosamente. Para prosseguimento no feito, observo que há uma exceção de suspeição, mas relativa a um Conselho Especial que não se formou plenamente, dada a impossibilidade de um dos membros do Conselho, ao qual já se deu substituto. Entretanto, existe informação nos autos de que o acusado passou para a reserva remunerada (fls. 251/252), o que tornaria sem objeto a exceção, desde que possa ser fundamentado o entendimento de o militar da reserva do mais alto posto ser julgado por coronéis da ativa, o que já foi defendido pelo Ministério Público em outros feitos.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0230250-27.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: José Maria Dias de Souza - Gilson Melo da Silva - Alcinelson Fonseca da Costa - Pelo exposto, declaro extinta a punibilidade dos acusados José Maria Dias de Souza, ora sargento, Gilson Melo da Silva, ora cabo, e Alcinelson Fonseca da Costa, soldado, todos da Polícia Militar do Amazonas, relativamente ao crime do artigo 209, caput, do Código Penal Militar, ante a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, o que faço com base no artigo 123, inciso IV, combinado com o artigo 125, inciso VI, todos do referido Código. P. R. I. Comunique-se.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A356/AM) - Processo 0611460-90.2013.8.04.0001 - Petição Cível - Reintegração - REQUERENTE: Gilmar Lima da Silva - Logo, nada mais resta a este Juízo senão homologar os cálculos apresentados pelo Estado do Amazonas (fls. 531/533), como efetivamente faço, à concordância das partes, determinando a expedição de ofício ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para a expedição de precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituição Federal, de acordo com o artigo 535, § 3º, I, do Código de Processo Civil. P. R. I Manaus-AM, 29 de agosto de 2019 Alcides Carvalho Vieira Filho Juiz de Direito da Auditoria Militar

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: FRANK JACOB JUNIOR (OAB 9657/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0627050-97.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Moises Chaves da Silva - Andrews Silva de Medeiros - Inquirição - Audiência Data: 19/09/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A356/AM)
Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB 7929/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Frank Jacob Junior (OAB 9657/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maurício Fernandes de Almeida (OAB 7783/AM)
Nieli Nascimento Araujo Fernandes (OAB 397A/RN)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Zacarias Santos de Souza (OAB 7531/AM)

VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES
JUIZ(A) DE DIREITO ALEXANDRE LOPES LASMAR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CARMEN MARIA TEXEIRA MANCILHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM), ADV: JANO DE SOUZA MELLO (OAB 4587/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM) - Processo 0010101-59.1992.8.04.0012 (012.92.010101-3) - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Maria de Nazareth Santos da Rocha(falecida) e outro - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: LUIZ FELIPE MEIRELES LOIO (OAB 19693/PA), ADV: LUÍS NAZARÉ CRUZ DA SILVA (OAB 3668/AM), ADV: FRANCISCO CLOACIR CHAVES FIGUEIRA (OAB 2501/AM), ADV: AYRTON DE SENA GENTIL NETO (OAB 12521/AM), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM), ADV: DANTE GLAUS ROCHA DE CASTRO (OAB 002.686/AM) - Processo 0026482-24.2005.8.04.0001 (001.05.026482-7) - Restauração de Autos - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lucia de Fatima Loio Loureiro e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 1.314 - 1º e 2º parágrafos). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO (OAB 381/AM), ADV: JURANDIR ALMEIDA DE TOLEDO. (OAB 000.381/AM), ADV: DAVID AMORIM TOLEDO (OAB 003.474/AM) - Processo 0043490-77.2006.8.04.0001 (001.06.043490-3) - Sobrepartilha - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ednir Mello Gonçalves - DESPACHO Considerando a desistência no que tange à renúncia/cessão de direitos hereditários, conforme noticiado às fls. 123/124, intime-se a inventariante para apresentar Plano de Partilha amigável quanto ao bem ora sobrepartilhado no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: ANA VANDA UCHÔA IZEL PERES (OAB 2318/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0204027-37.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Loyane Luisa Ferreira Neves e outro - Certifique-se conforme requerido pelo Parquet em fl. 274. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LINDONOR FERREIRA DE MELO SANTOS (OAB 6710/AM) - Processo 0209819-11.2008.8.04.0001 (001.08.209819-1) - Inventário - Inventário e Partilha - INDICIANTE: Ministério Público Federal - REQUERENTE: Indira Morales Pachon - Em cumprimento ao determinado pelo Egrégio Tribunal de Justiça no acórdão de fls. 586/598 dos autos, DETERMINO o desmembramento dos presentes autos a partir da fl. 441, devendo ser autuado em processo autônomo de inventário e partilha de bens, com nova numeração e cadastro das partes e seus procuradores. À Escrivania para as providências cabíveis. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: RENAN TAKETOMI DE MAGALHÃES (OAB 8739/AM), ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM), ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM), ADV: JOAO PAULO FERNANDES DE CARVALHO (OAB 26930/DF) - Processo 0210099-40.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sidney Patrick de Souza Pinto e outro - INVTARTE: Dosdie Gama Pinto-Inventariante do espólio Walter Oliva Pinto - REQUERIDA: Município de Manaus - MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA e outros - INTSSADA: Dosdie Gama Pinto e outros - Certifique-se acerca do decurso do prazo do despacho de fls. 995. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS VIEIRA QUEIROZ (OAB 2830/AM), ADV: ALEXADRE DA COSTA TOLENTINO (OAB 9348/AM) - Processo 0215259-36.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0630186-39.2018.8.04.0001) - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: M.L.P.G. - REQUERIDO: A.A.M.M. e outros - CERTIDÃO Processo n.°:0215259-36.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca das manifestações das fazendas publicas de fls. 71/73; 74/75 e 76/77. Manaus, 11 de setembro de 2019 Iêda Auxiliadora de L. Cabral P/Escrivã judicial

ADV: JANAYNA CASTRO DE VASCONCELOS (OAB 6078/AM) - Processo 0217338-37.2008.8.04.0001 (001.08.217338-0) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Nilma de Aguiar Pimentel - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 143, a parte autora foi intimada pessoalmente, conforme certidão de fls. 154, sem que até a presente data tenha se manifestado e conforme referida determinação, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCUS LEANDRO DE SOUZA ANDRADE (OAB 6928/AM), ADV: ARTHUR MENEZES CALDAS (OAB 7169/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: BRUNA SARINA DO NASCIMENTO MACIEL (OAB 10753/AM) - Processo 0219213-37.2011.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: N.C.M.C. - REQUERENTE: C.M.C. - C.M.C. e outros - Os Embargos de Declaração, diz a lei, têm como objetivo aclarar pontos obscuros, contraditórios ou omissos que eventualmente estejam presentes na decisão. No caso vertente, os embargos de declaração foram opostos de forma intempestiva, conforme restou certificado à fl. 592. Diante do exposto, e não conheço dos Embargos de Declaração porque não foram opostos em obediência ao disposto no art. 1.023 do Código de Processo Civil, isto é, foram opostos fora do prazo previsto em lei. Intimem-se. No mais, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0222192-88.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.R.A. - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ERIVAN OLIVEIRA PASSOS (OAB 7864/AM), ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: ANA VANDA UCHÔA IZEL PERES (OAB 2318/AM), ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON (OAB 751/AM), ADV: DANIELLE ARRUDA BENAYON (OAB 4996/AM) - Processo 0224867-05.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Soraia Lima de Almeida - REQUERIDO: Vinícius Moreira Almeida - Diante dos documentos de fls. 327/330, bem como a não oposição dos herdeiros (fls. 356), tendo em vista que o imóvel encontra-se em nome de terceiros, em consonância com o entendimento Ministerial de fls. 359, DEFIRO o pedido de exclusão deste do rol de bens ora inventariados. DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra o requerido no parecer supramencionado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EUDÉSIA LINS MAYER (OAB 2123/AM) - Processo 0226935-49.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.F.S. - DESPACHO INTIME-SE o Defensor Público que assiste a parte autora para cumprir o determinado no despacho de fl. 35 no prazo naquele assinalado. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM), ADV: CLÉUCIO DA SILVA OLIVEIRA (OAB 5060/AM) - Processo 0229909-25.2017.8.04.0001 (processo principal 0624554-66.2017.8.04.0001) - Impugnação ao Valor da Causa Cível - Inventário e Partilha - REQUERIDA: Maria da Gloria Rodrigues da Silva e outros - Trata-se de impugnação ao valor da causa. Cadastre-se no sistema todos os herdeiros e seus procuradores. Após, intime-se o inventariante para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Tudo cumprido, retornem os autos conclusos.

ADV: WALDEMAR QUEIROZ DA SILVA (OAB 4387/AM) - Processo 0231071-84.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: G.M.M.B. e outro - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 15/16. Prazo: 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Manaus, 09 de setembro de 2019.

ADV: 'CAROLINA MATOS CARVALHO - Processo 0237486-88.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: PRISCILA CARVALHO DE CASTRO - Este Juízo não pode simplesmente "desconsiderar" os termos de renúncia de fls. 74/76 dos autos e passar a considerar, em substituição, a escritura de cessão de direitos hereditários de fls. 79/80, como pretende a requerente no pedido de fl. 77/78, pois se tratam de atos formais nos quais foram respeitados todos os requisitos para sua constituição válida no ordenamento jurídico. Uma vez formalizada, a renúncia é irrevogável, irretratável e definitiva, não possuindo mais o herdeiro renunciante direito à herança. Nesta ordem de ideias, uma vez que os herdeiros já haviam renunciado ao seu direito hereditário às fls. 74/76 e não mais poderiam dispor do patrimônio hereditário, o documento firmado às fls. 79/80 não possui qualquer valor jurídico, pois ninguém pode ceder o que não mais possui, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido de fls. 77/78 dos autos. Não obstante, os termos de renúncia e a escritura pública de cessão produzem o mesmo efeito prático, uma vez que, ao renunciarem de seu direito hereditário, PATRÍCIA, MOISÉS e FRANKIMAR conferiram à sua irmã PRISCILA direito à integralidade da herança deixada por sua genitora, já que todos encontram-se na mesma classe hereditária de filhos da autora da herança. Assim, resta tão somente à requerente comprovar o pagamento dos tributos devidos e juntar as certidões das Fazendas Públicas para o encerramento da presente ação, providência que desde já determino, no prazo que estabeleço em 15 (quinze) dias para cumprimento, sob pena e arquivamento administrativo.

ADV: MARA LÚCIA ANTONY (OAB 598/AM), ADV: MICHEL MONTEIRO GIOIA (OAB 5288/AM), ADV: ALCIDES ANDRADE (OAB 6377/AM), ADV: CRISTIANE ANDRADE GIOIA (OAB 5775/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0242840-70.2011.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EMBARGANTE: R.S.T. - EMBARGADO: E.A.C.T.S. - REQUERIDA: D.V.S. - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos de inventário de nº 0208611-84.2011.8.04.0001. Intime-se a parte embargada para que apresente cópias legíveis dos documentos de fls. 60/61. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, diante do informado à fl. 48, item 3. Cumpra-se.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ (OAB 2587/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0245014-08.2018.8.04.0001 (processo principal 0020010-95.2010.8.04.0012) - Remoção de Inventariante - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Charles Jordam Vieira Nunes - REQUERIDO: FRANCISCO LUIZ QUEIROZ DE SOUZA - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar se pretende produzir alguma outra prova. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se.

ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: EPITÁCIO DA SILVA ALMEIDA (OAB 2960/AM) - Processo 0246074-65.2008.8.04.0001 (001.08.246074-5) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Odete Pinheiro Macena - Domingos Sávio Pinheiro Macena e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: ANTÔNIO CAVALCANTE DE ALBUQUERQUE JUNIOR (OAB 2992/AM) - Processo 0251474-84.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: A.R.P. e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 80, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: CRISTIANE PINHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 10687/AM), ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM), ADV: MARLÚCIA GUIMARÃES ALMEIDA (OAB 5280/AM) - Processo 0254117-83.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Edilton Alencar da Silva - DESPACHO Intime-se a herdeira Edilcy Silva para que se manifeste, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca da penhora no rosto dos autos de fl. 377. Diante do óbito de uma dos herdeiros no curso da demanda (fl. 367), DETERMINO a intimação do inventariante para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o endereço de citação dos sucessores do referido herdeiro (fl. 365), possibilitando o prosseguimento da demanda. Uma vez indicados, citem-se para que se manifestem acerca do presente, requerendo o que entenderem de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM), ADV: DOROTY WARTH (OAB 3218/RS), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: MARIA BERENICE GHIGNATTI WARTH (OAB 78029/RS) - Processo 0262596-36.2009.8.04.0001 (001.09.262596-8) - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Lenize Pontes Petry da Silva e outro - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos de habilitação de crédito de nº 0607891-81.2013.8.04.0001. Cadastrem-se todos os herdeiros e patronos habilitados perante o sistema. Quanto ao requerido às fls. 974/977, intimem-se os demais herdeiros para manifestação no prazo de 5 (cinco) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LINDAUREA LIRA BRANDÃO (OAB 5155/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0600471-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inventário e Partilha - EXEQUENTE: M.N.G. - REQUERENTE: M.L.G. e outros - INVTANTE: G.M.G. - EXECUTADA: M.J.G.G. - Trata-se de requerimento de cumprimento de sentença que não observa as prescrições do art. 524 do CPC e seguintes. Determinada a intimação da exequente para que o retificasse, esta pugnou, mais uma vez, pela intimação dos herdeiros para que efetivassem o pagamento do quinhão que alega lhe ser devido, cujo pedido já foi objeto de apreciação à fl. 374, bem como requereu a remessa dos autos à Contadoria para fins de atualização do valor a ser pago. Ocorre que o art. 524 do Código de Processo Civil, ao tratar do cumprimento definitivo de sentença, dispõe que: Art. 524. O requerimento previsto no art. 523 será instruído com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, devendo a petição conter: I - o nome completo, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente e do executado, observado o disposto no art. 319, §§ 1º a 3º ; II - o índice de correção monetária adotado; III - os juros aplicados e as respectivas taxas; IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados; V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso; VI - especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados; VII - indicação dos bens passíveis de

penhora, sempre que possível. Desta feita, após observar que o requerimento de fl. 376 não preenche nenhum dos requisitos legais acima mencionados, além de ser de competência da própria exequente a apresentação do demonstrativo discriminado e atualizado do alegado crédito, INDEFIRO o cumprimento de sentença e DETERMINO o arquivamento dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0600510-46.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vinicius Samuel Carvalho Salignac - Matheus Alvim Carvalho Salignac Andre - Gabriel Lucas Carvalho Salignac Andre - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: EDMILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 3185/AM), ADV: THIAGO DE PAULA ANDRADE MIRANDA (OAB 7850/AM), ADV: JARDEL BANDEIRA E SILVA (OAB 13424/AM), ADV: SARAH NADJAH RACHEL WELDJA AMORIM DE ANDRADE FERREIRA E MIRANDA (OAB 13169/AM) - Processo 0601348-52.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonia Luciana Marques Pimentel - REQUERIDO: Erik Williams Miki Alves (menor) representando por Raimunda da Silva Alves e outro - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: RUBENS EDMAR VERONEZZI (OAB 4259/AM) - Processo 0601552-38.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Reis dos Santos - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar certidão atualizada de dependentes habilitados perante a Previdência em nome do falecido, sob pena de extinção. Após, oficie-se, conforme requerido à fl. 55. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0601693-91.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: L.M.C. - REQUERIDO: A.V.A.C. e outro - INTSSADA: D.A.S. e outro - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM), ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0604093-10.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: I.M.S. e outro - DESPACHO Autue-se em apenso aos autos de inventário de nº 0617271-26.2016.8.04.0001. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WILLIAM SAMI RAMOS (OAB 8149/AM) - Processo 0604905-81.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Izete de Souza Castro - Ante o certificado , DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: TAMYRES KUTCHMA DE ALBUQUERQUE (OAB 13658/AM), ADV: CATARINA PONTES TORRES (OAB 13503/AM) - Processo 0605066-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alex Monteiro Pinheiro - Elessandro Monteiro Pinheiro - Douglas Pinheiro Batista - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: ALESSANDRE COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7655/AM) - Processo 0607581-65.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria do Céu Araújo da Costa - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: KARLA GOMES LEITE (OAB 6387/AM), ADV: ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO (OAB 14599/PA), ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM) - Processo 0608584-65.2013.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERIDO: Consórcio Nacional Volkswagem Ltda. e outros - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 221). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: RENATO PEREIRA DOS SANTOS (OAB 370213SP) - Processo 0608934-43.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Rafael Fernando Garcez Vieira Frederico e outros - DESPACHO Em análise à certidão de dependentes de fl. 27, verifiquei que somente a viúva encontra-se habilitada como dependente do falecido perante a Previdência. No entanto, observo que o despacho de fl. 24 não foi adequadamente cumprido, uma vez que a parte autora não procedeu à emenda necessária, a fim de que somente a dependente conste do polo ativo da demanda, excluindo-se os demais autores, considerando o que dispõe a Lei 6858/80 em seu art. 1º. Considerando o exposto, concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para tanto, sob pena de indeferimento. Cumprido o determinado, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: VILLENEUVE TAVARES DOS SANTOS (OAB 9756/AM), ADV: EDUARDO KARAM SANTOS DE MORAES (OAB 9385/AM), ADV: ALAIR RODRIGUES FREIRE (OAB 9548/AM) - Processo 0610161-73.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: R.J.S. - Em análise aos autos, observo que se trata de Ação de Alvará Judicial objetivando o saque de valores correspondentes ao FGTS do alimentante, conforme alegado pelo autor. Desta feita, verifico que não obstante o teor da decisão de fls. 66 o caso em comento não encontra previsão no rol de competências deste Juízo de Sucessões, porquanto não se relaciona ao previsto na Lei 6858/80 e Decreto nº 85.845/81. Em contrapartida, observo que a demanda envolve valores de natureza alimentar decorrente de relação familiar, sendo, a meu ver, da competência de um dos Juízos de Família, in casu, daquele que primeiro a conheceu. Diante do exposto, a fim de evitar indesejável conflito, DECLINO da competência para processar e julgar a presente ação em favor da 1ª Vara de Família desta Capital para onde os presentes autos devem ser redistribuídos. Caso não seja este o entendimento do referido Juízo, SUSCITO, desde já CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA a ser dirimido pelo E. Tribunal de Justiça do Amazonas. Cumpra-se, observadas as cautelas de estilo.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM) - Processo 0610260-77.2015.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: MARIA DAMIANA CUNHA COELHO - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: HERMES PONTES LIMA JUNIOR (OAB 13567/AM), ADV: LÍVIA ROCHA BRITO (OAB 6474/AM), ADV: BRUNO VIEIRA DA ROCHA BARBIRATO (OAB 6975/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: LÍVIA MARIA

ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0610659-04.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Márcia Chicre Quemel - Patricia Chicre Bandeira de Melo - Maria Luiza Chicre Vieira - Maria de Nazareth Chicre Gonzalez - Maria Auxiliadora Bandeira de Melo Cavalcante - Valéria Chicre Quemel Andrade - Jamile Antonio Chicre de Barros Oliveira - Fabíola Bandeira de Melo Boscá - Edmee Cardoso Vasconcelos - Débora Bandeira de Melo Boscá - Antonio Chicre Neto - INVTANTE: Mary Conceição Barros Oliveira de Borborema - REQUERIDO: José Herculano Bandeira de Melo e outros - DESPACHO Considerando a renúncia ao cargo pela inventariante nomeada, NOMEIO à inventariança a pessoa indicada pelos herdeiros, qual seja, a Sra. MARIA AUXILIADORA BANDEIRA DE MELO CAVALCANTE, independentemente de termo. Intime-se a inventariante nomeada para prestar Únicas Declarações e Plano de Partilha Amigável, consoante dispõe o art. 620 do CPC, no prazo de 20 (vinte) dias, devendo proceder à qualificação completa e individualizada da falecida, herdeiros e acervo hereditário, bem como deverá manifestar-se acerca dos ofícios recentemente recebidos (fls. 446/475, 478/505 e 507/508). Alternativamente, poderá, em igual prazo, ratificar os já apresentados pela inventariante anterior. Após, citem-se os herdeiros não representados pelos mesmos patronos constituídos pela inventariante e demais herdeiros habilitados para que se manifestem no prazo de 15 (quinze) dias acerca das Declarações e Plano de Partilha apresentados/ratificados. Condiciono a expedição das cartas de citação à comprovação do recolhimento das despesas dos atos pela inventariante no prazo de 5 (cinco) dias, conforme dispõe a Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM) - Processo 0611131-73.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Renata Alves Soares - REQUERENTE: Nicolas Alves Soares - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 51, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM), ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 488-A/RR) - Processo 0611292-15.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ruan Carlos Santos de Paula - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: MAURÍCIO VITORINO SOLIMÕES NETO (OAB 10513/AM) - Processo 0611597-96.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.B.S.A. - Diante do certificado e tendo em vista que a demanda encontra-se sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos..

ADV: SUZANA IDA LACERDA VALENTE MATOS (OAB 12551/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: ALBERT VALENTE MATOS (OAB 9303/AM) - Processo 0611659-10.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO MEDEIROS CORDEIRO - REQUERIDA: Maria Elaine Cordeiro Souza e outros - DESPACHO Retifique-se o valor atribuído à causa perante o sistema, consoante avaliação do patrimônio transferido pela SEFAZ-AM (fl. 273). Após, retifique-se o alvará judicial expedido para pagamento das custas processuais (fl. 276), cancelando o anterior. Cumpra-se.

ADV: CELIANA ASSEN FÉLIX (OAB 6727/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0612535-91.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: Ruyvana de Oliveira de Meneses - REQUERENTE: M.O.A, menor rep. por sua genitora Samya Venassa Oliveira - REQUERIDA: Ana Talge Lyra Abrahim e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM) - Processo 0612687-13.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: IDALINA ALES SOARES - À secretaria para cumprir o lhe cabe no despacho de fls. 113, no que se refere à citação dos herdeiros. DEFIRO o pedido de dilação de prazo de fls. 127. Prazo: 5 (cinco) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0612777-16.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Ingrid Luana Santos Borges - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM) - Processo 0612966-91.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alice Farias Costa - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0612976-38.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTARTE: M.E.M.R. - Diante da manifestação de fls. 52/53, SUSPENDO os presentes autos por 180 (cento e oitenta dias) no aguardo do julgamento em definitivo a Ação de Reconhecimento de Paternidade Socioafetiva, com fulcro no art. 313, V, a, do CPC. Havendo manifestação, retornem os autos. Cumpra-se.

ADV: WALTER NEY RODRIGUES REZENDE (OAB 8700/AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: OMAR ANTÔNIO LIMA SALUM JÚNIOR (OAB 4295/AM), ADV: RICARDO ALMEIDA (OAB 4884/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: ANA PAULA CARDEAL CLOS (OAB 6939/AM) - Processo 0614208-85.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631541-89.2015.8.04.0001) - Habilitação de Crédito - Classificação de créditos - REQUERENTE: Robson da Costa Silva - REQUERIDO: João Cordeiro Tavares Filho e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: JOSÉ BEZERRA DE ARAÚJO (OAB 4871/AM) - Processo 0614216-96.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: D.K.A.S. - Acolho a promoção ministerial ao passo em que DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra o requerido pelo Parquet no parecer de fls. 87. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO PEREIRA GARCIA DOS SANTOS (OAB 4850/AM), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM), ADV: KHATRYANNA KHETLEN ALBUQUERQUE PIRES (OAB 14041/AM), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0615997-90.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Kellyn de Lima Meert - REQUERENTE: Luciana Cavalcante da Silva e outros - REQUERIDA: Município de Manaus - Estado do Amazonas e outros - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: MANOEL DE SOUZA FILHO (OAB 6731/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM) - Processo 0616240-05.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: JUCELIA GUEDES MORAES - Oficie-se, na forma requerida na fl. 67/68. Condiciono a expedição do ofício ao recolhimento das custas do ato no prazo de 5 (cinco) dias, conforme dispõe a Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumpra-se.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM) - Processo 0616561-98.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Francisca de Sousa Pedrosa - DEFIRO a emenda à exordial. Atualize-se o cadastro processual dos interessados perante o sistema. Encaminhem-se os autos para consulta via BACENJUD acerca da existência de saldos bancários deixados pelo falecido, o qual era inscrito no CPF nº 214.735.602-68, indicado à fl. 3. INDEFIRO o pedido de levantamento de eventual saldo decorrente de seguro de vida contratado pelo de cujus, com fulcro no art. 794 do CC, considerando que se trata de questão estranha ao direito sucessório, sendo competente o juízo da vara cível para apreciar e julgar aludido pedido.

ADV: IZABEL CRISTINA CIPRIANO DE ANDRADE (OAB 6737/AM) - Processo 0616582-74.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Josileia Salvador da Silva - REQUERENTE: Marcelo da Silva Bezerra e outro - Trata-se de Ação de Alvará em que pretende a parte autora autorização judicial para levantamento de quantia depositada em conta bancária de titularidade do (a) falecido (a). De acordo com o art. 2º da Lei nº 6.858/80, podem, por meio da Ação de Alvará, ser levantados os valores depositados em contas da pessoa falecida, desde que não hajam outros bens sujeitos ao inventário e ainda quando os valores não sejam superiores à 500 OTN. Sabe-se, todavia, que a Obrigação do Tesouro Nacional - OTN foi extinta, o que não quer dizer que a limitação imposta pelo mencionado art. 2º tenha deixado de existir. De forma que a doutrina vem firmando o entendimento de fixação desse valor em R$20.000,00 (vinte mil reais). No caso em apreço, conforme comprovante de existência do saldo constante das fls. 42/43 o valor pretendido excede em muito o limite imposto pela norma, razão pela qual fica este juízo impossibilitado de deferir o pedido constante na exordial, tendo em vista estar o objeto pretendido sujeito ao procedimento do inventário. Nesse sentido: TJPB-009821) APELAÇÃO CÍVEL. SALDO EM CONTA BANCÁRIA PERTENCENTE AO "DE CUJUS". LEVANTAMENTO REQUERIDO PELA VIÚVA. VALOR QUE ULTRAPASSA 500 (QUINHENTAS) OTN. IMPOSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 2º DA LEI 6.858/80. INEXISTÊNCIA DE BENS A INVENTARIAR. NÃO COMPROVAÇÃO. NECESSIDADE DE INVENTÁRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO RECURSO. Descabe a expedição de alvará judicial com o fim de liberar valores em favor do de cujus em conta bancária quando o valor excede o valor de 500 (quinhentas) OTN, inteligência do art. 2º da Lei 6.858/80. Inadequação da via eleita. Inexistindo um dos pressupostos da ação, o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, conforme leciona o art. 267, VI. (Apelação Cível nº 200.2010.023133-7/001, 4ª Câmara Cível do TJPB, Rel. João Alves da Silva. unânime, DJe 20.01.2012). (Grifei) Dessa forma, entendendo serem os ritos do inventário e da ação de alvará absolutamente incompatíveis CHAMO O PROCESSO À ORDEM e DETERMINO a intimação dos requerentes para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o feito prossiga como inventário. Poderão, em igual oportunidade, optar pela adoção do rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes quanto à partilha, ou de Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), desde que o valor dos bens não supere o limite estabelecido pela lei, ainda que a partilha não seja consensual ou haja interesses de incapazes (art. 665 do CPC). Faculto, ainda, o prosseguimento pela via administrativa, por meio de inventário extrajudicial, perante os Cartórios, conforme autoriza o art. 610, §1º do CPC, em sendo aplicável. Após a emenda, retornem os autos conclusos para apreciação do pedido de alvará formulado à fl. 49.

ADV: GEIZA CELESTE FRAZÃO ARAÚJO LINS (OAB 4694/AM), ADV: BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM) - Processo 0617024-40.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento - REQUERENTE: A.G.S. - R.G.S. - Trata-se de procedimento de inventário na forma de arrolamento sumário, no qual os herdeiros, de comum acordo, apresentaram a forma de divisão do patrimônio hereditário. Houve a devida indicação do bem, assim como a quitação dos tributos pertinentes. As partes são maiores e capazes. É o relatório. DECIDO. Analisando os autos, verifica-se que a autora da herança deixou dois filhos, ora requerentes. A documentação comprova o óbito da autora da herança, bem como a relação de parentesco entre esta e os herdeiros e o recolhimento do ITCMD - CAUSA MORTIS. Em razão disso, e não se vislumbrando qualquer circunstância que a impossibilite, JULGO PROCEDENTE a presente ação para determinar a partilha dos bens deixados pela autora da herança entre seus dois filhos, ora requerentes, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada um deles. Custas na forma da lei, já pagas. Intimem-se via DJE. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado e expeçam-se os alvarás judiciais. Após, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição.

ADV: MARIA DA GLÓRIA AMAZONAS CAVALCANTI (OAB 615/AM) - Processo 0618729-73.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Giulia Mariana Guimarães Rodrigues - REPTANTE: Mariana de Freitas Guimarães - DESPACHO Certifique-se acerca do requerido pelo Parquet. Cumpra-se.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0618780-21.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria do Socorro Barroso e outros - REQUERIDO: Banco Bradesco - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 1923/AM) - Processo 0618954-93.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Nilce Ramos - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ROSEMEIRE SIMÕES DE ALMEIDA (OAB 3558/AM), ADV: WILSON JOSÉ DA SILVA CUNHA (OAB 3479/AM) - Processo 0619138-25.2014.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.M.M. - I.M.N. - A.M.M. - E.M.D. - L.M.M.M. - R.M.C. - R.M.S. - F.J.M.S. - R.M.S. - L.L.C. e outros - Diante da manifestação de fls. 194/195, renovo o prazo de 15 (quinze) dias para que a inventariante junte aos autos o comprovante de recolhimento do ITCMD, acompanhado da sua respectiva memória de cálculo. Após, tudo cumprido, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se.

ADV: PAULO CEZAR KRICHANÃ DA SILVA (OAB 8494/AM) - Processo 0620024-87.2015.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.P.K. e outro - Cumpram-se integralmente todas as determinações judiciais anteriores (fl. 124). Somente após retornem os autos conclusos.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0620392-57.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maychon Rosemberg Silva e Silva - A lei nº. 6.858/80, em seu art. 1º determina que os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. Equipara aos valores indicados no artigo acima transcrito as restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, os saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. Compulsado os autos, verifico que o objeto da presente ação é diverso do que pretende a lei do Alvará Judicial. É de se observar que a ação de alvará judicial possui, na forma da lei nº 6.858/80, o condão de

agilizar o procedimento de percepção de valores existentes em nome do de cujus por parte de seus herdeiros, não sendo possível utilizar a referida ação para objeto diverso deste, como é o caso concreto. Especialmente quando há bens sujeitos ao procedimento do inventário. Considerando-se a imprescindibilidade de abertura de inventário, CHAMO O PROCESSO À ORDEM e DETERMINO a intimação do requerente para, querendo, emendar a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de que o feito prossiga como inventário. Poderá, em igual oportunidade, optar pela adoção do rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes quanto à partilha, ou de Arrolamento Comum (art. 664 do CPC), desde que o valor dos bens não supere o limite estabelecido pela lei, ainda que a partilha não seja consensual ou haja interesses de incapazes (art. 665 do CPC) Faculto, ainda, o prosseguimento pela via administrativa, por meio de inventário extrajudicial, perante os Cartórios, conforme autoriza o art. 610, §1º do CPC, em sendo aplicável.

ADV: JOSÉ ELIAS BALBI (OAB 1846/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0620992-15.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: José Elias Balbi - Considerando que foram atendidas todas as exigências constantes nos artigos 659/663 do CPC, ADJUDICO em favor de José Elias Balbi, os bens deixados em razão do falecimento de sua genitora LUCÍOLA JOSÉ BALBI, conforme termos da inicial. Tendo em vista que acolhimento do pedido de jurisdição voluntária implica à renúncia tácita ao direito de recorrer (artigo 1.000 do CPC), certifique-se desde já o trânsito em julgado da sentença e expeça-se o competente formal de partilha em prol do herdeiro acima nominado. Custas pagas. Tudo cumprido, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM) - Processo 0621654-42.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Alda Mendes de Moura - DESPACHO Intime-se a inventariante para apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, a certidão de óbito do genitor do de cujus, considerando que afirma ser a única herdeira de seu filho, oportunidade em que deverá, se assim desejar, ratificar o interesse na pesquisa de automóveis deixados pelo falecido via RENAJUD, conforme requerido na exordial. Apresentado o documento e ratificado o interesse na pesquisa, encaminhem-se os autos para providências via RENAJUD para consulta de veículos deixados pelo falecido, conforme CPF nº 136.253.492-72, indicado à fl. 02 e despacho de fl. 24. Não havendo interesse e apresentada a documentação ora determinada, certifique-se do pagamento do Imposto de Transmissão de Bens ou Direitos - Causa Mortis; certifique-se do pagamento das custas processuais ou o deferimento da gratuidade da justiça; certifique-se da juntada das certidões negativas das fazendas públicas; certifique-se da juntada dos registros dos imóveis, CRLV de veículos e comprovações de saldos, caso componham o acervo hereditário. Após, caso a documentação já esteja nos autos, retornem os mesmos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DA SILVA (OAB 1923/AM) - Processo 0621686-47.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria do Carmo Cruz Travassos - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM), ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM) - Processo 0622021-66.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Cristiana Malheiros de Souza Cruz e outros - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a resposta do BACENJUD no prazo de 05 (cinco) dias. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA AVILA (OAB 4086/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM), ADV: VICTOR CEOLIN FROTA (OAB 7994/AM) - Processo 0622051-09.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: S.C.F. e outros - REQUERIDO: V.C.B.F. - G.S.F. e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 518, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0622114-63.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Petição de Herança - REQUERENTE: Daniela Carolina de Araujo Silva - James de Oliveira Silva - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: EDUIGES SECAFI DA SILVA CAIADO (OAB 11937/AM), ADV: CRISTIANE IYOKO CARMINÉ OKAWA (OAB 7317/AM) - Processo 0624179-31.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: G.G.R. - J.G.R. - E.C.P.G. - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GIORDANO CEZAR SALGADO BOAVENTURA (OAB 11685/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: RAMAKRIS RANNIER DA SILVA ELESSONDRES (OAB 9755/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0624285-27.2017.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Nelcy Celany Bandeira e outros - REQUERIDA: Vivian Marjorie Braga Bandeira e outros - DESPACHO Oficie-se ao BRASILCAP para que informe o saldo deixado pelo falecido. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para consulta do saldo e do extrato bancário deixado pelo falecido a contar da data do óbito, isto é, em 08/05/2016. Observe-se o CPF nº º 009.467.532-53, indicado à fl. 2. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM) - Processo 0624365-30.2013.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: MARIA CELESTE MARQUES DA CUNHA - REQUERENTE: José Sergio da Silva Cunha - Jowilse Maria da Silva Cunha - Jocione Heraldo da Silva Cunha - Venethya Marques da Cunha Cardoso - Ítala Marques da Cunha Queiroz - JOCINALDO TADEU DA SILVA CUNHA - Maria do Perpétuo Socorro Belmont Cunha - JOÃO LEAL DA CUNHA JUNIOR - Jocimara Bezerra da Cunha - Átila Marques da Cunha - Vanuzia Cunha Dabella Dinelli e outro - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 590, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AFONSO RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (OAB 8455/AM), ADV: MARCUS JOSÉ QUEIROZ FERREIRA (OAB 9930/AM), ADV: KLELSON ALVES DA SILVA (OAB 10922/AM), ADV: RAYCLINGE LUIZ VIANA ROCHA (OAB 11245/AM) - Processo 0624758-47.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MALENE MARIA DE CASTRO PERDIGÃO e outro - REQUERIDO: DANIEL PINHEIRO TEIXEIRA GUEDES - PAULO GIOVANNI GUEDES - THIAGO GUEDES - Diante do teor da certidão de fl. 61 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do inventariante nomeado, bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0624785-25.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marlete da Silva Costa - DESPACHO Diante da averbação constante da certidão de óbito de fl. 12 e da inexistência de dependentes habilitados perante a Previdência em nome do falecido, concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para a emenda à exordial, a fim de que o polo ativo da demanda seja retificado, devendo neste constar os herdeiros do falecido, de acordo com a ordem estabelecida pelo art. 1829 do CC. Deverão acompanhar a emenda as cópias dos documentos pessoais e das procurações dos herdeiros, além da declaração de únicos herdeiros exigida à fl. 21, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA REGINA TORRES LOBÃO (OAB 10103/AM) - Processo 0625198-38.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Antonio Fatino Rodrigues Braz - DESPACHO DEFIRO a emenda à exordial de fl. 28. Atualize-se o cadastro processual dos interessados perante o sistema. Intime-se a parte autora para, no derradeiro prazo de 5 (cinco) dias, qualificar os herdeiros por representação da sucessora falecida, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM), ADV: PAULO ROBERTO GONÇALVES E SILVA (OAB 14444/AM), ADV: THIAGO CÂMARA (OAB 13966/AM) - Processo 0625753-55.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Jéssica Figueiredo da Silva - REQUERIDA: Regilene Amorim de Souza e outro - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0626251-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marília Pinto da Silva - DEFIRO a emenda à inicial de fls. 23. Retifique-se a classe processual pois trata-se de Ação de Alvará Judicial. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovação de existência do saldo pleiteado, bem como certidão do órgão previdenciário a que a falecida era vinculada, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Cumpra-se.

ADV: ARIOMAR NASÇON DE OLIVEIRA ALENCAR (OAB 2990/AM), ADV: ADALBERTO BARRETO ANTONY (OAB 2093/AM) - Processo 0626258-46.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Paloma Klissia Lima Elisario - Wesley Lima Elisaro - Steyce Crz Elisario - DESPACHO Analisando detidamente os autos, verifico que foram concedidos inicialmente à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita diante da declaração de que não está em condições de pagar as custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família. Ocorre que a simples declaração feita pelos interessados não é suficiente à manutenção dos benefícios da Gratuidade Judiciária concedidos de forma inicial, sendo necessária a efetiva comprovação da hipossuficiência econômica alegada, mormente quando há evidências que a parte/espólio possui capacidade de arcar com o pagamento das custas processuais, como é o caso vertente, inteligência do disposto no artigo 99, §2° do NCPC. Com efeito, a presunção que ressai da citada declaração não é absoluta, mas relativa (juris tantum) e a efetiva demonstração de debilidade financeira pelos interessados é providência necessária para a manutenção do benefício concedido inicialmente. No caso sob análise, verifico que não se faz presente qualquer documento comprobatório do estado de miserabilidade alegado, razão pela qual DETERMINO a intimação dos requerentes para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolherem as custas processuais, requererem a diligência que entenderem necessária ao pagamento ou comprovarem a sua hipossuficiência, sob pena de revogação da benesse concedida de forma inicial. Recolhidas as custas, retornem os autos conclusos para sentença; Do contrário, isto é, comprovada a hipossuficiência, retornem os autos conclusos para apreciação da manutenção dos benefícios da gratuidade da justiça. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM) - Processo 0626362-72.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Petição de Herança - REQUERENTE: Samira Correa Bitar - DESPACHO Com fulcro no art. 841 do CPC, DETERMINO a intimação pessoal da executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca do bloqueio efetivado via RENAJUD e para, querendo, oferecer defesa. Cumpra-se.

ADV: CARLOS DAVID MARTINS TOSTA (OAB 9223/AM) - Processo 0626378-89.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria das Graças Santana Barros - DESPACHO Considerando que a matéria versada na presente demanda é de cunho sucessório, DETERMINO a intimação da parte autora para ratificar o pedido de arquivamento formulado à fl. 48 no prazo de 5 (cinco). Cumpra-se.

ADV: CRISTILENE PINHEIRO DA SILVA (OAB 13118/AM), ADV: MONIQUE RODRIGUES LOPES (OAB 5550/AM) - Processo 0627628-02.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: SAMIR LEÃO E SILVA e outro - DESPACHO Ante a inércia do (a) inventariante, intimem-se os herdeiros habilitados para requererem o que entenderem de direito para fins de prosseguimento do inventário, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0628662-07.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Alexsandro Coelho de Souza - Ana Rosa Coelho de Sousa - Carlos Alberto Coelho de Sousa - Elizângela Coelho Noleto - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: CÉSAR AUGUSTO PEREIRA DA COSTA (OAB 10682/AM) - Processo 0629001-29.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria José Costa Lopes - DESPACHO Considerando o teor da certidão de dependentes de fl. 36, intime-se a parte autora para cumprir o integralmente determinado à fl. 29 no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: MARIETH DOS SANTOS MARQUES (OAB 5220/AM) - Processo 0630759-82.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Prudêncio de Souza Filho e outros - Diante da manifestação de fls. 142/143, DEFIRO o pedido de suspensão do presente feito por 30 (trinta) dias, a fim de que o inventariante regularize todas as pendências existentes. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0630877-19.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Genivalda Ferreira da Costa - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 30, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0631034-89.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: E.C.S. - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Diante da impossibilidade de adoção do rito do arrolamento sumário, uma vez que os herdeiros não são acordes, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da possibilidade de prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento comum, o qual pressupõe tão somente que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0631319-87.2016.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: SÉRGIO DA SILVA RIBEIRO - REQUERIDA: ELIONE CORDEIRO DE CARVALHO - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0631356-12.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Walmir da Silva Pinto - Amanda da Silva Pinto - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0631967-04.2015.8.04.0001 - Alvará Judicial - Levantamento de depósito - REQUERENTE: L.N.R. e outro - DESPACHO Ante o ofício recebido, CUMPRAM-SE as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia para o caso concreto. Somente após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8298/AM) - Processo 0632101-94.2016.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MENDONÇA DA SILVA - Diante da concordância dos herdeiros, inventariante e do Ministério Público, DEFIRO o pedido de alienação da caminhonete TOYOTA HILUX ano/modelo 2010/2010, cor prata, à Diesel (FL. 399/400), devendo o produto obtido com a alienação ser depositado em conta judicial vinculada ao inventário no prazo de 5 (cinco) dias contados da alienação. Expeça-se o alvará. Encaminhem-se os autos para providências via BACENJUD para a transferência do saldo bancário deixado pelo de cujus, conforme CPF nº 022.204.312-15, indicado à fl. 141, bem como OFICIE-SE à SEMINF para que proceda ao depósito do saldo indenizatório deixado pelo falecido em conta judicial vinculada ao presente inventário, possibilitando-se a partilha entre os herdeiros em momento processual oportuno. Quanto ao pedido de levantamento de valores e diante da retificação das Primeiras Declarações apresentadas, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação.

ADV: CAROLINE DANTAS DE ARAÚJO (OAB 6918/AM) - Processo 0632159-29.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Petição de Herança - REQUERENTE: E.B.L.M. - N.G.L.S. - F.H.L.S. - Autos n.º 0632159-29.2018.8.04.0001. EDITAL O Dr. Alexandre Lopes Lasmar, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Comum processo nº 0632159-29.2018.8.04.0001, em que são partes Narissa Gabriele Lima da Silva, F. H. L. da S. representado por Nilson Rocha da Silva, e Edson Breno de Lima Moreira, dos bens deixados pela falecida MARINETE PANTOJA DE LIMA, óbito ocorrido em 21.06.2018, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema. Nomeio E. B. DE L. M. Inventariante, independente de compromisso. ENCAMINHEM-SE os autos para providências via BACENJUD para consulta do saldo bancário deixado pela falecida, conforme CPF nº 604.891.972-72, indicado à fl. 29. Após a resposta, intime-se o inventariante para, no prazo de 20 dias, apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.Manaus, 16 de outubro de 2018. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 09 de setembro de 2019.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: REYNOLD SALES CALEFFI (OAB 9948/AM), ADV: ANA LÚCIA DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 10524/AM) - Processo 0632187-94.2018.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Iraci da Silva Repilla - REPTANTE: Renato da Silva Repilla - DESPACHO Oficie-se ao Banco Santander para que remeta os extratos bancários requisitados no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Cumpra-se.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: JOSIAS FERREIRA CAVALCANTE (OAB 3580/AM) - Processo 0632391-75.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.C.S. - H.S.N. - A.S.N. - M.S.N. - A.S.N. - M.A.S.N. - M.F.S.S. - DESPACHO Intime-se o inventariante para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias acerca do teor da manifestação do Procurador da Fazenda Pública Estadual de fls. 196/198. Cumpra-se.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM) - Processo 0633225-10.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Suzilane da Silva Barauna Araujo - DESPACHO DEFIRO a emenda à exordial de fls. 24/25. Atualize-se o cadastro processual perante o sistema. Intime-se a herdeira menor para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar procuração ad judicia, sob pena de indeferimento. Cumprido o determinado, oficie-se à Caixa Econômica Federal para que informe a existência de saldo de FGTS em nome do de cujus. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0633760-07.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: J.B.A.V. - DESPACHO Remeta-se o ofício de fl. 55. Após, aguarde-se a resposta. Cumpra-se.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM), ADV: RAKELLY MOURA FORTE (OAB 10637/AM), ADV: JULIANA DA SILVA SEREJO (OAB 3922/AM) - Processo 0634009-26.2015.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERIDA: IRACY ANDRADE CAVALCANTE - DESPACHO Ante a inércia do inventariante nomeado, intime-se a herdeira para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito para fins de prosseguimento do inventário, sob pena de arquivamento administrativo. Cumpra-se.

ADV: DHEYSON LOBO DA SILVA MIRANDA (OAB 10363/AM) - Processo 0634161-35.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Anthony Danillo Oliveira Paes - Julia de Oliveira da Silva - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: GABRIELA BARRETO LIMA DE CARVALHO (OAB 10244/AM) - Processo 0634325-97.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Mariana Silva Lima - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 18, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSNI AMARAL SANTANA (OAB 1959/AM), ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM) - Processo 0634517-64.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Joaquim Cavalcante Silva Junior e outros - REQUERIDO: Município de Manaus - Secretaria Municipal de Saúde Semsa e outro - CUMPRAM-SE as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia para o caso concreto. Somente após, retornem os autos conclusos.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0634831-73.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Eleonora Uchôa Barbosa - DESPACHO Concedo o derradeiro prazo de 5 (cinco) dias para cumprimento do determinado no 4º parágrafo do despacho de fl. 23, sob pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: CÉLIO ANTÔNIO SZLACHTA (OAB 6260/AM), ADV: FABÍOLA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 8980/AM) - Processo 0635036-15.2013.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - INVTANTE: L.A.C. - REQUERENTE: M.A.C. - A.A.C. - E.A.C. - F.A.C. - A.M.A.C. - E.A.C. - Diante do teor da certidão de fl. 221 e tendo em vista que a demanda encontra-se há bastante tempo sem manifestação de quaisquer dos herdeiros ou do (a) inventariante nomeado (a), bem como considerando a impossibilidade de extinção das ações de inventário sem que haja a partilha ou adjudicação de bens, arquive-se administrativamente. Havendo manifestação, retornem os autos conclusos.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0635112-29.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Edson Rafael Zerbinato Martins - Eduardo Zerbinato Martins - INVTANTE: Izolda Tezira Z Martins - ACOLHO a promoção ministerial ao passo em que nomeio inventariante a requerente, senhora Izolda Tezira Zerbinato Martins, a qual deverá prestar compromisso no prazo de 5 (cinco) dias. RECEBO a petição inicial como primeiras declarações por preencher os requisitos art. 620, CPC. Citem-se, após, o cônjuge ou o (a) companheiro (a) do falecido, os herdeiros e legatários, se for o caso, bem como intimem-se a Fazenda Pública e o Ministério Público, se houver interesse de incapaz ou ausente, e o testamenteiro, se houver testamento. Concluídas as citações, abra-se vista às partes, em cartório e pelo prazo comum de 15 (quinze) dias, para se manifestarem sobre as Primeiras Declarações, na forma do art. 627 do NCPC. Em havendo impugnações, abra-se o prazo de 15 (quinze) dias para a inventariante manifestar-se e, após, retornem os autos conclusos. Transcorrendo o prazo sem quaisquer impugnações de que trata o art. 627 do NCPC, intimem-se as Fazendas Públicas, na forma do art. 629 do NCPC, devendo estas se manifestarem sobre valores, no prazo de 15 (quinze) dias, e podendo, se deles discordar, juntar prova de cadastro ou atribuir valores, que poderão ser aceitos pelos interessados (art. 634 do NCPC), manifestando-se expressamente. Por fim, DETERMINO a intimação da inventariante para que, no prazo de 15 (quinze) dias, cumpra o requerido no item 5 da promoção ministerial de fls. 87. Cumpra-se.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM) - Processo 0635385-42.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Magnolia Rabelo de Albuquerque - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: TADEUZA BENTES DE ALMEIDA (OAB 8205/AM) - Processo 0635511-58.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Janilene Vieira Alves e outros - A declaração pura e simples da parte autora, conquanto seja a única exigência legal para autorizar o magistrado a fim de que decida em favor daquele que pede, não é prova inequívoca do que afirma na inicial, nem deixa obrigado o juiz a se curvar aos seus dizeres se de outras provas e circunstâncias ficar evidenciado que o conceito de necessitado que a parte invoca não é aquele que justifica a concessão do benefício pretendido. Cabe ao magistrado, livremente, fazer juízo de valor acerca do conceito NECESSITADO, deferindo ou não o benefício. No caso em tela, em que pesem os documentos recentemente apresentados (fls. 47/54), entendo que o espólio, da ordem de R$20.411,17 (vinte mil quatrocentos e onze reais e dezessete reais), conforme documento de fl. 19, possui liquidez e é capaz de suportar as custas do processo sem prejuízo ao sustento dos autores. Considerando-se o exposto, com fulcro no art. 796 do CPC, INDEFIRO o referido benefício. Isto posto, DETERMINO a intimação da parte autora para pagar as custas processuais ou requerer a diligência que entender de direito para tanto, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Intime-se via diário eletrônico

ADV: CELIO EDUARDO MACHADO (OAB 848AAM) - Processo 0635523-77.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: James Pascarelli Rebouças Junior - DESPACHO Intime-se a parte autora para cumprir o determinado na última parte do despacho de fl. 39 no prazo de 5 (cinco) dias, devendo apresentar, em igual prazo, efetiva comprovação da hipossuficiência, sob pena de revogação dos benefícios da gratuidade concedidos de forma inicial. Cumpra-se.

ADV: NARA NADIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9477/AM) - Processo 0636084-96.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Mauro Maia Barros - Por se tratar de matéria de interesse público, incabível a extinção do inventário judicial sem resolução de mérito pela desistência. Neste sentido: TJPE-0086963) CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. INVENTÁRIO E PARTILHA. MORTE DO INVENTARIANTE. EXTINÇÃO DO FEITO COM FULCRO NO ART. 267, IV, DO CPC. INDEVIDA. PRESENTES INTERESSES PÚBLICOS NA SOLUÇÃO DA AÇÃO. NECESSIDADE DE NOMEAÇÃO DE INVENTARIANTE E INTIMAÇÃO PESSOAL DOS HERDEIROS. PRECEDENTES. 1. Ação de Inventário e Partilha proposta pelo Ministério Público do Estado de Pernambuco. Nomeado herdeiro inventariante, que não deu regular andamento ao inventário, obteve-se posterior notícia de seu falecimento. 2. Incabível a extinção da ação em virtude da morte do inventariante, como realizado na sentença ora apelada, com fulcro no art. 267, IV, do CPC, devendo ser nomeado novo inventariante para dar continuidade ao inventário e partilha dos bens. 3. Dessa forma, presente interesse público na solução da ação, tal como o do Estado no recolhimento dos tributos, razão assiste ao apelante, devendo a sentença ser desconstituída com retorno dos autos ao juízo de origem para prosseguimento da ação. 4. Recurso a que se dá provimento. (Apelação nº 0000005-65.1987.8.17.1380 (337383-7), 1ª Câmara Cível do TJPE, Rel. Roberto da Silva Maia. j. 14.10.2014, unânime, Publ. 22.10.2014). TJRS-0230803) APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. SUCESSÃO. AÇÃO DE INVENTÁRIO. EXTINÇÃO. 1. Embora não tenha sido encontrado o inventariante no endereço informado na inicial, não poderia o feito ser extinto, nos termos do art. 267, III do CPC. 2. Tratando-se de ação de inventário, incabível a extinção do feito, sem a apreciação do mérito, por desídia do inventariante, por se tratar de interesse de terceiros, nos termos do art. 995, II do CPC. RECURSO PROVIDO. (Apelação Cível nº 70067114835, 7ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Liselena Schifino Robles Ribeiro. j. 16.11.2015, DJe 18.11.2015). A rigor, a extinção sem resolução de mérito do inventário judicial somente é possível caso os herdeiros, comprovadamente, promovam a partilha por meio de inventário extrajudicial. Isto posto, tendo em vista a ausência de interesse no prosseguimento do feito por parte dos herdeiros, não havendo interessados em sua prossecução e não dispondo este Juízo de inventariante judicial, DETERMINO o arquivamento administrativo do presente inventário até que haja manifestação dos herdeiros pelo seu prosseguimento.

ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM), ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES JÚNIOR (OAB 9958/AM) - Processo 0636251-55.2015.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimundo Pereira Amorim e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 171, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DEIVISON CARVALHO MOLINARI (OAB 14610/AM) - Processo 0636542-16.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Sthenia Raquel de Carvalho Barbosa - REQUERIDA: Dalva Maria Carvalho Barbosa - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. DEFIRO o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do NCPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema, caso equivocada. Nomeio a Requerente Inventariante, senhora Sthenia Raquel de Carvalho Barbosa, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome da falecida; 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM) - Processo 0636667-18.2018.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Izaura Maria Cruz dos Santos - Josias Cruz dos Santos - Quezia Hapuque dos Santos Ribeiro - INVTARTE: Izaumir Cruz dos Santos - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte

autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0636674-73.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Carlos Daniel Viana Paes - REPTANTE: Karina Almeida Viana - Defiro o pedido de dilação de prazo de fl. 45/46. Prazo: 20 dias. Cumpra-se. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM) - Processo 0636978-72.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Valeria Guerreiro Bezerril de Andrade - Não obstante os argumentos expostos pela parte autora, entendo que a matéria em questão ultrapassa a competência deste Juízo de Sucessões, já que não cabe a este Juízo suprir a ausência de constituição do condomínio. Em que pese o acima afirmado, entendo que os direitos aquisitivos que eram de titularidade do falecido genitor da requerente (fls. 23/24 - R. 20/30.762) foram devidamente adjudicados pela autora, o que foi efetivado pela finalização do inventário extrajudicial de fls. 8/12. Todavia, tal não se confunde com a partilha da unidade habitacional singularmente considerada (isto é, o apartamento em si), já que o de cujus possuía uma fração da propriedade como um todo, assim comos demais coproprietários, já que jamais o condomínio em que se situa o imóvel foi instituído, individualizando-se as frações ideais e unidades autônomas de cada um dos coproprietários. Nesta ordem de ideias, descabe a autorização judicial para o registro na forma pretendida, isto é, para averbação da unidade do apt. 304 singularmente considerada em nome da autora, uma vez que entendo que a questão condominial deve ser primeiramente resolvida, nada impedindo, todavia, que neste momento a autora proceda ao registro e posteriormente aliene exatamente o que adjudicou via inventário administrativo, isto é, os direitos que possuía o seu falecido pai sobre o imóvel considerando em sua totalidade, conforme documentação de fl. 23/24. Diante do exposto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 485, I do CPC. Sem custas. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: PATRÍCIA SENA PRAIA (OAB 8244/AM) - Processo 0637077-76.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: H.M.S.F. - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM), ADV: MÁRCIO CLEBSON DA SILVA COSTA (OAB 10116/AM) - Processo 0637095-34.2017.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Família - REQUERENTE: Z.M.C. - DESPACHO Diante da inexistência de título judicial relativamente à abertura, registro e cumprimento do testamento deixado pelo de cujus e sendo este imprescindível ao prosseguimento do feito, DETERMINO a SUSPENSÃO do inventário pelo prazo de 60 (sessenta) dias no aguardo de que a inventariante promova pela mencionada ação, sob pena de arquivamento administrativo. Transcorrendo o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: THIRSO DEL CORSO NETO (OAB 8359/AM), ADV: JAMISON BRASIL DO NASCIMENTO (OAB 10466/AM) - Processo 0637293-08.2016.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: J.I.G.A. e outro - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: IVAN WALLACE DA SILVA (OAB 8823/AM), ADV: ALEX SANDER DE ALMEIDA ALBQUERQUE (OAB 8971/AM), ADV: MAURO VERÇOZA FERREIRA (OAB 9079/AM) - Processo 0638377-10.2017.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Nazilde do Nascimento - REQUERIDO: Edilson Lima da Silva Filho - Erica Lima da Silva e outros - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 151, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCA CUMAPE GOMES (OAB 7238/AM) - Processo 0638586-08.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria das Dores Ribeiro Castro - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: REBECCA DE MOURA FERNANDES (OAB 10446/AM) - Processo 0638793-07.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Paula de Lima Dias Ferreira - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM) - Processo 0639937-16.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria Raimunda Nogueira Feitoza - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: HERRAZURIS NOGUEIRA DUARTE JÚNIOR (OAB 7790/AM) - Processo 0640862-80.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Kerolainy Menezes e Silva - Kerolen Bianca Menezes e Silva - Hercules da Costa Gadelha Neto - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 64, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENI ALVES TEIXEIRA LIMA (OAB 3910/AM) - Processo 0641324-37.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Adriano Ferreira da Silva - INDEFIRO os pedidos de reconsideração formulados às fls. 94 e 97 por entender corretas as decisões lançadas às fls. 91 e 94. Nesta ordem de ideias, DETERMINO o arquivamento dos autos, considerando o trânsito em julgado da sentença proferida (fl. 61), cabendo aos interessados promoverem pela ação que entenderem cabível para a restituição dos valores que alegam ter sido indevidamente repassados pela instituição bancária ao FAT, considerando as razões expostas da decisão de fl. 91. Cumpra-se.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM) - Processo 0641445-94.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Adriana da Silva Cruz - Diante da impossibilidade de adoção do rito do arrolamento sumário, uma vez que há herdeiro menor, ACOLHO a promoção ministerial e DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca da possibilidade de prosseguimento do feito pelo rito do arrolamento comum, o qual pressupõe tão somente que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO SARAIVA LIMA DOURADO (OAB 12741/AM), ADV: ANTÔNIO HILTON PEREIRA DOURADO (OAB 5330/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: FABRÍCIA ARRUDA MOREIRA AMAZONAS (OAB 5043/AM), ADV: LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM) - Processo 0641540-66.2015.8.04.0001 - Inventário - Levantamento de Valor - REQUERENTE: C.O.D. e outro - Autos n.º 0641540-66.2015.8.04.0001. EDITAL O Dr. Alexandre Lopes Lasmar, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Inventário processo nº 0641540-66.2015.8.04.0001, em que são partes Cristiane Oliveira Duarte e Juliardo Ferreira Duarte, dos bens deixados pelo falecido EDUARDO LOPES DUARTE, óbito ocorrido em 26.02.2015, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Recebo a emenda retro, para CONVERTER estes autos em Ação de Inventário, devendo a secretaria providenciar as retificações necessárias junto ao cadastro de classe, partes e representantes no SAJ/PG-5; Pois bem, neste inventário promovido por JULIARDO FERREIRA DUARTE e outro , em virtude do falecimento de seu genitor, Sr. Eduardo Lopes Duarte, em 26/02/2015 (fls. 11), e tendo em vista pedido constante na emenda de fls. 32/34, DEFIRO o seu processamento e NOMEIO JULIARDO FERREIRA DUARTE como inventariante, o(a) qual deverá prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias e, após, em de 20 (vinte) dias, apresentar as primeiras declarações (arts. 617, parágrafo único c/c art. 620, caput, do NCPC). 4. Apresentada as primeiras declarações, LAVRE-SE o termo circunstanciado nos moldes do art. 620 do NCPC. 5. Após a lavratura do termo, CITEM-SE o cônjuge/companheiro, os demais herdeiros e os legatários, por via postal, observando-se o disposto no art. 247 do NCPC. 6. PUBLIQUE-SE, ainda, o edital na forma do do inciso III do art. 259 do NCPC. 7. Verificada a ausência de citação do "item 5", RENOVEM-SE as diligências, a serem cumpridas por oficial de justiça, independente de despacho judicial. 8. Outrossim, INTIMEM-SE as Fazendas Públicas, bem como o Ministério Público, conforme dispõe o art. 626, § 4º do NCPC. CUMPRA-SE, observadas as formalidades legais. Manaus, 02 de junho de 2016. Vicente de Oliveira Rocha Pinheiro. Juiz de Direito" Manaus 09 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO MARQUES CASTRO (OAB 14134/AM) - Processo 0641797-52.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Helen Prado de Araújo - Em caso de inexistirem dependentes habilitados, conforme documento de fls. 15, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais da falecida, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada, no prazo de 15 (quinze) dias, declaração de próprio punho dos herdeiros da de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores da falecida, sob as penas da lei. Em igual prazo, deverá se manifestar acerca da certidão de fls. 17, requerendo o que entender de direito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0642301-58.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Marcus Vinicius Gonçalves Campos - Isto posto, achando-se o testamento perfeito em suas formalidades extrínsecas e intrínsecas, determino o seu regular registro e arquivamento, no cartório competente, remetendo-se cópia à repartição fiscal. NOMEIO testamenteiro o requerente, conforme era a vontade da autora da herança. Intime-se o testamenteiro nomeada para assinar, em 05 (cinco) dias, o termo da testamentária, fornecendo-lhe a competente cópia autêntica do testamento. Ciência ao Ministério Público. Sem custas. Deferida a gratuidade da justiça. Intimação via DJE. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, dando baixa na distribuição.

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0642656-68.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REPTANTE: Maria Socorro Carioca Bezerra - DESPACHO No entendimento deste Juízo, a escritura pública formalizada unilateralmente pela convivente não é suficiente, por si só, para comprovar a união estável mantida com o de cujus, sendo imprescindível para comprovar a legitimidade a apresentação de escritura pública formalizada por ambos ou a juntada de título judicial que tenha reconhecido a convivência. Diante do exposto DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento: A) retificar o polo ativo da demanda, excluindo a alegada convivente ante a ausência de comprovação da convivência ou; B) pugnar pela reserva do quinhão a que a alegada convivente faz jus até que seja apresentada prova suficiente da convivência ou; C) optar pela suspensão do feito até que seja comprovada a união estável. Cumpra-se.

ADV: MAURO DE SIQUEIRA QUEIROZ (OAB 2360/AM) - Processo 0643966-12.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Maria Feitoza da Silva - Petição protocolada equivocadamente como processo autônomo. Deverá a parte peticionar no processo ao qual se refere. Cancele-se a distribuição.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM), ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: ROSANA LÉA ANTONY FEITOZA (OAB 7867/AM) - Processo 0644073-27.2017.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Paula Caroline Martins Pedrosa - Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0644677-17.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Arlene Nascimento de Souza - Edilbert Nascimento de Souza - Adriele de Souza Bitencourt - DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir adequadamente o determinado à fl. 25, uma vez que a declaração apresentada à fl. 28 encontra-se não foi subscrita por todos os autores. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM) - Processo 0644832-20.2019.8.04.0001 - Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vânia Lúcia Hounsell de Barros - Joao Hounsell Neto - Autue-se em apenso ao processo nº 0219836-67.2012.8.04.0001. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Proceda-se ao cadastro das partes e patronos perante o sistema. Intime-se o inventariante para, no prazo de 15 (quinze) dias, defender-se e produzir provas. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM) - Processo 0645677-52.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Apolonias Francisco de Moraes - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 14, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0645767-60.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Matheus Campos Ferreira - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 09, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Por fim, no prazo

de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0645799-65.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Benedito Ferreira de Araujo Filho - Rubens de Araujo Guimaraes - Marcelo Rubens de Araujo - Elisangela de Araujo Balbino - INVTARTE: Matilde Rubens de Araujo - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 20, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. DETERMINO a intimação da requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias proceda ao recolhimento das custas do processo, sob pena de cancelamento da distribuição. Por fim, DETERMINO a intimação da requerente para que faça constar nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, a certidão de óbito, documento de identificação pessoal e o número de CPF do de cujus, posto que se tratam de documentos indispensáveis para o prosseguimento do feito. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE SANTOS CANET (OAB 45691/BA) - Processo 0645943-39.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Robson de Castro Barata - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM), ADV: AROLDO CÉSAR GOMES CAVALCANTE (OAB 10610/AM), ADV: VANDSON SOARES DA SILVA (OAB 7508/AM), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM) - Processo 0645944-58.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: R.G.S. e outros - Autos n.º 0645944-58.2018.8.04.0001. EDITAL O Dr. Alexandre Lopes Lasmar, MM. Juiz de Direito da Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca de Manaus, na forma da lei etc. Faço saber a todos quantos o presente edital virem que, por este Juízo e Cartório, tramita aos autos de Arrolamento Comum processo nº 0645944-58.2018.8.04.0001, em que são partes Maria de Fatima Muniz e Robert Gomes da Silva, dos bens deixados pela falecida IZANA KELLY MUNIZ, óbito ocorrido em 27/09/2018, é publicado o presente edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Teor do Despacho: "Defiro o processamento do inventário na forma de arrolamento comum (arts.664 e 665 do CPC). Retifique-se a classe processual perante o sistema. Determino a habilitação como herdeira da falecida a menor I. M. G, sua única filha, a qual NOMEIO inventariante, independente de compromisso. Intime-se para no prazo de 20 dias apresentar: 1- Declarações Únicas, com estrita observância ao disposto no art. 620 do CPC, fazendo-as acompanhar de registro de imóveis, CRLVs de veículos (livres de gravames ou com comprovada quitação) e saldos bancários, caso componham o acervo hereditário; 2- Plano de Partilha ou pedido de adjudicação dos bens; 3- Certidões negativas de débitos perante as Fazendas Municipal, Estadual e Federal em nome do(a) falecido(a); 4- Comprovante de recolhimento do ITCMD junto à SEFAZ, acompanhado de memória de cálculos. À Secretaria para publicação do edital de que trata o art. 626, §1º c/c art. 259, III, ambos do CPC, conforme requer o Ministério Público. Outrossim, em consonância com o parecer ministerial, INDEFIRO a habilitação da Sra. M. De F. M. nestes autos por não ser herdeira da falecida, não possuindo, portanto, interesse processual na causa, situação que pode ser modificada a qualquer tempo se conseguir a referida senhora comprovar possuir a guarda legal da neta. Após cumpridas todas as determinações, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Manaus, 29 de julho de 2019. Alexandre Lopes Lasmar - Juiz de Direito" Manaus 23 de agosto de 2019.

ADV: ORLANDO LIMA BARROS (OAB 12188/AM) - Processo 0646331-39.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTARTE: Astrogecildo Castro dos Santos - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 23, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. No prazo de 15 (quinze) dias, deverá juntar a cópia do registro do imóvel inventariado, emitido pelo Cartório de Imóveis competente, em nome do falecido ou de seu espólio, considerando-se o que dispõe o art. 1.245 do CC. Vale dizer que, em se tratando de documento de natureza pública, este está disponível a todos, devendo a parte requerente diligenciar no intuito de cumprir o ora determinado. Por fim, consta dos autos a informação de que a falecida deixou testamento público, motivo pelo qual DETERMINO a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, juntar aos autos cópia da sentença de abertura, registro e cumprimento de testamento, a qual reputo essencial para a propositura da presente demanda, no termos do art. 320 do NCPC. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EMERSON LUIZ MENEZES DE ARAUJO (OAB 12151/AM) - Processo 0646820-76.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Ozielita Moura de Carvalho Lima - Em análise aos autos, verifico que a requerente pleiteia a expedição de alvará para proceder à baixa da microempresa deixada pelo de cujus perante à JUCEA. O pedido é, portanto, diverso do que prevê a Lei 6858/81, sendo imprescindível a abertura de inventário e partilha, uma vez que o falecido deixou bens a inventariar. Nesta ordem de ideias, DETERMINO a intimação da autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar demanda à Ação de Abertura de Inventário e Partilha, podendo optar pelo rito do arrolamento sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes ou, ainda, pelo rito do arrolamento comum (arts. 664 e 665 do CPC), ainda que haja interesses de menores/incapazes, sendo estes procedimentos mais céleres e simplificados que o rito ordinário. Vale dizer que, optando pelos ritos acima descritos, deverá a autora, em igual prazo, juntar os documentos pessoais e procurações de todos os herdeiros, caso ainda não tenham sido apresentados. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0646846-74.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Cassia Regina Araujo de Souza - Compulsando os autos, verifico que, muito embora a parte autora tenha denominado a ação como Inventário Negativo, o seu objetivo é o levantamento de valores existentes do seguro por morte devido em razão do falecimento do de cujus. Ocorre que consoante rol de competências expressamente estabelecido pela Lei Complementar 17/1997, este Juízo Especializado carece de competência material para processar e julgar o presente feito, uma vez que, conforme dispõe o art. 794, CC, o seguro de vida não possui natureza jurídica de herança para quaisquer fins de direito. Dessa forma, com base no Princípio da Vedação da Decisão Surpresa, DETERMINO a intimação da parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, considerando-se a possível extinção do feito em virtude da inadequação da via eleita. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EVANDER ELIAS DE QUEIROZ (OAB 7015/AM) - Processo 0646956-73.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Izanilse Morais da Silva - Tendo-se em vista o teor da certidão de fls. 23, DISPENSO o inventariante da juntada da certidão de inexistência de testamento. DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no

prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TÁBATTA LORENA COELHO GUIMARÃES (OAB 7789/AM) - Processo 0647402-13.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Marlene Rubim Salgueiro Araujo - DESPACHO DEFIRO a emenda à exordial de fls. 33/34. Atualize-se o cadastro processual dos interessados perante o sistema. Diante do informado à fl. 66, translade-se o ofício de fls. 61/62 ao processo a que se refere. Após, retornem os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0648104-22.2019.8.04.0001 - Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento - Administração de herança - REQUERENTE: Tatiana Muniz - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARLOS HOSSAINE DA SILVA (OAB 9931/AM) - Processo 0648117-55.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Maria das Graças Matos Pegado - Alexandre Matos Pegado - DESPACHO CUMPRAM-SE as disposições da Ordem de Serviço desta Serventia para o caso concreto. Somente após, retornem os autos conclusos.

ADV: JOSE JORGE PESSOA DA SILVA (OAB 13178/AM) - Processo 0648404-81.2019.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Raimunda Queiroz de Melo - DETERMINO a intimação da parte autora para que informe acerca da possibilidade da realização do presente inventário pelo rito do arrolamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Vale ressaltar que o rito do Arrolamento Sumário (art. 659 do CPC), pressupõe tão somente a existência de herdeiros maiores, capazes e acordes ou, ainda, o Arrolamento Comum, desde que o acervo hereditário não supere o valor de 1.000 (mil) salários mínimos, consoante entendimento do art. 664 do CPC. Quanto ao pedido de gratuidade da justiça, DETERMINO a intimação do requerente para comprovar a condição de hipossuficiente no prazo acima assinalado, a fim de melhor analisá-lo. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0648575-38.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ronald Vitor de Sousa Gonzaga - REPTANTE: Bruna Cristiane Sousa Santos - DEFIRO, por ora, os benefícios da justiça gratuita à requerente, ressaltando-se que tal benesse poderá ser revogada a qualquer momento, caso se mostre inadequada. Oficie-se à Caixa Econômica Federal para informar a eventual existência de saldo de FGTS deixado em nome do falecido. Intime-se a parte autora para juntar aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão. Na hipótese de existirem dependentes cadastrados, deverá a inicial ser emendada, em igual prazo, a fim de que sejam incluídos todos os dependentes do de cujus no polo ativo da demanda, considerando o que dispõe o art. 1º da Lei 6858/80. Em caso de inexistirem dependentes habilitados, deverão compor o polo ativo os herdeiros legais do falecido, respeitando-se a ordem de vocação hereditária estabelecida pelo art. 1.829 do CC. Neste caso, deverá ser apresentada declaração de próprio punho dos herdeiros do de cujus de que não têm conhecimento da existência de outros sucessores do falecido, sob as penas da lei. Por fim, DETERMINO a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a procuração ad judicia na qual o menor, devidamente representado pela sua genitora, outorgue poderes ao patrono, uma vez que o documento de fls. 07 encontra-se apenas no nome dessa. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0648657-69.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Cleidiane Barbosa da Silva - Jhullyane Beatriz da Silva de Melo - Nathielly Evelyn da Silva de Melo - Cesar Henrique da Silva de Melo - Em análise aos autos, verifico que a requerente pleiteia a expedição de alvará para alienação de um veículo deixado pelo de cujus. O pedido é, portanto, diverso do que prevê a Lei 6858/81, sendo imprescindível a abertura de inventário e partilha, uma vez que o falecido deixou bens a inventariar. Nesta ordem de ideias, DETERMINO a intimação da autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, adequar demanda à Ação de Abertura de Inventário e Partilha, podendo optar pelo rito do arrolamento sumário (art. 659 do CPC), na hipótese de os herdeiros serem maiores, capazes e acordes ou, ainda, pelo rito do arrolamento comum (arts. 664 e 665 do CPC), ainda que haja interesses de menores/incapazes, sendo estes procedimentos mais céleres e simplificados que o rito ordinário. Vale dizer que, optando pelos ritos acima descritos, deverá a autora, em igual prazo, juntar os documentos pessoais e procurações de todos os herdeiros, caso ainda não tenham sido apresentados. Após, retornem os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0650249-85.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Patricia das Chagas Marques - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0651444-08.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Maria Júlia dos Santos Costa - INVTARTE: Jonathas Costa da Silva - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 98, o edital de fls. 92, foi disponibilizado no DJE na relação n.º 0023/2019 em 10.04.2019 e até a presente data a(s) parte(s) interessada não se manifestou, tendo transcorrido o prazo determinado e conforme referida determinação, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRID COELHO DA SILVA (OAB 8761/AM) - Processo 0655813-45.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: D.C.C. - Trata-se de petição inicial cujos requisitos dos artigos 320 e 321 do código de processo civil não foram preenchidos. Determinada a emenda à exordial, a parte autora não cumpriu a diligência que lhe competia, fazendo com que o processo carecesse de uma das condições de procedibilidade. Isto posto, INDEFIRO a petição inicial do processo em epígrafe, com base no artigo 321, parágrafo único do NCPC. Intime-se a parte autora via diário eletrônico. Após o trânsito em julgado desta sentença, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0658068-73.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: M.C.S.F. - A.L.F. - A.F.L. - J.J.B. - M.C.L.F.B. - R.J.F.J. - G.S.F. - I.F. - F.I. - G.F.S. - A.L.F. - M.O. - W.S.L. - J.F. - J.G.M. - CERTIDÃO Processo n.°:0658068-73.2018.8.04.0001 CERTIFICO e Dou fé: Que nos termos da Ordem de Serviço N.º 02/2019 de 13 de maio de 2019. (x) Faço vistas dos presentes autos ao advogado da parte interessada, via DJE, para se manifestar no prazo de 05 dias acerca da resposta do oficio de fls. 211. O referido é verdade. Dou fé. Manaus, 10 de setembro de 2019 Carmen Maria Teixeira Mancilha Escrivã judicial

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM) - Processo 0658798-84.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: E.R.N. - Compulsando os autos, verifico que, não obstante a parte autora ter se manifestado em fls. 45/53, não juntou aos autos a certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado, dando conta da eventual existência de dependentes habilitados para recebimento de pensão, motivo pelo qual renovo o prazo de 15 (quinze) dias para que a requerente supra a referida omissão, sob pena de extinção do feito. Por fim, DETERMINO a intimação dos herdeiros

renunciantes para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarem renúncia por escritura pública ou comparecer a Serventia desta Vara a fim de formalizar renúncia ao quinhão hereditário por termo nos autos, considerando o que dispõe o art. 1.806 do CC, posto as manifestações de fls. 49/53, não se prestam a cumprir o referido requisito. Ressalte-se que em sendo a herança um bem imóvel (art. 80, II do CC) necessariamente deverá haver participação do respectivo cônjuge no ato da renúncia, conforme art; 1.647 do CC, exceção feita aos casamentos realizados sob o regime da separação absoluta de bens. TODAVIA, SE A INTENÇÃO DOS HERDEIROS É A DE "FAVORECER" DETERMINADO HERDEIRO, NECESSARIAMENTE DEVERÁ SER APRESENTADA CESSÃO DE DIREITOS HEREDITÁRIOS POR ESCRITURA PÚBLICA, CONSOANTE O ART. 1793 DO CC/02. Após, retornem os autos conclusos para providências via BACENJUD. Cumpra-se.

ADV: ÉDEN ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 4115/AM) - Processo 0661345-97.2018.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: D.S.P. - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 36, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0662356-64.2018.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: A.A.M. - Ante o certificado, DETERMINO a intimação da parte autora, pessoalmente, para se manifestar pelo interesse no prosseguimento do feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Após o decurso do prazo acima, retornem os autos conclusos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: RICARDO OLIVEIRA DA COSTA (OAB 10658/AM) - Processo 0700436-44.2011.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Violeta Bastos de Mattos Areosa - REQUERENTE: Ana Luisa da Silva Areosa/ Repres. por sua genitora Ana Ester Soares da Silva e outros - Tendo em vista a discordância da herdeira VIOLETA quanto à alienação do imóvel existente em Novo Airão em razão da metodologia utilizada para avaliação do bem, que fora feita pela Prefeitura de Novo Airão e não por profissional habilitado para tal propósito (documento de fl. 724), INDEFIRO, por ora, o pedido de fls. 719/721 dos autos. Outrossim, quanto ao pedido de compensação de crédito formulado por VIOLETA às fls. 734/736, digam os demais herdeiros, no prazo de cinco dias.

ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: WALTER CALDAS NETO (OAB 7043/AM), ADV: PAULO AUGUSTO DONATTI NOTHEN (OAB 35949/RS), ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: CLINGER BELÉM PEREIRA (OAB 5340/AM) - Processo 0704566-43.2012.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - INVTANTE: J.C.L. - REQUERENTE: D.G.J. - L.L. - Diante da manifestação de fls. 331, atualize-se o cadastro dos patronos. Aguarde-se o decurso do prazo do despacho de fls. 329. Cumpra-se.

ADV: ROOSEVELT JOBIM FILHO (OAB 3920/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM), ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM) - Processo 0709571-46.2012.8.04.0001 - Inventário - Inventário e Partilha - INVTANTE: Liang Lien Ing - CERTIFICO que em cumprimento ao despacho de fl. 172, encaminho os presentes autos com vistas ao representante do Ministério Público. O referido é verdade. Dou fé.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adalberto Barreto Antony (OAB 2093/AM)
Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
ADALGIZA RADOYKA SIMÃO DE QUEIROZ (OAB 8240/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Afonso Ribeiro da Silva Junior (OAB 8455/AM)
Alair Rodrigues Freire (OAB 9548/AM)
Albert Valente Matos (OAB 9303/AM)
Alcides Andrade (OAB 6377/AM)
Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
ALESSANDRE COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7655/AM)
Alessandro Cristiano da Costa Ribeiro (OAB 14599/PA)
Alex Sander de Almeida Albquerque (OAB 8971/AM)
Alexadre da Costa Tolentino (OAB 9348/AM)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Ana Lúcia de Oliveira Duarte (OAB 10524/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
Ana Paula Cardeal Clos (OAB 6939/AM)
Ana Vanda Uchôa Izel Peres (OAB 2318/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
Andréa Regina Torres Lobão (OAB 10103/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Antônio Cavalcante de Albuquerque Junior (OAB 2992/AM)
Antônio Hilton Pereira Dourado (OAB 5330/AM)
Ariomar Nasçon de Oliveira Alencar (OAB 2990/AM)
Aroldo César Gomes Cavalcante (OAB 10610/AM)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Arthur Menezes Caldas (OAB 7169/AM)
Ayrton de Sena Gentil Neto (OAB 12521/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruna Sarina do Nascimento Maciel (OAB 10753/AM)
BRUNO BUSSON DA SILVA (OAB 14301/AM)
Bruno Marques Castro (OAB 14134/AM)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Bruno Vieira da Rocha Barbirato (OAB 6975/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Carlos David Martins Tosta (OAB 9223/AM)
Carlos Hossaine da Silva (OAB 9931/AM)
'Carolina Matos Carvalho
Caroline Dantas de Araújo (OAB 6918/AM)
Catarina Pontes Torres (OAB 13503/AM)
Celiana Assen Félix (OAB 6727/AM)
Célio Antônio Szlachta (OAB 6260/AM)
Celio Eduardo Machado (OAB 848AAM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
César Augusto Pereira da Costa (OAB 10682/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Cléucio da Silva Oliveira (OAB 5060/AM)
Clinger Belém Pereira (OAB 5340/AM)
Cristiane Andrade Gioia (OAB 5775/AM)
Cristiane Iyoko Carminé Okawa (OAB 7317/AM)
Cristiane Pinheiro de Oliveira (OAB 10687/AM)
Cristilene Pinheiro da Silva (OAB 13118/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Danielle Arruda Benayon (OAB 4996/AM)
Dante Glaus Rocha de Castro (OAB 002.686/AM)
David Amorim Toledo (OAB 003.474/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Deivison Carvalho Molinari (OAB 14610/AM)
Dheyson Lobo da Silva Miranda (OAB 10363/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
DOROTY WARTH (OAB 3218/RS)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Éden Albuquerque da Silva (OAB 4115/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Edmilson Almeida de Oliveira (OAB 3185/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Eduardo Karam Santos de Moraes (OAB 9385/AM)
Eduardo Saraiva Lima Dourado (OAB 12741/AM)
Eduiges Secafi da Silva Caiado (OAB 11937/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emerson Luiz Menezes de Araujo (OAB 12151/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Epitácio da Silva Almeida (OAB 2960/AM)
Erivan Oliveira Passos (OAB 7864/AM)

Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eudésia Lins Mayer (OAB 2123/AM)
Evander Elias de Queiroz (OAB 7015/AM)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
FABIANNE CRISTINE SILVA DE VASCONCELOS DIAS (OAB 11007/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Pereira Garcia dos Santos (OAB 4850/AM)
Fabíola Ferreira do Nascimento (OAB 8980/AM)
Fabrícia Arruda Moreira Amazonas (OAB 5043/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Francisca Cumape Gomes (OAB 7238/AM)
Francisco Cloacir Chaves Figueira (OAB 2501/AM)
Francisco de Assis Souza de Oliveira (OAB 8298/AM)
Gabriela Barreto Lima de Carvalho (OAB 10244/AM)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Geiza Celeste Frazão Araújo Lins (OAB 4694/AM)
Giordano Cezar Salgado Boaventura (OAB 11685/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Henrique Santos Canet (OAB 45691/BA)
Hermes Pontes Lima Junior (OAB 13567/AM)
Herrazuris Nogueira Duarte Júnior (OAB 7790/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Ingrid Coelho da Silva (OAB 8761/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Ivan Wallace da Silva (OAB 8823/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Izabel Cristina Cipriano de Andrade (OAB 6737/AM)
Jamison Brasil do Nascimento (OAB 10466/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Janayna Castro de Vasconcelos (OAB 6078/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Jano de Souza Mello (OAB 4587/AM)
Jardel Bandeira e Silva (OAB 13424/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Joao Paulo Fernandes de Carvalho (OAB 26930/DF)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Bezerra de Araújo (OAB 4871/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Elias Balbi (OAB 1846/AM)
Jose Jorge Pessoa da Silva (OAB 13178/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Josias Ferreira Cavalcante (OAB 3580/AM)
Juliana da Silva Serejo (OAB 3922/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Jurandir Almeida de Toledo (OAB 381/AM)
Jurandir Almeida de Toledo. (OAB 000.381/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karla Gomes Leite (OAB 6387/AM)
Khatryanna Khetlen Albuquerque Pires (OAB 14041/AM)
Klelson Alves da Silva (OAB 10922/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
LAZARO PEREIRA DOURADO (OAB 9775/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lindaurea Lira Brandão (OAB 5155/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Lindonor Ferreira de Melo Santos (OAB 6710/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lívia Rocha Brito (OAB 6474/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 488-A/RR)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Nazaré Cruz da Silva (OAB 3668/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
LUIZ FELIPE MEIRELES LOIO (OAB 19693/PA)
Luiz Henrique Braz (OAB 2587/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Manoel de Souza Filho (OAB 6731/AM)
Mara Lúcia Antony (OAB 598/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Márcio Clebson da Silva Costa (OAB 10116/AM)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Marcus José Queiroz Ferreira (OAB 9930/AM)
Marcus Leandro de Souza Andrade (OAB 6928/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
Maria Berenice Ghignatti Warth (OAB 78029/RS)
Maria da Glória Amazonas Cavalcanti (OAB 615/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Avila (OAB 4086/AM)
Marieth dos Santos Marques (OAB 5220/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Marlúcia Guimarães Almeida (OAB 5280/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurício Vitorino Solimões Neto (OAB 10513/AM)
Mauro de Siqueira Queiroz (OAB 2360/AM)
Mauro Verçoza Ferreira (OAB 9079/AM)
Michel Monteiro Gioia (OAB 5288/AM)
Miquéias Matias Fernandes Júnior (OAB 9958/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
MOISÉS ANDRADE MARTINS (OAB 10396/AM)
Moisés Vieira Queiroz (OAB 2830/AM)
MONIQUE RODRIGUES LOPES (OAB 5550/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nara Nadia Silveira do Vale (OAB 9477/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Omar Antônio Lima Salum Júnior (OAB 4295/AM)
Orlando Lima Barros (OAB 12188/AM)
Osni Amaral Santana (OAB 1959/AM)
Patrícia Sena Praia (OAB 8244/AM)
Paulo Augusto Donatti Nothen (OAB 35949/RS)
Paulo Cezar Krichanã da Silva (OAB 8494/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Paulo Roberto Gonçalves e Silva (OAB 14444/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro Augusto Oliveira da Silva (OAB 1923/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
RAKELLY MOURA FORTE (OAB 10637/AM)
Ramakris Rannier da Silva Elessondres (OAB 9755/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Rayclinge Luiz Viana Rocha (OAB 11245/AM)
Rebecca de Moura Fernandes (OAB 10446/AM)
Renan Taketomi de Magalhães (OAB 8739/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Renato Pereira dos Santos (OAB 370213SP)
Reni Alves Teixeira Lima (OAB 3910/AM)
Reynold Sales Caleffi (OAB 9948/AM)
Ricardo Almeida (OAB 4884/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)

Ricardo Oliveira da Costa (OAB 10658/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Roosevelt Jobim Filho (OAB 3920/AM)
Rosana Léa Antony Feitoza (OAB 7867/AM)
Rosemeire Simões de Almeida (OAB 3558/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rubens Edmar Veronezzi (OAB 4259/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sarah Nadjah Rachel Weldja Amorim de Andrade Ferreira e Miranda (OAB 13169/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Suzana Ida Lacerda Valente Matos (OAB 12551/AM)
Tábatta Lorena Coelho Guimarães (OAB 7789/AM)
Tadeuza Bentes de Almeida (OAB 8205/AM)
Tamyres Kutchma de Albuquerque (OAB 13658/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
THAIS BESSA DE SOUZA BENTES (OAB 11756/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Câmara (OAB 13966/AM)
Thiago de Paula Andrade Miranda (OAB 7850/AM)
Thirso Del Corso Neto (OAB 8359/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vandson Soares da Silva (OAB 7508/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Victor Ceolin Frota (OAB 7994/AM)
Villeneuve Tavares dos Santos (OAB 9756/AM)
Vilson Gomes Benayon (OAB 751/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Waldemar Queiroz da Silva (OAB 4387/AM)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Walter Caldas Neto (OAB 7043/AM)
Walter Ney Rodrigues Rezende (OAB 8700/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
William Sami Ramos (OAB 8149/AM)
Wilson José da Silva Cunha (OAB 3479/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: ANA CARLA RODRIGUES DE PAULA (OAB 10352/AM) - Processo 0630688-41.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: R.M.C. - REQUERIDO: L.G.M.C. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo passivo. Em observância ao previsto no Capítulo XII, Título I, Livro I, da Parte Especial do CPC, especifiquem as partes quais provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. Ressalta-se que a parte interessada na realização da audiência deverá especificar tanto o fato controvertido a ser elucidado quanto o respectivo meio de prova a ser utilizado, sob pena de ser indeferido o pedido. Na hipótese de manifestação de interesse na produção de prova testemunhal, nos termos do §4º, do artigo 357, assino o prazo de quinze dias para apresentação do rol de testemunhas, observando-se o limite legal do número de participantes no ato. Alerta-se que, nos termos do parágrafo único do artigo 370, do CPC, caso as diligências sejam inúteis ou meramente protelatórias, poderá o magistrado indeferí-las. De igual forma, caso a prova testemunhal visar provar fatos já comprovados por documento ou confissão, ou ainda, quanto digam respeito a casos em que somente documentos ou exame pericial sejam o meio adequado, nos termos do artigo 443, do CPC, o pedido será indeferido. Prazo: 05 (cinco) dias.

ADV: CHARLES RIBEIRO DA SILVA (OAB 5694/AM), ADV: MARIA LÍRIA NEVES DA SILVA (OAB 10639/AM) - Processo 0644225-07.2019.8.04.0001 - Separação de Corpos - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: G.D.I. - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo. Na ação de Reconhecimento de União Estável post mortem são legitimados passivos os herdeiros do de cujus, razão pela qual determino seja a parte autora intimada para, no prazo de 10 dias, informar se o falecido companheiro possui outros herdeiros, além dos descritos na inicial e, sendo caso, promovendo a citação, sob pena de ser extinto o processo sem a resolução do mérito. Deverá na mesma oportunidade apresentar declaração de próprio punho de que não tem conhecimento de que o falecido era casado ou possuía outra companheira, sob as penas da lei, bem como certidão do órgão previdenciário a que o falecido era vinculado (INSS, AMAZONPREV, MANAUSPREV ou outro equivalente) dando conta da eventual existência de algum dependente habilitado para recebimento de pensão. Faculto a juntada de todos os documentos que o polo ativo entenda eficaz para comprovar suas alegações dentro do prazo assinado no primeiro parágrafo. Em razão do conflito de interesse entre o autora e seus filhos incapazes, nos termos do artigo 72, inciso I, do CPC nomeio Regina Jansen Simões para funcionar como Curadora Especial dos dois menores descritos na inicial. O CPC determina ao autor identificação mais precisa do polo passivo. Por exemplo, cabe ao autor indicar o nome, o estado civil, a profissão, o endereço, o número do registro geral de identificação, número do CPF etc. Em casos excepcionais pode o demandante omitir dados não conhecidos, inclusive interpor demanda contra pessoa incerta caso em que ocorrerá a citação por edital (art. 256, I, do CPC). Em se tratando de união estável post mortem o porcesso deve ser integrado com a citação de todos os sucessores do falecido que possuam interresse jurídico no feito, conforme se pode constatar nos seguintes arestos. “RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA COLATERAL DE 4º GRAU NECESSIDADE DE INCLUSAO NO PÓLO PASSIVO DA DEMANDA INTELIGÊNCIA DO ART. 1829, C.C. Agravo desprovido Na ação de reconhecimento de união estável post mortem, os herdeiros, devem figurar no pólo passivo da ação, vez que a procedência do pedido atingirá seus quinhões hereditários. (TJ/PR, AI 831.037-6, 12ª CC, Rel. Rafael Augusto Cassetari, DJ 14/03/2012). DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇAO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS HERDEIROS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO. SÚMULA N. 7 DO STJ. DISPOSITIVOS LEGAIS NAO PREQUESTIONADOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. 1. Legitimidade dos herdeiros para figurar no pólo passivo da ação declaratória de união estável em que se pleiteia a meação dos bens de concubino falecido, pois a sentença a ser proferida pode atingir a sua esfera jurídico-patrimonial (quinhão de cada herdeiro). 2. Reconhecida a união estável com base no contexto probatório carreado aos autos, é vedada, em sede de recurso especial, a reforma do julgado, sob pena de afronta ao verbete sumular n.º 07 desta Corte. 3. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal de origem sofrem o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do STF, não podendo, por falta de prequestionamento, serem debatidas no âmbito do recurso especial. 4. Recurso especial a que se nega seguimento. (STJ, Resp 956.047-RS, Rel. Paulo de Tarso Sanseverino, DJ 10/03/2011). “ No caso em tela a parte demandante afirma desconhecer qualquer sucessor do falecido que possa integrar a lide, razão pela qual a citação será por edital, observando-se os requisitos do art. 257, do CPC para chamar todos os sucessores de Flávio Eduardo Dacio Maciel para integrar a lide e contestar a pretensão autoral, caso queiram. Prazo: 30 dias. O CPC determina ao autor identificação mais precisa do polo passivo. Por exemplo, cabe ao autor indicar o

nome, o estado civil, a profissão, o endereço, o número do registro geral de identificação, número do CPF etc. Em casos excepcionais pode o demandante omitir dados não conhecidos, inclusive interpor demanda contra pessoa incerta caso em que ocorrerá a citação por edital (art. 256, I, do CPC). Em se tratando de união estável post mortem o processo deve ser integrado com a citação de todos os sucessores do falecido que possuam interesse jurídico no feito, como, por exemplo, ascendentes, descendentes e colaterais até terceiro grau, conforme se pode constatar nos seguintes arestos. "RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL POST MORTEM PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA COLATERAL DE 4º GRAU NECESSIDADE DE INCLUSÃO NO POLO PASSIVO DA DEMANDA INTELIGÊNCIA DO ART. 1829, C.C. Agravo desprovido Na ação de reconhecimento de união estável post mortem, os herdeiros, devem figurar no pólo passivo da ação, vez que a procedência do pedido atingirá seus quinhões hereditários. (TJ/PR, AI 831.037-6, 12ª CC, Rel. Rafael Augusto Cassetari, DJ 14/03/2012). DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇAO DECLARATÓRIA DE UNIÃO ESTÁVEL. LEGITIMIDADE PASSIVA DOS HERDEIROS. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. UNIÃO ESTÁVEL. RECONHECIMENTO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO. SÚMULA N. 7 DO STJ. DISPOSITIVOS LEGAIS NÃO PREQUESTIONADOS. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO. 1. Legitimidade dos herdeiros para figurar no pólo passivo da ação declaratória de união estável em que se pleiteia a meação dos bens de concubino falecido, pois a sentença a ser proferida pode atingir a sua esfera jurídico-patrimonial (quinhão de cada herdeiro). 2. Reconhecida a união estável com base no contexto probatório carreado aos autos, é vedada, em sede de recurso especial, a reforma do julgado, sob pena de afronta ao verbete sumular n.º 07 desta Corte. 3. As questões federais não enfrentadas pelo Tribunal de origem sofrem o óbice das Súmulas n. 282 e 356 do STF, não podendo, por falta de prequestionamento, serem debatidas no âmbito do recurso especial. 4. Recurso especial a que se nega seguimento. (STJ, Resp 956.047-RS, Rel. Paulo de Tarso Sanseverino, DJ 10/03/2011). " No caso em tela a parte demandante afirma desconhecer qualquer sucessor do falecido que possa integrar a lide, razão pela qual a citação será por edital, observando-se os requisitos do art. 257, do CPC para chamar todos os sucessores de Flávio Eduardo Dacio Maciel para integrar a lide e contestar a pretensão autoral, caso queiram. Prazo: 30 dias. Intime-se.

ADV: JOSÉ DÊNIS MOURA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 3827/AC) - Processo 0644279-70.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.S.B. - REQUERIDO: E.F.B. - Considerando os fatos descritos na petição inicial e documentos anexos, nos termos do artigo 4º, da Lei 5.478/68, fixo alimentos provisórios em favor do(a) menor descrito(a) na petição inicial em valor equivalente à 17% dos rendimentos brutos da parte Alimentante, deduzidos os descontos obrigatórios (ex. Previdência, IR e FGTS) e verbas indenizatórias (caracterizas pelo ressarcimento de despesas feito pelo empregado, a exemplo das diárias, ajuda de custos para mudança de domicílio etc.) a serem descontados em folha de pagamento do alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se e intime-se o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Caso reste frustrada a tentativa de firmar acordo, paute audiência una de conciliação e julgamento, providenciando-se as intimações necessárias, observando-e ao polo passivo de que deverá apresentar sua contestação no referido ato, sob pena de ser decretada sua revelia. Intimem o polo ativo para ciência e comparecimento à audiência una, sob a advertência de arquivamento do feito caso sem justo motivo não compareça ao referido ato processual.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM), ADV: ALICE DA SILVA WELGERT (OAB 12614/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: TATIANA DANTAS PORTELA (OAB 6562/AM) - Processo 0658408-17.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: F.N.J. - Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência, justificando-as. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar os fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos aos litigantes e judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Havendo provas a produzir, paute-se audiência de instrução e julgamento, independente de nova conclusão. Procedam com as intimações necessárias. Prazo: 05 (cinco) dias.

Alice da Silva Welgert (OAB 12614/AM)
Ana Carla Rodrigues de Paula (OAB 10352/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
CAROLINNE SILVA MORESCHI (OAB 13761/AM)
Charles Ribeiro da Silva (OAB 5694/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
José Dênis Moura dos Santos Júnior (OAB 3827/AC)
Maria Líria Neves da Silva (OAB 10639/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Tatiana Dantas Portela (OAB 6562/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCOS SANTOS MACIEL
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FÁBIO AUGUSTO DO NASCIMENTO CASTILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0187/2019

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM) - Processo 0028436-71.2006.8.04.0001 (001.06.028436-7) - Cumprimento de sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: Ester Rayssa Façanha dos Santos - EXECUTADO: Nilson Mello dos Santos - Em consonância com o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas de nº 0004232-43.2018.8.04.0000, a deliberação de fls. 52/57 consolidou a cumulação dos dois ritos (prisão e penhora) na mesma execução, intimando o executado para o pagamento do débito. Sendo assim, intime-se o executado, nos termos do despacho de fls. 52/57. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: LAÍSA GRAZIA LIMA MARTINS (OAB 8064/AM), ADV: RENATO DAMASCENO BATISTA (OAB 3120/AM), ADV: ELIANE CRISTINA SCOFANO (OAB 4829/AM) - Processo 0045361-79.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0622596-11.2018.8.04.0001) (001.05.045361-1) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: J.A.M.A. - Defiro os pedidos de fls. 568. Viabilize-se.

ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0048913-52.2005.8.04.0001 (001.05.048913-6) - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: D.S.P. e outro - Vistos etc. Constato duplicidade de formas de cumprimento de sentença de alimentos (coerção pessoal e coerção patrimonial). Embora este Julgador entenda como a maioria da jurisprudência nacional, com destaque ao Tribunal Gaúcho com decisões recentes sobre o tema, em não ser possível a cumulação dos dois pedidos nos mesmos autos (art. 327 §1º, I e III, do NCPC, contrario sensu), considerando que reclamam formas procedimentais diversas e incompatíveis entre si (NCPC, art. 780), bem assim, pela inevitável possibilidade de causar tumulto no processo, em prejuízo das próprias partes, hei de me curvar ao posicionamento precário (provisório) do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) que admitiu um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) acerca do assunto, tendo sido, inclusive, concedida tutela provisória da lavra do eminente Desembargador Aristóteles Lima Thury no sentido de que os Juízos Familiaristas processem simultaneamente os pedidos de cumprimento de sentença sujeitos ao rito da prisão (parcelas recentes = três últimas anteriores ao ajuizamento da execução) e da penhora (parcelas antigas), devendo, portanto, ocorrer a cisão dos procedimentos, mas dentro do mesmo processo, na verdade, nos autos em que o título

executivo judicial foi concebido. Por amor ao argumento, ressalto que a própria doutrinadora Maria Berenice Dias, advogada, desembargadora aposentadado TJ/RS e integrante nacional doIBDFAM - Instituto Brasileiro de Direito de Família, citada no pedido formulado pela Defensoria Pública Estadual já havia anteriormente se manifestado em artigos nestes termos quando do advento do novo Código de Processo Civil, se não vejamos: "A cobrança dos alimentos definitivos pode ser levada a efeito nos mesmos autos, seja por meio do cumprimento da sentença ou da execução por coação pessoal. Pretendendo o credor fazer uso de ambos os procedimentos, isto é, quando quiser cobrar tanto as parcelas vencidas há mais de três meses como a dívida recente, mister que o pedido de execução sob a modalidade de prisão seja veiculado em apartado. Nos mesmos autos será buscado o cumprimento da sentença. A diversidade de rito entre as duas formas de cobrança certamente retardaria o adimplemento da obrigação se processadas em conjunto." (Dias, Maria Berenice. EXECUÇÃO DOS ALIMENTOS E AS REFORMAS DO CPC. Revista de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Editora Espaço Jurídico). (grifei) E a ilustre doutrinadora prossegue afirmando: "Havendo parcelas antigas e atuais, não conseguiu o legislador encontrar uma saída. Parece que continua a ser indispensável que o credor proponha dupla execuções, o que só onera as partes e afoga a justiça. A não ser que a cobrança seja feita em sequência. Frustrada a via da prisão, a execução segue pelo rito da expropriação (CPC 530)" (DIAS, Maria Berenice. A cobrança dos alimentos no novo CPC. Migalhas. [S. l.]. 2015.) (grifei) Logo, a questão não se mostra singela como faz crer a(s) parte(s) exequente(s). Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. O novo CPC não criou a possibilidade da cumulação de ritos. O que antes se fazia pelo rito do art. 733 (prisão) e do art. 732 (ou 475-J cumprimento de sentença com expropriação de bens), em autos distintos, agora é feito pelos ritos dos art. 523 ou 528 do novo Código, com pouquíssimas alterações, aliás, tal qual a possibilidade de protesto do débito e a previsão legal de alguns entendimentos jurisprudenciais sobre o tema, como a adoção da Sumula 309 do STJ, que se encontra prevista claramente no disposto no § 7º, do art. 528. Na forma pretendida, a prestação jurisdicional apenas se tornará onerosa em demasia, ao contrário do que pensa(m) o(a) (s) exequente(s). É fato a possibilidade de confusão dos meses devidos por um rito e por outro. A prática forense demonstra isso no dia a dia. A título de exemplo, basta que um único valor devido que leve à expropriação de bens seja erroneamente lançado como fundamento para a prisão do executado. Pronto, está criada a celeuma, vindo o executado com justificativas e petições dizendo que sob determinado valor seria cabível a penhora, e não a prisão. Ou, então, basta o entendimento diverso do juízo para que o(a)(s) exequente(s) que se sinta(m) prejudicado(a)(s). A cada decisão dada, portanto, caberia o recurso respectivo, apenas atravancando o andamento dos autos, em flagrante prejuízo ao bom andamento do feito. Assim sendo, com a devida vênia quanto às vozes que vêm sustentado entendimento contrário, como no caso a Defensoria Pública deste Estado, do ponto de vista prático, não é nada funcional a cumulação de ritos, além do que acredito não ser essa posição a mais adequada. A inadmissibilidade de cumulação de ritos numa mesma execução está consolidada, inclusive, na Conclusão nº 22 do Centro de Estudos do Tribunal de Justiça, a saber: "22ª - Não deve ser admitida, em um mesmo processo, de forma simultânea ou sucessiva, a execução de alimentos pela via expropriatória e coercitiva". (destaquei) Em suma, destaco mais uma vez que a jurisprudência majoritária, respeitada (TJRS, TJSP, etc) e atual caminha no sentido da impossibilidade da cumulação da execuções de alimentos sob ritos distintos no mesmo processo, tendo em vista: (A) a incompatibilidade de procedimentos (NCPC, art. 780); (B) a possibilidade de se criar tumulto processual; e (C) a impossibilidade de impor ao devedor dois meios de coerção simultâneos, em relação aos mesmos débitos. Além do que isso vai de encontro aos princípios Efetividade e Celeridade da Prestação Jurisdicional (CRFB, art. 5º, XXXV e LXXVIII) e não observa o teor do artigo art. 798, II, alínea "a", do NCPC, que impõe ao credor o dever de indicar "a espécie de execução de sua preferência, quando por mais de um modo puder ser realizada". Feita a reflexão acima e em atenção a determinação provisória do e. TJAM no IRDR nº 00042232-43.2018.8.04.000, ordeno: A) Intime-se pessoalmente o(a) executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC). Anote-se que o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo; B) Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se o executado na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de da incidência multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831). Atente-se que, neste caso, o cumprimento de sentença de alimentos alcança as parcelas ditas antigas, ou seja, não inseridas no pedido do item acima. Sujeitar-se-á o devedor, ainda, a protesto. (art. 528, § 3º, do NCPC) Caso o devedor seja representado pela Defensoria Pública ou não tiver representante nos autos, deve ser intimado por carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 2º II) ou por edital, se for revel (NCPC 513 § 2º IV). Atente-se que o marco inicial de incidência da multa é a intimação do devedor. Na hipótese da execução ser levada a efeito após um ano do trânsito em julgado da sentença, a intimação ao devedor é feita, por meio de carta com aviso de recebimento (NCPC 513 § 4º). Esta carta deverá ser encaminhada ao endereço constante dos autos. Considera-se realizada a intimação se o devedor tiver mudado de residência sem prévia comunicação ao juízo (NCPC 513 § 3º). Ocorrendo o pagamento parcial do débito, no prazo previsto nocaput, do art. 528, do NCPC, a multa referida e os honorários previstos no § 1odo mesmo dispositivo legal incidirão sobre o valor restante. (523, §2,º do NCPC) Não sendo efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. (523, §3º e 831, do NCPC) Advirta o devedor de que transcorrido o prazo previsto no art. 523 do NCPC sem que tenha havido o pagamento voluntário, inicia-se a contagem do prazo de 15 (quinze) dias para que ele, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, alegando os temas apontados no rol legal (CPC 525 § 1º). Recaindo a penhora em dinheiro, mesmo que a impugnação disponha de efeito suspensivo, é permitido mensalmente o levantamento do valor da prestação (NCPC 528 § 8º), descabe a imposição de caução, vez que se trata de crédito de natureza alimentar (NCPC 521 I). Viabilize-se.

ADV: REINALDO DE AGUIAR OLIVEIRA (OAB 1835/AM) - Processo 0048976-82.2002.8.04.0001 (001.02.048976-6) - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: L.R.M.S. e outro - Intime-se a exequente para se manifestar sobre a certidão negativa de fls. 64, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0201741-76.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Abandono Material - REQUERENTE: S.M.S. - A certidão expedida pelo auxiliar da justiça foi no sentido de encontrar fechada a residência do polo ativo, sem indicar se voltou ao local em outras ocasiões ou recebeu informações de terceiros de não residir o requerente no local indicado. Em razão do exposto, repita-se a diligência.

ADV: JENNIFER DE QUEIROZ RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8383/AM) - Processo 0207552-17.2018.8.04.0001 (processo principal 0620291-93.2014.8.04.0001) - Exibição de Documento ou Coisa Infância e Juventude - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Davi Rodrigues de Oliveira - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0210372-09.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: A.B.B.A.B.B.M. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: HELOÍSA HELENA QUEIROZ DE MATOS CANTO (OAB 9056/AM) - Processo 0213264-85.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: L.K.B.F. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: MÁRCIA CHEILA FARIAS THOMÉ (OAB 3471/AM) - Processo 0216211-83.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: M.B.S. - Repita-se a diligência de fls. 39 com a expedição de novo mandado de intimação para a exequente.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0217450-54.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - EXEQUENTE: J.V.M.S. e outro - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM) - Processo 0219353-61.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERIDA: A.C.B. - A certidão expedida pelo auxiliar da justiça foi no sentido de encontrar fechada a residência do polo ativo, sem indicar se voltou ao local em outras ocasiões ou recebeu informações de terceiros de não residir a requerente no local indicado. Em razão do exposto, repita-se a diligência.

ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0219656-41.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.S.L. - EXECUTADO: W.C.L. - Chamo o feito à ordem para manifestar a devida comprovação de outorga de poderes de representação, tendo em vista que não há procuração nos autos. Intime-se o(a) advogado(a) peticionante para regulamentar nos autos seus poderes de representação, no prazo de dez dias.

ADV: SASKIA SILVA FERRAZ (OAB 12158/AM) - Processo 0225024-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: M.A.S.M. - Acolho a promoção ministerial de fls. 84. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM) - Processo 0226253-60.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXECUTADO: I.O.C. - Sobre a alegação de pagamento, ouçam a parte credora, no prazo de cinco dias. Após, remetam os autos ao Ministério Público. Intime-se.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0227955-41.2017.8.04.0001 (processo principal 0222384-26.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: YARIMA BEZERRA COSTA - REQUERIDO: E.G.N. - Intime-se a parte exequente para manifestar-se sobre a certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 226 e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM), ADV: JOÃO MENDES DE ALMEIDA (OAB 1552/AM), ADV: EZELAIDE VIEGAS DA COSTA ALMEIDA (OAB 1339/AM) - Processo 0228741-56.2015.8.04.0001 (processo principal 0212230-17.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Carla Carioca de Almeida Silva - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 93. Determino o desentranhamento da petição de fls. 88, vez que analisando detidamente os autos verifica-se que trata-se de petição intermediária do processo de nº 0230360-16.2018, protocolada a estes autos equivocadamente. Intime-se pessoalmente as partes, nos termos da deliberação de fls. 87. Viabilize-se.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: KARLLA ALYNNE QUEIROZ DE SOUZA (OAB 308881/SP) - Processo 0232782-95.2017.8.04.0001 (processo principal 0010689-45.2005.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Ato / Negócio Jurídico - EXEQUENTE: Sonia Maria da Cunha Viana - EXECUTADO: André Silva de Araújo - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: DÍNIA RAIMUNDA MORAES BORGES (OAB 5091/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0233200-14.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0629733-44.2018.8.04.0001) (001.09.233200-6) - Guarda - Guarda - REQUERENTE: Italo Pereira Pinto - REQUERIDO: Sandro Eli do Carmo Pinto - Consigno que os emolumentos da diligência descrita às fls. 92 serão cobrados ao final do trâmite processual, com base na interpretação do parágrafo 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Façam constar no mandado a presente determinação.

ADV: VALERIA DE MELO SILVA (OAB 1566/AM) - Processo 0233350-87.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: P.R.M. - Intime-se a exequente para esclarecimentos, pois apresenta mais de uma petição apresentando diversidade de ritos, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JANAINA LEÃO BRAGA (OAB 12906/AM) - Processo 0235158-20.2018.8.04.0001 (processo principal 0619170-25.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Seção Cível - EXEQUENTE: V.R.M. e outro - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. Manaus, 09 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: LUÍS JUSCELINO AUGUSTO LEITE (OAB 4092/AM), ADV: YNGRID VENTILARI DE FIGUEIREDO BEZERRA (OAB 4658/AM) - Processo 0235295-80.2010.8.04.0001 (001.10.235295-0) - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: M.O.S.A. - REQUERIDO: J.R.A.S. - JOSÉ RENATO ANJOS DA SILVA opôs embargos de declaração alegando omissão quanto ao pedido de cumprimento de sentença referente ao imóvel. Conheço do recurso pois presentes os requisitos legais. No mérito, dou provimento para reconhecer a omissão sobre o pedido de cumprimento de sentença relativo à partilha de bens. Da análise do pedido de cumprimento de sentença presente nas páginas 286/288, percebe-se a indevida cumulação de pedidos diante a diversidade de competência territorial. Assim, deve a credora retificar seu pedido de cumprimento de sentença, excluindo dos presentes autos a pretensão de exercer o direito de convivência, mantando tao somente o pedido de cumprimento de sentença, nos limites do acordo ajustado. Desde logo torno expresso a inadequação do pedido de modificação da posse pois os terceiros descritos na petição não são parte no processo, devendo o peticionante ingressar com a ação devida, no juízo cível. Intime-se.

ADV: REGINA JANSEN SIMÕES (OAB 1086/AM) - Processo 0243021-71.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Oferta - REQUERIDO: E.R.O. - Acolho a promoção ministerial de fls. 240. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM), ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1142A/AM), ADV: GISELLE RACHEL DIAS FREIRE (OAB 5138/AM) - Processo 0248153-36.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.G.S.C.M.I. - REQUERIDO: D.A.C. - Observa-se que a petição retro pede a alteração da sentença, tendo em vista que o processo encontra-se sentenciado e transitado em julgado, não há o que se falar em modificação. Ao meu ver, o procedimento correto a ser adotado quando há modificação da situação financeira é o da Revisional de Alimentos, devendo ser interposta em um processo autônomo de livre distribuição, conforme art. 1.699 do CC.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: LIAH LIMA CERF LEVY (OAB 7183/AM) - Processo 0248447-98.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: I.S.P.M. - EXECUTADO: E.M.M.M. e outro - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: SAMARA RIBEIRO DE SOUZA (OAB 10152/AM) - Processo 0248594-95.2008.8.04.0001 (001.08.248594-2) - Execução de Alimentos - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: M.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação das partes para se manifestarem sobre respostas a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM) - Processo 0253149-48.2014.8.04.0001 (processo principal 0025731-03.2006.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXEQUENTE: Marluce Marta dos Santos Furtado - EXECUTADO: E.S.F. - Remetam-se os autos à contadoria para o cumprimento da deliberação de fls. 236.

ADV: JOSÉ FERNANDO BRASIL DE ARAÚJO (OAB 9633/AM) - Processo 0255067-87.2014.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: A.D.S.M. - Intime-se pessoalmente a parte exequente para se manifestar sobre a certidão de fls. 36, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM) - Processo 0327593-96.2007.8.04.0001 (001.07.327593-0) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Euler Ribeiro Filho - Observo que há interesse de menor, sendo assim necessária a intervenção do Ministério Público, porém, a promotora de justiça titular reconheceu a suspeição. Assim, dê-se vista ao representante do Ministério Público observando a autuação do promotor de justiça Dr. Jorge Michel Ayres Martins. Cumpra-se com urgência, meta 2.

ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0600414-31.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.A.C. - REQUERIDA: M.A.N.A. - Certifico para os devidos fins que nesta data foram juntados aos autos o ofício retro. Certifico ainda que a certidão original averbada encontra-se na secretaria desta vara à disposição das partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EULER VILAÇA BATISTA BORGES (OAB 2428/AM) - Processo 0600847-35.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: E.C.C. - Certifico para os devidos fins que nesta data foi juntado aos autos o ofício retro. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEX DE SOUZA CABRAL (OAB 12096/AM) - Processo 0601149-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: M.L.M.R. - Defiro o pedido de fls. 141/142 para prorrogação do prazo no período de 30 (trinta) dias.

ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM), ADV: MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM), ADV: MAXON DO NASCIMENTO SOUZA (OAB 12615/AM) - Processo 0601306-37.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: G.S.S. - REQUERIDO: F.E.C. - Em nome da boa-fé, celeridade processual e segurança jurídica, intime-se o peticionante que apresentou o substabelecimento para sanar as irregularidades. Restando pendente a regularização processual no prazo assinado, intime-se pessoalmente o outorgante dos poderes substabelecidos, sem reserva de poderes, para promover a habilitação de advogado, em vinte dias, sob pena de ser aplicado os dispositivos levais inerente à revelia ou contumácia, conforme seja as peculiaridades do concreto.

ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM) - Processo 0601864-82.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: P.P.R. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: LEONCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM) - Processo 0601894-44.2018.8.04.0001 - Tutela e Curatela - Nomeação - Tutela e Curatela - REQUERENTE: Fernando Daniel Teles de Freitas - Chamo o feito à ordem. Intime-se a parte autora no endereço indicado ás fls. 11. Viabilize-se.

ADV: JEAN CARLOS SIQUEIRA DE SOUZA (OAB 8165/AM) - Processo 0602400-20.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: L.P.S. - EXECUTADO: M.N.N. - Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 152/153, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: JÚLIO DA COSTA BENARRÓS NETO (OAB 13245/AM) - Processo 0603180-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade - REQUERENTE: A.L.S.M.G.S. - Defiro o pedido de fls. 96/97. Cite-se o requerido Renê Gomes da Silva Júnior no endereço informado às fls. 96, através de carta precatória. Determino ainda, a consulta via Infojud, para fins de citação do requerido Jean Claude Bacury, observando o CPF às fls. 97.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0604162-08.2017.8.04.0001 - Interdição - Tutela e Curatela - REQUERENTE: K.M.M.E.F. - Acolho a promoção ministerial de fls. 77. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM) - Processo 0604461-14.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: E.S.C. - À Secretaria desta Especializada para certificar a tempestividade da contestação de fls. 52/66.

ADV: FAUSTO MENDONÇA VENTURA (OAB 2503/AM) - Processo 0604624-33.2015.8.04.0001 - Guarda - Busca e Apreensão de Menores - REQUERIDO: H.C.S.R. - R.M.S. - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: GLÁUCIO BENTES GONÇALVES FILHO (OAB 8155/AM), ADV: JULIANA CARLA TEIXEIRA VINAGRE COTTA (OAB 4364/AM), ADV: LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM), ADV: NELSON ABDON SOUTO KIZEM (OAB 5454/AM) - Processo 0605008-30.2014.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: E.S.G. - A) Dou provimento ao recurso para retirar a contradição descrita pela embargante, pertinente à decretação do divórcio; B) Dou provimento ao recurso para suprimir a omissão no jugado, referente ao automóvel VW/PUMA GTC, ano 1981, placa JXJ-5710, RENAVAM 0014500760-0, CHASSI SP10220180; C) Nego provimento ao pedido recursal inerente à alegação de omissão na decisão guerreada, quanto ao imóvel localizado no Condomínio Senador Nilo Coelho. Contudo, dou provimento ao recurso para suprimir a omissão pertinente ao instrumento particular presente nas páginas 2.162/6.167; D) Dou provimento ao recurso para suprimir omissão sobre o pedido de partilha das quotas sociais da empresa RADIO CLUBE DE PARINTINS; E) Em razão da constatação de omissão sobre o pedido de indenização/compensação dos tributos vinculados ao bens e demais despesas com a manutenção do patrimônio do casal, dou provimento ao referido pedido recursal; F) Nego provimento ao pedido recursal visando suprimir omissão sobre pontos não enfrentados na sentença recorrida, por ocasião da fixação dos parâmetros da condenação do polo ativo ao pagamento de honorários advocatícios; G) Diante da constatação de omissão quanto ao integral teor da certidão de folhas 587, dou provimento ao recurso para considerar a informação de transferência da titularidade de imóvel arrolado no presente feito; Suprimida as omissões e aclarado a contradição, decido que a sentença guerreada terá o seguinte teor:

ADV: LAIS MOTA DE SOUZA COSTA (OAB 8503/AM) - Processo 0606355-59.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: C.L.S. - Defiro o pedido de fls. 130/131. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0607076-16.2015.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Fixação - ALIMENTAND: V.S.F. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM) - Processo 0607439-66.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.S.L. - REQUERIDO: W.C.L. - É bem verdade que o patrono pode renunciar aos poderes recebidos. Contudo, sua pretensão fica condicionada à devida comunicação de seu constituinte. Ante o exposto, intime-se o patrono para comprovar comunicação a seu cliente, nos termos do art. 112 do CPC. Por questão de celeridade, intime-se o(a) renunciado(a) para constituir novo patrono em vinte dias.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0607688-80.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: Ronaldo de Oliveira Marinho e outro - REQUERIDA: Mara Lucia Dias da Silva e outros - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: RICARDO AUGUSTO DA CRUZ LIMA (OAB 12205/AM) - Processo 0607704-63.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.M.C.M. - REQUERIDO: L.R.M. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa, sendo portanto, desnecessária a intimação pessoal. Diante do exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Nos termos do parágrafo único do art. 6º da Lei 11.804/08, em razão do nascimento superveniente do menor, converto a ação de alimentos gravídicos em ação de alimentos.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0608796-86.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0608413-40.2015.8.04.0001) - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERIDA: J.S.G.N. - Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se a parte executada na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831).

ADV: ROGER MARQUES MENDES (OAB 9516/AM), ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0608990-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - REQUERENTE: V.H.A.S.M.I. - E.C.A.S.G. - REQUERIDO: E.S.S. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0611509-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: G.L.L.Y. - Defiro o pedido de fls. 60. Viabilize-se.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM) - Processo 0613005-88.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Extinção - REQUERENTE: Ernane Queiroz Costa - Certifico para os devidos fins que nesta data foi juntado aos autos o ofício retro. Certifico ainda que a certidão original averbada encontra-se na secretaria desta vara à disposição das partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DEBORA DE ALMEIDA CAVALCANTI (OAB 23271/PE) - Processo 0613506-42.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTANT: D.J.M. - Intime-se pessoalmente a parte autora para regularizar sua representação processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0613540-17.2019.8.04.0001 - Interdição - Fato Atípico - REQUERENTE: Francisco Liborio da Silva - Defiro o pedido de fls. 44/45. Paute-se nova audiência. Expeça-se novo mandado.

ADV: IVO JORDAN VERAS DOS SANTOS (OAB 23635/PA) - Processo 0614574-27.2019.8.04.0001 - Interdição - Capacidade - REQUERENTE: Thais Sadala Palheta - Intime-se pessoalmente a parte autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: THAIS TORRES (OAB 376908/SP), ADV: HENRIQUE LUÃ FURTADO GRANGEIRO (OAB 12024/AM) - Processo 0614586-41.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.S.D. - REQUERIDA: E.R.P.D. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: LUCAS VIEIRA PEREIRA DE LUNA (OAB 14541/AM), ADV: FABRICIO NASCIMENTO LIMA (OAB 10164/AM) - Processo 0614605-81.2018.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERENTE: L.S.A. - REQUERIDO: F.M.M.A. - Intimem-se as partes, por seus advogados, para em prazos sucessivos de 15 (quinze) dias, apresentarem sua alegações finais, conforme artigo 364, §2º, do CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615068-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.M.M. - Certifico para os devidos fins que a contestação e documentos de fls. 61/89 foram apresentados tempestivamente. Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte autora para réplica no prazo legal. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES LUIZ EVANGELISTA SOUZA (OAB 589A/AM) - Processo 0615347-72.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625310-75.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: D.A.S. - EXECUTADO: A.C.F. - Cumprimento de sentença de alimentos fixados em título judicial, pelo rito da coerção pessoal. A parte exequente opta pela satisfação de seu crédito alimentar, utilizando-se o rito da coerção pessoal, sem observar o limite do número de parcelas descritas no § 7º do art. 528, do CPC que assim dispõe: “O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo”. Observa-se que a exequente ingressou com a ação no mês de abril/2019, sendo válida, portanto, a cobrança das parcelas iniciadas a partir de janeiro/2019. Diante do exposto, no prazo de quinze dias, determino a intimação da parte exequente para adequar sua pretensão, apresentando cálculo atualizado a partir de janeiro/2019, descontando-se os valores pagos pelo executado.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0615868-51.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.D.E.P. - Processo sentenciado. Voltem os autos ao Arquivo. Manaus, 05 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel Juiz de Direito

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0615989-45.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: J.C.S. - O polo passivo foi regularmente citado para integrar a relação processual, porém deixou transcorrer em branco o prazo legal para apresentar sua defesa. Diante do

exposto, DECRETO A REVELIA do polo passivo, no entanto, deixo de de aplicar-lhe os efeitos legais, previstos no art. 344, do NCPC, porque envolve questão envolvendo interesse de incapaz. Em observância às disposições e princípios elencados nos artigos 6º e 8º, 77, II, 139, III, 470, I, 459, §2º, 464, II do CPC, deve o magistrado evitar atos desnecessários ou inaptos a alcançar a análise do mérito de forma mais célere possível. A audiência de instrução e julgamento deve ser realizada com o objetivo de elucidar apenas fatos controvertidos, observando-se os meios legais possíveis, a exemplo da prova testemunhal, depoimento pessoal etc. Caso o único meio de prova a ser produzido é o documental, por exemplo, nenhuma utilidade terá a designação de audiência. Ao contrário, apenas trará prejuízos tanto aos litigantes quanto ao Poder Judiciário, ferindo os princípios da celeridade e economia. Importante também enfatizar que as partes somente serão pessoalmente intimadas para participarem da audiência de instrução e julgamento nos casos expressamente previstos no CPC, sendo a publicação por nota o meio ordinário para dar ciência dos atos processuais, quando se fizerem representados por Advogado habilitado no processo. Por tais razões, determino a intimação do polo ativo para, no prazo de 5 (cinco) dias, e sob as cominações legais aplicáveis (NCPC, art. 223), especificar as provas que pretende produzir em audiência; justificando-as (NCPC, art. 348). Oportunamente, deliberarei, de ofício, se for o caso, acerca da produção de provas que, pelo Juízo, venham a ser reputadas como necessárias ao julgamento do mérito (NCPC, art. 370). Intime-se o polo ativo e cumpra-se, como devido.

ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0615994-67.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: R.P.S. - REQUERIDO: I.O.S.F. - Defiro o pedido de intimação exclusiva presente na petição anterior.

ADV: ANAILE CRISTINE DA COSTA MEDEIROS (OAB 8551/AM) - Processo 0616066-93.2015.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.F.A.B. - Defiro o pedido de fls. 149/150. Intime-se a parte requerida em seu endereço laboral. Viabilize-se.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0616122-63.2014.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: A.M.C. e outro - Diversas diligências já foram providenciadas visando a localização do devedor, porém, todas frustradas, permanecendo o executado em lugar incerto e não sabido. Assim, intime-se a parte executada, por edital (CPC, 257), para no prazo de 3 (três) dias efetuar o pagamento do valor reclamado, acrescido do valor das parcelas que se vencerem no curso do processo, com os acréscimos legais, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de protesto (CPC, 528, § 1º), de prisão civil (CPC, 528, § 3º) ou, alternativamente e a critério da parte exequente, expropriação de bens (CPC, 530), bem como nomeação de curador. Pelo mesmo edital, intime-se para pagar as custas processuais, se houver, verba que deve ser ressalvada no mandado, eis que o inadimplemento não sujeita a prisão (apenas constrição patrimonial). Prazo do edital: 30 dias. Havendo apresentação de justificativa procedam nos moldes da PORTARIA Nº 02/2017. Decorrido o prazo sem manifestação, voltem para nomeação de curador especial (CPC, 72, II). Na hipótese de processamento em apartado, deverá a serventia certificar se houve concessão de assistência judiciária gratuita a qualquer das partes na fase de conhecimento. Int.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0616851-55.2015.8.04.0001 - Alimentos - Provisionais - Revisão - REQUERENTE: Andrea Costa Carneiro - Verifica-se que o menor ainda não completou 18 anos para que a parte autora venha ao juízo requerer a alteração de conta corrente para depósito da pensão alimentícia. Sendo assim, com base no que foi acordado, deve a requerente aguardar a maioridade do menor, para proceder com a troca de conta.

ADV: ALINE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 9743/AM) - Processo 0616930-97.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Levantamento de Valor - EXEQUENTE: E.M.C.A. - Nesta ocasião, de ordem, intima-se a parte exequente para manifestação sobre a petição de fls. 192/193 no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GINA CARLA SARKIS ROMEIRO (OAB 2669/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE QUEIROZ PIERRE DOS SANTOS (OAB 10970/AM), ADV: MARCIA SUELLEN PIERRE DOS SANTOS (OAB 13459/AM), ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA SIMONETTI (OAB 6533/AM) - Processo 0617601-23.2016.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - EXEQUENTE: Marcel Saraiva Monteiro - Defiro o pedido de fls. 96/98, diante da comprovação juntada aos autos. Cancele-se a audiência pautada e paute-se nova junto ao Cejusc. Intimações necessárias.

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0618033-37.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - EXEQUENTE: A.P.A.S. - Expeça-se novo mandado de intimação pessoal para o executado no endereço informado às fls. 20/21.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0618598-06.2016.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: V.A.M. - REQUERIDO: O.F.G. - Torno sem efeito a carta de fls. 121/122, diante da falta de tempo hábil para seu cumprimento, conforme art. 254 do CPC. Portanto, expeça-se novo mandado para requerente. Cumpra-se.

ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0618707-83.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Alimentos - ALIMENTAND: G.M.M. - ALIMENTANT: L.E.V.A. - Defiro o pedido de fls. 219. Expeça-se alvará.

ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0618951-41.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: W.T.B. - EXECUTADO: M.T.A. - Juntada de documentos. Nos termos do art. 430 c/c 437, § 1º do CPC, intime-se a parte adversa para ciência e manifestação, caso queira, sobre os documentos apresentados, no prazo de quinze dias, sob pena de preclusão e presunção da validade do documento e veracidade de seu conteúdo.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0619905-24.2018.8.04.0001 - Regulamentação de Visitas - Regulamentação de Visitas - REQUERENTE: Rodrigo Pereira dos Santos - Intime-se a parte autora para cumprir o ato ordinatório de fls. 21. Após, arquive-se.

ADV: JOSÉ CARLOS CAVALCANTI JÚNIOR (OAB 3607/AM) - Processo 0619949-09.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.B.R.A. - ALIMENTANT: M.V.S.F. - Intime-se a parte exequente para se manifestar nos autos sobre a petição de fls. 269/270, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: IRAN BAYMA DE MELO (OAB 2463/AM) - Processo 0620192-26.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - EXECUTADA: LILIANE BENICIO GUALBERTO - Intime-se a parte executada através do seu patrono para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir a deliberação de fls. 79.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: HELLEN CRISTIANE SANTOS SILVA (OAB 6708/AM) - Processo 0620311-16.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: A.I.R.P. - Arquive-se.

ADV: ALINE DA SILVA NUNES (OAB 11231/AM) - Processo 0620333-06.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: I.S.F. - T.S.P. - Observa-se que o processo se encontra sentenciado, não havendo no que tange falar em alegações finais. Por este motivo, intime-se a parte para requerer o que entender de direito, observando que a petição menciona folhas e acontecimentos não existentes nos autos. Prazo: 15 (quinze) dias.

ADV: KLINGER CARLOS TAVARES DE SOUZA (OAB 11148/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM) - Processo 0620485-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.L.M.Z.B. - REQUERIDO: J.A.L. - Certifiquem-se sobre o decurso do prazo da contestação concedida na audiência de fls. 99/101. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0621698-61.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.S.B. - Fica a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO REDESIGNADA para o dia 22/10/2019 às 08:30h- com duração aproximada de 2(duas) horas, a realizar-se no Centro Judiciário de Solução Consensual

de Conflitos das Varas de Família CEJUSC-FAMÍLIA, Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, sendo a intimação da(o) requerente renovada por meio do seu patrono através do D.J.E. As partes deverão estar obrigatoriamente acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos na audiência de mediação ou conciliação (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: DAVI DE SOUZA LACERDA (OAB 14318/AM) - Processo 0621698-61.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: D.S.B. - Defiro o pedido de fls. 35/36, diante da comprovação dos fatos alegados. Paute-se nova audiência. Intimações necessárias.

ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM) - Processo 0622280-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: F.G.S.S. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0622785-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: R.A.P. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: JOÃO RICARDO MACHADO OLIVEIRA (OAB 74290/RJ) - Processo 0623353-78.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - EXECUTADO: M.B.L. - Intime-se a parte exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 86, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LISBET DE SOUZA CARDOSO BARBOSA (OAB 12359/AM), ADV: LUCAS COSTA DO VALE (OAB 7990/AM) - Processo 0623832-32.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: E.S.B. - Expeça-se novo mandado de intimação para o executado conforme endereço de fls. 110/112.

ADV: ADRIANA OLIVEIRA DE AZEVEDO (OAB 3555/AM) - Processo 0623908-85.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: D.D.G.R.L. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão acima citada, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: LUIZ FELIPE SOUZA DOS SANTOS (OAB 11379/AM), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: DIVANILZA AMAZONAS DE MENEZES SILVA CHAVES (OAB 8771/AM) - Processo 0624130-87.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: O.S.C. - REQUERIDA: M.F.M.C. - Diante da falta de comunicação sobre a suspensão do feito, aguarde-se a decisão do agravo, sem prejuízo no andamento do processo. À Secretaria desta Especializada para certificar sobre a realização da audiência solicitada em fls. 286/287.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0624234-45.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.T.B.B. - Intime-se a parte autora através do seu patrono para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção.

ADV: MELISSA PINHEIRO DA SILVA (OAB 12855/AM) - Processo 0624308-36.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: A.O.A. - Certifico para os devidos fins que nesta data foi juntado aos autos o ofício retro. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSA GABRIELA GAZEL SANTANA (OAB 11103/AM) - Processo 0624328-27.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Marisa Paz Costa - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 05 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel

ADV: RITA DE CÁSSIA RIÇA DE ARAÚJO (OAB 12787/AM) - Processo 0624333-15.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: Adriana Fonseca Barreiros - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório:Oficie-se à central de mandados para que informe sobre o cumprimento do mandado de fls. 28.

ADV: FÁBIO LEANDRO LIRA PEREIRA (OAB 4730/AM) - Processo 0624639-91.2013.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Wallasson de Almeida Lira e outro - Defiro o pedido de fls. 30. Expeça-se ofício.

ADV: ÁTILA ROMANO ARAÚJO BENJAMIN JÚNIOR (OAB 10993/AM) - Processo 0625038-81.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: R.S.F. - Intime-se pessoalmente a parte autora para se manifestar sobre os mandados não cumpridos de fls. 210/211, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0625272-29.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.C.M. - Requerimento de citação por edital em sede de ação de Divórcio Litigioso. Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM) - Processo 0625641-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: H.S. - Chamo o feito à ordem para apreciar e deferir o pedido de gratuidade de justiça apresentado nos presentes autos, pois encontra-se observado os requisitos legais previstos no CPC. Dê-se prosseguimento ao feito, sanando eventuais pendências. I.

ADV: FABIANO MESSIAS DE CASTRO (OAB 12467/AM) - Processo 0625673-91.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: Marcela Pessoa Silva - Angelo Soares de Aquino Neto - Certifico para os devidos fins que nesta data foi juntado aos autos o ofício retro. Certifico ainda, que a certidão original averbada encontra-se na secretaria desta vara à disposição das partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM) - Processo 0625756-44.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: P.K.M. - I.K.B. - Chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o despacho de fls. 81. Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: SERGIO PEREIRA DINIZ BOTINHA (OAB 80900/MG) - Processo 0625857-47.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: Rodney Noel Ramage - Vem aos autos a parte autora para requerer citação por edital, sob o argumento de que o polo passivo encontra-se em lugar incerto e não sabido. Todas as diligências para localização da parte passiva foram infrutíferas. Ante o exposto, cite-se a parte demandada por edital, observando-se os requisitos do descritos nos incisos do art. 257 do CPC, para apresentar contestação no prazo de quinze dias, a contar da publicação do edital. Adverte-se sobre a necessária observância do previsto no inciso II, do art. 257, do CPC.

ADV: PAULO ROBERTO PINHEIRO AMAZONAS (OAB 11243/AM), ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0626704-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: F.F.M.S. - REQUERIDA: T.M.R.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM), ADV: EVELLYN CARVALHO DE PAULA FREITAS (OAB 10439/AM) - Processo 0627034-46.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.M. - Requerimento de citação por edital em sede de ação de Divórcio Litigioso. Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD ou SIEL.

Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: ARIANE BIANCA SANTOS TORRES (OAB 13065/AM) - Processo 0627374-24.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: R.R.S. - Intime-se pessoalmente a parte autora para se manifestar sobre a carta precatória não cumprida, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEX VIEIRA DE SOUZA (OAB 14387/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA DA SILVA FREITAS (OAB 12367/AM) - Processo 0627531-60.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Cumprimento Provisório de Sentença - EXEQUENTE: Maria Rejane da Silva - EXECUTADO: Luis Carlos Silva dos Santos - Intime-se a parte exequente para manifestar-se acerca da proposta de acordo oferecida pelo executado às fls. 38/39.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM) - Processo 0627658-95.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Nicolly da Cunha Pinto - Nicollas Eduardo da Cunha Pinto - Expeça-se mandado de intimação para o executado no endereço constante em fls. 49/50. Cumpra-se. Intime-se.

ADV: THIAGO DA SILVA MACIEL (OAB 5632/AM), ADV: MANOEL MOTA MACIEL JÚNIOR (OAB 4348/AM) - Processo 0628024-42.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Revisão - EXECUTADO: J.R.M. - Consigno que os emolumentos da diligência descrita às fls. 130 serão cobrados ao final do trâmite processual, com base na interpretação do parágrafo 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Façam constar no mandado a presente determinação.

ADV: ARIEL CRISTINA BRAZ MOTA (OAB 13665/AM), ADV: ARIANNE SOARES CHAGAS (OAB 9564/AM) - Processo 0629057-33.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - ALIMENTAND: S.J.S. - ALIMENTANT: L.C.S. - Aguarde-se a realização da audiência de fls. 275.

ADV: CARMEM MELLO MOURA (OAB 3649/AM) - Processo 0629183-15.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: C.H.C.C. - Defiro o pedido de fls. 36/38. Expeça-se novo mandado, observando o novo endereço fornecido pela requerente. Viabilize-se.

ADV: EDINILZA DA SILVA PORTELA (OAB 7823/AM) - Processo 0629396-21.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.M.L.L.M. - CERTIFICO que, em manifestação da parte autora, retro, fica pautada Audiência de Conciliação/Mediação - com duração aproximada de 2 (duas) horas, para o dia 22 de outubro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada no CEJUSC - FAMÍLIA - Fórum Cível Des. Euza Maria Naice de Vasconcelos, Rua Valério Botelho de Andrade, S/N, 1º andar - São Francisco - Manaus - AM - CEP:69.079-260, As partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou defensores públicos (art. 695, §4º, do CPC/2015).

ADV: CLÁUDIA MARIA NOBRE LISBOA (OAB 2109/AM) - Processo 0629658-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - REQUERENTE: A.J.S.S. - É nula a citação recebida por terceiros desprovidos de poderes específicos para o referido fim, devendo a diligência ser repetida, com a observância dos ditames legais. Observa-se a impossibilidade de aproveitamento do ato por inexistir comparecimento espontâneo da parte executada para apresentação de justificação.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: WALDEMIRA RODRIGUES MATOS (OAB 9750/AM), ADV: VANESSA JANNE RODRIGUES DA COSTA (OAB 6645/AM), ADV: DEYVISON SOUZA CASTELO (OAB 9163/AM) - Processo 0630080-48.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Revisão - REQUERENTE: S.B.L. - REQUERIDO: D.C.R. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação das partes para se manifestarem sobre respostas a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0630339-09.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Letícia de Carvalho Ribeiro - Isamilde de Carvalho Ribeiro - Defiro o pedido de fls. 61. Intime-se o executado por edital, nos termos da deliberação de fls. 14/15.

ADV: JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM) - Processo 0630350-38.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.R.B.C. - A.J.B.C. - REQUERIDO: A.E.C. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 05 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel

ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0631153-84.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: M.E.D.F. - EXECUTADO: F.A.P.M. - Intime-se a exequente para cumprir a determinação de fls. 214, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO DA SILVA SANTOS (OAB 9362/AM) - Processo 0631480-92.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Fixação - EXEQUENTE: S.G.O. - EXECUTADO: J.S.O. - Intime-se o executado para manifestar-se sobre a petição de fls. 87, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: MAX EDUARDO VIEIRA SARUBI (OAB 9540/AM), ADV: REBECA DANTAS DIB (OAB 8909/AM) - Processo 0632061-83.2014.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.S.S. - REQUERIDO: R.N.G.S. - Remetam os autos ao Ministério Público para ciência e manifestação.

ADV: RONALDO SPERRY (OAB 77222/RS) - Processo 0633562-96.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: M.C.L. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para se manifestar sobre a resposta a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: LUCIANA VIANA CIDRÔNIO DE ANDRADE (OAB 8104/AM) - Processo 0633759-56.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - ALIMENTAND: J.P.B. - ALIMENTANT: E.C.F.S. - Defiro o pedido de fls. 272/273. Remetam os autos à Contadoria para as providências cabíveis.

ADV: NAYLEIDE ARAUJO DA SILVA (OAB 10901/AM) - Processo 0633896-33.2019.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: L.V.N.P. - Atendam a Promoção Ministerial retro, providenciando-se as diligências necessárias para o caso concreto. Manaus, 05 de setembro de 2019 Marcos Santos Maciel

ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0634190-85.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: D.V.X.C. - Defiro o pedido de fls. 49. Paute-se nova audiência. Cite-se a parte requerida no endereço informado às fls. 30. Viabilize-se.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0634211-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ana Gorete G de Lima - A parte exequente insiste que a executada reside no endereço antes indicado. Determino, assim, a repetição da intimação. Intime-se a credora para acompanhar o Sr. Oficial de justiça na diligência, fornecendo os meios necessários ao cumprimento da medida. Cumpra-se.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO DE OLIVEIRA MELO (OAB 5385/AM), ADV: JONES MONTEIRO MACHADO (OAB 10217/AM) - Processo 0634281-88.2013.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Oferta - EXEQUENTE: V.S.A. e outro - Defiro o pedido de fls. 334/337, em razão da natureza alimentar. Expeça-se mandado para que o Oficial de Justiça proceda com a penhora dos bens que guarnecem a residência do executado, observando o inciso II do artigo 833, do CPC.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0634301-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exoneração - REQUERENTE: V.M.M. - Defiro o pedido de fls. 34. Paute-se nova audiência junto ao Cejusc. Intimações necessárias.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0634667-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.B.S. - Processo envolvendo interesse de incapaz. Em observância ao inciso II, do artigo 178 do Código de Processo Civil, dê-se vista ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: ANDERSON CARLOS GOMES (OAB 300215/SP), ADV: TÂMARA MENDES GONÇALVES DE SOUSA (OAB 6857/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM) - Processo 0634685-32.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: H.O.S. - REQUERIDA: G.R.M.T. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Juntada de procuração com a atualização dos dados e endereços dos procuradores no sistema informatizado.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0635892-76.2013.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.C.S. - É nula a intimação recebida por terceiros desprovidos de poderes específicos para o referido fim, devendo a diligência ser repetida, com a observância dos ditames legais.

ADV: CAROLINA ALBUQUERQUE DO VALLE (OAB 8112/AM) - Processo 0636134-64.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Regime de Bens Entre os Cônjuges - REQUERENTE: KAMILA SAID TRIFIATIS - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD ou SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM), ADV: NILDO NOGUEIRA NUNES (OAB 2698/AM) - Processo 0636182-52.2017.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: L.A.R. - REQUERIDO: A.S.R. - Aguarde-se o retorno do mandado de fls. 102. Após, v.c.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0637013-66.2018.8.04.0001 - Divórcio Consensual - Dissolução - REQUERENTE: J.E.V.B. - REQUERIDA: M.C.F.S. - Vistos etc. O presente cumprimento de sentença engloba, inclusive, alimentos in natura: mensalidades escolares. Ocorre que esse item acordado (alimentos in natura) nunca poderia compor a presente execução. Na verdade, deveria(m) ser executado(s) em autos próprios, pois, cuidando-se de obrigação de fazer, não existe compatibilidade com o procedimento eleito nesta execução (coerção patrimonial = obrigação de pagar quantia certa); bem assim, porque não é permitido o trâmite de duas execuções com ritos completamente distintos e inconciliáveis (cumprimento de sentença de obrigação de fazer e cumprimento de sentença de pagar quantia certa) dentro do mesmo processo. Ademais, tem-se que se o intento do presente cumprimento de sentença é receber os valores pagos - pela genitora da menor - em substituição ao verdadeiro devedor (genitor - ora executado), estaríamos diante de um processo de natureza cognitiva (ação de cobrança). De fato, se a genitora da menor, por acaso, acabou efetuando o pagamento integral da obrigação in natura que cabia ao executado/pai honrar, e busca agora ser ressarcida pelos gastos por ela efetuados, não haveria que se falar em execução do título (cumprimento de sentença, melhor dizendo) e sim cobrança (pois, neste caso, houve sub-rogação) de valores pagos por terceiros, sendo esta matéria de natureza cível. Dessa forma, intime-se a exequente para excluir dos autos os alimentos in natura, os quais deverão ser executados em cumprimento de sentença específico e autos próprios. Tendo sido efetuado o pagamento das parcelas das despesas in natura que competia ao executado, pai da menor, tornou-se ao genitora credora por sub-rogação, substituindo a filha no direito ao crédito, restando-lhe, em casos tais, a via da ação de cobrança (de conhecimento, cuja competência é da vara cível) para o seu devido ressarcimento Prazo: 15 dias. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL MELO SAMPAIO (OAB 9793/AM) - Processo 0637080-94.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: Ideberto Gomes Garcia - Aguarde-se a realização da audiência pautada ás fls. 41.

ADV: ROICILDO PINGARILHO MARTINS (OAB 4136/AM) - Processo 0637939-52.2015.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: R.F.S. - REQUERIDO: A.F.A. - Acolho a promoção ministerial de fls. 116. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0638065-97.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: E.P.M. - E.M.M. - EXECUTADO: I.S.P.M. - Chamo o feito à ordem para cancelar as petições de fls. 86/107, tendo em vista que o processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, não sendo possível apresentação de contestação e audiência de instrução. Por este motivo, remetam os autos ao Ministério Público para opinar no feito.

ADV: MARIA JARINA DE ALMEIDA GUERREIRO (OAB 2917/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0638592-83.2017.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: M.J.B. - Acolho a promoção ministerial de fls. 57. Remetam os autos ao setor psicossocial para verificar o vínculo afetivo entre o menor e seu pai registral. Bem como, intimem-se as partes para informar existência de eventuais testemunhas a serem arroladas para depoimento pessoal, no prazo de 05 (cinco) dias. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ISAAC CAMPOS AGUIAR (OAB 14778/AM) - Processo 0639206-20.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: A.B.P. - ALIMENTAND: E.G.B.P.C. - Vista a(o) advogado(a) do(a) autor(a), para que fale sobre a certidão, no prazo de 10(dez) dias.

ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0640229-06.2016.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.A.C.L. - Intime-se pessoalmente a patrono da parte autora para cumprir o ato ordinatório de fls. 101, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SILVANA LIMA DE OLIVEIRA (OAB 8778/AM) - Processo 0640740-04.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: H.B.C. - EXECUTADO: S.C.S. - Defiro o pedido de fls. 156. Oficie-se a Polinter para solicitar informações acerca do cumprimento do mandado de prisão. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0640753-32.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: G.R.C. - G.T.C.M. - Cumprimento de sentença sob o rito da coerção pessoal. Intime-se pessoalmente o executado para, em três dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da sentença/acordo/decisão interlocutória que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC).

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM), ADV: GLICÉRIA GUERREIRO DA SILVA (OAB 8526/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM), ADV: FERNANDO LUÍS SIMÕES DA SILVA (OAB 6063/AM) - Processo 0641056-80.2017.8.04.0001 - Execução de Alimentos - Alimentos - REQUERENTE: C.F.H.F. - REQUERIDO: C.S.F. - Acolho a promoção ministerial de fls. 371. Remetam os autos à Contadoria. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: JÉSSICA BEZERRA LOURENÇO (OAB 13553/AM), ADV: MONICA SILVA DOS SANTOS (OAB 12854/AM) - Processo 0641327-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível -

Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: W.J.L. e outros - Acolho a promoção ministerial de fls. 56. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis. Cumpra-se, sem tardança.

ADV: ELAINE NAVEGANTE DO AMARAL (OAB 9092/AM) - Processo 0641395-68.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: I.S.C. - Em razão da natureza da demanda apresentada em juízo, determino a consulta do endereço do(a) requerido, via INFOJUD ou SIEL. Inexistindo nos autos dados necessários à consulta, intime-se a parte autora para fornecer o número, no prazo de dez dias. Com o resultado da diligência ou na impossibilidade de assim o fazer (por exemplo, a falta de dados necessários), voltem os autos conclusos.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0641776-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.D.V. - Não acolho o pedido de reconsideração de fls. 57/59. A uma, porque não existe prescrição legal para o chamado "pedido de reconsideração" (STJ, Agss n° 416-BA, rel. Min. Américo Luz, DJU 27.05.1996, pág. 17796, Aga n° 454439-SP. Rel. Min. Vicente Leal, DJU 17.02.2003, pág. 416; Aga n° 423504 -RS, rel. Min. César ASfor Rocha, 20.05.2002, pág 163). A duas, porque a deliberação tomada às fls. 53/54 foi fundamentada. Logo, não há nada a reconsiderar, devendo sim a parte inconformada fazer uso da via recursal adequada. Int.

ADV: CARLOS WALCI DIAS GÓES (OAB 10186/AM) - Processo 0643966-80.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: Ana Raimunda Ferreira Frade Lago - REQUERIDA: Lourdeita Lago Cecilio Sobreira e outros - Expeça-se novo mandado de intimação para a requerente, observando o endereço constante na inicial.

ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0644912-18.2018.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: R.S.P. - EXEQUENTE: T.P.D. - R.P.D. - Defiro o pedido de fls. 64. À Secretaria desta Especializada para as providências cabíveis.

ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0645729-82.2018.8.04.0001 - Interdição - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Sergio Tagayasu Otani - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus-Am, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2017 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: intimação do polo ativo para efetuar o pagamento dos emolumentos do Oficial de Justiça, no prazo de quinze dias, para fins de expedição de mandado.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0645871-52.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: H.G.S. - Intime-se o autor para adequar o valor da causa, uma vez que trata-se de revisional de alimentos, devendo ser a diferença entre o valor atual e o que se pretende pagar acrescido de doze parcelas. Prazo: 15 dias.

ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM) - Processo 0646217-03.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - REQUERENTE: D.M.P. - Intime-seos acordantes para juntarem aos autos o título exonerando/ sentença que homologou o acordo de fls. 16/17, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0646305-41.2019.8.04.0001 - Sobrepartilha - Liquidação - REQUERENTE: Israel Oliveira Lima - Defiro a gratuidade de justiça ao polo ativo, nos termos do artigo 98 do CPC. Paute-se audiência de conciliação junto ao CEJUSC, providenciando-se as intimações necessárias, inclusive cientificando o M.P. Cite-se o polo passivo para comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Façam constar nos instrumentos a advertência de aplicação de multa pelo não comparecimento à audiência sem a devida justificação.

ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0646539-57.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: L.S.M. - Defiro o pedido de fls. 83. Paute-se audiência de instrução e julgamento. Intimações necessárias.

ADV: GISELE MONIQUE MOTTA PEREIRA (OAB 144297RJ) - Processo 0646580-87.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: Dulcilane Pereira da Costa Marques e outro - Ação de interdição movida por Dulcilane Pereira da Costa Marques e Marcelo Loureiro da Costa Marques. Os requerente deverão juntar laudo médico para fazer prova de suas alegações ou informar a impossibilidade de fazê-lo (Art. 750 do CPC). No caso em tela a petição inicial veio desacompanhada do laudo médico descrito no art. 750, do CPC ou de justificativa sobre a impossibilidade de apresentação. Não resta dúvida de se tratar de documento essencial à propositura da ação, ajustando ao descrito no art. 320 do mesmo Codex, razão pela qual, determino a intimação da(o) peticionante para apresentá-lo ou justificar a impossibilidade de assim fazer, no prazo de quinze dias úteis, sob pena de não recebimento da petição inicial. Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado".

ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM) - Processo 0646827-68.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: G.J.F.C. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado".

ADV: ROBERTO RAMOS DE CASTRO JUNIOR (OAB 10467/AM) - Processo 0646841-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERENTE: E.M.P. - Consigno que os emolumentos da diligência descrita às fls. 103 serão cobrados ao final do trâmite processual, com base na interpretação do parágrafo 2º, do artigo 2º, do Provimento nº 250/2015 da Corregedoria Geral de Justiça do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Façam constar no mandado a presente determinação.

ADV: MARIA IRACEMA PEDROSA (OAB 1709/AM) - Processo 0646859-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Exoneração - ALIMENTAND: G.J.F.C. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Em igual prazo, junte nos autos procuração judicial com poderes

específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Intime-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0647059-80.2019.8.04.0001 - Curatela - Nomeação - REQUERENTE: A.M.S.F. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0647151-58.2019.8.04.0001 - Homologação da Transação Extrajudicial - Exoneração - REQUERENTE: Osmarinho Gomes de Freitas - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: LINDONJORGE DOS SANTOS MATOS (OAB 11902/AM), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0647174-38.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: T.S.P. - REQUERIDO: M.S.P. - Aguarde-se a realização da audiência pautada às fls. 186. Após, retornem os autos conclusos.

ADV: GABRIEL PRATES DONATO LOPES (OAB 6742/AM) - Processo 0647272-86.2019.8.04.0001 - Separação Consensual - Dissolução - REQUERENTE: G.M.S. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Intime-se a requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, atribuir o valor correto à causa, devendo levar em consideração o valor dos bens a partilhar somados a doze vezes o valor dos alimentos que serão destinados ao filho.

ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0647414-90.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: M.C.S.B. - A petição inicial não preenche os requisitos descritos no artigo 319, do CPC. Em razão do exposto, determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Bem como, para adequar o valor da causa, uma vez que trata-se, também, de revisional de alimentos, devendo ser a diferença entre o valor atual e o que se pretende pagar acrescido de doze parcelas.

ADV: HENRY MAIRO HENRIQUE RAMOS (OAB 12019/AM) - Processo 0647559-49.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: P.A.C. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Bem como, para adequar o valor da causa, uma vez que trata-se, também, de revisional de alimentos, devendo ser a diferença entre o valor atual e o que se pretende pagar acrescido de doze parcelas.

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0647568-11.2019.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: A.X.O. - Observa-se na certidão de nascimento a existência de um pai registral, devendo este ser citado para se manifestar no referido processo. Intime-se a parte autora para promover a citação do pai registral, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM) - Processo 0647631-36.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.A.R. - Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte autora deverá, em 15 (dez) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício:

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0647926-73.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Oferta - REQUERENTE: V.G.S.B. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0648050-56.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: K.T.B.B. - Gratuidade processual deferida. Determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Transcrevo, textualmente, as prescrições do precitado Provimento do CNJ, a seguir. "Art. 1ºEstabelecer a

obrigatoriedade de informação do número do CPF, do CNPJ e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional. Parágrafo único. As obrigações que constam deste provimento são atribuições dos cartórios distribuidores privados ou estatizados do fórum em geral, bem como de todos os serviços extrajudiciais. Art. 2ºNo pedido inicial formulado ao Poder Judiciário e no requerimento para a prática de atos aos serviços extrajudiciais deverão constar obrigatoriamente, sem prejuízo das exigências legais, as seguintes informações: I - nome completo de todas as partes, vedada a utilização de abreviaturas; II - número do CPF ou número do CNPJ; III - nacionalidade; IV - estado civil, existência de união estável e filiação; V - profissão; VI - domicílio e residência; VII - endereço eletrônico. Art. 3ºO disposto no artigo anterior aplica-se aos inquéritos com indiciamento; denúncias formuladas pelo Ministério Público; queixas crime; petições iniciais cíveis ou criminais; pedido contraposto; reconvenção; intervenção no processo como terceiro interessado; mandados de citação, intimação, notificação, prisão; e guia de recolhimento ao juízo das execuções penais. Art. 4ºAs exigências previstas no art. 2º, imprescindíveis à qualificação das partes, não poderão ser dispensadas, devendo as partes, o juiz e o responsável pelo serviço extrajudicial, no caso de dificuldade na obtenção das informações, atuar de forma conjunta, para regularizá-las. .... § 2º No pedido inicial e no requerimento, na hipótese do parágrafo anterior, deverá constar o desconhecimento das informações mencionadas no art. 2º, caso em que o juiz da causa ou o responsável pelo serviço extrajudicial poderá realizar diligências necessárias à obtenção." (grifos não do original) Int. Viabilize-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0648150-11.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: José Victor Cordeiro dos Santos - Ariana Cordeiro dos Santos - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Pedido de cumprimento de sentença para satisfação de crédito alimentar, sob o rito da coerção pessoal. Cite-se pessoalmente o executado para, em três dias, efetuar o pagamento das parcelas anteriores ao início da execução e das que se vencerem no seu curso, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo. Caso o executado, nesse prazo, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, fica desde já a determinação para fins de a Secretaria viabilizar o protesto da título executivo extrajudicial que estipulou os alimentos ora em execução, sem prejuízo da prisão civil do devedor.(art. 528, § 1º e 3º, do NCPC). Cumpram-se a ordem de serviço referente aos atos ordinatórios aplicáveis ao presente caso.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0648175-24.2019.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Expropriação de Bens - EXEQUENTE: José Victor Cordeiro dos Santos - Ariana Cordeiro dos Santos - Na forma do art. 528, § 8º, c/c 523, ambos do NCPC, intime-se a parte executada na pessoa do advogado constituído, por meio de publicação no diário oficial (NCPC 513 § 2º) para, em 15 (quinze) dias, pagar o débito, sob pena de incidência da multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de 10% (dez por cento), estes calculados sobre o valor do débito em execução (NCPC 523 § 1º), além de se sujeitar à penhora (NCPC 831).

ADV: JOSÉ IZAC DOS SANTOS SOUZA (OAB 8842/AM) - Processo 0648323-35.2019.8.04.0001 - Separação Litigiosa - Fato Atípico - REQUERENTE: L.N.C. - Gratuidade processual deferida. Determino a intimação da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a aos requisitos dispostos no art. 319 do NCPC e arts. 1º, 2º, 3º, 4º e §2º, todos previstos no Provimento da Corregedoria Nacional de Justiça - CNJ nº 61, de 17.10.2017, publicada no D.J.E, em 18.10.2017, uma vez que não foi possível localizar o endereço eletrônico das partes, bem como o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas - CPF da parte ré ou justificação da impossibilidade de assim proceder ou, ainda, requerimento de diligências para obtenção. Transcrevo, textualmente, as prescrições do precitado Provimento do CNJ, a seguir. "Art. 1ºEstabelecer a obrigatoriedade de informação do número do CPF, do CNPJ e dos dados necessários à completa qualificação das partes nos feitos distribuídos ao Poder Judiciário e aos serviços extrajudiciais em todo o território nacional. Parágrafo único. As obrigações que constam deste provimento são atribuições dos cartórios distribuidores privados ou estatizados do fórum em geral, bem como de todos os serviços extrajudiciais. Art. 2ºNo pedido inicial formulado ao Poder Judiciário e no requerimento para a prática de atos aos serviços extrajudiciais deverão constar obrigatoriamente, sem prejuízo das exigências legais, as seguintes informações: I - nome completo de todas as partes, vedada a utilização de abreviaturas; II - número do CPF ou número do CNPJ; III - nacionalidade; IV - estado civil, existência de união estável e filiação; V - profissão; VI - domicílio e residência; VII - endereço eletrônico. Art. 3ºO disposto no artigo anterior aplica-se aos inquéritos com indiciamento; denúncias formuladas pelo Ministério Público; queixas crime; petições iniciais cíveis ou criminais; pedido contraposto; reconvenção; intervenção no processo como terceiro interessado; mandados de citação, intimação, notificação, prisão; e guia de recolhimento ao juízo das execuções penais. Art. 4ºAs exigências previstas no art. 2º, imprescindíveis à qualificação das partes, não poderão ser dispensadas, devendo as partes, o juiz e o responsável pelo serviço extrajudicial, no caso de dificuldade na obtenção das informações, atuar de forma conjunta, para regularizá-las. .... § 2º No pedido inicial e no requerimento, na hipótese do parágrafo anterior, deverá constar o desconhecimento das informações mencionadas no art. 2º, caso em que o juiz da causa ou o responsável pelo serviço extrajudicial poderá realizar diligências necessárias à obtenção." (grifos não do original) Int. Viabilize-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0648330-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Guarda - REQUERENTE: A.L.G.N. - Diante do exposto, determino que seja encaminhada a exordial para a livre distribuição a uma das Varas Familiaristas. Int.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0648430-79.2019.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: M.P.C.O. - Intime-se o(a)(s) advogado(a)(s) da parte autora para, em 15 dias úteis, juntar procuração judicial com poderes específicos para firmar declaração de hipossuficiência econômica (art. 105, caput, do NCPC) em prol de seu(ua) constituinte, pois como adverte, Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira, na obra Benefício da Justiça Gratuita, 6ª edição, Editora JusPodiVm, página 70, 2016, "é importante a exigência de poder especial para tanto, já que a revogação do benefício concedido pode acarretar sanção para o beneficiário". E mais, "a ausência de poder específico do procurador torna o requerimento ineficaz em relação ao seu constituinte. Mas o ato é passível de ratificação, caso em que será considerado eficaz desde o momento em que foi praticado". Cumpra-se.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: SHEILA FURTADO ABRAHIM (OAB 1893/AM) - Processo 0649730-13.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: M.B.A.P. - REQUERIDO: L.D.P. - Intime-se o exequente para esclarecer as condutas realizadas pela executada que impedem a venda do imóvel, sendo o caso, proceda-se com a alteração do pedido, no prazo de 15 (quinze) dias. Diante da omissão no acordo de fls. 324/327 sobre o responsável pela venda do imóvel, ambos podem proceder com a alienação do bem.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0651594-86.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: A.G.N. - A certidão expedida pelo auxiliar da justiça foi no sentido de encontrar fechada a residência do polo passivo, sem indicar se voltou ao local em outras ocasiões ou recebeu informações de terceiros de não residir o(a) requerido(a) no local indicado. Em razão do exposto, repita-se a diligência, e sendo o caso, cite-se o polo passivo por hora certa.

ADV: MIRTES RODRIGUES DA SILVA (OAB 13432/AM) - Processo 0653755-69.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: E.G.S. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para se manifestar sobre a resposta a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0658171-80.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: J.B.S. - Expeça-se novo mandado de intimação para o requerido no endereço informado em fls. 81. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA CAROLINE OLIVEIRA MOTA (OAB 6359/AM) - Processo 0659427-58.2018.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERENTE: L.M.H.D.M. - E.G.H.D.M. - De ordem do MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Manaus/AM, Dr. Marcos Santos Maciel e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VII do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria nº 01/2016 deste juízo (Art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: Intimação do polo ativo para se manifestar sobre respostas a ofícios relativos a diligências determinadas pelo Juízo, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIELE DE FREITAS CORREA (OAB 9287/AM) - Processo 0660860-97.2018.8.04.0001 - Averiguação de Paternidade - Registro Civil das Pessoas Naturais - REQUERENTE: T.L.F.A. - CERTIDÃO Processo n°:0660860-97.2018.8.04.0001 De ordem, CERTIFICO para os devidos fins, que a Audiência p/ coleta de material genético fica pautada para o dia 13/12/2019 às 09:00h, em cumprimento ao despacho do(a) MM. Juiz(a). Em, 04 de setembro de 2019.

ADV: ALESSANDRO DA SILVA CALADO (OAB 11768/AM) - Processo 0661231-61.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão Infância e Juventude - Maus Tratos - REQUERENTE: André Luiz Carrara da Cunha - Intime-se a parte autora para recolher as custas processuais, nos termos da certidão de fls. 47.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriana Oliveira de Azevedo (OAB 3555/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Alessandra Caroline Oliveira Mota (OAB 6359/AM)
Alessandro da Silva Calado (OAB 11768/AM)
Alex de Souza Cabral (OAB 12096/AM)
Alex Vieira de Souza (OAB 14387/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
ALINE DA SILVA NUNES (OAB 11231/AM)
Aline Oliveira da Costa (OAB 9743/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
AMANDA VIEIRA LOPES JACINTO (OAB 10441/AM)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
Anaile Cristine da Costa Medeiros (OAB 8551/AM)
Anderson Carlos Gomes (OAB 300215/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Ariane Bianca Santos Torres (OAB 13065/AM)
Arianne Soares Chagas (OAB 9564/AM)
Ariel Cristina Braz Mota (OAB 13665/AM)
Átila Romano Araújo Benjamin Júnior (OAB 10993/AM)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Eduardo da Silva Santos (OAB 9362/AM)
Carlos Walci Dias Góes (OAB 10186/AM)
Carmem Mello Moura (OAB 3649/AM)
Carolina Albuquerque do Valle (OAB 8112/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Charles Luiz Evangelista Souza (OAB 589A/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia Maria Nobre Lisboa (OAB 2109/AM)
Daniele de Freitas Correa (OAB 9287/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Davi de Souza Lacerda (OAB 14318/AM)
Debora de Almeida Cavalcanti (OAB 23271/PE)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Deyvison Souza Castelo (OAB 9163/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Dínia Raimunda Moraes Borges (OAB 5091/AM)
Divanilza Amazonas de Menezes Silva Chaves (OAB 8771/AM)
DR. RAFAEL REIS GOMES DA SILVA (OAB 13660/AM)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
Edinilza da Silva Portela (OAB 7823/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Navegante do Amaral (OAB 9092/AM)
Eliane Cristina Scofano (OAB 4829/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Euler Vilaça Batista Borges (OAB 2428/AM)
Evellyn Carvalho de Paula Freitas (OAB 10439/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Ezelaide Viegas da Costa Almeida (OAB 1339/AM)
Fabiano Messias de Castro (OAB 12467/AM)
Fábio Leandro Lira Pereira (OAB 4730/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fabricio Nascimento Lima (OAB 10164/AM)
Fausto Mendonça Ventura (OAB 2503/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luís Simões da Silva (OAB 6063/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Gabriel Melo Sampaio (OAB 9793/AM)
Gabriel Prates Donato Lopes (OAB 6742/AM)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1142A/AM)
Gina Carla Sarkis Romeiro (OAB 2669/AM)
Gisele Monique Motta Pereira (OAB 144297RJ)
Giselle Rachel Dias Freire (OAB 5138/AM)
Gláucia Cristina da Silva Freitas (OAB 12367/AM)
Gláucio Bentes Gonçalves Filho (OAB 8155/AM)
Glicéria Guerreiro da Silva (OAB 8526/AM)
Hellen Cristiane Santos Silva (OAB 6708/AM)
Heloísa Helena Queiroz de Matos Canto (OAB 9056/AM)
Henrique Luã Furtado Grangeiro (OAB 12024/AM)
Henry MAiro Henrique Ramos (OAB 12019/AM)
Iran Bayma de Melo (OAB 2463/AM)
Isaac Campos Aguiar (OAB 14778/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Ivo Jordan Veras dos Santos (OAB 23635/PA)
Janaina Leão Braga (OAB 12906/AM)
Jean Carlos Siqueira de Souza (OAB 8165/AM)
Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira (OAB 8383/AM)
Jéssica Bezerra Lourenço (OAB 13553/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Mendes de Almeida (OAB 1552/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Ricardo Machado Oliveira (OAB 74290/RJ)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Jones Monteiro Machado (OAB 10217/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
José Carlos Cavalcanti Júnior (OAB 3607/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Fernando Brasil de Araújo (OAB 9633/AM)
José Izac dos Santos Souza (OAB 8842/AM)
JOSE RIBAMAR FERNANDES MORAIS (OAB A559/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Juliana Carla Teixeira Vinagre Cotta (OAB 4364/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Júlio da Costa Benarrós Neto (OAB 13245/AM)
Karlla Alynne Queiroz de Souza (OAB 308881/SP)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Klinger Carlos Tavares de Souza (OAB 11148/AM)

Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lais Mota de Souza Costa (OAB 8503/AM)
Laísa Grazia Lima Martins (OAB 8064/AM)
LEANNE DE SA YAMADA (OAB 9998/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Leoncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Liah Lima Cerf Levy (OAB 7183/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Lindonjorge dos Santos Matos (OAB 11902/AM)
Lisbet de Souza Cardoso Barbosa (OAB 12359/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Lucas Costa do Vale (OAB 7990/AM)
Lucas Vieira Pereira de Luna (OAB 14541/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciana Viana Cidrônio de Andrade (OAB 8104/AM)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Juscelino Augusto Leite (OAB 4092/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Felipe Souza dos Santos (OAB 11379/AM)
Manoel Mota Maciel Júnior (OAB 4348/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Márcia Cheila Farias Thomé (OAB 3471/AM)
Marcia Suellen Pierre dos Santos (OAB 13459/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria do Perpétuo Socorro de Queiroz Pierre dos Santos (OAB 10970/AM)
Maria do Rosário de Oliveira Melo (OAB 5385/AM)
Maria Iracema Pedrosa (OAB 1709/AM)
Maria Jarina de Almeida Guerreiro (OAB 2917/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Max Eduardo Vieira Sarubi (OAB 9540/AM)
Maxon do Nascimento Souza (OAB 12615/AM)
Melissa Pinheiro da Silva (OAB 12855/AM)
MIDIAN BRASIL DAL MEDICO (OAB 10839/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mirtes Rodrigues da Silva (OAB 13432/AM)
Monica Silva dos Santos (OAB 12854/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Nayleide Araujo da Silva (OAB 10901/AM)
Nelson Abdon Souto Kizem (OAB 5454/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nildo Nogueira Nunes (OAB 2698/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paulo Roberto Pinheiro Amazonas (OAB 11243/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Rebeca Dantas Dib (OAB 8909/AM)
Regina Jansen Simões (OAB 1086/AM)
Reinaldo de Aguiar Oliveira (OAB 1835/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Renato Damasceno Batista (OAB 3120/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Augusto da Cruz Lima (OAB 12205/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rita de Cássia Riça de Araújo (OAB 12787/AM)
Roberto Ramos de Castro Junior (OAB 10467/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Roger Marques Mendes (OAB 9516/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Roicildo Pingarilho Martins (OAB 4136/AM)
Ronaldo Sperry (OAB 77222/RS)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Rosa Gabriela Gazel Santana (OAB 11103/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Samara Ribeiro De Souza (OAB 10152/AM)
Saskia Silva Ferraz (OAB 12158/AM)
Sergio Pereira Diniz Botinha (OAB 80900/MG)
Sheila Furtado Abrahim (OAB 1893/AM)
Silvana Lima de Oliveira (OAB 8778/AM)
Suelen Guedes Barbosa Simonetti (OAB 6533/AM)
Tâmara Mendes Gonçalves de Sousa (OAB 6857/AM)
Thais Torres (OAB 376908/SP)
Thiago da Silva Maciel (OAB 5632/AM)
Valeria de Melo Silva (OAB 1566/AM)
Vanessa Janne Rodrigues da Costa (OAB 6645/AM)
Waldemira Rodrigues Matos (OAB 9750/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yngrid Ventilari de Figueiredo Bezerra (OAB 4658/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0192/2019

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0211496-61.2017.8.04.0001 (processo principal 0625240-92.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Guarda - REQUERIDA: Vitória de Souza Balieiro - Intime-se a parte requerida para se manifestar sobre o requerimento de fls. 345/346. 05 dias. À Secretaria para certificar se transcorreu prazo da requerida para manifestação sobre o relatório psicossocial. Transcorrido o prazo, dê-se vista ao Ministério Público.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0238152-65.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Dissolução - REQUERENTE: M.S.C. - De ordem do(a) Juiz(a) da 5ª Vara de Família (Euza Maria) Portaria nº 002/2018 5VF, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifestar acerca do ofício de fls. 403 para e informar os seguintes documentos do Requerido ADAILSON JOSÉ DE SOUZA: nome, data de nascimento, CPF, endereço e dados da Certidão de Nascimento (Cartório, Livro, Folhas, Termo).

ADV: FÁBIO LEITE NOBRE (OAB 11149/AM) - Processo 0253458-40.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fixação - EXEQUENTE: T.L.S.F. - Cumprimento de sentença. Divergência quanto aos valores pagos. Considerando o requerimento de fls. 373/374, bem como o fato de que muitos comprovantes apresentados pelo requerido são sujeitos a conferência de valores, dê-se vista à exequente para informar, no prazo de 05 (cinco) dias, se tais valores foram efetivamente recebidos e, diante disso, informar se ainda há valores remanescentes.

ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0638819-10.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Transação - EXECUTADO: A.S.A. - Intime-se o executado no prazo de 5 (cinco) dias, para efetuar os pagamentos dos valores remanescentes, sob pena de aplicação de medida coercitiva (prisão civil), ao teor do que determina o art. 528, § 7º do Código de Processo Civil.

Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Fábio Leite Nobre (OAB 11149/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0084/2019

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM) - Processo 0608649-84.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0635682-83.2017.8.04.0001) - Execução de Alimentos - Alimentos - EXEQUENTE: E.K.A.S. - EXECUTADO: N.O.N. - Intime-se a parte Executada, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca da certidão de fls. 219. Cumpra-se, com urgência.

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: FRANK VILSON DE AMORIM XABREGAS (OAB 3850/AM) - Processo 0610500-32.2016.8.04.0001 - Execução de Alimentos Infância e Juventude - Oferta - REQUERENTE: Agenida Sirlene Almeida - REQUERIDO: FRANCISCO CARLOS CUNHA DE OLIVEIRA - Ante o teor do acordo celebrado às fls. 86/89, torno sem efeito o Mandado de Prisão fls. 82/83, em desfavor do devedor. À secretaria, para as providências cabíveis. Após, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

ADV: HENOCK IAGO MONTEIRO VALENTE (OAB 13924/AM) - Processo 0633983-86.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.R.P. - Nos termos do provimento nº 63/2002-CGJ, do Egrégio Tribunal de Justiça do Amazonas, diante do Despacho retro, pautei na presente data, a Audiência de Conciliação desta Ação, para o dia 04/11/2019 às 14:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta 7ª Vara de Família, sendo a parte requerente intimada para comparecimento, acompanhada do seu patrono, exclusivamente mediante publicação no Diário de Justiça Eletrônico, em nome do seu respectivo advogado, e a parte requerida será citada e intimada através de carta com AR, para comparecer à audiência, acompanhada do seu advogado, com a ressalva que caso não haja acordo, daquela audiência fluirá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar contestação.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0639146-52.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Flavia Simone Albuquerque Coelho - A presente sentença servirá como Formal de Partilha, para os fins de direito, cabendo a cada um dos divorciandos os bens relacionados no acordo celebrado. Expeça-se o Termo de Guarda, em favor da requerente, mediante a prestação do compromisso legal de bem e fielmente cumprir o encargo, dispensando ao filho toda a assistência e proteção necessárias ao seu adequado desenvolvimento físico, moral, emocional e educacional. Custas divididas entre ambas as partes. Transitado em julgado, expeçam-se os Mandados de Averbação, dirigidos aos Cartórios do Registro de Imóveis competentes, se for o caso, além dos Alvarás, se forem requeridos, resguardando-se os direitos de terceiros. P.R.I.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ANDRÉA CARDOSO SALGADO (OAB 4743/AM), ADV: PAULO CESAR DE SOUSA ARAUJO (OAB 12216/AM), ADV: FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 12751/AM), ADV: THAIS VASQUES DE BRITO (OAB 12592/AM), ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM) - Processo 0640069-78.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fixação - REQUERENTE: Dhylly Ana Benarroz de Lima - REQUERIDO: M.C.A.C. e outro - Após compulsar os autos, decido da seguinte forma: Considero prejudicado o pedido de fls. 176/178 tendo em vista que o processo entrará em fase de sentença. Indefiro pedido de fls. 229/230 uma vez que o réu Damião exarou ciência conforme assinatura em fls. 104. Diante dessa informação, declaro revel o réu Damião Alex de Lima Viana, já que terminado prazo, o mesmo não contestou a presente ação. Intimem-se as partes, por seus advogados, para no prazo de 15 (quinze) dias, informarem se pretendem produzir alguma prova adicional no presente feito, requerendo o que for de seu interesse. Em caso de as respostas serem negativas, conclusos os autos para sentença.

Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Andréa Cardoso Salgado (OAB 4743/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fernando Henrique Oliveira de Almeida (OAB 12751/AM)
Frank Vilson de Amorim Xabregas (OAB 3850/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Henock Iago Monteiro Valente (OAB 13924/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Paulo Cesar de Sousa Araujo (OAB 12216/AM)
Thais Vasques de Brito (OAB 12592/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL
JUIZ(A) DE DIREITO VICTOR ANDRÉ LIUZZI GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL BERNARDO JOSÉ NORONHA ANTUNES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: MARCELLO HENRIQUE SOARES CIPRIANO (OAB 4011/AM) - Processo 0013859-07.1996.8.04.0012 (012.96.013859-0) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Por efeito, e com a concordância da exequente, JULGO EXTINTA, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, a presente execução fiscal, em conformidade com o §4º do art. 40 da LEF e art 924, V c/c art. 487, II, ambos do CPC, e Súmula 314 do STJ, tendo em vista a ocorrência da prescrição intercorrente. Levante-se a constrição incidente sobre o veículo de placa JWI-1951, pág. 34, bem como o desbloqueio da importância constrita à pág. 75. Seja levantado as contrições Custas processuais pela Exequente, das quais fica isenta, na forma da lei. Sem condenação em honorários advocatícios, tendo em vista a ausência de intervenção da Executada. Sem remessa necessária, em conformidade com o artigo 496, §4º, I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de janeiro de 2019. MARCO A P COSTA Juiz de Direito

ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: ALESSANDRA DE ALMEIDA RANGEL (OAB 2801/AM) - Processo 0606750-56.2015.8.04.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: SINART - Sociedade Nacional de Apoio Rodoviário e Turístico Ltda. - Intime-se o embargante para apresentar réplica, no prazo de 15 dias, informando, na oportunidade, se pretende produzir outras provas para a solução de controvérsia jurídica. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: RÔMULO JOSÉ FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0609411-66.2019.8.04.0001 - Execução Fiscal - Dívida Ativa - EXECUTADO: Astro Toys Comercial de Brinquedos Ltda - Isto posto, chamo o feito à ordem para determinar o imediato cancelamento da indisponibilidade de valores às fls. 30. P.R.I.C.

ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM), ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM) - Processo 0626831-89.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0608241-64.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Lançamento

- EMBARGADO: Estado do Amazonas - Desse modo, nego o pedido de redução dos honorários periciais (química e contábil), pelas razões acima. Por via lógica, arbitro os honorários periciais (perícia química) em R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais), e arbitro os honorários periciais (perícia contábil) em R$ 54.600,00 (cinquenta e quatro mil e seiscentos reais) conforme a nova proposta às fls. 686/690. Intime-se a embargante para efetuar o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM), ADV: MONIQUE EVELYN CAVALCANTE DE AZEVEDO (OAB 8131/AM) - Processo 0635225-56.2014.8.04.0001 - Embargos à Execução Fiscal - Lançamento - EMBARGANTE: Sao Luiz Telecomunicacoes Ltda - Isto posto, intimem-se as partes para se manifestarem acerca da prova técnica, no prazo legal. Expeça-se alvará em favor do perito contador Paulo Roberto de Lima Maciel. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE), ADV: FELIPE ANTÔNIO LOPES SANTOS (OAB 7250/AM), ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM) - Processo 0637527-58.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0801998-28.2013.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Fato Gerador/Incidência - REQUERENTE: Petroleo Brasileiro S/a-Petrobras - Desse modo, nego o pedido de redução dos honorários periciais. Por via lógica, arbitro os honorários periciais em R$ 53.040,00 (cinquenta e três mil e quarenta reais), conforme a nova proposta do perito contador às fls. 614/618. Intime-se a embargante para efetuar o depósito dos honorários periciais no prazo de 10 dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO MONTEIRO RODRIGUES (OAB 5150/AM), ADV: GABRIELA MUNIZ DE MOURA (OAB 14809/MA), ADV: ÂNGELO RONCALLI OSMIRO BARRETO (OAB 26766/CE) - Processo 0638661-47.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0627236-28.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Estado do Amazonas - Por não haver óbices, conforme o art. 520 do CPC, defiro o pedido de cumprimento provisório de sentença requerido pelo Estado do Amazonas em face da Petroleo Brasileiro S/a-Petrobras. Determino a intimação da Devedora, via DJ-e, em nome de seus advogados devidamente constituídos nos autos de nº 0627236-28.2016.8.04.0001 (art. 513, § 2º, inciso I do CPC), para que no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento do valor de R$ 1.135.155,71 (um milhão, cento e trinta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos), de acordo com o cálculo às fls. 10. Dados bancários para adimplemento da obrigação: Agência nº 3739-7, Conta nº 11336-0, Banco Bradesco - Associação dos Procuradores do Estado do Amazonas. Caso não haja o pagamento no prazo acima, determino a indisponibilidade online de montante suficiente para a satisfação da verba honorária devidamente acrescida de multa e honorários de advogado (10% de cada), nos termos do artigo 520, § 2º c/c artigo 523, § 1º, ambos do CPC, a recair sobre as contas bancárias e demais ativos financeiros existentes em nome da Devedora. Decorrido in albis o prazo para o cumprimento voluntário da obrigação, inicia-se, sem necessidade de penhora e nova intimação, o prazo para apresentação de impugnação, com espeque no art. 525, caput, do CPC. Por fim, ordeno o apensamento do presente feito ao processo nº 0627236-28.2016.8.04.0001. À secretaria para providências de praxe. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM), ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM) - Processo 0643426-95.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0622196-31.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução Fiscal - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Hospital São Lucas - Destarte, o processo acha-se em ordem, razão pela qual declaro-o saneado para que produza seus legais efeitos. Tendo em vista que a prova é exclusivamente documental e constante dos autos, decido pelo julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para informarem se pretendem produzir outras provas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. P.R.I.C.

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0643974-86.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0009255-03.1996.8.04.0012) - Embargos de Terceiro Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Roza Suzana da Silva Soares - Em virtude dos fatos expostos, RECEBO os presentes embargos nos termos do art. 674 do CPC, mantendo-se na posse o embargante até decisão contrária. Como conseqüência, determino a suspensão do executivo fiscal somente em relação ao bem objeto da presente demanda, consoante disposto no art. 678 do CPC. Cite-se pessoalmente a embargada, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, apresentar contestação aos termos dos presentes embargos. P.R.I.C. Manaus, 11 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito Portaria n° 1989/19

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0647977-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gean Balieiro de Souza - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0647981-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ronaldo Bezerra da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade de justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0647984-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Ronaldo Bezerra da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C.. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0647985-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Ronaldo Bezerra da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0647987-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Ronaldo Bezerra da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0648007-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Sonia Maria de Souza Ferro - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0648023-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria do Socorro Cardoso da Silva - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

ADV: FRANCISCO DE SOUSA SANTANA JÚNIOR (OAB 9856/AM), ADV: DANIEL XAVIER SANTANA (OAB 13096/AM) - Processo 0648125-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Exclusão - ICMS - REQUERENTE: Francisco de Souza Santana - Ante o exposto e em obediência ao art. 1.036, §1º do CPC, permaneçam os autos suspensos até o julgamento do Tema 986/STJ. Gratuidade da justiça concedida. À secretaria para providências de praxe. P.I.C. Manaus, 09 de setembro de 2019. Victor André Liuzzi Gomes Juiz de Direito - Portaria 1989/2019

Alessandra de Almeida Rangel (OAB 2801/AM)
Ângelo Roncalli Osmiro Barreto (OAB 26766/CE)
ARIZZA RACHEL MORAIS DA CUNHA (OAB 7826/AM)
Daniel Xavier Santana (OAB 13096/AM)
ELÓI PINTO DE ANDRADE (OAB 819A/AM)
Felipe Antônio Lopes Santos (OAB 7250/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Francisco de Sousa Santana Júnior (OAB 9856/AM)
Gabriela Muniz de Moura (OAB 14809/MA)
Gustavo Monteiro Rodrigues (OAB 5150/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
JULIANA SANTANA DE OLIVEIRA (OAB 11836/AM)
Marcello Henrique Soares Cipriano (OAB 4011/AM)
Monique Evelyn Cavalcante de Azevedo (OAB 8131/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: DANIEL OLIVEIRA DE MELO (OAB 8972/AM) - Processo 0233521-73.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Clorismar Rodrigues Marques e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0613858-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Bruno Queiroz Ribeiro - Dilon Brendo Souza Silva e outro - EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE ALEGAÇÕES FINAIS A Doutora Rosália Guimarães Sarmento, Juíza de Direito da 2ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes da Comarca de Manaus: FAZ SABER, por meio do presente EDITAL, a todos que dele tomarem conhecimento, sobretudo os ADVOGADOS, para que no prazo de CINCO DIAS apresente as ALEGAÇÕES FINAIS EM FORMA DE MEMORIAIS ESCRITOS DE SEU OUTORGANTE.

Daniel Oliveira de Melo (OAB 8972/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0266/2019

ADV: KAMYLA ATAÍDE PINHEIRO (OAB 14129/AM), ADV: ULISSES SOARES FERREIRA (OAB 13730/AM) - Processo 0647587-17.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADA: Maria Iraneide Seabra da Silva - DESPACHO Notifique-se a denunciada Maria Iraneide Seabra da Silva para oferecer DEFESA PRELIMINAR, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, subscrita por Advogado(a) ou Defensor Público(a), na forma do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Caso a denunciada, notificada, deixem transcorrer in albis o prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa preliminar, certifique-se tal circunstância e encaminhem-se os autos a DPE para que a Defensoria Pública assuma a defesa técnica da denunciada, nos termos do § 3º do art. 55 da Lei nº 11.343/2006. Após a efetiva apresentação da defesa preliminar, voltem-me os autos conclusos (incluir na fila: análise de denúncia) para impulso oficial, evitando-se conclusões antes do cumprimento (e certificação nos autos) de todas as diligências determinadas neste despacho. Oficie-se à autoridade policial (caso esta providência ainda não tenha sido adotada) para a destruição da droga apreendida, nos termos do art. 50 e seus parágrafos e 50-A, todos da Lei nº 11.343/2006. CUMPRA-SE.

Kamyla Ataíde Pinheiro (OAB 14129/AM)
Ulisses Soares Ferreira (OAB 13730/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM), ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: RÔMULO ALMEIDA DO NASCIMENTO (OAB 2150/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: CAMILA CUNHA DE SOUZA (OAB 12450/AM) - Processo 0205724-88.2015.8.04.0001 - Medidas Investigatórias Sobre Organizações Criminosas - Outras fraudes - REPTADA: V.N.S. - M.R.N.S. - A.N.C. - D.S.M. - B.G.S. - S.F.P. - P.H.S.C. - T.E.H.S. - J.G.S. e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 18/09/2019 às 10:00h.

ADV: ANIZIO ANTONIO SILVA DE CASTRO PAES (OAB 9777/AM) - Processo 0207587-79.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: LEANDRO DE OLIVEIRA CERQUEIRA - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 10:00h.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0210175-88.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Deive Aranha Virginio - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 19/09/2019 às 10:30h.

ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: JOSÉ MENEZES PINHEIRO JÚNIOR (OAB 5093/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM) - Processo 0218370-67.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Edvan Valdir Gaia Goudinho - Robison Brito de Souza - Ailton Santos da Silva e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 09:30h.

ADV: MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO MONTEIRO ENGEL (OAB 4700/AM) - Processo 0221265-98.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rogério da Costa Caitano e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 09:00h.

ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM) - Processo 0241811-77.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO:

Andre Carioca Marinho Marques e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 18/09/2019 às 09:00h.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0624668-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: K.S.S. e outros - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 09:45h.

ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM) - Processo 0628529-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Wellinghton Torres de Melo - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 19/09/2019 às 10:15h.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0636085-81.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Wendel Silva dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito João Marcelo Nogueira Moysés, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 24/09/2019 às 10:45h.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0636420-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Lucas Gomes da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Rafael Rodrigo da Silva Raposo, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 18/09/2019 às 09:30h.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Anizio Antonio Silva de Castro Paes (OAB 9777/AM)
Camila Cunha de Souza (OAB 12450/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
José Menezes Pinheiro Júnior (OAB 5093/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (OAB 4700/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Rômulo Almeida do Nascimento (OAB 2150/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO RAFAEL RODRIGO DA SILVA RAPOSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0634744-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Hycalo Fabricio Anjos Ferreira - R.Hoje.Intime-se o advogado constituído do réu Hycalo Fabricio Anjos Ferreira (fls. 203), via DJe, para apresentar alegações finais escritas, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma do art. 403, §3º, do Código de Processo Penal.

ADV: PAULA ALINE ASSUNÇÃO CRUZ (OAB 12718/AM) - Processo 0638890-07.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Lucas Ferreira Soares - Ana Paula Castilho Bustamante e outros - Ante todo o exposto, autorizo a Ana Paula Castilho Bustamante a permanecer em prisão domiciliar, mediante uso de tornozeleira eletrônica, não podendo se afastar mais que 300 m (trezentos metros) do perímetro do imóvel localizado no Beco São Pedro, nº 17, ME - 87, Bairro Redenção, CEP 69.030-400.

ADV: KÁTIA MARIA VASCONCELOS DA SILVA SANTOS (OAB 11464/AM), ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0640500-10.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Azamor Vieira Correa Filho - Thiago Batista do Nascimento - Diante do exposto, estando ausentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva, acolho o pleito formulado pela defesa, e em consonância com o Ministério Público, CONCEDO a Liberdade Provisória em favor dos Requerentes Thiago Batista do Nascimento e Azamor Vieira Correa Filho, com fulcro no art. 321, do Código de Processo Penal, mediante o cumprimento das medidas cautelares diversas da prisão insertas no art. 319, incisos I, II, IV e V, devendo comparecer mensalmente em Juízo para informar e justificar suas atividades, estando proibido de frequentar lugares e estabelecimentos relacionados ao consumo ou tráfico de drogas, proibido de ausentar-se desta Comarca e devendo permanecer recolhido em sua residência no período noturno. Intimem-se as Defesas (fls. 41 e 65), via publicação no DJ-e, para que apresentem defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na forma do artigo 55 da Lei n. 11.343/06, bem assim providenciar a juntada de instrumento de mandato (procuração).

ADV: EMERSON DA SILVA CASTRO (OAB 5591/AM) - Processo 0646974-94.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: John Herbert Ferreira da Silva Pinheiro - Deverá comparecer, ainda, às palestras do PROJETO REEDUCAR, sendo advertido de que o descumprimento injustificado de tais medidas acarretará a revogação do benefício ora concedido. Expeça-se com urgência o Alvará de Soltura e Termo de Compromisso.

Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Emerson da Silva Castro (OAB 5591/AM)
Kátia Maria Vasconcelos da Silva Santos (OAB 11464/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Paula Aline Assunção Cruz (OAB 12718/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO JOÃO MARCELO NOGUEIRA MOYSÉS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KLEBERSON DA COSTA BELEM
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0252/2019

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0616808-50.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antonio Marcos Nunes Florencio - Diante de todo o contexto fático probatório JULGO IMPROCEDENTE a denúncia e acolho a tese da defesa para DESCLASSIFICAR a conduta do réu ANTÔNIO MARCOS NUNES FLORÊNCIO capitulada no artigo 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 para o tipo penal previsto no artigo 28, da Lei 11.343/2006 e determino a redistribuição dos presentes autos ao Juizado Especial Criminal mediante distribuição, na dicção do art. 48, § 1º, da Lei 11.343/2006 c/c CPP, art. 74, § 2º. Concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade, pois em caso de condenação perante o JECRIM, submeterá o denunciado à pena menos gravoso, sendo de rigor a revogação do decreto prisional. Assim expeça ALVARÁ DE SOLTURA para que ANTÔNIO MARCOS NUNES FLORÊNCIO seja incontinenti colocado em liberdade, se por all não estiver preso. Dos bens apreendidos: 1) Determino a destruição da droga apreendida por incineração, caso ainda não tenha sido destruída (Lei nº 11.343/06, art. 32, § 1º); 2) Se houver bens apreendidos determino a sua devolução ao réu mediante apresentação de nota fiscal que comprove a origem lícita, caso contrário declaro a perda em favor da União. Custas pelo Estado. Publique-se, Registre-se, Intimem-se, Cumpra-se. Manaus, 30 de Agosto de 2019.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: VITORIA LUIZA DA SILVA SIZA (OAB 12920/AM) - Processo 0645225-42.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Ruan Silva Menezes - Diego Rafael Ferreira Verissimo - Joel Pinheiro de Souza e outros - CONCEDO a Liberdade Provisória em favor de Joel Pinheiro de Souza e Ruan Silva Menezes, com fulcro no art. 321, do Código de Processo Penal,

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Vitoria Luiza da Silva Siza (OAB 12920/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0208700-29.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0648993-10.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Dignidade Sexual - RÉU: Jonas Obert Martins Osório - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: WANDERLÚCIO DE SOUZA VASCONCELOS (OAB 9850/AM) - Processo 0212696-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: M.D.G.S. - Procedo à intimação da defesa, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente os memoriais escritos, nos termos do art. 403, § 3º do CPP.

ADV: ÁTILA DE MEDEIROS AFFONSO (OAB 1819/AM) - Processo 0223932-91.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: J.M.B.S. - Pelo exposto, ausente um dos pressupostos recursais de admissibilidade (tempestividade), DEIXO DE RECEBER a presente Apelação, conforme fundamentação supra.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0244350-55.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: Jackson Gomes do Nascimento Filho - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO o Réu Jackson Gomes do Nascimento Filho das acusações contra si imputadas, ante a cabal inexistência do fato delituoso, à luz do artigo 386, I, Código de Processo Penal.

ADV: FRANCISCO NONATO BOARY (OAB 1058/AM) - Processo 0244350-55.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: Jackson Gomes do Nascimento Filho - Forte nesses argumentos, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, na medida em que ABSOLVO o Réu Jackson Gomes do Nascimento Filho das acusações contra si imputadas, ante a cabal inexistência do fato delituoso, à luz do artigo 386, I, Código de Processo Penal.

ADV: LEÔNCIO PAES DE CARVALHO (OAB 12809/AM), ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0622406-48.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: E.R.S. e outro - Pelo Exposto, INDEFIRO o Pedido de Substituição da Medida Cautelar do art. 319, I, do CPP (fls. 39/40), de comparecimento mensal em Juízo para comparecimento trimestral, conforme fundamentação supra.

ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0627411-17.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: O.L.A. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 09/10/2019 às 11:30h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação/Requisição do(s) réu(s); e 2) Intimação da(s) Vitima(s) e Testemunha(s) arrolada(s) na Denúncia.

ADV: ANE CAROLINE DOS SANTOS SILVA (OAB 10053/AM) - Processo 0634052-55.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: Y.M.V. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Yago Maciel Vieira - INTIMADO(S) para comparecer à audiência designada para 17/09/2019 às 10:45h, por meio de contato telefônico. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), E.C.S.M E REPRESENTANTE LEGAL CARLA TASSIA DA SILVA MUSSA - INTIMADA à audiência designada para 17/09/2019 às 10:45h, por meio de contato telefônico. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Roberto Reis Neves - NÃO INTIMADO, consoante a Certidão Negativa do Oficial de Justiça e carta de aviso de recebimento, respectivamente, nos itens 90 e 91, razão pela qual procedo à remessa ao Ministério Publico para que manifeste o interesse na oitiva e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Ane Caroline dos Santos Silva (OAB 10053/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Átila de Medeiros Affonso (OAB 1819/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Francisco Nonato Boary (OAB 1058/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Leôncio Paes de Carvalho (OAB 12809/AM)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Wanderlúcio de Souza Vasconcelos (OAB 9850/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 1º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO ANA LORENA TEIXEIRA GAZZINEO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARGARIDA MARIA CAVALCANTE TOMÉ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0103/2019

ADV: EVERSON SOARES RODRIGUES (OAB 10819/AM), ADV: JÉSSICA COSTA SILVA (OAB 10724/AM) - Processo 0202903-83.2017.8.04.0020 (apensado ao processo 0201315-41.2017.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - INDICIADO: G.M.R. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0202903-83.2017.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 11/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intime-se.

ADV: ANDERSON KENNETH SANTOS BELFORT. (OAB 7591/AM) - Processo 0205103-97.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉ: B.B.S.F. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0205103-

97.2016.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 18/11/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM) - Processo 0206753-82.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: L.C.C.S. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0206753-82.2016.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 29/11/2019 às 12:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 2 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se.

ADV: ROBERTO RANSES DAS C. BRASIL (OAB 2935/AM) - Processo 0602419-32.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0602163-89.2019.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - AUTORFATO: J.S.F. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0602419-32.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência do Termo de fls. 52/53, que determina: "[...] Defiro o pedido Ministerial e determino nova data de audiência de instrução para o dia 10/10/2019 às 10:15h. Saem os presentes já devidamente intimados da nova data. Conduza-se a testemunha e a vítima coercitivamente. À secretaria para as providências de praxe". Intimem-se.

ADV: GUTTEMBERG ALENCAR VIANA (OAB 9698/AM), ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM) - Processo 0603124-30.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0644284-29.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contra a Mulher - AUTORFATO: A.S.A. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0603124-30.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 27/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 3 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se.

ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: LÚCIA ERIKA DE OLIVEIRA BARRETO (OAB 8517/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM), ADV: EDUARDO LELES DIAS (OAB 13842/AM) - Processo 0603812-89.2019.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: M.S.P. - Pelo exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, e, em conseqüência, condeno o acusado nas sanções penais do art. 147, da Lei Substantiva Penal, e art. 24-A da Lei 11.340/06.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0604903-20.2019.8.04.0020 (apensado ao processo 0604122-95.2019.8.04.0020) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: D.J.A.B. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0604903-20.2019.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 29/11/2019 às 12:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha), em razão da 15ª edição da Campanha "Justiça Pela Paz em Casa". Intimem-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0605024-82.2018.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - AUTORFATO: D.R.R. - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0605024-82.2018.8.04.0020 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 18/11/2019 às 11:00h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0606684-08.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: Emerson Souza Batalha - ATO ORDINATÓRIO Autos Nº 0606684-08.2017.8.04.0001 Intime-se a(s) parte(s), bem como os seu(s) advogados(as), para tomar(em) ciência da Audiência de Instrução e Julgamento pautada para o dia 19/11/2019 às 11:30h, a ser realizada na Sala de Audiência do Juízo 1 deste 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Intimem-se

Anderson Kenneth Santos Belfort. (OAB 7591/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
Eduardo Leles Dias (OAB 13842/AM)
Everson Soares Rodrigues (OAB 10819/AM)
Guttemberg Alencar Viana (OAB 9698/AM)
Jéssica Costa Silva (OAB 10724/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
Lúcia Erika de Oliveira Barreto (OAB 8517/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Roberto Ranses das C. Brasil (OAB 2935/AM)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0063/2019

ADV: LUCIANA ORTOLAN BORELLI (OAB 14296/AM), ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM), ADV: CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES (OAB 8480/AM), ADV: SALOMÃO E VIANA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 617/AM) - Processo 0200445-63.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - AUTORFATO: P.M.B.P. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 10:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019.Salomão e Viana Advogados Associados, Kon Tsih Wang, Cristiano dos Reis Carvalho Fernandes, Luciana Ortolan Borelli e Beatriz de Souza Souza

ADV: RUTH MARINHO DA SILVA (OAB 1879/AM) - Processo 0200792-75.2016.8.04.0016 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - AUTORFATO: M.D.M.N. - Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e o mais que dos autos consta, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, o ABSOLVO da imputação que lhe é feita na inicial, com base no art. 386, inc. I, do Código de Processo Penal.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0200863-98.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: J.O.L. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 27/11/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembrode 2019.

ADV: NEDSON FERNANDES BRILHANTE DA SILVA (OAB 8210/AM) - Processo 0201251-98.2017.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - INDICIADO: R.C.D. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 28/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019.Nedson Fernandes Brilhante da Silva

ADV: JOÃO ANTONIO DA MOTA SEIXAS (OAB 10046/AM), ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM) - Processo 0203762-75.2012.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: R.J.C.S. - DECISÃO I - Vistos etc ... II - RECEBO A DENÚNCIA em todos os seus termos. III - Cite-se o denunciado acerca da exordial acusatória para que ofereça, via advogado constituído, resposta escrita no prazo de dez dias, conforme artigo 396A do CPP, advertindo-o ainda que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. IV - Não sendo o denunciado encontrado no endereço indicado na denúncia, fica a Secretaria autorizada a proceder a colheita de outros endereços, junto ao Banco de Dados do Tribunal Regional Eleitoral (SIEL) e junto ao próprio SAJ. V - Com fundamento no artigo 353 do CPP,realizada a consulta e verificado endereço em outra Comarca, fica a Secretaria autorizada a expedir a CARTA PRECATÓRIA, na forma dos artigos 354 e 355 do CPP . Consigne-se na Carta Precatória que, se o denunciado se ocultar para não ser citado, deverá o oficial de justiça certificar e proceder a citação por hora certa, nos moldes do artigo 362 do CPP. VI - Devidamente citado e transcorrido o prazo legal, sem manifestação do denunciado, intime-se a Defensoria Pública para representar o réu e apresentar sua defesa escrita. VII - Colhidos os possíveis endereços do denunciado, expedidos os mandados e não sendo ele encontrado para ser citado, vistas ao MP para manifestação. VIII - Sendo requerida, pelo Ministério Público, a citação por edital, desde logo a defiro, ficando a Secretaria autorizada a publicar o edital respectivo, com prazo de quinze dias, conforme artigo 361 e seguintes do CPP. IX - Diligencie-se para intimação do suposto agressor sobre medidas protetivas deferidas, se ainda não intimado. X - Junte-se certidão de antecedentes criminais do denunciado. XI - É ônus das partes - Ministério Público e defesa - arrolarem as testemunhas por ocasião do oferecimento da denúncia ou da defesa prévia, com qualificações e endereços completos, sob pena de restar prejudicada a intimação judicial das mesmas, quando, então, deverão ser apresentadas na audiência pelas próprias partes.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0206621-25.2016.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Lesão Corporal - REQUERIDO: J.C.R.A.J. - Forte nos argumentos expostos, hei por bem JULGAR PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que condeno o acusado nas sanções penais do art. 129, parágrafo nono, da Lei Substantiva Penal.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0600007-35.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600552-42.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: P.M.F. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 11:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019.Lourenço Filho

ADV: JONNE STANLEY DA SILVA TELES (OAB 13993/AM) - Processo 0600170-78.2019.8.04.0030 (apensado ao processo 0600177-70.2019.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - VÍTIMAFATO: D.A.A. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 04/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 12 de setembro de 2019. Jonne Stanley da Silva Teles

ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM) - Processo 0600417-93.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - AUTORFATO: D.L.F.S. - O Ministério Público requereu que o irmão do réu, Alessandro, fosse ouvido em audiência, em vista da necessidade de melhor elucidação dos fatos. Ocorre que, desde a fase inquisitiva, quando foi ouvida pelo Delegado de Polícia, a vítima, de forma clara, mencionou a presença do irmão do réu, informando que teria assistido a discussão, não sendo, portanto, um fato novo a justificar o pedido do MP. Da mesma forma, este juízo não considera relevante para ser intimado como testemunha do juízo, especialmente porque, diante de sua condição de informante, muito provavelmente irá repetir o que já dito pelo réu, ou seja, que viu o casal brigar, mas nada fez porque já era comum tal comportamento entre ambos. Dessa forma, indefiro o pedido. Quanto ao requerimento para intimação da vítima para juntar as mídias das conversas que ocorreram entre ela e o réu entre os dias 17 e 20 de abril de 2018, verifico que as fls. 10/19 já constam tais provas. Para que não reste qualquer dúvida, determino a intimação não somente da vítima, mas também do réu, para que, caso possuam outros prints não juntados aos autos referentes aos fatos narrados na denúncia, que façam a juntada em 05 dias. Esgotado o prazo e nada sendo requerido, abra-se vista para memoriais. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA ANDRÉA VALLE DE SOUZA (OAB 2767/AM) - Processo 0601286-56.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - AUTORFATO: R.T.S. - Processo n.º0601286-56.2018.8.04.0030 CERTIDÃO AUDIÊNCIA PAUTADA Nesta data, certifico que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO foi pautada para o dia 28/11/2019 às 10:30h, a ser realizada na Audiência do Juízo desta 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Processo encaminhando para intimação de audiência ao membro do Ministério Público e da Defensoria Pública, em caso de advogado particular, será intimado via DJE.

ADV: FELIX DE MELO FERREIRA E ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 3032/AM) - Processo 0601307-32.2018.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - AUTORFATO: A.L.O. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019.Felix de Melo Ferreira e Advogados Associados

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM), ADV: WILMAR LUIZ FONTES BELLEZA (OAB 9860/AM) - Processo 0601524-41.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Leve - AUTORFATO: A.M.C.M.J. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 04/11/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 12 de setembro de 2019.Wilmar Luiz Fontes Belleza e Luciano Vieira da Rocha Silva

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0602979-75.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0601050-07.2018.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - AUTORFATO: W.S.P. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019.Igor Brandão Barbosa

ADV: DANIELLE VIEIRA HITOTUZI PAES (OAB 4631/AM), ADV: RAIMUNDO HITOTUZI DE LIMA (OAB 2024/AM), ADV: TAYANA DA SILVA ASSAYAG (OAB 8671/AM) - Processo 0614781-26.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: L.G.S. - Observo que a requerente, maior interesse nas medidas protetivas, manifestou-se no sentido de não possuir interesse nas medidas, porque pacificado o conflito. Assim, inexiste justa causa a manutenção das medidas protetivas. Isto posto, revogo as medidas pelo prazo fixado na decisão inicial. Intimem-se.

ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0621499-39.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0621465-64.2019.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Perturbação da tranquilidade - RÉU: A.V.B. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 31/10/2019 às 11:15h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 11 de setembro de 2019. Fernando Diego Góes Lima

ADV: JOSE ALEXANDRE BULCAO ROMANO (OAB 12759/AM) - Processo 0637258-43.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERIDO: J.A.S. - Trata-se de pedido de revogação de medidas protetivas de urgência deferidas em benefício de Julhiete Anchieta da Silva. Ao ser intimado, o Requerido negou qualquer relacionamento amoroso com a vítima, justificando interesses escusos desta para o manter afastado do condomínio. A vítima, ao ser ouvida, requereu a manutenção das medidas protetivas por temer por sua integridade física. Decido. Após intimação do requerido acerca das medidas protetivas de urgência contra si deferidas, este apresentou manifestação nos autos e juntou diversos documentos. Analisando toda documentação e argumentos do Requerido, entendo que as medidas protetivas de urgência devem ser parcialmente revogadas. O Requerido exerce função de Conselheiro Fiscal do condomínio Vivendas da Cidade, razão pela qual, sua presença no local é de suma importância para o exercício de sua atividade. O suposto relacionamento extraconjugal (fato este que deverá ser comprovado, sob pena de deslocamento da competência para um juizado especial criminal) teria durado 2 meses e findado em 2012. Logo, durante 07 anos, não houve qualquer registro de ocorrência policial feito pela vítima que indicasse conduta inadequada do Requerido a colocar em risco sua integridade física ou moral. Assim sendo, manter vigente todas as medidas antes definidas, diante do contraponto feito pelo Autor do fato, resulta em medida gravosa e desproporcional. Uma vez que a vítima é o objeto principal da Lei Maria da Penha e, diante de uma suposta agressão física, mantenho a proibição do Requerido de manter contato com a vítima, por qualquer meio, revogando as demais medidas anteriormente deferidas.

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0641019-82.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - VÍTIMAFATO: B.O.M. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Conciliação pautada para o dia 29/10/2019 às 09:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 10 de setembro de 2019.Nome do Dheymison Albuquerque da Silva

Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Cristiano dos Reis Carvalho Fernandes (OAB 8480/AM)
Danielle Vieira Hitotuzi Paes (OAB 4631/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Felix de Melo Ferreira e Advogados Associados (OAB 3032/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)
João Antonio da Mota Seixas (OAB 10046/AM)
Jonne Stanley da Silva Teles (OAB 13993/AM)
Jose Alexandre Bulcao Romano (OAB 12759/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Lúcia Andréa Valle de Souza (OAB 2767/AM)
Luciana Ortolan Borelli (OAB 14296/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Nedson Fernandes Brilhante da Silva (OAB 8210/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Raimundo Hitotuzi de Lima (OAB 2024/AM)
Ruth Marinho da Silva (OAB 1879/AM)
Salomão e Viana Advogados Associados (OAB 617/AM)
Tayana da Silva Assayag (OAB 8671/AM)
Wilmar Luiz Fontes Belleza (OAB 9860/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0091/2019

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM) - Processo 0600114-35.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0645787-22.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: R.S.M. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 13:30h.

ADV: LADY MILENA LIMA FERREIRA (OAB 14038/AM) - Processo 0602887-53.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: S.C.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 13:15h.

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0612453-26.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0634372-08.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: C.A.P.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 13:00h.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0622157-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - SUSCITADO: J.E.N.C.V.D. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 09:00h.

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0628850-97.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: J.C.C.F. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 14:30h.

ADV: JAIR FERREIRA RODRIGUES (OAB 1275/AM) - Processo 0635288-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: M.A.B. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 14:00h.

ADV: JUAN PABLO FERREIRA GOMES (OAB 7716/AM) - Processo 0638930-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642897-13.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: J.L.A.S.J. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 09:30h.

ADV: CARLOS ALBERTO BARROS FERREIRA (OAB 12374/AM) - Processo 0642140-82.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: G.A.F. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 09:45h.

ADV: MARCELLUS DE MAGALHÃES CORDEIRO JÚNIOR (OAB 7085/AM) - Processo 0643074-40.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0628967-88.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: J.B.F. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 13:45h.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0647983-28.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601154-33.2017.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: J.W.L.M. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 11:15h.

ADV: DIEGO BARBOSA DE MORAES (OAB 13224/AM) - Processo 0647992-87.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: W.C.S. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 11:00h.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0649930-20.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: A.S.O. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 10:30h.

ADV: JONATHAS DA SILVA SOARES (OAB 14335/AM) - Processo 0650381-45.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0626929-06.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: J.O.X. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 10:15h.

ADV: CAMILA PRINTES LOBATO (OAB 9334/AM) - Processo 0653678-60.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: V.A.Q. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 10:00h.

ADV: PRISCILLA SADALA SENA BENTES (OAB 8103/AM), ADV: ALCIMAR ALMEIDA SENA (OAB 2788/AM) - Processo 0656510-66.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0641724-51.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - RÉU: A.S.A. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 25/11/2019, às 09:30h.

Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Alcimar Almeida Sena (OAB 2788/AM)
Camila Printes Lobato (OAB 9334/AM)
Carlos Alberto Barros Ferreira (OAB 12374/AM)
Diego Barbosa de Moraes (OAB 13224/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Jair Ferreira Rodrigues (OAB 1275/AM)
Jonathas da Silva Soares (OAB 14335/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Juan Pablo Ferreira Gomes (OAB 7716/AM)
Lady Milena Lima Ferreira (OAB 14038/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Marcellus de Magalhães Cordeiro Júnior (OAB 7085/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Priscilla Sadala Sena Bentes (OAB 8103/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)

JUIZ(A) DE DIREITO TAMIRIS GUALBERTO FIGUEIREDO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0059/2019

ADV: MAURO ALEXANDRE LESSA LIMA (OAB 13155/AM), ADV: ÉRICO MARCUS VIEIRA RODRIGUES (OAB 12573/AM) - Processo 0608468-49.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0637718-64.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Ameaça - RÉU: F.S.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 03/12/2019, às 11:00h.

ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM) - Processo 0613188-59.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - REQUERIDO: F.V.M. - De ordem do MM. Juiz, encaminho os autos ao Ministério Público para que, em 48 (quarenta e oito) horas, manifeste-se sobre o doc. de fl. 57.

ADV: RENATA BERNARDINO PAIVA (OAB 10345/AM), ADV: LARISSE GADELHA FONTINELLE (OAB 14351/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: KYARA TRINDADE BARBOSA (OAB 13913/AM), ADV: PAULO DOS ANJOS FEITOZA NETO (OAB 8330/AM), ADV: LARISSA KETTLEN DA ROCHA LIMA (OAB 12542/AM), ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0613188-59.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - REQUERIDO: F.V.M. - Isso posto, consoante parecer ministerial, decido homologar o acordo extrajudicial de fl. 57, pelos seus próprios termos, confirmando a decisão concessiva de medidas (fl. 08/10), com mesmo prazo de vigência das medidas (25/06/2019 - 25/12/2019 - fl. 20), porém, com as mitigações de horários/frequências pactuadas no acordo, a fim de não gerar quadro de possível descumprimento objetivo daquelas. Intime-se as partes, por advogado. Intime-se o MP. Caso inexista recurso, certifique-se trânsito em julgado e arquive-se.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0614698-44.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: M.S.C. - De Ordem do MM. Juiz, procedi à intimação do advogado do réu, via Diário Oficial, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresente resposta escrita à acusação nos termos da denúncia de fls. 23/24.

ADV: CHRISTIAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 13291/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA BEZERRA (OAB 5797/AM), ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM), ADV: HELDER BRANDÃO GÓES (OAB 9780/AM), ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM), ADV: LAURI DARIO BOCK (OAB 12074/AM), ADV: LUIZ FELIPE TAVARES VEIGA (OAB 13150/AM) - Processo 0618976-54.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0632863-42.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - RÉU: G.S.M. - De Ordem do MM. Juiz, procedo à intimação do advogado do réu, via Diário Oficial, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita à acusação, nos termos da denúncia de fls. 22/23 .

ADV: WAGNER SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 14555/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0619354-10.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0614071-40.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: S.Q.F. - RÉU: T.A.A.P. - De Ordem da MMa. Juíza, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 11:15h.

ADV: ROBERTO ANDRÉ XAVIER BEZERRA (OAB 3158/AM) - Processo 0628395-35.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: E.J.S.S. - SENTENÇA: Diante do exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público Estadual, motivo por que CONDENO EDMILSON JOSÉ SALES DA SILVA nas sanções penais do art. 129, § 9o, do Código Penal.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0634845-57.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Contra a Mulher - REQUERENTE: C.A.N.R. - De ordem do MM. Juiz, intimo a requerente, para que no prazo de 30 (trinta) dias, indique o correto/atual endereço do agressor, sob pena de revogação das medidas protetivas de urgência e arquivamento do procedimento.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0635146-04.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Vias de fato - REQUERIDO: R.S.S.J. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: MIGUEL DE ARAÚJO BECKMAN (OAB 12909/AM), ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0638045-72.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: M.S.M. - Isso posto, INDEFIRO os pedidos de fl. 18.20, via de consequência, julgo extinto o feito, confirmando medida protetiva deferida, pelo prazo nela estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida.

ADV: BIANCA PRISCILLA ANJOS DE SOUZA (OAB 13526/AM) - Processo 0640386-71.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: J.P.S. - REQUERIDO: C.S.P. - Isto posto, verificando que tal requerimento já foi expressamente enfrentado, certo que nova manifestação não traz elemento novo apto a mudar entendimento anterior, INDEFIRO novo pedido de reconsideração, e julgo extingo o feito. I

ADV: ELAINE SABRINA MENDES GOMES (OAB 12440/AM) - Processo 0643149-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: I.C.M. - RÉU: F.L.M.L. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 12:30h.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE PAPALÉO (OAB 7338/AM), ADV: ANDRÉ HUMBERTO FORTES PAPALÉO (OAB 5688/AM) - Processo 0649610-67.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - RÉU: R.M.M. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019, às 11:00h.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Ana Paula da Silva Bezerra (OAB 5797/AM)
André Humberto Fortes Papaléo (OAB 5688/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bianca Priscilla Anjos de Souza (OAB 13526/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Christian Araújo de Souza (OAB 13291/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Elaine Sabrina Mendes Gomes (OAB 12440/AM)
Érico Marcus Vieira Rodrigues (OAB 12573/AM)
Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Helder Brandão Góes (OAB 9780/AM)
Isabel Luana de Oliveira Nobre Papaléo (OAB 7338/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Kyara Trindade Barbosa (OAB 13913/AM)
Larissa Kettlen da Rocha Lima (OAB 12542/AM)
Larisse Gadelha Fontinelle (OAB 14351/AM)
Lauri Dario Bock (OAB 12074/AM)
Luiz Felipe Tavares Veiga (OAB 13150/AM)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Mauro Alexandre Lessa Lima (OAB 13155/AM)
Miguel de Araújo Beckman (OAB 12909/AM)
Paulo dos Anjos Feitoza Neto (OAB 8330/AM)
Renata Bernardino Paiva (OAB 10345/AM)
Roberto André Xavier Bezerra (OAB 3158/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Wagner Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 14555/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0400/2019

ADV: NÉLIO GLAUBER DE SOUZA ARAGÃO (OAB 10807/AM) - Processo 0607587-09.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima da Silva - Ante o exposto, julgo improcedentes os pleitos autorais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM) - Processo 0632506-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Liene Libório de Araújo Leitão - DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido constante na exordial, para condenar o Requerido ao pagamento de R$ 19.005,12 (dezenove mil e cinco reais e doze centavos) à título de licenças especiais não gozadas, relativas aos períodos compreendidos entre 14/08/1997 a 14/08/2002, 15/08/2002 a 15/08/2007 e 16/08/2007 a 16/08/2012. Improcedentes os demais pleitos. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. Sobre a condenação deve haver correção monetária, pelo IPCA-e, a contar do mês de outubro de 2014, data em que a requerente passou para a inatividade, e incidirá juros de mora, a contar da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, a parte autora deverá apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 730, I do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Caso a parte renuncie ao excedente e opte por receber 20 salários mínimos, expeça-se o RPV. Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM) - Processo 0633627-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rafael Gonzaga Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antônio Itamar de Sousa Gonzaga, CITE-SE o Requerido para oferecer CONTESTAÇÃO no prazo de 15 dias.

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0633748-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Keli Espíndola de Siqueira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, manifestar-se acerca da contestação.

ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM) - Processo 0635094-42.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Ana Claudia Krachinski do Nascimento - Ante o exposto, julgo procedente o pleito autoral, condenando o Estado do Amazonas a pagar à parte autora a quantia de R$ 39.110,24 (trinta e nove mil, cento e dez reais e vinte e quatro centavos), referente à diferença remuneratória decorrente de sua promoção vertical, correspondente ao período de agosto de 2015 a março de 2018. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, pelo IPCA-e/IBGE, a contar de agosto de 2015 (observando-se a diferença mensal apontada nos cálculos de fl. 26), e juros de mora, contados da data da citação, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/97, em conformidade com o RE nº 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Na oportunidade, deverá a Requerente apresentar as cópias das peças necessárias e demais informações prescritas no art. 534 do CPC, para a instrução de precatório requisitório, nos termos da Resolução 003/2014-DVEXPED-TJ/AM. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifestar no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95 c/c art. 7º da Lei n. 12.153/09 c/c art. 525 do CPC). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência, oficie-se a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com amparo no art. 535, § 3º, I, do CPC, nos termos dos arts. 268 e 269 do RI/TJAM/precatório (natureza alimentar). Após, arquivem-se. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0638703-33.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Elmar Alves de Araujo - Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO VITAL LEITE DE OLIVEIRA (OAB 9124/AM) - Processo 0639221-57.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônio Fernandes Oliveira - Diante do exposto, julgo procedente o pleito autoral, em parte, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para o ?m de condenar o Município de Manaus: a) a proceder o enquadramento do autor na Classe E, Padrão "7", relativo ao cargo de Especialista em Saúde - Enfermeiro, com efeitos retroativos a 01.01.2016; b) a promover o pagamento das diferenças salariais devidas retroativamente a janeiro de 2014 e seus respectivos re?exos sobre 13º salário, férias + 1/3, no valor de R$ 10.397,08 (dez mil trezentos e noventa e sete reais e oito centavos), nos termos da planilha apresentada às fls. 127/135. Sobre os valores haverá correção monetária mensal, pelo IPCA-e, a contar de janeiro de 2014, devendo ser observada a diferença salarial mensal, tomando-se por base a planilha retrocitada. Haverá, ainda, incidência de juros, nos termos do art. 1º - F, da Lei Federal nº 9.494/97, a contar da citação, conforme decidiu o STF no RE 870947 (Tema 810). Certificado o trânsito em julgado e mantendo-se inerte o exequente, fiquem os autos sobrestados aguardando pedido de providências. Caso promova o cumprimento/execução de sentença, remetam-se os autos à contadoria para atualização monetária dos valores. Após, intime-se o advogado da parte autora para ciência dos cálculos e para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar a conta bancária e dados do titular para a instrução do ofício requisitório de pequeno valor. Após, intime-se a Fazenda Pública para, querendo, se manifeste no prazo de 15 dias (art. 52, IX da Lei n. 9.099/95). Uma vez intimada, se a devedora não concordar com o valor executado (excesso de execução), deverá declarar de imediato o valor que entende devido, sob pena de não conhecimento da arguição, nos termos do art. 535 § 2 do CPC. Caso não haja resistência oficie-se ao Procurador-Geral do Estado, nos termos do art. 13, I da Lei n.º 12.1253/09, via portal eletrônico. Comprovado o pagamento, arquivem-se os autos, mediante as cautelas e diligências necessárias. Sem custas e condenação em pagamento de honorários advocatícios, respeitando-se o art. 55 da Lei 9.099/95. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ERCLIUTON SOARES DO NASCIMENTO (OAB 7771/AM) - Processo 0643037-76.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão - REQUERENTE: Silvia dos Santos Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Silvia dos Santos Lima em face do Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0653291-45.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: Dacinea Parente da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Antonio Itamar de Sousa Gonzaga, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Ercliuton Soares do Nascimento (OAB 7771/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Nélio Glauber de Souza Aragão (OAB 10807/AM)
Sérgio Vital Leite de Oliveira (OAB 9124/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0118/2019

ADV: ANTÔNIO LUCIANO LIMA SOUSA (OAB 6974/AM), ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM) - Processo 0617780-49.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - ADOLESCENTE: R.C.S.M. - Analisando os autos do Representado Ryan César da Silva Monteiro prossiga-se com a instrução, designando o dia 23/10/2019 às 09:45h, para audiência de continuação, intimando-se as testemunhas arroladas, dispensando-se aquelas já ouvidas em Juízo. Caso necessária, fica autorizada, desde já, a expedição de mandado em caráter de urgência. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019

Antônio Luciano Lima Sousa (OAB 6974/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ELCIO SIMÕES DE OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0120/2019

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0644370-63.2019.8.04.0001 - Autorização judicial - Entrada e Permanência de Menores - REQUERENTE: Fábrica de Eventos Ltda. - Ante o exposto, em consonância com o parecer ministerial de fls. 36-39, nos termos do art. 149, do ECA, DEFIRO o pedido formulado, condicionando a expedição do Alvará e a consequente realização do evento, à apresentação e JUNTADA, nos autos, da DECLARAÇÃO DE APTIDÃO DO CORPO DE BOMBEIROS quanto a segurança para realização do referido evento, devendo ainda, os menores só poderem frequentá-lo acompanhados por um responsável.

Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

1ª Turma Recursal
Presidente: Dra. Marcelo Manuel da Costa Vieira
Secretário: Jailton Andrade Martins

De ordem da Exma. Sra. Presidente da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis, Criminais e da Fazenda Pública, Dr. Marcelo Manuel da Costa Vieira, de acordo com o artigo 934 do Novo Código de Processo Civil, combinado com o artigo 45 da Lei 9.099/95, torno público que serão julgados os processos a seguir **27/09/2019 às 09:00,** de forma presencial, ou nas sessões seguintes, **observa-se que a reunião para julgamento dos processos no qual há pedido de sustentação oral acontecerá no Auditório Desembargadora Liana de Mendonça Belém, Localizado no Fórum Desembargador Mário Verçosa (Aparecida), no dia 27/09/2019 às 09:00.**
Data da sessão: 27/09/2019 às 09:00

Recurso Inominado Cível nº 0606960-57.2017.8.04.0092 .
Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrente : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogada : Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM)
Advogada : Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM)
Advogado : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Soc. Advogados : Dias dos Santos Advogados (311/AM)
Recorrido : Marcio Santos da Silva
Advogada : Eliana de Oliveira Rezende
Recorrida : VALERIA DUTRA DOS SANTOS
Advogada : Eliana de Oliveira Rezende
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0600387-66.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : José Maria Coelho Damasceno
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0601920-39.2014.8.04.0015 .
Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Soc. Advogados : Andrade Gc Advogados (5797/AM)
Recorrida : SUELLEN FALCÃO DA SILVA
Advogado : Marco Antonio Nobre Salum (8416/AM)
Advogado : Walter Ney Rodrigues Rezende (8700/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0621246-43.2018.8.04.0015 .
Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Edilson Batista de Menezes Junior
Advogada : Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM)
Advogado : Edilson Batista de Menezes Junior (26464/BA)
Recorrido : Green Valet Parking
Advogado : Mauro da Gama Monteiro (9734/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0608642-50.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Rafael Sganzerla Durand (737/AM)
Recorrido : Antônio Marcos Ferreira de Lima
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0608836-50.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco do Brasil S/A
Advogado : Servio Túlio de Barcelos (44698/MG)
Recorrida : Arlete Tavares Azavedo
Advogado : Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM)
Advogado : Ana Carolina Souza Cei (8348/AM)
Advogado : Emmanuel Sousa Viana (12409/AM)
Advogado : Renato de Souza Pinto (8794/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0609526-16.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Erilucia Souza da Silva
Advogada : Camila Leal de Souza (7498/AM)
Recorrida : Amanda Reis Souza
Advogado : José Militão Rodrigues da Silva (12721/AM)
Advogado : Mayara Carvalho Trindade Zurra (8614/AM)
Advogado : Vanessa Nunes Zogahib (10021/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0609002-19.2017.8.04.0015 .
Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrida : Maria das Neves Soutelo Costa
Advogado : Rigoney Saraiva Amorim
Advogado : Divino Francisco de Oliveira Barreto Júnior (8487/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0605804-37.2018.8.04.0015 .
Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Santa Helena Vinte e Um Empreendimentos e Participações Ltda.
Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Recorrida : Radige Araújo da Conceição
Advogada : Andréa Renata Virginio de Souza (9238/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0606117-95.2018.8.04.0015 .
Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Marcelo de Moraes Ribeiro
Advogado : Frederico Moraes Bracher
Recorrido : Azul Linhas Aereas Brasileiras S.a.
Advogado : Itallo Gustavo de Almeida Leite (7413/MT)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0600401-50.2018.8.04.0092 .
Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Apelante : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Apelado : Instituto Educacional Hilda Ferreira (C Meireles da Costa)
Advogado : Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0605983-65.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Eliete Printes Alves
Advogado : Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0613791-46.2017.8.04.0020 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S/A
Advogada : Claudia Kugelmas Mello (107102/SP)
Advogado : Simone de Sá Araújo Jardim (1650/AM)
Recorrido : Tam - Linhas Aéreas S/A
Recorrida : Bruna Ribeiro
Advogado : Ramon Lopes Correa (7962/AM)
Advogada : Juliette Lopes Corrêa (8346/AM)
Recorrido : Lincoln Reis Barbosa
Advogado : Ramon Lopes Correa (7962/AM)
Advogada : Juliette Lopes Corrêa (8346/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0609909-91.2017.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Celso Lobo Chaves
Advogado : Carolinne Silva Moreschi (13761/AM)
Advogado : Charles Gomes da Costa Junior (10715/AM)
Advogado : Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)
Recorrido : Jn Agente de Portaria e Segurança Eletronica Ltda
Advogado : Marcos André Palheta da Silva (3987/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0611739-58.2018.8.04.0015 . Origem: 15º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Leopoldo de Oliveira Silva
Advogado : Malber Souza Tavares (6455/AM)
Recorrente : Ana Lúcia Lemos da Silva
Advogado : Malber Souza Tavares (6455/AM)
Recorrido : Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A.
Advogado : Gustavo Antônio Feres Paixão (1324A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0619931-77.2018.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Itaú S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrente : Banco Itaucard S/A
Advogado : Nelson Monteiro de Carvalho Neto (60359/RJ)
Recorrido : Eniese Lopes Junior
Advogada : Zenize Ribeiro Tamer (5489/AM)
Advogada : Karina Tatiana da Câmara Elias (5420/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0603398-43.2018.8.04.0015 . Origem: 5ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Alberto Fernandes Braga de Azevedo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0603933-69.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Francisco de Canide Barros Andrade
Soc. Advogados : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : CASPEB - CENTRO ASSISTENCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO BRASIL CA
Advogado : Andrea Caldeira do Couto (3601/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0000969-54.2014.8.04.6301 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Vivo S/A
Advogado : Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (2518/AM)
Recorrido : ROSIVANE PEREIRA DE OLIVEIRA
Advogada : Ana Cláudia Conde Vieiralves (6073/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0611976-92.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : CENTRO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL LTDA - CENTRO LITERATUS
Advogado : Raimundo Hitotuzi de Lima (2024/AM)
Advogado : Tayana da Silva Assayag (8671/AM)
Recorrida : Crislei Ferreira Castro
Advogado : Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0618162-34.2018.8.04.0015 . Origem: 3ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Ebanx Ltda
Advogado : Fernando Vergalha Guimarães (20738/PR)
Advogado : Thiago Mahfuz Vezzi (228213/SP)
Recorrido : RINALDE JOSÉ RAMOS DE SOUZA
Advogado : Flávio Queiroz de Souza Paula (10036/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0612530-27.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Delias Tupinambá
Advogado : Delias Tupinambá (2268/AM)
Recorrido : Sky Brasil Serviços Ltda
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Denner B. Mascarenhas Barbosa (1183A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0607592-83.2017.8.04.0092 . Origem: 14ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Sul América Companhia Nacional de Seguros
Advogado : Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Leonilsa Silva Teixeira
Advogado : Cris Rodrigues Florencio (5316/AM)
Advogado : Anderson Correia Pereira (10048/AM)
Advogado : Bruno de Oliveira Rodrigues (9968/AM)
Advogado : Dayana Freitas de Albuquerque Bulcão (10001/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602287-66.2018.8.04.0001 . Origem: Juizado Especial da Fazenda Pública Estadual e Municipal.
Recorrente : O Município de Manaus
Procurador : Walter Siqueira Brito (4186/AM)
Procurador : Daniel Octávio Silva Marinho (4301/AM)
Recorrida : Nereide Cordeiro de Carvalho
Advogado : Ewerton Carneiro da Silva (11062/AM)
Advogada : Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0601157-81.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Cleuter Nascimento Castro
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Gsp - Grêmio dos Servidores Públicos
Advogado : NERIVALDO LIRA ALVES (111386/RJ)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0603936-92.2016.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Carlos Ferreira Monteiro
Advogado : Maria Altamira de Souza (6959/AM)
Recorrido : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602154-64.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Priscila Marques Pires de Carvalho
Advogado : Cristiane Mendes Furlin (6970/AM)
Advogado : Frederico Moraes Bracher
Recorrido : Vivo S.a.
Advogado : Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0602750-31.2015.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Direcional Engenharia S/A
Advogado : Humberto Rossetti Portela (91263/MG)
Advogada : Luma Vieira Marquez (10959/AM)
Advogado : Leonardo Braz de Carvalho (76653/MG)
Recorrida : Juliana Lima de Souza
Advogado : Reberth da Silva Costa (8817/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0628406-22.2018.8.04.0015 . Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Tayane Beatriz de Oliveira Cunha
Advogado : Waldisney Coelho Girão (12569/AM)
Recorrido : Santa Helena Nove Empreendimentos e Participações Ltda
Advogado : Dyonisio Pinto Carielo (103723/MG)
Advogado : Carlos Eduardo Rocha Cruz (73238/MG)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0606610-09.2017.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Recorrida : Maria Correa Esmeraldo de Queiroz
Advogado : Flávio Queiroz de Souza Paula (10036/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0601697-47.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Andre de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : Gleicy Almeida dos Santos
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0622870-64.2017.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Águas do Amazonas S.A.
Advogado : Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM)
Recorrido : Luiz Gonzaga Lopes Santos
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0616356-61.2018.8.04.0015 . Origem: 13º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)
Recorrida : Rogeria Araujo Alves
Soc. Advogados : Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM)
Advogada : Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM)
Advogada : Marcela da Silva Paulo (10325/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0614782-03.2018.8.04.0015 . Origem: 7ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : João Bosco Correa Omena
Advogado : João Bosco Correa Omena (9109/AM)
Recorrido : Drogaria Principal Razão Social: J.w.v. dos Santos
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Recorrido : Bruno - Motociclista da Drogaria Principal
Recorrido : Joselei Vieira da Silva - Proprietario da Motocicleta de Placa Oac: 6501 Cg Fan 150
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Recorrido : André Vieira dos Santos
Advogado : Júlio da Costa Benarrós Neto (13245/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0604225-39.2018.8.04.0020 . Origem: 16ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Severino Gonçalves da Silva
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0600302-20.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Antonia de Souza Araujo
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0604501-70.2018.8.04.0020 . Origem: 9ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Jacó de Lira Almeida
Advogado : Manoel Pedro de Carvalho (4890/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Advogado : Anderson Ortiz Granja de Souza (5059/AM)
Advogado : Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE)
Advogado : Giacomo Dinelly Lima (9753/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0605057-72.2018.8.04.0020 . Origem: 10ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Osmar Tenorio Pereira
Advogada : Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM)
Recorrido : Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros
Advogado : Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0605867-62.2018.8.04.0015 . Origem: 6º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Solon Santos da Silva
Advogado : Ewerton Carneiro da Silva (11062/AM)
Advogada : Ana Barbara Martins Bacelar (11404/AM)
Recorrido : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (877A/AM)
Recorrido : NW ADMINISTRADORA LTDA - EPP
Advogada : Bruna Talita de Souza Bassan (281753/SP)
Advogada : Hanna Tavares Cunha (10417/AM)
Advogado : Zilda Vicentina Bento Arantes (91353/MG)
Recorrido : Banco IBI S/A - Banco Multiplo
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0602512-41.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Recorrido : Miguel Angel Veratudela Curahua
Advogado : Calixto Hagge Neto (8788/AM)
Presidente: Francisco Carlos Gonçalves de Queiroz. Relator: Moacir Pereira Batista

Recurso Inominado Cível nº 0604082-62.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Recorrida : Maria Lucia da Silva Souza
Advogada : Daniele Miranda Souto (12414/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0605231-93.2017.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Maria Albertiza da Costa Fernandes
Advogado : Emerson Abineã da Silva (6393/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (1037A/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Julião Lemos Sobral Junior

Recurso Inominado Cível nº 0001354-10.2018.8.04.4701 . Origem: Vara de Origem do Processo Não informado.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrido : OCILENA PEREIRA RODRIGUES
Advogado : Luiz Ricardo Alves da Silva (7048/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0605849-72.2016.8.04.0092 . Origem: 11ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Nuremberg Osorio Nunes
Advogado : Risonaldo de Melo Lima Junior (6997/AM)
Advogado : Ricardo Nunes Lopes (13034/AM)
Recorrido : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Advogado : Nathacha Camara de Albuquerque (12164/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Recurso Inominado Cível nº 0609836-51.2019.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Bradesco S.a.
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT)
Recorrente : Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito
Advogado : Tarciso Santiago Junior (101313/MG)
Advogado : Décio Freire (56543/PE)
Recorrida : James Oliveira Santos
Advogado : Luciano da Silva Rocha (9788/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Francisco Soares de Souza

Recurso Inominado Cível nº 0605393-88.2017.8.04.0092 . Origem: 4ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Thiago Rodrigo Dos Santos Resende
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrente : Eliana de Oliveira Resende
Advogado : Eliana de Oliveira Resende (12168/AM)
Recorrido : Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda
Soc. Advogados : Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Recorrido : Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio)
Advogada : Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)
Soc. Advogados : Ana Paula da Silva Bezerra (5797/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0606128-27.2018.8.04.0015 . Origem: 12º Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado : André de Souza Oliveira (5219/AM)
Advogado : Wilson Sales Belchior (17314/CE)
Recorrida : SANDRA CARDOSO E SILVA FURTADO
Advogada : Louise Caroline Miquiles Guimarães (9251/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0603792-50.2018.8.04.0015 . Origem: 8ª Vara do Juizado Especial Cível (Nilton Lins).
Recorrente : Jeorge Lima de Sousa
Advogado : Andressa Sodre Oliveira (9885/AM)
Recorrido : Banco Pan S/A
Advogado : Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Adonaid Abrantes de Souza Tavares

Recurso Inominado Cível nº 0602206-41.2019.8.04.0015 . Origem: 1ª Vara do Juizado Especial Cível.
Recorrente : Net Seriços de Comunicação S.a
Recorrente : Diego Andrade de Oliveira
Advogado : Diego Andrade de Oliveira (8792/AM)
Recorrido : Net Serviços de Comunicação S/A
Advogado : Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE)
Advogado : Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (8766/AM)
Presidente: Marcelo Manuel da Costa Vieira. Relator: Marcelo Manuel da Costa Vieira

Manaus, 12 de setembro de 2019. Jailton Andrade Martins. Secretário

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0600562-68.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: PATRIURBIS 01 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRTIOS LTDA. - Recorrido: Pedro Guilherme Moraes Correa - Recorrido: Paulo Thomaz Moraes Correa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM) e Alysson George Gomes Cavalcante (3710/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), advogado(a) de Paulo Thomaz Moraes Correa e Pedro Guilherme Moraes Correa, PATRIURBIS 01 EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRTIOS LTDA. intimado(a,s), do ACÓRDÃO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600562-68.2016.8.04.0015 ou a sua Ementa: EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO. INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (PROCESSO N.º 0005477-60.2016.8.04.0000). RECURSO ESPECIAL. EFEITO SUSPENSIVO. INEXISTÊNCIA. CLÁUSULA DE 180 DIAS. INÍCIO DA CONTAGEM. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA SUPRIR OMISSÃO. EFEITOS MODIFICATIVOS NÃO CONCEDIDOS.. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607379-36.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edezio Jesus Barroso de Araujo Junior - Recorrido: Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM), Florisvaldo Correia Souza Júnior (1917/RO), advogado(a) de Instituto de Ensino Hilda Ferreira S/s Ltda., Edezio Jesus Barroso de Araujo Junior intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Marcelo Manuel da Costa Vieira, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607379-36.2016.8.04.0020. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Florisvaldo Correia Souza Júnior (OAB: 1917/RO) - Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000197-98.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Banco Bmg S/A - Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 7° VADA DO JEC DA COMARCA DE MANAUS - ListPassiv: NAZIRA DE OLIVEIRA LOPES - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), advogado(a) de JUIZO DE DIREITO DA 7° VADA DO JEC DA COMARCA DE MANAUS e NAZIRA DE OLIVEIRA LOPES, Banco Bmg S/A intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Julião Lemos Sobral Junior, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000197-98.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Fórum Mário Verçosa

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0001403-85.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Construtora Capital Rossi Empreendimentos S/A - Recorrente: City Negócios Imobiliários Ltda - Recorrida: Miriam Alves Severino de Queiroz - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniele Goulart de Souza (5583/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM), Marconde Martins Rodrigues (4695/AM) , advogado de City Negócios Imobiliários Ltda e Construtora Capital Rossi Empreendimentos S/A, Miriam Alves Severino de Queiroz, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001403-85.2017.8.04.4701 , interposto City Negócios Imobiliários Ltda e Construtora Capital Rossi Empreendimentos S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Daniele Goulart de Souza (OAB: 5583/AM) - Marconde Martins Rodrigues (OAB: 4695/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0001797-92.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: SIDINEY TAVARES BENEZAR - Recorrido: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Lauri Dario Bock (12074/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA) , advogado de SIDINEY TAVARES BENEZAR, Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001797-92.2017.8.04.4701 , interposto SIDINEY TAVARES BENEZAR. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0202085-15.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: J.L. Chaar Simão - Eireli (Amazon Print) - Recorrido: Wanderlei Mendiola Braga - ListPassiv: Dell Computadores do Brasil Ltda - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). João Lucas Pantoja Vieira (9982/AM), Thiago Mahfuz Vezzi (11937A/AL) , advogado de J.L. Chaar Simão - Eireli (Amazon Print), Dell Computadores do Brasil Ltda e Wanderlei Mendiola Braga, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0202085-15.2018.8.04.0015 , interposto J.L. Chaar Simão - Eireli (Amazon Print). Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: João Lucas Pantoja Vieira (OAB: 9982/AM) - Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 11937A/AL) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601248-52.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: Anderson Carvalho de Andrade - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM), Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (876/AM) e Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Anderson Carvalho de Andrade, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601248-52.2018.8.04.0092 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB: 876/AM) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602311-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Angela da Conceição Guedes de Carvalho - Recorrido: Banco Toyota do Brasil S.a. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniel Guedes Carvalho (7533/AM), Daniel Guedes Carvalho (7533/AM), Ricardo de Oliveira Lima (6306/AM) e Tharrane de Matos Sampaio da Silva (10108/AM), Fábio Rivelli (1119A/AM) e Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (165046/SP) , advogado de Angela da Conceição Guedes de Carvalho, Banco Toyota do Brasil S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602311-86.2017.8.04.0015 , interposto Angela da Conceição Guedes de Carvalho. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Daniel Guedes Carvalho (OAB: 7533/AM) - Tharrane de Matos Sampaio da Silva (OAB: 10108/AM) - Ricardo de Oliveira Lima (OAB: 6306/AM) - Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB: 165046/SP) - Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602840-22.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Renata Marques Sobral - Recorrido: Vivo S.a. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Felipe Luiz Alencar Vilarouca (19194/MT), André de Souza Oliveira (5219/AM), Harthuro Yacintho Alves Carneiro (45458/GO) e Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO) , advogado de Renata Marques Sobral, Vivo S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602840-22.2019.8.04.0020 , interposto Renata Marques Sobral. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB: 19194/MT) - Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Harthuro Yacintho Alves Carneiro (OAB: 45458/GO) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603827-07.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Cartório do 2º Ofício de Notas de Manaus/am - Recorrido: Ezequiel de Almeida Mendes - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniel Rocha Nonbrega (10626/AM) e Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (10797/AM), Hállice Moreira Teixeira (9003/AM) , advogado de Cartório do 2º Ofício de Notas de Manaus/am, Ezequiel de Almeida Mendes, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603827-07.2017.8.04.0092 , interposto Cartório do 2º Ofício de Notas de Manaus/am. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Daniel Rocha Nonbrega (OAB: 10626/AM) - Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB: 10797/AM) - Hállice Moreira Teixeira (OAB: 9003/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608144-85.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rosa Gabriela Gazel Santana - Recorrido: Decolar.com Ltda - Recorrido: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Thaís Figueira de Oliveira (11229/AM), Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Felipe Avellar Fantini (333629/SP), Francisco Antonio Fragata Jr (39768/SP), Gustavo Antônio Feres Paixão (1324A/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Luis Carlos Monteiro Laurenço (664A/AM), Márcio Vinicius Costa Pereira (84367/RJ), Ricardo da Costa Alves (53379/PR), Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (362569/SP) e Thiago Xavier Alves (331632/SP) , advogado de Rosa Gabriela Gazel Santana, Decolar.com Ltda e Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608144-85.2017.8.04.0015 , interposto Rosa Gabriela Gazel Santana. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Thaís Figueira de Oliveira (OAB: 11229/AM) - Thiago Xavier Alves (OAB: 331632/SP) - Ricardo da Costa Alves (OAB: 53379/PR) - Stephanye Rodrigues Vaz Pedroso (OAB: 362569/SP) - Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB: 664A/AM) - Francisco Antonio Fragata Jr (OAB: 39768/SP) - Felipe Avellar Fantini (OAB: 333629/SP) - Márcio Vinicius Costa Pereira (OAB: 84367/RJ) - Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608511-12.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Sandro Rogerio Diniz Silva - Recorrente: Daniela Azevedo Cardoso - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). David Cunha Novoa (10777/AM), Eduardo Akira Sakita (4116/AM) e Jessica Santana Magnani (10343/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Daniela Azevedo Cardoso e Sandro Rogerio Diniz Silva, Todas as Partes Passivas Não informado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608511-12.2017.8.04.0015 , interposto Daniela Azevedo Cardoso e Sandro Rogerio Diniz Silva. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Eduardo Akira Sakita (OAB: 4116/AM) - Jessica Santana Magnani (OAB: 10343/AM) - David Cunha Novoa (OAB: 10777/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608783-69.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: L. Masako Ishikawa Eireli - Epp - Recorrido: Casa Canavarro Ferragens Ltda - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Lucilene Macedo dos Santos (8545/AM) e Tais Naira Souza Bezerra (12579/AM), Vitor Berenguer B. Junior (8336/AM) , advogado de L. Masako Ishikawa Eireli - Epp, Casa Canavarro Ferragens Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608783-69.2018.8.04.0015 , interposto L. Masako Ishikawa Eireli - Epp. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Lucilene Macedo dos Santos (OAB: 8545/AM) - Tais Naira Souza Bezerra (OAB: 12579/AM) - Vitor Berenguer B. Junior (OAB: 8336/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613896-72.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrida: JARDELE LIMA AMARO - Recorrente: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo – Assupero (unip) - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Káthya Regina Barbosa de Sena (1051A/AM), Karine Casara Batista (10522/AM) , advogado de Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero (unip), JARDELE LIMA AMARO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613896-72.2016.8.04.0015 , interposto Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero (unip). Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB: 1051A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619652-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: VRG Linhas Aéreas S/A - Recorrente: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - Recorrido: Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Gustavo Antônio Feres Paixão (95502/RJ), Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM) e Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (9967/AM) e Sérgio Sahdo Meireles Junior (13241/AM) , advogado de Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. e VRG Linhas Aéreas S/A, Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619652-91.2018.8.04.0015 , interposto Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. e VRG Linhas Aéreas S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) - Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 95502/RJ) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Sérgio Sahdo Meireles Junior (OAB: 13241/AM) - Maurilio Sergio Ferreira da Costa Filho (OAB: 9967/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624530-59.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Antonio Magela Tavares - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM) e Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM), Alan Sampaio Campos (341543/SP), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489A/BA) e Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) , advogado de Antonio Magela Tavares, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624530-59.2018.8.04.0015 , interposto Antonio Magela Tavares. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) - Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP) - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4000253-34.2019.8.04.9000 - Agravo de Instrumento - Manaus - Agravante: MSA EMPRESA CINEMATOGRÁFICA LTDA - Agravado: SAMUEL LIMA FREIRE - Coatora: JUIZO DE DIREITO DA 11° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - AM - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, FRANCISCO BROMATI NETO (297205/SP), advogado(a) de JUIZO DE DIREITO DA 11° VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DE MANAUS - AM e SAMUEL LIMA FREIRE, MSA EMPRESA CINEMATOGRÁFICA LTDA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Antônio Itamar de Souza Gonzaga, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Agravo de Instrumento nº 4000253-34.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: FRANCISCO BROMATI NETO (OAB: 297205/SP) - Fórum Mário Verçosa

2ª Turma Recursal
DESPACHO DE RELATORES

2ª Turma Recursal

4000248-12.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: (Óticas Americanas) Cristiano Caetano da Silva - EPP. Advogado: Fabiana Amorim Barros (OAB: 10647/AM). Impetrado: JUIZO DE DIREITO DA 16° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS - AM. ListPassiv: Eulalia de Souza Oliveira. Advogado: Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB: 7967/AM). Advogado: Raimundo Simao Jeronimo Filho (OAB: 13056/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Paulo Jaqson Freire Pinto (7967/AM) e Raimundo Simao Jeronimo Filho (13056/AM),

Fabiana Amorim Barros (10647/AM), advogado(a) de Eulalia de Souza Oliveira e JUIZO DE DIREITO DA 16° VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MANAUS - AM, (Óticas Americanas) Cristiano Caetano da Silva - EPP intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Antônio Itamar de Souza Gonzaga, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000248-12.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019.

4000259-41.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível. Impetrante: Uber do Brasil Tecnologia Ltda. Advogado: Celso de Faria Monteiro (OAB: 1080/AM). Impetrado: JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE MANAUS – AM. LitsPassiv: João de Assunção Printes. Advogado: Celso Antônio da Silveira (OAB: 5807/AM). Despacho: - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Celso Antônio da Silveira (5807/AM), Celso de Faria Monteiro (1080/AM), advogado(a) de João de Assunção Printes e JUIZ DE DIREITO DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL DA COMARCA DE MANAUS - AM, Uber do Brasil Tecnologia Ltda intimado(a,s), dO DESPACHO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Antônio Itamar de Souza Gonzaga, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000259-41.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019.

Total de feitos: 2

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000598-35.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A E BANCO BONSUCESSO S/A, - Recorrido: ODERLAN GLORIA DE SOUZA - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Willian dos Santos Silva (10232/AM) , advogado de BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A E BANCO BONSUCESSO S/A,, ODERLAN GLORIA DE SOUZA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000598-35.2017.8.04.4701 , interposto BANCO OLÉ BONSUCESSO CONSIGNADO S/A E BANCO BONSUCESSO S/A,. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603697-68.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lucelia Lopes Campos - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM), Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) , advogado de Lucelia Lopes Campos, Banco Bradesco S.a. e Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603697-68.2019.8.04.0020 , interposto Lucelia Lopes Campos. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) - Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) - Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603697-68.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lucelia Lopes Campos - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM), Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) e Mauro Paulo Galera Mari (3056/MT) , advogado de Lucelia Lopes Campos, Banco Bradesco S.a. e Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603697-68.2019.8.04.0020 , interposto Lucelia Lopes Campos. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB: 10057/AM) - Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 8872/AM) - Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 3056/MT) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604874-24.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS - Recorrido: Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), André Gonçalves de Arruda (200777/SP), Daniel Fabio Jacob Nogueira (3136/AM), Juliana Fernandes dos Santos (292422/SP) e Ney Bastos Soares Junior (4336/AM) , advogado de MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS, Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604874-24.2015.8.04.0015 , interposto MARCIO ANDRE FILGUEIRA DIAS. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Daniel Fabio Jacob Nogueira (OAB: 3136/AM) - Juliana Fernandes dos Santos (OAB: 292422/SP) - André Gonçalves de Arruda (OAB: 200777/SP) - Ney Bastos Soares Junior (OAB: 4336/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607535-65.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maria das Graças Borges Lopes - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ) , advogado de Maria das Graças Borges Lopes, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607535-65.2017.8.04.0092 , interposto Maria das Graças Borges Lopes. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Kelson Girão de Souza (OAB: 7670/AM) - Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB: 7396/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) - Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609118-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Itaucard S/A - Recorrido: Marcos Antônio Leite da Silva Junior - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Banco Itaucard S/A, Marcos Antônio Leite da Silva Junior, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609118-88.2018.8.04.0015 , interposto Banco Itaucard S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612263-89.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: HELIODORO ARCEBIADES DE AGUIAR - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Anderson Correia Pereira (10048/AM), Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM) e Gabriel Castilho dos Santos (10277/AM), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) , advogado de HELIODORO ARCEBIADES DE AGUIAR, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612263-89.2017.8.04.0015 , interposto HELIODORO ARCEBIADES DE AGUIAR. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM) - Gabriel Castilho dos Santos (OAB: 10277/AM) - Anderson Correia Pereira (OAB: 10048/AM) - Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB: 96864/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614808-35.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jussara Regina Macedo Coelho - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA) , advogado de Jussara Regina Macedo Coelho, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614808-35.2017.8.04.0015 , interposto Jussara Regina Macedo Coelho. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616764-86.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maria Auxiliadora Costa Braga - Recorrido: Banco Santander S.a. - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Roberto Marques da Costa (4135/AM), Marco André Honda Flores (6171/MS) , advogado de Maria Auxiliadora Costa Braga, Banco Santander S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616764-86.2017.8.04.0015 , interposto Maria Auxiliadora Costa Braga. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Roberto Marques da Costa (OAB: 4135/AM) - Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624061-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Priscila Assunção Pavesi - Recorrida: Raisa Feitosa da Costa Pinto - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leonardo Barreto Rocha Junior (8315/AM), Bruno Ricardo Lima Tapajós (5695/AM), Mariana Monte Giovanazzi (12076/AM) e Vitor Lima Verde Coelho (12945/AM) , advogado de Priscila Assunção Pavesi, Raisa Feitosa da Costa Pinto, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624061-13.2018.8.04.0015 , interposto Priscila Assunção Pavesi. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Leonardo Barreto Rocha Junior (OAB: 8315/AM) - Vitor Lima Verde Coelho (OAB: 12945/AM) - Mariana Monte Giovanazzi (OAB: 12076/AM) - Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB: 5695/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0628803-81.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrida: Renata do Monte Rodrigues - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (17314/CE), Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, Renata do Monte Rodrigues, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0628803-81.2018.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0629719-18.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Maria do Perpetuo Socorro da Silva Mota - 2ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM), Flávia Caroline de Santana (10641/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Maria do Perpetuo Socorro da Silva Mota, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0629719-18.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) - Flávia Caroline de Santana (OAB: 10641/AM) - Fórum Mário Verçosa

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0612661-07.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: MARIA DA SILVA E SILVA - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Edson Cavalcante Barros e Kaio Klinger Viana do Nascimento (12185/AM), advogado(a) de Águas do Amazonas S.A., MARIA DA SILVA E SILVA intimado(a,s), do ACÓRDÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Moacir Pereira Batista, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612661-07.2015.8.04.0015. EMENTA: DANO MORAL. INSCRIÇÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM BANCO DE DADOS RESTRITIVO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE OS DÉBITOS SÃO DA AUTORA, E QUE A MESMA É RESPONSÁVEL PELA UNIDADE CONSUMIDORA. O DANO MORAL É DECORRÊNCIA NATURAL DA NEGATIVAÇÃO INDEVIDA, APRESENTANDO-SE NA MODALIDADE IN RE IPSA. PRECEDENTES STJ. ART. 14 DO CDC. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO, POIS PROPORCIONAL AO DANO SOFRIDO. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. Ante a ausência de preliminares, passo ao julgamento do mérito. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Edson Cavalcante Barros - Kaio Klinger Viana do Nascimento (OAB: 12185/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 4000056-79.2019.8.04.9000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: HERMES BEZENCRY MARREIROS - Impetrado: Juízo do 12º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM - LitsPassiv: Sky Brasil Serviços Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Denner B. Mascarenhas Barbosa (1183A/AM), Johnny de Oliveira Salles (8430/AM), advogado(a) de Juízo do 12º Juizado Especial Cível da Comarca de Manaus/AM e Sky Brasil Serviços Ltda, HERMES BEZENCRY MARREIROS intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Luiza Cristina Nascimento da Costa Marques, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Mandado de Segurança Cível nº 4000056-79.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Johnny de Oliveira Salles (OAB: 8430/AM) - Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB: 1183A/AM) - Fórum Mário Verçosa

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000601-33.2016.8.04.4601 - Recurso Inominado Cível - Iranduba - Apelante: CONSTROI IMOBILIÁRIA - Apelado: MARCELLY MARIA FERREIRA ABE - Apelante: IMOBILIARIA TERRA FIRME - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ikaro Pereira Amore (6350/AM), Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM) e Lorena Santana Pimentel (11224/AM) , advogado de CONSTROI IMOBILIÁRIA e IMOBILIARIA TERRA FIRME, MARCELLY MARIA FERREIRAABE, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000601-33.2016.8.04.4601 , interposto CONSTROI IMOBILIÁRIA e IMOBILIARIA TERRA FIRME. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Ikaro Pereira Amore (OAB: 6350/AM) - Lorena Santana Pimentel (OAB: 11224/AM) - Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (OAB: 10616/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0203321-36.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA - Recorrido: LIAJANI DOS SANTOS MONTEIRO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luciana Nazima (169451/SP), Pedro de Oliveira (2042/AM) , advogado de TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA, LIAJANI DOS SANTOS MONTEIRO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0203321-36.2017.8.04.0015 , interposto TUV RHEINLAND DO BRASIL LTDA. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Luciana Nazima (OAB: 169451/SP) - Pedro de Oliveira (OAB: 2042/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0205688-33.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A - Recorrido: GERSON ALVES IKUNO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM), Matheus Araújo Muniz (7626/AM) , advogado de Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, GERSON ALVES IKUNO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0205688-33.2017.8.04.0015 , interposto Lojas Riachuelo S/A - MIDWAY CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Matheus Araújo Muniz (OAB: 7626/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0212336-63.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: Maria das Graças da Silva Rodrigues - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Maria das Graças da Silva Rodrigues, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0212336-63.2016.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600128-79.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: FJ da Silva Veículos (WALDIR VEICULOS) - Recorrida: MARIA FARIAS DE MORAES - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). José Luiz Leite (622A/AM), Mozart Luis Nascimento dos Santos (5436/AM) , advogado de FJ da Silva Veículos (WALDIR VEICULOS), MARIA FARIAS DE MORAES, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600128-79.2016.8.04.0015 , interposto FJ da Silva Veículos (WALDIR VEICULOS). Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: José Luiz Leite (OAB: 622A/AM) - Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB: 5436/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600360-54.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Laurivalda Silva de Araujo - Requerido: Banco Bonsucesso S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Regiane Araujo da Silva Melo (10757/AM), Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) , advogado de Laurivalda Silva de Araujo, Banco Bonsucesso S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600360-54.2016.8.04.0092 , interposto Laurivalda Silva de Araujo. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601019-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rogério Marães Pantoja - Recorrido: Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe - Recorrido: Capital Rossi Empreendimentos S/A - Recorrido: Santo Amadeu Empreendimentos Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Hiago dos Santos Buás (11741/AM) e Maria Francideuza da Costa (4256/AM), Andrade GC Advogados (57/AM), Andrade GC Advogados (57/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) , advogado de Rogério Marães Pantoja, Capital Rossi Empreendimentos S/A, Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliarios Ltda Spe e Santo Amadeu Empreendimentos Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601019-66.2017.8.04.0015 , interposto Rogério Marães Pantoja. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Maria Francideuza da Costa (OAB: 4256/AM) - Hiago dos Santos Buás (OAB: 11741/AM) - Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601952-24.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Millenium Shopping - Recorrida: Rosane Lima dos Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Humberto Rossetti Portela (91263/MG), ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (9332/AM) , advogado de Millenium Shopping, Rosane Lima dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601952-24.2017.8.04.0020 , interposto Millenium Shopping. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Humberto Rossetti Portela (OAB: 91263/MG) - ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB: 9332/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602432-51.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Direcional Engenharia S/A - Recorrida: Camila Carla Marinho Martins - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Direcional Engenharia S/A, Camila Carla Marinho Martins, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602432-51.2016.8.04.0015 , interposto Direcional Engenharia S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603170-39.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: SUELY DA COSTA MARREIROS - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Marina Batstos da Porciuncula Benghi (983/PE), Adriano Alves de Lima (7398/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, SUELY DA COSTA MARREIROS, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603170-39.2016.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Marina Batstos da Porciuncula Benghi (OAB: 983/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605979-62.2016.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrido: CONSUELO MARQUES SALGADO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE), Ellen Caroline Oliveira de Alcantara (10616/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, CONSUELO MARQUES SALGADO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605979-62.2016.8.04.0092 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606018-25.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Julio Garcia Mocambite - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ) , advogado de Julio Garcia Mocambite, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos

autos de Recurso Inominado Cível nº 0606018-25.2017.8.04.0092 , interposto Julio Garcia Mocambite. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: João Batista Andrade de Queiroz (OAB: 2372/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) - Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607300-98.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Aig Seguros Brasil S/A - Recorrente: Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito - Recorrida: KATHIA PAULA MATOS GUERRA - Recorrido: Flávio Rafael Perdigão Guerra - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM), Eduardo Chalfin (1140A/AM), Eduardo Chalfin (A1140/AM), Fernando Campos Varnieri (997A/AM), Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM) e Warney Mauro Prestes da Costa Val (2837/AM), Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM) e Flávio Rafael Perdigão Guerra (8500/AM) , advogado de Aig Seguros Brasil S/A e Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito, Flávio Rafael Perdigão Guerra e KATHIA PAULA MATOS GUERRA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607300-98.2017.8.04.0092 , interposto Aig Seguros Brasil S/A e Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Eduardo Chalfin (OAB: 1140A/AM) - Eduardo Chalfin (OAB: A1140/AM) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB: 2837/AM) - Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM) - Fernando Campos Varnieri (OAB: 997A/AM) - Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB: 8500/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607589-31.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Ana Luiza da Silva Pinto - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniella Rodrigues de Araújo (8199/AM), Bianca Medrado de Carvalho (8775/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) , advogado de Ana Luiza da Silva Pinto, Águas do Amazonas S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607589-31.2017.8.04.0092 , interposto Ana Luiza da Silva Pinto. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Daniella Rodrigues de Araújo (OAB: 8199/AM) - Bianca Medrado de Carvalho (OAB: 8775/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608819-48.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Marcus Vinicius Bergo Coelho - Recorrido: José Carlos de Oliveira - Recorrido: Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM - Recorrido: Banco Itaú S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcus Vinicius Bergo Coelho, Claudevan de Souza Pereira (7800/AM), Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (7665/AM), José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM), Moysés Roberto Geber Corrêa (5678/AM) e Silvio Kleber Batista Lobato (8813/AM) , advogado de Marcus Vinicius Bergo Coelho, Banco Itaú S/A, Condomínio do Centro Médico e Odontológico de Manaus - CEMOM e José Carlos de Oliveira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608819-48.2017.8.04.0015 , interposto Marcus Vinicius Bergo Coelho. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Marcus Vinicius Bergo Coelho - Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB: 5678/AM) - Claudevan de Souza Pereira (OAB: 7800/AM) - Silvio Kleber Batista Lobato (OAB: 8813/AM) - Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB: 7665/AM) - José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609130-47.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Antonio Silva de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Isabella Peres Russo (3198/AM), Antonio Carlos Gama Alves (16215/PA) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Antonio Silva de Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609130-47.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Isabella Peres Russo (OAB: 3198/AM) - Antonio Carlos Gama Alves (OAB: 16215/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610745-35.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Itaú S/A - Recorrida: Andreza Correa Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Banco Itaú S/A, Andreza Correa Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610745-35.2015.8.04.0015 , interposto Banco Itaú S/A. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613486-77.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lindinalva Nunes de Oliveira - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) , advogado de Lindinalva Nunes de Oliveira, Águas do Amazonas S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613486-77.2017.8.04.0015 , interposto Lindinalva Nunes de Oliveira. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614313-25.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: INFO STORE COMPUTADORES DA AMAZÔNIA LTDA - Recorrida: ARETHA ESTEVES BITTENCOURT - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Marcela da Silva Paulo (10325/AM) , advogado de INFO STORE COMPUTADORES DA AMAZÔNIA LTDA, ARETHA ESTEVES BITTENCOURT, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614313-25.2016.8.04.0015 , interposto INFO STORE COMPUTADORES DA AMAZÔNIA LTDA. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619776-11.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Denison Barros da Silva - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Manoel Eduardo dos Santos Assis (9613/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (1676/PE) e Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (167006/RJ) , advogado de Denison Barros da Silva, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619776-11.2017.8.04.0015 , interposto Denison Barros da Silva. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB: 9613/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 1676/PE) - Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB: 167006/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0627920-37.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Vivo S.a. - Recorrido: Josemi Silva Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilker Bauher Vieira Lopes (29320/GO), Evaldo Lucio da Silva (10462/MT) , advogado de Vivo S.a., Josemi Silva Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0627920-37.2018.8.04.0015 , interposto Vivo S.a.. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB: 29320/GO) - Evaldo Lucio da Silva (OAB: 10462/MT) - Fórum Mário Verçosa

TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000478-25.2019.8.04.9000 - Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível - Manaus - Recorrente: CERVEJARIA HEINEKEN - Recorrida: Blenda Byanca Barros do Norte - Turma de Uniformização Fica o(a) Dr.(a) Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Cristiano Zeccheto Saez (188439/SP), Marcos Vanin Gasparetti (207221S/SP) e Mariza Lustoza Ribeiro (6869/AM), advogado(a) de Blenda Byanca Barros do Norte, CERVEJARIA HEINEKEN intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Nélia Caminha Jorge TR, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível nº 0000478-25.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Cristiano Zeccheto Saez (OAB: 188439/SP) - Mariza Lustoza Ribeiro (OAB: 6869/AM) - Marcos Vanin Gasparetti (OAB: 207221S/SP) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0001001-37.2019.8.04.9000 - Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível - Manaus - Agravante: MSA Empresa Cinematográfica Ltda. - Agravada: Sebastiana Cristina Oliveira Portilho - Turma de Uniformização Fica o(a) Dr.(a) Todos os representantes das partes passivas Não informado, Francisco Bromati Neto (297205/SP), advogado(a) de Sebastiana Cristina Oliveira Portilho, MSA Empresa Cinematográfica Ltda. intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Nélia Caminha Jorge TR, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível nº 0001001-37.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Advs: Francisco Bromati Neto (OAB: 297205/SP) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0001459-54.2019.8.04.9000 - Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível - Manaus - Recorrida: Ágata Valcácio Nogueira Souza - Recorrido: Everton Ronan dos Santos Souza - Recorrente: MSA EMPRESA CINEMATOGRAFICA LTDA - Turma de Uniformização Fica o(a) Dr.(a) Marcelo Albuquerque Chaves (9607/AM) e Marcelo Albuquerque Chaves (9607/AM), Francisco Bromati Neto (297205/SP), advogado(a) de Ágata Valcácio Nogueira Souza e Everton Ronan dos Santos Souza, MSA EMPRESA CINEMATOGRAFICA LTDA intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Nélia Caminha Jorge TR, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Cível nº 0001459-54.2019.8.04.9000. Manaus, 12 de setembro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604986-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria do Carmo Terixeira da Conceição - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0610932-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Zazi Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Booking.com Brasil Serviços de Reservas Ltda. - De ordem da Exm.º Sr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0614740-85.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Antonio Nunes Bastos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: THAYANA PAMELA AMAZONAS PRAIA (OAB 6965/AM), ADV: DANIELA MORGANTINI TAVARES TEMPESTA (OAB 8411/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0617316-51.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aldemir Araújo de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem da Exm.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o acórdão e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0621455-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços - REQUERENTE: A. O. de Araujo-me - REQUERIDO: Crimiso Empreendimentos Imobiliarios Ltda - Spe - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte demandante para informar o novo endereço da parte demandada em 15 dias.

ADV: THIAGO ASSIS DA SILVA MONTEIRO (OAB 12725/AM), ADV: LIDIANE DE SOUZA SOARES (OAB 12067/AM) - Processo 0624468-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gleicinaria Oliveira dos Santos - REQUERIDO: Ff Produções Brasil - De ordem da Exm.º Sr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente a sentença e efetuar o pagamento da condenação devidamente atualizada, nos termos do art. 523, caput, do CPC. Na hipótese de não pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, proceda-se ao início da execução através de bloqueio judicial através do Bacenjud, acrescendo a multa de 10% sobre montante da condenação, nos termos do art. 523, § 1°, do CPC.

Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Daniela Morgantini Tavares Tempesta (OAB 8411/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Lidiane de Souza Soares (OAB 12067/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Thayana Pamela Amazonas Praia (OAB 6965/AM)
Thiago Assis da Silva Monteiro (OAB 12725/AM)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROL LIMA MORENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0056/2019

ADV: SILVYA KAREN DE CARVALHO MARTINS (OAB 6125/AM) - Processo 0200200-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: J. de Souza Said Eireli - Me - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0200229-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 85/86, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de 01/2017 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: ANDRÉ FELIPE DE OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 11381/AM), ADV: DIEGO RAMON DE MENEZES LUCAS (OAB 11863/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201619-21.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Raimundo Santana Duarte Vieira - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - As partes firmaram acordo, conforme petição de fls. 314/315, e requerem sua homologação pelo juízo. Assim, HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95, julgando extinto o feito, conforme o que dita o inciso III, alínea “b” do art. 487, do Código de Processo Civil. Isento de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados. Nada mais havendo, determino a movimentação do processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ)

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0201844-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A e outro - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 93/94, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM) - Processo 0204103-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco Cetelem S/A - Banco BGN - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, indefiro a reclamação inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, o que faço escudado nos arts. 320, 330, I e 485, I e IV do CPC c/c art. 14 e 51, II, da Lei 9.099/95. Revogo a tutela deferida às fls. 88/90. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se e cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0204413-15.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Assinatura Básica Mensal - EXECUTADO: Tim Celular S/A - R. H. Certifique-se o trânsito em julgado e em seguida, intime-se a requerida para que, no prazo de cinco dias forneça os seus Dados Bancários com a devida numeração do CNPJ. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204557-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Revogo a decisão de fls. 35/41. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0204655-71.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Interpretação / Revisão de Contrato - EXEQUENTE: César Alves de Souza - EXECUTADO: Banco Bradesco

Financiamentos S/A - DESPACHO De uma análise peremptória dos autos e documentos juntados, verifica-se que não existe a comprovação de cumprimento por parte da requerida, apesar das intimações anteriores deste Juízo. Assim, determino que se intime a executada para que satisfaça a obrigação de fazer fixada na sentença no prazo de dez dias e comprove nos autos o seu cumprimento, sob pena de aplicação de nova multa diária, a ser arbitrada pelo juízo. Determino, ainda, que pague, sob pena de penhora, os dias-multa definidos na decisão de fls. 141, com os devidos consectários legais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora, além de restituir, em igual prazo, o valor das parcelas cobradas indevidamente devidamente corrigidos. Quanto ao valor estabelecido de multa na decisão de fls. 138, determino a apuração dos dias-multa com os consectários legais e a multa do art. 523,§1º do CPC e em seguida, proceda-se o devido bloqueio junto ao BACENJUD. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204751-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204779-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R. H. Considerando as alegações do Reclamante vislumbro que não está caracterizada a hipótese do art. 19,§2º da Lei 9.099/1995, razão pela qual nulifico a sentença extintiva e determino a designação de nova audiência com a intimação das partes por todos os meios idôneos de comunicação. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0204779-54.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da MM. Juíza de Direito Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos fica a audiência de Instrução e Julgamento designada para 21/10/2019, às 11:30h, a ser realizada nesta 2ª Vara do Juizado Especial - Procon, situada na Avenida André Araújo s/n, Ao lado do Tribunal de Justiça, Aleixo - CEP 69060-000, Fone: 3622-3563, Manaus-AM - E-mail: 2jcivel@tjam.jus.br.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204839-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DESPACHO Considerando os documentos acostados aos autos às fls., 154/155 os quais comprovam a impossibilidade de comparecimento do Reclamante à Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento marcada para a data de hoje às 11:00 horas, bem como em atenção aos princípios da Celeridade e Economia Processuais, defiro o pedido autoral de remarcação, para na oportunidade, determinar o prosseguimento do feito, com a designação de nova data para a audiência de conciliação, instrução e julgamento. À Secretaria para proceder as comunicações necessárias após ser pautada nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, conforme disponibilidade de Pauta.. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0204992-60.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Apple Computer Brasil Ltda e outro - R. H. Considerando que o produto já fora devolvido a loja que comercializara o produto, nos termos em que foi estabelecido na Sentença de mérito indefiro o pedido da fabricante e determino o retorno dos autos ao arquivo. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0207317-42.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando o trânsito em julgado da sentença/acórdão, bem como o pedido de execução do(a) autor(a) e o valor do pagamento a menor do que a condenação do Juízo ad quem (fls.200/202), declaro instaurada a fase de cumprimento de sentença e determino o encerramento da fase cognitiva, com a evolução da classe para cumprimento de sentença para os atos posteriores. Após, intime-se a requerida para efetuar o pagamento do saldo remanescente do decisum, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de aplicação da penalidade prevista no art. 523, §1º do CPC. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 02A VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON, no link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/ Caso haja condenação em custas, o pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário emitido através do sítio www.tjam.jus.br, conforme Portaria n. 651/2011 do TJ/AM e ofício circular n. 08/2015 Gab.Pres/TJAM. Cumpra-se.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0207819-78.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: CLEONICE MOTA DA SILVA - De ordem, fica intimada a parte exequente para se manifestar sobre o documento juntado às fls. 166/167, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0209193-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DESPACHO Trata-se de pedido de execução do Acórdão de fls. 295/297 De uma análise peremptória dos autos e documentos juntados, verifica-se que não existe a comprovação de cumprimento por parte da requerida, Assim, determino que se intime a executada para que satisfaça integralmente a obrigação de fazer fixada no referido Acórdão no prazo assinalado no mesmo e comprove nos autos o seu cumprimento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANNY CAROLLINY MOREIRA CAVALCANTE DE ARAÚJO (OAB 8647/AM) - Processo 0600717-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Gilberta Moreira Cavalcanti - De ordem, diante da comprovação de pagamento, expeço o Alvará eletrônico em favor da parte autora e intimo a mesma para se manifestar acerca dos documentos juntados às fls. 145/148 relativo à obrigação de fazer.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0600718-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana Cristina dos Santos Bentes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA (OAB 6164/AM), ADV: THAMIRES LEÃO CORRÊA MARTINS (OAB 13891/AM) - Processo 0603877-96.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo de Abreu Lopes - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/1995. Determinada a emenda do termo inicial, conforme despacho exarado às fls. 123, o autor quedou-se inerte até a

presente data, conforme certificado pela Secretaria às fls. 126. Assim, deixou o requerente de efetuar as retificações no prazo que lhe foi assinalado pelo Juízo em observância ao que dispõe a legislação e o Enunciado 165 do FONAJE. Dessa forma, com arrimo no art. 320 e seu parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, indefiro a petição inicial e face o disposto no § 10 do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, independente de intimação prévia das partes, nos termos do art. 330, I do CPC, determinando ainda, a retirada dos autos de pauta, bem como que se movimente o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e que se dê a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ), após o trânsito em julgado deste decisum. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0604285-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0605034-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 89/90, na parte que designou a data para prolação da sentença. À míngua de maiores elementos que permitam a este Juízo a análise de mérito da questão posta a julgamento neste momento, escudado no que dispõem os arts. 5º, 6º e 35 da Lei 9.099/95, DETERMINO que a Requerida PROCEDA A SUBSTITUIÇÃO DO MEDIDOR INSTALADO NO IMÓVEL DA REQUERENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de uma multa diária de R$ 100,00 (Cem Reais), em caso de descumprimento do que ora se determina, até o limite de 20 (vinte) dias, designando nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 13 de março de 2020, às 09:00 horas, ocasião em que deverão as partes juntar aos autos histórico de medição atualizado da discutida unidade consumidora. Intimem-se as partes e cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0605037-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino, novamente, a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605669-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 119/121, na parte que designou a data para prolação da sentença. À míngua de maiores elementos que permitam a este Juízo a análise de mérito da questão posta a julgamento neste momento, escudado no que dispõem os arts. 5º, 6º e 35 da Lei 9.099/95, DETERMINO que a Requerida PROCEDA A SUBSTITUIÇÃO DO MEDIDOR INSTALADO NO IMÓVEL DA REQUERENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de uma multa diária de R$ 100,00 (Cem Reais), em caso de descumprimento do que ora se determina, até o limite de 20 (vinte) dias, designando nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 13 de março de 2020, às 09:30 horas , ocasião em que deverão as partes juntar aos autos histórico de medição atualizado da discutida unidade consumidora. Intimem-se as partes e cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606412-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 131/132, na parte que designou a data para prolação da sentença. À míngua de maiores elementos que permitam a este Juízo a análise de mérito da questão posta a julgamento neste momento, escudado no que dispõem os arts. 5º, 6º e 35 da Lei 9.099/95, DETERMINO que a Requerida PROCEDA A SUBSTITUIÇÃO DO MEDIDOR INSTALADO NO IMÓVEL DO REQUERENTE, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de uma multa diária de R$ 100,00 (Cem Reais), em caso de descumprimento do que ora se determina, até o limite de 20 (vinte) dias, designando nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 13 de março de 2020, às 10:00 horas, ocasião em que deverão as partes juntar aos autos histórico de medição atualizado da discutida unidade consumidora. Intimem-se as partes e cumpra-se.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0606687-47.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento da sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0606688-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Cielo S/A - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento da sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607713-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - DESPACHO Considerando os documentos acostados aos autos às fls., 127/128 os quais comprovam a impossibilidade de comparecimento do Reclamante à Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, bem como em atenção aos princípios da Celeridade e Economia Processuais, defiro o pedido autoral, para na oportunidade, determinar o prosseguimento do feito, com a designação de nova audiência de conciliação, instrução e julgamento. À Secretaria para proceder as comunicações necessárias após ser pautada nova Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, conforme disponibilidade de Pauta.. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0607713-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem da MM. Juíza de Direito Alessandra C. R. C. Gondim Martins de Matos fica a audiência de Instrução e Julgamento designada para 18/10/2019, às 10:00h, a ser realizada nesta 2ª Vara do Juizado Especial - Procon, situada na Avenida André Araújo s/n, Ao lado do Tribunal de Justiça, Aleixo - CEP 69060-000, Fone: 3622-3563, Manaus-AM - E-mail: 2jcivel@tjam.jus.br.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: NATHALIA CRISTINA SANTOS GABRIEL (OAB 13524/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0608257-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 135, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a

intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: PATRÍCIA SHIMA (OAB 332068/SP), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ), ADV: JOÃO EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO (OAB 13289/AM) - Processo 0609581-93.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Lg Eletronics do Brasil Ltda. - IMPORTADORA TV LAR LTDA e outro - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento do acordo/sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609633-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Revogo a decisão de fls. 43/47. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610965-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 142/143, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: CINTHYA DE AQUINO SIQUEIRA (OAB 14343/AM) - Processo 0611855-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: Thiago Soares de Souza - RECLAMADO: Falkland Tecnologia em Telecomunicações S/A - DESPACHO Intime-se a parte autora para que, em 5 (cinco) dias, junte cópia dos poderes de seus advogados que subscrevem a peça recursal, sob pena de não o fazendo ser aceito o processamento da peça recursal .

ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0612345-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERIDO: Banco Modal S.a - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM) - Processo 0612357-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Eliete de Oliveira Cardoso - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - R. H. Aguarde-se a audiência já designada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0612672-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Romulo Cezar Filgueiras Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Assim, não resta outro entendimento, a não ser rejeitar os Embargos de Declaração opostos, mantendo-se a decisão embargada, nos moldes tal como está lançada. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0616284-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Considerando a possibilidade de aditamento do pedido, em sede de Juizado Especial Cível, até o momento da AIJ (ou fase instrutória), nos termos do que dispõe o Enunciado 157 do FONAJE, desde que seja resguardado à parte demandada o respectivo direito de defesa, determino a intimação da Requerida para cientificá-la sobre o referido aditamento, consignando que sua defesa deverá ser apresentada até a audiência de instrução e julgamento já designada. Intime-se a Requerida acerca deste despacho, observando eventual pedido de intimação exclusiva da parte. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0622783-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 120/121, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0623002-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Forte nesses argumentos, CONCEDO a Tutela De Urgência pretendida na exordial, determinando, em consequência, que a demandada Manaus Ambiental S/A, promova, em três dias, contados de sua intimação a RETIRADA DO NOME DE Gabriela Rodrigues do Nascimento, CPF N. 00851977260 DO SPC, DA SERASA, DOS CARTÓRIOS DE PROTESTO e/ou de qualquer entidade de restrição ao crédito em cujo cadastro tal inscrição tenha sido efetivada com base no objeto do presente litígio, bem como que se abstenha de renovar semelhante conduta até ulterior decisão neste feito, além de RELIGAR, em dois dias, o fornecimento de água da unidade consumidora da parte autora de n. 4928687, por débito discutido na presente ação, e manter ligado até final julgamento. Tendo em vista que os comandos supra traduzem-se em obrigação de fazer - positiva e negativa, simultaneamente, comino, com espeque no art. 537 do CPC, astreinte no importe de R$100,00 (cem reais) diários, até o limite de 30 (trinta) dias, no caso de seu não cumprimento. Em tempo, expeça-se o competente Mandado de Intimação com a máxima urgência. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0623002-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Primeiramente, diante da necessidade de melhor instrução probatória, torno sem efeito a determinação judicial de fls. 117/118, na parte que designou a data para prolação da sentença. Escudado no que dispõem os arts. 6°, VIII do CDC; arts. 2º, 5º e 6º da Lei 9.099/95; e arts. 4º, 321 e 373, § 1° do NCPC, determino a intimação da Requerida para que, em quinze dias, junte aos autos histórico de consumo da Unidade Consumidora em nome da parte autora que abranja o período de janeiro de 2018 até a presente data. Após, certificado o cumprimento ou não de tal determinação, retornem-me os autos conclusos para Sentença, que será oportunamente prolatada, com a devida intimação das partes. Cumpra-se

ADV: SÉRGIO ARNALDO CRUZ DE OLIVEIRA FILHO (OAB 14418/AM) - Processo 0625724-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Caio Freitas Peixoto - De ordem, intimo o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos o(s) seguinte(s) documento(s): Comprovante de tramitação prévia junto ao PROCON, conforme Resolução 07/2015-TJAM, sob pena de extinção.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629356-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, ADMITO O RECURSO atribuindo-lhe os efeitos suspensivo e devolutivo e determino o encaminhamento do mesmo à Turma recursal, com as providências de estilo, após a prévia intimação da Recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º da Lei n. 9.099/95, alertando que deverá fazê-lo por intermédio de advogado, nos termos do art. 41, §2º da Lei nº. 9.099/95. Intime-se. Cumpra-se.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Felipe de Oliveira Cavalcante (OAB 11381/AM)
Anny Carolliny Moreira Cavalcante de Araújo (OAB 8647/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Carlos Alberto Rodrigues de Souza (OAB 6164/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cinthya de Aquino Siqueira (OAB 14343/AM)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diego Ramon de Menezes Lucas (OAB 11863/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Edvan Araújo de Souza (OAB 14411/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Eduardo Rodrigues do Nascimento (OAB 13289/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nathalia Cristina Santos Gabriel (OAB 13524/AM)
Patrícia Shima (OAB 332068/SP)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Sérgio Arnaldo Cruz de Oliveira Filho (OAB 14418/AM)
Silvya Karen de Carvalho Martins (OAB 6125/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Leão Corrêa Martins (OAB 13891/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0122/2019

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0200650-11.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Movam Movéis Amazonas Ltda - Banco Bradesco Cartões S. A - Polifer Industria e Comercio Ltda - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. "

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0202984-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alex dos Santos Avelino - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0203048-28.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - "Intimo V.Sa. a comprovar pagamento do valor da condenação, conforme cálculo nos autos, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução."

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0203624-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0600264-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Alpha Garden The Condominium - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM) - Processo 0600665-38.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM) - Processo 0600743-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Ana Elizabeth Matos Rodrigues - EXECUTADO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0600937-40.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Intimo V.Sa. a indicar dados bancarios para transferencia de valores a serem devolvidos.

ADV: RAIMUNDO NONATO NOGUEIRA (OAB 1417/AM) - Processo 0601115-86.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERIDO: Jackson Chagas Saldanha - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 15 dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0601317-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Brasileiro de Educação Ester - IBEE - Intimo V.Sa a informar o CPF válido da requerida Tatiane Barbosa Vicentini, no prazo de 15 (quinze) dias para o prosseguimento da execução via Bacenjud.

ADV: DANIELE SILVA MOURA (OAB 5899/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0601771-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Karla Nunes Froz de Borba - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Espaço Verde Turismo - Porto Norte Viagens e Turismo Ltda - Verifico que a sentença transitou em julgado e a parte requereu a execução da Sentença às fls.169/171; A constrição dos bens será buscada via sistema BacenJud. Aguarde a juntada aos autos do documento de informação de bloqueio da quantia exequenda; ou de restrição de veículo, o qual constituirá o próprio termo de penhora, o (Enunciados cíveis nº 140 e 147 do FONAJE) ; Feita que seja a penhora, intime-se o executado/devedor, na pessoa de seu advogado ou pessoalmente, para querendo, oferecer embargos, no prazo de 15

(quinze dias) (art. 52,IX c/c os Enunciados 117 e 142 do FONAJE); E caso não seja encontrado bens penhoráveis, intime-se o credor/exequente para nomear bens do devedor suscetíveis de penhora, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: DANIELE SILVA MOURA (OAB 5899/AM) - Processo 0601771-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Karla Nunes Froz de Borba - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Espaço Verde Turismo - Porto Norte Viagens e Turismo Ltda - Outrossim, a Corregedoria-Geral de Justiça deste Egrégio Tribunal de Justiça publicou no DJAM do dia 30/07/2015 o Provimento nº 256, onde dispõe sobre a cobrança de custas e despesas processuais nos Juizados Especiais Cíveis do Estado do Amazonas, e prescreve no seu art. 3º, § 1º, que no mesmo prazo para recolhimento do preparo recursal também deverá recolher o valor das custas processuais. Logo, tendo em vista que as legislações pertinentes ao tema ora objurgado entraram em vigor há tempo suficiente para modificar a decisão que considerou deserto o recurso do recorrente, pois só houve o pagamento do preparo, ausente o pagamento das custas processuais. À secretaria para dar início à fase executiva, conforme pleiteado às fls. 169/171 dos autos. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DE MORAES TEIXEIRA NETO (OAB 3986/AM) - Processo 0602494-88.2016.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FABRIZIO SENAPESCHI BIANCO - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: GISCARDE OVÍDIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6885/AM) - Processo 0602669-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Alucinete Jacqueminouth Santarem - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANDREIA CHRISTINA RISSON OLIVEIRA (OAB 257302/SP), ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: JOAO ALCI OLIVEIRA PADILHA (OAB 19148/PR) - Processo 0602705-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Genilson Nogueira da Costa - REQUERIDO: Paghiper Serviços Online Eireli (Serviços Online Br) - Jadlog Logística S/A e outros - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0603112-07.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: NAIRO SILVA ALENCAR - REQUERIDO: EMBRATEL PARTICIPAÇÕES S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ISABEL LUANA DE OLIVEIRA NOBRE (OAB 7338/AM) - Processo 0603915-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elton Roberto Sá de Souza - Conciliação Data: 10/12/2019 Hora 11:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM) - Processo 0604564-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jefferson Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: American Airlines Brasil e outro - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: NILSON DE MELO SANTOS (OAB 10915/AM), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM), ADV: THAMMY DAS NEVES ATHAYDE (OAB 7312/AM) - Processo 0605248-69.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDA: Lucila Maria de Sousa Cruz - "Intimo V.Sa. a manifestar-se, no prazo de 15(quinze) dias, sobre a petição de fls.130 e131, sob pena de execução."

ADV: FÁBIO ANTÔNIO DE SOUZA SEGUNDO (OAB 7966/AM) - Processo 0605319-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM) - Processo 0605938-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Dias Brito - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM), ADV: JESSE JAMES LOPES DA SILVA (OAB 9730/AM) - Processo 0606172-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: William Couto Martins - REQUERIDO: Luis Felipe Dias - Myrla de Oliveira Noronha Dias - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias,, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0606469-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0606700-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0606883-22.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0606928-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão - REQUERENTE: Jose Jorge Marinho Aucar Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Instrução e Julgamento Data: 22/10/2019 Hora 11:30 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0607021-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Largo Hotel Manaus Ltda - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0607045-17.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Construtora Capital S.A. - SANTA SOFIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SANTA AURORA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: EMMANUEL SOUSA VIANA (OAB 12409/AM) - Processo 0607836-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Andreza de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RENNAN LESSA FERREIRA (OAB 13046/AM), ADV: LUIZ GUSTAVO BARBOSA DE SOUZA FRANÇA (OAB 9528/AM) - Processo 0607993-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luan Carvalho Damasceno - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0608063-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elizabete Rufino de Carvalho - Assim sendo, Decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0609609-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Exequiel Basini Rodriguez - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: THAIS DA COSTA PRADO (OAB 12520/AM) - Processo 0609837-36.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - REQUERIDO: Elivaldo dos Reis Oliveira - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (OAB 20397/PE) - Processo 0610067-83.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Financiamento de Produto - REQUERIDO: Banco Volkswagen S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0610922-96.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S/A EMBRATEL - CLARO - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: RYSANNDRETT ALVARENGA ROSAS (OAB 8939/AM) - Processo 0611052-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Oliveira Paschoal Alvarenga - REQUERIDO: Grão de Gente - Lgf Comércio Eletrônico Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: GERALDO HENRIQUE DUTRA DE MAGALHÃES (OAB 11072/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0611053-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anne Karolynne Lopes Carneiro, - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Assim sendo, 1) Julgo parcialmente procedente o pedido de danos materiais para condenar a parte Requerida ao pagamento da restituição da quantia paga no montante de R$ 342,41 (trezentos e quarenta e dois reais e quarenta e um centavos), incidindo-se correção monetária oficial e juros mensais de mora de 1% a partir da citação até o efetivo cumprimento da obrigação; 2) Julgo improcedente o pedido de danos morais; 3) Julgo improcedente o pedido de restituição de milhas. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0611069-88.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: FERREIRA & PELEGRINI LTDA - MEE - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0611472-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: I.M.S. - Assim sendo, Decreto o abandono da causa e a consequente extinção do processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0611524-53.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0611604-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucia Maria Silva de Aguiar - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0612026-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente da condenação no valor de R$ 369,90 no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução. "

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0612406-15.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: FRANCINETE SARMENTO CORREIA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0613381-03.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0613421-19.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613532-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Neide de Azevedo Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, conforme petição sob fls. 377, no prazo de 15(quinze) dias,, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: HUDSON LUIZ FRANÇA MANCILHA (OAB 458B/SE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613893-49.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ivo Carneiro Vieira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JUSCELINO ROSA GOMES JÚNIOR (OAB 9278/AM) - Processo 0614308-32.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Maria dos Santos Barros - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: GERDESON ZURIEL DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 11164/AM) - Processo 0614418-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Arthur Hungria Mota - REQUERIDO: Associacao Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo-assupero - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ADELSON ALVES BORGES JÚNIOR (OAB 9841/AM), ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0614462-21.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Patricia Chaves Borges - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Tendo em vista que o substabelecimento à Dra. FRANCICLEIA DA SILVA, fl.162, foi com reserva de poderes, e, ainda sem menção a possibilidade da mesma receber valores, intimo V.Sa., novamente, a indicar dados bancários do patrono Dr. Adelson Alves Borges Júnior, o qual possui poderes para receber o alvará, para transferência de valores pagos, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de arquivamento.

ADV: ALOYSIO LOPES SANTOS (OAB 10147/AM) - Processo 0614737-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gemima de Oliveira Arcos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JULIANA CHAVES MOURA (OAB 8901/AM), ADV: ANA CLÁUDIA RUEDA GALEAZZI (OAB 167161/SP), ADV: LEANDRO CASSEMIRO DE OLIVEIRA (OAB 153170/SP) - Processo 0614914-31.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: ABRANGE NEGOCIOS EMPRESARIAIS GUIA TELEFONICO COMERCIO E PRESTACAO DE SERVICOS TELEMARKETING LTDA - ME e outro - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do valor da condenação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0615096-17.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Lopes de Vasconcelos Filho - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0615275-43.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial Sabia - Intimo V.Sa. a apresentar o acordo mencionado na petição sob fls. 82, para homologação, no prazo de 15 dias.

ADV: SUANY MENDES FONSECA ROCHA (OAB 12710/AM) - Processo 0615409-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luciana Tavares Mendes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0615699-22.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - EXEQUENTE: Marcelo Albuquerque Chaves - Maria do Socorro Albuquerque Chaves - EXECUTADO: (Submarino Viagens) B2w Viagens e Turismo Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: NARA NADIA SILVEIRA DO VALE (OAB 9477/AM) - Processo 0616133-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Claudony da Cunha Freire - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0616664-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Gabriela Cristina Campos Garcia - Arthur Guerra Garcia - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0616828-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: CARLA CONDÉ MARQUES E OLIVEIRA BERNHARD (OAB 9186/AM) - Processo 0616945-19.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Life Ponta Negra - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: MOZART LUIS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0616998-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mariza Farias de Moraes - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: LUCIANA TRUNKL FERNANDES DA COSTA (OAB 3006/AM) - Processo 0617100-22.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Wladimir Franco de Sá Barbosa - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0617466-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo da Silva Franco - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0617469-21.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Marcia Ester Carmo Paiva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0617593-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Eliana dos Anjos Barboza - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0617861-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Carlos Honorio de Valois Coelho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0618049-17.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Alves de Santana - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0618837-31.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Waldiza Saif Moreira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618903-40.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0619014-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0619562-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - " Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de execução.

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0619578-03.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Francisco Charles Cunha Garcia Júnior - Juliana Chaves Coimbra Garcia - COIMBRA GARCIA ADVOGADOS ASSOCIADOS - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0619810-83.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Flavio Marinho de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0619946-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sérgio Lincoln Silva de Souza - REQUERIDO: Claro S/A e outro - Assim sendo, procedo a resolução do mérito para: 1) Julgar procedente o pedido para decretar a resolução do contrato objeto da demanda na data de 17.12.2018, inclusive para efeito de condenar a parte Requerida a devolução da quantia de R$ 410,90 (quatrocentos e dez reais e noventa centavo), com correção monetária e juros de mora de 1% ao mês contados da citação; 2) Julgar procedente o pedido de reparação de danos morais para condenar a parte Requerida ao pagamento de R$ 6.986,00 (seis mil, novecentos e oitenta e seis reais), incidindo-se correção monetária da data desta decisão, bem como juros mensais de 1% a partir da citação; 3) Confirmo a antecipação de tutela deferida às fls. 17. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: DIEGO BARBOSA DE MORAES (OAB 13224/AM) - Processo 0620181-76.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Diego Barbosa de Moraes - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: ADIMIR NETTO CARDOSO MARINHO (OAB 14150/AM) - Processo 0620392-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lazaro Eugaly Ramos - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0620510-88.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Parque Residencial Sabiá - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0621067-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Marcella Resende de Oliveira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 05 dias, contrarrazões aos Embargos de Declarações nos presentes autos.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0621093-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adailton da Silva Brito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, mencionado na petição sob fls. 139 a 144, no prazo de 15(quinze) dias,, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM) - Processo 0621876-02.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Antonio Carlos Melo de Oliveira - REQUERIDO: Modeon Markting Promocional e Consultoria Em Eventos Ltda - Instrução e Julgamento Data: 17/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621943-30.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante da insuficiência de saldo do executado conforme consulta do Bacenjud, juntada ao autos intimo Vossa Senhoria a indicar, no prazo de 15 dias bens penhoráveis

ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0623204-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Atanagildo Guimarães da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0623331-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria de Fátima Cláudio da Silva - De ordem, fica designado o dia 15/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS JAVIER TUNJA QUINONEZ (OAB 11801/AM) - Processo 0624446-24.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Elia Barroncas Maquiné da Silva - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM) - Processo 0624673-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Rl Comercio de Produtos Alimenticios Eirelli - Me - “Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos.”

ADV: YGOR FELIPE TÁVORA DA SILVA (OAB 8341/AM) - Processo 0625072-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Artemisia Távora da Silva - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência UNA (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0625142-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Caliope Trindade Oliveira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0625185-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Wanda Carmem Marques Correa - Isto posto, Julgo extinta a presente demanda sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 485, V, do CPC. Sem custas e honorários em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625376-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Maria de Nazare Picanço Barbosa - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625381-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Maria de Nazare Picanço Barbosa - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PEREIRA (OAB 14750/AM) - Processo 0625515-91.2019.8.04.0015 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Elison de Souza Lima - Isto posto, Julgo extinta a presente demanda sem julgamento do mérito nos termos do art. 292, inciso II do CPC e do art. 3°, inciso I c/c 51, inciso II, ambos da Lei 9.099/95.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0625684-15.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Karla Cristina Pereira Passos Portela - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625922-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Arilani Pacifico Miranda dos Santos - Vistos etc... Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Novo Israel), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625925-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Arilani Pacifico Miranda dos Santos - Vistos etc... Relatório dispensado conforme art. 38 da lei 9099/95. Tendo em vista, os termos da Resolução n.º 12/2017, publicada no D.J.E. De 30/08/2017, deste Egrégio Tribunal de Justiça, que trata sobre a competência territorial para as demandas propostas no âmbito dos Juizados Especiais, verifico que o bairro de domicílio do Requerente (Novo Israel), descrito na inicial, pertence a competência abrangida pelo fórum Desembargador Desembargador Lúcio Fonte de Rezende. Assim, a presente demanda não pode prosseguir nesse Juízo, por falta de competência territorial para a causa. Do exposto, Julgo extinto o processo e determino o arquivamento dos autos com as cautelas de praxe, conforme inteligência do inciso III do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Intimem-se. Oportunamente, Arquivem-se os autos. P.R.C.

ADV: FRANCISCO DE ASSIS SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8298/AM) - Processo 0626168-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jose Cunha do Carmo - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: cópia dos contracheques de todo o período demandado (2011 a 2019).

ADV: GABRIEL WILLIAM FACHIN LIMA (OAB 8518/AM) - Processo 0627136-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Augusto Fachin Teran - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: ANA FLÁVIA DA SILVA GOMES (OAB 9615/AM) - Processo 0627671-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elisandra de Araujo Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0627854-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0627991-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilda Felix Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0629312-12.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria Estela Mota dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 10(dez) dias, contrarrazões ao Recurso Inominado nos presentes autos.

Adelson Alves Borges Júnior (OAB 9841/AM)
Adimir Netto Cardoso Marinho (OAB 14150/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Aloysio Lopes Santos (OAB 10147/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
ANA CLÁUDIA RUEDA GALEAZZI (OAB 167161/SP)
Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)
Ana Flávia da Silva Gomes (OAB 9615/AM)
Andreia Christina Risson Oliveira (OAB 257302/SP)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carla Condé Marques e Oliveira Bernhard (OAB 9186/AM)
Carlos Javier Tunja Quinonez (OAB 11801/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Daniele Silva Moura (OAB 5899/AM)
Diego Barbosa de Moraes (OAB 13224/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Emmanuel Sousa Viana (OAB 12409/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fábio Antônio de Souza Segundo (OAB 7966/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco de Assis Souza de Oliveira (OAB 8298/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Gabriel William Fachin Lima (OAB 8518/AM)
Geraldo Henrique Dutra de Magalhães (OAB 11072/AM)
Gerdeson Zuriel de Oliveira Menezes (OAB 11164/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Giscarde Ovídio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6885/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hudson Luiz França Mancilha (OAB 458B/SE)
Isabel Luana de Oliveira Nobre (OAB 7338/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
Jesse James Lopes da Silva (OAB 9730/AM)
Joao Alci Oliveira Padilha (OAB 19148/PR)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Antônio de Moraes Teixeira Neto (OAB 3986/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Juliana Chaves Moura (OAB 8901/AM)

Juscelino Rosa Gomes Júnior (OAB 9278/AM)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leandro Cassemiro de Oliveira (OAB 153170/SP)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciana Trunkl Fernandes da Costa (OAB 3006/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Gustavo Barbosa de Souza França (OAB 9528/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manuela Motta Moura da Fonte (OAB 20397/PE)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mozart Luis Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nara Nadia Silveira do Vale (OAB 9477/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nilson de Melo Santos (OAB 10915/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Rafael de Oliveira Pereira (OAB 14750/AM)
Raimundo Nonato Nogueira (OAB 1417/AM)
Rennan Lessa Ferreira (OAB 13046/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Rysanndrett Alvarenga Rosas (OAB 8939/AM)
Suany Mendes Fonseca Rocha (OAB 12710/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Thais da Costa Prado (OAB 12520/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thammy das Neves Athayde (OAB 7312/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Ygor Felipe Távora da Silva (OAB 8341/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0603657-98.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriana Rodrigues Cajado - REQUERIDO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Diante do exposto, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais, julgando extinto o presente processo com fulcro no artigo 487, III, b) do Código de Processo Civil.

Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0169/2019

ADV: ADELAIDE MARIA DE FREITAS CAMARGOS RIBEIRO (OAB 92554MG) - Processo 0201291-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: VIA VERDE TRANSPORTES COLETIVOS LTDA - Isto posto, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos do Termo Inicial, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201796-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Águas Públicas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, Julgo Extinto o processo sem Resolução do mérito, nos moldes do art. 51, inciso II da lei 9.099/95. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a tutela conforme fls. 27 a 135. Defiro o pedido de justiça gratuita em favor do Requerente. P.R.Intimem-se. Após o trânsito em julgado arquive-se. Em caso de recurso verificada a tempestividade e o preparo remetam-se os autos a Turma recursal.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0205750-39.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Tim Celular S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0600545-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Francisco das Chagas Cunha Batista - RECLAMADO: Manaus Ambiental S/A - Diante do exposto, Julgo Extinto o processo sem Resolução do mérito, nos moldes do art. 51, inciso II da lei 9.099/95. Indefiro o pedido de justiça gratuita em favor do Requerente por não restar provado nos autos prejuízo à sua subsistência. Revogo tutela concedida em fls. 12 Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. P.R.Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0602035-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ellen Jaime dos Santos Sudo - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, e condeno a Requerida a restituir à requerente o montante de R$ 993,36 (novecentos e noventa e três reais e trinta e seis centavos), referente ao dobro do que fora descontado indevidamente (art. 42, parágrafo único, CDC), com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedentes os danos morais pelos motivos acima dispostos. Confirmo os efeitos da tutela de fls. 40. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602147-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material -

REQUERENTE: Dirceu Paes Valência e outro - REQUERIDO: Santa Silva Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Capital Rossi e outro - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial e condeno as requeridas, solidariamente, a pagarem à requerente Luciana Monteiro Valencia o montante de R$ 12.604,64 (doze mil seiscentos e quatro reais e sessenta e quatro centavos), referente ao dobro do que fora pago indevidamente pela autora, com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedentes os danos morais pelos motivos acima dispostos. Indefiro o pedido de justiça gratuita à parte autora por não restarem comprovados nos autos prejuízos à sua subsistência. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R. I. C.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0603188-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Geraldo Nazaré Costa Garcia - RECLAMADO: Claro S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC. Assim, DECLARO a inexistência da relação jurídica, objeto da lide, e como consequência inexigíveis os valores decorrentes deste, sem ônus para a parte autora. CONFIRMO A TUTELA concedida em fls. 24 JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral.

ADV: RÚBIA HELENA NASCIMENTO FERREIRA (OAB 9013/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603447-21.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Rita Barreto de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Isto posto nos moldes do art. 487, I do CPC, Julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar de fls. 24. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0605594-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Hailton Cardoso Pinheiro - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Considerando que a parte requerente não compareceu a audiência de Conciliação conforme Termo, Julgo Extinto o Processo Sem Apreciação do Mérito, em observância ao disposto no art. 51, inciso I, da Lei no 9099/95. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais, na forma do art. 3º do Provimento no. 112/2005, de 29/04/2005 da Corregedoria Geral de Justiça. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do §1º do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Transitado em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: ANA HELENA FERREIRA SAMPAIO (OAB 2836/AM) - Processo 0605934-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandre Lima Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Sabemi Seguradora S/A - Isto Posto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Requerente para o efeito de condenar o Requerido a restituir ao autor o valor de R$ 60,00 (sessenta reais) referente ao dobro do que fora descontado indevidamente (art. 42, parágrafo único, CDC), com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedente os Danos Morais pelos motivos acima dispostos. Declaro a ilegitimidade do Requerido Banco Bradesco S/A para figurar na presente demanda, excluindo-o do pólo passivo da lide. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RONALDO DA SILVA GAMA (OAB 7900/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: JOAO CLAUDIO BARBOSA DE SOUSA (OAB 64308/MG) - Processo 0607508-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rami Yuri Menezes Gama - REQUERIDO: Aruanã - Transportes Ltda - Guichê Virtual Serviços de Internet Ltda - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita ao autor por não restarem comprovados prejuízos a sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608933-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Hewerton Bentes Cardoso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto Posto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Requerente para o efeito de condenar o Requerido a restituir ao autor o valor de R$ 1.676,87 (Hum mil e seiscentos setenta e seis reais e oitenta e sete centavos), referente ao que fora descontado indevidamente, com juros e correção monetária a contar da citação. Declaro a inexigibilidade dos débitos realizados sob a rubrica “Mora Cred Pess”, por não restar comprovada sua legalidade. Julgo Improcedente os Danos Morais pelos motivos acima dispostos. Defiro o pedido de justiça gratuita ao autor. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0610854-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Nayana Sena Sevalho - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora, por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0611018-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Denise Gláucia Soares Lima - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme termo de audiência de fls. 91 e 92, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: ELIANE LUCENA DO NASCIMENTO (OAB 12790/AM), ADV: KEILA NASCIMENTO SALDAÑA (OAB 11926/AM) - Processo 0612444-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gerlane Guerreiro Alves - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo PROCEDENTES os pedidos da inicial e condeno a requerida a pagar à autora o montante de R$ 3.000,00 (três mil reais), a título de danos morais, com juros e correção monetária a contar da publicação da sentença. Defiro o pedido de justiça gratuita à autora. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0615040-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Nazaré Barroso da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0615606-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior e outro - REQUERIDO: Air France/klm S.a - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.30 e 31, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0615928-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Guilherme Walsh Bastos - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls. 37 a 39, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB A898/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM) - Processo 0616712-22.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Juliano Cavalcante Donato Lopes - RECLAMADO: Andre Victor Nobre Cabral - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.24/27, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM), ADV: CÉLIO ORLANDO PAPES DE OLIVEIRA (OAB 9078/AM) - Processo 0617522-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernando da Silva Antunes - Vistos etc. Conforme se observa nos autos, a parte ré não acatou a ordem emanada da Justiça, consoante decisão de antecipação dos efeitos da tutela. Assim sendo, revigoro o mandamento judicial, determinando que a ré habilite, em favor do autor 60 giga de internet, mensal, ligações ilimitadas, assim como Netflix, Instagran, Youtube, Waze, Cabify e Now, no prazo de 5 dias, sob pena de incorrer na multa diária, agora majorada, de R$1.000,00, até o limite de dez dias multa. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARIA DE OLIVEIRA FERNANDES (OAB 4296/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0619748-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Geber Otávio de Menezes Nascimento - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Ante ao exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. REVOGO tutela concedida em fls. 16 DEFIRO o pedido de justiça gratuita. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0620356-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Karen Valesca Cavalcante Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Revogo a liminar de fls. 71. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0620524-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiza Pinheiro Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ CASTRO PONTES (OAB 10981/AM) - Processo 0620999-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Regina Pinto Vasconcelos - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0621011-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Vivendas do Rio Negro - Praças - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0621111-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ademir Ramos Carneiro - De ordem, fica designado o dia 06/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TONNY ANDRÉ DE SOUZA SILVA (OAB 8893/AM) - Processo 0621191-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Guiomar Ramos Mirandola e outro - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO DE ABREU ASSUMPÇÃO NETO (OAB 12847/AM) - Processo 0621247-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Núcia Regina da Silva Souza - De ordem, fica designado o dia 06/02/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0621370-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luciano Pereira dos Santos - De ordem, fica designado o dia 05/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANNO MARTINS FRAZÃO (OAB 7004/AM) - Processo 0621472-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alcineide Alves de Souza - De ordem, fica designado o dia 06/02/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALMIR RIBEIRO PEREIRA (OAB 6273/AM) - Processo 0622718-45.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Walmir Ribeiro Pereira - De ordem, fica designado o dia 06/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROOSEVELT COSTA DINIZ (OAB 11032/AM) - Processo 0623780-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gracinete Ribeiro da Silva - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida se abstenha de efetuar a inscrição nos cadastros de proteção ao crédito, e caso ocorra, promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 22/01/2020 às 09:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: FRANCISCO EDBERTO DOS SANTOS (OAB 12232/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0623871-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Lucia Deus da Costa - REQUERIDO: BradesCard S/A - Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S/A e outros - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, DECLARO nulos os débitos referentes aos contratos nº 5267784583789000 e nº 1001200582990000 e como consequência condeno o requerido Banco Bradescard S/A a restituir a parte Requerente o valor de R$ 140,28, referente ao dobro dos valores pagos indevidamente, com juros e correção a contar da citação. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral. DETERMINO exclusão dos requeridos Banco Bradesco de Investimento S.a, Banco Bradesco S/A O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. RETIFICO a tutela concedida em fls. 43, com efeito de DETERMINAR que o requerido Banco Bradescard S/A promova a baixa na restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10(dez) dias, contados da intimação, sob pena de incidir multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 10 dias multa. DEFIRO o pedido de justiça gratuita Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

ADV: AUGUSTO CESAR SANTOS PANTOJA (OAB 5976/AM) - Processo 0624467-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Raimunda Pontilhao Orofino - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 03/02/2020 às 10:00h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0624633-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria de Fátima Lima Pinho - Analisando os autos verifico que encontram-se presentes os requisitos que autorizam o deferimento do pedido de antecipação de tutela requerido. O perigo de dano se encontra evidenciado, já que o fornecimento de energia é de uso fundamental e imprescindível para o dia-a-dia. Diante do exposto, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC a fim de determinar que a requerida se abstenha em desligar o fornecimento de energia ou promova o restabelecimento, caso tenha efetuado o corte na unidade consumidora do requerente no prazo de 48 (quarenta e oito)horas, contados de sua intimação, sob pena de não o fazendo incorrer em multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) por cada dia de descumprimento até o limite de 10 dias. Determino, ainda, que suspenda as cobranças, objetos desta lide, até ulterior decisão, inclusive os registros de restrição de crédito, SPC, SERASA e Protesto Cartorário, sob pena de incorrer em idêntica penalidade. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 11/11/2019 às 10:45h na Sala de conciliação A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0624719-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Agnaldo Souza de Morais - Vistos, etc. Dispensado o relatório, na forma do art. 38, da Lei n.º 9099/95, decido. Compulsando os autos, verifico que a autora requereu em fls.131, a desistência da ação. Vislumbra assim o enunciado n.º 90, do FONAJE: A desistência do autor, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará na extinção do processo sem julgamento do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento (XVI Encontro - Rio de Janeiro/RJ) Assim, tenho por extinguir a presente demanda, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do NCPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. À Secretaria para às providências.

ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0624824-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mario Jorge Souza dos Santos - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, e em face da verossimilhança das alegações da parte autora e dos documentos acostados aos autos, concedo a tutela antecipada, nos moldes do art. 300 do CPC, e determino que a requerida promova a baixa da restrição creditícia do SPC e SERASA, referente ao débito ora questionado, no prazo de 10 (dez)dias, contados da intimação, sob pena de incidir na multa diária de R$500,00, até o limite de dez dias multa. Concedo ainda a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 21/01/2020 às 09:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: YASMIN MARSEILLE FERMIN AMORIM (OAB 14900/AM) - Processo 0625035-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Igor Loureiro Diniz - De ordem, fica designado o dia 06/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDA DE ANDRADE REBOUÇAS SAMPAIO (OAB 8450/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM) - Processo 0625479-83.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Odorico Alfaia Filho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto Posto, na forma do art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da Requerente para o efeito de condenar o Requerido a restituir ao autor o valor de R$ 12.778,12 (doze mil setecentos e setenta e oito reais e doze centavos), na modalidade simples, com juros e correção monetária a contar da citação. Julgo Improcedente os Danos Morais pelos motivos acima dispostos. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. P. R. I. C.

ADV: EDILSON DA COSTA SILVA (OAB 9884/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0628584-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisca Elizabeth Nascimento de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, nos moldes do art. 487, I do CPC, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial com efeito de extinguir o processo com resolução do mérito. Indefiro o pedido de justiça gratuita à autora por não restarem comprovados prejuízos à sua subsistência. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0628980-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Rocha Silva - REQUERIDO: Mapfre Vida S.a - LITSPASSIV: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc... HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre as partes conforme petição de fls.216 a 218, dos autos, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei n.º 9.099/95 c/c art. 487, III, b do CPC. Em caso de inadimplência, havendo requerimento, proceda-se desde logo a execução com os acréscimos próprios. À Secretaria para as providências. Sem custas, na forma do Art. 54, da Lei 9099./95. Publique-se. Registre-se. Arquivem-se.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: KELVIN RODRIGUES DA SILVA (OAB 9203/AM) - Processo 0629324-26.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Emir Gonçalves da Cruz - REQUERIDO: Banco da Amazônia S/a. - Por força do Provimento 256-CGJ/AM de 27/07/2015, que dispõe sobre cobrança de custas e despesas processuais no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis, art. 3.º, § 1.º, o recorrente deverá recolher o valor das custas processuais no mesmo prazo da apresentação do preparo. No caso em análise, não houve o recolhimento das referidas custas, motivo pelo qual não recebo o recurso inominado. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: CRISTIANO MENEGHETTI PEDROSO (OAB 11813/AM) - Processo 0629428-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Grace Louisa Souza Jardim - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a restituir a parte Requerente o valor de R$ 1.639,50 (hum mil seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos), incindindo juros e correção monetária a partir da citação JULGO improcedente o pedido de dano moral. O pagamento deve ser efetuado por meio de depósito judicial em conta criada especificamente para este processo na agência 3205, Caixa Econômica Federal. Indefiro pedido de justiça gratuita por não constatar nos autos eventual prejuízo a subsistência da requerente. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Não havendo cumprimento espontâneo de sentença no prazo de 15 (quinze) dias após o trânsito em julgado, será acrescido multa de 10% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 523, do CPC. Desta feita, proceda-se na forma da lei, recorrendo, se for o caso, ao BACENJUD e RENAJUD. Satisfeita a obrigação, arquivem-se os autos. P.R.Intimem-se.

Adelaide Maria de Freitas Camargos RIbeiro (OAB 92554MG)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Ana Helena Ferreira Sampaio (OAB 2836/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURÍDICA (OAB 44914/AM)
Augusto Cesar Santos Pantoja (OAB 5976/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Célio Orlando Papes de Oliveira (OAB 9078/AM)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
Cristiano Meneghetti Pedroso (OAB 11813/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Edilson da Costa Silva (OAB 9884/AM)
Eliane Lucena do Nascimento (OAB 12790/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Fabianno Martins Frazão (OAB 7004/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda de Andrade Rebouças Sampaio (OAB 8450/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Francisco de Abreu Assumpção Neto (OAB 12847/AM)
Francisco Edberto dos Santos (OAB 12232/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
Joao Claudio Barbosa de Sousa (OAB 64308/MG)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Castro Pontes (OAB 10981/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keila Nascimento Saldaña (OAB 11926/AM)
Kelvin Rodrigues da Silva (OAB 9203/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB A898/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)

Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Maria de Oliveira Fernandes (OAB 4296/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Ronaldo da Silva Gama (OAB 7900/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Roosevelt Costa Diniz (OAB 11032/AM)
Rúbia Helena Nascimento Ferreira (OAB 9013/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tonny André de Souza Silva (OAB 8893/AM)
Walmir Ribeiro Pereira (OAB 6273/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yasmin Marseille Fermin Amorim (OAB 14900/AM)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0201327-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Ivanisa Santos Ihara - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0205296-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: GLAUCO GUIMARÃES BELICHAR - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: GRAZIELA DA COSTA BATISTA (OAB 7224/AM) - Processo 0205296-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: GLAUCO GUIMARÃES BELICHAR - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (OAB 2193/RO) - Processo 0207900-27.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisca da Silva Calado - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0601364-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Adoilson Amorim Carvalhedo - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 09:30h.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0601741-32.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcela da Silva Paulo - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0601806-61.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erika Catunda de Alcantara - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/02/2020 às 09:00h.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0601916-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Messias da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 13/12/2019 às 10:00h.

ADV: SAMARAH SERRUYA ASSIS (OAB 6531/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0601945-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Souza de Queiroz - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 31/01/2020 às 11:30h.

ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR) - Processo 0603782-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Kleber Furtado de Souza - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0604084-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Marlison Francisco dos Santos Machado - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 09:00h.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0604510-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Bianor da Silva Correa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 151056S/RJ), ADV: MAYRA CRISTINA ALMEIDA DA SILVA (OAB 7552/AM),

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0606159-23.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: DWIGHT EISEWHOVER DE ALCANTARA - REQUERIDO: BANCO ITAU S.A. - Indefiro o pedido de cumprimento de sentença, eis que a obrigação de fazer determinada na sentença (fls. 68) foi no sentido de retirada da negativação do nome da parte autora. Inexistindo nos documentos acostados comprovação de subsistência da negativação, não há que se fala em cominação de multa por descumprimento da determinação judicial. Arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS ANTÔNIO VASCONCELOS (OAB 5794/AM), ADV: JOSEANI CATUNDA PRUDENTE (OAB 3504/AM) - Processo 0606401-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joseani Almeida Catunda e outro - REQUERIDO: Marco Antonio Vasconcelos - Paute-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Providências de praxe pela Secretaria, expedindo-se as notificações e demais comunicações de atos processuais que se fizerem necessárias. Cientificadas as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público em causas de valor maior que 20 salários mínimos. P.C.I.

ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ SILVA DOS SANTOS (OAB 7171/AM) - Processo 0607432-95.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleise Filgueiras Bastos - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - O MM Juiz de Direito Victor André Liuzzi Gomes, da 13ª Vara Cível TJAM, nos autos do processo de recuperação judicial 0634282-97.2018.8.04.0001, determinou a suspensão dos processos em que o Grupo Empresarial NV, composto por N.V. Indústria, Comércio e Construção LTDA., CNPJ nº. 84.459.783/0001-66, Bela Vista Empreendimentos Imobiliários LTDA, CNPJ nº. 12.847.974/0001-11 e Auto Posto Nogueira de Derivados de Petróleo LTDA, CNPJ nº. 08.090.709/0001-37 figurem como partes rés/executadas pelo prazo de 180 dias, nos termos do art. 6 da Lei 11.101/05, em decisão de 26/06/2019. Suspensão que não atinge obrigações de fazer, as quais deverão ser cumpridas, caso fixadas. Assim, cumpra-se a decisão, baixando-se e suspendendo-se o feito até posterior decisão. Expeça-se Certidão de Dívida ao Exequente, caso requerido, de forma a propiciar habilitação no juízo universal. Prejudicada eventual audiência designada. Cancele-se, caso pautada.

ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM), ADV: VANESSA ALENCAR DA SILVA (OAB 7326/AM), ADV: RAFAEL CLEMENTINO PINTO DA SILVA (OAB 10269/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM) - Processo 0608456-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio em Edifício - REQUERENTE: Condominio Residencial Cidade Jardim - REQUERIDA: Marina da Conceicao Gomes e outro - Fls. 89 - Oficie-se à Central de Mandados para que devolvam o Mandado de Citação de fls. 82, com a respectiva resposta do Oficial de Justiça, no prazo máximo de 05 dias. Após, voltem-me conclusos.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608772-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Gilda Texeira Samapaio - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0609807-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: .Yara Meire Lopes Peixot - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: HELDER PINTO DA SILVEIRA (OAB 10509/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0610149-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: F.A.R.A. - REQUERIDO: F.S.O.B. - G.B.I. e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/02/2020 às 10:30h.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0610212-71.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Melquíades Fonseca dos Santos - REQUERIDO: Banco Daycoval - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 10:30h.

ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM), ADV: ANDREWS MARTINS SIQUEIRA (OAB 11954/AM) - Processo 0610371-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reginaldo dos Santos da Silva e outro - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Expeça-se Certidão de Dívida ao Exequente, de forma a propiciar-lhe o imprescindível título para futura execução. Após, cumpra-se a decisão de fls. 199. P.C.I.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610717-62.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Liviane Cortesão Bentes - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se a parte exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613233-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane de Souza Anjos - REQUERIDO: Latam Airlines Group S.a - Nesse sentir, considerando a profissão do recorrente e residir ele em área de classe média (fl. 10), sendo dois signos presuntivos de riqueza, o que fragiliza a sua autoproclamação de pobreza, cuja presunção já é relativa, intime-se-lhe para, prazo de 3 dias, juntar aos autos sua última declaração de imposto de renda, seus últimos 3 (três) contracheques/holerites, extrato bancário dos últimos 60 dias e, querendo, documentos de despesas, a fim de comprovar a alegada condição de miserabilidade. Ao cumprimento ou transcurso do prazo assinalado, certificado, façam-me os autos conclusos. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM) - Processo 0613268-83.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: MARIA IZABEL FERREIRA BARBOSA - REQUERIDO: Banco BMG S/A - intimo a parte executada para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre a alegação de descumprimento do prazo para pagamento do acordo.

ADV: CARLOS PEDRO CASTELO BARROS (OAB 1229/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0613571-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ramon da Silva Caggy - REQUERIDO: Banco Honda S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/02/2020 às 10:00h.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0615400-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Euridice dos Santos Nascimento - REQUERIDO: Supermercado Vitória - Vídeo são documentos como quaisquer outros (art. 422, CPC), apenas a mídia de armazenamento que não é física. Deveria ter sido apresentado em Secretaria após a distribuição

deste processo (art. 434, CPC). No espírito da cooperação, conforme princípios aplicáveis sobre o processo civil em geral (art. 6º, CPC), determino a juntada do referido vídeo. Intime-se a parte autora para que apresente o vídeo alegado na Secretaria, bem como qualquer outro documento que entenda necessário, no prazo de 5 dias. Após, vista à parte ré por igual prazo de 5 dias. Esclareço que a realização de AIJ só é necessária para oitiva de testemunhas, sendo inútil reunir todas as partes do processo para, juntos, assistirem um vídeo. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0619245-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maiza Helena Rodrigues Morais - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 27/01/2020 às 10:00h.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0619476-49.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Erleane Ferreira de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 03/02/2020 às 08:30h.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619683-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Nilson da Silva Batista Neto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - RECEBO os inominados de fls. 111/129 e 137/144, ambos nos efeitos devolutivo e suspensivo. Concedo ao recorrente Nilson da Silva Batista Neto a gratuidade de justiça. Já existem contrarrazões do Bradesco ao inominado de fls. 137/144. Assim, intime-se Nilson da Silva Batista Neto para contrarrazoar, querendo, o recurso de fls. 111/129. Em seguida, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0621721-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Life da Villa - Indefiro o pedido de fls. 43, eis que por determinação legal, no âmbito dos juizados, é vedada citação editalícia. Prazo de 15 dias para que o autor requeira o que entender de direito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0621842-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Oscar Enrique Cermeno - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26 de fevereiro de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FABIANA OLIVEIRA BARROSO (OAB 13257/AM) - Processo 0622524-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gabriela Mainardi Geber - Paute-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Providências de praxe pela Secretaria, expedindo-se as notificações e demais comunicações de atos processuais que se fizerem necessárias. Cientificadas as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público em causas de valor maior que 20 salários mínimos. P.C.I.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: FABIANA OLIVEIRA BARROSO (OAB 13257/AM) - Processo 0622524-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Gabriela Mainardi Geber - REQUERIDO: Kl Rente A Car e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de instrução e julgamento designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 01/10/2019 às 09:00h.

ADV: ADRIANO JOSÉ DA CUNHA SOUZA (OAB 8410/AM) - Processo 0622628-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste contratual - REQUERENTE: Elizabeth Soares Saraiva - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0623070-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francimar Carvalho da Silva - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0623185-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Roberto Cardoso Ferreira - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26 de fevereiro de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: JEFFERSON OLIVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 13823/AM) - Processo 0623556-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: J F do Nascimento - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26 de fevereiro de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0624842-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: José Ribamar Campos - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que inexistente comprovação do periculum in mora alegado, requisito necessário para concessão dessa sorte de tutela (art. 300, caput, CPC). Com efeito, os descontos impugnados vêm sendo lançados há mais de 6 meses, o que transparece sua insuscetibilidade de provocar danos extraordinários ao consumidor. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 16 de dezembro de 2019, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0625399-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Gilson de Oliveira Araújo - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LILIANE CESAR CORRÊA (OAB 8393/AM) - Processo 0625542-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca Machado Monteiro - Defiro o pedido de fls. 46. Designe-se nova data para realização da audiência de conciliação, observando-se o impedimento autoral. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625670-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Gerleene Madureira dos Santos Silva - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. Em expediente apartado, notifique-se a parte autora para que informe, no prazo de 10 dias, como obteve o serviço de água nos períodos contestados. Após, prestadas informações pela parte autora, notifique-se a parte ré, em novo expediente apartado, para que preste as informações que reputar pertinentes no prazo de 05 dias, voltando, após, conclusos para apreciação do pedido de antecipação dos efeitos da tutela, assim providenciando a Secretaria. P.C.I.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0627453-58.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0627514-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Glaucioneia de Lima Begot - REQUERIDO: Previplan Clube - Banco Bradesco S.a - RECEBO o inominado de fls. antecedentes, no efeito devolutivo. Concedo-lhe a gratuidade de justiça. Intime-se o recorrido para, querendo, contrarrazoar. Após, à Turma Recursal, com nossas homenagens. Intime-se.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0629690-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josenias da Costa Fernandes - Paute-se audiência de conciliação, instrução e julgamento. Providências de praxe pela Secretaria, expedindo-se as notificações e demais comunicações de atos processuais que se fizerem necessárias. Cientificadas as partes de que deverão comparecer acompanhadas de advogado ou Defensor Público em causas de valor maior que 20 salários mínimos. P.C.I.

ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM) - Processo 0629690-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Josenias da Costa Fernandes - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de instrução e julgamento designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 01/10/2019 às 11:00h.

Adriano José da Cunha Souza (OAB 8410/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andrews Martins Siqueira (OAB 11954/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
BELMIRO GONCALVES DE CASTRO (OAB 2193/RO)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Pedro Castelo Barros (OAB 1229/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Eduardo José Silva dos Santos (OAB 7171/AM)
Fabiana Oliveira Barroso (OAB 13257/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Graziela da Costa Batista (OAB 7224/AM)
Helder Pinto da Silveira (OAB 10509/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Oliveira do Nascimento (OAB 13823/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
Joseani Catunda Prudente (OAB 3504/AM)
Liliane Cesar Corrêa (OAB 8393/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Vasconcelos (OAB 5794/AM)

Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 151056S/RJ)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayra Cristina Almeida da Silva (OAB 7552/AM)
MIKAELLY ADRIANA DA SILVA ARAÚJO (OAB 10159/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Rafael Clementino Pinto da Silva (OAB 10269/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Samarah Serruya Assis (OAB 6531/AM)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vanessa Alencar da Silva (OAB 7326/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0214/2019

ADV: GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM) - Processo 0200974-59.2019.8.04.0015 (processo principal 0603050-90.2016.8.04.0016) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: RAFAEL RAPOSO DA CÂMARA AULER (OAB 8000/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM) - Processo 0201572-13.2019.8.04.0015 (processo principal 0621587-69.2018.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vitória Souto Farias Fernandes - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Extraídas as cópias das peças destes autos para o processo principal, faça-se conclusão dos autos principal para prosseguir com o feito. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: FRANK FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 6560/AM) - Processo 0202376-78.2019.8.04.0015 (processo principal 0611273-98.2017.8.04.0015) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Alcimar da Mota Nunes - Isso posto, JULGO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV, CPC. Extraídas as cópias das peças destes autos para o processo principal, faça-se conclusão dos autos principal para prosseguir com o feito. Eventual peticionamento realizado nos presentes autos a partir deste ato, será desconsiderado em virtude da fundamentação que ora se apresenta. Arquivem-se. P.R.I.C.

ADV: LÉA FERNANDES AMAZONAS (OAB 8612/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM) - Processo 0601796-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Higor Paolo da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: JORGE BRUNO DE MENEZES MAIA (OAB 8637/AM), ADV: HUMBERTO FILIPE PINHEIRO PEDROSA (OAB 13037/AM) - Processo 0605009-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: ANDRE LUIZ DOS SANTOS MACHADO - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo/custas impostos pela Lei 9.099/95 e o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, RECEBO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Portanto, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal. Cumpra-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0610743-60.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Sonia Maria Dias Vieira - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 22/10/2019 às 09:30h.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0611916-90.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evaldo José Franco Marcelo - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: DAYLA LIMA DA SILVA (OAB 9316/AM), ADV: LILIAN KAREN DE SOUZA (OAB 167344/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0612523-35.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERIDO: Claro S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira, INTIME-SE a parte ré para, querendo, apresentar contrarrazões ao Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, sobretudo acerca do não cumprimento da liminar concedida em Acórdão.

ADV: ANA JÉSSICA ALVES HADDAD E SILVA (OAB 9512/AM) - Processo 0617724-08.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Lenize da Silva Gomes - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação redesignada nos autos do processo em epígrafe para o dia 14/11/2019 às 11:45h.

ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM) - Processo 0619258-84.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo da Conceição Silva - PROCEDO com a redesignação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/10/2019 às 08:45h.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0621135-25.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: L L S Transporte de Cargas Ltda-me - Rep. Marcelo Elvezio de Oliveira Lara - Diante do exposto, com fulcro no artigo 801 do

CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para JUNTAR ou INDICAR o título executivo extrajudicial. Intime-se a parte exequente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 801 do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621260-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Graças Cavalcante dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621262-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria das Graças Cavalcante dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0621264-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria das Graças Cavalcante dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/11/2019 às 14:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0621451-09.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da resposta INFOJUD.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0622818-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Diana Nascimento de - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para ADEQUAR o somatório de todos os pedidos cumulados para dentro do valor do teto dos Juizados. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0622969-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Ronaldo de Lima Santos - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0623202-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Diego Elias Lima Barbosa - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0623354-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Heliel da Silva Moura - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora. DETERMINO QUE SE OFICIE ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Após, INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM), ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM) - Processo 0623395-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: C.F.J.E. - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: DEVID VINICIUS XAVIER DA COSTA (OAB 9673/AM), ADV: CÁSSIO JOSÉ MATOS DE BARROS (OAB 13256/AM) - Processo 0623718-80.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Fechado Jardim dos Eucaliptos - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: MARCOS EDUARDO COSTA PIMENTEL (OAB 5145/AM) - Processo 0623767-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Líbano - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0623802-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Sidomar Lopes da Silva - Posto isto, JULGO EXTINTO a presente demanda, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, V, NCPC. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e, caso não seja requerido o cumprimento de sentença, arquivem-se os autos até que haja esse requerimento. P.R.I.C.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623833-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Joao Batista Machado da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623863-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Paulo Teixeira da Silva Filho - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 11:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SARA DE SOUSA SILVA (OAB 14509/AM) - Processo 0623875-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Socorro Salgado - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0623920-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Leticia dos Santos Guimaraes - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 28/11/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0623939-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Fatima Pinto Pereira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 26/11/2019 às 11:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM) - Processo 0623970-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marias Fashion To Go Comércio de Confeccções e Acessórios Ltda Me - DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para JUNTAR, nos termos do Enunciado 135 do FONAJE: Um DOCUMENTO FISCAL em que comprove o recolhimento do tributo simplificado no ano da prestação do serviço. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0624019-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bench Mark Comércio e Serviços Gráficos Ltda - Epp - DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para JUNTAR, nos termos do Enunciado 135 do FONAJE e da Resolução N.º 07/2015 do TJ/AM: Uma certidão simplificada da Junta Comercial, comprovando de sua QUALIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA ATUALIZADA, ou outro documento idôneo e atual que prove o seu enquadramento como microempreendedor individual, microempresa ou empresa de pequeno porte; e Um DOCUMENTO FISCAL em que comprove o recolhimento do tributo simplificado no ano da prestação do serviço. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA ATUALIZADO em seu nome. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624099-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Aldenora Grusse das Chagas Ferreira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0624100-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Aldenora Grusse das Chagas Ferreira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/11/2019 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUIZ MARCEL CHAGAS DA SILVA (OAB 12461/AM) - Processo 0624356-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Creuza Chagas da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 12/11/2019 às 11:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FRANCISCO RENATO DE LIMA SABELLI (OAB 10866/AM) - Processo 0624563-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Kenny Rogers da Silva Ribeiro - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/12/2019 às 08:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM) - Processo 0624629-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo de Souza Pereira - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados; para JUNTAR aos autos documento de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95 e; para JUNTAR aos autos comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624648-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: PRISCILA BARBOSA DOS SANTOS - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0624790-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alcedy Macedo Itapudima - Diante do exposto, com fulcro no

artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0624792-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alcedy Macedo Itapudima - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0624806-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Marcos Silva do Nascimento - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/11/2019 às 14:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RAIMUNDO DE SOUZA MAMED JÚNIOR (OAB 13498/AM) - Processo 0624826-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Dalva da Silva Vieira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/12/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624883-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624907-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0624916-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0625004-93.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - AGRAVANTE: Alberto dos Santos - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos abrangidos pela ação já julgada e para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito na presente demanda. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. INTIME-SE a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: VERONICA BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 11335/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625111-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Hellen Marinho da Silva - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625193-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ednaldo de Jesus Padilha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência atualizado em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625281-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0625289-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Raimunda Lima Furtado - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês em cada um dos processos, indicando de maneira clara e precisa as suas respectivas denominações corretas e valores descontados em cada um do meses em referência, sempre de maneira individualizada em cada um dos processos, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. DETERMINO, ainda, à parte autora para ADEQUAR o valor da causa, somando todos os valores de sua pretensão econômica, nos termos do art. 292 do CPC. Intime-se a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0625330-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Reumano Nery da Silva - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: WAGNEY GUIMARÃES ROSAS (OAB 7908/AM) - Processo 0625402-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Aurilene Guimarães Rosas - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 09:45h.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0625427-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Carlos Alberto da Silva Lindoso - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/12/2019 às 10:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625434-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Daniel Vasconcelos Bentes - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0625583-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriane Paranatinga Bricio - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 10:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0625599-92.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC.

ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM) - Processo 0625638-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Reginaldo Costa dos Santos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/12/2019 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625649-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Maria da Conceição Alves Ferreira - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. DETERMINO, também, à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM) - Processo 0625657-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria da Conceição Alves Ferreira - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte

requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR qual crédito relativo ao dano moral ou à repetição de indébito excedente a alçada deste Juizado pretende renunciar ou adequar, bem como para ADEQUAR o valor da causa, considerando para tanto a somatória dos valores atribuídos a cada pedido, conforme o art. 292, VI, do CPC. DETERMINO, também, à parte autora a EMENDA À INICIAL para INFORMAR quais foram os descontos efetuados mês a mês, esclarecendo inclusive os seus respectivos valores em cada um do mês em referência, para assim se alcançar o montante de pretende como pedido de repetição de indébito. Pode, inclusive, a parte autora apresentar uma tabela com o mês e o valor que correspondam aos extratos destacados. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: TATIANY RIBEIRO PEIXOTO (OAB 134473/MG) - Processo 0625663-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - EXEQUENTE: João Antônio Ribeiro Neto - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625699-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisca Eliane Alves Mota - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625711-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: William Janes de Carvalho Bastos - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/12/2019 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0625758-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Claudio Negreiros de Souza Junior - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0625773-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Zaira Silva da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dra. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 11:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0625776-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Zaira Silva da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/12/2019 às 11:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0625808-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jackelline Pereira Santiago - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 09/12/2019 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0625832-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria das Graças Alcântara da Cruz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Sanã Nogueira Almendros de Oliveira e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR aos autos documento de identidade legível (frente e verso) para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0629448-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Leila Marques Morais - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Ana Jéssica Alves Haddad e Silva (OAB 9512/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cássio José Matos de Barros (OAB 13256/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Dayla Lima da Silva (OAB 9316/AM)
Devid Vinicius Xavier da Costa (OAB 9673/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
FLÁVIA CAROLINE DE SANT'ANA (OAB 10641/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Renato de Lima Sabelli (OAB 10866/AM)
Frank Figueiredo César (OAB 6560/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
GUALBERTO GRACIANO DE MELO SEGUNDO (OAB 11425/AM)
Humberto Filipe Pinheiro Pedrosa (OAB 13037/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Jorge Bruno de Menezes Maia (OAB 8637/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)

José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Léa Fernandes Amazonas (OAB 8612/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Lilian Karen de Souza (OAB 167344/MG)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Marcel Chagas da Silva (OAB 12461/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcos Eduardo Costa Pimentel (OAB 5145/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Raposo da Câmara Auler (OAB 8000/AM)
Raimundo de Souza Mamed Júnior (OAB 13498/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sara de Sousa Silva (OAB 14509/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Tatiany Ribeiro Peixoto (OAB 134473/MG)
Veronica Barbosa de Oliveira (OAB 11335/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wagney Guimarães Rosas (OAB 7908/AM)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0235/2019

ADV: LINCOLN MARTINS DA COSTA NOVO (OAB 3423/AM), ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0201218-24.2015.8.04.0016 (processo principal 0600989-33.2014.8.04.0016) - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Cond. Residencial Ephygênio Salles - Ante a certidão juntada, indefiro o pedido de leilão, eis que o imóvel já se encontra com restrição. Concedo mais 10 dias para juntada da certidão do imóvel objeto da demanda. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ELIANA DE OLIVEIRA RESENDE (OAB 12168/AM) - Processo 0201968-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jorgivan Lima Rocha - DESPACHO

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0600033-78.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Ante a inércia do executado, proceda-se com a penhora online. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0600576-49.2016.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Serviços Hospitalares - EXECUTADO: Hapvida Assistência Medica Ltda - Considerando as alegações da Hapvida e que, de fato, houve condenação em honorários advocatícios, em acórdão transitado em julgado, sendo que o autor não embargou, deve o valor estabelecido ser devidamente pago. Por mais que o autor sustente impossibilidade pagamento, ante a precária condição financeira, deve cumprir com o que foi estabelecido, não podendo se eximir por meio de tal argumento. Intime-se o autor para pagamento, em 15 dias, do valor devido, sob pena de bloqueio. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0604770-90.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - DESPACHO Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM) - Processo 0605554-67.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Alpha Garden The Condominium - Indefiro o pedido de fls. 57/59, eis que a fase de citação já foi superada. Deve o exequente indicar bens à penhora pertencente a executada para prosseguimento da execução. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0606370-49.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Sebastião Pereira da Silva - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, se manifestar quanto ao cumprimento da obrigação. Em caso de inércia, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Manaus, 02 de setembro de 2019.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARIANE VIEIRA DA SILVA (OAB 6764/AM) - Processo 0606370-49.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Sebastião Pereira da Silva - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte exequente para que se manifeste nos autos esclarecendo a atual situação do autor quanto ao cumprimento da liminar, eis que não restou clara. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: LEONARDO GUIMARÃES BRITO (OAB 4096/AM) - Processo 0610886-15.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Renner Farias Buzaglo - Defiro como requer. Concedo prazo de mais 10 dias para juntada do documento solicitado. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 11 de setembro de 2019.

ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 16330/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0613699-15.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Não assiste razão o requerido, eis que no termo de audiência o patrono, bem como seu preposto, foram cientificados de que a sentença seria publicada até o dia 05/07/2019, independentemente de qualquer outra intimação, a partir de quando se iniciaria o prazo para eventuais recursos, razão pela qual indefiro o pedido de fls. 601/603. Considerando que o prazo para pagamento voluntário já se encerrou, proceda-se com a penhora online. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0616809-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduardo do Nascimento Campos - DESPACHO

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616992-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Às fls. 94/96-98 a ré comprova o cumprimento da obrigação, entretanto, junta aos autos comprovante de pagamento às fls. 95, o qual não pertence a esse processo, razão pela qual determino a intimação da requerida para que se manifeste a respeito. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: CASSIANO SILVA D'ANGELO BRAZ (OAB 206137/SP), ADV: EDUARDO JORDAO CESARONI (OAB 113171/SP) - Processo 0618561-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMADO: Sage Brasil Software S.a. - Intime-se a parte embargada para se manifestar, 05 dias, acerca dos embargos de declaração opostos nos autos. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: NAYLA MICHELLE ZAMITH DE OLIVEIRA FREITAS (OAB 7970/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM) - Processo 0619498-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Escolinha Tio Patinhas Ltda - Epp - EXECUTADA: Grace Kelly Lopes Camara - De ordem, fica designado o dia 25/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0622214-39.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 dias, fornecer o número do apartamento, conforme certificado às fls. 28. Cumpra-se. Manaus, 03 de setembro de 2019.

ADV: ELIAS SERENO DE SOUZA (OAB 12819/AM) - Processo 0625152-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Federação dos Trabalhadores No Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0625283-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Maria Rosa de Almeida de Souza - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0625292-41.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Jorge Luiz da Conceição Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625314-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Elias Silva do Amaral - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0625326-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Maíra Cristina Rodrigues e Silva - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0625336-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Moises de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM) - Processo 0625395-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Felipe Sampaio Rebelo e outro - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0625447-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Valdecir da Silva Lima - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0625468-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Dori Edson Santana Duarte - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625521-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Adriano Cardoso Lima Filho, - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0625549-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Dalci Helena Castro Lopes - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0625569-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Valério Mendonça Freire - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0625590-33.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0625586-93.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gleide Maria Aquino Gualberto - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM) - Processo 0625606-84.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Antonio Barbosa Mesquita - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0625645-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Angelita da Silva Paulo - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGNES PELEGRIN DO NASCIMENTO AMORIM (OAB 10916/AM) - Processo 0625655-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adriano Sombra de Paula - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Agnes Pelegrin do Nascimento Amorim (OAB 10916/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Cassiano Silva D'Angelo Braz (OAB 206137/SP)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Eduardo Jordao Cesaroni (OAB 113171/SP)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Eliana de Oliveira Resende (OAB 12168/AM)
Elias Sereno de Souza (OAB 12819/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 16330/BA)
Leonardo Guimarães Brito (OAB 4096/AM)
Lincoln Martins da Costa Novo (OAB 3423/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Mariane Vieira da Silva (OAB 6764/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nayla Michelle Zamith de Oliveira Freitas (OAB 7970/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RAIMUNDO NONATO SANTOS DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0175/2019

ADV: DAVID SALEON GOMES ABECASSIS (OAB 9614/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MARIA ESPERANÇA DA COSTA ALENCAR (OAB 2114/AM), ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0200321-42.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Obrigações - EXEQUENTE: EDSON FERREIRA CAMPOS - EXECUTADO: Banco Daycoval S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: MARIANA DENUZZO (OAB 253384/SP) - Processo 0200652-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Batista Carneiro de Souza - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Divicon Administradora de Beneficios Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: AMÍLCAR BARCA TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 10328/DF), ADV: MARÍLIA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 37623/DF), ADV: MARIANNA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 29467/DF), ADV: AMANDA PINTO PAIVA (OAB 61259/DF) - Processo 0200887-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Associação Brasileira de Aposentados, Pensionistas e Idosos - Asbapi - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmo a decisão liminar, porém julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por ter sido comprovada pela requerida a origem contratual dos descontos. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS) - Processo 0200925-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pela requerente para declarar inexigível o débito de R$ 120,84 (cento e vinte reais e oitenta e quatro centavos), ora impugnado. Caberá à parte requerida proceder a novo faturamento do mesmo pedido, excluindo o valor mencionado e prevendo nova data de vencimento. Julgo improcedentes os demais pedidos. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0200997-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Diante do exposto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados pela requerente para determinar a revisão dos débitos das faturas com vencimentos em maio e junho de 2019 para que passem a conter o valor de internet móvel de velocidade 5MB, com novas datas de vencimento. Julgo procedente o pedido para resolver o contrato existente entre as partes, e para condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0201023-85.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Natura Cosméticos S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo improcedentes os pedidos da parte autora, por falta de verossimilhança de suas alegações. Deixo de condenar as partes ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0201124-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: MATHEUS DE CERQUEIRA Y COSTA (OAB 14144/BA) - Processo 0201300-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Educa Mais Brasil - Instituto Educar Programas Educacionais - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 85/86, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: HORÁCIO PERDIZ PINHEIRO NETO (OAB 157407/SP) - Processo 0201331-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Avon Cosméticos Ltda - CERTIFICO para fins de direito que, devido FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA em todas as unidades judiciárias do FÓRUM AZARIAS MENESCAL, a Audiência de Conciliação originalmente designada para a data de hoje (11-9-2019 às 9:45h),

foi REDESIGNADA para o dia 5/11/2019 às 9:30h. E, por ser um ato meramente ordinatório, INTIMO as partes envolvidas na pórfia. É o que me cumpre certificar.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0600600-94.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ivia Laurinda Lima Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: CLAUDOMILTON ROBERTO DA SILVA (OAB 10291/AM), ADV: NAZARENO PEREIRA DE MELO (OAB 5690/AM) - Processo 0600727-32.2018.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Josiel Paula de Andrade - REQUERIDO: Instituto de Ação Social Vida e Saúde da Amazonia - Iasvisam, - Diante da certidão de fls. 117, expeça-se ALVARÁ por meio de transferência eletrônica em favor do exequente e via de consequência dê continuidade aos procedimentos determinado na decisão de f. 93. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601066-59.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: FRANCINETE MARQUES ROBERTO - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0601226-94.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: M.i. Caldeira Madureire-Epp - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0601231-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cicero Martins Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos, etc., Indefiro o pedido de execução de saldo remanescente, umas vez que o réu cumpriu integralmente com a obrigação. Expeça-se alvará em favor do autor. Em seguida, arquivem-se os autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo

0601500-14.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Antonia Lucia Costa de Azevedo - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0601762-27.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXEQUENTE: Denise Santos da Costa - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM) - Processo 0601789-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prescrição e Decadência - RECLAMANTE: Carlos Alberto Araújo - Intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, conforme artigo 321 do CPC, de modo a tornar líquido o pedido de declaração de inexistência de débito, na medida em que se trata de valor determinável (art. 14, § 2º, da Lei n. 9.099/95). Após, conclusos (fila 58).

ADV: LUCIANE DE SOUZA AMAZONAS (OAB 12356/AM), ADV: JEAN CARLOS PADILHA DOS SANTOS (OAB 9872/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: GLAUCIO AGUIAR BESSA (OAB 13105/AM), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: NATHACHA CAMARA DE ALBUQUERQUE (OAB 12164/AM), ADV: PHILLIPPE LIBERATO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 9103/AM), ADV: ALDEMIR DO CARMO SILVA (OAB 9202/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0602041-13.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria Albanira Teixeira Paula - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602176-25.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Izabel Cristina Almeida Compton - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários,

se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0602217-89.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM) - Processo 0602291-46.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Vanessa Silva e Silva - EXECUTADO: Três Comércio de Publicações Ltda. (Editora Três) - Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ) - Processo 0602291-46.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXECUTADO: Três Comércio de Publicações Ltda. (Editora Três) - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FRANK EMERSON NEVES ABRAHÃO (OAB 2352/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0602596-64.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Altamira de França Gomes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinados. O(a) Exequente obteve a satisfação integral de seu crédito, tal o que se infere dos documentos colacionados aos autos às fls. [131-132]. Desta feita, JULGO EXTINTO o procedimento executório e, em consequência, o feito sequencial executivo à luz do que apregoa o artigo 924, inciso II, combinado com o artigo 925 do Novo Código de Processo Civil. Arquive-se em definitivo, lançando-se o necessário termo. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0602633-23.2019.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Claudecy Firmino V - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já,

a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0602970-17.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: JULIA CORREA BENÍCIO - EXECUTADO: BANCO BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603054-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jose Ricardo dos Santos do Carmo - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM), ADV: MICHELE DE SOUZA DERZE (OAB 6418/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0603749-64.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stephanie da Silva Marques - REQUERIDO: Tim Celular S/A - CERTIFICO para fins de direito que, devido FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA em todas as unidades judiciárias do FÓRUM AZARIAS MENESCAL, a Audiência de Conciliação originalmente designada para a data de hoje (11-9-2019 às 9:30h), foi REDESIGNADA para o dia 5/11/2019 às 9:45h. E, por ser um ato meramente ordinatório, INTIMO as partes envolvidas na pórfia. É o que me cumpre certificar.

ADV: ENALDO ALMEIDA CORREA (OAB 7696/AM), ADV: RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM) - Processo 0604300-44.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Raimundo Lucinval Ferreira de Sales - REQUERIDO: Francisco Helio Pereira da Silva - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de impugnação à penhora de valores realizada através do BACENJUD, sob o argumento de haver incidido sobre verba de natureza salarial, pelas razões de fls. 28-29. Intimado o Executado para juntar aos autos extrato analítico dos últimos 90 (noventa) dias da suposta conta salário, o mesmo quedou-se inerte, não se desincumbindo do ônus de demonstrar que a quantia bloqueada era, de fato, impenhorável. Quanto ao mais, ressalte-se que não foram coligidos aos autos sequer os extratos bancários atualizados, com a demonstração da movimentação financeira efetuada pelo Executado, conforme determinação desse juízo às fls. 42. Dessa forma, inexistindo nos autos qualquer elemento comprobatório de que os valores depositados em contacorrente decorrem de proventos de natureza salarial ou remuneratória, deve a penhora ser mantida. Por oportuno, confira-se: AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSUAL CIVIL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BLOQUEIO DE VALOR DEPOSITADO EM CONTA BANCÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ORIGEM E DO CARÁTER ALIMENTAR DA VERBA. POSSIBILIDADE DE PENHORA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Se não restou demonstrado que o valor bloqueado em conta corrente do agravante é oriundo do seu trabalho, caracterizando a natureza alimentar da quantia tornada indisponível, em descumprimento ao disposto no art. 854, § 3º, do CPC, não há que se falar em impenhorabilidade da verba, à luz do que dispõe o art. 833, IV, do CPC. Inclusive, extrai-se dos autos que o devedor, profissional autônomo, possui pelo menos, cinco contas-correntes, e não foi suficientemente esclarecido a movimentação naquela em que houve a aludida constrição. 2. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão n.1175954, 07011305120198070000, Relator: SANDRA REVES 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 05/06/2019, Publicado no DJE: 13/06/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DE VALORES EM CONTA CORRENTE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. POSSIBILIDADE. CARÁTER ALIMENTAR NÃO DEMONSTRADO. 1. Nos termos do art. 854, § 3°, do CPC, cabe ao devedor demonstrar que a quantia penhorada corresponde às hipóteses de impenhorabilidade enumeradas no art. 833, IV, do CPC. 2. Na hipótese, o devedor não logrou êxito em demonstrar que as liberalidades são sua única fonte de renda e são destinados ao custeio de alimentos e outras despesas básicas da família. 3. Agravo de Instrumento conhecido, mas não provido. Unânime. (Acórdão n.1172838, 07018086620198070000, Relator: FÁTIMA RAFAEL 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 22/05/2019, Publicado no DJE: 28/05/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.) AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. IMPUGNAÇÃO. REJEIÇÃO. PENHORA EM CONTA

CORRENTE. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE O VALOR BLOQUEADO TENHA NATUREZA SALARIAL. RECURSO DESPROVIDO. Os valores depositados em conta corrente, ainda que esta seja destinada ao recebimento de salários, são penhoráveis, salvo as exceções previstas em lei. Para que os valores lá depositados sejam acobertados pela impenhorabilidade, é necessária a prova de sua origem. Caso inexista prova da origem salarial, os valores são penhoráveis. Recurso desprovido. (Acórdão n.967246, 20160020312875AGI, Relator: HECTOR VALVERDE 5ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 21/09/2016, Publicado no DJE: 29/09/2016. Pág.: 288/293). Outrossim, apesar da alegada aposentadoria por invalidez, o executado também é Microempreendedor Individual, conforme faz prova os inclusos comprovantes de cadastro no CNPJ (07.416.140/0001-94), bem como do Quadro de Sócios e Administradores e foto do estabelecimento. (fls. 38-40), ainda que não se configure conta-salário, o que é suficiente para obstar a penhora de tais valores. Desta forma, diante da ausência de apresentação de prova inequívoca de que os valores bloqueados são oriundos de proventos de aposentadoria e não da atividade paralelamente exercida pelo executado, é imperiosa a expedição de alvará para levantamento dos valores bloqueados pelo exequente, o que fica requerido. Destarte, competia-lhe, a teor do que dispõe o artigo 854, § 3º, do CPC, comprovar a impenhorabilidade da verba constrita. Não tendo, contudo, se desincumbido de tal ônus, não há óbice à constrição judicial, razão pela qual determino a imediata transferência da quantia bloqueada para a conta judicial vinculada a este feito e Juízo. Intime-se a parte devedora observando-se o disposto do artigo 854, § 3º, do NCPC. Transcorrendo "in albis" o prazo para impugnação da medida constritiva em questão, certifique a Serventia o transcurso do prazo e, expeça-se alvará de levantamento da quantia ora bloqueada, acrescida dos consectários legais, em favor do credor. Como consequência processual natural, determino a busca de bens pelos sistemas Renajud e Infojud. À Secretaria, para as devidas providências.

ADV: ANÍSIO MARQUES VALENTE NETTO (OAB 13255/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0604344-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cleudomar Gomes da Silva - REQUERIDA: Ladime de Oliveira Mafra e outro - Considerando tudo isso, julgo parcialmente procedentes os pedidos para condenar o réu a indenizar o autor por danos morais que totalizam R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir da data da presente decisão. Condeno o réu a pagar ao autor, a título de indenização por danos materiais (lucros cessantes), o valor de R$ 14.608,49 (quatorze mil, seiscentos e oito reais e quarenta e nove centavos), a ser atualizado pela secretaria da seguinte forma: o valor de R$ 1.123,73 (mil, cento e vinte e três reais e setenta e três centavos) deve ser corrigido (correção monetária por INPC) treze vezes, e a data inicial de cada correção monetária é a data em que deveria ter sido percebido o salário pelo autor; nesse sentido a primeira parcela deve ser corrigida a partir de 31/05/2018, a segunda a partir de 31/06/2018, e assim por diante, até a última, que deve ser atualizada a partir de 31/05/2019. Os juros de mora devem ser apurados a partir da data do acidente para todas as parcelas: 06/05/2018. A soma dos valores apurados em todas as parcelas após incidência de correção e juros será o valor final da condenação a título de indenização por danos materiais, que, sem atualização, ora totaliza R$ 14.608,49. Do valor final apurado, deverá ser abatido o montante de R$ 1.687,50 (mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), valor percebido pelo autor a título de indenização por seguro DPVAT (página 55), conforme a Súmula n. 246 do STJ. Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0605061-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: LAIANE LOYOLA ARNALDO - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a requerida a excluir o nome da requerente do cadastro de inadimplentes em 5 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Julgo extinto sem resolução do mérito o pedido contraposto, com fundamento no art. 51, IV, da Lei n.º 9.099/95. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 53182/DF) - Processo 0605335-73.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: YOHANNA JAAMEL SOUSA MENEZES (OAB 9342/AM) - Processo 0605375-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Compromisso - REQUERENTE: Ana Gabriela Mendonça Gonçalvez - De ordem, fica designado o dia 07/10/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATA CAVALCANTE DE MELLO SANTOS (OAB 319070/SP), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: FLÁVIA CHRISPIM FERREIRA (OAB 164165/SP), ADV: HARBEN GOMES AVELAR (OAB 9795/AM), ADV: HERALDO JUBILUT JUNIOR (OAB 23812/SP), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0605493-02.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: GISELE CABRAL DE ALMEIDA - EXECUTADO: CAN COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso

de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0605505-11.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ray Jonathan Freitas Lobo - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Diante do exposto, com fundamento no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar para impedir a inscrição em cadastro de inadimplentes por débitos gerados antes da revisão ora determinada, julgo procedente o pedido da inicial para condenar a parte requerida a pagar ao requerente a quantia de R$ 577,12 (quinhentos e setenta e sete reais e doze centavos), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir de 31/01/2019. Julgo parcialmente procedente o pedido de indenização por danos morais para condenar a empresa requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Condeno a parte requerida a cobrar apenas o valor pactuado de R$ 164,86 (cento e sessenta e quatro reais e oitenta e seis centavos) pelo plano contratado, ressalvadas as hipóteses de reajuste e de mudança do plano ou da situação de fato, sob pena de repetição em dobro do valor pago a maior pelo autor. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: KLEYANNE BENTES DA SILVA SOUZA (OAB 13768/AM), ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605739-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Valdecir Marques de Souza - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STELISY SILVA DA ROCHA (OAB 7989/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JOSÉ ESTEVÃO XAVIER (OAB 8824/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605745-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Neurilene Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nesse elastério, reconheço a complexidade probatória da causa e a consequente incompetência desta Justiça Especial para resolvê-la, nos moldes do artigo do art. 51, III, da Lei nº 9.099/95, pelo que determino a extinção do feito sem o julgamento do mérito e revogo a decisão liminar (pois não houve adimplemento de faturas atuais, o que motivou a interrupção do fornecimento). Extinto o pedido principal, extinguir-se-á também o pedido contraposto sem apreciação do mérito, que não subsiste sem o primeiro. Sem custas, salvo recurso, na forma da lei de regência.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: MARCOS ANTÔNIO VÍTOR DA SILVA (OAB 7841/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0605860-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Roberta Curintima Gomes dos Santos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM), ADV: YVON JOSÉ RAMALHO GOMES (OAB 2791/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM) - Processo 0605871-50.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Edmundo Oliveira Pires - REQUERIDO: Pemaza Amazônia S/A - CERTIFICO para fins de direito que, devido FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA em todas as unidades judiciárias do FÓRUM AZARIAS MENESCAL, a Audiência de Conciliação originalmente designada para a data de hoje (11-9-2019 às 8:45), foi REDESIGNADA para o dia 5/11/2019 às 10:15h. E, por ser um ato meramente ordinatório, INTIMO as partes envolvidas na pórfia. É o que me cumpre certificar.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606080-87.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Francinete Pedrosa de Franca - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: OSWALDO TÁVORA BUARQUE NETO (OAB 5566/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: VIVIANE NUNES DE OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8944/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: PEDRO IGOR FROTA DE CARVALHO (OAB 13661/AM), ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0606139-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Luiz Pereira - REQUERIDO: Banco Agiplan S.a. - Banco Bradesco S/A - CERTIFICO para fins de direito que, devido FALTA DE ENERGIA ELÉTRICA em todas as unidades judiciárias do FÓRUM AZARIAS MENESCAL, a Audiência de Conciliação originalmente designada para a data de hoje (11-9-2019 às 9:15h), foi REDESIGNADA para o dia 5/11/2019 às 10:00h. E, por ser um ato meramente ordinatório, INTIMO as partes envolvidas na pórfia. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: BRUNO DE FREITAS SALGUEIRO (OAB 7708/AM), ADV: JAIRO FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 10886/AM), ADV: JESSICA DE MENEZES FURTADO ASTUTO (OAB 12772/AM), ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606462-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rosiana Teixeira Nunes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Forte nesses argumentos, e com fulcro no art. 487, I, do CPC, confirmando a liminar, julgo parcialmente procedente o pedido formulado pela requerente para condenar a requerida a pagar à requerente a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) contados a partir do arbitramento. Declaro quitado o débito questionado. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN), ADV: HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606502-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mariza Ramos Vasconcelos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 17/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GLÉCIO BEZERRA DE SOUSA (OAB 13988/AM), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM) - Processo 0606628-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Francisco Leal Ferreira - REQUERIDO: Accesscrédito Sociedade Se Crédito Ao Microempreendedor e À Empresa de Pequeno Porte S.a. - Vistos permanente em correição. Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 10 (dez) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0606672-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Joana Batista Pereira Martins - Ex positis, indefiro a petição inicial, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo sem análise do mérito, uma vez ausentes os requisitos de admissibilidade da tutela jurisdicional, ex vi do art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c 485, inciso I, do mesmo Diploma Legal. Isento de condenação em custas processuais e honorários advocatícios por força do disposto no artigo 55, da Lei n° 9.099/95. ARQUIVEM-SE os autos sem prévia conclusão. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606719-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pedro Henrique Colares da Cruz - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Vistos permanentes em correição. Inicialmente, antes de me manifestar sobre o pedido de tutela de urgência, devo lembrar a nobre causídica que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 25-26. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e

o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 21), datado de 23-11-2015, ou seja, há mais de 3 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o(a) Autor(a) tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o(a) Autor(a) tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 05/11/2019 às 16:15h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0606719-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Pedro Henrique Colares da Cruz - De ordem de Sua Excelência o(a) Juiz(a) de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Pedro Henrique Colares da Cruz, já devidamente qualificado(a), registrou demanda que tomou o n.º 0606719-37.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Telefônica Brasil S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 05/11/2019 às 16:15h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanentes em correição. Inicialmente, antes de me manifestar sobre o pedido de tutela de urgência, devo lembrar a nobre causídica que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 25-26. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a

juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 21), datado de 23-11-2015, ou seja, há mais de 3 anos, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o(a) Autor(a) tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o(a) Autor(a) tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 05/11/2019 às 16:15h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu."

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606729-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria José Macena dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Maria José Macena dos Santos, ajuizou o(a) presente - Ação Revisional c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 3605566-2 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 3605566-2 de titularidade do(a) Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 05/11/2019, às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0606729-81.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria José Macena dos Santos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem de Sua Excelência a Juiza de Direito Jaci Cavalcanti Gomes Atanazio, comunico-lhe que Maria José Macena dos Santos, já devidamente qualificado(a), registrou demanda que tomou o n.º 0606729-81.2019.8.04.0020, neste Juizado, contra Vossa Senhoria, Manaus Ambiental S/A. Objetivando evitar continuação prolongada da ação judicial, o que certamente causar-lhe-á incômodo e despesas, fica Vossa Senhoria citada a comparecer à audiência da 9º Vara do Juizado Especial Cível designada para 05/11/2019 às 08:45h, no endereço indicado abaixo. Na referida oportunidade, será realizada tentativa de solução amigável que atenda aos interesses de ambas partes, sem quaisquer despesas. No mesmo ato, fica Vossa Senhoria intimada da decisão interlocutória (antecipação de tutela) proferida nos autos: "Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Maria José Macena dos Santos, ajuizou o(a) presente - Ação Revisional c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela, contra a Requerida Manaus Ambiental S/A, para se ABSTER de interromper o fornecimento de abastecimento de água da Matricula Nº 3605566-2 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do(a) devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de abastecimento de água. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de água a cargo da Requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de água p. exemplo) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de água da Matrícula Nº 3605566-2 de titularidade do(a) Requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação, para o dia 05/11/2019, às 08:45h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência."

ADV: ISLEY E SOUZA DE SOUZA (OAB 9703/AM) - Processo 0607080-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Vera Lucia Silva dos Santos - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito

alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” Um dos temas mais polêmicos, nesta sede, indaga se as concessionárias de serviços públicos podem cortar o fornecimento de luz, água ou telefone na hipótese de inadimplemento dos respectivos usuários. A obrigação de pagar as contas de luz, água ou telefone não é tributária, pois trata-se de serviços prestados sob o regime de Direito Privado, remunerados através dos preços públicos, ou seja, através das tarifas. Os financistas costumam surpreender, nessas hipóteses, verdadeiros contratos de Direito Público, pois o pagamento do preço é efetivado por unidades de serviços prestadas, ou seja, quilowatts de energia, metros cúbicos de água ou impulsos telefônicos. De todo modo, a interrupção no fornecimento do serviço público não pode ser efetiva ex abrupto, como instrumento de pressão contra o consumidor, para forçá-lo ao pagamento da conta em atraso. O abastecimento de água é considerado serviço público de natureza essencial, daí porque sujeito aos princípios da continuidade e eficiência, o que impede a sua abrupta suspensão. A iterativa jurisprudência sobre o tema já sedimentou entendimento de que, em se tratando de serviço de natureza essencial, o concessionário deve valer-se dos meios ordinários para o recebimento dos valores inadimplidos, não podendo o consumidor ser submetido ao ridículo, na forma do art. 42 do CDC. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do autor da ação, ora requerente, da ocorrência da suspensão dos serviços indevida, tenho que, após análise dos elementos de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de restabelecimento dos serviços essenciais. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar a MANAUS AMBIENTAL S/A para, em quarenta e oito (72) horas, a contar do recebimento desta determinação, RESTABELEÇA o fornecimento de água da MT Nº 50551394, de titularidade do requerente, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. A tutela de urgência ora assegurada não se afigura, de igual modo, irreversível, superando a vedação do art. 300, §3°, do NCPC. Em todo caso, a parte atingida pela medida excepcional poderá pleitear a reparação de dano processual, além da recomposição dos prejuízos efetivos, decorrentes de sua efetivação, nos termos do art. 302 do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica do autor, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 11:00h, na sede desse Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607183-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - Vistos permanente em correição. Inicialmente, registro, que antes de me manifestar a respeito da tutela de urgência, lembro ao nobre causídico que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - “Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95.”). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Dessa maneira, é imperioso que a parte junte comprovante de residência de onde reside. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 40, vez que cabe a parte juntar todos os documentos exigidos na propositura da ação e não ao juiz. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único,

de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 16 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (CINCO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 16:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607184-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - Vistos permanente em correição. Inicialmente, registro, que antes de me manifestar a respeito da tutela de urgência, lembro ao nobre causídico que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Dessa maneira, é imperioso que a parte junte comprovante de residência de onde reside. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 39, vez que cabe a parte juntar todos os documentos exigidos na propositura da ação e não ao juiz. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão

final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 15 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (CINCO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 10:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607185-31.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis S. e Sousa - Vistos permanente em correição. Inicialmente, registro, que antes de me manifestar a respeito da tutela de urgência, lembro ao nobre causídico que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Dessa maneira, é imperioso que a parte junte comprovante de residência de onde reside. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 40, vez que cabe a parte juntar todos os documentos exigidos na propositura da ação e não ao juiz. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 16 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial

não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (CINCO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 13:00h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607186-16.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Denis Sousa e Sousa - Vistos permanente em correição. Inicialmente, registro, que antes de me manifestar a respeito da tutela de urgência, lembro ao nobre causídico que as disposições do NCPC e da legislação processualista civil esparsa hão de ser aplicadas no sistema dos juizados especiais somente e tão somente se com ele compatível. Compatível com suas regras e, mais importante, com suas diretrizes ou princípios (art. 2º, Lei 9.099/95). Essa, aliás, a compreensão do FONAJE (Enunciado 161 - "Considerado o princípio da especialidade, o NCPC/2015 somente terá aplicação ao Sistema dos Juizados Especiais nos casos de expressa e específica remissão ou na hipótese de compatibilidade com os critérios previstos no art. 2º da Lei 9.099/95."). Dito isso, uma das regras fundamentais do processo é a competência e, nos juizados especiais, a modalidade territorial detém natureza absoluta (art. 51, III, Lei 9.099/95). Ou seja, o seu desrespeito leva o processo à sua extinção sem resolução do mérito. No caso dos Juizados Cíveis Manauaras, a residência do autor é parâmetro de fixação de competência, pois, a depender de onde habita, sua demanda pode tramitar no Fórum Desdor. Mário Verçosa, ou no Fórum Desdor. Lúcio Fonte, ou no Fórum Desdor Azarias Menescal (Resolução 12/2017-TJAM). Por isso, a parte deve, sim, nos Juizados Especiais, comprovar onde reside, a fim do próprio julgador concluir se é o juiz natural daquela causa. Em omitindo do Magistrado(a) tal informação, a parte atrapalha o trâmite processual e impede o próprio exercício da jurisdição. Dessa maneira, é imperioso que a parte junte comprovante de residência de onde reside. Por tudo o exposto, rejeito a argumentação de fls. 46, vez que cabe a parte juntar todos os documentos exigidos na propositura da ação e não ao juiz. Pois bem. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 22 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (CINCO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 14:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0607235-62.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Adauto Gama da Silva - REQUERIDO: BANCO BMG SA - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do

julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0607692-60.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Paulo Oliveira de Lima - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM) - Processo 0607755-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco Soares da Costa - INTIME-SE o requerente na pessoa de seu advogado constituído para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias junte aos autos CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO SPC/SERASA, COMPLETA, sem corte, vez que a certidão carreada às fls. 18, não supre a necessidade desse juízo de valor para analise processual.

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0607771-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Herculana de Souza Cruz - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Vistos permanente em correição, Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de fls. 26-51, os descontos impugnados são realizados desde JANEIRO/2011, sem manifestação do requerente, até o ajuizamento da ação, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pelo Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária,

entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 8(oito) anos o desconto é realizado, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 14:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607784-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Geane de Lima Ribeiro - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nª 12/2017-TJAM;

ADV: DRYELY PICANÇO GOES (OAB 10246/AM) - Processo 0607809-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: João Junio Ferreira da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, nos termos da RESOLUÇÃO Nº 12/2017-TJAM;

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0607818-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanuza de Souza Trindade - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 15 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde JANEIRO/2015, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de MAIS DE 4 (quatro) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 14:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0607820-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Eliton Maia de Souza - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído

nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0607822-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Isaque Pereira da Costa - REQUERIDO: BradesCard S/A - C&a Modas Ltda - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente os requisitos necessários, qual seja, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, nota-se que a autora não apresentou documentos que comprovam que houve a inserção dos seus dados nos órgãos de restrição ao crédito; ordens de solicitação de serviços ou protocolos demonstrando que registrou reclamação perante a Requerida etc. Este fato acaba por obstar a pretensão autoral quanto à concessão de liminar. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a probabilidade do direito alegado aptos a ensejar o deferimento da tutela provisória pleiteada decorrente do exercício da cognição sumária de urgência. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 16:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se os Réus.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607832-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Alfredo Ribeiro de Carvalho - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz

os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 23 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de mais de 5 (cinco) anos a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 15:15h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM) - Processo 0607843-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Willian Menezes Bastos - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 14 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde SETEMBRO/2014, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 5 (CINCO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 15:30h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607852-17.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nerivaldo Pantoja Moraes - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0607860-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lins Dias Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607867-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Anadilson Conceição de Melo - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DAVIDSON REIS DA SILVA (OAB 8228/AM) - Processo 0607871-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Saira Moraes da Silva Costa - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0607879-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Franciluce da Silva Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Franciluce da Silva Lima ajuizou o(a) presente - Ação Revisional c/c Indenização por danos morais c/c pedido de antecipação de tutela), contra a Requerida Amazonas Distribuidora de Energia S/A, para se ABSTER de inserir o nome da parte autora nos cadastros de inadimplentes SPC e a SERASA, além de interromper o fornecimento de luz elétrica da UC 0529067-8 de titularidade do(a) demandante, por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. Da análise da petição de ingresso, não vejo óbice à concessão da antecipação da tutela. Aliás, penso que o referido instituto jurídico anda de mãos dadas com esta justiça especial, notadamente quando homenageia-se o princípio da celeridade da prestação jurisdicional. Assim, entendo que enquanto pendente, entre as partes, discussão, sobre débito, revela-se, como medida de cautela, a abstenção da inscrição de nome do devedor(a), nos cadastros de proteção ao crédito - SPC/SERASA, além da suspensão do fornecimento de luz elétrica. Interpretação sistemática à luz do princípio constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, obediência ao contraditório e à ampla defesa. No mais, estando os valores cobrados pela prestadora de serviços submetidos à discussão judicial, com mais razão deve ser mantida, sem alterações, a prestação do serviço de fornecimento de luz elétrica a cargo da requerida, assim como nenhum gravame (restrição de crédito, suspensão de fornecimento de luz p. ex.) pode ser imposto ao/à autor(a), até final julgamento. Nem se argumente a requerida, da necessidade de prévio contraditório, como conditio sine qua non, para deferimento da tutela, visto que nosso sistema acolhido pelo CPC e utilizado nas antecipações satisfativas autoriza a concessão da medida sem oitivar o réu, mormente porque o principio constitucional do contraditório não se sobrepõe, por certo, à flagrante lesão à vida civil e aos afazeres do cotidiano do(a) Requerente. No que pertine ao perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, é de se considerar que, diante da complexidade das relações econômicas firmadas nos dias atuais, a inscrição de uma pessoa, seja ela pessoa física ou jurídica, em órgão de restrição cadastral dificulta o desenvolvimento de suas atividades comerciais, não se mostrando, portanto, adequada a inserção de seu nome no rol dos inadimplentes perante o SPC/SERASA com relação a possível débito discutido judicialmente. De outro modo, o provimento antecipado não se reveste do perigo da irreversibilidade, nem é passível de causar dano à parte demandada, fatos estes que recomendam a sua concessão. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO o pedido antecipatório pleiteado, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil, para o fim de determinar à empresa prestadora de serviço público essencial para, em 48 (quarenta e oito) horas, a contar do recebimento desta determinação, se abstenha de suspender o fornecimento de luz elétrica da UC 0529067-8 de titularidade do(a) requerente, ou se já a houver executado, restabeleça, incontinenti, além de inserir o nome do(a) demandante nos cadastros de restrições de crédito SPC e a SERASA, em escorreito atendimento à situação fática que exsurge dos autos, até ulterior deliberação judicial, devendo, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 16:15h, na sede deste Juízo. Cite-se o réu. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum, dando-se conhecimento aquele e seu advogado sobre a supramencionada audiência.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0607885-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sebastiao Ariston - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante

de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal;

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607898-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Otacilio Diniz Junio - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: “Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com “regra da gangorra”, é que quanto maior o “periculum” demonstrado, menos “fumus” se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa.” O pedido de tutela provisória formulado pelo(a) Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, é possível constatar no documento de f. 16 e seguintes, as cobranças impugnadas são realizadas desde MAIO/2015, o que, apesar de não implicar na aceitação do serviço, retira o caráter emergencial aventado pela Autora, para concessão da tutela. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já que por cerca de 4 (QUATRO) ANOS a cobrança é realizada, sem que haja representado maiores riscos ao consumidor, e ante a necessidade de verificação da contratação ou não do serviço, quando da apresentação da contestação. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 05/11/2019, às 15:45h, na sede deste Juízo. Intimem-se. Cite-se o Réu.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE NETO (OAB 14403/AM) - Processo 0607906-80.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marta de Oliveira Vieira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas- CPF da requerente.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607916-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Rosa Ribeiro Rodrigues - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017- TJAM.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0607919-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Rosa R. Rodrigue - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal;

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0607933-63.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ziorney Iaracahua Pereira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC,

pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0607969-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tutela de Urgência - REQUERENTE: Rodrigo Bernardo da Silva - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017- TJAM.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0607972-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Matheus Ben-hur Ramirez Sapucaia - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017- TJAM.

ADV: SUELEM PENA BENTO DA SILVA (OAB 9796/AM) - Processo 0607978-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisca Macedo de Oliveira - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas- CPF do Requerente; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017- TJAM.

ADV: GUILHERME CORREIA EVARISTO (OAB 33791/GO) - Processo 0608010-72.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Aparecida Fernandes da Costa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas- CPF do Requerente; (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM; (X) Procuração devidamente preenchida e assinada; (X) Declaração de Hipossuficiência e declaração de residência devidamente preenchida e assinada.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0608050-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sebastiao Ariston - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017- TJAM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608064-38.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joao Pereira Filho - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608066-08.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joao Pereira Filho - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608067-90.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Joao Pereira Filho - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído

nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0608068-75.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joao Pereira Filho - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: MÁRIO JOSÉ PEREIRA JÚNIOR (OAB 3731/AM) - Processo 0608106-87.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: José Marques de Lima Filho - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608111-12.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Antonio Tavares Correa - CERTIFICO para os devidos fins que, de acordo com o Código de Normas e o disposto no § 4º do art. 203 do NCPC, pratiquei o ato processual que segue: De ordem, fica o Autor(a) intimado, na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial, indicando: (X) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - sendo apenas aceito conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (X) o comprovante de residência dentro da competência do Fórum Azarias Menescal, conforme Resolução Nº 12/2017-TJAM.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM) - Processo 0608198-70.2016.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Francisco Paulo Silva de Araújo - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias Cumpra-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ RODRIGUES TERCEIRO FILHO (OAB 6341/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0608682-51.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: Maria de Jesus Oliveira Ribeiro - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0609033-87.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Bernardo Moreira Chota - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c

346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BRUNO ROSAS HIDALGO (OAB 10732/AM) - Processo 0609241-08.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Fernando Freitas Hidalgo e Outros - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc., Expeça-se alvará em favor do autor do valor já pago, conforme comprovante de pagamento de fl. 398. Proceda-se à penhora on-line do saldo remanescente, conforme cálculo processual de fl. 401. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0610509-97.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Carla Vilza Brasil Matos - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MAICON DE OLIVEIRA BRANCHES (OAB 11141/AM) - Processo 0611756-16.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Bancários - EXEQUENTE: Luzinete Correa da Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos, etc., Analisando os autos, verifico que o valor da repetição de indébito em dobro, danos morais e honorários de sucumbência já foram devidamente pagos à autora, conforme alvarás de fls. 375-378. Ressalta-se que a astreinte não integra a base de cálculo dos honorários advocatícios. Quanto à obrigação de não efetuar novos descontos no contracheque da autora, resta claro que a medida foi descumprida pelo executado, uma vez que houve a comprovação de 06 descontos indevidos entre os meses 02/2018 e 07/2018. Pelo exposto, determino que se proceda à penhora onlina na quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) em desfavor do Banco BMG Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0612087-95.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rejane Amaral Maciel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0614371-76.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Tatiane Angélica Berger Sampaio - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MÔNICA ELCIRA MERGULHÃO DAMACENA (OAB 13387/AM) - Processo 0619179-42.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Marcos Uchoa Zik - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado do ACÓRDÃO, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0623541-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jose Amancio Maciel - Vistos permanente em correição. O(a) Requerente Jose Amancio Maciel ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO c/c INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e MORAIS POR INSERÇÃO INDEVIDA NO SPC/SERASA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PREVENTIVA INALDITA ALTERA PARS, contra o(a) Requerido(a) Telefônica Brasil S/A, ambos já qualificados nos autos, para que o(a) Requerido(a), promova determinando a Requerida que RETIRE de imediato o NOME da parte autora dos ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO ao CRÉDITO uma vez que foi indevido esse cadastro, que em caso de descumprimento seja arbitrado multa", referente ao CONTRATO Nº 0336801589 (f. 22), por estarem presentes os requisitos do artigo 300 do NCPC, sob pena de multa diária por descumprimento a ser arbitrada pela MMa. Juíza. Passo à análise dos requisitos para sua concessão. Pois bem. A controvérsia se limita em verificar se estão presentes os requisitos previstos no artigo 300 do CPC, de modo a autorizar a concessão da tutela antecipada. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC), in verbis:. Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." Alie-se à prova inequívoca que conduza à verossimilhança da alegação da parte, que estejam presentes o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o deferimento da antecipação de tutela. Por fim, cabe dizer que os requisitos previstos no artigo 300 do NCPC são cumulativos, ou seja, à falta de algum deles importa em indeferimento da medida. No caso ora em comento, conforme se depreende dos documentos que formam o instrumento, a aplicação da legislação consumerista decorre da norma do art. 17 do CDC, em razão da equiparação existente entre a "vítima do evento" e os consumidores. Os fatos narrados na inicial e os documentos acostados aos autos, mostram-se coerentes e tem conotação de verossimilhança. O perigo de dano grave e de difícil reparação é evidente. Na era do crédito permaneceu com o nome negativado, traz para o cidadão sérios prejuízos. Com efeito, considerando as alegações do(a) autor(a) da ação, ora Requerente, da ocorrência de negativação indevida, tenho que, após análise dos elementos

de informação que formam o instrumento, há de ser deferido o pedido de exclusão de inscrição do nome do(a) Requerente dos cadastros de inadimplentes, haja vista que é de sabença geral que entidades como o SPC, e a SERASA e os sistemas de avaliação de risco de crédito exercem papel decisivo na concessão do crédito, e a existência de qualquer anotação desabonadora impossibilitaria o(a) demandante de efetivar quaisquer transações dependentes de crédito no âmbito do comércio. De se destacar, ainda, que não se trata de medida irreversível, sendo que a qualquer tempo o(a) Requerido(a) poderá, caso a inadimplência emirja de forma incontroversa, ter o seu nome incluído no rol dos maus pagadores, não havendo que se falar em prejuízo para o(a) Requerido(a). Assim, da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, verifico a probabilidade do direito alegado pela parte autora, bem como o perigo de dano decorrente da permanência do seu nome nos cadastros restritivos de crédito, estando, portanto, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido antecipatório pleiteado, com fulcro no § 2º, do art. 300, do CPC. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício aos Órgãos de restrição ao crédito, indicados às f. 22, para que em até 3 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, excluam dos seus cadastros a restrição anotada em nome da parte autora Jose Amancio Maciel, CPF Nº 01358123217, referente ao CONTRATO Nº 0336801589 (f. 22) pela parte Ré, até posterior deliberação, eis que esta questão encontra-se sub judice, sob pena de crime de desobediência, em seguida, informar a este Juízo acerca da satisfação da presente decisão. Sem prejuízo de responsabilidade penal por crime de desobediência, em caso de descumprimento ao presente decisório, FIXO multa diária, no importe de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 dias-multa. Designo Audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 15:45h, na sede deste Juízo. Oficie-se. Intimem-se Autor e Réu quanto ao inteiro teor deste decisum.

ADV: EDUARDO DA COSTA SOARES (OAB 13025/AM), ADV: JOSÉ RIBAMAR COSTA SOARES (OAB 1971/AM) - Processo 0638663-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Água e/ou Esgoto - REQUERENTE: José Reis Sousa Costa - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Vistos permanentes em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade que envolve significativa dose de subjetividade ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." No caso dos autos, o autor questiona a inscrição de seus dados em cadastros de inadimplentes por parte da Ré, sem que haja qualquer relação jurídica entre as partes. Entretanto, limitou-se a juntar documento do SPC indicando o apontamento restritivo (fls. 44), datado de 30/06/2018, ou seja, há mais de 1 (um) ano, o que afasta a urgência do presente caso, diante do extenso lapso temporal entre a data da negativação e da propositura da ação, não sendo crível que apenas agora o Autor tenha tomado conhecimento da restrição. Ademais, não há qualquer demonstração de que o Autor tenha diligenciado junto ao Réu na tentativa de elucidar e/ou contestar a dívida, o que prejudica a verossimilhança da alegação de que o débito é indevido. Nesse norte, entendo ser necessária a manifestação da Requerida para esclarecer a eventual existência de relação jurídica entre as partes e acautelo-me, por ora, quanto à concessão da tutela pleiteiada. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para 05/11/2019 às 08:15h, na sede deste Juízo. Intime-se o autor. Cite-se o Réu.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aldemir do Carmo Silva (OAB 9202/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Amanda Pinto Paiva (OAB 61259/DF)
AMÍLCAR BARCA TEIXEIRA JÚNIOR (OAB 10328/DF)
Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anísio Marques Valente Netto (OAB 13255/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno de Freitas Salgueiro (OAB 7708/AM)
Bruno Rosas Hidalgo (OAB 10732/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 53182/DF)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)

Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Claudomilton Roberto da Silva (OAB 10291/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
David Saleon Gomes Abecassis (OAB 9614/AM)
Davidson Reis da Silva (OAB 8228/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Dryely Picanço Goes (OAB 10246/AM)
Eduardo da Costa Soares (OAB 13025/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Enaldo Almeida Correa (OAB 7696/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávia Chrispim Ferreira (OAB 164165/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frank Emerson Neves Abrahão (OAB 2352/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Glaucio Aguiar Bessa (OAB 13105/AM)
Glécio Bezerra de Sousa (OAB 13988/AM)
Guilherme Correia Evaristo (OAB 33791/GO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Harben Gomes Avelar (OAB 9795/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
HARTHURO YACINTHO ALVES CARNEIRO ADVOGADOS (OAB 45458/GO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Heraldo Jubilut Junior (OAB 23812/SP)
Horácio Perdiz Pinheiro Neto (OAB 157407/SP)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isley e Souza de Souza (OAB 9703/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jairo Ferreira Sobral Astuto (OAB 10886/AM)
Jean Carlos padilha dos santos (OAB 9872/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jessica de Menezes Furtado Astuto (OAB 12772/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Estevão Xavier (OAB 8824/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Ribamar Costa Soares (OAB 1971/AM)
José Rodrigues Terceiro Filho (OAB 6341/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
KLEYANNE BENTES DA SILVA SOUZA (OAB 13768/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luciane de Souza Amazonas (OAB 12356/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Maicon de Oliveira Branches (OAB 11141/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marcondes Fonseca Luniere Neto (OAB 14403/AM)
Marcos Antônio Vítor da Silva (OAB 7841/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Esperança da Costa Alencar (OAB 2114/AM)
Mariana Denuzzo (OAB 253384/SP)
MARIANNA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 29467/DF)
MARÍLIA FERRAZ TEIXEIRA (OAB 37623/DF)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Mário José Pereira Júnior (OAB 3731/AM)
Matheus de Cerqueira Y Costa (OAB 14144/BA)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Michele de Souza Derze (OAB 6418/AM)
Mônica Elcira Mergulhão Damacena (OAB 13387/AM)
Nathacha Camara de Albuquerque (OAB 12164/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nazareno Pereira de Melo (OAB 5690/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Oswaldo Távora Buarque Neto (OAB 5566/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Pedro Igor Frota de Carvalho (OAB 13661/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Phillippe Liberato de Oliveira Macedo (OAB 9103/AM)
RANIER ALESSANDRO DE AQUINO SALES (OAB 11671/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Cavalcante de Mello Santos (OAB 319070/SP)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Stelisy Silva da Rocha (OAB 7989/AM)
Suelem Pena Bento da Silva (OAB 9796/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Viviane Nunes de Oliveira da Costa (OAB 8944/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yohanna Jaamel Sousa Menezes (OAB 9342/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yvon José Ramalho Gomes (OAB 2791/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0265/2019

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0200996-05.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - Instrução e Julgamento Data: 01/10/2019 Hora 10:00 Local: Sala de audiência do Juiz Situacão: Pendente

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0201168-44.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Certidão ciência da audiência

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM) - Processo 0202023-57.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0603503-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0603733-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da petição de fls. 241-242, bem como acerca dos documentos de fls. 243-258. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0604446-22.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Odontomed Saúde Ltda - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604860-20.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, e considerando o bloqueio positivo no rosto dos autos, intime-se o executado para impugnação no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 52, IX, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 142 do FONAJE.

ADV: JOÃO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 8953/AM) - Processo 0607176-69.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: João Ferreira de Almeida Neto - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 10:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607993-36.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elielton da Silva Leão - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 09:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0607994-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jocimar Martins Alves - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 09:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0607995-06.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Felipe Campos de Lima - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608015-94.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jheerusa Lima da Silva - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 09:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608020-19.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ronan Marinho Pissango - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 10:00 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608021-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Everton Silva Gentil - Conciliação Data: 08/11/2019 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
João Ferreira de Almeida Neto (OAB 8953/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0089/2019

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0200436-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte requerida para se manifestar, em 05 dias, sobre o pedido de f. 130. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0600771-29.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raphael Antunes da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, considerando o

pagamento realizado às f. 255, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600819-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Valda Maria Andrade Maria - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 128, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JULIANA RITA GOMES DA SILVA (OAB 14001/AM) - Processo 0600932-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Celio de Freitas Ferreira - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 120, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0601595-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - RECLAMANTE: Raimundo Estevão Lisboa - RECLAMADO: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - Assim, a fim de sanar tal equívoco, acolho os embargos declaratórios PARCIALMENTE para afastar a aplicabilidade do CDC ao presente caso, visto tratar-se de associação fechada, sem fins lucrativos, em cumprimento a SUMULA 608 do STJ, porem mantenho a improcedência do julgado de f. (468-471), visto não se enquadrar nos preceitos dos artigos 186 e 927 do CCB. P.R.I.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0601670-90.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Jose Romulo Leite - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 88, intimo a parte EXEQUENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LAILA JÉSSICA ALENCAR COSTA E SILVA (OAB 9572/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601731-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Ribamar Ribeiro Matos - REQUERIDO: Mercantil Nova Era LTDA - Banco Bradesco S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM) - Processo 0602009-49.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Cielo S/A - Casa Gurgel (Pimentel e Carmo Ltda - Me) - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 4.742,55 (Quatro mil, setecentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0602262-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Erineto Maia de Souza - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 23 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602297-94.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 3.067,22 (Três mil, sessenta e sete reais e vinte e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0602580-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Shirleia Araujo da Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em vista da certidão de f. retro, tenho que não há clara demonstração de a guia constante às f. 132 de fato ter sido paga para o proveito do recurso inominado interposto neste processo, sem olvidar a falta de recolhimento do preparo recursal. Isto posto, deixo de receber o recurso, eis que deserto, nos termos do art. 42, § 1º e 54, § único da Lei 9.099/95 c/c artigo 3º, § 1º do provimento 256 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas, in verbis: Art. 54 - Parágrafo único: O preparo do recurso, na forma do § 1º do art. 42 desta Lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita. Art. 3º, § 1º - No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença lançada nos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602606-52.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edna da Costa Figueiredo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS (OAB 23134/SP), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0602929-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Paula Silva de Castro - REQUERIDO: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - Itaú Unibanco S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: SARAH CORREIA OLIVEIRA (OAB 8781/AM) - Processo 0603041-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sarah Correia Oliveira - REQUERIDO: Plural Gestão em Planos de Saúde Ltda - FAMA (Federação das Unimed da Amazonia - Sociedades Cooperativas de Trabalho Médico) - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 23 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 1282A/AM), ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: VICTOR JOSÉ PETRAROLI NETO (OAB 978A/AM), ADV: ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (OAB 1013A/AM) - Processo 0603124-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jucelino dos Santos Ferreira - REQUERIDO: Mapfre Seguros Gerais S/A - Lojas Americanas S.A. - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0603135-37.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fernando Virgílio Ramos Oliveira Barros - REQUERIDO: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Fianceiros S/A - Dessarte, evidenciada a incompetência territorial, decreto a EXTINÇÃO do presente processo sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei n° 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios. Intimem-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603386-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosangela Siqueira da Silva - REQUERIDO: Bv Financeira Sa Credito Financiamento - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0603650-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Neyse Oliveira Gomes - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 131, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0603703-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Sebastião Monteiro Júnior - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: CAROLINE GUIMARÃES DO VALLE (OAB 6412/AM) - Processo 0603854-24.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Edivan Melo Silva - EXECUTADO: Lojas Losango Promoções de Vendas Ltda. - Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604504-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Dispositivo Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA R. MENDES JUNIOR (OAB 2338/PI) - Processo 0604713-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Jose do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Fica designado o dia 18/10/2019 AS 10:30 horas como nova data para a realização da audiência.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0604718-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Jose do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Fica designado o dia 18/10/2019 às 9:30 horas como nova data para a realização da audiência.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: MOACIR MARQUES DE MEDEIROS (OAB 13394/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0604777-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Sergio Melo da Silva - REQUERIDO: Elohim Comercio de Veiculos Ltda (meucarro.com) - Dispositivo

Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença combatida. De outra banda, tendo em vista que é manifesta a intenção da recorrente de postergar a solução do feito pela só circunstância de deduzir matéria imprópria a esta via recursal, a condeno em multa equivalente a 2% (dois por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com suporte no normativo do § 2o., do art. 1.026 do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Manaus, 30 de agosto de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: ROBERTA CAROLAINE LIRA LOPES (OAB 13961/AM) - Processo 0604812-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriano Sabina de Souza - Decido Ante o exposto, julgo procedente o pedido de reparação moral para condenar a reclamada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais), com fulcro nos artigos 186 e 927 do CCB. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data. Julgo procedente o pedido para condenar a requerida na devolução do indébito no valor de R$ 274,78 (duzentos e setenta e quatro reais e setenta e oito centavos), conforme fundamentação. Juros de 1% ao mês e correção monetária a partir da citação. Declaro inexigível a dívida em questão, consoante a fundamentação. Sem custas e honorários, salvo recurso. P.R.I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANTONIO RICARDO PESSOA DOS SANTOS (OAB 14073/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0604841-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aldenora Alves dos Reis - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Fica designado o dia 22/10/2019 as 8:30 horas como nova data para a realização da audiência.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: RODRIGO JOSÉ RODRIGUES ALVES BRASILEIRO (OAB 902A/AM) - Processo 0604924-42.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Raphael Antunes da Silva - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, julgo improcedente o apelo integrativo interposto, mantendo-se, em todos os seus termos, a sentença guerreada. Sem custas e honorários. P.R.I.

ADV: ARMANDO MICELI FILHO (OAB 48237/RJ), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0605020-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Rafael Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Com efeito, a fim de suprir tal equívoco, acolho os embargos declaratórios para, constar na sentença de f. 174/175 que: “ Revogo a liminar anteriormente deferida” . Assim, acolho os embargos de declaração. P.R.I.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0605705-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cleia de Lima Magalhães - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 78. Expirado tal prazo, v. Conclusos.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0605739-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Vanda Maria Domingas Soares - Intime-se a parte requerente para se manifestar, em 03 (três) dias, sobre a certidão jungida às f. 87. Expirado tal prazo, v. Conclusos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606429-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, considerando que a parte autora apresentou novo endereço da requerida, contudo, não havendo tempo hábil para o devido cumprimento da carta de citação até o dia 17/09/2019, fica redesignada a audiência de Conciliação/ Instrução e Julgamento para o dia 11/10/2019 às 10:15h. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: KAREN REBECCA LOUZADA DADALTO HENRIQUES (OAB 140475/RJ) - Processo 0606553-17.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Rosenilde Souza da Silva - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 102, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607513-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Naira Pereira Teixeira - Isto posto, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito (art. 51, caput, lei 9.099/95). Sem custas e honorários advocatícios. Arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607514-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Naira Pereira Teixeira - Isto posto, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito (art. 51, caput, lei 9.099/95). Sem custas e honorários advocatícios. Arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607608-03.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Rosilane Silva de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, considerando o pagamento realizado às f. 206, intimo a parte REQUERENTE para, em 02 (dois) dias, indicar dados bancários, com a finalidade de expedição de alvará eletrônico, caso não haja manifestação, o mesmo será expedido para levantamento em espécie. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0607819-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jean Carlos dos Santos - Isto posto, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito (art. 51, caput, lei 9.099/95). Sem custas e honorários advocatícios. Arquivem-se os autos.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608006-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edvan Rodrigues da Silva - Isto posto, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito (art. 51, caput, lei 9.099/95). Sem custas e honorários advocatícios. Arquivem-se os autos.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM), ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608007-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria de Nazare de Souza Maciel - Isto posto, julgo extinto o presente feito sem resolução de mérito (art. 51, caput, lei 9.099/95). Sem custas e honorários advocatícios. Arquivem-se os autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0608302-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elizabeth de Oliveira Costa - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 01/11/2019 às 13:15h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0608331-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tânia Maria Rodrigues de Albuquerque - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 13/11/2019 às 12:00h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608334-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608493-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Parque das Hortênsias - De ordem, fica designado o dia 22/10/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM) - Processo 0608572-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Neeemias Rocha Malheiros - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MOACIR BRILHANTE DOS SANTOS (OAB 13088/AM) - Processo 0608635-84.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERENTE: A.G.S. - Todavia, neste microssistema, em havendo reconhecimento ex-officio da incompetência ratione materiae, deve-se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, como agora determino, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso II, do artigo 51, da Lei Especial. Sem custas e honorários advocatícios. Cumpra-se.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0608677-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Isabella Evelyn Rodrigues Amaral - Diante o exposto, em havendo dissenso quanto a existência da dívida e até mesmo sobre a celebração do contrato, com suporte no art. 300 do CPC, ordeno à parte requerida que abstenha-se de proceder novos débitos do conta-corrente da postulante, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por débito indevido. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 21/11/2019 às 09:30h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608981-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: THAYANNE DA SILVA ANJOS (OAB 13564/AM) - Processo 0609173-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Total Ville Harmonia - De ordem, fica designado o dia 21/10/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609182-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Maria Helena - De ordem, fica designado o dia 11/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609300-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Ayton Mello - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0609928-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria Maisa de Oliveira Menezes - Nestes moldes, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a medida pleiteada e ordeno à parte requerida que restabeleça o fornecimento de água tratada da unidade de consumo de matrícula n° 6490125-4, no prazo de 24 horas, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/11/2019 às 11:00h. Cite-se. Intime -se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM) - Processo 0626733-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Otacilio Roberto Santos Costa - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Tendo em vista a justificativa apresentada pelo autor nos autos, a qual foi devidamente corroborada pelo documento de f. 104, defiro o pedido de reabertura do processo e pauto nova audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento para o dia 07/10/2019 às 10:15h. Intimem-se.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Ana Rita dos Reis Petraroli (OAB 1013A/AM)
Antonio Ricardo Pessoa dos Santos (OAB 14073/AM)
Armando Miceli Filho (OAB 48237/RJ)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Caroline Guimarães do Valle (OAB 6412/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)
DIEGO MARCELO CORDEIRO MUNCH (OAB 10060/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da R. Mendes Junior (OAB 2338/PI)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Juliana Rita Gomes da Silva (OAB 14001/AM)
Karen Rebecca Louzada Dadalto Henriques (OAB 140475/RJ)
KARINA D'ARC LIMA DE SOUSA (OAB 11045/AM)
Laila Jéssica Alencar Costa e Silva (OAB 9572/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moacir Brilhante dos Santos (OAB 13088/AM)
Moacir Marques de Medeiros (OAB 13394/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)

Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Roberto Joaquim dos Reis (OAB 23134/SP)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Carolaine Lira Lopes (OAB 13961/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro (OAB 902A/AM)
Sarah Correia Oliveira (OAB 8781/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thayanne da Silva Anjos (OAB 13564/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 1282A/AM)
Victor José Petraroli Neto (OAB 978A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0170/2019

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES, ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0200463-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Leinamar Martins de Oliveira - REQUERIDO: CONDOMINIO RESIDENCIAL BEIJA-FLOR II IV ETAPA e outro - Posto isso, julgo extinto o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, II, da lei 9099/95. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0203349-67.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Cielo S/A - Ante a manifestação de fls. 245/246, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 233, em favor da parte exequente. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 247, em favor da parte executada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: LOURENÇO FILHO (OAB 6916/AM) - Processo 0206053-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Patrícia da Costa Brito - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por danos materiais, a pagar o valor de R$5.646,89 (cinco mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e nove centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo improcedentes os demais pedidos. Sem custas e honorários,ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente recolhidas as despesas legais previstas no artigo 54, parágrafo único da Lei n. 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MAURÍCIO MIRANDA REIS (OAB 8678/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0209169-38.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Juciclei dos Santos Carvalho - REQUERIDO: Terenildo Pereira de Menezes - Posto isso, julgo extinta a execução, nos termos do art. 53, §4º, da Lei 9.099/95 c/c Enunciado n. 75 do FONAJE. Expeça-se o Alvará Judicial do valor bloqueado à fls. 105/106 em favor da parte exequente, tendo em vista que a parte executada apresentou embargos, porém não garantiu o Juízo. Havendo requerimento, expeça-se certidão de dívida atualizada do saldo remanescente. P.R.I. Após, arquivem-se os autos.

ADV: PAULO RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 9533/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0600729-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Guttemberg Alencar Viana - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$6.000,00 (seis mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 117,00 (cento e dezessete reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: SIMONE WAUGHAN FREITAS DE SOUZA (OAB 11830/AM) - Processo 0602360-59.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Karen Regina Amaral Rodrigues - De ordem, verificando a tempestividade dos embargos à execução, e estando devidamente garantido o Juízo, INTIMO A PARTE EMBARGADA para, querendo, APRESENTAR IMPUGNAÇÃO, no prazo legal de 15 (quinze) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602749-49.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: RAIMUNDO PEREIRA DE SOUZA - REQUERIDO: BANCO SANTANDER - Ante a certidão de fl. 172, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor transferido, conforme indicado à fl. 163 em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: IZABHELE LOPES MOURA (OAB 10011/AM) - Processo 0602995-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Paulo Felipe Santos Magalhães - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por danos materiais, a pagar o valor de R$900,00 (Novecentos reais), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo improcedentes os demais pedidos. Sem custas e honorários,ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e devidamente recolhidas as despesas legais previstas no artigo 54, parágrafo único da Lei n. 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: KAMILA MARIA PINHEIRO DE MENEZES (OAB 12278/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604980-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Alexandra Ribeiro Coelho de Menezes - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0606595-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Coelho Gusmão - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 51/52, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0606730-86.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Raimunda da Silva - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM), ADV: AURÉLIO CÂNCIO PELUSO (OAB 32521/PR) - Processo 0607346-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Wanessa Silva Nobre - REQUERIDO: Banco Rci Brasil S.a. e outro - Homologo por sentença o acordo celebrado entre as partes interessadas, Wanessa Silva Nobre e Banco Rci Brasil S.A., indicado às fls. 186/187, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Outrossim, tendo em vista a solidariedade entre as partes rés na presente demanda e ante a homologação do mencionado, declaro extinta a obrigação em relação as demais, nos termos do artigo 844, §3°, do Código Civil. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANDRÉA RENATA VIRGÍNIO DE SOUZA (OAB 9238/AM) - Processo 0607662-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Andre Ricardo Virginio de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 4.000,00 (Quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Deixo de analisar o pedido de revisão da fatura de novembro de 2018, ante a perda do objeto. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LUANA CRISTINA DE SOUZA CABRINI (OAB 10531/AM) - Processo 0607867-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Carlos Alberto Alves Rodrigues - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos os pedidos da parte autora em face da parte ré. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0608030-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafael Fernando Tiesca Maciel - Julgo procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 1.521,34 (Um mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta centavos), incidindo juros e correção monetária, a partir da citação. Julgo improcedente o pedido de danos morais. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM) - Processo 0608210-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Amarildo Menezes da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos os pedidos da parte autora em face da parte ré. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0608774-44.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Jefferson Campos de Freitas - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0608779-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Alphaville Manaus 2 - Posto isso, julgo procedente o pedido para condenar a parte ré a pagar o valor de R$ 6.881,77 (seis mil, oitocentos e

oitenta e um reais e setenta e sete centavos), referente as taxas condominiais pertinentes ao período indicado à fl. 62, incidindo juros e correção monetária a partir da última atualização do débito, ou seja, 29.07.2019. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.Intime-se a parte revel, se constituído advogado nos autos. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0609538-93.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXEQUENTE: Ana Cristina da Silva Marinho - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 130/132, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Por fim, indefiro o pedido de multa de fl. 135, vez que consoante o citado acordo o depósito da quantia deverá ser realizado na conta do patrono da requerente e não por meio de conta judicial. Ademais, a parte autora não apresentou o extrato bancário ou outro documento capaz de comprovar a ausência de pagamento. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG) - Processo 0609912-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Everaldo de Souza Arruda - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$3.000,00 (Três mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 50,38 (Cinquenta reais e trinta e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0610127-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Antônia Batista Paiva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (Cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Retifico a fatura com vencimento em 10/03/2019 para o valor de R$ 34,77 (trinta e quatro reais e setenta e sete centavos), devendo ser descontado do dano moral arbitrado, com plena quitação da fatura, restando uma diferença a ser paga pela parte ré a título de dano moral de R$ 4.965,21 (Cinco mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte e um centavos), incindindo juros e correção monetária conforme acima determinado. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: AIDAR & RIBEIRO DO VALLE - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 12957/SP), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0611168-24.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Virna Pimenta Leão Barroso - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Da análise aos autos, verifico que parte executada Virna realizou o pagamento, contudo o mesmo foi depositado a destempo, somente no dia 06.08.2019, trinta e um dia após o prazo previsto no artigo 523 do CPC, portanto deve incidir a multa do referido artigo no valor em execução. Logo, correto os cálculos de fl. 132. Ademais, consoante petição de fls. 141/142 a parte executada concorda com o valor penhorado, pleiteando apenas a restituição da quantia depositada. Isto posto, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 134, em favor da parte exequente American Airlines Brasil. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado às fls. 128/129, em favor da parte executada Virna. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0611369-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Abdias Antonio da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 747,26 (Setecentos e quarenta e sete reais e vinte e seis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro inexistente a cobrança pelo serviço de esgoto, unidade consumidora da parte autora, pertinente ao período de dezembro/2018 até a presente data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM) - Processo 0612544-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: DENIS MARCOS SANTANA DE SOUZA - REQUERIDO: AGROPISCO COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS LTDA - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0612900-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Bruno Lenttier de Souza Evangelista - REQUERIDO: Tim Celular S/A e outro - De ordem, verificando a tempestividade do recurso inominado e o recolhimento das despesas legais em conformidade com o Provimento n. 256 da CGJ/AM, INTIMO A PARTE RECORRIDA para, querendo, APRESENTAR CONTRARRAZÕES, no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: FRANCISCO DE ASSIS LELIS DE MOURA JÚNIOR (OAB 20.289/PE) - Processo 0614452-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Rosimai Melo de Oliveira - REQUERIDO: Icatu Seguros S/A - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0616886-02.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriano Alves de Lima - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A e outro - Ante o pagamento indicado às fls. 205/207, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 205, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: PETERSON GUSTAVO GERMANO MOTTA (OAB 7051/AM), ADV: CLAUDIO ALBERTO ALVES DOS SANTOS (OAB 153149/SP), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: PAULO ROBERTO VIGNA (OAB 173477/SP), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) - Processo 0618086-10.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Norma Maria Melo Tavares - REQUERIDO: Amil Assistência Médica Internacional Ltda. - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Departamento Regional do Amazonas-Senai - Sistema Federação das Indústrias do Estado do Amazonas - Segcorp Administradora e Corretora de Seguros Ltda - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de compensação por dano moral, a pagarem o valor de R$10.000,00 (Dez mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as partes rés, solidariamente, a título de restituição por dano material, a pagarem o valor de R$ 691,38 (seiscentos e noventa e um reais e trinta e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: SILVANA MARIA LÚDICE DA SILVA (OAB 452A/AM), ADV: FÁBIO CRISTIANO MOURA DE FREITAS (OAB 10756/AM), ADV: TÂNIA REGINA JARDIM LUNARDI (OAB 7188/AM), ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM), ADV: LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP) - Processo 0618804-41.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jerônimo Pereira da Silva Neto - REQUERIDO: Loja Electrolux Comercio Virtual de Eletrodomesticos Ltda - Transportes Bertolini Ltda. - Ante o cálculo de fl. 225, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado no cálculo de fl. 225, em favor da parte exequente. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor excedente, em favor da parte executada, indicado no referido cálculo. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM), ADV: LARISSA SENTO-SÉ ROSSI (OAB 1079A/SE), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: SOFIA ALMEIDA FERREIRA (OAB 43652/BA) - Processo 0620254-19.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Dácio Nascimento Júnior - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante a certidão de fl. 231, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL dos valores indicados às fls. 208 e 223, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622143-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Naltervanei Valente da Costa - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0622162-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Roberval Rodrigues Guimarães - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0622279-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Higino de Sousa Netto - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: JÉSSICA NAIANY TAVARES BARROS (OAB 9547/AM) - Processo 0622479-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sérgio Arnaldo Cruz de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0622509-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ricardo Pinto Paiva - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISAAC REIS DA SILVA (OAB 12729/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0622580-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sandro Rodrigues Guimaraes - REQUERIDO: SKY Serviços de

Banda Larga Ltda. - Homologo, por sentença, o acordo celebrado entre as partes interessadas, às fls. 65/66, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 487, III, b, do CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei n. 9.099/95. Exclua-se de pauta a audiência designada. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0623189-61.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Joelma Felipe dos Santos - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM) - Processo 0623641-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Rinaldo Cunha Costa - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUBEM FONSECA FLEXA (OAB 43944/SC) - Processo 0624062-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Manoel Erivelto de Melo - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0624670-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elizeu Soares Laranjeira - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0624684-77.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Aldacy Antonia Monteiro Waughan - REQUERIDO: Banco Bmc - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$8.000,00 (oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 11.591,28 (onze mil, quinhentos e noventa e um reais e vinte e oito centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0624931-58.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lindberg Matos Pinto - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ante o pagamento de fls. 112/114, e a manifestação de fl. 115, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, II do Código de Processo Civil, com a satisfação da obrigação pelo devedor. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado à fl. 112, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

ADV: JOÃO PAULO GOMES MONTEIRO BARBOSA (OAB 8657/AM), ADV: ÁLEFE JEMIMA MATOS MOZAMBITE (OAB 9584/AM) - Processo 0624944-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Veronice Paiva Salerno - REQUERIDO: Alan Lincon Mosena e outro - Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0625033-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Waldiney Albuquerque Siqueira - De ordem, fica designado o dia 17/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0625128-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marlene de Morais Cavalcanti Cardoso - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JAIRO SANDREY ISRAEL SANTANA (OAB 6765/AM) - Processo 0625217-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jairo Sandrey Israel Santana - De ordem, fica designado o dia 11/10/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0625247-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Saulo Ramir - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 12:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM) - Processo 0625299-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Jorge Luiz da Conceição Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0625327-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Magno Felix Nobre - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0625338-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sabdra Maria Douranth da Silva - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MALENA FELIPE (OAB 14427/AM) - Processo 0625357-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Correa Barbosa - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0625431-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Face o exposto, por falta legitimatio ad causam a parte ré, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: GEORGIA LUISE LA CAVA DE SOUZA (OAB 210493/RJ) - Processo 0625431-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carlos Henrique de Souza Patrocínio - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO FERNANDES RODRIGUES DA SILVA (OAB 6276/AM) - Processo 0625455-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Joao Paulo da Frota Barreto Faria - De ordem, fica designado o dia 08/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0625485-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Pereira de Souza - De ordem, fica designado o dia 27/11/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0625525-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jaciane Tyara de Souza Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0625591-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cláudia de Moraes Martins Pereira - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0625619-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Oliver Ralison da Silva Lobo - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FLORENCE FLECK (OAB 13586/AM) - Processo 0625690-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Victor Nascimento Nunes - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0625786-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cleyson Lenon Nascimento dos Santos - Posto isso, julgo extinta a presente demanda sem análise do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da Lei 9.099/95. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANNE CAROLINE FÉLIX MACIEL (OAB 12804/AM) - Processo 0625803-39.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Silvane Santos dos Santos - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM) - Processo 0625845-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Rodrigo Castro Fernandes - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0625864-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Roger Hideki Nishimura - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NELCINEILA BATISTA DE OIIVEIRA (OAB 5779/AM) - Processo 0625897-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Franciane Cunha de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM) - Processo 0625935-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Glaura Janne Mota de Vasconcelos Dias - REQUERIDO: Vivo S/A - Posto isso, julgo improcedente os pedidos. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: RAQUEL DA SILVA MOURÃO (OAB 6296/AM) - Processo 0625951-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joaci Araujo Pegado - De ordem, fica designado o dia 13/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÉA LUSIA RIBEIRO BRAGA (OAB 7019/AM) - Processo 0625977-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Pedro de Souza Lobo - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625994-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Raimunda Ferreira da Conceição - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 13:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0626063-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Bruno Alberto Caxias de Almeida - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0626635-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joaquim Tavares de Lira - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de compensação por dano moral, a pagar o valor de R$4.000,00 (quatro mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a parte ré, a título de restituição por dano material, a pagar o valor de R$ 4.388,96 (quatro mil, trezentos e oitenta e oito reais e noventa e seis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Determino que a parte ré proceda a instalação do hidrômetro na unidade consumidora n.250090, objeto da presente demanda, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00, limitada à dez dias multa. Oficie-se(Sumula 410 TJ). Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: VIKTOR BRUNO PEREIRA DA SILVA (OAB 48029/GO), ADV: WESLEY OLIVEIRA DO CARMO ALBUQUERQUE (OAB 330584/SP) - Processo 0626697-49.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Atraso de vôo - LITSATIVA: Pollyana Freitas de Faria e outro - REQUERIDO: Royal Air Maroc - Ante a manifestação da parte exequente à fl. 97, julgo extinta a execução, nos termos do art. 924, IV do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE ALVARÁ JUDICIAL do valor indicado às fls. 95/96, em favor da parte exequente. P.R.I. Após, arquivem-se.

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Aidar & Ribeiro do Valle - Sociedade de Advogados (OAB 12957/SP)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Álefe Jemima Matos Mozambite (OAB 9584/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Renata Virgínio de Souza (OAB 9238/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Anne Caroline Félix Maciel (OAB 12804/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Aurélio Câncio Peluso (OAB 32521/PR)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Claudio Alberto Alves dos Santos (OAB 153149/SP)
Cléa Lusia Ribeiro Braga (OAB 7019/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fábio Cristiano Moura de Freitas (OAB 10756/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Florence Fleck (OAB 13586/AM)
Francisco de Assis Lelis de Moura Júnior (OAB 20.289/PE)
Georgia Luise La Cava de Souza (OAB 210493/RJ)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isaac Reis da Silva (OAB 12729/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Izabhele Lopes Moura (OAB 10011/AM)
Jairo Sandrey Israel Santana (OAB 6765/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jéssica Naiany Tavares Barros (OAB 9547/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Paulo Gomes Monteiro Barbosa (OAB 8657/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Kamila Maria Pinheiro de Menezes (OAB 12278/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Larissa Sento-Sé Rossi (OAB 1079A/SE)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Fernandes Rodrigues da Silva (OAB 6276/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lourenço Filho (OAB 6916/AM)
Luana Cristina de Souza Cabrini (OAB 10531/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
LUIZ GUILHERME MENDES BARRETO (OAB 200863/SP)
Malena Felipe (OAB 14427/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Miranda Reis (OAB 8678/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nelcineila Batista de Oliveira (OAB 5779/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Roberto Vigna (OAB 173477/SP)
Paulo Rodrigues de Almeida (OAB 9533/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Peterson Gustavo Germano Motta (OAB 7051/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raquel da Silva Mourão (OAB 6296/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubem Fonseca Flexa (OAB 43944/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Silvana Maria Iúdice da Silva (OAB 452A/AM)
Simone Waughan Freitas de Souza (OAB 11830/AM)
Sofia Almeida Ferreira (OAB 43652/BA)
Tânia Regina Jardim Lunardi (OAB 7188/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Viktor Bruno Pereira da Silva (OAB 48029/GO)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wesley Oliveira do Carmo Albuquerque (OAB 330584/SP)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO LUIZ PIRES DE CARVALHO NETO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CRISTIANE PADILHA CAIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0144/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200132-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigível somente a conta que venceu em novembro/2018, devendo a ré reduzir o consumos de 1.872 kwh para 190 kwh. Sem custas e honorários.

ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0200176-61.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edilson Simplicio da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Por esses fundamentos, JULGO PROCEDENTE o pedido para anular a multa de R$ 1.020,40 refere-se à matrícula nº 2117868-2 da Casa 1 do requerente, bem como condenar a ré a indenizar o autor pelos danos morais a que deu causa R$ 2.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0200356-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERIDO: FRANKLIN JESUS BATALHA DOS SANTOS - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar o Réu ao pagamento de R$ 4.000,00 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (15/03/2019). O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0200357-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar inexigível o débito de R$ 1.053,10 e todos outros que ainda existam vinculado à matrícula nº 0654761-3 em nome do autor no endereço VC TRES ESTADO S/N, ZONA RURAL, localizado no Município do Apuí/AM, assim como condenar a ré indenizar a autora pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 5.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. Em virtude do INDEFERIMENTO da liminar (fl. 18), independentemente do trânsito em julgado, determino que a ré proceda URGENTE baixa do nome do autor de todos protestos listados nas fls 14/17 que mandou incluir indevidamente, com ônus dos emolumentos cartorários da própria requerida, no prazo de 5 dias após a publicação desta decisão, sob pena de multa de R$ 3.000,00 em benefício do autor, em caso de descumprimento, conforme o art. 497 c/c art. 537, ambos do CPC. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0200447-07.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, ACOLHE-SE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para alterar o valor do dano material para R$ 252,00, atualizado desde o ajuizamento (23/03/2018). No mais, mantem-se incólumes os termos da sentença combatida. P. R. I.C

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0200579-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Losango Promoções de Vendas Ltda - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora por falta de provas constitutiva de seu direito. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei n° 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0201047-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: ELIZEU FERNANDES DE OLIVEIRA - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: MÁRIO BAIMA DE ALMEIDA (OAB 1189/AM) - Processo 0201189-37.2015.8.04.0092 (processo principal 0701898-20.2012.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXEQUENTE: Shirley Fabiane Silveira de Souza - José Augusto Lima Carvalho - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo IMPROCEDENTE o presente EMBARGOS À EXECUÇÃO com resolução do mérito, de conformidade com o art. 38 da Lei 9.099/95. Em ato contínuo determino a o levantamento dos valores notadamente bloqueados, correspondente a multa que lhe foi aplicada por ocasião da decisão interlocutória. Sem custas. P.R.I.C

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: ELAINE BEZERRA DE QUEIROZ BENAYON (OAB 3456/AM), ADV: IGOR BERGSON SILVA ALMEIDA (OAB 11407/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0600025-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Leonardo Brandão Freitas do Nascimento - REQUERIDO: Midway S.a Crédito, Financiamento e Investimento - Lojas Riachuelo S/A - Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM), ADV: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB 8014/MT), ADV: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHO (OAB 156347/SP) - Processo 0600276-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE:

Edielson Ferreira de Souza - REQUERIDO: Cometa Manaus Comércio de Motos Ltda - INTSSADO: Moto Honda da Amazônia Ltda - Diante disso, EXTINGUIR O PROCESSO sem resolução do mérito, nos termos do 337, II do CPC c\\\<c art. 8, caput, e art. 51 caput, ambos da Lei 9.099/95. Ratifico a gratuidade da justiça concedido a fl. 23. Sem custas e honorários.

ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM), ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0600300-18.2015.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: WIRLENE BARROS DE ALMEIDA - Isto posto, tendo em vista a inércia da exequente e não ter encontrado endereço do executado, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem Resolução do mérito nos termos do art. 485, III, do CPC c/c art. 51 caput da Lei .099/95. Dê-se baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0600412-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Andreza Oliveira de Souza - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM) - Processo 0600426-29.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jacqueline Menezes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600427-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jacqueline Menezes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0600440-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: Cleidilene de Oliveira Pena - REQUERIDO: Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. - Ime - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0600560-61.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: CONDOMÍNIO 02 VILLA JARDIM TORQUATO CONDOMÍNIO AZALEIA - Relatório dispensado (Lei 9.099/95, art. 38, caput). In casu, o processo está paralisado há mais de trinta (30) dias, situação essa que configura desinteresse superveniente na efetivação da tutela jurisdicional. No rito adotado pela Lei 9.099/95, é desnecessária a prévia intimação pessoal da parte para a extinção do processo (art. 51, par. 1º). ISTO POSTO, julgo extinto o presente feito sem apreciação do mérito (CPC, art. 267, III, c/c Lei 9.099/95, art. 51, caput). Sem custa e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 12308/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0600575-25.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Robson Pereira da Cruz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: PAULO SÉRGIO OLIVEIRA AMORIM (OAB 12779/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO) - Processo 0600629-25.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - RECLAMANTE: Márcio Oseas Silveira - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Diante do exposto, conhece-se dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO por serem tempestivos, mas não os acolhe, por não preencherem os requisitos legais, mantendo a sentença em todos seus termos.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0600734-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Otacilio Tavares de Jesus - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para DECLARAR a inexistência do débito impugnado, bem como para CONDENAR a Requerida ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) a título de reparação por danos morais, com correção pelo INPC, mais juros de 1% ao mês desde essa condenação. Confirma-se a tutela de urgência concedida às fls. 20. P. R. I. Após o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0600748-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Suzy de Mendonça Rocha - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes

alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0600751-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Rubeni Nunes da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0600754-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Nayara Carvalho de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0600849-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Evaldo Souza Melgueiro, - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Banco Bradesco Cartões S/A - Diante do exposto, julgo procedente o pedido, para considerar indevido o lançamento do nome do requerente em cadastros restritivos de crédito por dívidas inexistentes. Declaro a inexistência dos débitos que originaram as negativaçãoes e condeno os requeridos Banco Bradesco S/A e Banco Bradesco Cartões S/A, solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), como forma de indenização pelos danos morais experimentados pelo requerente, com correção pelo INPC e juros moratórios de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da lei nº 9.099/95). P. R. I. Oficie-se, para fins de baixa na restrição. Certificado o trânsito em jugado, arquivem-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: SÉRGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (OAB 305088/SP), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0600894-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Almerinda da Silva Souza - REQUERIDO: Ccb Brasil S/A Credito Financiamentos e Investimentos - China Construction Bank - Banco Múltiplo S/A (BIC - Banco Industrial e Comercial S/A) - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0600949-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Iracy da Silva Guerreiro - Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: CARLOS EDUARDO MACIEL PEREIRA (OAB 11677/CE) - Processo 0601090-94.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Josimar de Lima - REQUERIDO: Aspbras - Associação dos Servidores Públicos Brasileiros - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido, com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601344-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Francisca Lima dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO com resolução do mérito, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA (OAB 13409/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0601370-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Risomar Leão Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Designa-se audiência de conciliação para o dia 03/05/2019 às 08:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MAYARA CRISTINI TEIXEIRA LIMA (OAB 13409/AM), ADV: IOLDY VÂNIO LIMA FONSECA (OAB 8069/AM) - Processo 0601370-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: José Risomar Leão Lima - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para determinar que a requerida reative a linha de telefone celular do requerente, e para condenar a ré ao pagamento de R$ 2.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, determino que no prazo de 10 dias, a ré

cancele todos os débitos impugnados e deixe de efetuar cobranças, sob pena de multa de R$ 200,00 por cada cobrança, até o limite de R$ 2.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0601435-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Maria Rosaria de Freitas Carvalho - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar as rés a restituírem a atura o valor de R$ 4.080,00 (R$ 2.040,00 cada uma das requerida) a título de indenização por danos materiais, atualizados e corrigidos monetariamente desde a data do ajuizamento da demanda, 18/02/2019, assim como condeno também as requeridas a indenizarem a requerente pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 4.000,00 (R$ 2.000,00 cada uma), atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0601454-32.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aurizon Coelho de Moraes - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Bradesco S/A, a pagar ao requerente o valor de R$ 1.091,68 (mil e noventa e um reais e sessenta e oito centavos), com correção pelo INPC da data dos descontos, bem como em danos morais na importância R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção pelo INPC acrescido de juros de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. Determino que o requerido efetue a imediata suspensão dos descontos indevidos na conta corrente do requerente, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada desconto indevido na conta corrente do autor relativo ao empréstimo, em questão, quitado pelo requerente. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: LARYSSA DE OLIVEIRA LOBATO (OAB 13461/AM) - Processo 0601543-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Iradilson de Almeida Souza - REQUERIDO: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S.a - Diante do exposto, JULGA-SE PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a Ré ao pagamento de R$ 1.503,42 a título de indenização por danos materiais, atualizado desde o ajuizamento (21/02/2019), bem como ao pagamento de R$ 3.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95 Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: BIANCA ALVES BORGES (OAB 11826/AM), ADV: SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0601577-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cd Agencia de Viagens Ltda-me - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 16 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0601585-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eny Araújo de Paula Teófilo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601628-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, nos termos da Lei.P.R.I.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0601629-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vera Lucia Alves de Souza - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, nos termos da Lei.P.R.I.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM) - Processo 0601665-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Rosaria de Freitas Carvalho - REQUERIDO: Doutor Consulta Manaus Clinica Medica Eireli (Mais Consulta) - Diante do exposto, JULGA-SE PROCEDENTE O PEDIDO para condenar a ré ao pagamento de R$ 1.500,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: RANYELLE BARBOSA DE ARAÚJO (OAB 13177/AM), ADV: BRUNO MEDEIROS DINIZ DE CARVALHO (OAB 8584/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601672-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Solange Sabino Gomes Camargo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante disso, ACOLHO os presentes EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para anular a decisão de fl. 95 e dar prosseguimento ao juízo de admissibilidade da reclamação no despacho inicial.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601920-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Claudionor Lopes Ferreira, - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Banco Bradesco S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito, com fulcro do art. 51, caput da Lei 9.099/1995 e do Enunciado nº 54 do FONAJE. Sem custas e honorários.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0602235-88.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0602645-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Smart Tapajós - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ LÚCIO CARNEIRO VIEIRA (OAB 10888/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602831-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: José Lúcio Carneiro Vieira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Sem custas e honorários (art. 55 da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 13 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0603084-60.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Wederson Lima Gonçalves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo parcialmente procedente o pedido, para determinar o cancelamento da cobrança de tarifa bancária "cesta fácil econômica", na conta corrente do requerente. Condeno o requerido Banco Bradesco S/A, em danos materiais no valor de R$ 1.152,90 (mil cento e cinquenta e dois reais e noventa centavos), corrigidos monetariamente (1% a.m) da data dos descontos, tendo como índice o INPC. Julgo improcedente o pedido de condenação por danos morais. Declaro prescrita a pretensão autoral no que se refere aos descontos anteriores a 10/05/2015, nos termos da fundamentação supra. Determino que o requerido efetue a suspensão dos descontos indevidos na conta corrente do requerente, sob pena de incorrer em multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada desconto indevido na conta do autor relativo a cobrança intitulada "tarifa bancária cesta fácil econômica" não contratada pelo requerente. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9.099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 04 de setembro de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM) - Processo 0603187-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Felipe Lima Dias, - "Vistos etc. Considerando a ausência do(a) Requerente à presente audiência e o disposto no art. 51, inciso I, da Lei nº 9.099/95, julgo extinto o processo sem análise de mérito e determino o arquivamento do feito, condenando o(a) Requerente ao pagamento das custas, ex vi. do § 2º do mesmo dispositivo supramencionado"

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0603197-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Domingos Savio Trindade Carneiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo improcedente o pedido, por não haver o requerente logrado comprovar que o requerido tenha praticado ato lesivo que ensejasse a sua condenação. Sem custas e honorários (art. 55, da Lei nº 9099/95). P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0603558-31.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jailson Vieira de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0603609-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: João Farias Picanso - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, julgo procedente o pedido, para condenar o requerido Banco Bradesco S/A, em danos materiais no valor de R$ 182,40 (cento e oitenta e dois reais e quarenta centavos), com correção pelo INPC da data do desembolso, bem como na importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais, com correção pelo INPC e acrescida de juros de 1% ao mês a contar da data do arbitramento desta decisão. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgado e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV, do art. 52, da Lei nº 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á dede logo à execução, dispensada nova citação; []. Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 14 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0604083-76.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Tayane Vieira de Sena - Diante disto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade, quanto ao requerente, dos débitos decorrentes desse contrato e objeto dessas cobranças. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P R. Intimem-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0604159-37.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Defiro a gratuidade da justiça nos termos do art. 99, § 3º do novo CPC, tendo em vista a qualificação profissional da autora ser professora. Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de terceiro no processo ou em recurso. [...] § 3o Presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. Intime-se o recorrido/ré para contrarrazoar no prazo de lei.

ADV: ANDREI SICSÚ DE SOUZA (OAB 6268/AM), ADV: RAYNEI CALDAS GOMES (OAB 9675/AM) - Processo 0604232-77.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Busca e Apreensão - EXEQUENTE: Francisco Alves de Sousa - EXECUTADA: ALCILENE SARAIVA GONÇALVES - Aguarde-se a manifestação das partes pelo prazo de 30 dias, sob pena de arquivamento.

ADV: MAYCON SILVA DOS SANTOS (OAB 13231/AM) - Processo 0604746-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Arlene Bezerra de Souza - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0604790-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Natalice Viane dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Pelo exposto, sem maiores considerações, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno o (a) requerente ao pagamento das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide. P.R.I. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM), ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 5810/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0604799-40.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Manoel Alves Faustino - Fundado nessa argumentação, EXTINGO O PROCESSO sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, caput c/c o art. 3°, I, da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado 39 do Fonaje.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP), ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM), ADV: DANTON CAVALCANTE BEZERRA (OAB 12258/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489A/BA) - Processo 0604816-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adamor do Nascimento Coelho - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM) - Processo 0605142-36.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mirtes da Cunha Pimentel - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A RECLAMAÇÃO, nos termos do art. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, na forma da Lei. P.R.I.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0605587-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Felipe Nascimento de Almeida - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 13:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: MARINA DAS GRAÇAS PAULA DE ARAÚJO (OAB 3906/AM) - Processo 0605620-10.2019.8.04.0092 - Embargos à Execução - Competência - REQUERENTE: Leila Maria Nunes Pinheiro - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 25/11/2019 às 09:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0605820-85.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiza Alves de Souza - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0606216-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sticker Print Serviços de Acabamento Gráfico Ltda - Me - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0606364-10.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606464-28.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606466-27.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Frances Burnett - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0606496-67.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95, Julgo Extinto o feito e determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0606534-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Debora de Souza Santos - Da análise, vê-se que a autora reside em endereço abrangido por este Juizado, consoante comprovante juntado aos autos. Diante disso, há que se acolher os embargos de declaração de fls. 22/27, para o fim

de tornar sem efeito a sentença de fls. 21. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 13/11/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM) - Processo 0606608-65.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Weber Paixão de Oliveira Costa - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o réu a indenizar o autor pelos danos morais a que deu causa R$ 3.000,00, corrigido pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: MICHELE FREITAS CORRÊA (OAB 3348/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0606629-75.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Valeriano Macedo - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Diante disso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a ré a restituir ao autor o valor cobrado indevidamente no valor de R$ 1.575,00, a título de dano material, atualizado e corrigidos ao índice do INPC, bem como condeno a requerida indenizar o requerente, pelos danos morais a que deu causa R$ 4.000,00, atualizado pelo INPC, mais juros moratórios de 1% ao mês desde essa condenação. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Ratifico a revogação da gratuidade da justiça na preliminar. Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM.

ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM) - Processo 0606645-92.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - RECLAMANTE: Igreja Batista Oasis da Paz - REQUERIDO: 3d Alarmes Segurança Eletrônica Ltda - Epp - Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito por incompetência absoluta do Juizado Especial Cível, nos termos do art. 51, caput, c/c art. 8º, ambos da Lei 9.099/95. Após o transito em julgado, arquivem-se os presentes autos, resguardadas as cautelas legais. P.R.I.C

ADV: JULLIANA BARROS SOUZA (OAB 11843/AM) - Processo 0606686-59.2018.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - INTSSADO: Julliana Barros Souza - Constata-se que a advogada, Dra. Juliana Barros Sousa, vem a este Juízo (fls. 90/91), requer com URGÊNCIA expedição de alvará referente à honorários de bens penhorados via BACENJUD (fl. 41), porém não juntou contrato que vincule ao pedido. Diante disso, intime-se a senhora patrona para juntar tal documento no prazo de 10 dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0606691-81.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Dilcimara Guedes da Silva - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se.

ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: FRANCISCO SOUZA DE MELO (OAB 7808/AM) - Processo 0606720-68.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Davi Rodrigues de Oliveira - Jennifer de Queiroz Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Francisco Souza de Melo - Compulsando os autos constata-se que ambas partes interpuseram embargos de declaração tempestivamente. Diante disso, intime-se o embargado Francisco de Melo para contrarrazoar os embargos de declaração (fls. 216/225) no prazo de lei, devendo ser debatido, caso queira, detalhadamente sobre os cálculos na planilha (fl. 220), constando que o embargado/réu recebeu um total de R$ 137.351,36, enquanto na sentença entendeu-se que foi R$ 84.305,51. Por sua vez, intime-se os embargados/autores Davi Rodrigues e Jennifer de Queiroz para contrarrazoarem os embargos de declaração (fls. 226/232) no prazo de lei, que afirma o embargante/réu que não foi apreciado o dano moral. Após volte-me concluso.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP) - Processo 0606918-71.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Katia Silene Almeida de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - Isto posto, julgo improcedente o pedido com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil, rejeitando assim a pretensão da autora. Excluída da lide a Visa do Brasil Empreendimentos Ltda Sem custas e honorários advocatícios. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se. Manaus, 20 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CÁRITA MARTINS BORGES PEDROSO (OAB 7310/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0607138-69.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francinaldo da Silva Nunes - REQUERIDO: Cielo S/A - Isto posto, extingo o processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95, ante a complexidade da prova a ser produzida. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607695-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Priscila Santa Rita Barata, - REQUERIDO: Bp Promotora de Vendas Ltda. (Bradesco Promotora) - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/11/2019 às 11:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM) - Processo 0607704-52.2017.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Wagna Maria Adriano Cavalcanti - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 21 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: FLAVIO RAFAEL PERDIGAO GUERRA SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8500/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0607713-43.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Maria Teresa de Jesus Barbosa Melo - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/11/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0607716-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdenira Canuto de Andrade - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 19/11/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607725-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dioneide Seabra Cavalcante - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/11/2019 às 10:00h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607728-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Estaelma de Souza Soares - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/11/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0607739-41.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - EXEQUENTE: Maria Rr Pedrosa - Me (Comercial Dia-a-dia Ltda) - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0607745-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Maria Rr Pedrosa - Me (Comercial Dia-a-dia Ltda) - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0607748-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Maria Rr Pedrosa - Me (Comercial Dia-a-dia Ltda) - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NATHALIE HELENA CANTO COELHO (OAB 9418/AM) - Processo 0607761-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Izaias de Lima Marques Junior - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/11/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607768-91.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Andreia Santos de Jesus - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 22/11/2019 às 08:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0607776-68.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jorzilene Oliveira Lima - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 22/11/2019 às 09:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0607782-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosangela Siqueira da Silva - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 22/11/2019 às 10:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ELAINA LARISSE FRUTUOSO CESTARI DE LIMA (OAB 13633/AM) - Processo 0607790-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Marco Aurelio Vidal Lameira - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIELLE NUNES AMORIM (OAB 8981/AM) - Processo 0607811-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ilcivane Pinheiro Alves - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 27/11/2019 às 10:30h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0607825-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Castro de Albuquerque - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da Lei. Por se tratar de

relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 28/11/2019 às 09:00h. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia". Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0607868-80.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Arivan Roberto Cabral - REQUERIDO: Banco Agibank S/A - Ex positis, julgo improcedentes os presentes Embargos de Declaração, por não vislumbrar qualquer obscuridade, omissão, contradição ou dúvida na Sentença Embargada. Publique-se, registre-se e intime-se. Manaus, 02 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0607914-69.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Alpha Pre-universidade - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0607939-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Olavo de Aguiar Gomes - Neilane Borges Aguiar - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0607962-28.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc . Recebo o recurso em ambos os efeitos, a fim de evitar dano de difícil reparação à parte. Defiro o pedido da gratuidade da justiça, haja vista que o(a) autor(a) preenche os requisitos de lei necessário à sua concessão nos termos exigido no inciso XXXIV da CF/88 c/c art. 99, § 3º e § 4º do CPC. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 15 de agosto de 2019. Luiz Pires de Carvalho Neto Juiz de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0607986-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Daiana da Silva Martins - De ordem, fica designado o dia 04/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM) - Processo 0608010-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleudimar Goncalves da Silva - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0608028-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriana Aya Kawashima Shibuya - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0608088-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tuza dos Anjos Salles de Aguiar - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608100-58.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kleber Costa e Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0608106-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kleber Costa e Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608109-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marco Antonio da Silva Souza - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608119-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Claudemilson Pinto Azevedo - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608141-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 15:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608200-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jaime da Silva Queiroz - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608206-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimunda Farias Cursino - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 21/11/2019 às 08:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608210-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Raimundo Gracenildo Leocadio da Silva - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0608214-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Keullis Juliao da Costa - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0608220-04.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonas Luiz Fonseca Gonçalves - INDEFERE-SE o pedido de antecipação da tutela pelas razões acima corroboradas. Por se tratar de relação de consumo, DETERMINA-SE a inversão do ônus da prova, consoante permissivo do artigo 6°, inciso VIII, do CDC. Designa-se audiência de conciliação para o dia 13/12/2019 às 10:30h. Cite-se, Intime-se e Cumpra-se

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608231-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes -

REQUERENTE: Elianara Araujo do Carmo - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 16:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608236-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Magdiel de Souza Gomes - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 14:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608237-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Magdiel de Souza Gomes - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 15:00h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RAIMUNDO DA CRUZ FARIAS JÚNIOR (OAB 14186/AM) - Processo 0608260-83.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Clovis Rodrigues Martins - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 15:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: JEAN PAULO GOMES QUEIROZ (OAB 13728/AM) - Processo 0608271-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Shirley Gomes Queiroz - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 15:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608277-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608282-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 13:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GERALDO DA SILVA FRAZÃO (OAB 2674/AM) - Processo 0608292-88.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Herison Nogueira Gomes Filho - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0608324-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608328-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608333-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608342-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 13:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0608348-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcos Alves da Silva - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 13:45h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. "Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia".

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0608371-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria Iolanda de Oliveira Castro - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 14:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM) - Processo 0608375-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Ketlen Cristina Sá de Souza - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608396-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Sonho Dourado - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 16:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608479-33.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - CERTIDÃO De ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. Luiz Pires de Carvalho Neto, fica V. Sa. Intimado a tomar conhecimento da penhora on-line no valor de R$ 31.883,29, que se encontra depositado e bloqueado no Banco BMG, referente ao processo em epígrafe, em que figuram como partes: Antônio Flávio Garcia Trindade e Banco BMG S/A, providenciando caso queira Impugnação ao Cumprimento da Sentença no prazo de 15 (quinze) dias a contar do recebimento desta, sob pena de levantamento do referido pela parte exequente. Manaus, 09/09/2019. Cristiane Padilha Cairo Diretora de Secretaria

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0608538-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rondilene Monteiro de Oliveira - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Defere-se, ainda em favor da parte autora, a inversão do ônus da prova, nos moldes do artigo 6º, VIII do CDC, face a condição de hipossuficiência da parte postulante. Designa-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 13:15h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se. Obs: Nota-se que o valor da causa ultrapassa 20 salários mínimos. Diante disso, o(a) requerido(a) deverá apresentar contestação escrita ou oral na audiência de conciliação, quando o litígio versar somente matéria de direito sem a necessidade de instruir o feito, sob pena de ser decreta a revelia nos termos do Enunciado 11 do Fonaje. “Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia”.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0608604-98.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ismael Rodrigues e Rodrigues - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, independente do trânsito em julgado, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0608606-68.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Carlos César Tavares de Souza - RECLAMADO: Vivo S/A - Isto posto, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar a inexigibilidade dos débitos impugnados, bem como para condenar a Ré ao pagamento de R$ 5.000,00 a título de indenização por danos morais, atualizado pelo INPC, mais juros de mora de 1% ao mês desde essa condenação. Independente do trânsito em julgado, DETERMINO, que, no prazo de 10 dias, a Ré retire o nome da autora dos órgãos de proteção ao crédito, sob pena de multa diária de R$ 300,00 até o limite de R$ 3.000,00. O não cumprimento voluntário da sentença transitada em julgada e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação, nos termos do inciso IV do art. 52 da Lei 9.099/95. Art. 52. A execução da sentença processar-se-á no próprio Juizado, aplicando-se, no que couber, o disposto no Código de Processo Civil, com as seguintes alterações: [...] IV - não cumprida voluntariamente a sentença transitada em julgado, e tendo havido solicitação do interessado, que poderá ser verbal, proceder-se-á desde logo à execução, dispensada nova citação; [...] Sem custas somente no primeiro grau de jurisdição. Em caso de recurso aplica-se o Provimento nº 256/2015-CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608769-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608770-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM) - Processo 0608771-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Laudelino Oliveira Dinelly - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0608946-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Paz Sevalho Vasques - Verifica-se que a peça inaugural não atendeu aos requisitos essenciais da petição inicial, pois não juntou cópia dos documentos indispensáveis à propositura da ação, tais como: cópia do RG, CPF, procuração e comprovante de residência. Desta forma, DETERMINO seja ultimada a emenda da exordial no prazo legal de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.

ADV: MARIA DO CARMO LIMA DA SILVA (OAB 11098/AM) - Processo 0609262-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Marialva de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 08/11/2019 às 16:00h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 10 de setembro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609445-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Ayton Mello - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IGOR ALVES DA COSTA (OAB 9621/AM) - Processo 0609450-81.2019.8.04.0092 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: D.A.C. - Defere-se a gratuidade da justiça nos termos da lei. Designa-se audiência de conciliação para o dia 06/12/2019 às 11:30h. Cite-se o (a) Requerido(a) e intime-se o (a) Autor(a). Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE LEMES DA ROSA DE SOUZA (OAB 398080/SP) - Processo 0609497-55.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Quitação - REQUERENTE: Serpil Móveis Ltda - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609500-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Cassio Paiva Lopes - De ordem, fica designado o dia 04/11/2019 às 15:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0609501-92.2019.8.04.0092 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jeova Freitas de Barros - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 15:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609504-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Stephanine Paiva Lopes - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 16:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0619403-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wando Duarte do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 25/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrei Sicsú de Souza (OAB 6268/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bianca Alves Borges (OAB 11826/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Bruno Medeiros Diniz de Carvalho (OAB 8584/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Cárita Martins Borges Pedroso (OAB 7310/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489A/BA)
Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB 11677/CE)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane Lemes da Rosa de Souza (OAB 398080/SP)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Nunes Amorim (OAB 8981/AM)
Danton Cavalcante Bezerra (OAB 12258/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaina Larisse Frutuoso Cestari de Lima (OAB 13633/AM)
Elaine Bezerra de Queiroz Benayon (OAB 3456/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
ÉRIKA LIMA BARBOSA (OAB 10665/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Rodrigues de Oliveira (OAB 12308/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flavio Rafael Perdigao Guerra Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8500/AM)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Francisco Souza de Melo (OAB 7808/AM)
Geraldo da Silva Frazão (OAB 2674/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Igor Alves da Costa (OAB 9621/AM)
Igor Bergson Silva Almeida (OAB 11407/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Ioldy Vânio Lima Fonseca (OAB 8069/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
Jean Paulo Gomes Queiroz (OAB 13728/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Lúcio Carneiro Vieira (OAB 10888/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Julliana Barros Souza (OAB 11843/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laryssa de Oliveira Lobato (OAB 13461/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Miguel Alvim Coelho (OAB 156347/SP)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria do Carmo Lima da Silva (OAB 11098/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina das Graças Paula de Araújo (OAB 3906/AM)

Mário Baima de Almeida (OAB 1189/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayara Cristini Teixeira Lima (OAB 13409/AM)
Maycon Silva dos Santos (OAB 13231/AM)
Michele Freitas Corrêa (OAB 3348/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nathalie Helena Canto Coelho (OAB 9418/AM)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB 8014/MT)
Paulo Sérgio Oliveira Amorim (OAB 12779/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Raimundo da Cruz Farias Júnior (OAB 14186/AM)
Ranyelle Barbosa de Araújo (OAB 13177/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Raynei Caldas Gomes (OAB 9675/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rummenigge Cordovil Grangeiro Sociedade Individual de Advocacia (OAB 5810/AM)
SARAH ALMEIDA BEZERRA (OAB 12958/AM)
Sérgio Roberto Ribeiro Filho (OAB 305088/SP)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
SUELEN DOS SANTOS VIANA (OAB 10074/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0207/2019

ADV: DENNER B. MASCARENHAS BARBOSA (OAB 1183A/AM), ADV: YURI GUILHERME CAVALCANTE RAMOS (OAB 11017/AM), ADV: SAMANTHA DE SOUZA PENHA (OAB 13297/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0600037-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vitorino Ferreira Lima - REQUERIDO: Banco Bgn S.a - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia 11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 10/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KAYO CÉSAR PIRES BUIATI FERREIRA (OAB 14060/AM) - Processo 0600219-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Tatiana Oliveira Matias Buiati - LITSPASSIV: KI Rente A Car - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0600807-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ariana Mena Barreto Bragança - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, caso haja concordância, informar dados bancários para expedição de alvará eletrônico, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM) - Processo 0600952-18.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Waldo Guimarães Aparício - REQUERIDO: Sky Brasil Serviço Ltda - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601114-81.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia 11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601115-66.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Fabiola da Silva Caldas - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia 11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 18/10/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM) - Processo 0601118-21.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, fica redesignado audiência em virtude do dia 11/09/2019, o sistema estava inoperante para o dia 18/10/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação- Instrução e Julgamneto. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0601119-06.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia 11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 18/10/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ADILCE PEREIRA DO AMARAL (OAB 6513/AM) - Processo 0601405-47.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Leldimar Inacio de Oliveira - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre o depósito realizado (fl. 114/115), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB 10422/AM), ADV: RAPHAELA LUNA MOURA LOBO (OAB 14486/AM) - Processo 0602158-67.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Locação de Móvel - REQUERENTE: Mário Gleison da Silva Mendes - REQUERIDO: Victor Augusto Rabelo da Silva - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia

11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 09/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0602281-02.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Alberto Mendes de Castro - REQUERIDO: Aurum Joias e outro - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0603494-29.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rebeka Ribeiro de Pinho - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 2.402,42, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603890-83.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucia Sales Fernandes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - A matéria discutida nos autos não exige produção de prova em audiência, à vista do que anuncio o julgamento antecipado da lide, ex vi do art. 355, I do CPC, do que deverão ser intimadas as partes, para os devidos fins. Preclusa esta decisão, faça-se concluso para sentença. À Secretaria para as diligências necessárias. Cumpra-se.

ADV: LUIZ AUGUSTO DE SOUZA ANDRADE (OAB 10174/AM) - Processo 0604074-73.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: Jordan Martins de Souza - Intime-se o exequente para toma ciência do resultado da pesquisa realizada junto ao sistema Infojud (fl. 82), e dar impulso ao processo, no prazo de 5 (cinco) dias. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604536-64.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0605424-33.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0605586-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edinaldo Gomes de Souza - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM) - Processo 0605834-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Washington Cooper Seabra - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA GLADES RODRIGUES GUEDES (OAB 9823/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP) - Processo 0606120-69.2017.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Jean Carlos de Sousa Costa - EXECUTADO: L.a.m. Folini - Me (Mundial Editora) - Defiro o pedido de fls. 145. Oficie-se o juízo deprecado, via Malote Digital, para que tome as providências cabíveis referente ao leilão dos bens penhorados do executado, com o envio das peças necessárias para a realização do ato. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA) - Processo 0606162-21.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXECUTADO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0606162-21.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Ismael de Souza Silva - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os depósitos realizados (fls. 235/239), advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ LUIZ SILVA PINTO (OAB 7736/AM) - Processo 0606259-21.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Raimunda Ribeiro Cavalcante - Indefiro os pedidos de fls. 160/161, em razão de que a exequente pode diligenciar extrajudicialmente junto aos órgãos mencionados, para fins de obter informações sobre o devedor, sem necessidade de intervenção deste juízo. Concedo prazo de 5 (cinco) dias para a exequente dar impulso ao processo, requerendo o que achar de direito. Intime-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0606324-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Angela Auxiliadora Aguiar da Silva - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0606416-57.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Aquisição de veículos automotores - REQUERENTE: Huxley Goytia Clavel - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0607167-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jones Pinheiro Fonseca - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0607752-62.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimunda da Silva Moraes - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0607756-02.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Silvania Viana de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0607758-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo Augusto Pereira Marques - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0607759-54.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Raimundo Augusto Pereira Marques - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607766-46.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriano Leal Brandão - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme

artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607772-53.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jayne Vales de Souza - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607788-07.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuqueque - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607794-14.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuqueque - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0607797-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Vanessa dos Santos Albuqueque - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0607812-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Meiry Jany Torres de Lima - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0607813-20.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Aldo Cesar da Silva Goiz - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0607815-87.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jose Carlos Ferreira da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM) - Processo 0607829-71.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria do Socorro Pantoja Farias - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0607835-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: Ek Formaturas Ltda Me - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ HENRIQUE ZUBARAN OSSUOSKY FILHO (OAB 7537/AM) - Processo 0607844-40.2019.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ellen Gleyce Batista Redman - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0607846-10.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Vanderley da Silva Souza - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607854-84.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Claudionor Braga da Sil - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0607858-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Enderson Silva Gentil - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607862-61.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Tatiane Santos de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607868-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jose de Assis Lavareda - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607897-21.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Otacilio Diniz Junior. - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0607900-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Otacilio Diniz Junior. - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607921-49.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria de Fatima Braga Maciel - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0607977-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Aliny Cristina Sousa Lima - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:30h para a realização de

audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0607980-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Costa Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: RAGÉLIA SANTOS DE PAIVA KANAWATI (OAB 10998/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM) - Processo 0608023-42.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Ranieri dos Santos Oliveira - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Tendo em vista que em razão da falta de energia elétrica restou impossibilitada a realização das audiências pautadas para o dia 11/12/2019, DE ORDEM, fica designado o dia 08/10/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARMEN HOSANA RAMIREZ SAPUCAIA (OAB 11060/AM) - Processo 0608026-26.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sonia Freitas Tabosa - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608036-70.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria da Conceição Bandeira Lim - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0608072-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Levi de Souza Martins - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0608204-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Jose Vieira Braga - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0608451-87.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do requerimento do Exequente às fls. 151/157, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 17.280,73, nos termos do art. 523 do CPC, bem como a obrigação de fazer. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0609017-36.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Roneldo Sales dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609344-78.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Batista Canaã - EXECUTADO: André Gonçalves de Carvalho - De ordem, INTIME-SE a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 5.650,40, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609344-78.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Batista Canaã - EXECUTADO: André Gonçalves de Carvalho - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca do AR NEGATIVO juntado aos autos. Manaus, 10 de setembro de 2019.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613957-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: JEAN CARLO NAVARRO CORRÊA (OAB 5114/AM) - Processo 0622184-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Julia Maria de Almeida - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação - instrução e julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Adilce Pereira do Amaral (OAB 6513/AM)
AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB 10422/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
André Luiz Silva Pinto (OAB 7736/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carmen Hosana Ramirez Sapucaia (OAB 11060/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Denner B. Mascarenhas Barbosa (OAB 1183A/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
GLEYCE FIGUEIRA DOS SANTOS (OAB 11878/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jean Carlo Navarro Corrêa (OAB 5114/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Kayo César Pires Buiati Ferreira (OAB 14060/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Augusto de Souza Andrade (OAB 10174/AM)
Luiz Henrique Zubaran Ossuosky Filho (OAB 7537/AM)

Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Glades Rodrigues Guedes (OAB 9823/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Ragélia Santos de Paiva Kanawati (OAB 10998/AM)
Raphaela Luna Moura Lobo (OAB 14486/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Samantha de Souza Penha (OAB 13297/AM)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Guilherme Cavalcante Ramos (OAB 11017/AM)

18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO THEMIS CATUNDA DE SOUZA LOURENÇO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL PAULO MIGUEL DA SILVA ARAUJO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0069/2019

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0600390-21.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Vias de fato - VÍTIMAFATO: Maximino Alves de Sá - AUTORFATO: Emerson Farnela Duarte - De ordem da MMª. Juíza Drª. Themis Catunda de Souza Lourenço, Juíza de Direito da 18.ª Vara do Juizado Especial Criminal, sirvo-me desta para intimar-lhe a COMPARECER À AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO designada para o dia 15/10/2019 às 10:30h, perante esta 18.ª Vara do Juizado Especial Criminal. Ciente que para a audiência de Instrução e Julgamento, seu constituinte poderá levar até três testemunhas que prestarão esclarecimentos ao Juiz, a respeito dos fatos. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: WALDIR GONÇALVES BARROS JÚNIOR (OAB 5535/AM) - Processo 0600446-54.2019.8.04.0016 - Termo Circunstanciado - Dano - VÍTIMAFATO: Valmir Nogueira da Silva - AUTORFATO: Frederico Augusto Gama Maués - Belmon Vasconcelos Caldas - Aciole Castelo Branco Maués - Fica V. Sa. INTIMADO(A) a comparecer nesta 18ª Vara do Juizado Especial Criminal, às 09:00h, do dia 15/10/2019, com o fim de integrar a Audiência de Conciliação na Autuação Sumária n° 0600446-54.2019.8.04.0016 instaurada para apurar, em tese, a prática das infrações de Dano e Esbulho possessório. Ficando na sua responsabilidade informar seu/sua cliente. Atenciosamente, Paulo Miguel da Silva Araujo. Diretor de Secretaria.

ADV: EDMAR MACIEL DE OLIVEIRA (OAB 14032/AM), ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM) - Processo 0601066-66.2019.8.04.0016 - Petição Criminal - Difamação - AUTOR: Luis Carlos Honorio de Valois Coelho - RÉ: Kinaia Zenir da Silva Nunes - Fica Vossa Senhoria intimada da Sentença: "Trata-se de procedimento penal visando apurar delito constante nos autos em que as partes firmaram acordo, cientes que este, nos termos que dispõe o parágrafo único do art. 74 da lei 9.099/95, importa renúncia ao direito de queixa-crime. Com vista dos autos, o Ministério Público pugnou pela homologação do acordo celebrado entre as partes e pela extinção da punibilidade da autora do fato. Com efeito, nos termos do Enunciado Criminal 37 do FONAJE - "O acordo civil de que trata o art. 74 da Lei nº 9.099/1995 poderá versar sobre qualquer valor ou matéria" - encerrando desde logo a discussão sobre o fato delituoso e ocasionando a extinção de punibilidade do suposto agente. Posto isto, em consonância com o Órgão Ministerial, HOMOLOGO o acordo nos termos do proposto às fls. 25, devidamente aceito às fls. 29/30, assinalando o prazo de trinta (30) dias para juntada do comprovante de depósito, a contar da data de intimação do patrono via DJE, e julgo extinta a punibilidade de Kinaia Zenir da Silva Nunes com base na renúncia do direito queixa do ofendido, nos termos do artigo 74, parágrafo único, da lei 9.099/95, c/c 107, V do CPB. Publique-se, Registre-se e Intime-se. Cientifique-se o Ministério Público. Transitado em julgado, observadas as formalidades legais, arquivem-se. Manaus, 11 de setembro de 2019. Themis Catunda de Souza Lourenço. Juíza de Direito"

Edmar Maciel de Oliveira (OAB 14032/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Waldir Gonçalves Barros Júnior (OAB 5535/AM)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Intimações 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Conclusões de Acórdãos 2
Intimações 3
Decisões 4
Pauta de Julgamento Designado 4
SEÇÃO III 4
CÂMARAS REUNIDAS 4
Pauta de Julgamento Designado 4
SEÇÃO IV 5
CÂMARAS ISOLADAS 5
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 5
Intimações 5
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 7
Intimações 7
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 9
Conclusões de Acórdãos 9
Despachos 17
Intimações 18
Decisões 19
Pauta de Julgamento Designado 20
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 21
Intimações 21
Decisões 22
Pauta de Julgamento Designado 23
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 24
Conclusões de Acórdãos 24
Despachos 25
Decisões 25
Julgamento Virtual 26
SEÇÃO V 26
CONSELHO DA MAGISTRATURA 26
Pauta de Julgamento Designado 26
SEÇÃO VI 27
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 27
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 27
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 34
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 40
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 42
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 50
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 53
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 62
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 65
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 65
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 69
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 78
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 82
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 86
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 94
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 99
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 100
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 106
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 116
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 128
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 144
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 149
3ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 155
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 159
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 160
VARA DE REGISTROS PÚBLICOS E USUCAPIÃO 161
1ª VARA CRIMINAL 162
2ª VARA CRIMINAL 167
5ª VARA CRIMINAL 169
6ª VARA CRIMINAL 170
8ª VARA CRIMINAL 171
9ª VARA CRIMINAL 172
10ª VARA CRIMINAL 173
11ª VARA CRIMINAL 173
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 174
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 179
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 180
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 184
AUDITORIA MILITAR 187
VARA DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES 188
1ª VARA DE FAMÍLIA 203
5ª VARA DE FAMÍLIA 217
7ª VARA DE FAMÍLIA 218
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL 218
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 220
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 220
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 222
SEÇÃO VII 222
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 222
1º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 222
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 223
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 225
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 227
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 228
SEÇÃO VIII 229
TURMA RECURSAL 229
TURMA DE UNIFORMIZAÇÃO 239
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 239
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 239
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 240
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 244
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 250
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 250
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 255
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 259
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 265
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 267
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 294
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 294
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 299
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 306
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 318
18ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL 322